Sexta-feira, 1 de Setembro de 2023 I Série – N.º 165

DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número - Kz: 19.295,00

SUMÁRIO

Presidente da República

Decreto Presidencial n.º 181/23 4524

Aprova a Estratégia de Desenvolvimento de Longo Prazo — Angola 2050, abreviadamente designada por ELP-2050. — Revoga o Decreto Presidencial n.º 81/19, de 20 de Março, que aprova o Modelo de Governação do processo de revisão da Estratégia de Desenvolvimento Nacional de Longo Prazo, Angola 2025.

Ministérios das Finanças, do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação e da Educação

Decreto Executivo Conjunto n.º 187/23 4975

Aprova as regras e os procedimentos para a fixação e alteração do valor das propinas e emolumentos referentes aos serviços de educação e ensino prestados pelas Instituições Privadas e Público-Privadas de Educação e Ensino.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Decreto Presidencial n.º 181/23

de 1 de Setembro

A Estratégia de Desenvolvimento de Longo Prazo é um instrumento central do Sistema Nacional de Planeamento que reflecte a visão do que se pretende para o País no futuro, contemplando diferentes cenários de crescimento económico e social e a definição de metas globais e sectoriais.

Tendo em conta a alteração do contexto e dos pressupostos que nortearam a elaboração da «Estratégia — Angola 2025», os compromissos internacionais dos quais Angola é signatária e a necessidade de harmonização do horizonte temporal, que actualmente se encontra desfasado, uma vez que a elaboração da Estratégia é baseada no horizonte temporal de 25 anos, nos termos do n.º 4 do artigo 5.º do Regulamento da Lei de Bases do Sistema Nacional de Planeamento, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 316/20, de 17 de Dezembro;

Considerando que, para o efeito, foram envolvidas centenas de instituições nacionais e internacionais, incluindo a sociedade civil, a academia, o sector privado e instituições no plano central e local, bem como bilaterais e multilaterais, torna-se imperioso adequar a Estratégia aos desafios do País nos próximos 30 anos, estabelecendo novos eixos prioritários de desenvolvimento;

O Presidente da República decreta, nos termos da alínea b) do artigo 120.º e do n.º 1 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, o seguinte:

ARTIGO 1.º
(Aprovação)

É aprovada a Estratégia de Desenvolvimento de Longo Prazo — Angola 2050, abreviadamente designada por ELP-2050, anexa ao presente Decreto Presidencial, de que é parte integrante.

ARTIGO 2.º
(Revogação)

É revogado o Decreto Presidencial n.º 81/19, de 20 de Março, que aprova o Modelo de Governação do processo de revisão da Estratégia de Desenvolvimento Nacional de Longo Prazo, Angola 2025.

ARTIGO 3.º
(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Diploma são resolvidas pelo Presidente da República.

ARTIGO 4.º
(Entrada em vigor)

O presente Decreto Presidencial entra em vigor na data da sua publicação.

Apreciado em Conselho de Ministros, em Luanda, aos 26 de Julho de 2023.

Publique-se.

Luanda, aos 21 de Agosto de 2023.

O Presidente da República, JOÃO MANUEL GONÇALVES LOURENÇO.

Lista de abreviaturas

ABC ..... Aerial Bundle Cables
ACEPA ..... Associação das Companhias de Exploração e Produção de Angola
ACH ..... Plano de Desenvolvimento do Capital Humano de Angola
ACT ..... Anti-maláricos
AD ..... Áreas de Desenvolvimento
AF ..... Agregado Familiar
AGT ..... Administração Geral Tributária
AIPEX ..... Agência de Investimento Privado e Promoção das Exportações de Angola
AML ..... Anti-branqueamento de Capitais
ANAC ..... Autoridade Nacional de Aviação Civil
ANPG ..... Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis
ANRM ..... Agência Nacional de Recursos Minerais
APSA ..... Arquitectura de Paz e Segurança Africana da União Africana
ARV ..... Anti-rectroviral
ASEAN ..... Associação das Nações do Sudeste Asiático
AT ..... Aconselhamento e Testagem
ATIP ..... Aconselhamento e Testagem Iniciados pelo Provedor Clínico
B2B ..... Business-to-Business
BCG ..... Vacina da Tuberculose
BCI ..... Banco de Comércio e Indústria
BDA ..... Banco de Desenvolvimento de Angola
BNA ..... Banco Nacional de Angola
BODIVA ..... Bolsa de Valores de Angola
BPC ..... Banco de Poupança e Crédito
BRT ..... Autocarro de Trânsito Rápido
CAPA ..... Centros de Apoio à Pesca Artesanal
CAPEX ..... Despesas de Investimento
CEARTE ..... Complexo das Escolas de Arte
CECOMA ..... Central de Compras de Medicamentos e Equipamentos Médicos
CFB ..... Caminhos de Ferro de Benguela
CFL ..... Caminhos de Ferro de Luanda
CFM ..... Caminhos de Ferro de Moçâmedes
CLESE ..... Centro de Empreendedorismo e Serviços de Emprego
COA ..... Certificados de Operador Aéreo
CPLP ..... Comunidade de países de Língua Portuguesa
CPN ..... Unidades de Saúde com Centro de Parto Normal
CREL ..... Centro de Resolução Extrajudicial de Litígios
CTV ..... Centro de Tratamento e Valorização de Resíduos
DOT ..... Tratamento Directamente Observado
DPI ..... Diagnóstico Precoce Infantil
DST ..... Doenças Sexualmente Transmissíveis
ENIF ..... Empresa Nacional de Infra-estruturas Ferroviárias
EPI ..... Índice de Desempenho Ambiental
ESG ..... Ensino Secundário Geral
ESTP ..... Ensino Geral Técnico-Profissional
FAS ..... Fundo de Apoio Social
FND ..... Fundo Nacional de Desenvolvimento
FUNDECIT ..... Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico
FR ..... Fundos Rodoviários
GEE ..... Gases de Efeito Estufa
GIZ ..... Agência Alemã para a Cooperação Internacional
GUE ..... Guiché Único da Empresa
HACCP ..... Hazard Analysis Critical Control Point
IA ..... Inteligência Artificial
IALA ..... International Association of Marine Aids to Navigation and Lighthouse Authorities
ICAO ..... Organização Internacional da aviação Civil
IDE ..... Investimento Directo Estrangeiro
I&D ..... Investigação e desenvolvimento
I&D&I ..... Investigação, desenvolvimento e inovação
IES ..... Instituições de Ensino Superior
IGAPE ..... Instituto de Gestão de Activos e Participações do Estado
IGEO ..... Instituto Geológico de Angola
IMF ..... Instituições de Micro-Finanças
IMPA ..... Instituto Marítimo e Portuário de Angola
INAVIC ..... Instituto Nacional da Aviação Civil
INEFOP ..... Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional
INFOSI ..... Instituto Nacional de Fomento da Sociedade da Informação
INLS ..... Instituto Nacional de Luta contra a SIDA
INRH ..... Instituto Nacional de Recursos Hídricos
INSS ..... Instituto Nacional de Segurança Social
IOCs ..... International Oil Company
IPGUL ..... Instituto de Planeamento e Gestão Urbana de Luanda
IPP ..... Modelo de Produtor Independente de Energia
IPROCAC ..... Instituto de Promoção e Coordenação da Ajuda às Comunidades
ISART ..... Instituto Superior de Artes
ISO ..... Organização Internacional para a Padronização
IUCN ..... União Internacional para a Conservação da Natureza
IVA ..... Imposto Sobre o Valor Acrescentado
JICA ..... Agência Japonesa de Cooperação Internacional
KYC ..... Know Your Customer / Reconhecimento de Clientes
LCOE ..... Menor custo nivelado de electricidade
LGBT ..... Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgéneros
LNG / GNL ..... Gás Natural Liquefeito

LOTU ..... Lei de Ordenamento do Território e Urbanismo
MAS ..... Municipalização da Acção Social
MASFAMU ..... Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher
MAT ..... Ministério da Administração do Território
MED ..... Ministério da Educação
MINOPUH ..... Ministério das Obras Públicas, Urbanismo e Habitação
MOOC ..... Cursos Abertos Massivos *Online*
MRV ..... Monitorização, Reporte e Verificação
MUSD ..... Milhões de Dólares dos Estados Unidos
NAIL ..... Novo Aeroporto Internacional de Luanda
NEET ..... Jovens que abandonaram os estudos, estão desempregados e não participam em acções de formação
OCDE ..... Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
ODS ..... Objectivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas
OGE ..... Orçamento Geral do Estado
OIT ..... Organização Internacional do Trabalho
O&M ..... Operação e Manutenção
OMS ..... Organização Mundial de Saúde
ONG ..... Organização Não-Governamental
ONU ..... Organização das Nações Unidas
OPEX ..... Despesas operacionais
OSC ..... Organizações da Sociedade Civil
P2P ..... *Peer-to-Peer*
PDM ..... Pólos de Desenvolvimento Mineiro
PEP ..... Profilaxia Pós-exposição
PESGRU ..... Plano Estratégico de Gestão de Resíduos Urbanos
PIB ..... Produto Interno Bruto
PLANAGEO ..... Plano Geológico Nacional
PME ..... Pequenas e Médias Empresas
PNDT ..... Plano Nacional de Desenvolvimento Territorial
PNFQ ..... Plano Nacional de Formação de Quadros
PNUH ..... Programa Nacional de Urbanismo e Habitação
PPP ..... Parceria Público-Privada
PPVIH ..... Pessoa Portadora de VIH
PREP ..... Profilaxia Pré-exposição
PROPRIV ..... Programa de Privatizações de Angola
PSA ..... Acordo de Partilha de Produção
PTV ..... Prevenção da Transmissão Vertical
RDT ..... Teste de Diagnóstico Rápido
REA ..... Reserva Estratégica Alimentar
ROI ..... Retorno Sobre o Investimento
RVCC ..... Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências
SADC ..... Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
SAIDI ..... Índice de Tempo Médio de Interrupção do Sistema
SAIFI ..... Índice de Frequência Média de Interrupção do Sistema
SAPP ..... Grupo de Energia da África Austral
SEACMEQ ..... Consórcio da África Austral e Oriental para a Monitorização da Qualidade Educacional
SEP ..... Sector Empresarial Público
SEPE ..... Portal dos Serviços Públicos Electrónicos do Governo de Angola
SGA ..... Sociedade Nacional de Gestão de Aeroportos
SIAC ..... Serviço Integrado de Atendimento ao Cidadão
SIGAS ..... Sistema de Informação e Gestão da Acção Social de Angola
SIGE ..... Sistema de Informação e Gestão da Educação
SIIT ..... Sistema de Informação Integrado do Território
SINGERH ..... Sistema Nacional de Gestão de Recursos Humanos
SIS ..... Sistema de Informação em Saúde
SMNI ..... Saúde Materna, Neonatal e Infantil
SMS ..... Serviço de Mensagem Curta
SNCTI ..... Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação
STEM (sigla em inglês) ..... Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática
TAAG ..... Linhas Aéreas de Angola
TARV ..... Tratamento Anti-retroviral
TB/VIH ..... Tuberculose/VIH
TI ..... Tecnologias da Informação
TIC ..... Tecnologias da Informação e Comunicação
TPA ..... Televisão Pública de Angola
TRIPS ..... Plataforma de Registo e Informação Tripartida de Transportes da SADC
UGD ..... Unidade de Gestão da Dívida
UNCTAD ..... Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento
UNDESA ..... Departamento das Nações Unidas para Assuntos Económicos e Sociais
UNESCO ..... Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF ..... Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNU-EHS ..... Índice Mundial de Risco do Instituto do Meio Ambiente e da Segurança Humana da Universidade das Nações Unidas
USAID ..... Agência para o Desenvolvimento Internacional dos EUA
USD ..... Dólar dos Estados Unidos
VIH ..... Vírus da imunodeficiência humana
ZEE ..... Zona Económica Especial

I. Enquadramento metodológico

A Estratégia de Longo Prazo é um instrumento central do Sistema Nacional de Planeamento.

Três factores principais concorreram para a elaboração de uma nova estratégia de longo prazo - "Angola 2050" – visando substituir a anterior estratégia de longo prazo - "Angola 2025":

- **Desfasamento dos resultados alcançados pela anterior estratégia decorrente de factores internos e externos,** com alteração do contexto / pressupostos (p. ex., níveis de preço e produção de petróleo) e manifesto optimismo no plano anterior;

- **Necessidade de alinhamento com os novos compromissos internacionais assumidos,** dos quais Angola é signatária, nomeadamente a Agenda 2030 das Nações Unidas e a Agenda 2063 da União Africana;

- **Harmonização do horizonte temporal,** na medida em que o actual ciclo quinquenal de planeamento (2023-2027) já não é totalmente enquadrável na estratégia a longo prazo até 2025.

A Estratégia a Longo Prazo - Angola 2050 é um plano bifocal, com uma visão clara do que se pretende para o País no futuro, mas articulandi, de forma clara e decisiva, que assegurem a direcção certa. Para garantir que o Angola 2050 cumpra este duplo objectivo, quatro princípios-chave foram atingidos.

Em primeiro lugar, desenvolveu-se um plano realista, sendo as aspirações e decisões que nele constam baseadas em factos, econhecendo-se, à partida, que projectar o futuro a 30 anos não é uma tarefa fácil. Seria tentador projectar cenários ideais de crescimento económico e social que nunca seriam materializados e que inevitavelmente originariam uma rápida divergência entre a estratégia e a realidade, conduzindo a uma perda de confiança pública. Em vez disso, procurou-se agir de forma corajosa, tomando decisões difíceis num contexto de recursos limitados. Para garantir a consistência da estratégia, adoptou-se uma abordagem simultaneamente do topo para a base, definindo metas globais e sectoriais, e da base para o topo, avaliando o realismo e implicações das metas traçadas . Esta abordagem assegura que a trajectória de progresso proposto esteja em linha com casos comparáveis, tendo em conta o ponto de partida do País e os recursos de que o mesmo dispõe.

Para cada sector, e para o País, foram também desenvolvidos um cenário conservador, um cenário base e um cenário optimista, permitindo recalibrar a abordagem se a evolução acelerar ou refrear, face ao esperado.

Em segundo lugar, o plano é aspiracional e o resultado de consultas alargadas. Envolveram-se centenas de instituições nacionais e internacionais, e realizaram-se mais de mil entrevistas com *stakeholders*, incluindo a sociedade civil, a academia, o sector privado, instituições governamentais – no plano central e provincial – e multilaterais. Isto permitiu que fossem tomadas opções informadas em relação aos inúmeros e complexos compromissos económicos e sociais.

Em terceiro lugar, o plano é sustentável: segue uma visão abordagem holística, integra as soluções para os diversos sectores, e reconhece a interdependência do desenvolvimento económico, da inclusão social e da sustentabilidade ambiental.

Por último, o plano é exequível, com iniciativas propostas para que os nossos objectivos sejam alcançados.

A estratégia foi iniciada em Fevereiro de 2017 com a criação da Comissão Multissectorial para a Revisão e Extensão da Visão até 2050, aprovada no Despacho Presidencial nº11/17 e concluída em Fevereiro de 2023 (já após a pandemia e com o contexto do conflito armado entre Ucrânia e Rússia presente).

Durante este processo, foram realizados múltiplos seminários (iniciados com o seminário de divulgação à sociedade civil no dia 25 de Abril de 2019, para o lançamento do processo), tendo também ocorrido múltiplos *ateliers* de actividades prospectivas e seminários territoriais com a participação de todas as províncias. Adicionalmente, para além das mais de mil entrevistas a centenas de personalidades e entidades já referidas, foram mantidas reuniões constantes a nível de cada sector para elaboração das estratégias sectoriais e efectuadas consultas públicas à estratégia final.

Ao longo do processo de elaboração da estratégia foram também executadas um conjunto de actividades conducentes à recolha de informação de natureza qualitativa e quantitativa, designadamente: i) entrevistas aos membros do Governo, nomeadamente aos Ministros e Secretários de Estado; ii) questionários dirigidos aos Gabinetes de Estudos, Planeamento e Estatística dos ministérios; iii) inquéritos dirigidos aos governos provinciais e iv) recolha de documentos, oficiais e oficiosos, produzidos por entidades públicas e privadas.

Conforme preconizado no Regulamento da Lei de Bases do Regime Geral do Sistema Nacional de Planeamento, o documento incorpora os diferentes elementos da estratégia nele previstos. A estrutura final adoptada visou, naturalmente, responder às diferentes aspirações e preocupações dos diferentes *stakeholders*, designadamente a sociedade civil, o Governo, o sector privado e as instituições bilaterais e multilaterais, garantindo que o documento possa orientar as políticas estratégicas e responder às principais preocupações e desafios dos próximos 30 anos.

II. Diagnóstico estratégico

No que diz respeito ao "Diagnóstico Estratégico", a abordagem metodológica contemplou não só o balanço dos resultados da anterior estratégia ("Angola 2025") como também o Diagnóstico Nacional do País.

Balanço da estratégia "Angola 2025"

A Estratégia de Longo Prazo 2025 ("Angola 2025") foi um plano criado e gerido em condições históricas em nada similares às que se vivem hoje, ao fim de mais de 40 anos de guerra, com reduzida informação estatística e com uma forte aspiração de posicionar Angola de forma diferente em África e no mundo. Nesse sentido, é importante notar que vários dos objectivos centrais do "Angola 2025" – Consolidação da Paz, Reconciliação Nacional e Manutenção de um Estado Independente e Soberano foram cumpridos.

De ecordando, a Estratégia de Longo Prazo "Angola 2025" previa uma lógica de implementação faseada, com três grandes etapas, correspondentes a: "Paz, Reconstrução Nacional e Crescimento Económico" (entre 2000 e 2005); "Modernização e Desenvolvimento" (entre 2006 e 2015) e "Consolidação do Desenvolvimento" (a partir de 2016 e até 2025). Sendo verdade que os principais objectivos da primeira etapa foram globalmente cumpridos, é também verdade que as metas da segunda e terceira fases ficaram aquém das expectativas, com elevada assimetria de resultados ao nível dos diferentes sectores. Globalmente, os domínios em que os resultados globais alcançados superaram ou estão alinhados com os objectivos fixados foram: a Garantia da Coesão Nacional; a Preservação da Paz e da Segurança; a Reinserção do Elevado Número de Desmobilizados e de Refugiados; a Criação e implementação dos Órgãos do Estado e sua Extensão a todo o Território Nacional; a Valorização do Papel de Angola no Contexto Mundial e Regional e a Elevação do Nível de Desenvolvimento Humano. Adicionalmente, a Reforma Educativa atingiu basicamente o objectivo da Expansão da Rede Escolar (o número de alunos no sistema mais que triplicou entre 2002 e 2015), foi implementada a Lei de Bases do Sistema de Segurança Nacional e Protecção Social e a Esperança Média de Vida ficou bem acima da meta intermédia fixada para 2015 (50 anos).

No entanto, as alterações registadas nos contextos interno e internacional, iniciadas em 2008 e aprofundadas a partir de 2014, após a queda brusca do preço do petróleo, justificavam a realização da prevista "Avaliação de Meio Percurso" da anterior Estratégia, que acabou por não ser realizada e comprometeu o alcance das metas das fases 2 e 3. Efectivamente, uma parte importante das metas económicas e sociais ficaram aquém do esperado, sendo que a estratégia anterior promoveu inadvertidamente políticas que tiveram impactos negativos no nosso desenvolvimento. Na verdade, e conforme preconizado no "Angola 2025", promoveu o Estado enquanto o principal agente económico, dominando a maioria dos sectores da economia e deixando um papel menor para o sector privado. Adicionalmente, o Estado desincentivou de forma não intencional, por vezes, o investimento de longo prazo e de alta qualidade, com o risco de corrupção a afastar também potenciais investidores. O Investimento Directo Estrangeiro, que, fora do sector petrolífero foi, na sua maioria, incipiente, foi, por vezes, visto como uma ameaça aos investidores nacionais, em vez de um impulso para o tecido económico. Na maioria dos sectores da economia, a concorrência foi prejudicada, pelos preços mais elevados e por bens ou serviços de menor qualidade a serem frequentemente fornecidos aos nossos cidadãos, tornando o País demasiado dependente do sector petrolífero, nas exportações e para o acesso à moeda estrangeira. O contexto nacional desde 2015 – com o País até recentemente em recessão económica – impossibilitou assim as metas de riqueza e de emprego inicialmente idealizadas.

Também nos domínios do Território, os ganhos ficaram aquém do esperado, e observou-se um sub-investimento no capital humano, nomeadamente na componente da qualidade da educação. Globalmente, mais de 60% dos indicadores fixados para 2015 (período de avaliação intermédia) não foram alcançados, revelando a necessidade de, por um lado, assegurar maior realismo na definição dos cenários e metas da futura estratégia de longo prazo (evitando assim incorrer no excesso de optimismo, como no passado) e, por outro lado, de garantir uma avaliação (e, se necessário, uma revisão) da estratégia definida. Naturalmente, o próprio modelo de potenciação do capital humano e de desenvolvimento económico para o futuro foi alvo de profunda reflexão no decorrer da elaboração da nova estratégia.

Finalmente, importa sublinhar que a Estratégia "Angola 2025" pressupunha um forte apoio internacional, multilateral e bilateral, conforme largamente prometido no âmbito da "Ajuda Pós-conflito", para financiar o vasto esforço de reconstrução nacional. Tal não veio a acontecer, tendo a quase totalidade deste esforço sido feita com recursos nacionais. Feita essa reflexão, assegurou-se que, desde o primeiro momento, as principais instituições multilateriais e bilaterais fossem envolvidas na definição da "Estratégia de Longo Prazo - Angola 2050", fixando-se áreas de intervenção e metas claras para o apoio nos diferentes domínios (designadamente Educação e Saúde).

Diagnóstico nacional

Sem prejuízo do balanço efectuado à estratégia anterior, importa fazer uma avaliação profunda daquilo que foi a trajectória do País desde o período do pós-guerra nas suas diferentes dimensões. Apenas uma análise realista e factual dos avanços e desafios das últimas duas décadas poderá informar de forma apropriada as opções a tomar para o futuro de Angola, garantindo, assim, que o país responde às legítimas ambições de todos os angolanos. De forma a evitar distorções nas análises (tanto a nível da trajectória do País como da comparabilidade com os pares), privilegiou-se o período entre o pós-guerra e o pré-pandémico, ainda que os impactos da pandemia da COVID-19 e do conflito na Ucrânia sejam reconhecidos de forma contínua ao longo da nova Estratégia.

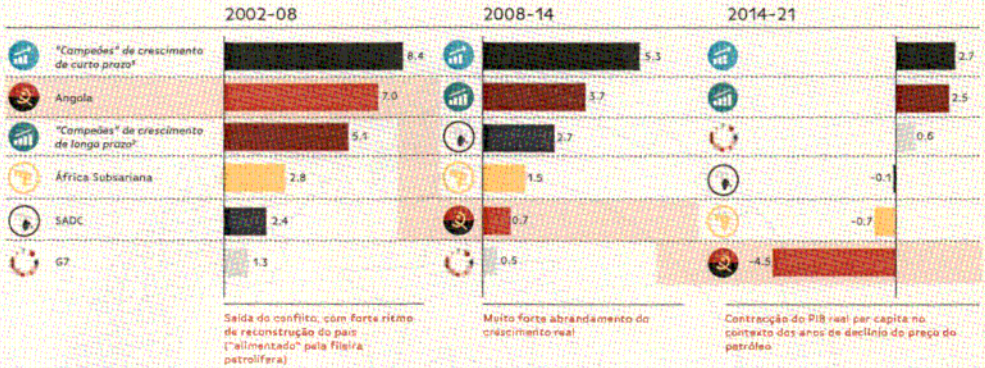
Em primeiro lugar, a avaliação da trajectória económica do País desde o pós-guerra, constata uma ultrapassagem económica à região (sobretudo fruto dos avanços no período 2002-2008), mas uma desaceleração (entre 2008 e 2014) e posterior contracção (entre 2014 e 2021).

No que respeita à componente social, é de assinalar uma trajectória de melhoria (e a um ritmo acima dos pares regionais) nas dimensões da Saúde e da Educação. No entanto, o "Desenvolvimento Humano" encontra-se muito dependente da dimensão do rendimento e penalizado pelo grau de desigualdade económico-social, reflectindo-se num Índice de Capital Humano dos mais baixos do mundo (Angola encontra-se no 4º quartil, com um valor abaixo da África Subsariana e da SADC).

Quadro 1

Crescimento do PIB real per capita de Angola vs. grupos de países comparáveis

TACC1 em cada período, %

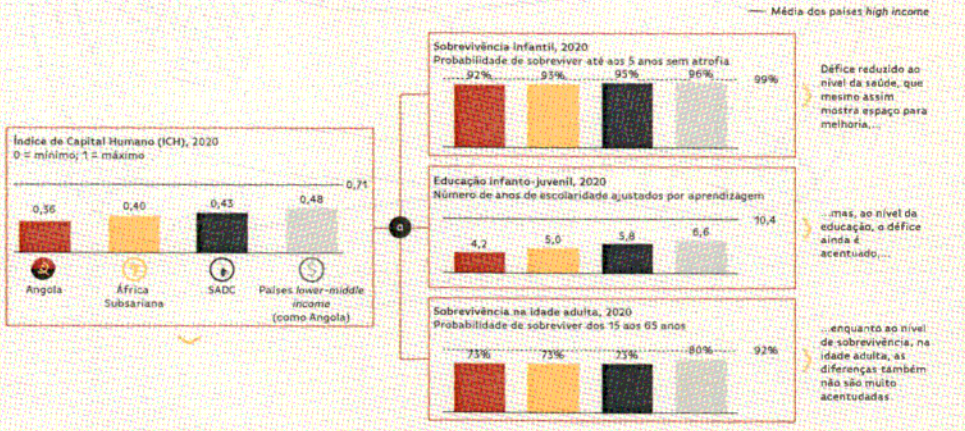


1 Taxa Anual de Crescimento Composta
2 China, Coreia do Sul, Hong Kong, Indonésia, Malásia, Singapura, Tailândia (países com crescimento anual do PIB per capita ≥ 3,5% durante 50 anos)
3 Azerbaijão, Bielorrússia, Camboja, Cazaquistão, Etiópia, Índia, Laos, Myanmar, Turquemenistão, Uzbequistão, Vietname (países com crescimento anual do PIB per capita ≥ 5,0% durante 20 anos)

FONTE: Banco Mundial; BNA; INE; CEIC; AfDB

Quadro 2

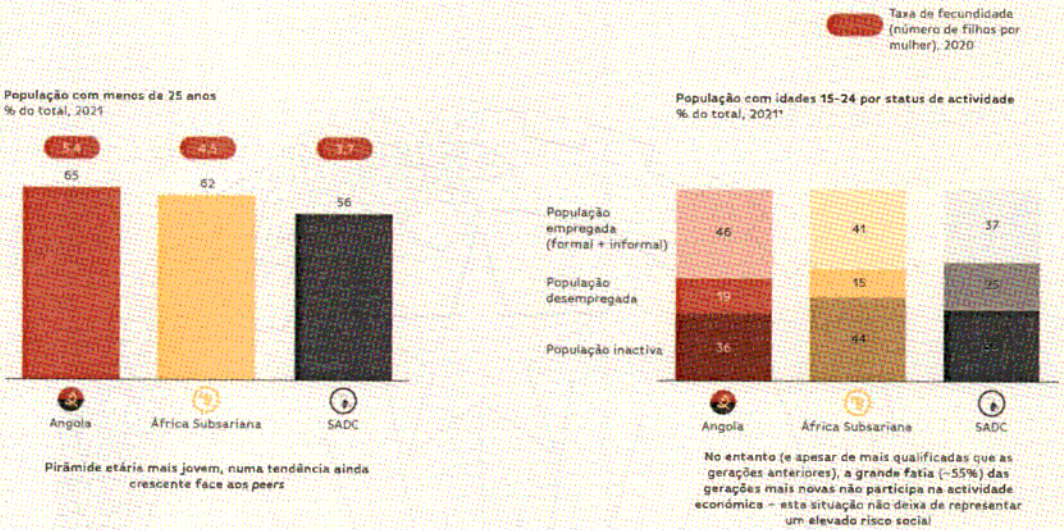
Índice do Capital Humano (ICH) de Angola vs. grupos de países comparáveis



FONTE: Banco Mundial

Quadro 3

População jovem de Angola vs grupos de países comparáveis

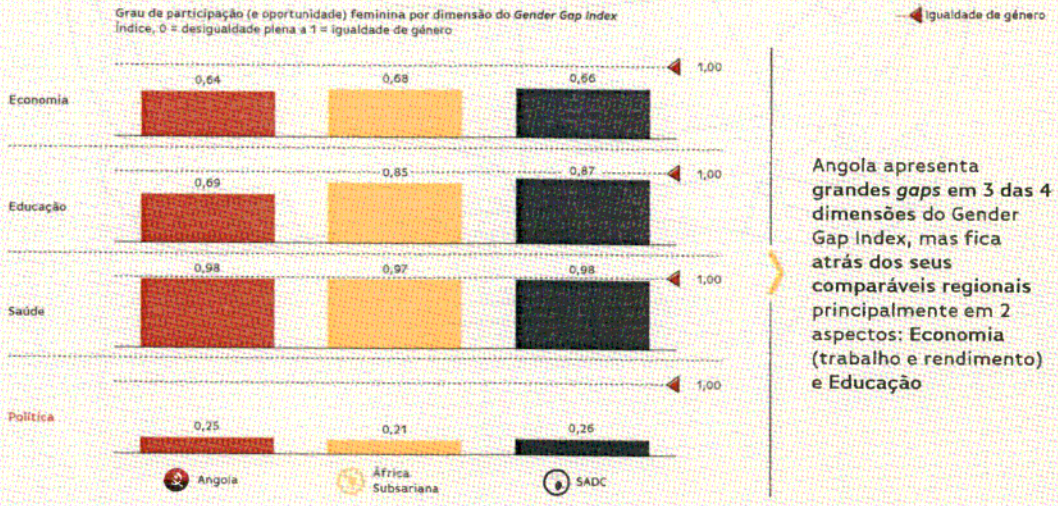


1 Excluindo as Seychelles

FONTE: Banco Mundial e UNFPA (Fundo das Nações Unidas para Actividades Populacionais)

Quadro 4

Igualdade de género vs. grupos de países comparáveis



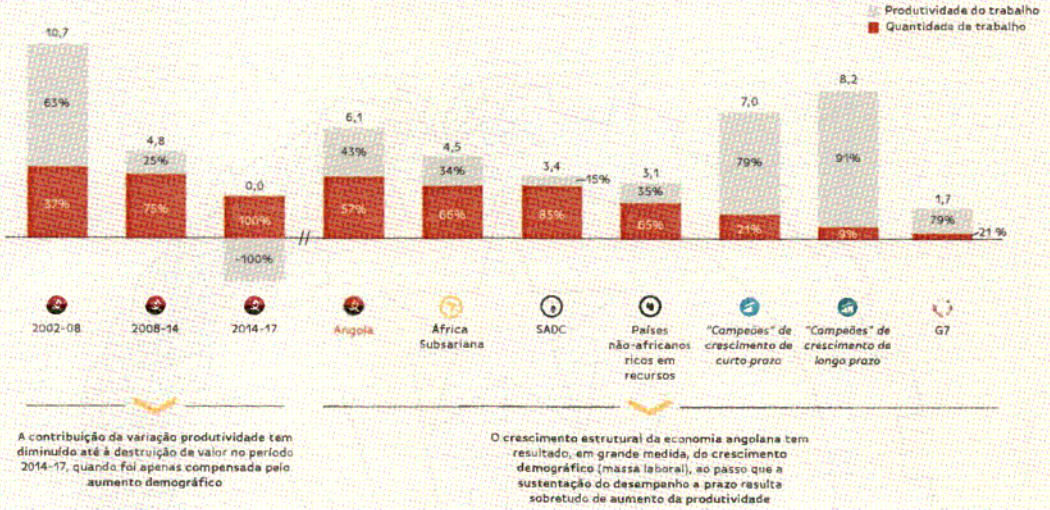
FONTE: Global Gender Gap Report 2022 (July 2022) – World Economic Forum

Quadro 5

Mais de metade do crescimento real do PIB no pós-guerra resulta do crescimento demográfico

Contribuição para o crescimento do PIB real 15 anos após início da paz nacional, 2002-2017

TACC do PIB real; Contribuição percentual da produtividade do trabalho vs. quantidade de trabalho



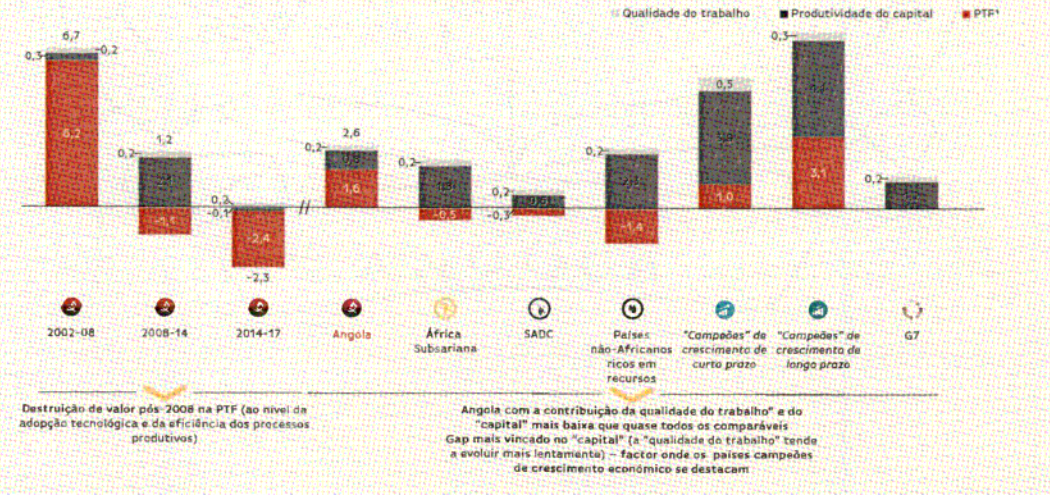
Fonte: World Bank; BNA; CEIC; INE; AFDB

Quadro 6

A evolução da produtividade resultou pouco da melhoria da formação dos trabalhadores ou da acumulação de activos de produção

Contribuição para o crescimento do PIB real 15 anos após o início da paz nacional, 2002-2017

TACC da Produtividade do trabalho; Contribuição de cada factor



1 PTF = Produtividade Total dos Factores, calculada como o crescimento residual não explicado pelos outros factores
2 2017

Assim, apesar da melhoria, existe uma brecha muito significativa ainda por fechar na Saúde, sobretudo no domínio da sobrevivência infantil (probabilidade de sobreviver até aos 5 anos sem atrofia). No entanto, a maior brecha social – que poderá constringir significativamente a produtividade futura – reside na Educação, sobretudo na componente da qualidade (onde Angola tem os piores desempenhos do mundo, abaixo da média da SADC ou da África Subsariana).

Finalmente, no âmbito territorial, destaca-se o nível de urbanização em Angola a um ritmo superior ao dos pares, em especial durante a guerra, durante a qual o crescimento demográfico das cidades não teve correspondência económica. Em resultado disso, as cidades angolanas são particularmente densas, o que coloca importantes desafios à qualidade e à coesão da vida urbana, ao passo que o ambiente rural é particularmente pouco populoso, o que impõe entraves à cobertura por serviços socialmente fundamentais, e contribui para um diferencial rural-urbano superior ao dos grupos comparáveis. No que respeita à demografia, o dividendo demográfico de uma população particularmente jovem (mesmo no contexto africano, com dois terços da população com menos de 25 anos) é impactado pela sua reduzida participação laboral (apenas, aproximadamente, 45%,, ainda que em linha com os países comparáveis).

Observa-se, também, uma desigualdade de género relativamente aos grupos comparáveis nas dimensões de educação e participação económica, com implicações para o crescimento demográfico.

Adicionalmente, analisaram-se, de forma ainda mais profunda, os verdadeiros factores que conduziram à actual trajectória económica. Aferiu-se que o crescimento do PIB em 2002-20 foi provocado, em grande medida, pela "quantidade do trabalho" (em contraste com os países "campeões" de crescimento) e não pela produtividade desse mesmo trabalho, sobretudo devido ao período pós-2014, em que a "produtividade do trabalho" decresceu.

Esta evolução prendeu-se com dois motivos: reduzida contribuição da "acumulação de capital" (concentrada no período 2008-14); e destruição de valor pós-2008 a nível da adopção tecnológica e da eficiência da produção ("produtividade total dos factores"). Constatou-se, ainda, que houve apenas uma pequena contribuição da melhoria da "qualidade do trabalho" – dimensão que tende a evoluir mais lentamente e onde Angola tem de melhorar.

A reduzida contribuição da "acumulação de capital" esteve, em grande medida, relacionada com o facto de o capital privado ter sido alocado a fins, em média, pouco produtivos e de o capital público ter sido responsável por um nível de investimento em infraestruturas muito considerável, mas que não teve o retorno económico esperado. A fragilidade do factor "capital" foi ainda agravada pelo reduzido grau de retenção líquida de investimento directo estrangeiro: elevada concentração do rendimento e a sua saída em investimento e poupança no estrangeiro e posição líquida de investimento em aquisições manifestamente negativa.

Adicionalmente, é notório que o elevado crescimento real no subperíodo 2002-08 foi alimentado, em grande medida, pelo investimento e pelas exportações líquidas (fileira petrolífera). Ocorreu uma mudança de dinâmica no subperíodo 2008-14, com o crescimento (mais ténue) alicerçado no consumo doméstico, culminando na estagnação e posterior contracção a partir de 2014.

Angola é hoje um país com tamanhos de massas laborais e níveis de produtividade quase opostos – o "formal" (~20% da economia em termos de emprego, com uma produtividade por trabalhador elevada para o continente e onde o sector petrolífero é o impulsionador) e o "informal" (onde a produtividade média por trabalhador é baixa, com os sectores da agropecuária, silvicultura e pescas a apresentarem as produtividades mais baixas.

O trabalho profundo de diagnóstico evidencia pois três temas fundamentais a endereçar pelo País: Em primeiro lugar, um conjunto de desincentivos implícitos e explícitos ao investimento privado (p. ex. sobredimensionamento da presença do Estado na economia; difícil acesso ao crédito; fraca qualidade das infra-estruturas; falta de qualidade do capital humano) que justificam o reduzido contributo desta rubrica na economia do País (excluindo o sector petrolífero) e explicam o facto do peso de o investimento directo estrangeiro em Angola ser dos mais baixos entre os pares. Em segundo lugar, um modelo de desenvolvimento económico a duas velocidades, em que existe um conjunto urbano de sectores de serviços produtivos e desenvolvidos e / ou de concorrência limitada que empregam cerca de 20% da população, que contrastam com sectores informais e pouco produtivos que empregam 80% da população. Em terceiro lugar, um sub-investimento no capital humano, com o "factor qualidade" (representativo do potencial de produtividade) a comparar, de forma particularmente negativa, com os países de renda semelhante, colocando Angola como um dos países com pior desempenho do Índice de Capital Humano do Banco Mundial.

Tendo em conta estes desafios, qualquer estratégia futura que queira assegurar o sucesso do País terá de os enfrentar directamente.

A nível do ataque aos desincentivos terá de ser coordenado um esforço ao mais alto nível do Executivo que garanta um salto "quântico" de Angola nos índices globais de competitividade, reforçando a atenção na eliminação de situações que desequilibrem a igualdade de oportunidade, assegurando a aplicação rigorosa da legislação em vigor, continuando o esforço de combate à corrupção em todos os sectores e níveis de actividade; reduzindo a presença do Estado na Economia através do processo de privatizações e promovendo regimes regulatórios estáveis.

Adicionalmente, terá de ser feita uma aposta inequívoca na atracção de investimento estrangeiro, não apenas como portador de capital, mas principalmente de *know how* nos sectores prioritários. A missão de atracção de investimento estrangeiro de grande escala é um imperativo, visando atrair multinacionais emblemáticas para os sectores de maior potencial.

Finalmente, a aposta no capital humano terá, necessariamente, de ser um elemento basilar de qualquer estratégia. O reforço das verbas afectas à saúde e à educação, a (grande) aposta na qualidade formativa e o apoio multilateral nestas dimensões serão absolutamente fundamentais para o alcance dos objectivos que todos ambicionamos.

III. Cenários de referência

A definição dos cenários de referência da Estratégia de Longo Prazo - Angola 2050 focou os esforços em três frentes principais: em primeiro lugar, balizamento das principais metas económicas e sociais até 2050, à luz do ponto de partida de Angola e da trajectória histórica feita por países comparáveis em horizontes temporais similares; em segundo lugar, desenvolvimento de modelo económico granular (i.e. com detalhe sectorial) para calibração das metas macro, assegurando consistência no plano socioeconómico dos diferentes pressupostos e, finalmente, realização de ateliers prospectivos.

A nível económico, o grande desafio passa por acompanhar o ritmo de crescimento demográfico, de forma a manter a riqueza média por cidadão (i.e. PIB per capita).

De facto, o efeito demográfico previsto com base no censo de 2014 – aumento da população dos cerca de 30 milhões de habitantes actualmente para 68 milhões, em 2050 – irá colocar elevada pressão na necessidade de o país aumentar o seu PIB (contextualizando: Angola terá de quase triplicar o seu PIB se não quiser deteriorar o seu PIB per capita face aos níveis actuais).

De forma a calibrar a ambição de crescimento para o País, estabeleceram-se cinco possíveis cenários de crescimento para o País, com base nas projecções de crescimento da Oxford Economics (instituição mundial de referência na elaboração de projecções de longo prazo), para Angola e para a África Subsariana, e no histórico alcançado pelos "campeões" de crescimento (i.e. os "campeões de longo prazo" - China, Coreia do Sul; Hong Kong, Indonésia, Malásia, Singapura, Tailândia – que viram o seu PIB per capita crescer em média acima de 3,5% por ano, durante mais de 50 anos e os "campeões de curto prazo" - Azerbaijão, Bielorrússia, Camboja, Cazaquistão, Etiópia, Índia, Laos, Myanmar, Turquemenistão, Uzbequistão, Vietname – que viram o seu PIB per capita crescer em média acima de 5% por ano, durante mais de 20 anos).

Cada cenário foi ainda calibrado pelo seu grau de realismo. Alcançar o ritmo de crescimento preconizado nos primeiros cenários (quanto mais igualar os "campeões de curto e longo prazo) será um desafio. Historicamente, menos de metade dos países o conseguiu.

Como referido anteriormente, procurou-se garantir, desde o início, uma estratégia não só baseada em factos e ambição, mas também realista. Optar pelos cenários 4 e 5 implicaria um grau de incerteza de concretização muito elevado (historicamente, apenas ~10% dos países o conseguiram), podendo levar a expectativas goradas de concretização e o assumir da capacidade de o País gerar riqueza para financiar investimentos nas diferentes áreas (saúde, educação, infraestruturas) que poderá não vir a ter. O excesso de optimismo no "Angola 2025" foi, aliás, um dos erros apontados no passado e que se pretendeu neste exercício combater.

A nível da educação, o foco deverá estar na melhoria profunda da qualidade do sistema educacional, que se apresenta hoje como um dos constrangimentos mais graves ao crescimento do país (Angola está hoje no 4º quartil nesta dimensão – classificação do Banco Mundial, tendo dos resultados mais baixos do mundo). A definição da ambição para o aumento de anos de escolaridade esperados à nascença e para o aumento da qualidade da educação foi realizada à luz de três factores: ponto de partida da situação de Angola, melhorias históricas observadas por outros países e correlação com o PIB per capita.

Quadro 7

Necessidade de diversificação económica impõe a Angola o desafio de acompanhamento do ritmo de crescimento dos seus pares (e ainda mais dos "campeões" históricos) muito significativo

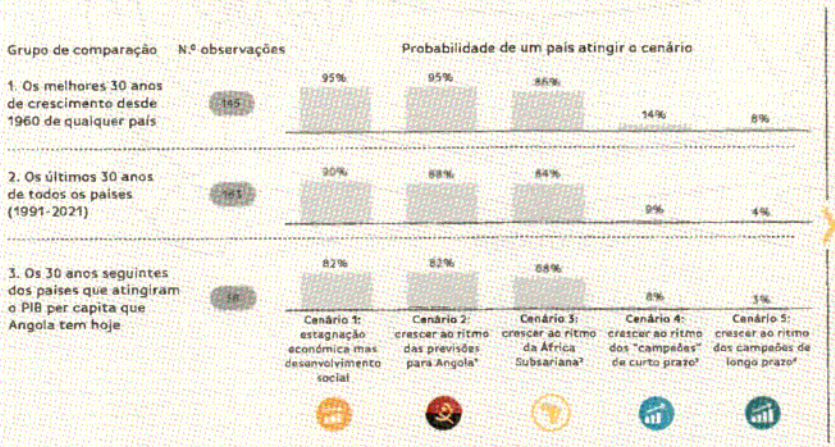


1 Assume-se um crescimento de 0% do PIB per capita até 2050 (independentemente da forma da curva)
2 Com base nas perspectivas do Oxford Economics
3 Azerbaijão, Bielorrussia, Camboja, Cazaquistão, Etiópia, Índia, Laos, Myanmar, Turquemenistão, Uzbequistão, Vietname
4 China, Coreia do Sul, Hong Kong, Indonésia, Malásia, Singapura, Tailândia
5 Taxa Anual de Crescimento
6 Cálculo baseado no decrescimo esperado de produção de petróleo e gás de 2022 até 2050 da Rystad
7 Considera valor de PIB do FMI em 2022

Fonte: Oxford Economics; McKinsey Global Institute; INE; FMI

Quadro 8

Alcançar o ritmo de crescimento preconizado pelos "campeões de curto e longo prazo será um desafio - historicamente, menos de 15% dos países o conseguiu



Historicamente, menos de 15% dos países conseguiu – em 30 anos – crescer ao ritmo dos cenários mais agressivos definidos

Ser um "campeão" de crescimento é verdadeiramente difícil – apenas 1 em cada dez países (aproximadamente) o consegue

1 Com base nas perspectivas do Oxford Economics
2 Com base nas perspectivas do Oxford Economics para África
3 Azerbaijão, Bielorrussia, Camboja, Cazaquistão, Etiópia, Índia, Laos, Myanmar, Turquemenistão, Uzbequistão, Vietname
4 China, Coreia do Sul, Hong Kong, Indonésia, Malásia, Singapura, Tailândia

Fonte: Oxford Economics; McKinsey Global Institute; Banco Mundial

Quadro 9

Definição da ambição para o aumento de anos de escolaridade esperados à nascença realizada à luz de três factores

	Principais mensagens
Ponto de partida de Angola	■ Angola com evolução muito positiva nas últimas décadas ao nível da duração da escolaridade esperada à nascença (de ~3 anos em 1990 para ~10 anos em 2017), com ultrapassagem à região e em movimento de convergência com o resto do mundo ■ Novo patamar de Angola resulta (estatisticamente) numa dificuldade maior em obter outra evolução da mesma magnitude (p.ex., crescimento absolutos mais elevados são atingidos quando se parte de um ponto particularmente baixo)
Melhorias históricas observadas por outros países	■ Aumentos superiores a 4 anos na escolaridade esperada à nascença (para países no "ponto de partida" de Angola) são a excepção: ou ilhas-nação (p.ex., Granada, St. Lúcia) onde é mais fácil administrar um aumento da inscrição escolar ou países europeus nórdicos (com instituições fortes e elevada tradição académica) ■ Melhor desempenho em África observado nas Seychelles (3,4) e entre os países ricos em recursos minerais e no Chile (3,5)
Correlação com PIB per capita	■ Forte correlação entre PIB per capita e a escolaridade esperada à nascença (R^2=68%) podendo ser interpretado como um misto de causa (mais escolaridade contribui positivamente para o PIB) e efeito (PIB mais alto permite investir em mais escolaridade) ■ Até 2008, Angola esteve abaixo do seu "potencial teórico" nesta dimensão, acelerando e convergindo a trajectória desde então

FONTE: Banco Mundial

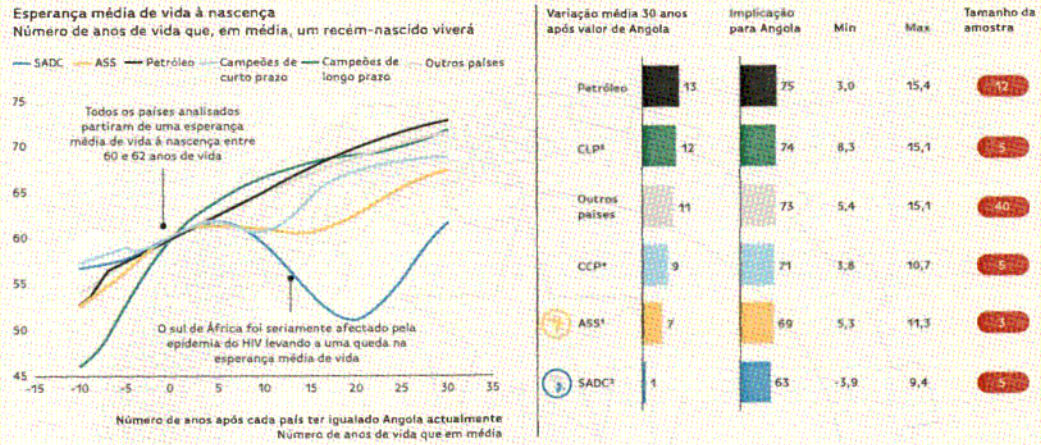
Quadro 10

A definição da ambição para a melhoria na qualidade da educação seguiu a mesma lógica que para o número de anos de escolaridade

	Principais mensagens
Ponto de partida de Angola	■ Angola com um ponto de partida muito baixo na dimensão "qualidade" (4.º quartil, 326 em unidades de pontuação harmonizada usando método do HCI) ■ Estagnação na dimensão nos últimos anos ■ Angola é dos países com mais alunos por professor (cerca de 50 alunos por professor no ensino primário vs. 38 na África Subsariana e 18 na América Latina)
Melhorias históricas observadas por outros países	■ Nenhum país conseguiu historicamente crescer sustentadamente mais do que ~3 pontos/ano há 15 anos (excepção do Peru que começou com um resultado desproporcionadamente baixo para o seu nível de desenvolvimento) ■ Quanto mais frágil / baixo o ponto de partida, maior (em média) é o potencial ritmo de melhoria
Correlação com o PIB per capita	■ PIB per capita com elevado poder explicativo sobre dimensão qualidade (R2= 62%)

Quadro 11

No caso da saúde, as séries históricas evidenciam que é possível Angola alcançar uma esperança média de vida para ~70 anos até 2050



1 Excluindo Angola e os outros países da SADC
2 Excluindo Angola
3 Campeões de longo prazo
4 Campeões de curto prazo

FONTE: Banco mundial

A nível da saúde, será razoável Angola ver a esperança média de vida aumentar para perto dos 70 anos até 2050, dando seguimento à trajectória positiva das últimas duas décadas.

Para além do investimento acrescido no sector, tão ou mais importante será, no entanto, a melhoria do acesso da população à água potável e ao saneamento básico (para além da melhoria na educação).

De notar que, como referido inicialmente, os cenários aqui apresentados visaram balizar as principais metas económicas e sociais até 2050, à luz do ponto de partida de Angola e da trajectória histórica feita por países comparáveis em horizontes temporais similares. As metas finais definidas são o resultado de um alargado esforço de consultas e consenso, assegurando assim o comprometimento dos principais actores com as aspirações globais definidas.

IV. A nossa visão

Após vários anos de condições económicas adversas, o nosso País olha para o futuro com esperança nas enormes oportunidades que temos pela frente no desenvolvimento da vida da nossa população, da nossa economia e da nossa cultura.

Orgulhamo-nos do nível de desenvolvimento económico e de estabilidade social que alcançámos. Partindo de uma posição precária no pós-guerra, Angola mais do que duplicou o PIB em termos reais desde 2002, tornando-se uma das maiores economias de África. O País está em paz, e alcançou níveis de estabilidade social e de desenvolvimento que teriam sido difíceis de prever há 20 anos. A classificação de Angola no Índice de Desenvolvimento Humano ultrapassou a região subsariana e convergiu com a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC). Temos hoje um sistema escolar universal e duplicámos o número de anos de escolaridade. A nossa população, devastada pela guerra há apenas uma geração, viu a sua esperança de vida aumentar de 10 anos. São importantes conquistas e um legado para as futuras gerações de angolanos.

Contudo, estamos também conscientes dos desafios que temos pela frente. Ao mesmo tempo que aceitamos os nossos sucessos, também reconhecemos que o que nos conduziu a isso, difere das nossas necessidades futuras. As duas últimas crises económicas, sobretudo a que enfrentamos desde 2015, forçam-nos a reflectir sobre os pontos fortes e as fragilidades do nosso modelo de desenvolvimento – o conjunto de políticas económicas e sociais que temos vindo a seguir para promover o desenvolvimento da vida da nossa população. O modelo foi concebido para alavancar o nosso recurso natural mais importante, o petróleo, a fim de tirar a população da situação terrível que enfrentava no final da guerra. As suas realizações trouxeram as sementes das limitações deste mesmo modelo.

O crescimento económico acelerado entre 2002 e 2008, causado pela recuperação no pós-guerra e pela riqueza proveniente do petróleo, gerou uma expectativa de convergência rápida com as economias mais avançadas. E, durante alguns anos, até 2008, convergimos a um ritmo muito rápido. No entanto, os períodos subsequentes revelaram-se mais difíceis: entre 2008 e 2014 o crescimento do PIB *per capita* abrandou significativamente e foi negativo entre 2015-2021. Temos também que reconhecer que o nosso modelo para acelerar o desenvolvimento económico gerou desequilíbrios na nossa sociedade. Apesar dos avanços significativos nas áreas da saúde e da educação ao longo das duas últimas décadas, não estamos onde pretendíamos no Índice de Capital Humano, uma medida importante que quantifica a contribuição da saúde e da educação para a produtividade de cada nação.

Reconhecemos a clara necessidade de maiores e melhores investimentos na melhoria das condições de vida da nossa população, equidade e crescimento económico. Estamos empenhados em actuar em todas as frentes, e iniciámos reformas profundas para assegurar uma trajectória sustentável a longo prazo, incluindo um programa abrangente de privatizações, nova legislação sobre investimento privado e amplas campanhas anticorrupção. Temos trabalhado nessas reformas com o apoio dos nossos parceiros multilaterais e de desenvolvimento internacional, e acreditamos que estamos no caminho certo, apesar de um contexto altamente desafiante, agravado pela pandemia da COVID-19 e pelos baixos preços do petróleo.

É neste contexto que apresentamos ao País o novo programa de desenvolvimento: a estratégia "Angola 2050", que representa uma significativa mudança de paradigma em relação à anterior estratégia "Angola 2025".

A estratégia anterior era um plano desenvolvido e administrado sob um conjunto diferente de circunstâncias históricas. Os principais objectivos

da estratégia Angola 2025 centravam-se na Consolidação da Paz, no alcance da Reconciliação Nacional e no fortalecimento de um Estado soberano e independente. De forma geral, podemos dizer com orgulho que estes objectivos foram alcançados – o nosso País afirmou-se enquanto actor cada vez mais importante no panorama geopolítico regional e continental. No entanto, a estratégia anterior também promoveu políticas que tiveram impactos negativos imprevistos no nosso desenvolvimento. Na verdade, promoveu o Estado enquanto o principal agente económico, dominando a maioria dos sectores da economia, deixando um papel menor para o sector privado. Inadvertidamente, o Estado desincentivou o investimento de longo prazo e de alta qualidade, colocando a tomada de decisão nas mãos de poucos, criando assim redes invisíveis de influência e maiores riscos de corrupção. O Investimento Directo Estrangeiro, que, fora do sector petrolífero foi, na sua maioria, incipiente, passou a ser visto como uma ameaça aos investidores nacionais, em vez de um impulso para o tecido económico. Na maioria dos sectores da economia, a concorrência foi prejudicada, com preços mais elevados e com bens ou serviços de menor qualidade a serem frequentemente fornecidos aos nossos cidadãos, tornando-nos demasiado dependentes do sector petrolífero, nas exportações e para o acesso à moeda estrangeira.

Embora a necessidade de mudança seja clara, precisamos de nos questionar sobre as razões que tornam necessário este plano de longo prazo. Não exige a situação actual acções de curto prazo para enfrentar a crise económica? O Angola 2050 é um plano bifocal, com uma visão clara do que pretendemos ser no futuro mas articulando, de forma clara e decisiva, as iniciativas de curto prazo para tomarmos a direcção certa.

Para garantir que o Plano Angola 2050 cumpre este duplo objectivo, seguimos quatro princípios-chave.

Em primeiro lugar, o plano é realista, sendo as nossas aspirações e decisões baseadas em factos, embora reconheçamos que projectar o futuro a 30 anos não seja tarefa fácil. Seria tentador projectar cenários ideais de crescimento económico e social que nunca fossem materializados e que inevitavelmente originariam uma rápida divergência entre a estratégia e a realidade, conduzindo a uma perda de confiança pública. Em vez disso, prometemos agir de forma corajosa, tomando decisões difíceis num contexto de recursos limitados. Para garantir a consistência da estratégia, adoptámos uma abordagem simultaneamente do topo para a base, definindo metas globais e sectoriais, e da base para o topo, avaliando o realismo e as implicações das metas traçadas. Esta abordagem assegura que a trajectória de progresso que propomos esteja em linha com casos comparáveis, tendo em conta o nosso ponto de partida e os recursos de que dispomos. Testámos vários cenários, para cada sector, a fim de verificar a resiliência e o impacto das decisões que tomámos.

Todos os números apresentados neste documento deverão ser interpretados como o nosso cenário base. Para cada sector, e para o País, foram também desenvolvidos um cenário conservador e um cenário optimista, permitindo-nos recalibrar a nossa abordagem se a evolução acelerar ou refrear face ao esperado.

Em segundo lugar, o plano é aspiracional e o resultado de consultas alargadas. Envolvemos centenas de instituições nacionais e internacionais, e realizámos mais de mil entrevistas com stakeholders, incluindo a sociedade civil, a academia o sector privado, instituições governamentais – no plano central e provincial – e multilaterais. Isto permitiu que fossem tomadas opções informadas em relação aos inúmeros e complexos compromissos económicos e sociais que enfrentaremos enquanto nação.

Em terceiro lugar, o plano é sustentável. Segue uma abordagem holística, integra as soluções para os diversos sectores, e reconhece a interdependência entre desenvolvimento económico, melhoria do capital humano, qualidade dos investimentos infra-estruturais e sustentabilidade ambiental. Nesse sentido, assegurou-se um alinhamento estratégico transversal entre os diferentes sectores, calibrando a ambição e a estratégia de cada um com as directrizes e os esforços necessários a empreender pelos demais.

Por último, o plano é exequível, com iniciativas claras já em curso e para que, num curto prazo, os nossos objectivos sejam alcançados.

Os nossos objectivos para a prosperidade económica e para o fortalecimento do capital humano

Quadro 12

Visão para Angola em 2050

Eixo	Métrica	Evolução[3]		De (2022)	Para (2050)
Demografia	População	Crescimento de	~2,1x	33m	68m
Economia	PIB	Crescimento de	~2,4x	$ 122b USD	$ 286b USD
	PIB não petrolífero	Crescimento de	~3,3x	$ 84b USD	$ 275b USD
	PIB per capita	Crescimento de	~1,2x	$ 3.675 USD	$ 4.215 USD
	PIB não petrolífero per capita	Crescimento de	~1,6x	$ 2.537 USD	$ 4.042 USD
	Desemprego	Redução de	~10pp	30%	20%
	Dívida (%PIB)	Redução de	~6pp	66%	60%
	Exportações não petro	Crescimento de	~19x	$ 3b USD	$ 64b USD
	Entrada de IDE anual	Crescimento de	~5,5x	$ 6b USD	$ 33b USD
	Receita fiscal não petrolífera (% receita fiscal)	Crescimento de	~56pp	32%	88%
	Informalidade (% do total de empregos)	Redução de	~35pp	80%	45%
Saúde	Esperança média de vida	Aumento de	~6 anos	62	68
	Taxa de mortalidade de menores de 5 anos (por 1.000 nados vivos)	Redução de	~52pp	71%	19%
Educação	Anos de escolaridade ajustados à aprendizagem	Aumento de	~1,5 anos	4,8 anos	6,3 anos
	Qualidade da educação[4]	Melhoria de	1 quartil	4º quartil	3º quartil
	Taxa de alfabetização (>= 15 anos)	Aumento de	~19pp	76%	95%
Capital Humano	ICH	Melhoria de	1 quartil	4º quartil	3º quartil
	Percentagem da população que vive abaixo do limiar de pobreza[5]	Melhoria de	~13pp	31%	18%

4 Índice de Educação
5 Limiar da pobreza de 2,15 dólares/dia estabelecidos pelo Banco Mundial
3 Numeros arredondados a uma casa decimal

Será necessário atingirmos os objectivos propostos no contexto de uma explosão demográfica. Espera-se que, até 2050, a nossa população aumente dos actuais 32 milhões para perto de 70 milhões, pressupondo-se já a redução do nosso índice de fecundidade – um dos mais altos do mundo – de cerca de 5,4 filhos por mulher para 3,2. É necessário garantir um futuro sustentável para o nosso país, em que a população cresça a um ritmo que permita melhores condições de vida a todos os angolanos. Isto é crucial para potenciar o nosso dividendo demográfico como uma verdadeira fonte de riqueza e desenvolvimento. Um foco especial na educação e na forte melhoria do acesso à contracepção será fundamental. Somos ambiciosos nos nossos objectivos, tanto no plano económico quanto no social, e teremos que nos esforçar para os alcançar.

Para a nossa economia, o principal objectivo é a criação de riqueza, em termos absolutos e *per capita*, de forma sustentável e inclusiva. O cumprimento desta meta implica reconhecer a magnitude do aumento populacional previsto para as próximas três décadas.

Projectamos que, até 2050, o nosso PIB total mais que duplicará, quase chegando aos 290 mil milhões de dólares em termos reais. O nosso PIB *per capita* global ficará acima de 4,2 mil dólares, posicionando-nos, enquanto uma economia de rendimento médio, e o PIB per capita não petrolífero quase que duplicará, uma recompensa pelo esforço de diversificação que vamos enfrentar.

Adicionalmente, alcançaremos o progresso necessário para se atingir o objectivo de graduação de Angola, na data prevista de 2035, de País Menos Avançado (PMA) para País de Renda Média (PRN), através de melhorias no Índice de Activos Humanos (IAH) e Índice de Vulnerabilidade Económica (IVE), que juntamente com o Rendimento Bruto por habitante, formam os três parâmetros de graduação.

No contexto da explosão demográfica, vamos assegurar a criação significativa de postos de trabalho para reduzir a taxa de desemprego, especialmente para os nossos jovens. Neste sentido, vamos reduzir em cerca de um terço a taxa de desemprego actual.

Também nos empenharemos em fazer regressar os rácios de dívida a um nível sustentável (não superior a 60%), evitando uma sobrecarga excessiva para as gerações futuras.

Na saúde, esforçar-nos-emos para que todos os angolanos vivam mais tempo e com melhor qualidade de vida, com muito menos pessoas a morrerem de doenças evitáveis. O nosso objectivo é o de que a esperança de vida se aproxime dos 70 anos e a taxa de mortalidade de menores de 5 anos reduza de 71 por mil nados vivos para 19 por mil nados vivos.

Na educação, o foco principal será o reforço da qualidade do ensino, ao mesmo tempo que acolhemos milhões de novos alunos no sistema. As taxas de alfabetismo serão superiores alcançarão aproximadamente 90% e o número médio de anos de escolaridade duplicará.

Que não haja dúvidas: iremos dar um salto no Índice de Capital Humano, reconhecendo que mudanças nestas áreas levam tempo.

Como tornar a nossa visão realidade

> Estabelecemos metas ambiciosas para todos os sectores da economia e da sociedade. O investimento cumulativo total necessário para cumprir a nossa visão está projectado em cerca de 1 000 mil milhões de dólares nas próximas três décadas.

Para o financiar, iremos tirar partido dos nossos recursos, garantindo uma maior participação do sector privado (aumentando o crédito privado e assegurando grandes fluxos de investimento directo estrangeiro) e estabelecendo relações mais fortes com os principais parceiros bilaterais e multilaterais.

Vamos implementar medidas que aumentem e estabilizem as receitas fiscais, aumentando as contribuições justas de uma base mais ampla, reduzindo a dependência da nossa economia relativamente ao petróleo e diminuindo, gradualmente, a dívida à medida que a nossa economia cresce. Além disso, será necessário reforçar a nossa capacidade de atrair investimento, nomeadamente eliminando os desincentivos e melhorando o ambiente para fazer negócios. Provámos que podemos superar estes desincentivos: examinando as lições do sector de petróleo e gás, podemos remover barreiras estruturais que dificultam o investimento em noutros sectores da economia, incluindo o combate à corrupção, que prometemos manter como uma prioridade.

Devemos reconhecer que a economia angolana deixará de poder contar com o investimento público como principal fonte de financiamento para concretizar a nossa visão e, por essa razão, será necessário reter, efectivamente, o investimento privado no nosso país e atrair investimento estrangeiro em larga escala, indo além do sector petrolífero.

Será também necessário melhorar a produtividade e criar emprego para grande parte da população de baixo rendimento. O nosso sucesso nos próximos 30 anos depende da nossa capacidade de aumentar a produtividade económica dos angolanos que atingirão a idade adulta neste período. A crença do passado de que o aumento da produtividade de pessoas e empresas na economia formal, sobretudo no sector do petróleo e gás, se propagaria ao resto da economia não se confirmou. Não podemos continuar a ter um país a duas velocidades. É importante aumentar a produtividade e criar emprego de forma mais ampla na população de baixo rendimento, mais de 70% da qual opera na economia informal.

Para concretizarmos esta visão, implementaremos um novo modelo de desenvolvimento ancorado numa verdadeira diversificação económica.

Sabemos que, até 2050, o petróleo deixará de ser a espinha dorsal da nossa economia. Isto não quer dizer que o petróleo não seja estratégico para o nosso futuro, pelo contrário. O sector continuará a desempenhar um papel importante na nossa economia nos próximos 10 a 20 anos, actuando como a ponte entre o presente e o futuro. Teremos de aproveitar e maximizar as oportunidades disponíveis através de maior eficiência e maior atractividade para os investidores, apoiando a transição de Angola para uma economia mais diversificada e resiliente.

Ainda assim, para ter sucesso no processo de diversificação devemos actuar em várias frentes.

Em primeiro lugar, será necessário aproveitar ao máximo as vantagens competitivas decorrentes dos nossos recursos naturais. Algumas destas oportunidades têm sido exploradas em larga escala, nomeadamente nos sectores do petróleo e dos diamantes. Outros sectores estão activos, mas aquém do seu verdadeiro potencial, nomeadamente a agricultura e a pecuária familiar, nas quais um aumento de produtividade a curto prazo, por exemplo, por via de uma melhor selecção de culturas, melhor uso dos factores de produção ou optimização das cadeias de valor poderá elevar o nível de vida de milhões de famílias que dela dependem. No que toca a outro conjunto de oportunidades, designadamente na agricultura comercial, nas pescas e no gás, o impacto será mais tangível no final da década. Embora saibamos que existe potencial, será necessário criar as condições para que o sector privado invista nestas áreas em grande escala. Temos ainda oportunidades claras no sector da mineração, além dos diamantes, mas captá-las exigirá uma transformação mais morosa, uma vez que o tempo entre a prospecção e a mineração viável pode levar uma década ou mais. Mais uma vez, para alcançar o nosso objectivo final, será necessário tomar medidas claras a curto prazo, de forma a potenciar a prospecção em todo o país.

Em segundo lugar, precisamos de nos tornar uma nação industrializada. As nossas fontes de recursos naturais podem alimentar indústrias como a petroquímica; o nosso potencial agrícola, juntamente com o aumento da procura interna e regional, pode promover um sector de agro-processamento próspero; e a nossa população jovem e numerosa pode viabilizar uma indústria leve e de uso intensivo de mão-de-obra, como por exemplo nos sectores do vestuário e dos têxteis. Na verdade, devemos tirar proveito da nossa crescente competitividade salarial, em comparação com outras geografias emergentes, induzida por uma forte reserva de mão-de-obra disponível e pela revalorização da moeda.

Em terceiro lugar, será necessário promover um sector de comércio dinâmico e tirar partido de um forte mercado interno. Em 2050, a nossa nação terá 70 milhões de consumidores, mais do dobro dos números actuais. Isto tem o potencial de nos tornar mais resilientes a choques externos, e representa uma oportunidade extraordinária para as nossas empresas que verão o seu mercado doméstico crescer significativamente. Uma maior integração regional, no plano da SADC e no plano continental, com a Zona de Comércio Livre Continental Africana, reforçará este potencial. Será necessário assegurar uma economia verdadeiramente aberta para termos sucesso. Resolver questões históricas nas cadeias de valor e formalizar o emprego também nos ajudará a promover um sector de comércio dinâmico.

Finalmente, para alcançar a nossa visão, priorizaremos o investimento nas pessoas. Iremos garantir uma maior concertação sectorial e vamos esforçar-nos continuamente, entre outros, para o desenvolvimento do nosso capital humano, o que passará, pelo fortalecimento dos sistemas de ensino e de saúde, pela melhoria das condições de trabalho e pela adequação dos níveis salariais da função pública, que também será alvo de melhorias contínuas nas normas de progressão de carreira.

Investir nas pessoas

Sabemos que o nosso novo modelo de desenvolvimento só se pode materializar se garantirmos que cada angolano consiga aproveitar todo o seu potencial. Consequentemente, prometemos fazer muito mais na vertente social da nossa equação de crescimento, principalmente nas áreas da saúde e da educação. Reconhecemos que alcançar melhorias duradouras na saúde e na educação leva tempo, mas estamos mais empenhados do que nunca em fazê-lo.

Na saúde, vamos observar uma redução significativa na taxa de mortalidade materna de 199 por 100,000 em 2021 para 70 por 100,000 em, 2050, assim como uma redução na taxa de mortalidade infantil de 50 por mil nados vivos para 17 por mil nados vivos, em 2050. Concentraremos a nossa estratégia em matéria de saúde na implementação de medidas preventivas e no alargamento do acesso a cuidados primários. Além disso, iremos enfrentar com urgência os desafios decorrentes do rápido aumento populacional. A população angolana mais do que duplicará nas próximas três décadas. A nossa estratégia para a saúde deve, por conseguinte, garantir um aumento exponencial do acesso à contracepção e a uma educação generalizada em matéria de planeamento familiar.

Faremos da educação uma prioridade absoluta da nossa estratégia, especialmente no que toca à qualidade do ensino que proporcionamos às nossas crianças. Devemos assegurar que o povo angolano esteja dotado dos conhecimentos e das capacidades de que necessita para tornar Angola numa nação mais produtiva. Neste sentido, reforçaremos a qualidade do ensino e alargaremos o acesso ao sistema educativo.

Mas, uma vez mais, o desafio é significativo: em 2050, deverão ser necessários mais de 680.000 professores. Para que isso seja viável, centrar-nos-emos em aumentar o número de professores e em melhorar as suas qualificações. Para assegurar um ensino de melhor qualidade, reduziremos os rácios aluno/professor, melhoraremos os nossos currículos e promoveremos o acesso à aprendizagem digital como forma de chegar a todas as crianças do país de forma eficiente.

Duplicaremos o nosso compromisso financeiro com a saúde e com a educação. O sector privado desempenhará também um papel importante. Uma das prioridades da nossa agenda será a formação dos professores e dos profissionais da saúde, fornecendo-lhes as ferramentas adequadas e garantindo uma cobertura nacional.

Esta visão norteará as nossas decisões futuras.

Queremos que todos os angolanos tenham a oportunidade de dar o melhor de si e viver uma vida mais longa, saudável e gratificante.

O futuro pertence-nos. Estamos juntos.

V. A nossa estratégia

Para construirmos o melhor futuro possível para o nosso País, baseámos a nossa estratégia em cinco eixos. Em cada um destes eixos, apresentamos um conjunto de compromissos e metas, como reflexo da nossa ambição e representação do que vamos alcançar, e detalhamos as acções que propomos. Asseguraremos que todas as nossas estratégias futuras a médio e a curto prazos para os próximos 30 anos estejam alinhadas com esta visão e estes eixos, para que possamos caminhar unidos enquanto nação na busca de um futuro melhor. Garantiremos também que as estratégias ao nível de cada sector são suportadas pelas estratégias de todos os outros sectores, principalmente daqueles com papel facilitador chave.

Desenvolveremos uma sociedade que valoriza e potencia o seu capital humano

Sabemos que nos deparamos com uma difícil missão no que respeita a melhorar a nossa classificação no Índice de Capital Humano. Embora tenhamos aumentado significativamente o número médio de anos de ensino e de esperança de vida nas duas últimas décadas, persistem ainda desafios significativos. Temos de agir sobre estes desafios para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos e melhorar a nossa produtividade global.

Educação

A educação será um sector fundamental para o desenvolvimento do país nas próximas décadas. Promoveremos a massificação de todos os níveis de ensino, com especial foco na educação pré-escolar de qualidade e no período de escolaridade obrigatória de 10 anos para todos.

Expandiremos a nossa capacidade de ensino secundário técnico-profissional e a rede de instituições de ensino superior. Vamos melhorar as infra-estruturas físicas das escolas e implementar medidas de inclusão para lidar com as desigualdades e melhorar o desempenho e as taxas de sucesso dos alunos. Intensificaremos também a oferta de educação para adultos e reduziremos as taxas de analfabetismo dos actuais 24% para cerca de 5%.

Outro foco principal será o reforço da qualidade do ensino que proporcionamos. Para o efeito, melhoraremos o rácio aluno/professor, potenciando a qualificação dos professores, reforçando o seu recrutamento e proporcionando sistemas de formação contínua e melhores perspectivas de remuneração e de carreira profissional. Trabalharemos na melhoria dos currículos e na promoção do acesso à aprendizagem digital. Melhoraremos ainda a governança e o desempenho do sistema educativo, bem como a respectiva capacidade de planeamento, monitorização e avaliação.

Por último, assumiremos um compromisso forte e de longo prazo com o investimento no sector: a parcela do PIB destinada à educação duplicará, sendo alocados investimentos substanciais à contratação e formação de professores e ao alargamento da educação pré-escolar e primária para promover o empenho na aprendizagem precoce e tornar os subsistemas educativos restantes mais eficientes. Além dos recursos públicos, teremos também de contar com o apoio internacional. Até ao momento, não conseguimos atrair ajuda externa relevante para o sector, recebendo menos ajuda do que os países de elevado rendimento. A convergência com a média da SADC para a ajuda externa à educação adicionará mais de 200 milhões de dólares ao nosso orçamento anual para a educação.

Ciência e inovação

Assumiremos igualmente, um compromisso de longo prazo com o sector da ciência e inovação para estabelecer uma sólida base institucional de investigação e promover a melhoria das qualificações de investigadores, do corpo docente e de outros

trabalhadores. Estabeleceremos parcerias com universidades estrangeiras para acelerar a formação de investigadores e promover a capacitação institucional. Potenciaremos agências autónomas e um quadro de financiamento estável para consolidar conceitos e práticas de gestão científica, promover a cooperação e a competição entre investigadores e empresários no seio de redes africanas e mundiais, e melhorar a qualidade das instituições de investigação e desenvolvimento e das suas actividades. Estas agências definirão os critérios para a realização de avaliações de desempenho e para a atribuição de financiamento plurianual.

A nossa estratégia incluirá a reforma do ambiente de negócios e iniciativas de digitalização para atrair investimento e talento, promover nichos inovadores e impulsionar o progresso social e económico de Angola. Maximizaremos o seu impacto através do desenvolvimento de soluções inovadoras eficientes e inclusivas, que alarguem os benefícios a sectores mais vastos da população e do território nacional.

Saúde

A nossa visão centra-se nas doenças transmissíveis, nas doenças crónicas não transmissíveis, nos cuidados maternos e neonatais e na melhoria dos determinantes sociais de saúde, uma vez que estas áreas têm um enorme potencial para melhorar o nível da saúde em Angola.

Dados os recursos de que dispomos, a nossa primeira prioridade é investir nos elementos dos cuidados de saúde que beneficiarão toda a população. Estamos empenhados em superar as desigualdades na prevalência de doenças e no acesso a cuidados de saúde entre as áreas rurais e as áreas urbanas, entre níveis socioeconómicos e entre pessoas com diferentes níveis de educação. Estamos empenhados em enfrentar estes desafios de uma forma ponderada, mas eficaz. Utilizaremos os nossos recursos para reforçar o atendimento no plano comunitário, de modo a beneficiar o maior número possível de pessoas e centraremos os nossos esforços na prevenção de doenças para melhorar a saúde e o bem-estar da nação. Consequentemente, a nossa estratégia centra-se na prevenção de doenças infantis, tais como a diarreia e a pneumonia, e no acesso generalizado a serviços de planeamento familiar para assegurar que o crescimento populacional seja sustentável.

Vamos mais que duplicar a parcela de recursos destinados à saúde de 3% do PIB para, aproximadamente, 7%, reforçando o nosso empenho nesta área fundamental para o nosso país.

Cultura

A nossa visão encara o sector cultural e criativo como motor do desenvolvimento social e pessoal, do emprego e do crescimento económico. Os angolanos beneficiarão de uma multiplicidade de bens e serviços culturais fornecidos por um sector cultural nacional estruturado e sustentável, integrado com os sectores da educação, da comunicação social e do turismo. O sector estimulará uma grande diversidade de artistas, géneros e modos de expressão e catalisará a projecção externa do país e as exportações culturais. Reconheceremos o crescente impacto social e económico das indústrias culturais e criativas, estimulando um mercado interno dinâmico, apoiando a distribuição, os circuitos e as infra-estruturas culturais e potenciando a profissionalização e a ampla digitalização do sector. Abordaremos o desenvolvimento dos diferentes segmentos culturais com um compromisso de, a longo prazo, garantirmos a estabilidade das políticas para criar um sector florescente.

Media

Todos os angolanos terão acesso à informação e ao entretenimento diversificados, de boa qualidade, de fontes diversas e independentes, que representem a opinião de todos os cidadãos e dêem voz a todos. Os angolanos beneficiarão do acesso universal à internet, permitindo que se liguem através das redes sociais e que tenham um acesso mais rápido a uma base digital de informação ainda mais ampla e actualizada. Asseguraremos a sustentabilidade do sector público da comunicação social através de reformas nas empresas públicas, e melhoraremos a liberdade de imprensa recorrendo ao investimento em formação, à integração em consórcios noticiosos internacionais e à descriminalização de crimes de imprensa.

Desporto

Dinamizaremos um sector desportivo vibrante, que seja uma fonte de afirmação internacional, de identidade e coesão nacionais e um gerador de capital social, saúde e bem-estar para toda a

população. Proporcionaremos acesso à prática de exercício físico para todos, independentemente da idade e do género, em benefício da saúde e da qualidade de vida da população e apoiaremos a criação de diversos nichos económicos relacionados com o desporto e com a prática desportiva. Para além disso, promoveremos o treino de alta qualidade para atletas e equipas técnicas e facilitaremos a reabilitação e a gestão integrada de infraestruturas em todo o sector. Fortaleceremos as federações desportivas e as parcerias com o sector privado, para maximizar os recursos disponíveis e a capacidade de organização e participação em grandes eventos desportivos, reforçando assim a imagem e o estatuto de Angola no estrangeiro. Esforçar-nos-emos também por melhorar a posição de Angola no *Ranking* Mundial de Desportos de Alto Rendimento, alcançando melhores resultados em desportos altamente competitivos e conquistando um maior número de medalhas em eventos internacionais e olímpicos.

Desenvolveremos uma infra-estrutura moderna e competitiva

O nosso objectivo é desbloquear o crescimento económico de Angola, construindo uma economia resiliente que beneficie todos os cidadãos. Para o efeito, será necessário investir em infraestruturas, um factor dinamizador do crescimento económico inclusivo, da produtividade e do desenvolvimento social. As infraestruturas físicas e os serviços associados nos sectores de energia, transportes e telecomunicações são fundamentais para aumentar a produtividade nos restantes sectores da economia. Reconhecemos que a promoção do investimento nesta infra-estrutura física e o seu pleno aproveitamento em todos os sectores exige um reforço da intervenção e da qualidade regulatória e um compromisso de longo prazo.

Energia

O sector da energia é fundamental para aumentar a participação económica e a produtividade. O nosso objectivo é garantir que o fornecimento de energia corresponda ao aumento da procura resultante do crescimento económico e demográfico esperado para Angola nos próximos 30 anos. Asseguraremos, igualmente, um sector de energia economicamente viável, capaz de captar investimento privado nacional e internacional. A nossa estratégia visa, igualmente, reduzir as perdas e assegurar que o sistema *on-grid* existente seja financeiramente estável durante a sua expansão. Criaremos ainda uma solução *off-grid*, especialmente para as populações rurais. Nas próximas décadas, expandiremos a utilização da energia hidroeléctrica e investiremos no desenvolvimento da energia solar. As energias renováveis, nomeadamente a solar, tornar-se-ão mais relevantes no futuro, impulsionadas pelo menor custo por unidade destas fontes renováveis e pelo potencial energético do país. Além disso, uma maior utilização de recursos renováveis permitir-nos-á exportar outros recursos, nomeadamente o gás natural.

Telecomunicações

Cada dólar que o sector adiciona à economia directamente traduz-se em aproximadamente dois dólares de impacto adicional noutros sectores. Assim, procuraremos aumentar a conectividade e a inclusão digital e melhorar o acesso à tecnologia móvel e da internet, sobretudo nas áreas rurais, o que acelerará o crescimento económico, permitirá que as empresas prosperem, e transformará a vida e os meios de subsistência do povo angolano. Para alcançar todos estes objectivos, será fundamental promover a competição no sector das telecomunicações, fomentando a participação de operadores internacionais capazes de aportar tecnologia e *know-how*.

Transportes

Um sistema de transportes eficiente e integrado é essencial para a competitividade dos diferentes sectores de actividade.

Na aviação, temos três prioridades fundamentais para o sector: fortalecer a gestão regulatória, tornar Luanda num hub regional e maximizar o valor da restante infra-estrutura aeroportuária. Para concretizar a nossa visão, será fundamental maximizar a utilização das infraestruturas existentes, mediante uma maior participação de parceiros privados, desenvolver a companhia aérea de bandeira e promover competitividade sustentável e crescente liberalização do sector.

No subsector ferroviário, a prioridade será maximizar o potencial da infraestrutura existente, aproveitando,

por exemplo, o corredor do Lobito para exportar os produtos da Copperbelt. Vamos reestruturar o sector ferroviário público, revendo e reforçando a regulamentação, criando a nova Empresa Nacional de Infra-estrutura Ferroviária (ENIF), reestruturando os operadores ferroviários públicos, separando, gradualmente, a infra-estrutura e as operações, e abrindo as operações à participação de privados.

No subsector portuário, além de reforçar a regulamentação portuária e marítima, vamos expandir a concessão de terminais a particulares, promovendo o modelo "senhorio" de gestão portuária. Vamos, também, maximizar a utilização da infra-estrutura actual, e rever criteriosamente os investimentos futuros, procurando atrair investimento privado para novos projectos; reforçar a coordenação regional e sectorial com o ecossistema portuário; e aumentar as parcerias com entidades privadas e sectores produtivos.

Por último, no subsector rodoviário, vamos reabilitar e assegurar a manutenção adequada, eficiente e económica da rede rodoviária de modo a facilitar a circulação em todo o país e a apoiar a intermodalidade do sector dos transportes. Estimularemos também o transporte colectivo e reforçaremos a competitividade do sector. Isto inclui formalizar e regulamentar alternativas existentes e emergentes para o transporte colectivo, tais como os táxis e mototáxis ("candongueiros" e "kupapatas"); reestruturar as empresas públicas do sector; e elaborar o plano rodoviário de Luanda, bem como um plano para as restantes cidades afectadas por restrições dos transportes públicos.

Habitação

O nosso objectivo é reduzir o défice habitacional no contexto de uma população em crescimento. Para concretizar a nossa visão, forneceremos habitação adequada a preços acessíveis, com maior acesso a serviços básicos – incluindo água, saneamento e electricidade – em áreas urbanas e rurais. Aumentaremos a produção de habitação a preços acessíveis, ajustando os custos de construção à capacidade local, e melhoraremos o acesso ao financiamento da habitação. Formalizaremos também o mercado habitacional, conduzindo a um aumento do número de títulos de propriedade habitacional e à redução de construções informais em assentamentos informais.

Teremos uma economia diversificada e próspera

Para assegurar a criação de riqueza, especialmente no contexto de um aumento muito significativo da população, iremos garantir uma mudança radical na nossa produtividade em todos os sectores e aumentar a nossa resiliência para além do petróleo, garantindo também a independência e soberania alimentar do País.

Mais do que nunca, estamos empenhados em garantir que cada sector económico faça jus ao seu verdadeiro potencial, e estamos ansiosos por trabalhar com todas as partes interessadas, com foco especial no sector privado, para cumprir essa meta.

Mineração

Estudos recentes de geomapeamento extensivo mostram que Angola tem um vasto potencial inexplorado em minerais tais como rochas ornamentais, ouro, ferro, cobre, minerais raros alcalinos-carbonáticos e fosfatos. Captar este potencial exigirá uma transformação extraordinária, essencialmente criando, de raiz, um subsector não diamantífero. Neste sentido, será necessário aumentar em cerca de quinze vezes o investimento em prospecção não diamantífera. Para cumprir as nossas metas a longo prazo, será necessário alcançar resultados concretos a curto prazo e impulsionar um novo nível de prospecção, com atracção de dezenas de SMEs mineiras *(junior miners)* para o país, que estejam dispostos a apostar nas fases iniciais dos projectos.

No subsector dos diamantes, promoveremos a transparência, assegurando que o investimento em prospecção continue pelo, menos nos níveis actuais, e que a carteira de projectos no país se mantenha robusta. Com efeito, vamos incentivar a prospecção em áreas de Angola ainda não exploradas extensivamente, mas nas quais existe um elevado potencial geológico. Além disso, implementaremos um programa de excelência operacional em minas activas, visando elevar as nossas minas a um padrão de nível mundial, garantindo o cumprimento rigoroso das regras do Processo de Kimberley.

Agricultura

A nossa estratégia é dupla: iremos aumentar a produtividade do sector e, consequentemente, a situação económica das 3,1 milhões de famílias que dependem desta actividade; e iremos melhorar a disponibilidade, a acessibilidade e a qualidade dos alimentos no país, melhorando, assim, a saúde e resiliência da nação garantindo a sua soberania e a sua independência alimentar. Conseguiremos alcançar estes objectivos aumentando a área cultivada, a respectiva produtividade e, consequentemente, a produção agrícola. Actualmente, Angola utiliza pouco mais de 10% do total dos solos com potencial agrícola. Mobilizaremos recursos para mais do que duplicar a área cultivada nos próximos 30 anos, convergindo para uma utilização média da área agrícola total em linha com a SADC e com os países da África Subsariana. Além disso, há espaço para melhorar o nível de produtividade por hectare plantado. Actualmente, Angola tem um rendimento inferior na maioria das culturas (são excepções culturas como a mandioca e a banana), comparativamente aos pares regionais e a países com climas comparáveis. Para inverter este cenário, investiremos na melhoria do acesso aos principais factores de produção agrícola e respectiva utilização: solo, pela correcção da acidez do solo; água, pela irrigação; fertilizantes e pesticidas. As culturas com maior área de cultivo dividem-se em dois grupos: o primeiro grupo proporcionará segurança alimentar, aumentando a produção de alimentos básicos tradicionais para o consumo doméstico, tais como a mandioca, a massambala e o massango; o segundo grupo inclui culturas como o arroz, que têm um alto valor de importação, e diminuirão a nossa dependência das importações, além de oferecerem oportunidades de exportação.

Pescas

Desenvolveremos um sector sustentável, assentado no conhecimento e na inovação em todas as actividades e usos do mar, directa ou indirectamente relacionadas com os oceanos e as zonas costeiras, que promova o crescimento em direcção a uma "Economia Azul" sustentada e forte. Criaremos também uma indústria de aquicultura que capitalize os nossos recursos naturais dado o enorme potencial do nosso País para desenvolver este sector, que representa oportunidades atractivas para os investidores. Uma vez que os stocks tradicionais de captura estão sobre-explorados, não podendo responder ao aumento populacional, não aumentaremos a pesca de captura marinha. Assim, a nossa estratégia assentará em três dimensões: atrair investimento para desenvolver a aquicultura continental e também marinha e o processamento do pescado; assegurar a regulação e a fiscalização do sector; e coordenar o desenvolvimento de infra-estruturas. Quase 99% da nossa água de superfície disponível para a aquicultura continental não é utilizada actualmente. Na verdade, Angola ocupa o segundo lugar, entre todos os países da SADC, com maior superfície de água doce disponível. Outras vantagens competitivas para desenvolver a aquicultura continental incluem reduzidos níveis de poluição, uma amplitude térmica favorável, e a boa topografia dos solos constituída por planaltos, ideais para a construção das quintas de aquicultura. Além disso, as previsões apontam para uma lacuna entre a oferta e a procura nos países vizinhos, indicando que temos a oportunidade de aumentar a produção em 25% para responder à procura de pescado nesses países, e em 50% para responder à procura na região da SADC.

Indústria

Prevemos um sector que será significativamente diferente em 2050, com níveis mais elevados de automatização, e que empregará mais de um milhão de pessoas, quatro vezes a força de trabalho de fabrico do país hoje. Angola terá empresas industriais capazes de competir regionalmente. Teremos fluxos de comércio mais integrados, alimentados pela crescente procura regional. Será necessário concentrar esforços no desenvolvimento de indústrias que tenham um maior potencial de crescimento com valor acrescentado, invertendo o nosso actual perfil de produção. As três áreas seguintes apresentam vantagens competitivas que alavancaremos para cumprir as nossas metas: em primeiro lugar, dispomos de recursos naturais significativos que podem alimentar indústrias tais como a petroquímica; em segundo lugar, temos um potencial agrícola significativo, com uma crescente procura interna, que pode alimentar o sector de agro-processamento; e, em terceiro lugar, temos uma população jovem e numerosa que pode alimentar uma indústria leve e de uso intensivo de mão-de-obra, nomeadamente nos sectores do vestuário e dos têxteis. Para alavancar totalmente

o nosso potencial nestas áreas, será necessário atrair investimento privado em larga escala. Fá-lo-emos, resolvendo problemas sistémicos, se forem abordados os principais desincentivos na indústria, incluindo em serviços e infra-estruturas essenciais. Vamos reforçar a dinamização de infra-estruturas industriais específicas, nomeadamente a Zona Económica Especial Luanda-Bengo, e resolver questões específicas dos diferentes subsectores, implementando medidas concretas de dinamização do nosso sector industrial.

Comércio

A nossa visão está ancorada numa nação menos dependente das importações e capaz de dar resposta às crescentes necessidades de consumo através da produção interna. Nesse sentido, apoiaremos o crescimento e a eficiência dos nossos sectores produtivos, optimizando as cadeias de valor nacionais, criando agregadores no sector agrícola, e expandindo as plataformas logísticas. Faremos uma integração plena com os nossos vizinhos, tirando partido da crescente procura regional e desempenhando um papel mais activo nos acordos comerciais regionais, nomeadamente a SADC e a Zona de Comércio Livre Continental Africana. Vamos implementar reformas nos nossos processos aduaneiros para aumentar a eficiência nas actividades de exportação e importação. Esperamos também que a integração regional impulsione o crescimento do comércio electrónico no nosso país. Por último, vamos também formalizar o sector para apoiar o crescimento sustentável, criando concessões para mercados em todo o país, e promovendo o crescimento de plataformas dinamizadoras, tais como *mobile money* e sistemas de transparência de preços.

Turismo

Inicialmente, concentrar-nos-emos no desenvolvimento de infra-estrutura enquanto factor-chave para o crescimento e atracção de turistas em grande escala a médio e a longo prazo. Para aplicar os nossos recursos de forma criteriosa, vamos priorizar dois sectores com maior potencial de crescimento: o turismo sustentável de natureza (e o turismo de sol e mar associado) e de aventura. Posicionaremos ainda o país na categoria de longa estadia e gasto médio-alto. A nossa estratégia inclui uma abordagem a curto prazo e uma abordagem a médio e a longo prazo. A curto prazo, dedicaremos os nossos recursos a zonas turísticas de elevado valor e criaremos condições de excelência nessas zonas para atrair turistas e dar resposta às suas necessidades dos mesmos. A médio e a longo prazo, abordaremos as barreiras estruturais no sector do turismo angolano para desenvolver um ambiente favorável ao turismo em todo o país.

Petróleo, gás e biocombustíveis

Iremos continuar a aproveitar e a maximizar as oportunidades disponíveis no sector, aumentando a eficiência e a atractividade para os investidores. O sector petrolífero tem sido uma história de sucesso de que Angola se orgulha. Ainda assim, a prevista redução da procura global levará cada vez mais os operadores a deslocarem a produção para áreas do mundo com um menor custo por barril. Sendo necessário manter a competitividade neste espaço, estamos empenhados em introduzir um leque alargado de medidas para o garantir, por exemplo, redefinindo os acordos contratuais, incluindo a revisão do actual modelo de Contrato de Partilha de Produção; eliminando barreiras contratuais e promovendo iniciativas de coordenação e eficiência em conjunto com operadores do sector privado.

Além disso, aproveitaremos novas oportunidades, principalmente no que toca ao gás. A conclusão de um plano-director para o gás é fundamental para a gestão dos recursos existentes de forma integrada. Vamos implementar este plano com os objectivos de optimizar o desenvolvimento das reservas de gás para dar resposta à procura actual; optimizar o desenvolvimento das infraestruturas de gás, nomeadamente infraestruturas para GNL, gasodutos, armazenamento e transporte; e desenvolver o quadro jurídico para apoiar o desenvolvimento do sector a longo prazo.

Atrairemos também investimento para outros sectores a jusante, nomeadamente refinação, que oferecem oportunidades de crescimento e de desnvolvimento económico.

Ambiente de negócios

Angola será uma nação totalmente aberta à realização de negócios. Para concretizar esta visão, estamos empenhados em melhorar o ambiente empresarial, factor decisivo para atrair investimento

e impulsionar o crescimento económico em todos os sectores da economia.

Promoveremos um ecossistema resiliente e sustentável

Será necessário um compromisso a longo prazo para proteger o meio ambiente e os recursos naturais para benefício das gerações actuais e futuras.

Recursos hídricos

Os nossos recursos hídricos serão geridos para dar resposta às necessidades da economia e de uma população em crescimento. Será necessário aumentar mais de 10 vezes o abastecimento de água para dar resposta a estas necessidades. Face ao crescimento populacional, aumentar o acesso à água potável e melhorar o saneamento – tanto nas áreas urbanas quanto nas áreas rurais – será também uma prioridade fundamental. Vamos implementar um modelo integrado de gestão dos recursos hídricos para fazer face a estes desafios e reabilitar e construir a infraestrutura de abastecimento de água e de saneamento.

Ambiente

Em 2050, estaremos bem encaminhados para a descarbonização total, em linha com a meta global de alcançar a neutralidade de carbono na segunda metade do século, conforme exigido pelo Acordo de Paris. À medida que as nossas cidades se expandirem nos próximos 30 anos, adoptaremos medidas para controlar os resíduos, melhorar a qualidade do ar – reduzindo a concentração de partículas – e aumentar a contribuição das fontes renováveis na geração de electricidade. Aumentaremos ainda o tamanho das áreas protegidas do país para conservar a biodiversidade e faremos o inventário do nosso património ambiental para fornecer serviços associados aos ecossistemas.

Silvicultura

Apesar de possuirmos cumulativamente uma das maiores áreas florestais do continente africano, o seu contributo para a economia tem sido reduzido. A nossa estratégia florestal baseia-se na necessidade de proteger este recurso natural, garantindo, ao mesmo tempo, o seu valor económico. Sendo as nossas florestas naturais uma fonte de rendimento para a população rural, asseguraremos que aqueles que delas vivem o possam fazer de forma sustentável e produtiva.

Garantiremos uma nação aberta ao mundo, segura e com igualdade de oportunidades

Para fazer face aos desafios de reduzir a pobreza e a desigualdade, asseguraremos que cada indivíduo tenha oportunidades iguais de sucesso, independentemente do seu ponto de partida.

Protecção social

Reforçaremos a protecção social em três níveis, de protecção social, de forma a garantir um maior nível de inclusão e involvimento de todas as comunidades nacionais, incluíndo as minoritárias, refugiados, requerentes de asilo e as vulneráveis: a de base, a obrigatória e a complementar. Em primeiro lugar, aumentaremos as verbas destinadas à protecção social de base, convergindo com a média dos países da África Central; em segundo lugar, garantiremos que a protecção social obrigatória permaneça sustentável à medida que a demografia evolua e as taxas de dependência aumentem. Fá-lo-emos promovendo a formalização laboral, alargando assim a base de segurados e revendo os benefícios e a cobertura que proporcionamos; por último, estimularemos a protecção social complementar, a fim de aumentar o domínio dos cidadãos sobre o próprio futuro, apoiando e incentivando a criação de fundos de pensões privados e regulamentando o mercado de fundos privados para garantir que as respectivas operações sejam fiáveis para os aforradores.

Igualdade de género

A nossa visão é a de uma sociedade em que ser mulher seja sinónimo de bem-estar, segurança, autonomia, liberdade e capacitação, uma sociedade em que as mulheres tenham o controlo do próprio futuro. Para acelerar as mudanças necessárias para a concretização da nossa visão, daremos prioridade

a três dimensões principais: a escolaridade para meninas e mulheres, o acesso ao planeamento familiar, e um quadro jurídico que salvaguarde a segurança e a protecção de meninas e mulheres.

Vamos criar as condições necessárias para eliminar o absentismo feminino e ajudar as meninas a completar a escolaridade. Na área da saúde, garantiremos que as raparigas e mulheres tenham acesso a serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo a educação moderna em planeamento familiar e métodos para ajudar a combater as altas taxas de fertilidade, a gravidez na adolescência, a gravidez não planeada e as complicações neonatais. No que toca à segurança, combateremos resolutamente a violência de género e todas as formas de violência perpetradas contra as meninas e as mulheres.

Adoptaremos medidas que contribuam para o nosso objectivo de igualdade de género em todas as áreas da sociedade, incluindo a participação das mulheres angolanas na política, o acesso a oportunidades económicas e a eliminação de estereótipos de género.

Juventude

Até 2050, os jovens tornar-se-ão o segmento dominante da população angolana. Reconheceremos os jovens enquanto força motriz do futuro de Angola e criaremos as condições para realizar todo o seu potencial, tornando-os actores-chave no desenvolvimento do país. Garantiremos que a política nacional de juventude seja reconhecida como ferramenta estratégica pelo governo central e pelas autoridades locais para apoiar políticas transversais de juventude em todos as áreas de governação: social, política e económica. Vamos desenvolver um ecossistema forte de organizações da juventude e envolver os jovens líderes na implementação dessa estratégia. Daremos especial atenção ao reforço da saúde sexual e reprodutiva, ao combate à propagação do VIH/SIDA e à redução dos comportamentos de dependência, alargando simultaneamente o acesso à educação e à formação e proporcionando competências digitais e técnicas para maximizar a integração económica e as oportunidades de emprego e reduzir o número de jovens Nem-Nem (fora do sistema de ensino, de emprego e de formação).

Reforma do Estado

Para continuar a reforçar a qualidade da nossa democracia, vamos prosseguir com o reforço da separação dos poderes do Estado, salvaguardando o equilíbrio entre os seus órgãos. Vamos também ajustar a intervenção do Estado na economia, reduzindo significativamente o exercício da actividade empresarial por parte do Estado e concentrando a sua acção na garantia de serviços sociais básicos e infra-estruturas, enquanto reforçamos a nossa capacidade de regulação e a qualidade da gestão das restantes empresas estatais. Continuaremos a racionalizar as entidades e os organismos do sector público, abordando possíveis inconsistências e sobreposições nas respectivas missões, limitando a proliferação de institutos e de estruturas administrativas. Asseguraremos a descentralização política e administrativa, institucionalizando as Autarquias Locais, criando condições para o funcionamento dos seus órgãos, e permitindo, sempre que possível, a interdependência de funções com o poder tradicional. Vamos fortalecer e modernizar os serviços públicos, maximizando a sua capacidade operacional, a qualidade e a transparência, desenvolvendo o nosso capital humano público com recurso a um forte sistema contínuo de formação, avaliação e gestão de recursos humanos, bem como reestruturando as carreiras públicas. Integraremos também os serviços físicos e *online* em plataformas digitais interoperáveis, melhorando significativamente a eficiência e o desempenho no governo electrónico, criando ainda a iinfraestrutura para garantir a operação contínua e uma maior acessibilidade.

Por último, vamos melhorar os resultados de Angola nos principais rankings e indicadores sobre o Estado de direito, os direitos fundamentais, a participação dos cidadãos, a governança do Estado, a eficiência e a responsabilização da administração pública, e o controlo da corrupção.

Justiça

Fortaleceremos a autonomia e a independência do Ministério Público e do Poder Judicial, revendo os processos de nomeação e de controlo e reforçando carreiras e remunerações. Vamos também aprovar e implementar legislação que modernize o sistema judicial, apoie a dissuasão do crime, permita a cooperação internacional no combate à corrupção, incentive a adesão formal de Angola às directrizes e instrumentos internacionais de combate à evasão fiscal, e promova a introdução de mecanismos eficazes para garantir a legalidade e a transparência dos procedimentos públicos. Adicionalmente, aumentaremos a oferta de magistrados, procuradores e advogados. Investiremos ainda progressivamente na formação de agentes de justiça especializados, e utilizaremos novas tecnologias, incluindo justiça cibernética e inteligência artificial, para aumentar a produtividade e a agilidade nos processos, com uma evolução previsível para a transformação digital do sector. Por último, vamos melhorar o acesso à justiça para todos, tendo em conta o aumento esperado da procura decorrente das medidas destinadas a garantir o acesso universal à justiça e o aumento da população. Investiremos mais nos tribunais e nos meios alternativos de resolução dos litígios, assegurando a celeridade e a prioridade dos procedimentos judiciais. A formação especializada reforçada, a assistência jurídica prestada aos mais desfavorecidos, e a introdução de novas tecnologias serão fundamentais.

Sistema de Segurança Nacional

Apostaremos na modernização tecnológica e na qualificação dos nossos militares como veículos de optimização da nossa estratégia de defesa. Vamos aumentar a incorporação de valor acrescentado nacional na despesa relativa ao domínio da segurança, contribuindo para a diversificação da economia e para a melhoria da qualidade do investimento público nesta área de actuação. Redimensionaremos as nossas forças armadas, assegurando a reintegração social e produtiva dos nossos veteranos e reformando o sistema de recrutamento. Vamos reformar os subsistemas de saúde e de ensino militares, adequando-os aos novos desafios operacionais que Angola enfrentará.

Combateremos preventivamente a criminalidade, seja através da dissuasão, seja através da sensibilização da população para este esforço comum. Continuaremos a perseguir as práticas corruptas e a criminalidade económica de forma determinada e consistente. Elevaremos o respeito pelos direitos humanos a questão de segurança nacional, pugnaremos pela consolidação da maioridade nacional neste domínio e estaremos vigilantes na salvaguarda dos direitos, liberdades e garantias de todos os angolanos, territorializando estruturas de monitorização do respeito pelos direitos humanos.

Política Externa

Angola será uma nação cada vez mais aberta ao mundo. Através da nossa política externa, afirmaremos os valores e interesses nacionais nas relações com o exterior, procurando contribuir, de forma activa e proactiva, para a criação das condições propícias ao desenvolvimento sustentável de Angola, à segurança nacional e ao bem-estar de todos os Angolanos. A nossa estratégia baseia-se no reforço da influência política de Angola no contexto internacional, na utilização da diplomacia económica e na melhoria da relação com as instituições financeiras internacionais como suporte da nossa estratégia de diversificação da economia. Além disso, dinamizaremos a relação com a diáspora e as comunidades angolanas no exterior e daremos a conhecer Angola ao mundo, nomeadamente com recurso a uma diplomacia pública e uma diplomacia cultural que complementem a nossa diplomacia económica. Este esforço diplomático apoiar-se-á numa melhor eficiência da implementação dos acordos bilaterais e multilaterais assinados pelo nosso país.

Em cada uma destas cinco áreas, destacámos um conjunto de compromissos e metas.

Reconhecemos que estas aspirações devem ser cumpridas para todos os cidadãos residentes em Angola. O nosso modelo de desenvolvimento territorial constitui uma dimensão estruturante para a materialização das oportunidades de desenvolvimento até 2050, pela utilização criteriosa dos nossos recursos humanos e materiais, e também pela estruturação de áreas urbanas e rurais e de infra-estruturas, de modo a acomodar a nossa população em rápido crescimento e fomentar os investimentos.

Em 2050, teremos um território mais equilibrado devido a uma menor concentração territorial da nossa economia, resultado da redução das assimetrias entre as províncias e da redução da pobreza multidimensional em todo o país. Esta desconcentração, com uma diminuição do peso de Luanda e das províncias do norte e ganhos em outras, basear-se-á no desenvolvimento de infraestruturas adequadas e serviços básicos, tanto em zonas urbanas quanto em zonas rurais. A nossa visão assenta na criação de condições para promover o desenvolvimento do capital humano em todo o território, melhorando o acesso aos serviços de educação e saúde e a qualidade dos mesmos, em todas as províncias, promovendo também a igualdade de acesso à informação e de oportunidades de emprego.

Uma vez mais, o futuro pertence-nos.
Estamos juntos.

VI. Uma sociedade que valoriza e potencia o seu capital humano

O nosso futuro depende do investimento no capital humano de Angola. Para impulsionar o crescimento económico inclusivo e melhorar a qualidade de vida, precisamos de aumentar a produtividade, a saúde e o bem-estar da população. Embora tenhamos feito progressos nas últimas duas décadas no aumento do número médio de anos de educação que os nossos cidadãos recebem e no aumento da esperança média de vida, ainda subsistem desafios significativos. O objectivo global é melhorar a nossa posição no Índice de Capital Humano do Banco Mundial, passando do quarto quartil para o terceiro, até 2050. Reconhecemos que alcançar melhorias duradouras na saúde e na educação leva tempo, mas estamos empenhados em fazê-lo.

Na área da saúde, o nosso objectivo é aumentar a esperança média de vida em Angola dos actuais 62 anos para perto dos 70, até 2050. Também vamos reduzir significativamente a taxa de mortalidade de menores de 5 anos, passandos dos actuais 71 por mil nados vivos para menos de 20 até 2050. Assim, a nossa estratégia de saúde centrar-se-á na expansão do acesso aos cuidados primários - planeamos duplicar o número de centros de saúde em todo o país, expandir o número de postos de saúde e assegurar um maior número de profissionais de saúde comunitários qualificados.

Além disso, precisamos urgentemente de enfrentar os desafios colocados pelo rápido crescimento populacional. A nossa taxa de fertilidade é a sexta maior do mundo - em média, cada mulher angolana dá à luz cerca de 5,4 crianças. O nosso objectivo é reduzir este número para 3,2 até 2050. Mesmo que o consigamos, a nossa população ainda irá mais do que duplicar nas próximas três décadas. A estratégia de saúde deve, portanto, assegurar um aumento massivo do acesso à contracepção e à educação generalizada em matéria de planeamento familiar.

Isto é absolutamente fundamental para assegurar o crescimento sustentável da população e evitar uma maior pressão sobre os recursos económicos e sociais do país.

A educação é um elemento chave da nossa visão. Temos de assegurar que o nosso povo esteja dotado dos conhecimentos e competências de que necessita para fazer de Angola uma nação mais produtiva. Para isso, reforçaremos a qualidade do nosso sistema educativo, e aumentaremos o acesso ao mesmo.

Mas o desafio é considerável: precisaremos de ter um desempenho significativamente melhor nas avaliações padronizadas a nível internacional e reduzir as taxas de analfabetismo (acima dos 15 anos de idade) de 24% actuais para cerca de 5%. Além disso, até 2050, serão necessários aproximadamente 700.000 professores e aproximadamente 500.000 novos professores precisarão de ser contratados. Para tornar isso viável, vamo-nos concentrar em programas para aumentar

o número de professores e melhorar as suas qualificações. Para garantir uma educação de melhor qualidade, reduziremos os índices de alunos/professores, melhoraremos o currículo e promoveremos o acesso à aprendizagem digital, como forma de abranger todas as crianças do país e alcançar ganhos de eficiência. Também ampliaremos a nossa rede escolar para melhorar as matrículas, com foco especial no combate à desigualdade de género e às discrepâncias urbanas/rurais. O nosso objectivo é que, até 2050, todas as crianças tenham acesso a dez anos de ensino obrigatório. Tal também exigirá investimento em infraestrutura básica e equipamentos, incluindo mais de 290.000 salas de aula adicionais.

Dada a importância fundamental do desenvolvimento na primeira infância, daremos prioridade e concentrar-nos-emos na educação pré-escolar e primária, o que garantirá o sucesso futuro dos nossos filhos e tornará os subsistemas educacionais restantes mais eficientes.

No ensino superior, vamos colocar o foco na expansão da investigação e formação pós-graduada em áreas críticas para o desenvolvimento de Angola - tais como ciência, tecnologia, engenharia e matemática (STEM, sigla em inglês), comunicação e tecnologia da informação (TIC), economia digital, saúde e biotecnologia - e em sectores onde possamos capitalizar os nossos recursos naturais.

Os nossos ganhos em saúde e em educação constituirão a base da nossa futura sociedade. É fundamental que aumentemos o nosso compromisso de investimento nestes sectores. Assim, mais que duplicaremos o peso dos gastos em saúde em percentagem do PIB, de 3% do PIB para aproximadamente 7%. Também duplicaremos o gasto no sector da educação, de 2% do PIB para mais de 4%—com investimentos substanciais destinados à contratação e à formação de professores e à expansão do educação pré-escolar e ensino primário.

Além dos recursos públicos, precisaremos de contar com o apoio internacional. Até agora, não temos conseguido atrair ajuda externa para os sectores da saúde e educação, tal como acontece com alguns dos nossos pares. Necessitaremos de trabalhar efetivamente com instituições multilaterais e bilaterais para trazer o conhecimento e o financiamento necessários para nos ajudar a alcançar a nossa visão.

Acima de tudo, a tarefa de construir uma nação saudável e qualificada implicará uma estreita parceria com o povo de Angola. As suas escolhas saudáveis e a priorização da sua educação, saúde e bem-estar e dos seus filhos irão criar oportunidades para eles—e Angola—prosperar.



6.1 Educação

Todos os cidadãos residentes em Angola terão acesso a um ensino de qualidade e estarão munidos dos conhecimentos e das competências necessários de modo a contribuir para o crescimento inclusivo e progresso nacional


Metas principais
2022*
2030
2050
Anos de escolaridade ajustados à aprendizagem
4,2
(2020)
4,8
6,3
Índice de Capital Humano do Banco Mundial, Unidades de Testes Harmonizados, Componente 2 Educação
4.º quartil (pontuação 326) (2020)
4.º quartil (pontuação 344)
3.º quartil (pontuação 380)
Taxa de alfabetização (>= 15 anos)
76%
80%
95%
*2022 ou ano mais recente disponível

A nossa visão

Em 2050, os angolanos completarão muito mais anos de escolaridade e terão melhores resultados de aprendizagem, tais como pontuações mais elevadas na componente de educação do Índice de Capital Humano do Banco Mundial. Para um desenvolvimento nacional sustentável, é fundamental que os cidadãos tenham os conhecimentos e as competências que lhes darão autonomia para participar neste processo, o que resultará no crescimento e progresso de Angola.

Actualmente, Angola apresenta níveis reduzidos de literacia ee de educação. As nossas taxas de conclusão dos estudos[1] são baixas em todos os níveis de ensino – 71% no ensino primário; 48% no I ciclo do Ensino Secundário; 3% no ensino superior[2]. A componente de educação do Índice de Capital Humano reflecte a média de anos de escolaridade expectável à nascença e os resultados obtidos em testes internacionais. Estas medidas revelam que Angola está classificada no quarto quartil da educação, à escala global. Iremos passar do quarto para o terceiro quartil até 2050, o que, tendo em conta o tempo que leva a implementar reformas no sector e a obter resultados, significa uma melhoria ambiciosa nos próximos 30 anos, sobretudo considerando a projecção do crescimento populacional, que verá multiplicar por 1,7 o número de crianças e jovens em idade escolar (5 aos 18 anos) até 2050. A nossa visão centra-se, portanto, na expansão e melhoria da qualidade do ensino, e numa transformação do nosso sistema de ensino em direcção a um modelo educacional com currículos e métodos de ensino inovadores, tecnologicamente avançados, e em que a abordagem STEM, ensino de línguas estrangeiras e formação profissionalizante e vocacional esteja presente desde as primerias classes.

Para alcançarmos estes objectivos, tomaremos um conjunto de medidas que visam diminuir o rácio aluno/professor, melhorar o currículo e os recursos educativos, e, acima de tudo, aumentar os níveis de qualificação dos professores.

O número de alunos irá mais do que duplicar, o que conjugado com a melhoria nos rácios aluno/professor implicará que, em 2050, serão necessários cerca de 680.000 professores e deverão ser contratados perto de 480.000 professores. Para tal, concentrar-nos-emos em programas de qualificação dos professores e em medidas que promovam e valorizem a carreira docente. A melhoria da qualidade do ensino primário e secundário é um desígnio nacional e um factor fundamental para que a população possa prosseguir os estudos para o ensino superior.

A taxa de analfabetismo na população adulta angolana continua elevada, representando cerca de 24% da população com 15 anos ou mais. Apesar dos programas de combate ao analfabetismo, o número de jovens que chegam aos 15 anos e são analfabetos é especialmente preocupante, pelo que o nosso enfoque será a capacitação dessa população. O nosso objectivo é o de que, em 2050, 90% da população com 15 anos ou mais seja alfabetizada. O reforço do ensino para adultos será fundamental tendo em vista o aumento do nível de literacia da população. Consequentemente, prevê-se uma mudança na percepção da população sobre a importância do ensino, o que será fundamental para reduzir a taxa de abandono escolar.

Além disso, vamos ampliar a rede escolar, levando à melhoria das taxas de escolarização. As soluções que delineamos garantirão que, até 2050, a média de anos de escolarização ajustados à aprendizagem passará de quatro para seis anos. Tanto a média de anos de escolaridade quanto a taxa de escolarização aumentaram significativamente na última década, registando-se mais de 1,5 milhões de crianças matriculadas na escola entre 2012 e 2019.

[1] Percentagem de crianças e jovens de um dado grupo etário que completam na idade normal o nível de ensino relevante para esse grupo etário. Os números a seguir apresentados são uma aproximação e referem-se ao número de alunos matriculados pela primeira vez na classe terminal de um nível de Ensino, independentemente das suas idades, expresso em percentagem da população de referência na classe terminal do mesmo nível de Ensino. Não se apresenta valor para o II ciclo do ensino secundário, dada a variação da idade relevante para a classe terminal dos diversos subsistemas, sendo que as taxas de conclusão seriam 34% no ESG e 15% no ESTP. Dados do Anuário Estatístico da Educação de 2019

[2] taxa de eficácia do ensino superior

Este progresso resultou, em grande medida, dos esforços realizados na expansão da rede escolar, pelo que iremos dar continuidade a este progresso, assegurando que, até 2050, todas as crianças tenham acesso a dez anos de escolaridade obrigatória (desde a classe de iniciação até ao primeiro ciclo do ensino secundário) e que quase todas o frequentem. Vamos aumentar a infra-estrutura e os equipamentos adequados, incluindo mais de 260.000 salas de aula adicionais.

Ao mesmo tempo, em todas as intervenções, é da maior importância, por um lado, superar as desigualdades entre géneros (os índices de paridade de género revelam que a taxa de escolarização feminina é desproporcionalmente reduzida em todos os níveis de ensino), e, por outro lado, superar as desigualdades entre províncias e entre áreas urbanas e rurais.

A concretização dos nossos objectivos e metas relativamente à educação exigirá a duplicação do peso do investimento no sector no PIB. Actualmente, a nossa percentagem do PIB afecta à educação é das mais baixas de África, mas iremos aumentá-la de 2,3 para mais de 4,2%, de um modo geral, com um investimento substancial na contratação e formação de professores, bem como na expansão da educação pré-escolar e do ensino primário, de modo a promover o empenho nos primeiros anos de aprendizagem. Além dos recursos públicos, teremos também de contar com o apoio internacional. Angola não tem atraído ajuda externa para o sector e recebe ainda menos ajuda internacional para a educação do que alguns países de rendimentos elevados. Esta ajuda pode reforçar o nosso orçamento para a educação e permitir que Angola atinja níveis mais elevados de cobertura e qualidade do ensino. Ao elevar os nossos actuais níveis de ajuda para a média da SADC (de 5 para 26 dólares por pessoa em idade escolar) estaríamos a acrescentar mais de 200 milhões de dólares ao orçamento anual (Quadro 13).

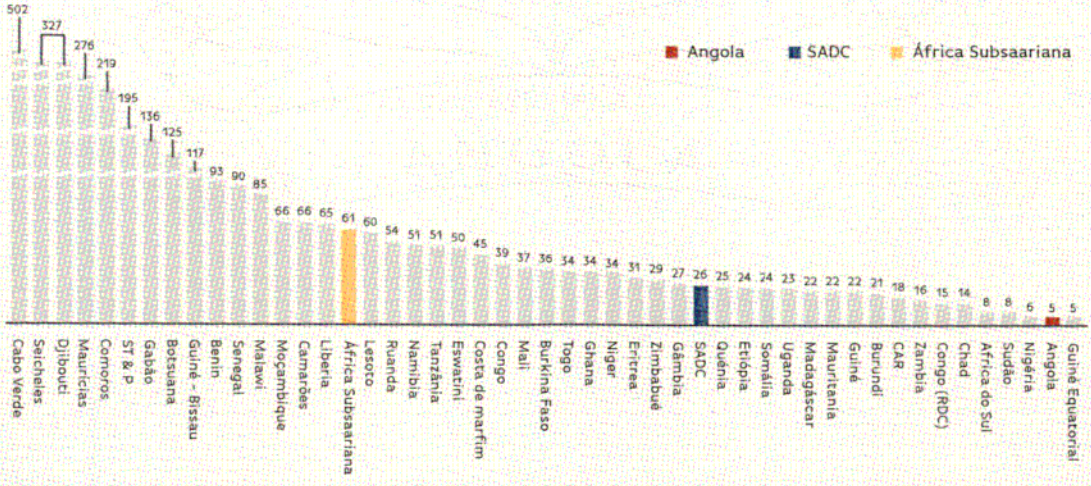
Adicionalmente, intensificaremos a literacia digital e recorreremos às novas tecnologias, de modo a melhorar o conteúdo educativo e oferecer ensino digital, especialmente no ensino superior, no qual iremos garantir uma maior participação do sector público, em relação ao sector privado..

Para além da classe de iniciação, promoveremos o alargamento do educação pré-escolar a uma percentagem significativa das crianças de 3 e 4 anos, o que poderá vir a traduzir-se numa necessidade adicional, relativamente aos valores atrás referidos, de cerca de 27 000 educadores de infância e de igual número de salas, articulando a oferta pública e a privada.

Quadro 13

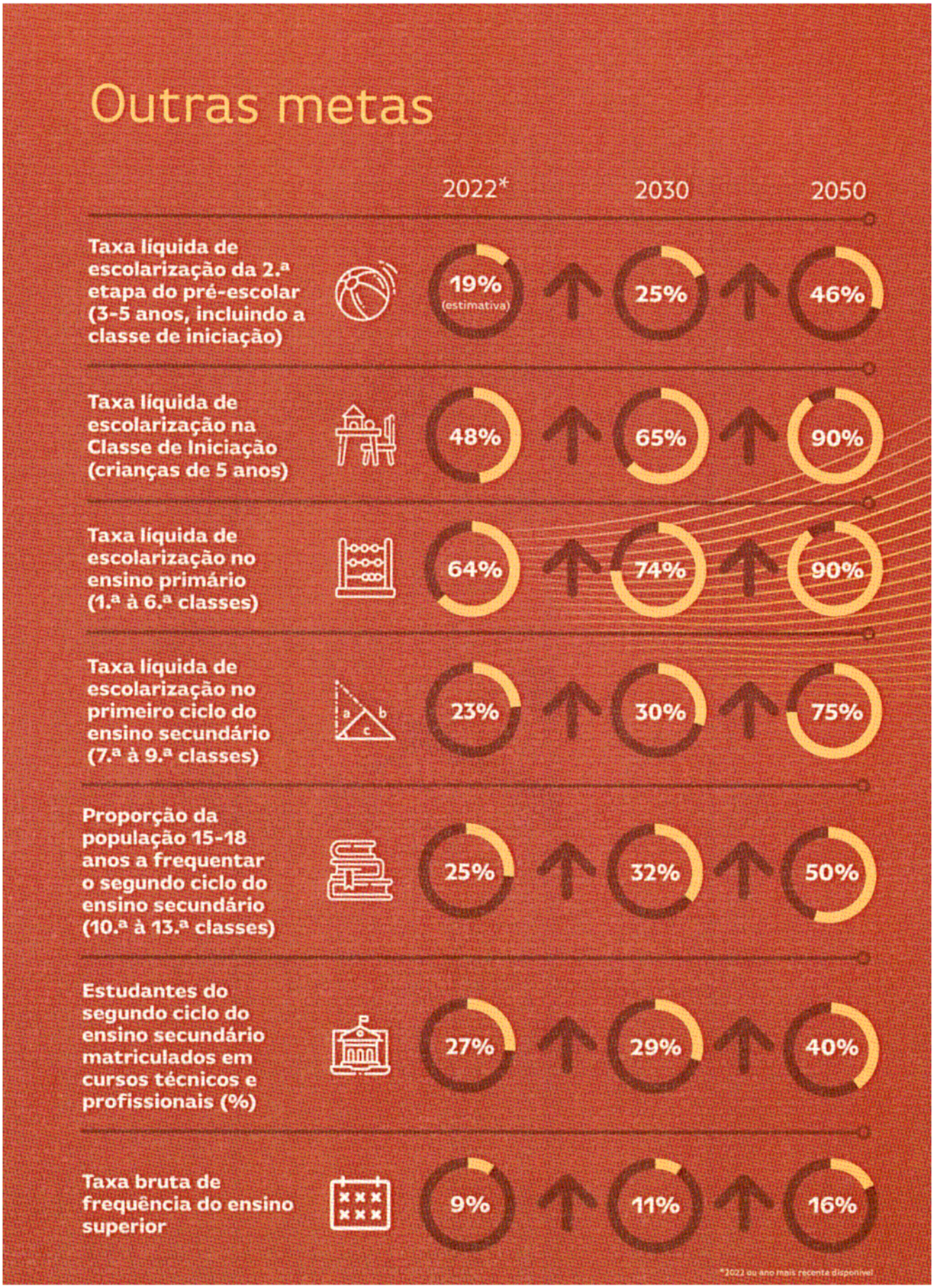
Angola é dos países africanos que recebe menos ajuda internacional por pessoa em idade escolar ($5); a convergência com a média da SADC ($26) adicionaria ao orçamento ~$200 milhões

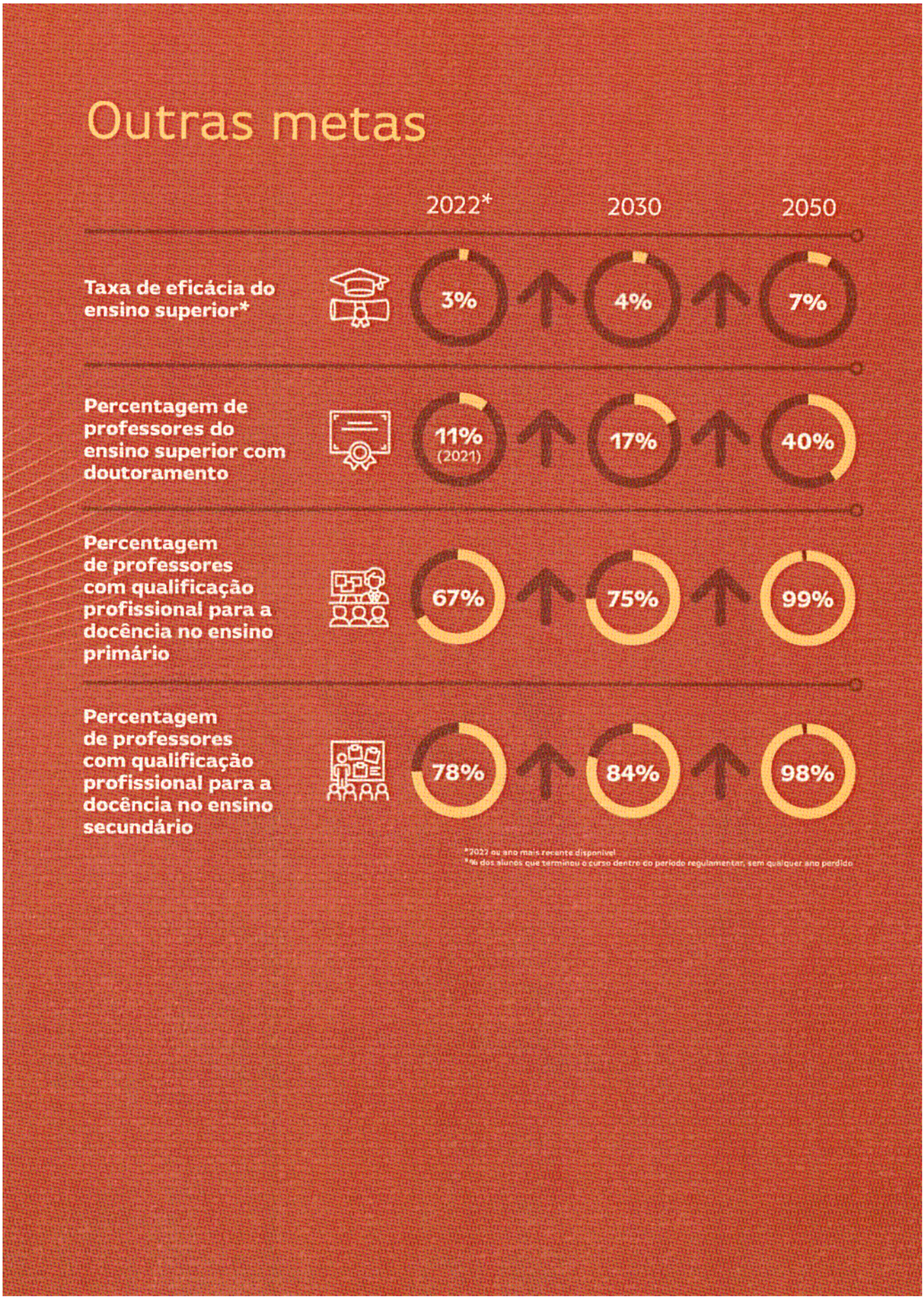
Doações oficiais de ajuda recebidas por pessoa em idade escolar[1], 2017 (USD)



1. Calculado como doação total oficial recebida/total número de estudantes
2. Calculado através da multiplicação da diferença de doações por número de estudantes em 2017
Nota: Médias aritmeticas usadas para grupos de países

Fonte: Banco Mundial; MED


Outras metas
2022*
2030
2050
Taxa líquida de escolarização da 2.ª etapa do pré-escolar (3-5 anos, incluindo a classe de iniciação)
19% (estimativa)
25%
46%
Taxa líquida de escolarização na Classe de Iniciação (crianças de 5 anos)
48%
65%
90%
Taxa líquida de escolarização no ensino primário (1.ª à 6.ª classes)
64%
74%
90%
Taxa líquida de escolarização no primeiro ciclo do ensino secundário (7.ª à 9.ª classes)
23%
30%
75%
Proporção da população 15-18 anos a frequentar o segundo ciclo do ensino secundário (10.ª à 13.ª classes)
25%
32%
50%
Estudantes do segundo ciclo do ensino secundário matriculados em cursos técnicos e profissionais (%)
27%
29%
40%
Taxa bruta de frequência do ensino superior
9%
11%
16%
*2022 ou ano mais recente disponível


Outras metas
2022*
2030
2050
Taxa de eficácia do ensino superior*
3%
4%
7%
Percentagem de professores do ensino superior com doutoramento
11% (2021)
17%
40%
Percentagem de professores com qualificação profissional para a docência no ensino primário
67%
75%
99%
Percentagem de professores com qualificação profissional para a docência no ensino secundário
78%
84%
98%
*2022 ou ano mais recente disponível
**% dos alunos que terminou o curso dentro do período regulamentar, sem qualquer ano perdido

As escolhas com que nos deparamos

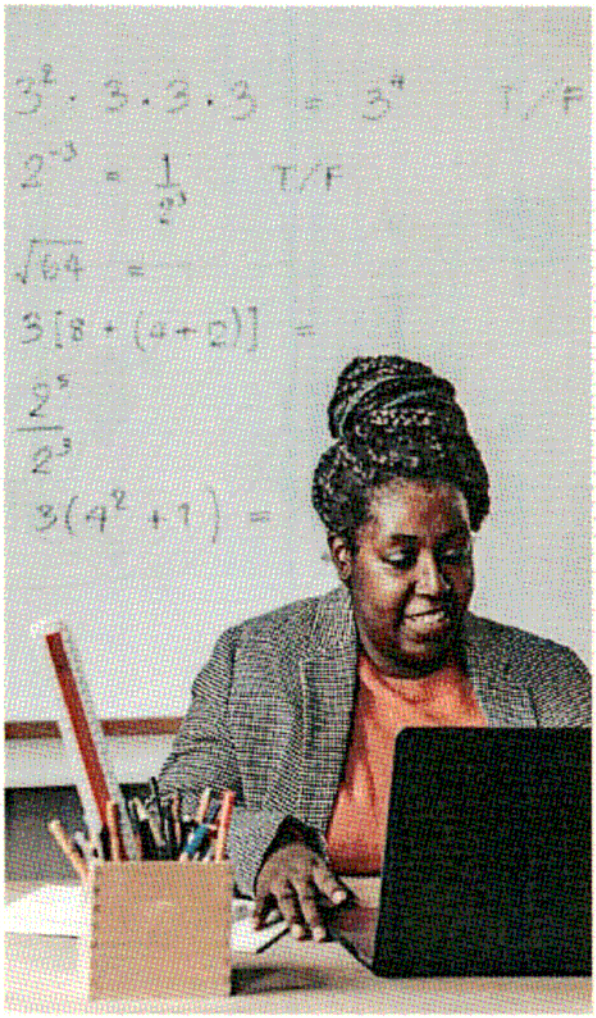
Nos próximos anos, Angola enfrentará um dos maiores aumentos populacionais no continente africano, em todas as faixas etárias, sendo uma tendência que representará desafios significativos para o sector, exigindo o equilíbrio certo entre a expansão da rede escolar e a melhoria da qualidade do sistema educativo.

No âmbito deste equilíbrio, deverá ser feita uma escolha clara no sentido de priorizar a expansão e melhoria da qualidade dos níveis pré-escolar e primário como estratégia com vista a aumentar a eficiência em todos os restantes níveis de ensino.

Outra escolha diz respeito à melhoria da qualidade da formação dos professores e neste sentido, asseguraremos que os professores tenham qualificações pedagógicas e que, gradualmente, toda a sua formação seja estruturada com nível do ensino superior. Até 2050, teremos um número significativo de professores qualificados para assegurar a cobertura de todos os níveis do nosso sistema de educação, com ênfase no aumento da qualidade. Simultaneamente, será dada prioridade ao reforço da carreira docente.

O ensino técnico-profissional desempenhará um papel fundamental na nossa estratégia, o que criará verdadeiras oportunidades para as pessoas, permitindo-lhes aceder ao mercado de trabalho e desempenhar um papel produtivo em vários sectores da nossa economia.

Para sustentar a nossa visão e as nossas metas, é necessário optarmos por considerar a educação como uma prioridade no orçamento nacional, com financiamento complementar da ajuda internacional e do sector privado. Esta será a pedra angular para viabilizar a nossa estratégia e para causar um impacto profundo na vida do nosso povo e na força da nossa nação.



[3] Dado que os diferentes subsistemas têm idades de referência diferentes, não se utiliza o conceito de taxa liquida de escolarização

As nossas soluções

Identificámos seis conjuntos de soluções para o sector da educação, que visam: i) promover a massificação do acesso a todos os níveis de ensino; ii) formar recursos humanos técnicos e de alto nível; iii) proporcionar melhor formação a mais professores; iv) erradicar o analfabetismo em todas as idades; v) intensificar a educação digital e expandir a literacia digital; e vi) melhorar a *governance* do sistema educativo.

Promover a massificação do acesso a todos os níveis de ensino

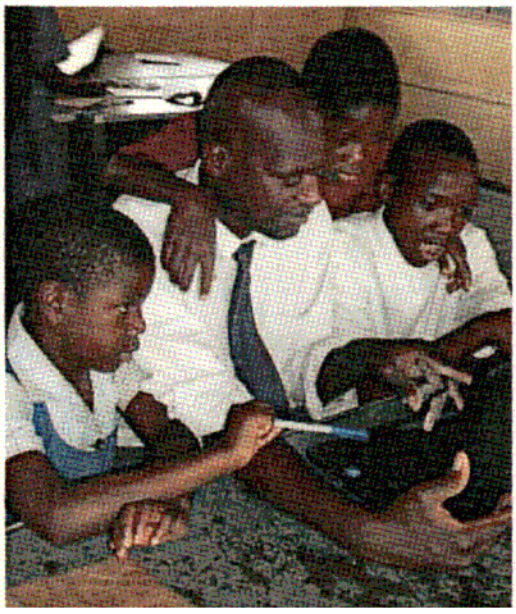
Os nossos objectivos são, por um lado, assegurar um acesso mais alargado a todos os níveis de ensino, prestando especial atenção ao aumento do acesso à educação pré-escolar de qualidade – apoiando, deste modo, o desenvolvimento da primeira infância e, por outro lado, assegurar que todas as crianças e jovens possam frequentar a escola durante um período obrigatório de dez anos (incluindo a classe de Iniciação, o ensino primário e o primeiro ciclo do ensino secundário).

Criar uma rede de educação pré-escolar

Os anos da educação pré-escolar oferecem uma oportunidade insubstituível para definir um caminho para o sucesso na escola primária e na vida subsequente. Faremos o possível para expandir a taxa de frequência da segunda etapa da educação pré-escolar para cerca de 46%, incluindo alcançar uma taxa de 90% nas matrículas na classe de Iniciação. Para tal, construiremos e equiparemos a infraestrutura educativa pré-escolar para centros infatis, nomeadamente para crianças até aos 3 anos e centros infantis para crianças dos 3 aos 5 anos. Incentivaremos a participação privada no fornecimento de infra-estrutura e equipamentos, com co-financiamento estatal. Em áreas onde não há acesso a centros infantis ou a centros infantis, encontraremos soluções comunitárias de modo a possibilitar o respectivo acesso. Asseguraremos que todas as novas escolas que administram o ensino primário incluam salas de aula para a classe da iniciação, e melhoraremos e simplificaremos os processos de licenciamento para instalações destinadas à educação pré-escolar.

Aumentar a cobertura nacional da rede de escolaridade obrigatória (até à nona classe)

Com o objectivo de proporcionar maior cobertura da rede escolar nacional e alcançar taxas óptimas de escolarização, expandiremos as instalações disponíveis e melhoraremos as salas de aula existentes em parceria com as autoridades locais. Planeamos construir salas de aula para o ensino primário e para o primeiro ciclo do ensino secundário de acordo com a Carta Escolar/Educativa e em parceria com o governo local. Adicionalmente, modernizaremos as escolas existentes e melhoraremos as suas instalações físicas, garantindo que todas as escolas do ensino primário e do primeiro ciclo do ensino secundário tenham água potável, instalações sanitárias, electricidade, mobiliário escolar, laboratórios, internet e cantinas. Por fim, promoveremos projectos de desenvolvimento do ensino primário a distância e proporcionaremos soluções de ensino primário para populações em transumância.



Proporcionar escolaridade obrigatória de qualidade

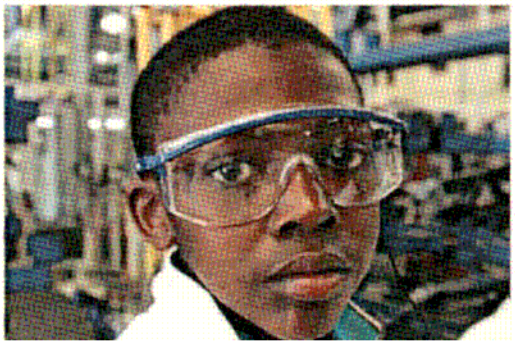
De modo a proporcionar uma escolaridade obrigatória sólida e de elevada qualidade, adoptaremos uma abordagem transdisciplinar com uma perspectiva de futuro. Definiremos as competências-chave nos vários níveis de escolaridade obrigatória, nomeadamente nas 6.ª e 9.ª classes. Desenvolveremos e alargaremos o Programa de Merenda Escolar, através de modelos de gestão ajustados às realidades e potencialidades de cada região, envolvendo os governos e as comunidades locais no fornecimento das refeições escolares, as quais pretendemos que sejam garantidas a todos os alunos do ensino primário e do primeiro ciclo do secundário. Introduziremos o ensino de línguas estrangeiras, dando prioridade ao inglês no ensino primário, e planeamos criar e implementar programas educativos para a saúde reprodutiva e prevenção da gravidez precoce. Além disso, promoveremos o desenvolvimento de conteúdo curricular local no sentido de parte dos conteúdos curriculares (20%) serem da responsabilidade local para poderem ser adaptados ao contexto territorial – por exemplo, introduzindo objectivos ligados à vida rural, ao desenvolvimento sustentável ou à educação para a saúde, e incorporando as línguas de origem das crianças nos conteúdos escolares e no ensino, nomeadamente em áreas remotas. Adicionalmente, promoveremos o Sistema Nacional de Avaliação e Garantia de Qualidade nos diferentes subsistemas de ensino, implementaremos exames nacionais nas 6.ª e 9.ª classes, e asseguraremos a participação assídua em iniciativas internacionais, de modo a avaliar o desempenho dos alunos através do Consórcio da África Austral e Oriental para a Monitorização da Qualidade Educacional (SEACMEQ).

Expandir o acesso e a qualidade do ensino para os alunos do segundo ciclo do ensino secundário

Iremos criar condições físicas adequadas nas escolas secundárias, melhorar a qualidade do equipamento pedagógico e promover a revisão e melhoria dos currículos. Construiremos escolas do segundo ciclo do ensino secundário de acordo com um modelo-padrão de escola para este nível de ensino, e ampliaremos as escolas existentes, aumentando o número de salas. Implementaremos um sistema interno de bolsas de estudo para todos os estudantes desfavorecidos, com base no rendimento familiar per capita e, em parceria com os governos provinciais, faremos um levantamento da oferta actual e das necessidades previstas em termos de alojamento. Para estudantes provenientes de áreas remotas, implementaremos um plano de criação de residências estudantis. Por fim, implementaremos exames nacionais na 12.ª classe.

Aumentar a inclusão social em todos níveis de ensino

Vamos promover condições de aprendizagem equitativas que ampliem a inclusão e o acesso à educação a todos os grupos populacionais, integrandos as comunidades vulneráveis e minoritárias, refugiados e requerentes de asilo e também aqueles com necessidades especiais de ensino. Asseguraremos a distribuição eficaz de manuais escolares gratuitos a todos os alunos do ensino primário e forneceremos material didáctico complementar desde a educação pré-escolar até ao primeiro ciclo do secundário. Adicionalmente, nas áreas remotas, asseguraremos condições de acesso ao ensino adequadas às especificidades territoriais, combinando as diversas soluções, nomeadamente de recrutamento de professores, de modalidades de ensino a distância e de organização de transportes escolares, e criaremos passes escolares em áreas em que existam transportes públicos. Além disso, forneceremos refeições escolares a todos os alunos do ensino primário e do primeiro ciclo do secundário e estabeleceremos um programa de incentivos, fornecendo apoio condicional às famílias carenciadas, para incentivar a frequência escolar e ajudar as famílias a assegurarem que as suas crianças permaneçam na escola durante os dez anos de escolaridade obrigatória, o que é especialmente importante no que se refere às raparigas e às jovens, dado que apresentam taxas de abandono escolar significativamente mais elevadas. Vamos também abordar alunos com necessidades especiais em escolas regulares por meio de uma abordagem humanística.



Promover o sucesso inclusivo de todos os estudantes

Definiremos e implementaremos estratégias para combater o insucesso escolar e desenvolveremos sistemas escolares inclusivos com apoio pedagógico para estudantes com dificuldades de aprendizagem em todos os níveis do ensino geral. Neste sentido, asseguraremos que os alunos com necessidades educativas especiais tenham acesso à educação, e criaremos turmas de aceleração para os alunos que estejam a ficar para trás e com idades diferentes das dos colegas. Adicionalmente, instalaremos gabinetes de orientação profissional em todas as escolas do segundo ciclo do ensino secundário, e melhoraremos o acompanhamento aos alunos durante o ensino secundário, orientando-os para a integração na vida profissional, ou no ensino superior, através de gabinetes de apoio psicopedagógico. Desenvolveremos ainda estratégias para abordar as desigualdades e as disparidades de género, no que respeita ao acesso e à conclusão de todos os níveis de ensino, conforme estabelecido no capítulo sobre a igualdade de género.

Formar recursos humanos técnicos e de alto nível

Para o desenvolvimento do País, é essencial formarmos adequadamente os nossos recursos humanos com competências técnicas essenciais, bem como reforçarmos a ligação entre a formação técnica e profissional e o mercado de trabalho. Com base nas projecções do Plano de Desenvolvimento do Capital Humano de Angola 2022-2035 (ACH 22-35) , concentraremos o investimento na oferta de cursos de formação para quadros de nível médio e superior, a fim de assegurar que sejam disponibilizadas áreas profissionais estratégicas e competências para rapazes e raparigas em pé de igualdade, reforçando as oportunidades económicas e abrindo caminho para a implementação da estratégia nacional a longo prazo.

Expandir a rede de ensino secundário técnico e profissional

Alargaremos a oferta de cursos técnico-profissionais, assegurando que 40% dos alunos do segundo ciclo do ensino secundário se inscrevam nesses programas até 2050, e expandiremos a sua distribuição geográfica de acordo com as projecções do ACH 22-35. Instalaremos ou renovaremos laboratórios, oficinas e salas de informática em escolas técnico-profissionais, de modo a proporcionar aos alunos uma formação maioritariamente prática. Asseguraremos também que essas escolas tenham técnicos de apoio, qualificados com um nível mínimo de formação técnica e profissional e formação específica na gestão de instalações e equipamentos.

Promoveremos o desenvolvimento de percursos de formação flexíveis com base no reconhecimento das formações e competências individuais e, para os alunos que tenham concluído o ensino técnico-profissional, facilitaremos o acesso a cursos do ensino superior, sobretudo cursos politécnicos que proporcionem continuidade na mesma área de estudo, nomeadamente em ciências, tecnologia, engenharia e matemática (STEM, sigla em inglês) e tecnologias da informação e comunicação (TIC).

Criaremos parcerias com empresas e estabeleceremos mecanismos de intercâmbio permanente, no sentido de aumentar o número de estudantes que participam em programas de estágio. Adicionalmente, vamos lançar campanhas destinadas a promover carreiras técnicas através do ensino técnico-profissional, não só como forma de combater o desemprego e os fenómenos NEET (jovens que abandonaram os estudos, estão desempregados e não participam em acções de formação), mas também pela forte contribuição que estes profissionais podem dar ao desenvolvimento do País. O progresso exigirá uma abordagem holística que integre a educação e outras áreas, tal como especificado no capítulo sobre a juventude.

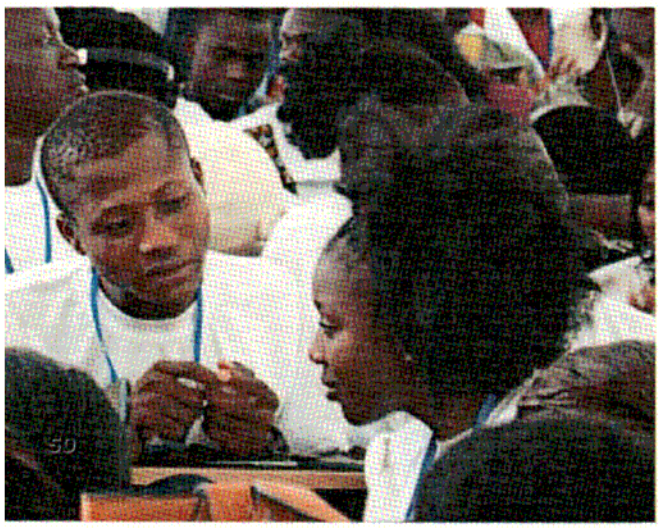
Vamos incentivar as Escolas Técnicas a promover parcerias territoriais alargadas para o desenvolvimento de programas locais de formação ajustados às necessidades do desenvolvimento territorial.

Expandir a rede de instituições de ensino superior

Expandiremos a rede de instituições de ensino superior (IES), com especial foco para a rede pública, e os programas de Ensino a Distância e

melhoraremos a oferta e a qualidade da formação que proporcionam, permitindo alcançar uma taxa bruta de frequência de 16% até 2050. Iremos ampliar a oferta de cursos do ensino superior e sua distribuição geográfica de acordo com as projecções do ACH 2022-2035, e garantir um maior peso da rede de instituições de ensino superior no número total de vagas disponibilizadas no País, invertendo o quadro actual em que o sector público representa apenas aproximadamente 30% do número total de vagas de ensino. Planeamos a criação de um programa de desenvolvimento de capacidades em parceria com IES estrangeiras, melhorando o desenvolvimento institucional das IES nacionais, a respectiva organização e procedimentos administrativos e financeiros, e promoveremos a criação de métodos e unidades de formação avançada e de investigação e desenvolvimento (I&D) que ajudem a potenciar jovens talentos. Estabeleceremos parcerias com instituições de I&D e incentivá-las-emos a partilharem instalações, equipamentos e recursos, especialmente para programas de pós-graduação. Expandiremos o ensino superior politécnico e promoveremos a maior frequência de estudantes em áreas-chave, tais como STEM (sigla em inglês) e TIC. Promoveremos a formação técnica e de gestão para as equipas de laboratório e outro pessoal de apoio em instalações técnicas. Criaremos ainda um programa de estágios profissionais, tanto no sector público quanto no privado, para recém-formados. O capítulo sobre ciência e inovação fornece um contributo adicional para a estratégia relativa ao ensino superior.

Promoveremos o desenvolvimento de novos cursos para dar uma resposta mais ajustada às necessidades do mercado de trabalho e às prioridades de desenvolvimento do País e ao fortalecimento do sistema de ciência, tecnologia e inovação.



Construir uma rede de ensino superior inclusiva

Vamos aumentar o acesso, preparar melhor os alunos para o ensino superior e torná-lo mais inclusivo, alcançando até 2050 uma taxa de conclusão de 7%. Aumentaremos os recursos financeiros para a disponibilização de um maior número de bolsas de estudos para os estudantes desfavorecidos. Estabeleceremos ainda protocolos com universidades estrangeiras para acolherem mais estudantes angolanos e aumentaremos a oferta de bolsas de estudo para estudantes no estrangeiro em áreas prioritárias identificadas no ACH 22-35. Planeamos construir residências universitárias nas principais cidades através de parcerias com entidades privadas, para que um maior número de estudantes possa aceder ao ensino superior.

Proporcionar melhor formação a mais professores

O nosso objectivo é melhorar a qualidade do sistema de educação, elevando a qualificação dos professores, em todos os níveis de ensino, dando resposta às futuras necessidades de docentes devidamente qualificados, atraindo para a formação inicial de professores candidatos com melhor preparação, garantindo que, nos cursos de formação inicial de professores, sejam proporcionadas as adequadas oportunidades de aquisição da qualificação profissional exigida pelo futuro desempenho docente, recrutando, para a doência, os melhores candidatos de entre os que possuem qualificação profissional, devidamente certificada e atraindo e retendo os professores mais bem preparados e com bom desempenho e proporcionando aos docentes em serviço oportunidades de desenvolvimento de competências profissionais.

Proporcionar formação profissional a professores da educação pré-escolar

Com o tempo, asseguraremos que a educação pré-escolar seja exercida por educadores de infância qualificados, libertando, deste modo, os professores do ensino primário para se concentrarem nesse nível de ensino. Iremos adaptar a rede de formação inicial de professores (instituições de formação, cursos e vagas) para corresponder às necessidades futuras de professores devidamente qualificados para a educação pré-escolar.

Proporcionar formação profissional a professores do ensino primário e secundário

Proporcionaremos programas de agregação pedagógica, antecedidos possivelmente pela conclusão de uma qualificação académica, para docentes em exercício que não tenham qualificação profissional para o ensino e cursos de agregação pedagógica a que podem aceder os candidatos que já tenham a qualificação académica necessária, nomeadamente a 12.ª classe ou uma graduação universitária. Faremos uma transição gradual para que os cursos de formação inicial de professores sejam ministrados através do ensino superior. Os cursos de formação de professores do ensino primário serão organizados de acordo com o modelo integrado. No caso da formação de professores do ensino secundário, será organizada, preferencialmente, segundo o modelo sequencial e os cursos serão organizados de acordo com a disciplina ou a área, podendo ser, por exemplo, gerais, técnico-profissionais e pedagógicos. Adicionalmente, aumentaremos o nível de escolaridade necessário para se candidaturas a cursos de formação inicial de professores, e desenvolveremos programas de formação contínua, promovendo o desenvolvimento profissional dos professores e a melhoria da qualidade do ensino. Para o corpo docente das escolas técnico-profissionais, promoveremos a contratação de professores a tempo inteiro que tenham formação técnica, científica e pedagógica de nível superior e específico. Formaremos e / ou contrataremos professores com experiência profissional nas áreas que leccionam, especialmente em disciplinas práticas e oficinais. Planeamos fazer as adaptações necessárias à estrutura curricular, planos de estudo e programas de cursos, para melhor os centrar na aquisição de conhecimentos, competências e atitudes identificados nos perfis de qualificação profissional, com particular relevo para as competências digitais. Criaremos, ainda, programas de pós-graduação, por exemplo, cursos de especialização, mestrados e doutoramentos, para melhorar a qualidade da formação de professores, e actividades de investigação para aqueles que formam professores para o ensino secundário e superior. Por fim, promoveremos mecanismos de avaliação da qualidade da formação de cada uma das instituições de formação de professores.

Aumentar as qualificações dos docentes universitários

Vamos qualificar o corpo docente das instituições de ensino superior garantindo que, em 2050, 40% dos professores tenham formação a nível de doutoramento, através do alargamento de parcerias com universidades estrangeiras e da criação de programas conjuntos de doutoramento em IES nacionais. Reforçaremos também o programa de bolsas de doutoramento em universidades estrangeiras de referência.

Criar professores motivados e de alto desempenho

Necessitamos de ter professores profissionais motivados e de elevado desempenho. Para tal, promoveremos uma Política Nacional de Professores que valorize e promova o estatuto social e profissional da profissão docente, melhorando as condições de remuneração e assegurando a progressão na carreira, e melhorando as condições de ensino para reforçar o desempenho dos professores. Criaremos incentivos monetários, tais como bónus financeiros, promoção mais rápida em cada etapa da carreira, ou incentivos de alojamento ou transporte para atrair mais professores para escolas com menor procura em localidades mais isoladas, o que garantirá que as disciplinas sejam leccionadas, mesmo que haja poucos candidatos.

Erradicar o analfabetismo em todas as idades

O nosso objectivo é combater o analfabetismo de jovens e adultos através da intensificação da oferta de ensino para adultos e da oferta de programas de alfabetização em áreas rurais e suburbanas, bem como no local de trabalho.

Proporcionar programas de alfabetização em áreas rurais e suburbanas e no local de trabalho

Aumentaremos a oferta de aulas de alfabetização e de formadores para jovens e adultos (com idade superior a 15 anos), expandindo a rede existente nas escolas primárias, ampliando ainda mais a rede de parceiros e promovendo a mobilização de voluntários – incluindo igrejas, ONG e as forças armadas.

Adicionalmente, estabeleceremos parcerias com instituições públicas e privadas e forneceremos conteúdos digitais e materiais de apoio à alfabetização de adultos, disponibilizando-os através de telemóveis.

Intensificar a oferta de ensino para adultos

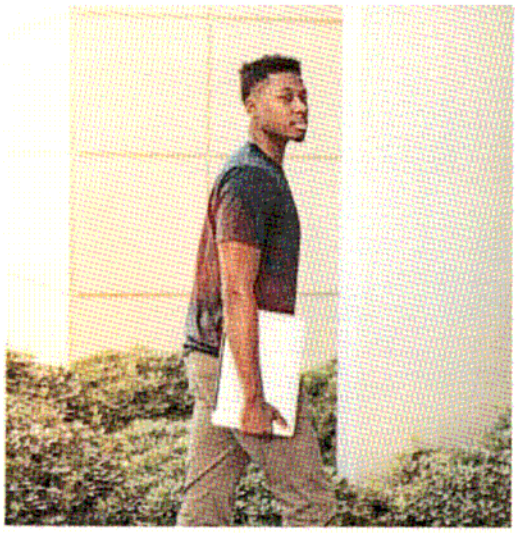
Aumentaremos a oferta de ensino para adultos ao nível da educação primária e secundária, através da realização de aulas fora do horário escolar e laboral, nas áreas de residência, utilizando currículos modulares e, quando aplicável, educação a distância. Proporcionaremos também cursos de formação profissional, tendo em vista o aumento das competências dos alunos adultos. Numa fase posterior, generalizaremos o sistema de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC) ao nível do ensino primário e secundário, tanto geral quanto profissional.

Intensificar a educação digital e expandir a literacia digital

Os nossos objectivos são garantir a competência digital para todos os alunos em todos os níveis de ensino, promover o papel das tecnologias digitais no processo de ensino e ampliar o acesso a conteúdos educativos digitais que melhorem a qualidade da aprendizagem.

Aumentar a inclusão digital e a literacia digital em todos os níveis de ensino

Vamos equipar as escolas do ensino primário e dos dois ciclos do ensino secundário com computadores e acesso à internet por meio de parcerias com fornecedores de serviços de internet e promover a introdução das TIC em sala de aula. Adaptaremos também os currículos, de modo a incluir a introdução das TIC para o desenvolvimento de competências digitais, promover competências STEM (sigla em inglês) e aplicar novos métodos pedagógicos que promovam a criatividade e a inovação, nomeadamente a aprendizagem baseada na investigação. Incluiremos também competências digitais no ensino técnico-profissional. Articularemos estas medidas com uma estratégia de transição digital mais ampla que englobe projectos-piloto para formação em competências digitais e criação de



academias de código para alunos e estudantes em todas as capitais de província, conforme explanado no capítulo sobre ciência e inovação.

Aumentar a inclusão digital e a literacia digital no ensino superior

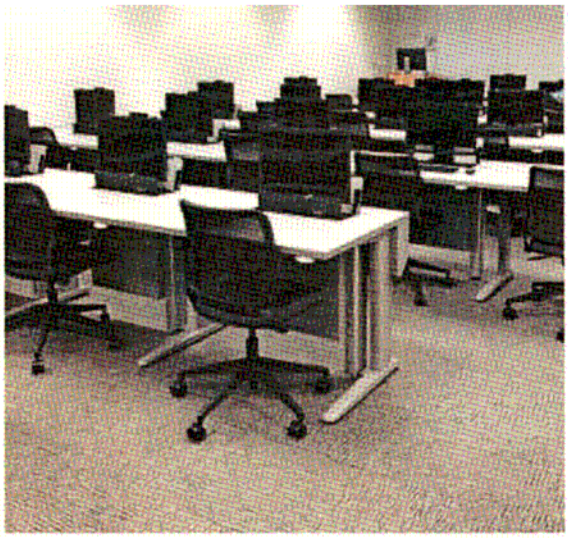
Incluiremos a aprendizagem de competências digitais nos programas de todos os cursos, e planeamos equipar as instituições de ensino superior com instalações de informática e acesso à internet, e disponibilizar os conteúdos curriculares em formato digital. Implementaremos os parques tecnológicos planeados e associá-los-emos a incubadoras e a centros de inovação e desenvolvimento de competências, promovendo a disseminação mais ampla de competências digitais e inovação digital.

Aumentar a literacia digital dos professores

Iremos criar um programa de literacia digital, oferecendo aos professores cursos de curta duração, com vista a desenvolverem competências que lhes permitam utilizar as tecnologias e plataformas digitais. Adicionalmente, proporcionaremos formação em educação on-line, comunicação e actividades pedagógicas e métodos de ensino virtual. Vamos lançar um programa de «portátil do professor», tornando mais fácil para os professores do ensino primário e secundário adquirirem computadores portáteis a custo reduzido.

Desenvolver o ensino digital e a distância em todos os níveis de ensino

Planeamos promover o ensino semi-presencial e a distância através dos canais digitais e da disponibilidade de aulas pré-gravadas, via televisão ou internet, que podem ser visionadas a qualquer momento, como recurso complementar à aprendizagem presencial em sala de aula.



Disponibilizaremos, gratuitamente, manuais escolares on-line para os dois ciclos do ensino secundário, bem como conteúdos educativos de alta qualidade on-line para estudantes em vários níveis de ensino, bem como para professores. Aumentaremos a disponibilidade de ecrãs, projectores e equipamentos digitais que apoiem a qualidade do ensino.

Desenvolver o ensino digital no ensino superior

Promoveremos a oferta de Cursos Abertos Massivos On-line (MOOC) por universidades angolanas. Desenvolveremos programas de aprendizagem combinados, integrando a aprendizagem on-line e presencial, e reconheceremos cursos on-line de ensino superior disponibilizados por plataformas internacionais. Utilizaremos também plataformas de formação on-line para a formação contínua dos professores do ensino superior, e, a longo prazo, criaremos uma "Universidade Virtual" em Angola.

Melhorar a *governance* do sistema educativo

Os nossos principais objectivos são inovar na qualidade e melhorar a gestão e a regulação do sistema de ensino e garantir um financiamento sólido de todos os segmentos do sistema.

Melhorar o planeamento, a gestão e a avaliação do sistema de ensino

Uma visão sólida e um Sistema de Informação e Gestão da Educação (SIGE) eficaz são instrumentos vitais para dirigir o sector e garantir que alcançaremos as nossas metas até 2050. Desenvolveremos a Carta Escolar e um SIGE robusto, capaz de gerar dados financeiros e de educação de alta qualidade actualizados para apoiar a tomada de decisões e a respectiva formulação, planeamento, monitorização e gestão a todos os níveis do sistema de ensino. Desenvolveremos ainda um portal único de educação que inclua portais web para alunos, professores e escolas e que apoie a partilha de informação, a gestão e a prestação de serviços.

Promoveremos a inspecção periódica de todos os estabelecimentos de ensino, desde a educação pré-escolar ao ensino secundário, incluindo o controlo e a auditoria do cumprimento da legislação relativamente ao funcionamento das escolas. Estabeleceremos também provedores e promoveremos eficazes processos de controlo e acção disciplinar.

Monitorizaremos continuamente os resultados alcançados relativamente aos objectivos definidos na estratégia e compararemos o País com os nossos parceiros da região para aperfeiçoar a nossa abordagem. Procuraremos assegurar uma avaliação internacional periódica dos subsistemas de educação pré-escolar e de ensino primário e secundário, com recomendações para o seu desenvolvimento.

Criar escolas de referência para a qualidade e inovação no ensino

Urge incrementar a qualidade da oferta de educação. Para tal, vamos implementar um projecto que visa apoiar um conjunto de escolas de vários subsistemas e níveis de ensino a desenvolver e implementar Planos de Desenvolvimento da Qualidade. Estes Planos estarão assentes em boas práticas pedagógicas e de gestão escolar e deverão orientar o processo de planificação dos meios necessários para a implementação de sólidos projectos educativos que permitam melhorar a qualidade do processo de ensino e aprendizagem focado na excelência, no mérito e na inovação. Realizaremos uma avaliação independente do projecto após cinco anos e, numa fase posterior, alargaremos a sua implementação com foco na partilha das experiências pedagógicas e de gestão bem-sucedidas como modelos a adaptar e a utilizar nas escolas de todo o país.

Reforçar a *governance* e promover a qualidade no ensino superior

Proporcionaremos formação específica em gestão e políticas de ensino superior para reitores e gestores de IES.

Reforçaremos o sistema nacional de avaliação da qualidade do ensino superior em todas as IES, e asseguraremos a avaliação periódica e a certificação de instituições e cursos de graduação através de uma instituição tendencialmente autónoma. Promoveremos uma avaliação internacional do sistema de ensino superior, com recomendações para o seu desenvolvimento.

Formar técnicos e directores escolares

Asseguraremos a formação contínua de gestores e técnicos do sistema educativo, a nível central, provincial e municipal. Os directores e coordenadores de cursos ou disciplinas qualificados serão alocados às escolas e dotados de competências para o desempenho das respectivas funções, incluindo a de auxiliar e supervisionar os métodos e as práticas de ensino do corpo docente da escola.

Aumentar o financiamento do ensino

Para aumentar substancialmente o investimento no sector, definiremos e aprovaremos mecanismos complementares de financiamento da educação, incluindo um plano de longo prazo para o estabelecimento de parcerias bilaterais e multilaterais. Aumentaremos a credibilidade das nossas iniciativas, reforçaremos as nossas capacidades de gestão de projectos, aumentaremos a transparência dos nossos dados e das práticas de reporte, melhoraremos os nossos resultados globais e envidaremos esforços para atrair fluxos de financiamento da ajuda internacional – actuais e novos, públicos e privados – de modo a alargar o acesso e reforçar a qualidade do ensino no País.

As nossas prioridades imediatas para 2027

Melhorar a capacidade de planeamento e de gestão do sector, mediante, por um lado, a elaboração da Carta Escolar e do desenvolvimento de um Sistema de Informação e Gestão da Educação ((SIGE) e, por outro lado, o desenvolvimento de um portal único de educação que inclua portais web para alunos, professores e escolas e que apoie a partilha de informação, a gestão e a prestação de serviços.

Desenvolver a educação pré-escolar, mediante o desenvolvimento de infra-estruturas educativas pré-escolares, incluindo a participação privada, e proporcionando formação profissional a professores de educação pré-escolar, de modo a corresponder às necessidades futuras de professores devidamente qualificados para este subsistema de ensino.

Progredir no cumprimento da escolaridade obrigatória sólida, inclusiva e de qualidade, desenvolvendo o ensino primário e o primeiro ciclo do ensino secundário e definindo as competências essenciais nos vários níveis da escolaridade obrigatória e implementando exames nacionais nas 6.ª e 9.ª classes.

Assegurar a resposta às necessidades de professores, promovendo a atractividade da da carreira docente, assegurando uma distribuição mais equilibrada dos docentes pelo território, a formação com qualidade e a exigência no recrutamento e melhorar as qualificações dos professores do ensino primário e secundário em serviço mediante a implementação de programas de agregação pedagógica.

Elaborar e aprovar uma Política Nacional de Professores que valorize a carreira docente e garanta condições de resposta a longo prazo de professores qualificados e empenhados na qualidade da Educação.

Aumentar as qualificações dos docentes universitários, promovendo parcerias com universidades estrangeiras e criando programas conjuntos de doutoramento em IES nacionais.

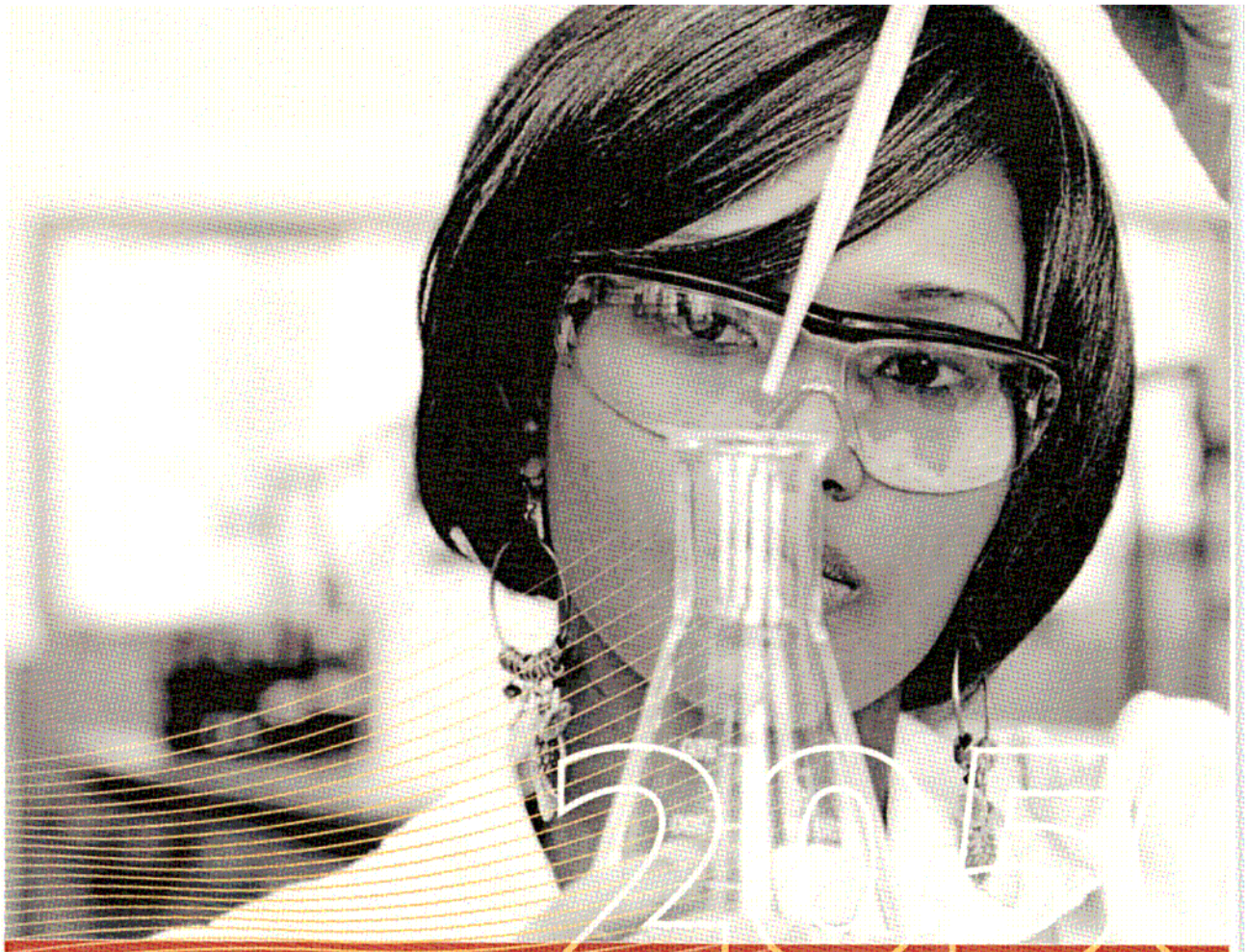
As nossas prioridades imediatas para 2027

Desenvolver novas modalidades de ensino, semi-presencial e a distância, através da oferta de aulas e materiais de aprendizagem nos canais digitais e nos meios tradicionais de comunicação.

Intensificar o ensino digital e expandir a literacia digital, implementando um programa de literacia digital dos professores e equipando, progressivamente, as escolas do ensino primário e dos dois ciclos do ensino secundário com computadores e acesso à internet por meio de parcerias com fornecedores de serviços de internet, adaptando os currículos de modo a incluir a introdução das TIC para o desenvolvimento de competências digitais, e aplicar novos métodos pedagógicos que promovam a criatividade e a inovação, nomeadamente a aprendizagem baseada na investigação.

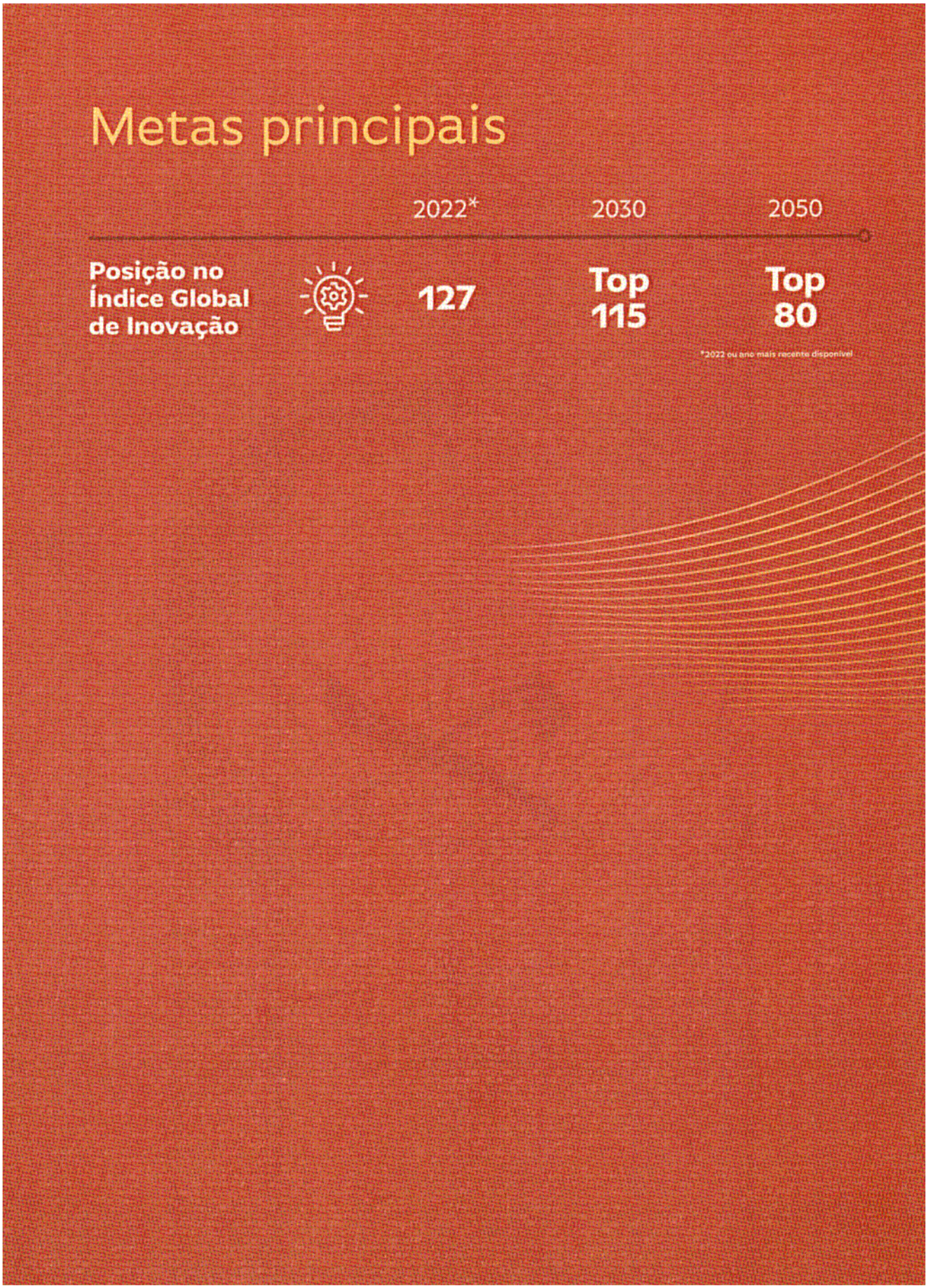
Estruturar um modelo de financiamento sustentável do sistema de ensino, explorando mecanismos complementares de financiamento da educação, incluindo um plano de longo prazo para o estabelecimento de parcerias bilaterais e multilaterais, e reforçando a eficiência dos investimentos e a articulação de iniciativas.

2050



6.2 Ciência e Inovação

Um sector de ciência e inovação estruturado e inclusivo que proporcione o acesso equitativo a oportunidades de criação e difusão de conhecimento – em articulação com um ecossistema empreendedor, dinâmico e empenhado na inovação orientada para o mercado – capaz de atrair e reter talento para o desenvolvimento do País


Metas principais
2022*
2030
2050
Posição no Índice Global de Inovação
127
Top 115
Top 80
*2022 ou ano mais recente disponível

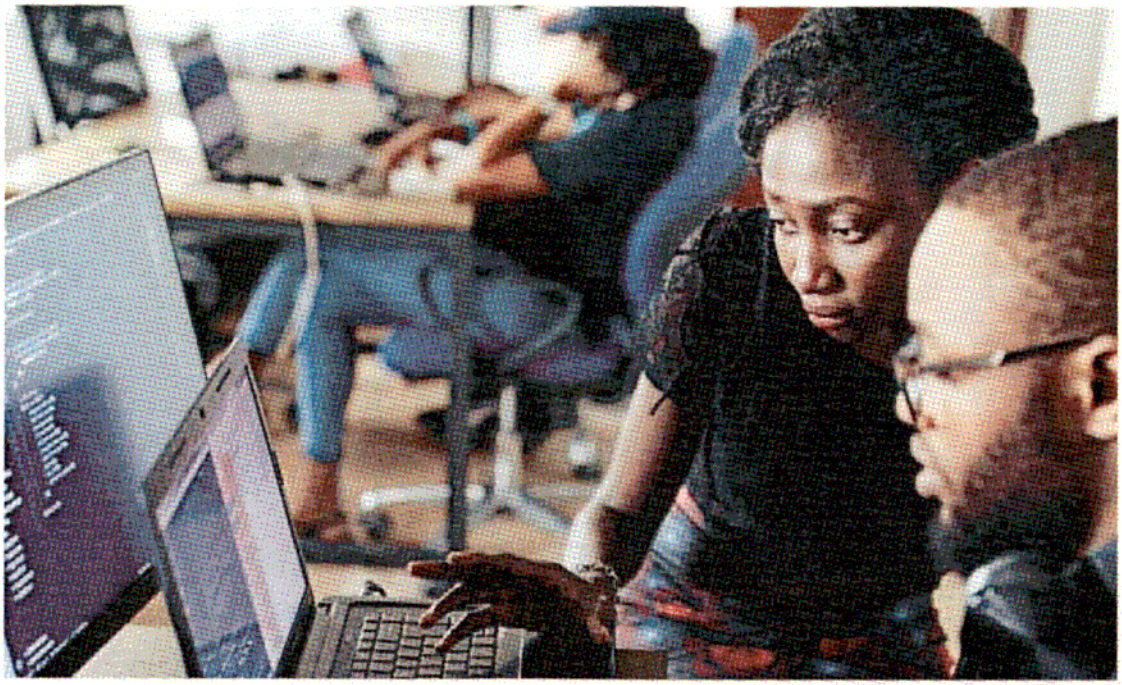
A nossa visão

Em 2050, teremos uma sólida base institucional de investigação que promoverá a qualificação de investigadores, de pessoal académico e da força de trabalho do País. A nossa visão implica consolidar a reforma do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI), reforçar o foco na área da tecnologia e inovação, melhorar a qualidade da produção científica e tecnológica, bem como reformar o ambiente de negócios no sentido de atrair investimento e talento para o sector, dinamizando, ao mesmo tempo, nichos inovadores que possam impulsionar o progresso social e económico de Angola. A nossa estratégia multifacetada para o sector promoverá soluções inovadoras, eficientes e inclusivas que alarguem, de forma equitativa, os benefícios a camadas mais vastas da população.

Para concretizar esta visão, reforçaremos o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para aumentarmos o nível de produtividade científica de Angola e elevarmos a posição de Angola no índice Global de Inovação. Garantiremos que as áreas da ciência e as da tecnologia e inovação estejam integradas, e que a área de tecnologia e inovação tenha o mesmo nível de relevância estratégia que a área da ciência. A FUNDECIT converter-se-á numa agência forte, com elevada capacidade de financiar a ciência. Será criada uma agência de inovação, independente, para alavancar o ecossistema de inovação.

O desenvolvimento de um sector de investigação e inovação sólido requer um compromisso político e financeiro prioritário a longo prazo. Com tempo e financiamento público contínuo, o sector poderá alcançar um aumento significativo na produção científica e no desenvolvimento do empreendedorismo de base tecnológica, contribuir para atrair o investimento privado, proporcionar benefícios económicos suficientes para mobilizar e reter talento, bem como proporcionar soluções para os problemas da sociedade.





O nosso objectivo é reunir os nossos recursos e procurar obter financiamento internacional, enquanto integramos unidades de investigação científica e desenvolvimento, Instituições de Ensino Superior (IES), parques tecnológicos e centros de inovação e competência para maximizar a capacidade interna, reforçar os processos de formação e aprendizagem e apoiar a transferência e a co-criação de conhecimento. Esforçar-nos-emos no sentido de alinhar as estratégias locais de ciência e inovação com as nossas necessidades sociais e económicas e apoiar as estratégias de especialização em investigação, desenvolvimento e inovação associadas a recursos endógenos, utilizando as políticas do SNCTI como um instrumento de políticas industriais e económicas.

Em 2050, o principal segmento da população Angolana será o dos jovens adultos, aspirando acesso ao ensino superior. Será necessário desenvolver as condições que aproveitem o seu potencial, ou correremos o risco de perder os nossos alunos para universidades internacionais. Seguindo as melhores práticas internacionais, iremos aumentar o dinamismo económico e a competitividade do País, investindo em I&D e construindo um sector de ciência e inovação forte para reter o nosso talento e promover o desenvolvimento económico e social de Angola. Vamos melhorar os níveis actuais de formação em ciência, tecnologia, engenharia e matemática (STEM, sigla em inglês) e em tecnologias da informação e comunicação (TIC) para abordar a inadequação de competências, promover a difusão da tecnologia no País e impulsionar as actividades de I&D nos nossos sectores tecnológicos e digitais. Abordaremos também os desafios de infra-estrutura tecnológica do País e criaremos parques tecnológicos, estruturas de incubação, de prototipagem e de produção, com condições para a geração, recolha e gestão de grandes volumes de dados.

Conforme recomenda a UNESCO, é fundamental incentivar a curiosidade, a iniciativa e a investigação em todo o sistema de educação e ensino e, no ensino superior em particular, envolver os jovens e os estudantes de graduação nos projectos de investigação científica em curso, assim como garantir uma participação equitativa do género, inclusivamente como coordenador de projecto e investigador principal.

A nossa estratégia para o sector também estimulará a inovação, mediante reformas no ambiente de negócios com foco na criação de um ambiente regulatório favorável e no acesso a financiamento que apoie a ruptura do mercado e a experimentação endógena e cooperativa.

Reforçaremos a relevância e a integração regional do nosso ambiente de *startups* através de uma abordagem estratégica ao ecossistema de apoio à inovação e à tecnologia, ao mesmo tempo que estabelecemos parcerias com grandes redes globais de centros (*hubs*) de inovação tecnológica e atraímos empresas e investidores internacionais.

As escolhas que enfrentamos

Na maioria das áreas, o País precisará de uma expansão significativa da formação pós-graduada e da investigação científica e desenvolvimento experimental para lidar com as nossas necessidades sociais e económicas resultantes de um forte crescimento demográfico. No entanto, a existência de recursos limitados obriga-nos a escolher entre repartir o financiamento disponível para a investigação científica por todas as áreas – potencialmente com pouco impacto – ou identificar as principais prioridades e agregá-las, gerando um impacto substancial num conjunto restrito de áreas seleccionadas. A distribuição equitativa de recursos poderia beneficiar muitas áreas, mas teremos de dar prioridade às que são essenciais para acelerar a diversificação e o crescimento económico. Vamos concentrar-nos em expandir, de forma inclusiva, não desperdiçando talento, a investigação e a formação pós-graduada em áreas cruciais para o desenvolvimento do País – nomeadamente STEM (sigla em inglês), TIC, economica digital, saúde e biotecnologia – e em sectores onde podemos capitalizar os nossos recursos naturais, como agricultura, silvicultura, economia azul, recursos hídricos e turismo.



Esta estratégia exigirá que as IES se especializem em áreas de investigação específicas e se agrupem ou estabeleçam parcerias com outras instituições e respectivos investigadores. Exigirá também um programa plurianual de investimento em infra-estruturas, incluindo laboratórios e equipamentos (e materiais consumíveis). Iremos apoiar uma estratégia de recrutamento que combine a selecção interna dos melhores alunos pós-graduados com o recrutamento internacional da região e da diáspora Angolana, baseado em sólidos processos de avaliação associados aos resultados, em linha com as práticas internacionais. As IES precisarão de cooperar com as universidades parceiras para reunir recursos, desenvolver projectos de investigação mais vastos e aceder a fontes de financiamento internacional para reforçar as respectivas capacidades. Essas unidades de investigação consolidadas poderão propagar novas unidades de investigação em áreas semelhantes noutras IES, ampliando a base de conhecimento do País. Por fim, a mobilização do investimento privado reforçará esses sectores, ao mesmo tempo que libertará fundos públicos para investimento em investigação noutras ciências e disciplinas que também são importantes para o nosso desenvolvimento.

A adopção e difusão de tecnologias avançadas podem impulsionar o crescimento económico do País. No entanto, o desenvolvimento tecnológico e a redução de preços de equipamentos e soluções são processos cumulativos. Isso requer uma abordagem a longo prazo para reduzir a exclusão digital, alargar a nossa base de conhecimentos, aumentar a capacidade e tornar esses esforços sustentáveis a longo prazo.

A nossa abordagem à inovação deve ser inclusiva e ter como objectivo disponibilizar produtos e serviços que possam beneficiar a população de menores rendimentos e dar resposta às necessidades sociais.




Outras metas
2022*
2030
2050
Artigos científicos revistos por pares publicados em revistas
(por milhão de habitantes)
4
15
226
Pedidos de patentes
(por milhão de habitantes)
2
7
81
Investimento em I&D
(percentagem do PIB)
0,03
1,20
1,86
Recursos humanos em I&D por mil trabalhadores
(25-64 anos)
0,16
1,5
2,5
*2022 ou ano mais recente disponível
2050

As nossas soluções

A nossa estratégia para o sector de Ciência e Inovação baseia-se nos seguintes princípios orientadores:

- **Compromisso a longo prazo.** Um investimento contínuo para desenvolver capacidades, causar impacto na nossa economia e sociedade e assegurar a integração em redes internacionais de ciência e inovação. Vários países procuram recrutar investigadores internacionalmente, pelo que será necessária uma estratégia consistente para fazer face a uma oferta instável de recursos.
- **Previsibilidade.** O investimento público no sector deve ser previsível, o que pode ser alcançado através de um quadro de financiamento plurianual que permita às instituições planear e lançar os seus projectos e estabelecer parcerias com o sector privado.
- **Concorrência entre os vários agentes.** O apoio a projectos deve depender de financiamento competitivo, com critérios claros para todos os intervenientes. As regras de avaliação para instituições de I&D e investigadores devem ser claramente definidas e aplicadas uniformemente, especialmente no que se refere à progressão na carreira e ao acesso a novos financiamentos.
- **Autonomia e responsabilização.** Uma cultura de responsabilização pelos resultados e pela gestão de recursos requer autonomia para definir os objectivos das actividades de I&D, os mecanismos de avaliação e o reconhecimento do mérito e da excelência. A autonomia das instituições de I&D potencia os ciclos de prospecção-desenvolvimento-avaliação, a criação de identidades institucionais, o reforço da capacitação e o aproveitamento de sinergias com organizações públicas e privadas. Consequentemente, as instituições de I&D devem poder escolher os seus corpos dirigentes, criar projectos de desenvolvimento institucional e gerir os respectivos recursos com autonomia. O Estado deverá criar o quadro legal e os incentivos financeiros e fiscais, e definir os mecanismos de prestação de contas.
- **Articulação com a política de desenvolvimento nacional e regional.** Uma parte dos incentivos e do financiamento competitivo deve ser destinada à dinamização da articulação das actividades de I&D com objectivos de política pública – por exemplo, tomando em consideração a especialização regional e as necessidades do ecossistema de inovação e empreendedorismo e as do sector privado.

À luz destes princípios orientadores identificamos quatro conjuntos de soluções para concretizar a nossa visão para o sector: i) reforçar o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI), definindo as regras sobre a sua organização e funcionamento, bem como o quadro normativo aplicável às instituições integrantes deste Sistema; ii) aumentar a cooperação científica entre IES e acelerar a formação de investigadores científicos; iii) aumentar o número de recursos humanos dedicados à ciência, à inovação e ao empreendedorismo; e iv) implementar uma estratégia integrada que promova a inovação empresarial. Cada uma dessas soluções inclui medidas a curto prazo e iniciativas a médio e longo prazo (além de 2027).



Reforçar o sistema científico e tecnológico

A Fundação para o Desenvolvimento Cientifico e Tecnológico (FUNDECIT) entrou em funcionamento em 2021, sendo necessário um quadro de financiamento que permita acelerar o seu desenvolvimento para apoiar o crescimento do SNCTI. A médio e a longo prazo, iremos integrar a política de ciência e inovação em redes regionais.

Operacionalizar o Modelo de Governação do Sector

A curto prazo, dotaremos a FUNDECIT dos meios indispensáveis ao cumprimento da sua missão, enquanto entidade responsável pela implementação das políticas de ciência, tecnologia e inovação e gestão dos meios financeiros do Orçamento Geral do Estado, destinados à investigação científica e desenvolvimento (I&D), incluindo os que resultarem da mobilização ou captação de recursos extra OGE, para o financiamento, de forma mais efectiva, das actividades de investigação cientifica e desenvolvimento.

A médio e a longo prazos, planeamos concentrar recursos num número restrito de sectores fundamentais para o nosso desenvolvimento. Iremos ligar territórios e recursos à política de ciência e inovação, desenvolvendo clusters de IES, unidades de I&D, parques tecnológicos e centros de inovação e competência com massa crítica, em articulação com estratégias de especialização nas províncias. Iremos também criar condições para incrementar o número de projectos conjuntos para a criação de cursos de pós-graduação e de formação com instituições de I&D, com especial destaque para a África austral.

Adicionalmente, promoveremos a integração em redes regionais e a internacionalização do sector de I&D nacional. Prevemos garantir um sistema de avaliação deste sector no País em linha com as certificações internacionais.

Definir um quadro de financiamento

Iremos definir um quadro de financiamento para acelerar o desenvolvimento do SNCTI. A curto prazo, consolidaremos o perímetro orçamental e a supervisão política do SNCTI. Desenvolveremos



um sistema nacional de apoio às actividades de I&D, incluindo um quadro de incentivos ao co-financiamento privado, com ciclos estáveis de financiamento, desenvolvimento e avaliação. A médio e a longo prazo, destinaremos uma percentagem das receitas da exploração dos recursos naturais, nomeadamente petróleo, gás natural e diamantes, para financiar a transição de uma economia de recursos para uma economia assente no conhecimento e na inovação. Procuraremos também atrair fundos de doadores e mecenato de fundações para apoiar o desenvolvimento da área de I&D.

Aumentar a cooperação científica entre as IES e acelerar a capacitação de investigadores

As nossas soluções visam capacitar as IES, promovendo a inovação e atraindo recursos humanos adicionais, para incentivar algumas universidades a candidatarem-se a serem universidade-âncora da nação; e aumentar a cooperação científica.



Capacitar as IES

A curto prazo, desenvolveremos contratos-programa plurianuais com financiamento por objectivos, para reforçar a capacidade operacional das IES. Lançaremos um programa de investimentos em infra-estruturas, nomeadamente para equipamentos e laboratórios, com o objectivo de permitir que as actuais IES criem mais cursos de doutoramento, aumentando o número de estudantes de doutoramento no país. Estabeleceremos parcerias com universidades estrangeiras para apoiar cada IES nacional nessa capacitação. Proceder-se-á à definição de missões institucionais e procedimentos, incluindo um regime de avaliação e progressão na carreira, e à revisão dos métodos de ensino e aprendizagem.

A médio e a longo prazo, aumentaremos as oportunidades para a frequência de cursos de doutoramento e de financiamento de projectos de investigação científica alinhadas com as práticas internacionais, em cooperação com IES parceiras noutros países. As IES criarão grupos de investigação, de acordo com o seu plano de desenvolvimento institucional, para apoiar os projectos de investigação científica realizados no âmbito da pós-graduação especializada em áreas prioritárias, sendo o financiamento atribuído a IES públicas específicas, de forma competitiva. Finalmente, promoveremos a circulação de investigadores científicos em redes regionais e globais, tirando partido das parcerias.

Apoiar a Universidade Agostinho Neto

Criaremos uma universidade-âncora para a nação. Vamos dotar a Universidade Agostinho Neto com recursos e com autonomia que lhe permitam afirmar-se como uma universidade STEM (sigla em inglês) com reconhecimento internacional. Vamos promover a sua geminação com universidades STEM (sigla em inglês) de alcance global e apoiaremos a mobilidade de estudantes, professores e investigadores com essas universidades, integrando a Universidade Agostinho Neto nas redes internacionais de investigação. Numa fase posterior, apoiaremos esforços conducentes à subida da Universidade em índices e métricas com projecção global, incluindo os rankings, com vista à promoção externa do sistema nacional de I&D.

Fomentar a cooperação científica

A curto prazo, apoiaremos a cooperação científica e a partilha de equipamentos, recursos e pessoal de apoio entre IES e instituições de I&D. A médio prazo, integraremos as IES em redes regionais e internacionais para apoiar a mobilidade académica e captar financiamento de I&D&I.

Aumentar o número de recursos humanos dedicados à ciência, à inovação e ao empreendedorismo

Vamos qualificar e atrair recursos humanos em áreas fundamentais para a ciência e a inovação e acelerar a capacitação dos investigadores e dos técnicos de apoio à investigação científica.

Aumentar o número de recursos humanos

Vamos expandir a formação graduada e pós-graduada nas IES, integrando actividades de I&D no ensino. Identificaremos prioridades e aumentaremos a formação pós-graduada em áreas fundamentais para o desenvolvimento do País, nomeadamente STEM (sigla em inglês), TIC, economia digital, saúde e biotecnologia, agricultura e silvicultura, economia azul, recursos hídricos e turismo. Vamos, também, lançar projectos-piloto para formação em competências digitais e criar academias de código em todos os níveis de ensino. Planeamos reforçar as competências da população activa em línguas estrangeiras, em especial o inglês. A médio e a longo prazo, desenvolveremos estratégias de atracção e retenção de talento nacional e estrangeiro. Nesse sentido, vamos dinamizar a formação em competências digitais em todos os níveis de ensino e de formação profissional, expandindo as academias de código para todas as províncias, e promovendo núcleos de programadores. Vamos utilizar o Centro de Ciência na Província de Luanda para divulgar e popularizar o conhecimento científico e tecnológico, estimulando o interesse das gerações mais jovens pela carreira de investigação.

Acelerar a formação dos investigadores

Vamos acelerar a (formação e a) capacitação dos nossos investigadores, criando equipas especializadas de investigadores nas instituições de I&D (IES e Institutos do Estado), e promovendo a afiliação de docentes e investigadores nessas organizações. Associaremos a progressão na carreira aos índices de publicação e de orientação de estudantes de mestrado e de doutoramento. Iremos também apoiar a formação pós-graduada e doutoramentos de docentes e investigadores das IES nacionais, capacitá-los em técnicas de investigação, no domínio do inglês e na elaboração de candidaturas a financiamento competitivo nacional e internacional.

Numa fase posterior, recrutaremos uma nova geração de doutorados para a carreira de investigação, incluindo estrangeiros e angolanos na diáspora, dotando-os de autonomia e responsabilização nas estruturas do sector.

Implementar uma estratégia integrada que promova a inovação empresarial

Vamos estimular o desenvolvimento do nosso ecossistema de inovação e atrair investimento que promova a inovação empresarial; criar centros de inovação e competência associados às universidades; acelerar a transição digital; e criar coligações inovadoras.

A inovação e o empreendedorismo têm tido acolhimento através de vários projectos e iniciativas do Governo, devendo merecer um investimento e atenção cada vez maiores para garantir o efectivo e relevante impacto na sociedade, na indústria, no mercado e na economia. Nesse sentido e conforme está já recomendado na região Africana, deve ser definida uma entidade responsável pela dinamização do ecossistema de inovação e empreendedorismo e a nível nacional, bem como ser legislado o financiamento alternativo de *startups e spinoffs*.

Promover a inovação empresarial

Para desenvolver o nosso ecossistema de inovação, atrair investimentos e promover a inovação empresarial, vamos regulamentar os instrumentos de apoio às empresas de base tecnológica, ao microcrédito e à resolução de insolvências. Também estimularemos parcerias com empresas de base tecnológica para programas de acompanhamento, construção de uma plataforma de investimento e desenvolvimento de programas de iniciação (start-up). Envolveremos o ecossistema na atracção de investidores estrangeiros e de investidores nacionais e na gestão das estruturas de apoio ao empreendedorismo e à inovação. Adicionalmente, atrairemos e criaremos grandes eventos internacionais para dar visibilidade ao ecossistema e às *start-ups* Angolanas a investidores. Implementaremos os parques tecnológicos já previstos e associar-lhes-emos incubadoras e centros de inovação e competências.

Incentivaremos a criação e o reforço de organismos de certificação da qualidade, metrologia, instrumentação e protecção de propriedade industrial e intelectual com recursos humanos qualificados. Encorajaremos estudos de pós-graduação em ambiente misto universidade-empresa. Promoveremos também a divulgação de informação de base científica junto do grande público e a valorização da inovação, incluindo através de feiras de ciência e inovação tecnológica e dos Centros de Ciência (dos quais já existe o Centro de Ciência de Luanda), com vista a estimular o interesse de crianças e jovens pela ciência.

A médio e a longo prazo, concluiremos o desenvolvimento das nossas infra-estruturas tecnológicas de energia e de telecomunicações. Para além disso, planeamos integrar espaços experimentais e de prototipagem para *startups* e PME, por exemplo, em fábricas e *fab labs*, e com impressão 3D.

Criar centros de competência

Criaremos centros de inovação e competência associados a universidades, alinhados com a nossa política de ciência e inovação em cada província para desenvolver os nossos recursos naturais endógenos e áreas de crescimento económico. Estes centros levarão a cabo investigação aplicada não só a áreas como a educação e a saúde, mas, também, a sectores económicos vitais para o País nos próximos anos, nomeadamente exploração mineira, petróleo e gás natural e agricultura. Asseguraremos que os centros de competência estejam associados às universidades e que existam sinergias e intercâmbio de conhecimentos entre as duas instituições.

Acelerar a transição digital

Estabeleceremos parcerias com empresas nacionais e multinacionais de base tecnológica para sediar unidades de produção e apoiar a clusterização. Vamos incentivar a criação de redes de centros (*hubs*) digitais de gestão privada para incubar e acelerar novas empresas de base tecnológica e estimular o desenvolvimento de inovação tecnológica e digital através da contratação pública e da digitalização dos serviços.

Dinamizaremos a formação de executivos das PME e dos seus trabalhadores nos centros de inovação e competência. Estimularemos o ecossistema de inovação, incentivando a utilização de bens e serviços digitais, nomeadamente através de incentivos fiscais e vouchers para PME. Iremos também acelerar a qualificação de recursos humanos em tecnologias digitais, tanto a nível de competência técnica como de desenvolvimento de soluções.

A longo prazo, desenvolveremos projetos que oferecem acesso livre e serviços de conexão electrónica para empresas e particulares, por exemplo em edifícios públicos, escolas e espaços públicos, bem como incentivos para a aquisição de equipamento informático.

Criar Coligações de Inovação

Criaremos Coligações de Inovação em todas as províncias, integrando os líderes das IES, os parceiros sociais e económicos e os parques tecnológicos e respectivos membros na Região, bem como observadores dos governos locais. Apoiaremos a definição de estratégias de especialização regional, envolvendo todos os parceiros na identificação de prioridades e de abordagens. Estimularemos a cooperação entre empresas na apresentação de propostas de soluções e de serviços. Criaremos interfaces para corresponder às necessidades das empresas e dos fornecedores de serviços, como serviços *business-to-business*. Apoiaremos também a incubação e aceleração de empresas locais. Numa fase posterior, abriremos concursos com prémios para as melhores soluções técnicas e digitais para os problemas locais identificados pela coligação.

O Prémio Nacional de Ciência e Inovação, a ser instituído, deve incluir diversas categorias que acolham a diversidade da expressão científica e seus actores, para justamente enaltecer a dedicação à ciência (incluindo jovens investigadores, mulheres, a ciência em áreas prioritárias como as STEM (sigla em inglês), sem esquecer a inovação e o empreendedorismo inclusivamente social, económico e cultural).

As nossas prioridades imediatas para 2027

Reforçar o sistema científico e tecnológico nacional, implementando o disposto no quadro legal aplicável, e através da consolidação das competências ministeriais e do perímetro orçamental para a I&D, dotando a FUNDECIT dos meios para exercer a coordenação da I&D, definição de um plano de investimento e implementação de um sistema nacional de apoio à I&D, incluindo um quadro de incentivos ao co-financiamento privado.

Capacitar as Instituições de ensino superior, através de contratos-programa plurianuais com financiamento por objectivos com as IES, criando projectos de geminação e capacitação das IES nacionais com universidades estrangeiras e especialização das IES em áreas de formação pós-graduação específicas, com núcleos de investigadores correspondentes.

Aumentar os recursos humanos em Ciência, Tecnologia e Inovação, através da afiliação de docentes e de investigadores aos centros de investigação das IES e dos Institutos do Estado, apoiando a sua capacitação e formação pós-graduada nos projectos de geminação.

Acelerar a inovação empresarial, através da implementação dos Parques Tecnológicos associados a IES, incubadoras e centros de inovação e competências, do apoio à criação de *hubs* digitais privados para incubar e acelerar negócios e atrair investidores estrangeiros, da regulação dos instrumentos de apoio às empresas de base tecnológica, como o microcrédito e a resolução de insolvências e estimular o ecossistema de inovação com incentivos ao consumo de bens e serviços digitais no mercado B2B e com a digitalização dos serviços públicos.

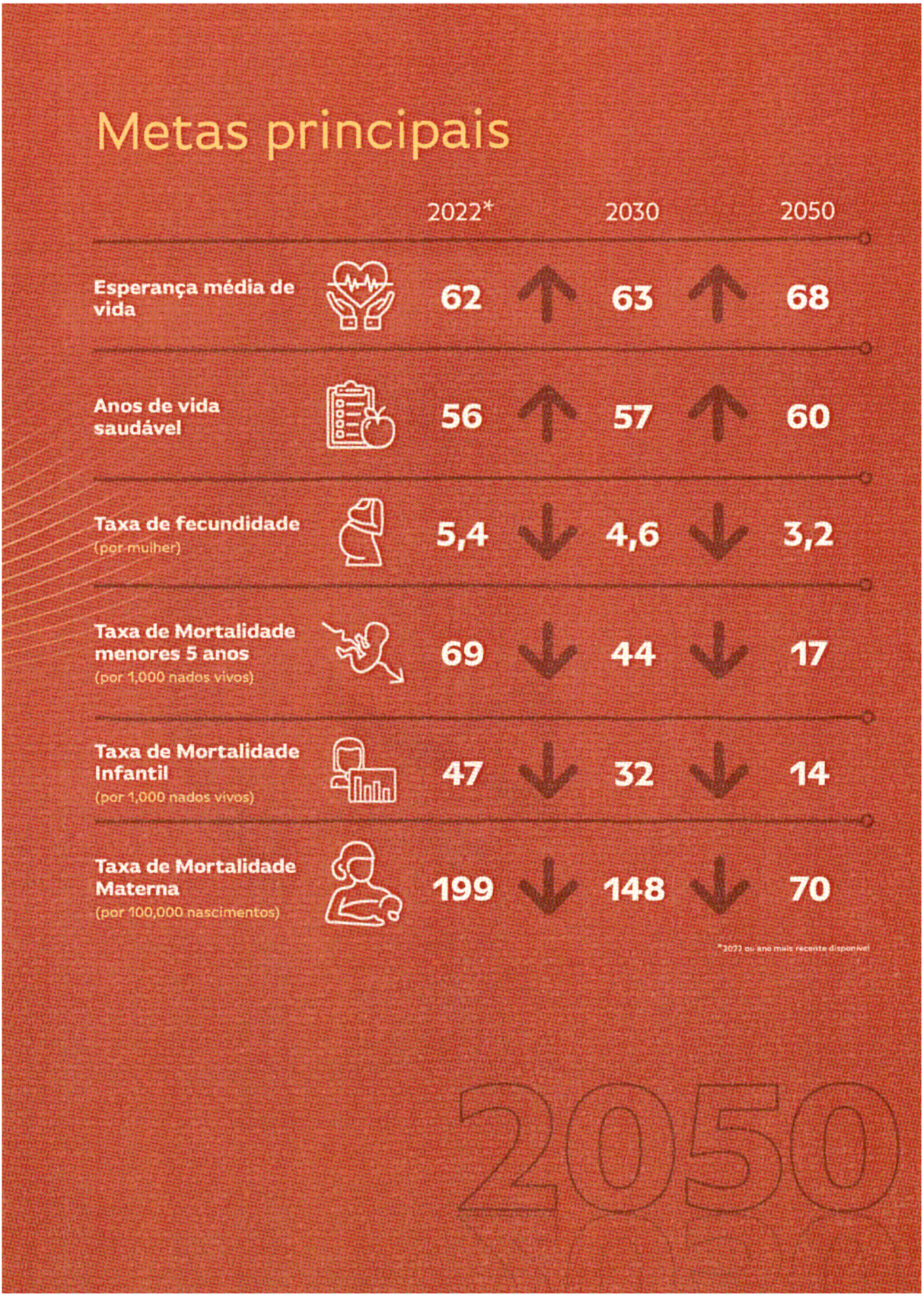
2050



2050

6.3 Saúde

Os cidadãos residentes em Angola, viverão mais tempo e de forma mais saudável, e a população crescerá a um ritmo sustentável


Metas principais
2022*
2030
2050
Esperança média de vida
62
63
68
Anos de vida saudável
56
57
60
Taxa de fecundidade
(por mulher)
5,4
4,6
3,2
Taxa de Mortalidade menores 5 anos
(por 1,000 nados vivos)
69
44
17
Taxa de Mortalidade Infantil
(por 1,000 nados vivos)
47
32
14
Taxa de Mortalidade Materna
(por 100,000 nascimentos)
199
148
70
*2022 ou ano mais recente disponível
2050

A nossa visão

Em 2050, os cidadãos residentes em Angola, viverão mais anos e terão melhor qualidade de vida, registando-se uma redução drástica de mortes prematuras e de doenças evitáveis. Para garantir um futuro sustentável para o nosso País, promoveremos o crescimento da população a um ritmo que proporcione aos angolanos melhores padrões de vida, resultando numa nação mais saudável e mais próspera.

As medidas que planeámos para concretizar esta visão garantirão que, até 2050, o País esteja dotado de um Sistema Nacional de Saúde que garanta o direito à saúde a todos os cidadãos; aumentaremos a esperança média de vida dos cidadãos dos actuais 62 para cerca dos 68 anos de idade, havendo uma expansão da equidade no acesso aos serviços de saúde. A melhoria prevista da esperança média de vida será, no entanto, resultado não só dos esforços ao nível do sector da saúde, mas de um plano de acção transversal que abranja todas as áreas e sectores do país, dado que a mesma depende de múltiplas variáveis, tais como o acesso à água potável e saneamento, a segurança alimentar, à segurança alimentar, à nutrição e a cuidados de saúde e educação. Estes esforços têm vindo a ser feitos, demonstrados pelo aumento significativo da esperança média de vida em Angola, de 45 anos em 1990 para os actuais 62 anos. Temos todas as condições para prosseguir nesta trajectória.

Nesse sentido, e visando dar continuidade aos esforços desenvolvidos, a Estratégia 2050 propõe uma acção integrada e transversal aos diferentes domínios (económicos, infra-estruturais e sociais) que permita um impacto positivo na melhoria da saúde de todos os angolanos. Efectivamente, prevê-se, no plano infraestrutural, um forte reforço da população com acesso ao saneamento básico (de 52% actualmente para quase 66% em 2050), da população com acesso à água potável (de 57% para 80%) e um aumento muito significativo da taxa de electrificação (de 43% para mais de 70%). A nível da educação, as melhorias substanciais nas taxas de frequência e de conclusão em todos ciclos de ensino (p. ex. uma subida da proporção da população 15-18 anos a frequentar o segundo ciclo do ensino secundário de 25% para 50%) facilitarão também as estratégias de prevenção e acesso à saúde que propomos implementar, sendo que uma maior taxa de escolarização feminina permitirá também uma maior adopção de métodos de planeamento familiar e, consequentemente, uma redução da taxa de fecundidade para níveis mais sustentáveis e mais fáceis de acomodar pelo nosso sistema de saúde (de 5,4 para 3,2). Importa referir que um nível de rendimento superior (com aumento do nosso PIB per capita em mais de 1000 dólares por habitante) conjugado com uma melhor distribuição de riqueza (fruto da diversificação da nossa economia) permitirá uma vez mais um maior acesso a cuidados de saúde de forma transversal no nosso território.

A execução desta visão pautar-se-á não apenas por um planeamento estratégico transversal, mas, também, pela adopção de vários mecanismos de implementação colaborativos multissectoriais, inspirados nos casos de sucesso recentes como são exemplo a Comissão Multissectorial para a Prevenção e Combate à COVID-19 e a Comissão Provincial de Luanda para o Combate e Prevenção da Cólera e Malária.

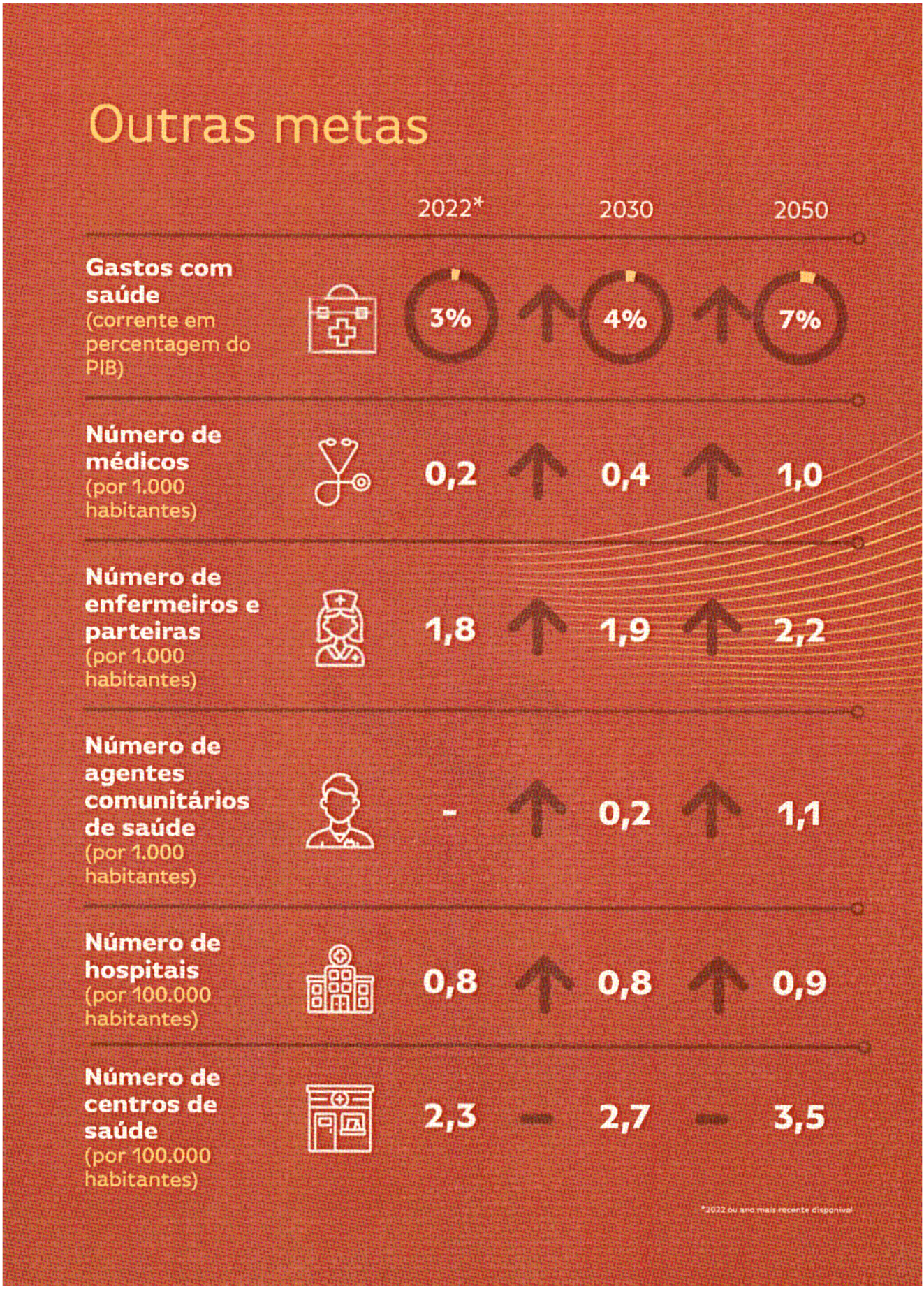
Nos últimos 3 anos, o combate à pandemia da Covid-19 dificultou o acesso a serviços médicos, causando um impacto significativo nos nossos programas de saúde pública. No entanto, a nossa rápida actuação e o esforço dos nossos profissionais de saúde e da população em geral garantiu que o impacto da pandemia em Angola fosse relativamente reduzido. Por causa da pandemia, contudo, também realizámos elevados investimentos no sector e contratámos um elevado número de técnicos e profissionais de saúde, aumentando a capacidade dos nossos serviços de saúde. A nossa visão é potencializar esta capacidade reforçada para providenciar à nossa população um sistema de saúde mais robusto, abrangente e experiente.

Adicionalmente, vamos aumentar a qualidade de vida mediante a prevenção e tratamento de doenças. Actualmente, em média, os angolanos gozam de boa saúde durante os primeiros 56 anos de vida, e o nosso objectivo, até 2050, é o de aumentar esse registo para os 60 anos. Hoje, dois terços das mortes, no nosso país, devem-se a doenças transmissíveis e a doenças maternas, neonatais e nutricionais evitáveis. Contudo, assiste-se também a uma transição epidemiológica com o aumento gradual de doenças crónicas não transmissíveis.

A nossa visão centra-se, portanto, nas doenças transmissíveis, em intervenções de cuidados maternos e neonatais e na prevenção de doenças crónicas não transmissíveis, bem como na melhoria dos determinantes sociais e ambientais, nomeadamente a melhoria do saneamento básico e acesso a água potável, uma vez que são estes os factores com maior potencial para melhorar o nível da saúde em Angola.

Igualmente importante é a nossa taxa de fecundidade que é hoje uma das mais elevadas do mundo, tendo em conta que, em média, cada mulher dá à luz a quase 6 filhos. Iremos reduzir este valor para 3,2, até 2050, de modo a garantir um crescimento populacional sustentável. Actualmente, as nossas taxas de fertilidade são mais altas nas áreas rurais do que nas urbanas, e são especialmente elevadas nas mulheres entre os 15 e 19 anos de idade, pelo que os nossos esforços se centrarão na educação e na melhoria do acesso à contracepção.

Para podermos concretizar a nossa visão para 2050, vamos concentrar-nos em programas de promoção da saúde, especialmente em programas destinados a prevenir doenças transmissíveis ainda dominantes e a doenças crónicas não transmissíveis com tendência a aumento progressivo. Adicionalmente, iremos expandir significativamente a actual rede de infra-estruturas de saúde, duplicando os hospitais e centros de saúde, e transformando gradualmente os postos de saúde em centros de saúde com maior capacidade de resolução da rede de Atenção Primária, assente na estratégia de cuidados de saúde primários, para responder às necessidades de uma população em rápido crescimento. Ao todo, aumentaremos a nossa parcela de recursos destinados à saúde de 3% do PIB para cerca de 7%, reiterando o nosso compromisso com uma área crítica para o País. Teremos ainda de ultrapassar as discrepâncias existentes na prevalência de doenças e no acesso a cuidados de saúde entre zonas rurais e urbanas, dado que, de um modo geral, as pessoas que vivem em zonas rurais, as que pertencem a segmentos socioeconómicos mais desfavorecidos e as que apresentam os níveis de escolaridade mais baixos são desproporcionalmente afectadas por essas discrepâncias. Por este motivo, prevemos aumentar o acesso da nossa população aos serviços de saúde, especialmente em áreas remotas, recorrendo a agentes comunitários de saúde.


Outras metas
2022*
2030
2050
Gastos com saúde (corrente em percentagem do PIB)
3%
4%
7%
Número de médicos (por 1.000 habitantes)
0,2
0,4
1,0
Número de enfermeiros e parteiras (por 1.000 habitantes)
1,8
1,9
2,2
Número de agentes comunitários de saúde (por 1.000 habitantes)
-
0,2
1,1
Número de hospitais (por 100.000 habitantes)
0,8
0,8
0,9
Número de centros de saúde (por 100.000 habitantes)
2,3
2,7
3,5
*2022 ou ano mais recente disponível

As escolhas que enfrentamos

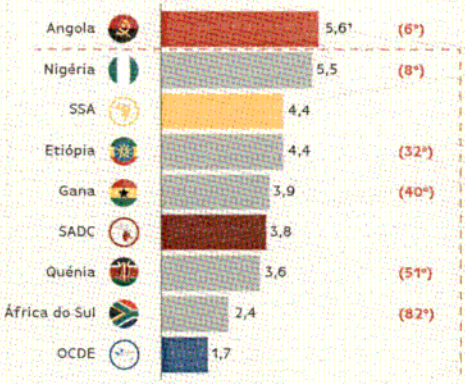
Considerando que o futuro depende do investimento no capital humano angolano, a nossa visão é melhorar a saúde e as condições de vida de toda a população, o que, por sua vez, impulsionará o aumento da produtividade, o crescimento económico e a prosperidade da nação. Enfrentamos escolhas sobre onde e como investir da melhor forma para atingir os nossos objectivos. Considerando os recursos de que dispomos, a nossa primeira prioridade é investir nos elementos da saúde que irão beneficiar toda a população, pois estamos empenhados em corrigir as discrepâncias na prevalência de doenças e no acesso a cuidados de saúde entre zonas rurais e urbanas, entre níveis socioeconómicos e entre pessoas com diferentes níveis de escolaridade. Estamos empenhados também em enfrentar estes desafios de uma forma eficiente e eficaz, pelo que usaremos os nossos recursos para fortalecer os cuidados de saúde primários e da saúde comunitária, com o objectivo de beneficiar o maior número possível de pessoas, e concentraremos esforços na prevenção de doenças, de modo a melhorar a saúde e o bem-estar da nação. A nossa estratégia incidirá, portanto, no âmbito da prevenção de doenças infantis (tais como a diarreia e a pneumonia), e no acesso abrangente a serviços de planeamento familiar, garantindo, assim, o crescimento sustentável da nossa população.

Quadro 14

Taxa de fertilidade em Angola muito elevada vis-à-vis pares, sendo a situação ainda mais preocupante em zonas rurais

Média 2013-2020

Taxa de fecundidade[2]
Nascimentos por mulher



Taxa de fecundidade em Angola por província[1]
Nascimentos por mulher



( ) Posição no *Ranking* (1-191)

- >7,0
- 7,0-6,0
- <6,0

Angola é o 6º país do mundo com maior taxa de fecundidade.

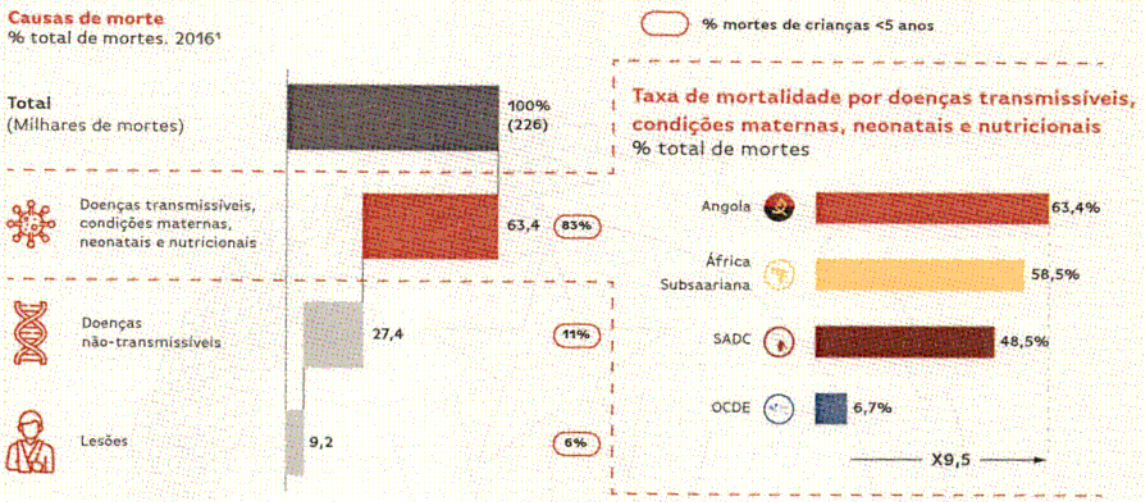
Taxa de fecundidade em Angola consideravelmente **superior em zonas rurais** (8,2) vs. **urbanas** (5,3)

Mulheres com **níveis de escolaridade mais altos tendem a ter menor taxa de fecundidade** – sem nenhuma escolaridade (7,8) vs. ensino secundário/superior (4,5)

1 Dados de Angola por província referentes a 2016 (IIMS 2015-2016) – sendo o valor agregado para o país 6.2
2 Número médio de filhos nascidos por mulher até ao fim da sua vida reprodutiva. Dados referentes a 2015-2020 (fonte: Banco Mundial)
FONTE: OMS; IIMS 2015-2016; Banco Mundial

Quadro 15

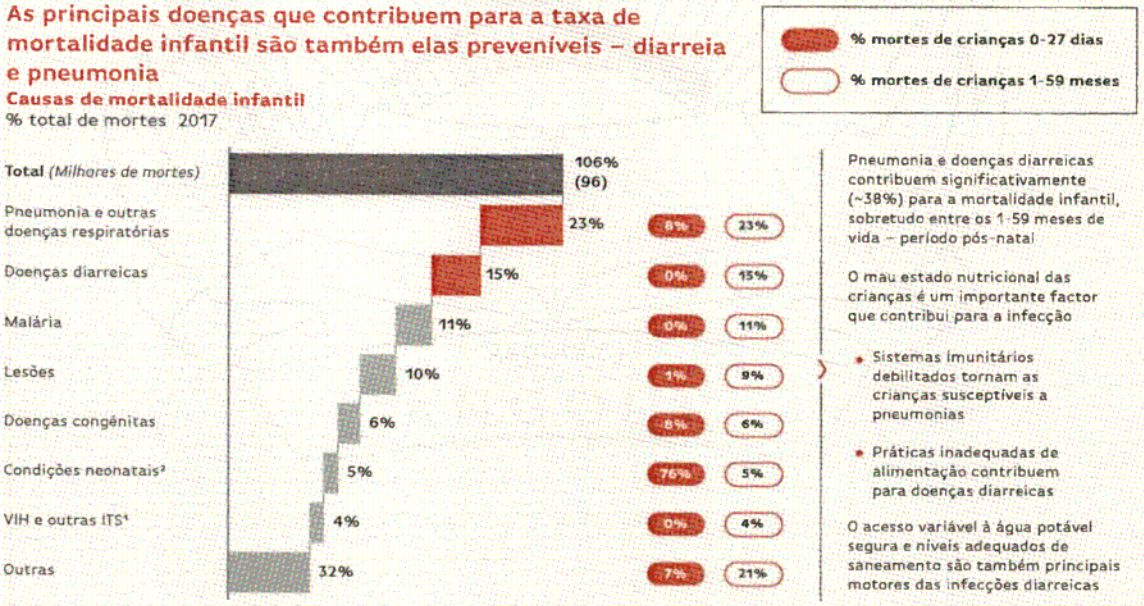
Mais de metade das mortes no país resultam de doenças transmissíveis e de condições maternas, pré-natais e nutricionais, sendo este valor superior à maioria dos pares



1 Dados mais recentes disponíveis (OMS); dados referentes a 2017 para causas de mortes de crianças com menos de 5 anos
2 Média aritmética
Fonte: OMS

Quadro 16

As principais doenças que contribuem para a taxa de mortalidade infantil são também elas preveníveis – diarreia e pneumonia



1 Infecções sexualmente transmissíveis
2 Inclui mortes em partos prematuros, asfixias e traumas de nascimento, sepsis e outras infecções do recém nascido, entre outras
Fonte: OMS

As nossas soluções

No sentido de concretizar as ambições e as metas estabelecidas, definimos objectivos e acções específicas e mensuráveis, priorizados de acordo com as principais causas de morte no nosso país. Considerando que dois terços dos óbitos são devidos não só às doenças transmissíveis preveníveis, tais como a tuberculose, o VIH/SIDA e a malária, mas também às doenças maternas, neonatais e nutricionais, abordamos conjuntos específicos de soluções para estes problemas. As nossas soluções abrangem ainda as doenças não transmissíveis preveníveis, tais como as doenças cardiovasculares e o cancro, cuja incidência poderá ser reduzida recorrendo a melhor prevenção, detecção e tratamento. Adicionalmente, definimos medidas estruturais, no sentido de garantir a sustentabilidade do sistema de saúde, incluindo objectivos para melhorar o acesso aos cuidados de saúde a todos os angolanos.



Reduzir as mortes por doenças maternas e neonatais

Angola precisa de reduzir a taxa de mortalidade materna de 199 mortes por 100.000 nados-vivos para menos de 70, de modo a atingir os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável definido pela ONU, uma meta que só conseguiremos atingir em 2050, assumindo o mesmo nível de redução até lá que se verificou nos últimos 10 anos. Estamos empenhados também em reduzir ainda mais a nossa taxa de mortalidade neonatal de 27 mortes por 1.000 nados-vivos para atingir o Objectivo de Desenvolvimento Sustentável de 12.

No sentido de superar as principais causas de morte em Angola – as doenças maternas e neonatais são responsáveis por 16% de todas as mortes –, centrar-nos-emos no papel preponderante do sistema de saúde ao longo da vida da mãe e do bebé. Antes da gravidez, iremos focar-nos em garantir a promoção do planeamento familiar e a disponibilização dos métodos contraceptivos em todos os postos de saúde e farmácias e melhorar a disponibilização de cuidados pré-natais. Durante a gestação e o parto, iremos focar-nos em garantir atendimento obstétrico e neonatal de emergência, assim como providenciar assistência especializada ao parto. Em termos de cuidados pós-parto, iremos melhorar os cuidados essenciais aos recém-nascidos, instalando serviços de neonatologia de referência em cada município, incluindo equipamento e treinamento de profissionais

Especificamente, em termos de planeamento familiar, iremos melhorá-lo através da expansão dos serviços, garantindo a formação adequada dos profissionais de saúde e parteiras tradicionais, para acompanharem as suas parturientes a unidades sanitárias, e da melhoria da logística, de modo a disponibilizar uma variedade adequada de produtos (incluindo contraceptivos, medicamentos e consumíveis) em estabelecimentos

de saúde, pontos de comercialização e centros de formação. Revitalizaremos também o programa de marketing social para produtos de planeamento familiar, assegurando o aumento da procura através de uma melhor educação dos jovens e dos agentes de saúde, e bem assim do envolvimento com as escolas e as principais partes interessadas na comunidade. Adicionalmente, asseguraremos o acompanhamento e a monitorização da Estratégia Nacional de Planeamento Familiar.

Diminuir a mortalidade infantil

A nossa estratégia para diminuir a mortalidade infantil assenta numa base sólida de imunização, monitoramento do crescimento e desenvolvimento da criança saudável (puericultura), atenção integrada de doenças da infância (AIDI), boa alimentação e acesso à água potável e ao saneamento.

Reforçar imunização

Até 2050, vamos cumprir a meta da UNICEF, definida no Plano de Acção de Vacinação Global, de 90% de cobertura de imunização da população em todo o território. No sentido de atingir esta meta e aumentar a cobertura nacional, garantiremos a disponibilização de vacinas e estruturas de vacinação em todo o país, e aumentaremos a procura de vacinação por meio de campanhas de informação, educação e comunicação, incluindo campanhas de sensibilização para promover a vacinação no âmbito do Plano de Saúde Materna, Neonatal e Infantil. As principais intervenções incluem uma estratégia comunitária, garantindo que os partos em casa sejam imunizados, e estipulando dias nacionais de vacinação, de forma a controlar e erradicar doenças como a poliomielite, o sarampo, o tétano e a meningite epidémica.

Melhoraremos a oferta de serviços de vacinação, concentrando esforços em três domínios principais: em primeiro lugar, reforçando os regimes de vacinação nos estabelecimentos de saúde públicos, privados e religiosos e alargando estes serviços às comunidades; em segundo lugar, melhorando a logística no que respeita à disponibilidade, distribuição e manutenção de vacinas, equipamentos de cadeia de frio e outros materiais de vacinação em instalações de serviços existentes e outras a serem criadas; em terceiro lugar, formando os profissionais de saúde em módulos básicos de imunização, e os técnicos em logística, cadeia



de frio, gestão de vacinas e vigilância de doenças imunopreveníveis. Aumentaremos o número de equipas de saúde permanentes e proporcionaremos um esquema de incentivos baseado na cobertura da vacinação para auxiliares de enfermagem, parteiras e activistas de saúde social credenciados, de modo a fomentar uma maior adesão à vacinação.

Acompanharemos o sucesso destas soluções recorrendo à avaliação periódica do programa de imunização e respectivos indicadores de desempenho e à vigilância epidemiológica de doenças evitáveis por vacinação.

Reforçar a nutrição

Uma boa nutrição na infância tem impacto ao longo de toda a vida. Esperamos, portanto, atingir o Objectivo de Desenvolvimento Sustentável 2.2 da ONU, de modo a acabar com todas as formas de desnutrição, incluindo o cumprimento de metas acordadas internacionalmente sobre desnutrição crónica e desnutrição aguda em crianças com menos de cinco anos. Para garantir o cumprimento destas metas, necessitamos de reduzir o nanismo em crianças com idade inferior a cinco anos em 40%; reduzir a caquexia infantil para menos de 5%; e reduzir em 30% o número de crianças com peso abaixo do normal no momento do nascimento (menos de 2,500 gramas).

Alcançaremos estas metas capacitando as mães e melhorando a desnutrição por meio da expansão do fornecimento de produtos nutricionais e micronutrientes para as crianças em todo o País.



Uma das acções a implementar será promover a prática da amamentação, recorrendo a campanhas educacionais e programas de sensibilização e nutrição dirigidos à comunidade em geral que adoptarão métodos de comunicação inovadores, tais como a captação de imagens por meios móveis para desnutrição, tecnologia para estimativa de peso em smartphones, transferência de dinheiro para a compra de suplementos e recomendações sobre nutrição por SMS.

As nossas campanhas nacionais para promover e apoiar a amamentação exclusiva para os primeiros seis meses de vida dos bebés, com práticas de alimentação adequadas posteriormente, incluirão medidas práticas para permitir a amamentação e meios de comunicação inovadores, tais como apps de educação digital.

Reforçaremos o fornecimento de suplementos alimentares em todo o país, assegurando a administração regular de suplementos de micronutrientes e desparasitantes a todas as crianças com menos de cinco anos de idade, bem como a disponibilização de outros produtos nutricionais, tais como o leite terapêutico F100-F75. Distribuiremos suplementos de vitamina A, ácido fólico e sais ferrosos a grupos populacionais específicos, principalmente a crianças e mulheres grávidas, e melhoraremos o processo de fortificação de alimentos básicos em ferro. Adicionalmente, intensificaremos a formação de profissionais de saúde e outros recursos humanos na área da nutrição.

Desenvolveremos um sistema de vigilância de doenças resultantes de carências alimentares e de micronutrientes, que será fundamental para monitorizar o desempenho dessas soluções. Asseguraremos, ainda, a dinamização do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e a Reserva Estratégica Alimentar; o apoio à produção agrícola local e familiar, de modo a aumentar a produtividade; a promoção de parcerias no âmbito local para o fornecimento de refeições escolares; e a dinamização de parcerias estratégicas internas e externas para uma resposta multissectorial à desnutrição.

Alargar o acesso a água e saneamento

A falta de acesso à água potável e as más práticas de saneamento são os principais responsáveis por várias doenças, nomeadamente as doenças diarreicas agudas e a malária. A nossa visão para 2050 é, portanto, aumentar o acesso ao saneamento básico e à água potável, cujas medidas e intervenções específicas se encontram descritas no capítulo dos recursos hídricos.

Combater a tuberculose

O nosso objectivo é cumprir a meta da Organização Mundial da Saúde de redução da taxa de incidência de tuberculose em 95% até 2035. Para o conseguir, necessitaremos de aumentar a cobertura de tratamento de 68 para 100% e aumentar a taxa de sucesso do tratamento de 70 para 90%.

As soluções que propomos para alcançar estas metas concentram-se na informação e sensibilização das populações sobre a tuberculose, a sua prevenção através da vacinação e do uso equipamentos de proteção individual e colectiva, no diagnóstico rápido e no tratamento precoce e padronizado, recorrendo a estratégias robustas de informação, educação e comunicação, mobilização de recursos humanos e monitorização de desempenho. Daremos especial atenção a dois grupos-chave vulneráveis: crianças e indivíduos com comorbilidades TB/VIH, TB/Diabetes, entre outras. Asseguraremos a vacinação de todos os recém-nascidos e crianças menores de um ano com BCG, para reduzir as possibilidades de

transição da tuberculose-infecção para tuberculose-doença; será intensificada a quimioprofilaxia da tuberculose em pessoais com a ITL (Infecção Tuberculose Latente) e de todos doentes com VIH/SIDA de acordo com as normas vigentes.

No sentido de melhorar o diagnóstico, asseguraremos diversas medidas, tais como: a monitorização de todos os doentes com VIH/SIDA e a prescrição de exames para todos os cidadãos com sintomas respiratórios; a expansão da rede de laboratórios por todos os municípios; o estabelecimento de controlo da qualidade nos laboratórios; a disponibilização de veículos-laboratório equipados para atender a população nómada; e a modernização dos equipamentos laboratoriais.

Para aumentar a taxa de sucesso de tratamento, expandiremos os serviços de Tratamento Directamente Observado (DOT) a todos os municípios e estabeleceremos centros de tratamento nos locais comunitários existentes, tais como lojas, casas, lugares de culto ou clínicas de saúde estrategicamente localizadas. Iremos também exigir o cumprimento do tratamento padronizado. Melhoraremos o seguimento dos doentes usando sistemas portáteis de identificação por impressão digital para rastrear e compilar dados de adesão, e alertar os profissionais de saúde para os pacientes que necessitam de seguimento.

Por fim, melhoraremos a logística e o acesso, garantindo a disponibilidade de medicamentos e reforçando a coordenação com a Central de Compras de Medicamentos e Equipamentos Médicos (CECOMA).

Combater o VIH/SIDA

O nosso objectivo é cumprir a Meta de Desenvolvimento Sustentável 95-95-95, ou seja, de que 95% das pessoas que vivem com VIH sabem que contraíram a doença (em relação aos actuais 57%); 95% das pessoas que sabem que têm a doença estarão sob tratamento (em relação aos actuais 41%); e 95% das pessoas em tratamento terão cargas virais suprimidas.

Para conseguir atingir este objectivo, melhoraremos a prevenção do VIH/SIDA, graças a uma estratégia de informação, educação e comunicação, incluindo campanhas de consciencialização realizadas em todas as línguas nacionais, e o recrutamento e formação de formadores de educação sexual dos sectores da educação, das organizações sem fins lucrativos e religiosos; reforçaremos as parcerias com ministérios, sociedade civil, organizações do sector privado e figuras públicas para mobilizar recursos; e levaremos a cabo campanhas de massa para a distribuição de preservativos e seringas, de modo a reduzir ainda mais a probabilidade de transmissão do VIH.

A estratégia de prevenção concentrar-se-á na prevenção da transmissão vertical do VIH; na ampliação da rede de serviços integrados de Aconselhamento e Testagem (AT), Prevenção da Transmissão Vertical (PTV) e Diagnóstico Precoce Infantil (DPI); e na capacitação dos recursos humanos de Saúde Sexual e Reprodutiva, enfermeiros pediátricos certificados e parteiras tradicionais em AT, com ênfase em PTV, Tratamento Anti-rectroviral e estratégia de Aconselhamento e Testagem Iniciados pelo Provedor Clínico (ATIP). Desenvolveremos um programa de biossegurança em todo o sistema de saúde, no sentido de promover os exames de sangue, o uso de sangue seguro e os programas de troca de agulhas esterilizadas.

Adicionalmente, concentrar-nos-emos em todas as outras formas de prevenção, promovendo a circuncisão médica masculina voluntária, a profilaxia pré-exposição (ou PREP) para indivíduos VIH negativos de alto risco e a profilaxia pós-exposição (PEP), realizada após uma potencial exposição ao VIH.

O diagnóstico atempado e o tratamento apropriado são essenciais, pelo que um e outro serão alcançados através de várias iniciativas. Em primeiro lugar, expandindo as seguintes unidades, especialmente em organizações juvenis, prisões e municípios remotos: (i) unidades de referência para infecções sexualmente transmissíveis (IST); (ii) unidades baseadas na comunidade; e (iii) unidades móveis de AT e cuidados integrados para pessoas que vivem com VIH/SIDA e suas famílias. Em segundo lugar, capacitando recursos humanos em diagnóstico laboratorial do VIH e hepatites virais e em diagnóstico sindrómico de IST; uniformizando o conteúdo e as formas de abordar o VIH e o reforço extremamente importante da adesão ao tratamento.

O tratamento de VIH/SIDA também será reforçado, adoptando uma estratégia integrada de TB/VIH, alcançada pela formação de profissionais de saúde

em gestão integrada de TB/VIH e capacitação de agentes comunitários e pessoas que vivem com VIH/SIDA, de modo a aumentar os tratamentos comunitários directamente observados e as visitas domiciliárias.

A resistência aos fármacos ARV será melhorada com o treino de técnicos para realizarem controlos de carga viral e genotipagem de PPVIH em TARV, e realizando estudos sobre farmacovigilância e impacto socioeconómico em grupos vulneráveis, tais como grávidas, camionistas e reclusos. Os cuidados continuados, psicossociais e paliativos serão fortalecidos com o reforço da Rede de Grupos de Ajuda Mútua para apoio domiciliário das pessoas que vivem com VIH-TB/VIH.

Asseguraremos a disponibilidade de métodos de prevenção, testes de diagnóstico, equipamentos, medicamentos e reagentes acreditados e sem ruptura de stock, reforçando a coordenação com a CECOMA.

Controlar e eliminar a Malária

O nosso objectivo é inicialmente controlar a malária rumo à sua eliminação completa em Angola até 2050. As soluções identificadas para prevenir a infecção por malária através do controlo integrado de vectores incluem a distribuição de redes mosquiteiras tratadas com insecticida de longa duração, através da consulta pré-natal a todas as mulheres grávidas e no serviço de imunização a crianças até aos cinco anos de idade. Outra metodologia a ser implementada será a distribuição em massa a cada três anos à razão de um mosquiteiro para cada dois agregados familiares. Privilegiaremos, de igual modo, a pulverização residual intradomiciliar em todas as regiões elegíveis, bem como a controlo de vectores na fase aquática, com a reactivação e reforço das brigadas de luta anti-vectorial.

Para a prevenção da malária na grávida, administraremos medicação adequada a todas as mulheres durante as consultas pré-natais; e para a gestão de casos simples de malária (diagnóstico e tratamento), na comunidade, contamos também com os agentes de desenvolvimento comunitário e sanitário (ADECOS).

Asseguraremos que todos os casos suspeitos de malária sejam confirmados quer através de testes rápidos ou por microscopia óptica, bem como todos os casos confirmados sejam tratados em tempo oportuno. A análise da eficácia dos antimaláricos utilizados será realizada a cada dois anos, de acordo com as directrizes técnicas da Organização Mundial da Saúde.

Uma estratégia de comunicação será desenvolvida e implementada para mobilizar a população na mudança de comportamento, com realce na prevenção, no diagnóstico e no tratamento. Garantiremos uma melhor abordagem da malária a todos os níveis, incluindo o comunitário, oferecendo formação contínua para profissionais de saúde; envolveremos agentes de desenvolvimento comunitário e sanitário no diagnóstico e no tratamento de casos de malária.

Promoveremos a descentralização das acções de controlo da malária em consonância com a municipalização dos serviços de saúde, e lançaremos o plano de advocacia para mobilização de mais recursos para a malária, através do engajamento dos sectores político, privado e comunitário. Por último, fortaleceremos as parcerias nacionais, regionais e internacionais e as iniciativas transfronteiriças de controlo da malária nas regiões Trans-Cunene, Trans-Zambeze e Trans-Congo.

Prevenir e tratar as doenças cardiovasculares

As soluções identificadas para prevenir e tratar doenças cardiovasculares incluem a integração e padronização de actividades em torno da prevenção, detecção precoce e tratamento. Promoveremos a educação e a comunicação com o objectivo de aumentar a consciencialização e mudar comportamentos preventivos de saúde, tais como a obesidade, o tabagismo e o alcoolismo. Realizaremos exames em massa frequentes para a hipertensão e diabetes, por exemplo, por meio da campanha Coração Saudável.

Aumentaremos a disponibilização de serviços, expandindo as opções de diagnóstico e reabilitação por meio de métodos remotos e telemedicina; assegurando a medição sistemática da tensão arterial em todas as unidades de saúde do

serviço nacional de saúde; criando unidades coronárias em hospitais centrais; e criando serviços e unidades de referência para o tratamento de doentes com doenças cardiovasculares. Adicionalmente, asseguraremos o acesso à medicação e aos serviços domiciliários para pacientes com doenças crónicas recorrendo a uma rede de cuidados continuados.

Outras iniciativas incluem a criação de um serviço uniforme para desenvolver e implementar protocolos de diagnóstico e tratamento; a formação de cardiologistas e outros técnicos especializados em todos os hospitais gerais; e a melhoria da logística e do acesso, assegurando a disponibilização de medicamentos e tratamentos, e proporcionando acesso gratuito à medicação básica para hipertensão, dislipidemias e diabetes mellitus.

Reforçaremos, também, as medidas de combate ao alcoolismo e às drogas, com especial foco na adolescência, através de acções de consciencialização, da adopção de mecanismos mais robustos de controlo de acesso e de penalização às transgressões na venda de produtos alcoólicos, entre outros.

Por último, será realizada a monitorização da prevalência de doenças cardiovasculares no sistema de vigilância epidemiológica e no Sistema de Informação em Saúde (SIS).

Prevenir e tratar o cancro

No que se refere à prevenção do cancro, realizaremos campanhas educativas para prevenir o tabagismo, o consumo abusivo de álcool, os maus hábitos alimentares e o sedentarismo, além de divulgar informação sobre a exposição a factores de risco biológicos e ambientais, nomeadamente radiação ionizante e substâncias químicas. Procederemos, também, à introdução da vacina HPV (Papiloma Vírus Humano) para a prevenção do cancro do colo do útero.

Tendo em vista o aumento da disponibilidade de serviços de diagnóstico e tratamento, implementaremos programas de rastreio de cancros evitáveis, e aumentaremos o diagnóstico e o tratamento oncológico em hospitais, incluindo o diagnóstico precoce do cancro, acesso alargado a tratamento básico de quimioterapia e desenvolvimento de diagnósticos inovadores, rápidos e baratos. Adicionalmente, aumentaremos o acesso à assistência médica doméstica, apoio psicológico especializado, assistência social, reabilitação e cuidados paliativos em infraestruturas adequadas.

Asseguraremos a disponibilização e manutenção dos equipamentos necessários, bem como das novas tecnologias e daremos formação às equipas de oncologia.

Por último, monitorizaremos a prevalência de doenças cancerígenas no sistema de vigilância epidemiológica e no Sistema de Informação em Saúde (SIS) e o registo populacional do cancro para a definição do perfil epidemiológico do cancro em Angola.

Controlar e eliminar as doenças tropicais negligenciadas

O nosso objectivo é controlar e/ ou eliminar as doenças tropicais negligenciadas mais prevalentes em Angola, de modo a que estas deixem de ser um problema para a saúde pública, até 2050. Estas doenças tendencialmente afectam as camadas mais desfavorecidas da população e contribuem para o agravamento do ciclo da pobreza, causando um desenvolvimento deficitário na infância e redução de produtividade.

As soluções identificadas para a redução da carga das doenças negligenciadas incluem: o mapeamento das DTN para conhecimento da distribuição geográfica das doenças, especialmente daquelas onde a endemicidade é desconhecida; a administração massiva de medicamentos à população alvo (crianças de 2 a 15 anos, mulheres grávidas no 3º trimestre de gestação); o controlo integrado de vectores para prevenção das DTN e a introdução de uma plataforma de gestão e administração massiva de medicamentos nos municípios endémicos, alargando, posteriormente, a cobertura geográfica para o país inteiro.

Aumentar o número de profissionais de saúde e melhorar o capital humano

Até 2050, a nossa visão aponta para que Angola aumente o número de médicos quase 10 vezes (de 6 mil para 60 mil, em 2050), o número de enfermeiros e parteiras aproximadamente 3 vezes (de 55 mil para 150 mil em 2050) e o número de trabalhadores comunitários para 75 mil trabalhadores em 2050, o que representa um total superior a 280.000 profissionais de saúde distribuídos por todo o País.

Para atingir estes objectivos, ampliaremos a capacidade das nossas universidades para formar pessoal médico, e apoiá-las na oferta de ensino de alta qualidade, por exemplo através de parcerias com instituições de renome.

Garantiremos a formação e a colocação de agentes comunitários de saúde especificamente em áreas rurais, de modo a assegurar que a população, em geral, tenha acesso à informação, nomeadamente em torno de doenças transmissíveis evitáveis e a cuidados básicos. O nosso objectivo é criar uma comunidade de agentes de saúde que possam treinar e supervisionar os novos elementos, usando uma abordagem *train-the-trainer*, no sentido de aumentar os nossos recursos e o nível de cuidados que prestamos.

Expandir a rede de estabelecimentos de saúde

Para garantir uma cobertura adequada para a população em crescimento, expandiremos as infra-estruturas de saúde através de uma rede de hospitais nas províncias, com a construção de, aproximadamente, 350 hospitais (passando de 244 para mais de 600), e aumento dos centros de saúde em 1600 (passando de 749 para, aproximadamente, 2400), através da construção e requalificação de postos de saúde. O investimento público em infra-estruturas de saúde pública é fundamental de modo a melhorarmos os níveis de acesso, utilização a equidade dos serviços, tendo em vista os custos proibitivos que o serviço médico privado implica para um número substancial da nossa população. Focaremos o investimento em hospitais e, sobretudo, centros de saúde, que se revelam mais adequados para providenciar o tipo de serviço que assegure a qualidade e a continuidade de tratamento.

O nosso compromisso com despesas de OPEX e CAPEX com saúde deverá totalizar aproximadamente 210 mil milhões de dólares até 2050.

Além disso, iremos aumentar o acesso aos serviços de saúde, recorrendo a soluções alternativas, mais flexíveis e menos intensivas em capital, tais como clínicas móveis e o recurso à telemedicina.

Reforçar a cadeia de abastecimento e logística

Desenvolveremos um sistema digital integrado de gestão de stocks, gestão administrativa e financeira, com vista a melhorar a cadeia de abastecimento e logística de medicamentos e dispositivos médicos em todo o país.

De modo a garantir a aquisição de medicamentos e dispositivos médicos, actualizaremos continuamente as listas nacionais de necessidades farmacêuticas; centralizaremos as compras através da CECOMA por via de concursos públicos, aproveitando economias de escala com a aquisição de grandes quantidades de medicamentos a preços competitivos. Vamos suprimir taxas e direitos alfandegários para medicamentos destinados ao tratamento de doenças crónicas, e desenvolver um pacote mínimo de dispositivos médicos por gama de cuidados e tipo de estabelecimento de saúde. Este pacote terá em conta as doenças de maior prevalência, as prioridades em saúde pública e os serviços prestados por cada estabelecimento. Adicionalmente, iremos garantir a qualidade dos produtos farmacêuticos.

No sentido de melhorar a logística e a distribuição, asseguraremos a disponibilização de transporte para distribuição, e fomentaremos a construção de infra-estruturas tecnicamente adequadas para o armazenamento de medicamentos.

Envidaremos também esforços no sentido de potenciar uma indústria farmacêutica local e robusta.

A monitorização será realizada através da supervisão regular de depósitos provinciais e regionais; a supervisão e a formação de pessoal técnico qualificado, nomeadamente gestores farmacêuticos; actualizaremos, continuamente, a base de dados nacional de importadores e dos dispositivos médicos existentes no País, para cuja manutenção dotaremos as direcções provinciais e unidades sanitárias de recursos humanos especializados.

Os nossos objectivos são simplificar os padrões, as políticas e a governação, graças à definição e actualização de regras e procedimentos; combater a contrafacção; actualizar as normas para o controlo da qualidade dos medicamentos; e definir e actualizar as normas nacionais para as doações de medicamentos, garantindo a gratuitidade da assistência farmacêutica aos grupos mais vulneráveis. Adicionalmente, reforçaremos o licenciamento efectivo de entidades farmacêuticas grossistas e retalhistas; definiremos, actualizaremos e divulgaremos normas e regulamentos para a aquisição, comercialização, instalação e utilização de dispositivos médicos; e definiremos metodologias de funcionamento e rotinas técnicas para a manutenção de equipamentos sem apoio de manutenção por parte do fornecedor.

Reforçar e desenvolver os modelos de financiamento de Saúde

O nosso objectivo é aumentar as alternativas de cobertura de saúde para a população de menor rendimento, promovendo o Seguro de Saúde Comunitário como um primeiro passo para a cobertura universal de cuidados de saúde. Neste modelo, ideal para o sector informal e para a população rural, e que tem poucos dados e requisitos sistémicos, as pessoas de uma única comunidade contribuem com fundos para uma bolsa que paga as suas necessidades básicas de saúde.

Um maior investimento público no sector de saúde terá que ser acompanhado também por uma maior participação do sector privado, de forma a criar a capacidade necessária para servir todos os angolanos. Esforços para aumentar quer a procura quer a oferta de seguros de saúde, individuais, corporativos ou comunitários, terão que ser coordenados com o apoio do Estado, de forma a criar um modelo propício e uma adesão rápida por parte da população. Iremos também atrair o apoio por parte de instituições multilaterais e grandes doadores globais para este sector, de forma a suplementar o alcance dos serviços de saúde, especialmente nas zonas e populações mais carenciadas de serviços.

Será com um esforço conjunto de actores públicos e privados, nacionais e internacionais, que garantiremos a sustentabilidade do sector de saúde nacional e, simultaneamente, uma maior cobertura da população.

Reforçar o modelo de governança do sector

Tendo em vista a revitalização do nosso modelo de governo, reforçaremos a organização e o funcionamento do sistema nacional de saúde e do serviço nacional de saúde com foco nos cuidados primários de saúde, de forma a responder às necessidades do ponto de vista territorial, populacional e epidemiológico. Adicionalmente, inspeccionaremos as instalações sanitárias públicas em construção, com o objectivo de verificar o cumprimento dos requisitos básicos, e participaremos activamente no combate à venda ilegal de medicamentos.

Dinamizaremos o Sistema de Informação Sanitária (SIS), redefinindo os mecanismos de coordenação e colaboração intersectorial; atualizaremos a lista nacional de indicadores essenciais, de modo a permitir a monitorização dos resultados do Serviço e do Sistema Nacional de Saúde e a assegurar a disponibilização de equipamentos para recolha e processamento de dados. Soluções digitais serão adoptadas para permitir uma gestão mais eficaz do sector e facilitar a coordenação entre todos os intervenientes.

No sentido de assegurar a coordenação com as partes interessadas relevantes, reforçaremos as relações com o instituto nacional responsável pela saúde pública laboratórios nacionais de referência, Programa de Resposta às Emergências, Protecção

Civil e Serviços Médicos Militares, e reforçaremos a coordenação do apoio técnico da OMS e de outras agências.

De modo a assegurar uma resposta eficaz, actualizaremos os mecanismos de coordenação para mobilização rápida de equipas técnicas de resposta a epidemias e emergências de saúde pública, incluindo a disponibilização de meios financeiros para dar resposta a epidemias; o reforço de stocks e kits de contingência para dar resposta às emergências; e o reforço de equipas provinciais e municipais multissectoriais para a prontidão de resposta às emergências.

Adicionalmente, garantiremos a atribuição adequada de recursos a programas nacionais, tais como a prevenção e a resposta às principais doenças transmissíveis, a gestão e a extensão da infra-estrutura de saúde e a investigação em saúde.

Finalmente, reforçaremos o nosso sistema de controlo de qualidade através da criação de institutos nacionais que se responsabilizem pela acreditação hospitalar e também pelo controlo de qualidade em saúde.

Promover a utilização de novas tecnologias na medicina

A digitalização das práticas e serviços de saúde apresenta-se como uma oportunidade promissora para os serviços de saúde nacionais, podendo ser aplicada para melhorar a eficiência e a capacidade do sector em três áreas – gestão integrada, nacional e internacional, dos serviços de saúde, aumento da cobertura de serviços e maior eficiência no diagnóstico e tratamento de pacientes.

A criação de aplicativos e software especializado, que integre os dados dos diferentes intervenientes no sistema de saúde numa única base de dados, permitirá uma melhor monitorização do estado real da saúde dos angolanos e uma melhor prevenção contra futuras epidemias e crises sanitárias. Ao mesmo tempo, isto possibilitará uma melhor atracção e alocação de fundos, através da avaliação de métricas concretas como número de pacientes por hospital, doenças mais comuns e taxas de sucesso de tratamentos.

A promoção de práticas digitais, como a telemedicina, dará às populações com menos acesso a diagnósticos e contacto com profissionais de saúde que dificilmente o teriam de outra forma. Nós investiremos neste meio para garantir que todos os angolanos tenham acompanhamento médico ao seu dispor mesmo quando a presença física de um profissional de saúde não for possível.

A integração da digitalização nas práticas de saúde irá também permitir aos profissionais do sector usar novas tecnologias como técnicas de *advanced analytics* para analisar dados de pacientes e intervenções médicas de forma a obter uma melhor compreensão da relação causa-efeito entre patologias e tratamentos, de forma a optimizar a eficiência e a eficácia dos profissionais do sector.

Por estes motivos, iremos priorizar o desenvolvimento de legislação e de mecanismos operacionais que permitam e promovam a utilização de ferramentas de medicina digital em todo o país.



Prioridades imediatas até 2027

Condições maternas e neonatais



- **Assegurar a variedade apropriada de produtos de planeamento familiar** (contraceptivos, medicamentos e consumíveis) em unidades sanitárias, pontos de comercialização e instituições de formação de profissionais
- **Iniciar / dinamizar o programa de mercado social** para produtos de planeamento familiar
- **Lançar campanhas direccionadas a indivíduos e famílias** para promover a procura atempada de cuidados de Saúde Materna, Neonatal e Infantil (SMNI), incluindo consultas pré e pós-natal e parto)
- **Dotar unidades com equipamento e meios básicos para expandir cuidados obstétricos e neonatais de urgência básicos e completos,** nomeadamente acesso à nutrição antes e durante a gravidez (p. ex., suplementos de ácido fólico) e cuidados essenciais ao recém-nascido

Condições infantis, incluindo pneumonia e doenças diarreicas



- **Reforçar a vacinação (de rotina e suplementar) nos postos fixos dos serviços públicos, privados e entidades religiosas,** bem como a extensão da vacinação às comunidades distantes (p. ex., mais de 10 km) das unidades sanitárias, através de visitas regulares de equipas avançadas e móveis
- **Aumentar a disponibilidade do pacote integrado de cuidados e serviços essenciais de saúde,** de atenção integrada à saúde da mulher e do recém-nascido, com especial atenção para a vacinação

Tuberculose



- **Implementar em todos os municípios um serviço de Tratamento Directamente Observado comunitário**

VIH/SIDA e outras Infecções Transmissíveis Sexualmente (ITS)



- **Distribuir preservativos** em campanhas de massa
- **Expandir rede de serviços integrados de Aconselhamento e Testagem (AT), Prevenção da Transmissão Vertical (PTV) e Diagnóstico Precoce Infantil (DPI) a crianças expostas,** em Unidades de Saúde com Centro de Parto Normal (CPN)
- **Reforçar a adesão ao TARV (Tratamento Anti-retroviral) e promover a retenção de Pessoas Portadoras de VIH (PPVIH)** para o resto da vida no tratamento (monitorização e acompanhamento) por parte de profissionais em saúde, ONGs, Serviços Sociais e associações comunitárias

Malária

- **Administrar, sob observação directa, Sulfadoxina e Pirimetamina (SP)** a todas as mulheres grávidas que frequentam consultas pré-natais
- **Aumentar os núcleos provinciais e as equipas locais de luta anti-vectorial,** com o controlo integrado do vector e do parasita, através da distribuição de mosquiteiros tratados com insecticida para a população geral, da pulverização residual intra-domiciliar e da luta anti larval
- **Promover a realização do diagnóstico precoce com testes rápidos e de laboratório** a todos os casos suspeitos de malária confirmados por microscópio ou RDT previamente ao tratamento
- **Tratar todos os casos simples de malária P. falciparum** com Anti-maláricos Combinados (ACTs) de qualidade assegurada, após confirmação do diagnóstico
- **Tratar todos os casos severos de P. falciparum** com artesunato intravenoso ou intramuscular, seguido de Anti-maláricos Combinados (ACTs)

Doenças cardiovasculares

- **Integrar actividades de prevenção, detecção precoce** e tratamento das principais doenças cardiovasculares nos três níveis do Serviço Nacional de Saúde
- **Elaborar e implementar protocolos de diagnóstico e tratamento de referência e de contra referência,** adequados a cada um dos níveis de atenção à saúde para cada um dos factores de risco modificáveis hipertensão arterial, dislipidemias, diabetes mellitus, obesidade, tabagismo, sedentarismo e alcoolismo

Neoplasmas

- **Realizar campanhas públicas** de prevenção contra o tabagismo, uso abusivo do álcool, maus hábitos alimentares e sedentarismo, bem como a exposição a factores de risco biológicos e ambientais (radiações ionizantes e substâncias químicas)

Profissionais de saúde

- **Expandir e reforçar a qualidade do capital humano das Equipas de Saúde Permanentes** (equipas com presença permanente nas comunidades para fornecer serviços de saúde porta-a-porta e educação), nomeadamente em áreas com maior escassez de serviços de saúde primários e / ou maior nível de não conformidade médica devido à desinformação

Unidades sanitárias

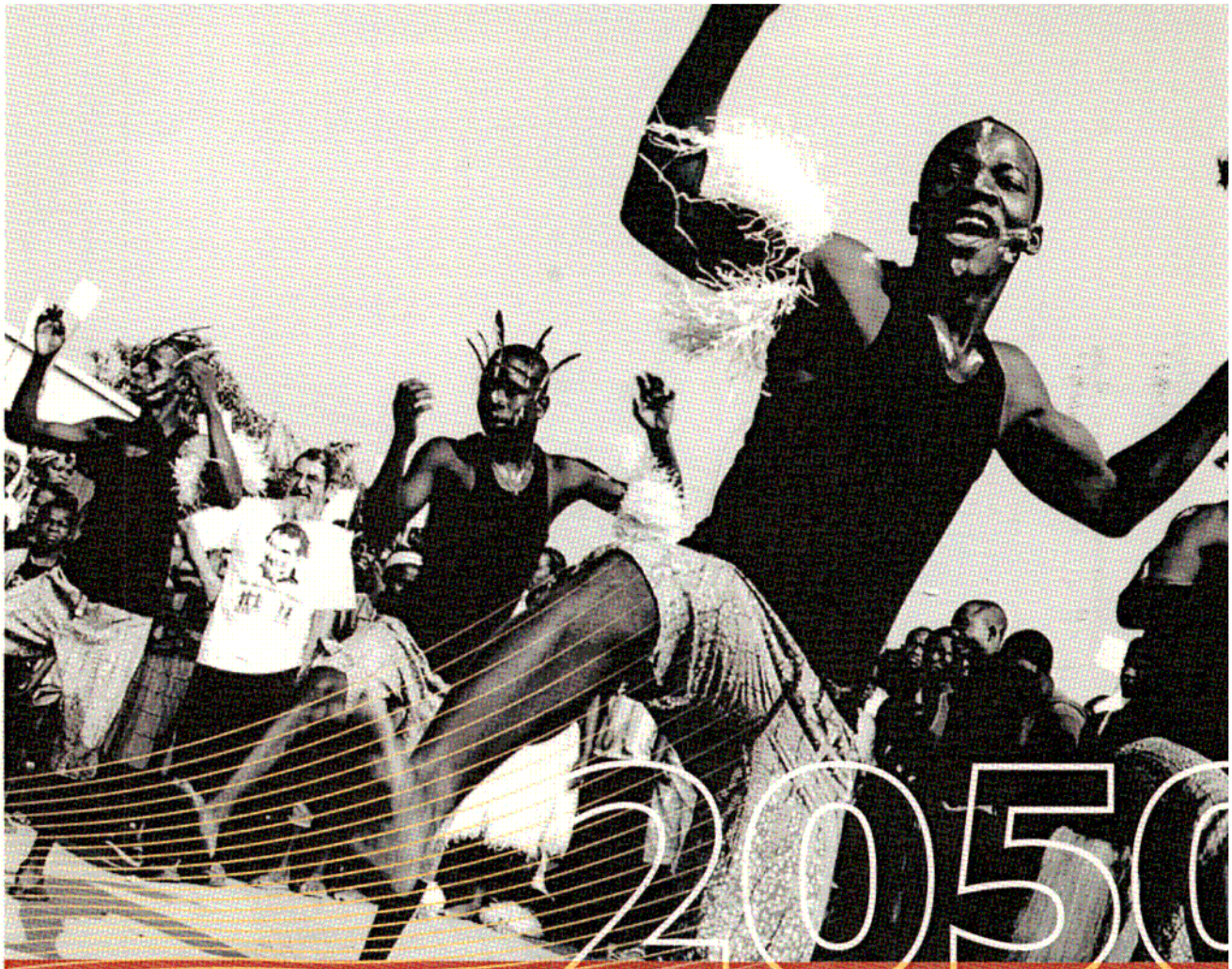
- **Aumentar a cobertura da rede hospitalar,** utilizando soluções menos intensivas em capital (p. ex., postos móveis) sempre que a opção de construção não seja viável

Cadeia de abastecimento e logística

- **Suprimir taxas e direitos alfandegários que oneram os preços de medicamentos,** em especial os destinados ao tratamento de doenças crónicas
- **Desenvolver pacote mínimo de Dispositivos Médicos por níveis de atenção e áreas/serviços,** de acordo as doenças de maior prevalência, as prioridades em saúde pública e o pacote de serviços a prestar por cada tipo de unidade sanitária

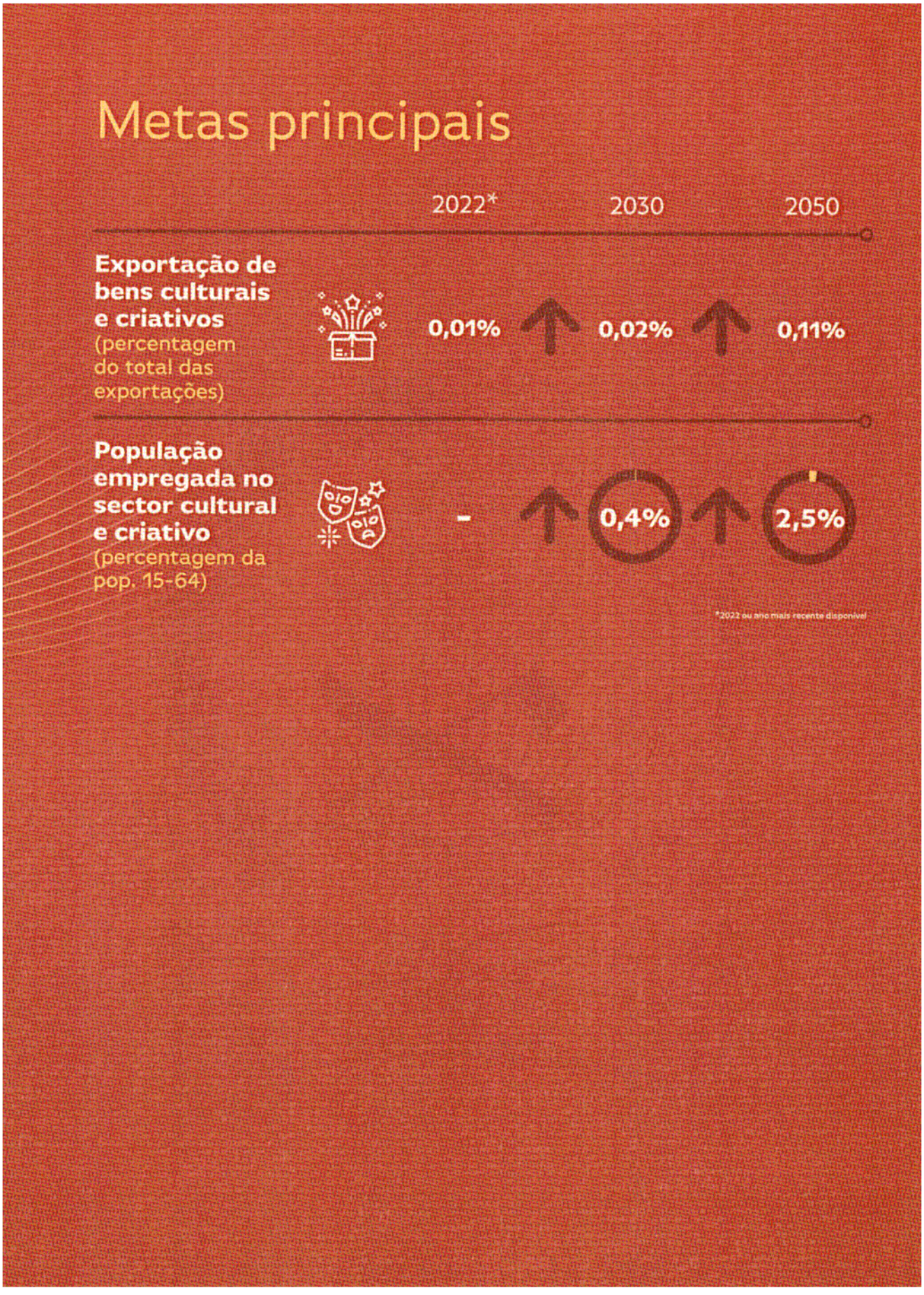
Modelo de governança e sistemas de informação

- **Desenvolver o sistema de monitorização** e acompanhar prioridades / indicadores da Estratégia Nacional de Planeamento Familiar
- **Desenvolver um sistema eficaz de monitorização permanente** (p. ex., mapa de risco epidémico) e de capacidade de resposta rápida a alertas epidémicos



6.4 Cultura

Os cidadãos residentes em Angola, terão acesso a uma variedade de bens e serviços culturais e serão encorajados a tornarem-se criadores, defensores e promotores da sua própria expressão cultural


Metas principais
2022*
2030
2050
Exportação de bens culturais e criativos (percentagem do total das exportações)
0,01%
0,02%
0,11%
População empregada no sector cultural e criativo (percentagem da pop. 15-64)
-
0,4%
2,5%
*2022 ou ano mais recente disponível

A nossa visão

Em 2050, os cidadãos residentes em Angola, beneficiarão de uma grande variedade de bens e serviços culturais, com uma melhoria do seu bem-estar e da sua qualidade de vida. A nossa visão abrangente vê o sector cultural e criativo como um motor do desenvolvimento social e pessoal inclusivo, do emprego e do crescimento económico. Perspectivamos um sector cultural nacional estruturado e sustentável em que as oportunidades são acessíveis a todos, independentemente da condição social e económica, capaz de estimular uma ampla diversidade de artistas, géneros e modos de expressão – e de catalisar o desenvolvimento social e económico. Proporcionaremos oportunidades para os cidadãos expressarem a sua criatividade, reforçando a coesão nacional, no respeito pelas diferenças que nos tornam tão ricos e projectando uma imagem positiva de Angola à escala global.

Em 2050, uma percentagem relevante da população angolana estará empregada em diferentes segmentos das indústrias culturais e criativas, concretizando os seus sonhos e aspirações, proporcionando maior bem-estar, e apoiando oportunidades de crescimento e de desenvolvimento para outros sectores e actividades. Iremos tomar partido do crescente interesse mundial pelas indústrias criativas africanas, e assegurar que o sector cultural reforce, também, a capacidade exportadora do País.

Para concretizar esta visão, reconheceremos e intensificaremos o crescente impacto social e económico das indústrias culturais e criativas. Abordaremos o desenvolvimento dos diferentes segmentos do sector com um compromisso a longo prazo e garantiremos a estabilidade das políticas para construir um sector dinâmico. Apoiaremos o sector com recursos humanos e financeiros e disponibilizaremos oportunidades – por exemplo, através da abertura de concursos para financiamento a propostas concorrenciais. Neste sentido, daremos atenção especial a segmentos que tenham capacidade limitada para gerarem receitas e se tornarem auto-sustentáveis, mas que têm grande impacto económico e social indirecto.

Asseguraremos o cumprimento dos compromissos internacionais de protecção, preservação e reconhecimento do património cultural angolano, no plano nacional e internacional. Em 2050, esperamos ter incorporado com sucesso vários locais de interesse patrimonial na lista do Património Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), incluindo o Cuito Cuanavale. Continuaremos também a implementar as recomendações da UNESCO para preservar e valorizar o "Mbanza Congo, vestígios da capital do antigo Reino do Kongo", como Património Mundial, reforçando assim o perfil internacional de Angola.

Apoiaremos a profissionalização de segmentos com potencial de impacto económico significativo, como as indústrias audiovisuais, a música e o cinema. Para tal, reforçaremos a formação artística e técnica de jovens profissionais, promoveremos o seu envolvimento na formulação de políticas sectoriais e apoiá-los-emos com possibilidades de networking e de exposição internacional. Vamos ainda patrocinar a produção artística em áreas de nicho, e promover um mercado interno para bens e serviços culturais angolanos.



Incentivaremos o acesso equitativo a bens e serviços culturais e apoiaremos a respectiva cobertura de todas as províncias, recorrendo, por exemplo, a circuitos artísticos e ao reforço das vias de distribuição. Asseguraremos que as nossas políticas municipais abordem a cultura no plano local e actuem como uma pedra angular no apoio e na promoção da criatividade e da actividade cultural, fomentando assim o desenvolvimento cultural nacional. Estas medidas assegurarão também a preservação das línguas nacionais e das diversas culturas de Angola.

Em 2050, a população Angolana terá uma maior consciência e apreciação da cultura e do património nacional. Valorizaremos os aspectos positivos das nossas tradições, garantindo que sejam indutoras da dignificação da nossa identidade e dos nossos cidadãos, e desincentivaremos qualquer prática cultural que ponha em causa o bem estar físico e emocional das nossas comunidades.

Os avanços no ensino terão aumentado a procura de bens e serviços culturais e terão intensificado a criação de literatura, música e artes visuais locais. Os cidadãos terão um usufruto mais amplo de bens e serviços culturais, em todo o país, tendo acesso a bibliotecas, museus e locais e atracções culturais. Vamos investir nas infra-estruturas destas instalações e integrar a utilização da tecnologia digital no sector, promovendo, por exemplo, os criativos de Angola através de plataformas e portais electrónicos. Em simultâneo, apoiaremos os criativos, protegendo a propriedade intelectual e aplicando as leis sobre direitos de autor.

Formularemos ainda políticas com foco na inovação, acelerando assim a modernização do sector e a sua capacidade para gerar bens e serviços, reduzir custos, aumentar receitas e desenvolver novos nichos. Fá-lo-emos mantendo-nos a par das tendências do mercado e da tecnologia. Além disso, articularemos as nossas estratégias culturais e de turismo, para benefício mútuo, e garantiremos financiamento adicional para preservar o património, reabilitar os centros históricos e patrocinar eventos culturais gratuitos. Desenvolveremos também estratégias para obter o apoio de organizações internacionais, fundações e outras fontes de financiamento.

Em 2050, Angola será reconhecida mundialmente pela originalidade da nossa cultura e formas de expressão, desde as tradições locais às formas de arte e danças tradicionais únicas, incluindo o kizomba, o kuduro, a kazukuta e a kabetula. Maximizaremos o potencial dos nossos artistas, oferecendo-lhes uma plataforma para a comunidade lusófona e os públicos globais.

As nossas soluções

Para criar um sector cultural estruturado e sustentável, aplicaremos quatro princípios orientadores em todas as nossas soluções e iniciativas:

- **Compromisso a longo prazo.** O sector necessita de uma visão estratégica que assegure um investimento sustentado na preservação e na protecção dos locais de interesse patrimonial e dos bens culturais, ao mesmo tempo que desenvolve esses locais e proporciona o necessário acesso.
- **Enfoque territorial.** A cultura é um bem nacional, mas também tem relevância no plano local. O nosso objectivo é assegurar o acesso equitativo a produtos e serviços culturais em todo o país. Os municípios assumirão um papel central na mobilização do desenvolvimento do sector cultural, promovendo cada região e valorizando a diversidade de expressão cultural de Angola.
- **Estratégia integrada.** Reforçaremos o papel do sector cultural enquanto propulsor do crescimento económico, capaz de gerar empregos e rendimentos, activando o apoio do Estado a produções culturais e a eventos artísticos de inegável interesse público, mas que não sejam economicamente rendíveis. Consequentemente, o sector cultural precisa de ser integrado nas contas nacionais e de ser reconhecido como um sector-chave para o progresso económico do País.
- **Internacionalização.** A cultura e o sector criativo serão desenvolvidos pois são importantes para reforçar a imagem internacional de Angola. Este princípio será integrado na concepção das nossas políticas, uma vez que a procura internacional da nossa produção criativa ajudará este sector a tornar-se uma força motriz para a renovação social e económica.
- Para concretizar a nossa visão de um sector cultural que constitua um motor do desenvolvimento social e pessoal, do emprego e do crescimento, definimos quatro conjuntos de soluções para i) desenvolver a economia criativa; ii) digitalizar o sector cultural; iii) promover o acesso à cultura; e iv) desenvolver um ecossistema cultural. Cada uma dessas soluções inclui medidas a curto prazo e iniciativas a médio e a longo prazo (além de 2027).

Desenvolver a economia criativa

O nosso objectivo é impulsionar o potencial da economia criativa e das suas indústrias para a criação de emprego e reforçar o papel e a contribuição do nosso sector cultural para o processo de desenvolvimento nacional.

Estimular cadeias de valor directas e indirectas

Elaboraremos um programa e um plano de acção para promover a economia criativa angolana com o apoio da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD), da UNESCO e da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Vamos também estruturar políticas horizontais para cada área de actuação, com vista a maximizar o respectivo impacto económico e social. Estruturaremos uma relação entre as políticas culturais locais e nacionais para promover o turismo local e internacional para os locais de interesse patrimonial, eventos culturais e outras atracções. Desenvolveremos também um programa para fomentar a economia criativa e apoiar o desenvolvimento de empresas, iniciativas e agentes culturais através de incentivos fiscais e de outros mecanismos.

Desenvolver a cultura popular urbana e rural de forma inclusiva, envolvendo todos os grupos e extratos sociais

Atribuiremos bolsas de investigação para estudos sobre a cultura popular angolana e financiaremos publicações sobre o tema. Lançaremos um programa de cultura popular, em parceria com os municípios, para promover cada região e divulgar a diversidade da expressão cultural angolana. Estabeleceremos parcerias com associações e grupos culturais que promovem a recolha, o estudo, a preservação e a divulgação dos aspectos e das práticas intangíveis do património cultural popular, como a dança kabetula ou os elaborados penteados dos povos nyaneka e nkhumbi. Vamos ainda garantir a protecção dos produtos culturais de origem angolana, apoiando também iniciativas para a sua disseminação.

Promover a cultura angolana no estrangeiro

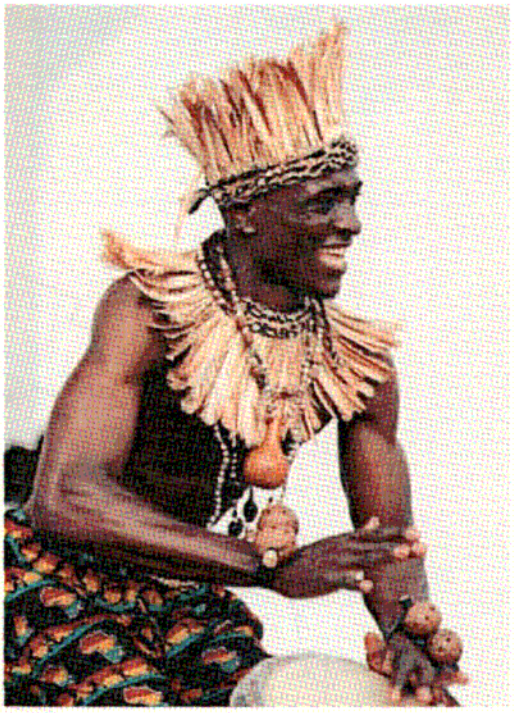
Desenvolveremos uma estratégia para a internacionalização dos bens culturais angolanos, incluindo a criação e manutenção de um portal electrónico para promover a cultura angolana. Definiremos também uma estratégia para angariar fundos para a produção nacional de bens culturais. Além disso, articularemos a política externa de Angola para destacar e promover o património e os bens culturais do país. Para expandir os mercados consumidores, intensificaremos a cooperação regional e o intercâmbio cultural, impulsionando projectos que contribuam para a notoriedade do nosso património. Promoveremos também a participação de Angola em feiras regionais e mundiais.

Digitalizar o sector cultural

Vamos estruturar e desenvolver o sector, mediante o recurso às tecnologias mais recentes disponíveis. O nosso objectivo é capacitar os operadores culturais para a utilização de ferramentas digitais, de modo a expandir o mercado interno para os seus produtos e serviços e facilitar a sua entrada no mercado global.

Digitalizar os meios de produção, de distribuição e de consumo de bens e serviços culturais

Apoiaremos a formação de artistas e empresários, e incentivaremos a utilização de ferramentas digitais para a produção, promoção e distribuição de conteúdos culturais e artísticos. Reforçaremos a presença de artistas angolanos em plataformas digitais globais e regionais, assegurando a divulgação do respectivo trabalho nos mercados internos e externos. Cooperaremos com os países vizinhos na promoção de plataformas electrónicas regionais para artistas e criativos africanos. Lançaremos ainda certames artísticos digitais para produção artística, como documentários, fotografia, dança e música.



Incentivar *hubs* criativos

Lançaremos um concurso em cada capital de província para um projecto-piloto de desenvolvimento de um *hub* criativo num local adequado ou no centro da cidade. Este *hub* criativo terá espaços dedicados a empresas inovadoras e criativas e assegurará espaços gratuitos para jovens empreendedores desenvolverem projectos culturais digitais. Para alcançar este objectivo, estabeleceremos parcerias com empresas de telecomunicações para obter os recursos digitais necessários.



Promover o acesso à cultura

O nosso objectivo é fortalecer o papel do poder local no planeamento e na programação cultural, e democratizar o acesso a bens e serviços culturais. Vamos construir, reabilitar, preservar e gerir as instalações culturais de acordo com a estratégia de desenvolvimento do país.

Apoiar a criação de um mercado interno para produtos culturais inclusivos

Revitalizaremos o Plano Nacional de Leitura, alinhado com as nossas políticas educativas, para despertar o interesse pela cultura. Promoveremos autores e artistas nacionais, daremos visibilidade ao trabalho que desenvolvem e promoveremos o respectivo valor junto da população angolana. Para além disso, iremos promover digressões para artistas nacionais por todo o país.

Articular a política cultural com os meios de comunicação social

Estabeleceremos parcerias com os meios de comunicação social para estimular a produção e divulgação de conteúdos culturais e educativos. Reforçaremos o papel da televisão pública angolana na produção de conteúdos relevantes que promovam o património cultural e linguístico do país. Planeamos também promover parcerias com editoras, artistas e agentes do sector para produzir conteúdos de forma independente e aumentar a capacidade da indústria audiovisual para dar o apoio necessário.

Articular a política cultural com o ensino

Capitalizaremos o investimento no ensino artístico, mapeando o que está disponível actualmente, e, em função disso, estabelecendo contratos-programa a longo prazo. Reforçaremos também a formação de professores nas artes e nas áreas técnicas de apoio.

A médio prazo, transformaremos o Complexo das Escolas de Arte (CEARTE) numa escola de referência nacional, reforçando o financiamento e estabelecendo parcerias formais com entidades públicas e privadas do meio artístico e cultural nacional. Convidaremos profissionais do cinema, do teatro, da dança, da fotografia e das artes visuais para ministrarem cursos que possam ser integrados no currículo. Organizaremos também um evento cultural anual, incluindo uma exposição de trabalhos no auditório da escola, cujos lucros reverterão a favor de projectos ou exposições em instituições culturais em todo o país.

A longo prazo, promoveremos intercâmbios internacionais entre escolas de arte para fortalecer o corpo docente nas áreas de especialidade em que a

capacidade nacional ainda seja limitada. Estabeleceremos também parcerias com escolas secundárias e instituições de ensino superior estrangeiras de reconhecido mérito para acolher jovens estudantes angolanos com potencial artístico significativo. Além disso, iremos criar um programa de bolsas de estudo para os melhores alunos do CEARTE e do Instituto Superior de Artes (ISART) estudarem no estrangeiro em áreas de especialização.

Articular a política cultural com o desenvolvimento do País

Faremos um mapeamento nacional de todas as instituições culturais públicas – nacionais, provinciais e municipais – e estabeleceremos um plano para o desenvolvimento integrado e para a gestão de infra-estruturas. Isto incluirá as redes de mediatecas, de bibliotecas públicas nas capitais de província e de museus. Asseguraremos que a rede de bibliotecas públicas nas capitais de província abranja todo o país até 2030 e que a rede de mediatecas tenha cobertura nacional, até 2050.

Elaboraremos um plano de desenvolvimento estratégico para os centros históricos do País – e será obrigatório incluí-lo no planeamento urbano. Promoveremos ainda a elaboração de projectos culturais no âmbito do programa de orçamentação participativa a ser implementado pelos municípios.



Apoiar a diversidade étnico-cultural e a unidade nacional

Incentivaremos e encorajaremos o estudo da História de Angola para fomentar o orgulho e a unidade nacionais. Promoceremos, igualmente, a utilização e o estudo das línguas de Angola, ou línguas angolanas de origem africana e apoiaremos a expressão artística nestas línguas. Continuaremos a promover o português enquanto língua de unidade nacional, e a melhorar e reforçando o seu ensino, em todo o país em todos os níveis de ensino. Desenvolveremos mecanismos, como, por exemplo, plataformas digitais, que promovam manifestações culturais dignificantes e empoderem a luta contra a prática de manifestações culturais nocivas à sociedade.

Desenvolver um ecossistema cultural

Vamos recolher informação estatística e mapear o impacto económico e social dos diferentes segmentos culturais, visando desenvolver um ecossistema cultural. Os nossos objectivos são formar organizações do sector; impulsionar a autonomia dos agentes e a respectiva projecção regional e global; promover o envolvimento das organizações na definição de estratégias; e reforçar a quantidade e a qualidade do apoio, incluindo parcerias com entidades privadas.

Criar estatísticas para o sector

Criaremos um dossier estatístico sobre a cultura com o apoio do Instituto Nacional de Estatística e integraremos o sector da cultura já no censo populacional de 2024. Forneceremos também os conhecimentos e meios tecnológicos às principais entidades culturais públicas para uma recolha de dados eficaz. Para além disso, realizaremos um estudo sobre o consumo doméstico de bens e serviços culturais, em parceria com o Instituto Nacional de Estatística. Finalmente, criaremos uma Conta Satélite da Cultura no sistema de contas nacionais.

Adoptar e implementar políticas e leis

Adoptaremos políticas que protejam o património e os bens e serviços culturais do país. Vamos também estabelecer acordos de cooperação cultural com países que incluam disposições relativas ao acesso a vistos para fins de trabalho.

Aderiremos a convenções internacionais destinadas à protecção, recuperação e preservação de bens e património culturais, incluindo a Convenção do Unidroit sobre Bens Culturais Roubados ou Ilicitamente Exportados, de 1995, e a Convenção da UNESCO sobre a Protecção do Património Cultural Subaquático, de 2001.

Iremos também associar-nos a iniciativas bilaterais e internacionais para a recuperação de artefactos angolanos de valor histórico que se encontram dispersos pelo mundo, apoiando a sua integração nos museus e arquivos nacionais.

Asseguraremos a protecção dos direitos dos autores e apoiaremos a regulamentação das respectivas actividades que rejam as empresas e os agentes culturais. Apoiaremos a aplicação da Lei do Mecenato, bem como do sistema de direitos de autor.

Após 2030, implementaremos um quadro legal para a criação de estatutos e regulamentos para reger a actividade dos profissionais artísticos.

Optimizar os modelos financeiros

Dinamizaremos estratégias variadas para financiar os diferentes segmentos culturais de acordo com as suas especificidades, a sustentabilidade do ecossistema e o seu potencial económico. Organizaremos concursos regulares para financiamento público, abertos a grupos e a artistas individuais, e asseguraremos a transparência relativamente aos montantes a financiar. Concentraremos fundos públicos em actividades artísticas e culturais de interesse público, mas com reduzido potencial económico.

Em parceria com o sector privado, garantiremos o registo dos agentes e incentivaremos o respectivo investimento no sector através de incentivos fiscais. Aplicaremos também a Lei do Mecenato e estimularemos o consumo de bens e serviços culturais. Para impulsionar a criação de um mercado interno, apoiaremos eventos culturais e criativos locais gratuitos, promoveremos a circulação de artistas por todo o país e proporcionaremos vouchers válidos nestes eventos para estimular o interesse.

Reforçaremos as condições de protecção dos direitos de autor e de cobrança de receitas fiscais no sector. Vamos também estimular a cooperação internacional e procurar fontes externas de financiamento cultural, por parte da UNESCO e de fundações culturais estrangeiras, por exemplo.

Criar um ecossistema de organizações no sector

Promoveremos a associação de profissionais e empresários do sector e desenvolveremos um quadro para o seu financiamento sustentável. Incluiremos as organizações criativas e culturais nos processos de consulta e na definição de estratégias para cada sector. Iremos descentralizar a governança em torno das iniciativas culturais e criar um programa de apoio condicional para operadores culturais, a fim de permitir a implementação de projectos com elevado potencial socioeconómico.

Reforçar as instalações culturais

Vamos apoiar as instituições culturais existentes, desenvolver as suas capacidades e modernizar as respectivas instalações, e também estabelecer novas instituições de qualidade em diversas áreas do país. Vamos desenvolver e actualizar regularmente as páginas na internet de todas as instalações culturais, como museus, bibliotecas e mediatecas, que ficarão alojadas num único portal para a cultura. Forneceremos também informações sobre as actividades culturais oferecidas e registaremos as estatísticas de cada instituição, como a quantidade de visitantes e os eventos realizados.

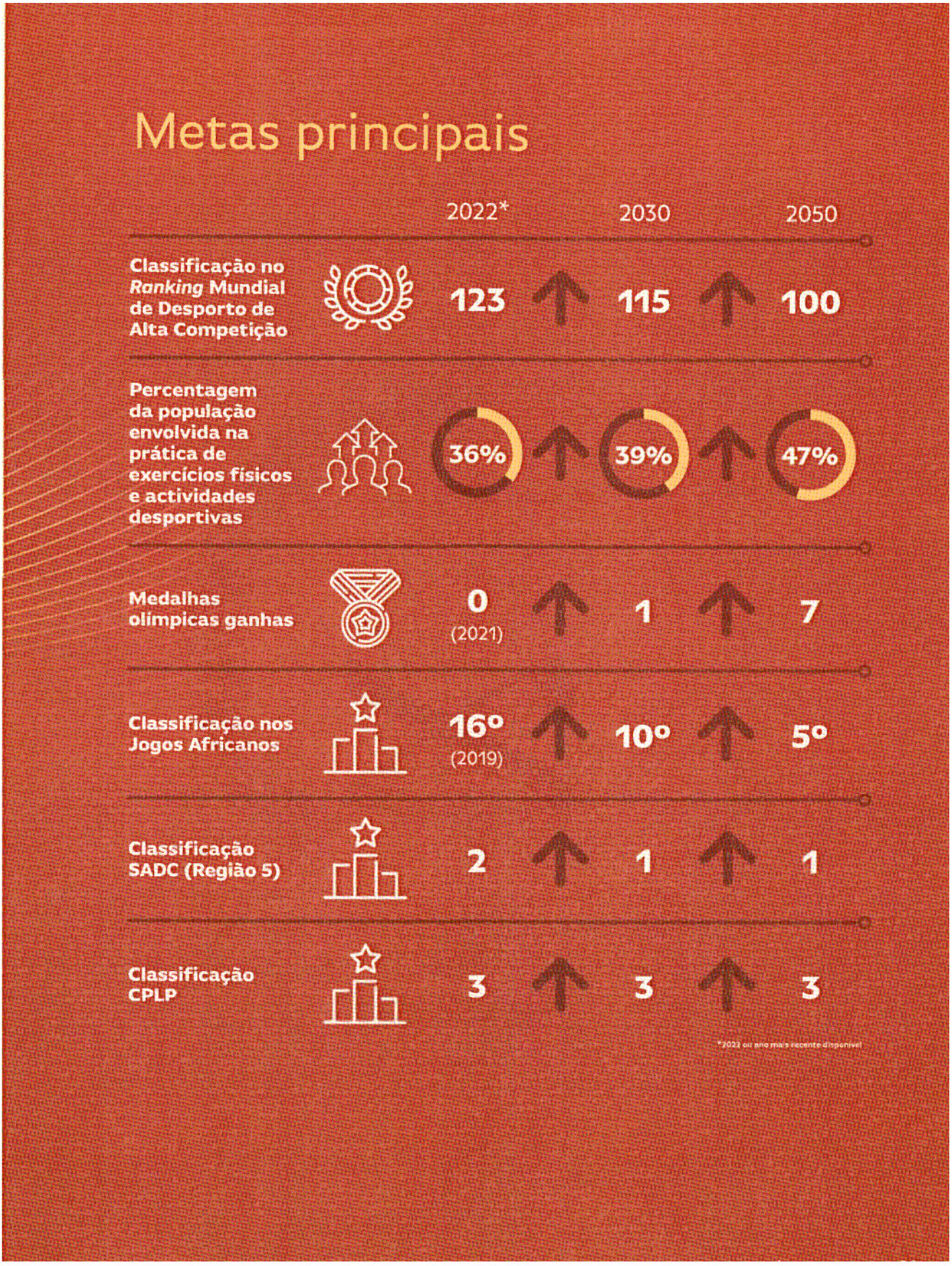
Cooperando com os municípios, vamos preparar uma análise das necessidades de formação dos colaboradores destas instituições e elaborar um programa de formação baseado no ensino a distância para suprir essas necessidades. Vamos também estabelecer parcerias com entidades públicas estrangeiras nos vários campos culturais para implementar estágios de curta duração e formação para agentes públicos no sector da cultura.


As nossas prioridades imediatas para 2027
Dinamizar as cadeias de valor das indústrias culturais e criativas, implementando um plano de acção para cada segmento e criando uma estratégia de captação de financiamento para a revalorização do património angolano.
Digitalizar a economia criativa, apoiando a presença dos artistas angolanos nas plataformas digitais, criando um hub criativo em cada província e iniciando a capacitação das empresas e dos agentes culturais na produção e no marketing digital.
Promover o acesso inclusivo à cultura, estruturando, com os municípios, os circuitos de exibição e de promoção de espectáculos em todo o território nacional, incrementando o papel da TPA na divulgação do património cultural e linguístico, não esquecendo os grupos minoritários e subrepresentados, preparando o plano nacional de leitura e definindo o plano estratégico de desenvolvimento dos centros históricos do país.
Apoiar a criação do ecossistema cultural, estruturando um sistema de recolha de informação estatística, com vista a mapear o impacto económico e social dos diferentes segmentos culturais, e promover a associação dos seus profissionais e empresários, consultando-os na definição de política para o sector e assegurando a protecção dos direitos de autores e a colecta de receita fiscal.
2050



6.5 Desporto

Um sector do Desporto dinâmico e inclusivo que proporcione acesso alargado à prática desportiva e à actividade física, que alcance reconhecimento internacional em eventos competitivos e que contribua para um estilo de vida saudável dos cidadãos residentes em Angola


Metas principais
2022*
2030
2050
Classificação no Ranking Mundial de Desporto de Alta Competição
123
115
100
Percentagem da população envolvida na prática de exercícios físicos e actividades desportivas
36%
39%
47%
Medalhas olímpicas ganhas
0
(2021)
1
7
Classificação nos Jogos Africanos
16º
(2019)
10º
5º
Classificação SADC (Região 5)
2
1
1
Classificação CPLP
3
3
3
*2022 ou ano mais recente disponível

A nossa visão

O desporto representa um sector social e económico em crescimento e, em 2050, será uma fonte de afirmação internacional e de identidade e coesão nacionais e um gerador de capital social, saúde e bem-estar para toda a população. Proporcionaremos o acesso à prática de exercício físico a todos, independentemente da idade ou género, em benefício da saúde e da qualidade de vida da população, e reforçaremos a nossa capacidade de participação em grandes eventos desportivos, promovendo a imagem e o estatuto de Angola no estrangeiro.



Em 2050, teremos melhorado a posição de Angola no *Ranking* Mundial de Desporto de Alta Competição e o País alcançará um maior número de medalhas em eventos internacionais e olímpicos. De modo a podermos concretizar esta visão, reforçaremos a nossa capacidade de participar em grandes eventos desportivos e também de os organizar e aumentaremos o apoio às federações desportivas, para podermos alcançar melhores resultados em desportos de alta competição. Vamos ainda profissionalizar o sector, mantendo-nos actualizados com as tendências actuais, tais como apostas, eDesporto e o impacto das tecnologias digitais na experiência dos atletas e do público.

Criaremos um quadro legal robusto e incentivos para atrair financiamento privado e, nesse sentido, desenvolveremos parcerias com as empresas, com o objectivo de fortalecer o sector. Estimularemos, igualmente, o desenvolvimento de áreas económicas relacionadas com o desporto, incluindo fontes de receitas, tais como publicidade, plataformas digitais, nutrição desportiva, calçado, roupas, equipamento desportivo e instalações desportivas.

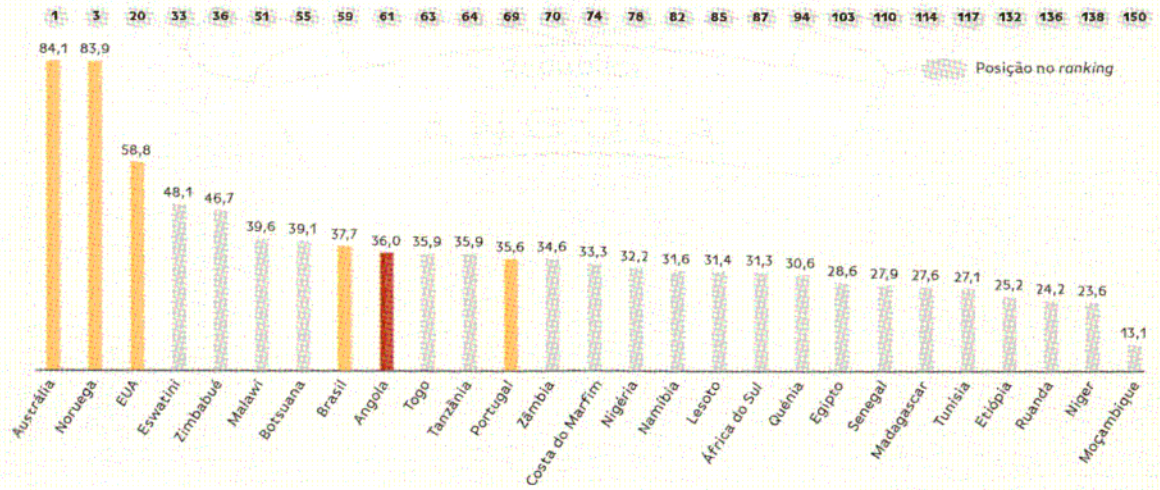
Envolveremos os organismos centrais e locais, patrocinadores privados, doadores e as comunidades, no sentido de aumentar o número de clubes e de treinar e desenvolver talentos, desde a fase inicial. De modo a apoiar estas actividades, daremos formação a profissionais e aumentaremos o número de jovens atletas em todas as faixas etárias que participam em clubes, federações – que contam actualmente com cerca de 200.000 atletas – e equipas escolares. Procuraremos, também, maximizar o investimento em infraestruturas, incluindo espaços ao ar livre para ginástica e desportos, e incentivar as comunidades e empresas locais a apoiarem estes esforços.

Considerando que, em 2050, um terço da população Angolana será constituída por crianças (0-14) e outro terço por jovens (15-34), aproveitaremos esta oportunidade para construir uma ampla base de recrutamento para desportos de competição. Para este efeito, iremos efectivar a educação física nas escolas, generalizar as actividades do desporto escolar, potenciar os clubes recreativos e as competições inter-escolas, inter-provinciais e nacionais, bem como aumentar o número de professores de educação física no sistema.

A importância do desporto e da actividade física ainda não foi totalmente assimilada em Angola. Considerando que, aproximadamente, 36% da população pratica desportos recreativos (Quadro 17), vamos promover a prática de exercício físico para todos, no sentido de melhorar o bem-estar físico e mental da população. O nosso sector do Desporto desempenhará, igualmente, um papel fundamental no desenvolvimento das relações sociais e na promoção da inclusão social.

Quadro 17

***Ranking* Global de Desporto de Recreação por % de participantes, 2018 (150 países)**



As escolhas que enfrentamos

Embora o financiamento público disponível para o sector seja limitado, existe um interesse crescente das empresas que pretendem investir no desporto e associar-se ao sector, especialmente num mercado jovem e emergente como Angola.

O investimento privado poderá ser mais facilmente mobilizado uma vez atingidos resultados internacionais visíveis, nomeadamente a obtenção de medalhas e a participação bem-sucedida em eventos regionais e internacionais de destaque, ou mesmo a co-organização de eventos internacionais, no País.

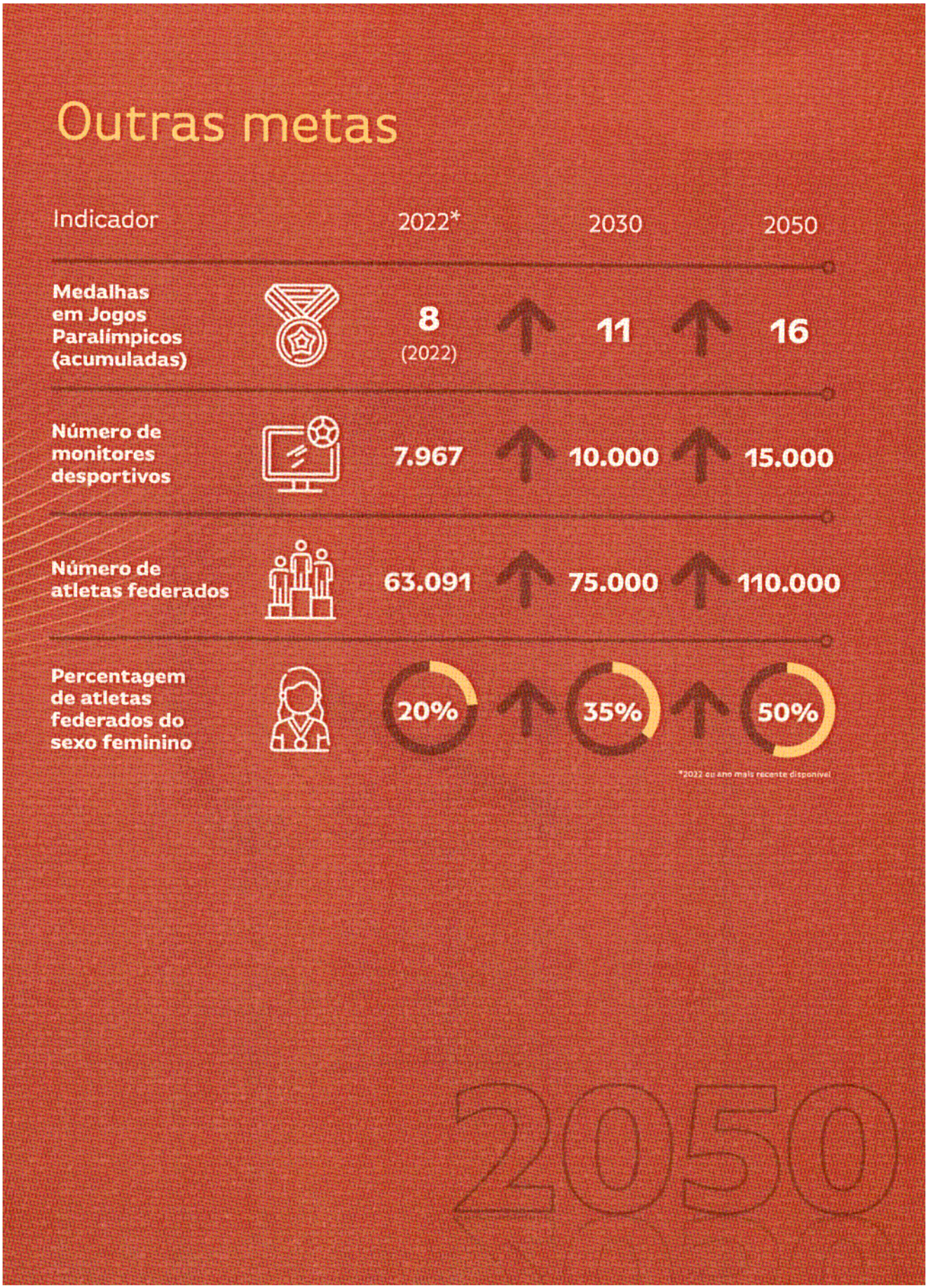
No entanto, descobrir, treinar e desenvolver o talento para alcançar tais resultados requer estruturas profissionais, equipamentos de qualidade, empenho e investimento a longo prazo, o que não será possível em todas as modalidades desportivas.

Angola já apresenta resultados promissores nas modalidades de futebol, basquetebol, andebol, ginástica e atletismo. A concentração do investimento público e privado nestas modalidades e o aumento do seu grau de profissionalismo poderá fortalecer o sector e fazer-nos alcançar os nossos objectivos.

Optamos, portanto, por concentrar os nossos recursos disponíveis num número limitado de modalidades desportivas profissionais, tendo por objectivo alcançar a visibilidade e resultados desportivos de relevo, o que atrairá o investimento privado. Combinaremos esta abordagem com uma estratégia de integração do desporto e da actividade física desde os primeiros anos escolares, e de criação de uma rede de clubes locais que poderão fornecer apoio de base a todos os tipos de desporto no futuro.

Estas medidas lançarão as bases para uma maior diversificação, numa segunda fase de desenvolvimento, assente nas estruturas desenvolvidas e na experiência adquirida, e conduzirão a uma indústria desportiva próspera e auto-sustentável.




Outras metas
Indicador
2022*
2030
2050
Medalhas em Jogos Paralímpicos (acumuladas)
8
(2022)
11
16
Número de monitores desportivos
7.967
10.000
15.000
Número de atletas federados
63.091
75.000
110.000
Percentagem de atletas federados do sexo feminino
20%
35%
50%
*2022 ou ano mais recente disponível
2050

As nossas soluções

Identificámos quatro conjuntos de soluções para desenvolver um sector do Desporto altamente competitivo e internacionalmente reconhecido, que visam: i) incentivar a prática desportiva; ii) promover o desporto de competição; iii) desenvolver a indústria do desporto; e iv) melhorar a governação do sistema desportivo. Cada uma das soluções inclui intervenções a curto prazo e iniciativas e medidas a médio e a longo prazo (além de 2027). Há três segmentos centrais a considerar nas nossas políticas desportivas, nomeadamente o desporto escolar, o desporto de recreação para todos e o desporto de competição e de alto rendimento.



Incentivar a prática desportiva

Angola tem um histórico de êxitos alcançados em desportos colectivos, tais como o basquetebol, o futebol e, mais recentemente, o andebol. No entanto, a prática desportiva, apesar de um aumento nos anos mais recentes, está longe de ser difundida, tanto nas escolas como nas comunidades locais, sobretudo por falta de espaços e de equipamentos para a actividade física, falta de professores de educação física, treinadores, árbitros e dirigentes desportivos, devidamente qualificados. Para incentivar a prática desportiva, vamos melhorar e desenvolver as necessárias condições físicas, materiais e humanas.

Aumentar os espaços disponíveis para a prática desportiva

O aumento do número de espaços para a prática desportiva requer um programa nacional a médio e a longo prazo, para a construção, reabilitação e acesso às infraestruturas desportivas, em conformidade com a Carta Desportiva e com as carências e assimetrias identificadas. Isto incluirá o acesso das comunidades locais às instalações desportivas das escolas fora do horário escolar. Para além disso, criaremos uma rede de ginásios ao ar livre no âmbito municipal, para generalizar a prática desportiva com acesso gratuito a equipamentos desportivos, e promoveremos programas de incentivo à actividade física e desportiva nestes e noutros espaços públicos, tais como jardins públicos, campo e praia. Criaremos as condições para um acesso inclusivo aos equipamentos para prática desportiva, respeitando as diferenças e necessidades específicas de grupos minoritários e subrepresentados.

Lançar parcerias

Para alargar a prática desportiva, começaremos por promover a colaboração entre trabalhadores, empregadores, sindicatos e instituições públicas no desenvolvimento da prática desportiva nos locais de trabalho, através da cedência e da partilha de instalações, organização de actividades desportivas para os trabalhadores e formação de clubes de treino nos locais de trabalho. Em todas as fases da estratégia, estabeleceremos parcerias com o poder local, federações desportivas, patrocinadores privados e centros comunitários sociais e desportivos. Estas parcerias possibilitarão o acesso às infra-estruturas existentes, tais como campos desportivos, salas polivalentes, espaços para jovens, bibliotecas e internet, e o incentivo à participação da comunidade na construção e manutenção das instalações desportivas.

Estabeleceremos também contratos-programa com clubes e ginásios privados para disponibilização de instrutores mediante iniciativas estruturadas de promoção de actividades desportivas para a população. Por último, criaremos também um programa nacional de voluntariado desportivo para apoio à prática do desporto nas comunidades, em articulação com os clubes, as associações juvenis e as autoridades administrativas locais.

Promover hábitos saudáveis

Promoveremos a utilização do desporto como ferramenta de integração social, recorrendo ao investimento em espaços para a prática desportiva e actividades sociais em áreas urbanas mais problemáticas. No desenvolvimento da estratégia, criaremos programas orientados para o exercício físico dirigido à camada sénior da população, através da ligação a actividades lúdicas, tais como ginástica de manutenção, dança e desportos tradicionais. Promoveremos, igualmente, a realização de eventos de carácter nacional ao ar livre, como o dia do desporto, o dia da saúde, o dia da actividade física, a par de outros eventos que visem promover um estilo de vida saudável aos cidadãos.

Construir, manter e gerir infraestruturas desportivas

No sentido de garantir a construção e a manutenção das infraestruturas desportivas de âmbito local, privilegiaremos a utilização de materiais sustentáveis disponíveis localmente; para a construção e manutenção de instalações desportivas escolares e municipais, fomentaremos a constituição de micro-empresas que se dediquem a este nicho. Incentivaremos, igualmente, a auto-construção de base comunitária de infraestruras desportivas escolares e municipais, fornecendo materiais sustentáveis e supervisão técnica.

A médio e a longo prazo, promoveremos a gestão integrada de equipamentos desportivos escolares e municipais, potenciando a utilização partilhada de infraestruturas existentes e respectiva manutenção. Promoveremos, igualmente, parcerias com empresas nacionais e multinacionais, e clubes nacionais e estrangeiros, que poderão associar o seu nome a infraestruturas desportivas escolares, como contrapartida pelo apoio, por exemplo, durante a construção ou manutenção periódica.

Promover quadros técnicos qualificados

A médio prazo, criaremos programas descentralizados de formação para agentes desportivos e familiares de desportistas envolvidos na gestão das respectivas carreiras, tendo por objectivo promover a contratação de quadros técnicos qualificados. Criaremos, adicionalmente, um sistema de certificação de competências que permita às pessoas com experiência profissional em áreas relacionadas com o desporto que trabalhem, ensinem e treinem atletas no sector. Também elaboraremos um guia para distribuição nas escolas, no sentido de promover o interesse por uma carreira ligada ao desporto, com informações sobre as formações disponíveis e as possibilidades de trabalho. A longo prazo, alargaremos a possibilidade de o ensino superior incluir ciências do desporto e de criar pós-graduações em gestão de desporto, em parceria com universidades estrangeiras.

Realizar competições desportivas escolares

Tendo em vista o fomento da participação em actividades desportivas, a médio prazo, forneceremos equipamentos desportivos aos praticantes de desporto escolar mais carenciados, assegurando também o transporte para as provas. Vamos promover o desporto universitário e a realização de competições inter-universidades. Em todas as fases da estratégia, até 2050, realizaremos torneios escolares, nos níveis inter-escolas, provinciais e nacionais, em modalidades de elevada expressão, incluindo o futebol, o andebol, o basquetebol, o voleibol, o atletismo, a ginástica e o atletismo adaptado a pessoas com deficiência, reforçando a obrigatoriedade do desporto nas escolas como uma medida para a promoção da saúde física e psíquica dos nossos jovens.

Apoiar o desporto paralímpico

Apesar da escassez de meios, o desporto paralímpico angolano tem registado assinaláveis sucessos internacionais que deverão ser capitalizados para reforçar o investimento no sector, de modo a promover o seu acesso a faixas mais alargadas da população portadora de deficiência. Promoveremos o acesso à prática desportiva para pessoas portadoras de deficiência, enquanto direito de cidadania e apoiaremos a captação e desenvolvimento de talentos que possam transitar para a alta competição, beneficiando de condições materiais e de treino que permitam o pleno desenvolvimento do seu potencial.

Promover o desporto de alta competição

As iniciativas para promover o desporto de alta competição no País abrangem a descoberta e o apoio aos novos talentos, a potenciação de atletas de alta competição, o financiamento do desporto de alta competição e a organização e gestão de competições de natureza profissional.

Identificar e apoiar novos talentos

A médio prazo, criaremos não apenas uma rede de observadores que acompanhem os campeonatos do desporto escolar para identificação precoce de jovens talentos, mas também uma rede de atletas reformados, que possam servir como patronos de jovens talentos. Até 2050, criaremos um sistema de bolsas de mérito para atletas de elevado potencial prosseguirem os seus estudos, localmente e no exterior. Também apoiaremos um projecto de um clube que vise a criação de uma academia de futebol em parceria com uma academia estrangeira.

Potenciar atletas de alta competição

Criaremos uma estratégia de comunicação que utilize o desporto de alta competição como símbolo de coesão e de identidade nacionais, tendo por objectivo impulsionar os atletas de alta competição. Criaremos um Centro Olímpico Desportivo, na província do Bengo, e dois Centros de Alto Rendimento, um



em Luanda e outro no Huambo, em parceria com organizações internacionais congéneres, visando acompanhar e apoiar o desenvolvimento dos atletas, e promoveremos a valorização e o reconhecimento das suas carreiras desportivas. Apoiaremos o funcionamento da recém-criada Agência Nacional de Controlo Anti-Dopagem e a sua ligação com o Centro Nacional de Medicina do Desporto, para garantir que dispomos de um corpo de especialistas em anti-dopagem no terreno. Adicionalmente, promoveremos programas bilaterais com outros países para proporcionar estágios com treinadores estrangeiros e em infraestruturas internacionais a atletas seleccionados das modalidades consideradas prioritárias.

Financiar desportos de alta competição

Com o objectivo de apoiar o financiamento de desportos de alta competição, começaremos por definir uma política que aposte nas modalidades com maior potencial de sucesso na arena internacional, nomeadamente o futebol, o andebol, o basquetebol e a ginástica. Criaremos, igualmente, um sistema de mecenato e patrocínio para atletas e equipas nacionais de alto rendimento. A longo prazo, iremos atrair investimento privado de academias internacionais e explorar novas fontes de financiamento.

Organizar competições profissionais

Para apoiar a implementação da organização de competições profissionais, criaremos ligas para as principais modalidades, nomeadamente o futebol e o basquetebol. Promoveremos, igualmente, reconhecimento de treinadores profissionais, árbitros, dirigentes e agentes desportivos.

Desenvolver a indústria do desporto

O desenvolvimento da indústria do desporto requer a introdução de um sistema de incentivos e a promoção da organização de eventos desportivos. Sendo a competição internacional a expressão mais elevada da alta competição, privilegiaremos a participação nos Jogos Olímpicos, nos Campeonatos do Mundo, nos Jogos Pan-africanos, nos Jogos Lusófonos e da CPLP sub-16 e nas competições regionais.

Desenvolver incentivos

A médio prazo, definiremos um sistema de incentivos fiscais que vise atrair investimento privado na promoção desportiva e nos ginásios e o fomento de nichos económicos relacionados com o desporto, como o fabrico de artigos e equipamentos para desporto e a produção de nutrição desportiva. Incentivaremos, igualmente, a criação de uma estação televisiva angolana dedicada a conteúdos desportivos.

Em todas as fases de nossa estratégia, promoveremos parcerias com o sector privado em torno da realização de eventos, exportação de talentos e acolhimento de eventos internacionais, promovendo o desporto como plataforma de comunicação, mobilização e de dinamização do desenvolvimento. Em parceria com o sector privado, a comunidade empresarial e a academia de futebol, promoveremos o desenvolvimento de aplicações digitais inovadoras e criativas para o sector do Desporto nas suas múltiplas vertentes, nomeadamente o exercício físico, o desempenho físico, a nutrição e o visionamento de eventos desportivos.

Promover o desporto faminino

O desporto feminino em Angola é motivo de orgulho pelo sucesso alcançados nos últimos anos, pelo que é importante investir no seu desenvolvimento. Garantiremos que, em 2050, metade dos atletas federados seja do sexo feminino. Para tal, agiremos a montante da promoção da prática desportiva feminina, através de campanhas de sensibilização e do investimento em profissionais especializados e, a jusante, na identificação de talentos de elevado potencial e na criação de condições para a sua afirmação no plano internacional, cientes de que atletas de sucesso atraem e estimulam a prática desportiva. Utilizaremos o desporto como ferramenta de afirmação do papel da mulher no desenvolvimento económico e social do país.

Combate à manipulação de resultados

A manipulação de resultados é uma actividade ilegal que ameaça o desporto, como o conhecemos. Este fenómeno antidesportivo põe em causa os valores éticos a que associamos a prática desportiva. O forte crescimento do mercado de apostas desportivas nacionais é acompanhado por um crescente risco de manipulação de resultados, o que representa uma séria ameaça para o desporto. Vamos, pois, combater activamente a manipulação de resultados desportivos (match-fixing), promovendo campanhas de prevenção e desenvolvendo uma política de combate à manipulação de resultados.

Reforçar a governação e o financiamento

Para assegurar uma governação eficaz, elaboraremos a Carta Desportiva Nacional, instrumento estratégico fundamental para o planeamento e desenvolvimento desportivo sustentado, definiremos um quadro de financiamento ao desporto para acelerar o desenvolvimento do sector e adoptaremos e implementaremos políticas e legislação em torno de questões desportivas.

Elaborar a Carta Desportiva Nacional

Elaboraremos a Carta Desportiva Nacional, inventariando as infraestruturas desportivas existentes em todo o País, e actualizaremos regularmente as capacidades e as carências do sistema desportivo nacional. Para a sua operacionalização, desenvolveremos um sistema de informação desportiva que centralizará toda a informação relevante, incluindo, infra-estruturas e equipamentos, modalidades desportivas, clubes e entidades desportivas. A médio prazo criaremos uma Conta Satélite do Desporto, monitorizando o impacto directo e indirecto do sector na economia e tornando-o público ao País.

Desenvolver quadro de financiamento

Acelerar o desenvolvimento do sector requer a elaboração de um quadro de financiamento e a mobilização de investimento, público e privado, no sector do Desporto.

A curto e médio prazo, começaremos por incentivar a utilização do Mecenato para promover o investimento no sector do Desporto. Também vamos elaborar um estudo sobre o financiamento do desporto de forma a avaliar várias possibilidades de financiamento, como a ajuda estatal, regional, local, bilateral ou multilateral, o contributo das famílias, as receitas de actividades voluntárias e de patrocínios ou receitas provenientes dos meios de comunicação social e dos serviços de apostas desportivas. Desenvolveremos ainda contratos-programa plurianuais, baseados nos princípios do financiamento por objectivos, para reforçar a capacidade operacional de associações, clubes e federações.

A longo prazo, desenvolveremos novas fontes de financiamento, incluindo através da revisão da regulamentação das apostas online, e da alocação de uma percentagem fixa das receitas de jogos de sorte e azar a um fundo de desenvolvimento do desporto. As apostas desportivas converteram-se numa das componentes mais populares da indústria desportiva, gerando montantes avultados que tenderão a crescer devido às novas tecnologias e à conectividade digital. Importará antecipar, monitorizar e mitigar os riscos de adição desde o início da implementação de uma estratégia nesta área, com integração das lições oriundas da experiência de parceiros regionais.

Adoptar e implementar políticas e legislação

Reforçaremos o papel dos municípios e das suas competências institucionais para prestarem serviços aos cidadãos no âmbito do desporto recreativo. Promoveremos diversas iniciativas que impulsionarão e valorizarão o papel do sector no desenvolvimento do país: organizaremos anualmente uma gala nacional para premiar clubes, atletas e personalidades do mundo do desporto; vamos aderir à iniciativa da UNESCO, implementando o Dia do Desporto Universitário, medida que contribuirá para reforçar o papel que as universidades podem e devem desempenhar no desenvolvimento de competências sociais e de liderança, de confiança e de responsabilidade social, através do desporto.

As nossas prioridades imediatas para 2027

Estruturar o sistema desportivo através da elaboração da Carta Desportiva Nacional e da aprovação da Estratégia Nacional do Desporto, do desenvolvimento de um sistema de informação desportiva que integre e actualize em permanência os recursos desportivos existentes e da realização de um estudo sobre os modelos de financiamento do desporto.

Fomentar a prática desportiva inclusiva, acessível a todos os grupos sociais e económicos, promovendo torneios escolares (inter-escolas, provinciais e nacionais), comunitários e jogos tradicionais, em modalidades de elevada expressão nacional e potenciando espaços disponíveis, através da criação de alguns centros comunitários socio-desportivos com diferentes valências, da reabilitação de infra-estruturas em parceria com autoridades locais, federações desportivas, clubes, empresas e patrocinadores e do apoio à auto-construção e manutenção, pelas comunidades, de equipamentos locais e escolares.

Promover o desporto de alta competição, concentrando investimentos e recursos nas modalidades com maior potencial de bons resultados, criando um Centro Olímpico Desportivo, apoiando o funcionamento da Agência Nacional de Controlo Anti-Dopagem e iniciando a rede de detecção precoce de talentos nos campeonatos escolares.

Desenvolver a indústria do desporto, através de incentivos fiscais para atrair investimento privado em ginásios e espaços de desporto, na produção de artigos e equipamentos para o desporto e na nutrição desportiva (por exemplo, barras, pós e bebidas à base de proteínas).

2050

VII. Uma infra-estrutura moderna e competitiva

O nosso objectivo é desbloquear o crescimento económico de Angola, construindo uma economia resiliente que beneficie todos os cidadãos. Nesse sentido, vamos investir em infra-estrutura, um factor dinamizador do crescimento económico inclusivo, da produtividade e do desenvolvimento social. Construir a infra-estrutura física e a capacidade necessárias nos sectores de telecomunicações, transportes, energia e habitação exige um compromisso de longo prazo. Se implementarmos os nossos planos de forma coesa, conseguiremos atingir os nossos objectivos e garantir melhores condições de vida, além de uma maior inclusão económica para todos os angolanos.

O sector de energia é fundamental para aumentar a participação económica e a produtividade, pelo que, de modo a corresponder às necessidades da população em cada vez maior número e permitir o crescimento económico, planeamos aumentar a electrificação na rede de 42% dos lares em 2022 para mais de 70% até 2050 e promover soluções fora da rede, no resto do País. Adicionalmente, aumentaremos a contribuição das energias renováveis para o fornecimento de electricidade para mais de 90% do total até 2050 e, deste modo, aproveitaremos um custo menor por unidade dessas fontes (principalmente energia hidroeléctrica e solar). Dado que se prevê que a procura de electricidade em Angola aumente mais de cinco vezes até 2050, é essencial assegurar que o sistema de energia seja sustentável, fazendo convergir as tarifas para o custo real do sistema, reduzindo perdas e atraindo investimento privado em escala para financiar o crescimento extremamente necessário.

Da mesma forma, a infra-estrutura física e os serviços associados nos sectores dos transportes e das telecomunicações são essenciais para o aumento da produtividade em todos os sectores da economia.

Um sistema de transportes eficiente e integrado é essencial para a competitividade dos diferentes sectores de actividade. Na aviação, vamos triplicar o número de passageiros que chegam ao País em cada ano, ultrapassando a marca dos 10 milhões até 2050. Iremos também fortalecer a regulamentação do subsector da aviação e posicionar Luanda como um *hub* regional. Para concretizar a nossa visão, será fundamental maximizar a utilização da infra-estrutura aeroportuária nacional, mediante uma maior participação de parceiros privados. No subsector ferroviário, vamos aumentar o volume de toneladas transportadas para cerca de 20 milhões por ano, uma mudança significativa em relação aos volumes actuais de menos de 1 milhão por ano. A nossa prioridade é maximizar o potencial da infra-estrutura ferroviária existente por meio da reabilitação do troço ferroviário entre Zenza e Cacuso e continuaremos a promover a reactivação em grande escala do Corredor do Lobito.

No subsector portuário, iremos quadruplicar a produtividade dos nossos portos, para aproximadamente 30 milhões de toneladas em 2050. Além de reforçar a regulamentação portuária e marítima, expandiremos a concessão de terminais a particulares, atrairemos investimento privado para novos projectos e incrementaremos a coordenação regional e sectorial no interior do ecossistema portuário. Finalmente, no subsector rodoviário, reabilitaremos a rede rodoviária, de maneira eficiente e económica, facilitando a circulação em todo o País e apoiando a intermodalidade do sector dos transportes.

No sector das telecomunicações e das tecnologias da informação, procuraremos promover a conectividade e a inclusão digital e melhorar o acesso à tecnologia móvel e da internet, especialmente nas áreas rurais, o que contribuirá para acelerar o crescimento económico, permitir que as empresas prosperem e transformar as vidas e meios de subsistência da população. Concretamente, até 2030, vamos aumentar a cobertura da rede 3G para perto de 100%, a cobertura da rede 4G para perto dos 100% (em comparação com cerca de 35% actualmente) e iniciar o lançamento da nova rede 5G e garantir o seu acesso a mais de 40% da população. Proporcionar um melhor acesso à internet contribuirá também para o objectivo de alargar o acesso à educação a todos os cidadãos. De modo a alcançar todos esses objectivos, será fundamental continuar a promover concorrência e inovação no sector.

Adicionalmente, o investimento em habitação e planeamento urbano proporcionarão ao povo angolano habitação condigna a preços comportáveis e um maior acesso a serviços básicos. Actualmente, o défice habitacional corresponde a 30% dos agregados familiares. Apesar do aumento significativo projectado para a população urbana, controlaremos o défice habitacional, reduzindo-o para cerca de 20% até 2050. Reduziremos a proporção da população urbana que vive em aglomerados populacionais informais em mais de 15 pontos percentuais até 2050, aplicando processos eficazes de planeamento urbano e de desenvolvimento. Iremos ainda formalizar o mercado habitacional, levando a um maior número de registos de propriedade, e proporcionar acesso a alojamento a preços comportáveis, ajustando os custos de construção e aumentando o acesso ao financiamento à aquisição de habitação. Estes esforços garantirão que a população possa viver com dignidade e lançar as bases para que os Angolanos tenham uma vida produtiva e plena.

Embora o Estado continue a desempenhar um papel fundamental no fornecimento de infra-estruturas, não poderá fazê-lo sozinho. Além de proporcionar capital, que é extremamente necessário, o sector privado também contribui com uma importante capacidade de execução. Este investimento em infra-estruturas é fundamental para desbloquear o potencial económico do País e, sem ele, não poderemos alcançar a meta ambiciosa de taxa composta de crescimento anual de 3,2% do PIB real. Trabalharemos com investidores privados – nacionais e estrangeiros – com vista a assegurar o nosso sucesso.



2050

7.1 Energia

Um sector da Energia sustentável, eficiente e inclusivo, que apoie o desenvolvimento, impulsione o crescimento económico e atraia investimento privado em grande escala


Metas principais
2022*
2030
2050
Taxa de electrificação
(on-grid)
43%
53%
72%
Capacidade Instalada
(Energia Eléctrica - GW)
6,0
12,4
32,9
Energias renováveis
(incluindo
hidroeléctrica)
em percentagem do
fornecimento de energia
56%
70%
94%
*2022 ou ano mais recente disponível
2050

A nossa visão

O sector da Energia é um catalisador do desenvolvimento industrial e económico e um factor-chave para o aumento da produtividade, essencial à concretização da nossa visão global para Angola, contribuindo para o crescimento da economia e a melhoria de vida da nossa população. Até 2050, faremos progressos significativos na universalização do acesso à electricidade, de forma fiável, ambientalmente sustentável e a preços acessíveis, permitindo um melhor nível de vida – maior participação económica e produtividade – em todo o País. Aumentaremos a taxa de electrificação *on-grid*, tanto em áreas urbanas quanto rurais de ~45% dos agregados familiares actualmente, para mais de 70% em 2050, o que, juntamente com a introdução da electrificação *off-grid*, em muito contribuirá para a redução das assimetrias e desigualdades regionais. Diversificaremos, também, as nossas fontes de energia – aumentando a contribuição das energias renováveis, incluindo a energia hidroeléctrica, de ~55% do total para ~95% em 2050.

O nosso objectivo é garantir que o fornecimento de energia responde ao aumento previsto da procura, resultante do crescimento económico e demográfico esperado para Angola nos próximos 30 anos. Além disso, garantiremos um sector da energia economicamente viável, que tenha assegurado o necessário investimento privado nacional e internacional. A nossa estratégia abrange a redução de perdas e a estabilidade financeira do sistema *on-grid* existente durante o respectivo processo de expansão. Criaremos também soluções fora da rede, especialmente para as populações rurais.

Estima-se que a procura de electricidade aumente mais de cinco vezes até 2050. Uma subida tão acentuada será impulsionada por um aumento do crescimento populacional, da taxa de electrificação e do ritmo de consumo per capita. Assim, é imperativo que Angola desenvolva adequadamente a respectiva rede energética e assegure o nível de investimento necessário no sector.

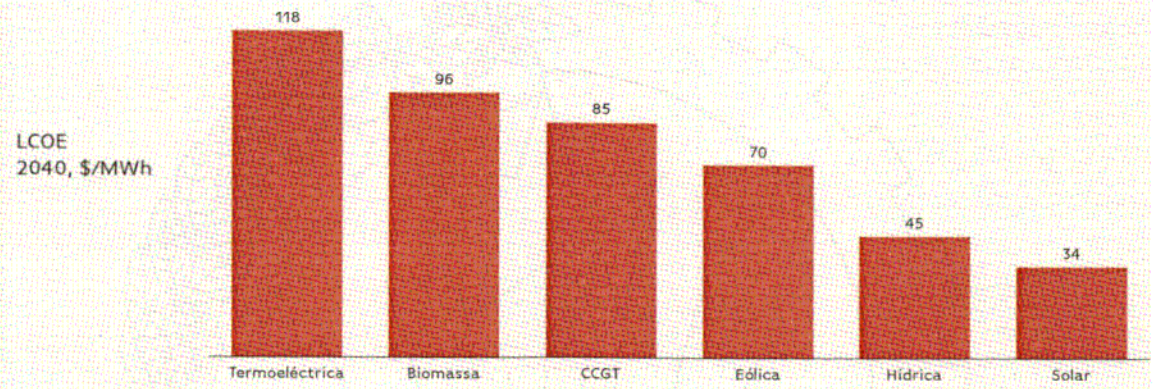
Historicamente, o nosso sector da Energia é composto por duas fontes principais: termoeléctrica e hidroeléctrica. Nas próximas décadas, expandiremos o uso da energia hidroeléctrica e investiremos no desenvolvimento da energia solar. As energias renováveis e a solar, em especial, tornar-se-ão mais relevantes no futuro, impulsionadas pela procura crescente de energia, pelo menor custo por unidade destas fontes renováveis e pelo potencial energético do País (Quadro 18). Além disso, o uso acrescido de recursos renováveis permitir-nos-á exportar outros recursos, como o gás natural.

A elevada densidade populacional nas cidades e a baixa densidade populacional no vasto interior do País representam um desafio para a cobertura nacional *on-grid*. No entanto, estamos empenhados em aumentar a cobertura *on-grid* onde for economicamente viável e possibilitar a presença de cobertura *off-grid* no resto do País.

Quadro 18

Custo nivelado de electricidade (LCOE)

2040, dólares/MWh



FONTE: IEA; GlobalData; IRENA; Lazard

O nosso sistema ainda não é financeiramente sustentável, tendo recebido subsídios a preços na ordem dos 120 milhões de dólares em 2019. Precisaremos de racionalizar o sistema para que as tarifas convirjam para o custo real bem como diminuir as perdas comerciais.

Atrair privados facilitará o investimento necessário na geração, na transmissão e na distribuição de energia para aumentar o fornecimento de energia *on-grid* e criar plataformas *off-grid*. O crescimento planeado exigirá investimento avultado, associado a uma capacidade de execução abrangente, o que requererá um plano director com metas específicas.

A procura crescente e a dependência das condições naturais para as fontes de energia renovável exigem que Angola dê prioridade à integração regional no Grupo de Energia da África Austral (*Southern African Power Pool - SAPP*). Isto permitir-nos-á mitigar o risco de défice energético no nosso sistema nacional devido, por exemplo, a situações de seca e escoar potencial capacidade extra no sistema nacional.

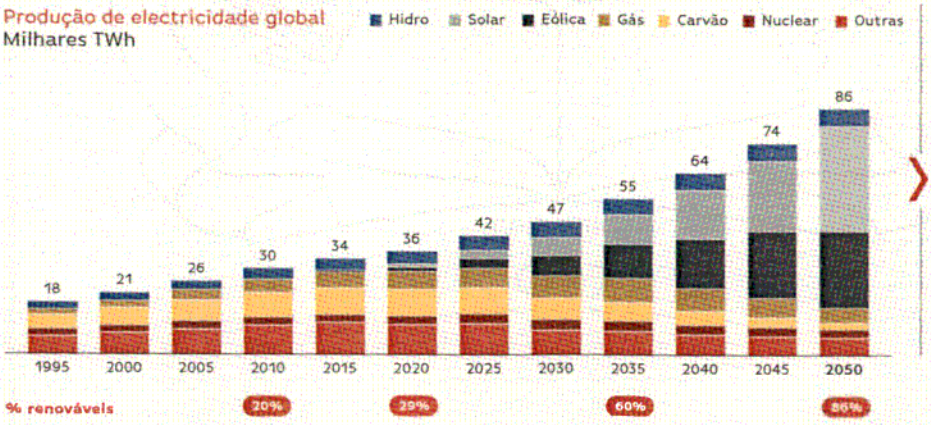
As escolhas que enfrentamos

A prosperidade futura de Angola depende do aumento da produtividade e do crescimento económico e, para isso, precisamos de um sector eléctrico que funcione adequadamente. Para concretizar a nossa visão de acesso a electricidade economicamente acessível, fiável e ambientalmente sustentável em Angola até 2050, deparamo-nos com várias escolhas sobre a melhor forma de alcançar os nossos objectivos:

Combustível fóssil vs. energias renováveis: Uma das decisões fundamentais com que nos deparamos é se devemos continuar a investir em energia de combustível fóssil ou se desenvolvemos fontes de energia hidroeléctrica e investir em energia solar e outras renováveis para corresponder à procura. A energia solar terá um menor custo nivelado de electricidade (LCOE) quando comparada com a energia térmica. Na verdade, o LCOE total da energia solar até 2040 deverá chegar a cerca de 34 dólares por megawatt-hora, inferior ao custo marginal da energia termoeléctrica de 118 dólares por megawatt-hora. Além disso, espera-se que as fontes de energia renováveis representem mais de metade do fornecimento de energia em todo o mundo até 2050 (Quadro 19). Tirar partido desta tendência permitir-nos-á ser mais eficientes, reduzindo o LCOE, simultaneamente assegurando a sustentabilidade com a utilização de uma fonte de energia renovável.

Quadro 19

A produção de energias renováveis representará mais de 60% do fornecimento de electricidade após 2035, uma clara ruptura de tendência da produção baseada em combustíveis fósseis



Embora a oferta de energias renováveis venha a representar mais de 60% da oferta global a partir de 2035, a sua procura irá representar uma quota menor, devido aos load factor mais reduzidos quando comparado com os combustíveis fósseis

1 Outros inclui bioenergia, fontes geotérmicas, energia marinha e hidrogénio

FONTE: McKinsey Energy Insights' Global Energy Perspective, 2022

Além disso, o aproveitamento das energias renováveis liberta os nossos recursos geológicos, nomeadamente o gás, do consumo nacional, e permite-nos transformá-los em produtos de exportação, o que terá um impacto importante na economia.

Público vs. privado: Uma segunda escolha com que nos deparamos diz respeito à participação do sector privado. Podemos manter a propriedade pública no sector – caracterizada por um reduzido nível de concorrência, sem operadores internacionais e dependente de subsídios públicos – ou atrair operadores privados para aumentar o investimento no sector, respondendo à procura e reduzindo a subsidiação pública. Dada a magnitude do investimento necessário, acreditamos que a melhor opção será a abertura à participação do sector privado. No entanto, para atrair investidores privados, precisamos de assegurar que o sistema é financeiramente sustentável, suportando o utilizador o custo real da energia. Historicamente, o sistema tem dependido de subsídios do Governo, devido ao reduzido nível das tarifas. Esta situação terá de ser corrigida se quisermos assegurar a entrada de privados.

On-grid vs. off-grid: A terceira escolha está relacionada com a complexidade de haver uma alta densidade populacional nas áreas urbanas e uma densidade populacional muito baixa no resto do País. Neste contexto, poderíamos ter como objectivo incluir 100% da população na rede ou adoptar um sistema duplo com sistemas *on-grid* e *off-grid*, dependendo do plano de negócios para cada região. Dada a dimensão do nosso País e o rápido crescimento da nossa população, é imperativo fornecer soluções para toda a população a curto-médio prazo. Acreditamos que a melhor opção é alavancar o sector privado e promover a criação de sistemas fora da rede. Os sistemas solares domésticos, em especial, podem servir agregados familiares muito remotos ou cujo consumo de energia seja muito baixo, para tornar a conexão à rede mais económica. Poderão, também, servir agregados familiares conectados à rede cujo fornecimento de electricidade não seja fiável.

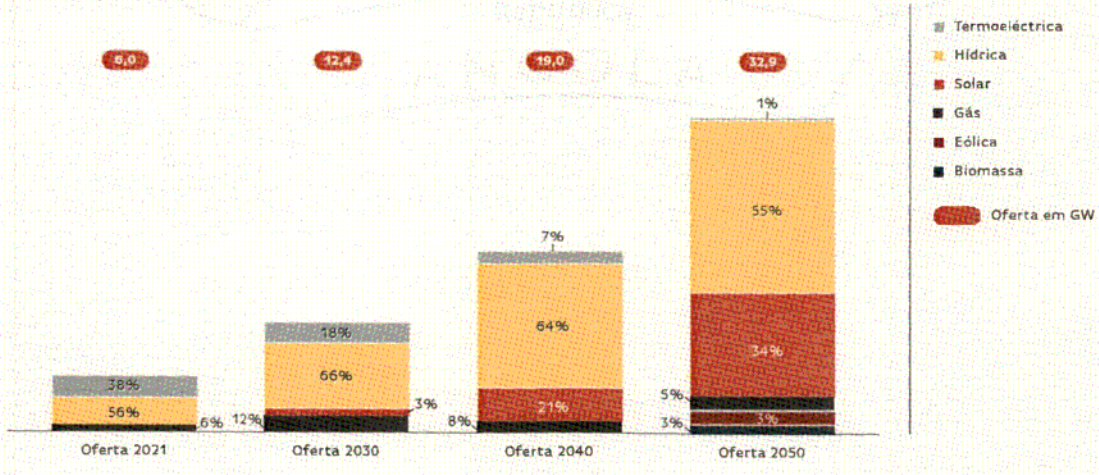
Local vs. regional: A quarta opção é decidir entre a auto-suficiência nacional e a cooperação regional. Poderíamos desenvolver capacidade energética necessária à escala nacional, com as margens de segurança exigidas, ou optar por ter garantias para lacunas de fornecimento no âmbito da SAPP. Acreditamos que a integração regional será uma importante estratégia de protecção contra secas e outras condicionantes que possamos ter de enfrentar. Estaremos em condições de alocar melhor a capacidade se nos conectarmos com os nossos pares regionais.

Estima-se que a capacidade de geração continuará a ser amplamente dedicada à energia hídrica e que será complementada pela introdução da energia solar e outras energias renováveis como a energia eólica. Principalmente, a energia solar será crucial para satisfazer a procura diurna e os picos de consumo (Quadro 20).

Quadro 20

Mix de energia até 2050

Percentagem, Cenário Base



Outras metas

	2022*	2030	2050
Investimento (cumulativo, mil milhões de USD)	-	15	106

*2022 ou ano mais recente disponível

As nossas soluções

Para concretizar a nossa visão de aumentar a electrificação, investir em energias renováveis e estimular a iniciativa privada no sector da energia, identificámos três conjuntos de soluções: i) racionalizar o sistema e torná-lo financeiramente sustentável, ajustando os subsídios tarifários e reduzindo as perdas comerciais; ii) expandir o sistema *on-grid*; e iii) universalizar o acesso à electricidade, criando soluções *off-grid*.

Racionalizar o sistema

Racionalizaremos o sistema para garantir a sustentabilidade financeira do mesmo, revendo os subsídios tarifários e reduzindo as perdas comerciais.

Rever as tarifas

A convergência dos preços com os custos reais do sistema será uma realidade, pelo que definiremos um plano que reduza progressivamente o nível de subsidiação de tarifas. Consideraremos diferentes modelos de preços para garantir uma revisão tarifária que não comprometa o equilíbrio social, recorrendo, nomeadamente, ao ajuste das tarifas no consumo. Estamos cientes de que os ajustes tarifários podem ser prejudiciais para os grupos economicamente vulneráveis, como as famílias de baixo rendimento, os reformados e os cidadãos portadores de deficiência. Consequentemente, ao rever as tarifas, teremos em consideração os grupos vulneráveis e as possíveis medidas de compensação.

Aquando da revisão tarifária e do respectivo prazo, asseguraremos que os mecanismos de fixação de preços incluem "regras de transição de preços" para evitar saltos repentinos. Garantiremos que a eliminação dos subsídios coincida com um período de preços de electricidade baixos e consideraremos a contrapartida entre o aumento dos preços e a compensação. Por exemplo, os aumentos de preços podem ser mais agressivos quando a compensação, incluindo a cobertura e o valor, é generosa.

Asseguraremos, igualmente, que os mecanismos de compensação estarão operacionais antes do lançamento das novas tarifas e que se destinarão a famílias com um rendimento reduzido para uma compensação eficaz. Realizaremos ainda campanhas e proporcionaremos incentivos financeiros para promover a eficiência energética no plano doméstico e industrial. Optimizaremos a composição de combustíveis para a geração de electricidade, paralelamente à redução prevista da procura como resultado dos aumentos tarifários.



Melhoraremos a qualidade do serviço e da entrega, aumentando o acesso ao fornecimento de electricidade e a fiabilidade do mesmo e ainda os serviços de apoio – por exemplo, apoio ao cliente e opções de pagamento.

Comunicaremos de forma clara e contínua, os aspectos fundamentais da reforma, assim como as medidas de apoio a serem implementadas. Deste modo, informaremos os cidadãos acerca do custo total dos subsídios, uma vez que a maioria não é visível.

Reduzir as perdas comerciais

Limitaremos as perdas comerciais, controlando o consumo não medido e a falta de pagamento do consumo medido e facturado. Os quatro principais factores que levam a perdas comerciais na rede de distribuição são consumos não medidos, contadores não registados, mau funcionamento dos contadores e falta de pagamento do consumo medido e facturado.

As fontes de perda no consumo não medido são as ligações fraudulentas, o bloqueio e a manipulação de contadores. Neutralizaremos estas práticas instalando um sistema de leitura automática para clientes com maiores consumos, bem como cabos ABC (aerial bundle cables). Noutras partes do mundo, a introdução de sistemas de leitura automática contribuiu para uma redução de 90% nas perdas comerciais.

As principais fontes de perda em contadores não registados resultam de clientes particulares não controlados (sem contadores instalados) e de entidades fora do sistema. Reduziremos esta perda, melhorando o processo de registo de clientes e o processo de pagamento do consumo medido e facturado.

As perdas causadas pelo mau funcionamento dos contadores – por não estarem calibrados, serem antigos ou se encontrarem danificados – serão resolvidas realizando inspecções frequentes e melhorando os rácios de transformação de corrente.

As perdas comerciais por falta de pagamento do consumo medido e facturado serão reduzidas, criando-se um sistema de notificação de pagamento para todos os clientes, utilizando plataformas digitais e outras tecnologias. Isto ajudará a fazer face às causas comuns da falta de pagamento do consumo medido e facturado – incluindo clientes não facturados, embora activos, consumidores não contratados e clientes devedores.

Implementaremos medidas rigorosas para combater os principais desafios enfrentados pelas empresas de distribuição de electricidade: furto, desperdício de energia e dívidas de cobrança duvidosa. Em primeiro lugar, combateremos as perdas comerciais devido a furto e desperdício de energia, tendo tolerância zero para erros administrativos, como erros de sistema e problemas administrativos. Também aumentaremos

o número e a regularidade das inspecções de campo com base em estimativas individuais e incentivaremos os colaboradores a detectarem e reportarem situações de fraude e furto de energia. Priorizaremos a instalação de novos equipamentos para substituir contadores obsoletos que, devido ao desgaste, tendem a medir menos energia do que o consumo real. Instalaremos contadores inteligentes para combater fraudes de clientes empresariais.

Além de procurar reduzir o furto e o desperdício de energia, combateremos as perdas comerciais abordando as dívidas de cobrança duvidosa, optimizando a gestão dos agentes de cobrança e beneficiando, por exemplo, de modelos analíticos avançados para segmentar clientes.

Expandir o sistema *on-grid*

Expandiremos o sistema *on-grid* atraindo investimentos do sector privado, integrando a optimização da expansão da nossa rede de transmissão e distribuição, desenvolvendo um plano de distribuição e assegurando a integração energética regional.

Atrair investimento privado

Atrairemos investimento do sector privado para adicionar capacidade de geração renovável e redes de transmissão e distribuição. Como elemento da nossa estratégia para expandir o sistema eléctrico, criaremos condições para atrair investimentos do sector privado e usar essas condições para alavancar o modelo de parcerias público-privadas (PPP) no sector e/ou atrair capital de instituições multilaterais, como o Banco Mundial.

O consumo de electricidade em Angola em 2050 dependerá de factores como o crescimento da população, o crescimento do consumo de electricidade per capita e o crescimento da taxa de electrificação. É possível que cada uma das métricas mais do que duplique, aumentando a volatilidade da procura de electricidade. Propomos um modelo de pagamento de uma anuidade fixa na expansão do sistema eléctrico, uma vez que este reduzirá os riscos associados à volatilidade da procura e protegerá o investidor. Sem o risco de volume, os operadores estão dispostos a investir em mercados em rápida mudança.

Reduziremos o risco de remuneração através de mecanismos de garantia e cláusulas contratuais, como a garantia mínima de taxa interna de rendibilidade. As receitas garantidas atrairão investidores privados sem comprometer a eficiência. Actuaremos também como parceiro de capital em *joint ventures*, nas quais o Estado contribui com parte do capital necessário a empresas locais, assegurando a transferência de capacidade e tornando as operações mais seguras.

Desempenharemos um papel crucial na mitigação de riscos que possam afectar os investidores privados. Esses riscos incluem a aquisição de terrenos e direitos de passagem ou incumprimento do comprador, que normalmente são suportados pelo sector público. Os riscos associados à aquisição de terrenos e aos direitos de passagem não podem ser facilmente transferidos para uma entidade privada



porque o Estado é a parte com maior influência sobre os direitos relativos aos terrenos, e os operadores não estão dispostos a correr riscos associados a expropriações. Mitigaremos esse risco com a emissão de cartas de conforto do Governo. O incumprimento por parte do comprador é outro risco do sector público que não pode ser facilmente transferido para uma entidade privada, já que as entidades privadas não têm uma fonte de receitas, balanço, nem histórico independentes. Mitigaremos esse risco com o fornecimento de garantias de pagamento de curto prazo e com a inclusão do montante numa tarifa regulada.

Expandir integralmente a rede de transporte e aumento da potência instalada

Desenvolveremos um plano nacional de electrificação, aplicando critérios de investimento que avaliem as contrapartidas entre a criação de novas capacidades e a interligação de redes, tendo em consideração as necessidades energéticas industriais.

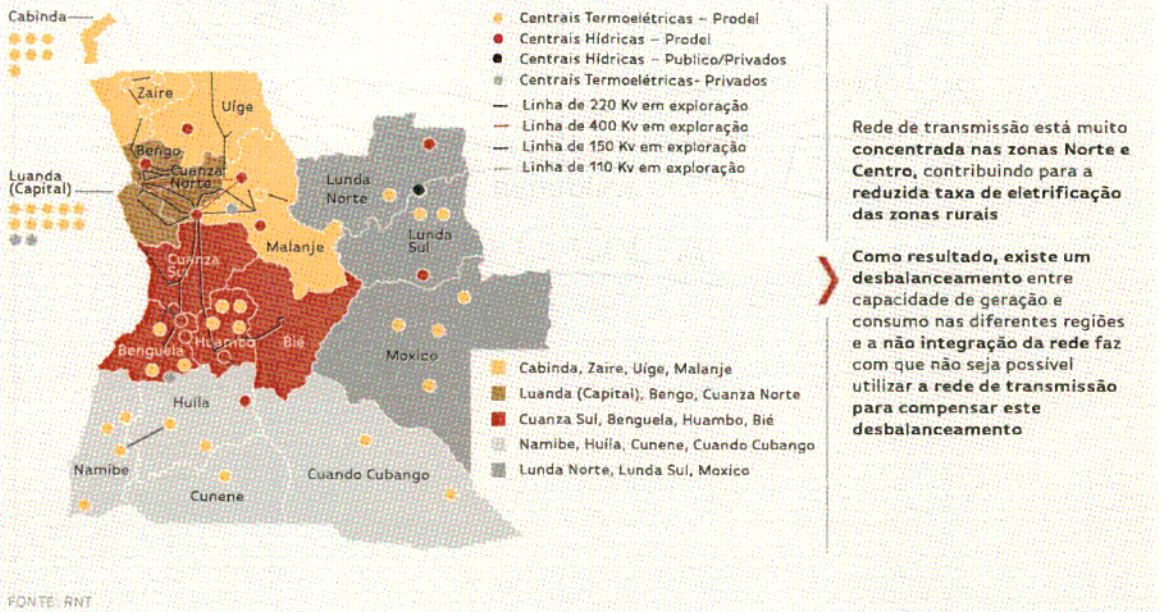
A actual rede de transporte de electricidade é fragmentada e não abrange todo o território (Quadro 21). Seguiremos o seguinte conjunto de princípios para orientar a respectiva expansão até 2050: expandir a rede para áreas adjacentes à rede actual; reforçar a rede com a geração existente ou prevista; localizar a rede nas proximidades da indústria pesada e tirar partido das redundâncias; e desenvolver uma rede com os maiores pontos de consumo residencial. Iremos prioritizar a instalação de energias renováveis para expansão da rede de geração existente, bem como a instalação de armazenamento que garanta segurança de abastecimento e estabilidade da rede de transporte e distribuição.

Executar o plano de distribuição

Desenvolveremos um plano para a expansão da rede de distribuição para atingir a meta de 72% da taxa de electrificação em 2050. Prevê-se que a população mais do que duplique nas regiões costeiras e centrais, e quase triplique nas regiões orientais mais rurais. Com base nessas previsões, teremos de fornecer electricidade a mais de 6,4 milhões de famílias até 2050 (Quadro 22).

Quadro 21

A rede de transmissão em Angola não está interligada, o que, conjugado com o desbalanceamento da capacidade de geração, dificulta a propagação de energia para as zonas

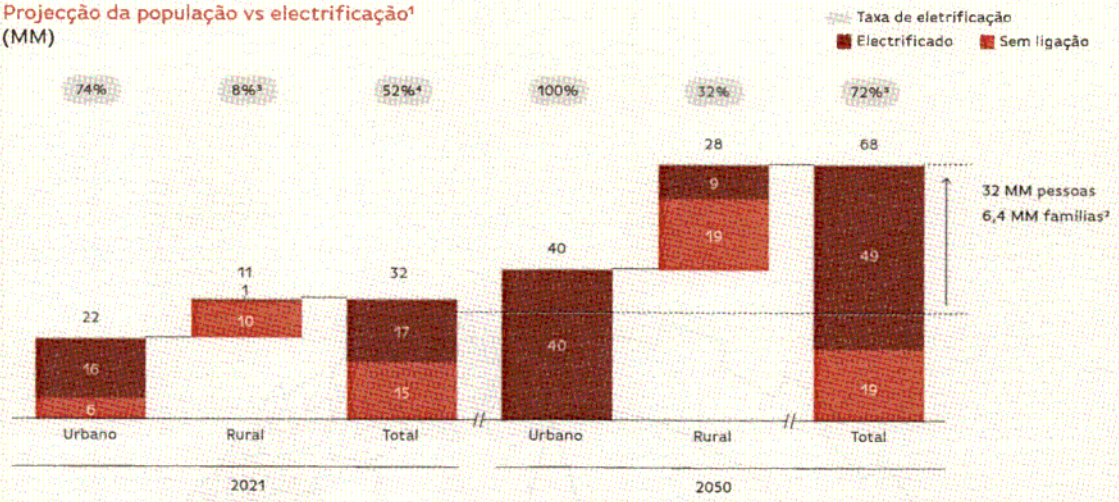


FONTE: RNT

Quadro 22

Angola terá de transportar energia a mais de 6,4 milhões de famílias até 2050 para atingir o objectivo de 72% de electrificação

Projecção da população vs electrificação[1]
(MM)



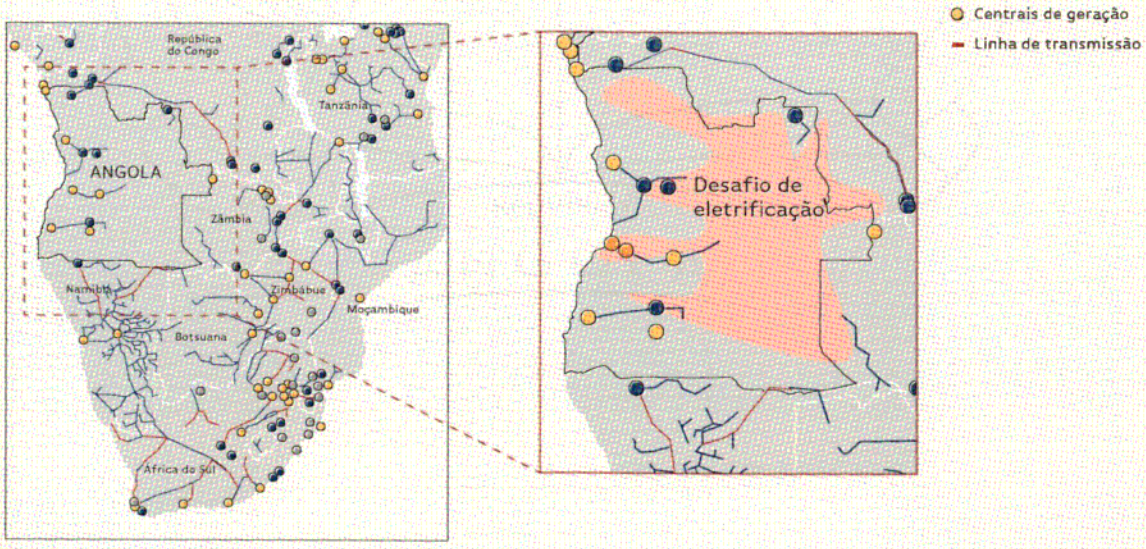
1. Assumem-se as últimas taxas actuais de electrificação disponíveis como mantidas constantes para dimensionamento do desafio. Urbana=56%; Rural=8%
2. Assume-se 5 integrantes por família
3. Utilizou-se a taxa de electrificação em 2018, sendo esta a última disponível na base de dados do Banco Mundial
4. Há discrepância entre as % de população urbana e rural e as respectivas taxas de electrificação
5. Assume-se o alcance do cenário base em taxa de electrificação para 2050 = 72%. Assume-se igual taxa de crescimento no número da população urbana e rural electrificada

FONTE: Banco Mundial e INE

Quadro 23

Desafio de electrificação é particularmente complexo nas zonas rurais, já que actuais sistemas de transmissão estão isolados e mais nas áreas urbanas

Mapa da rede eléctrica de África subsaariana, 2016



FONTE: Harvard University, Livro Angola 2025

A electrificação de áreas rurais é um desafio verdadeiramente complexo, dada a actual concentração da rede de distribuição em áreas costeiras mais urbanizadas. Além disso, Angola possui um sistema de transporte de energia eléctrica isolado, o qual não está conectado no interior do País nem ligado às redes dos países vizinhos (Quadro 23).

Participar na integração energética regional

Participaremos nas *pools* de energia regionais para mitigar os potenciais efeitos da hidraulicidade em Angola e escoar potencial capacidade em excesso no sistema nacional.

Em 2050, mais de 90% da matriz energética dependerá de fontes renováveis de energia. A integração regional com o SAPP da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) mitigará os riscos potenciais que advêm desta dependência e permitirá a exportação de electricidade. No sentido de atingir esta integração regional iremos implementar os projectos de interligação em dois pontos principais: (i) ligação a sul, à Namíbia, através de Santa Clara e (ii) ligação à Zâmbia e, por conseguinte, à zona do Copperbelt, por via do Luena. Adicionalmente, estudaremos a possibilidade da ligação de Saurimo à República Democrática do Congo, nomeadamente à barragem do Inga.

Universalizar o acesso à electricidade

A energia eléctrica é fundamental para a nossa visão global de aumentar a produtividade e o crescimento económico inclusivo da vasta maioria da população. Consequentemente, desenvolveremos soluções de energia *off-grid*, enquanto parte da nossa estratégia para tornar a electricidade acessível em todo o país – especialmente em áreas rurais remotas, ou cujo consumo de energia seja demasiado baixo, para tornar uma ligação à rede economicamente viável.



Adoptaremos uma abordagem em duas fases para garantir soluções *off-grid* para a população rural. A curto-médio prazo, forneceremos electricidade à população e à indústria. A médio-longo prazo, procuraremos assegurar a sustentabilidade do sistema.

Daremos resposta às necessidades de curto-médio prazo, convertendo centrais térmicas em híbridas, que causam menos danos ambientais e são economicamente mais eficientes. O LCOE da energia solar é inferior ao custo marginal de uma central térmica. Asseguraremos também a regulação do sistema, por exemplo, instalando capacidade térmica para fornecer energia durante os períodos em que a energia solar não esteja disponível.

A curto-médio prazo, implementaremos também sistemas de pequena escala ou individuais. Os sistemas individuais requerem menos investimento inicial e são suficientes para satisfazer níveis de electrificação básicos, como a alimentação de telemóveis, televisores e lâmpadas. Instalaremos capacidade de geração junto de agregados populacionais remotos, que forneçam electricidade à população rural, de forma economicamente viável.

Supriremos as necessidades de médio-longo prazo (após 2035), desenvolvendo o armazenamento de energia solar em escala. Tiraremos partido dos desenvolvimentos tecnológicos que possibilitarão o armazenamento de energia solar, podendo assim desenvolver um maior conjunto de projectos *off-grid*. O armazenamento de energia solar acrescenta valor a toda a cadeia da energia eléctrica, no que se refere à qualidade energética, fiabilidade, ao aumento da utilização e à arbitragem de preços (aumentar o preço de períodos de pico da procura para electricidade gerada durante períodos de baixa procura).

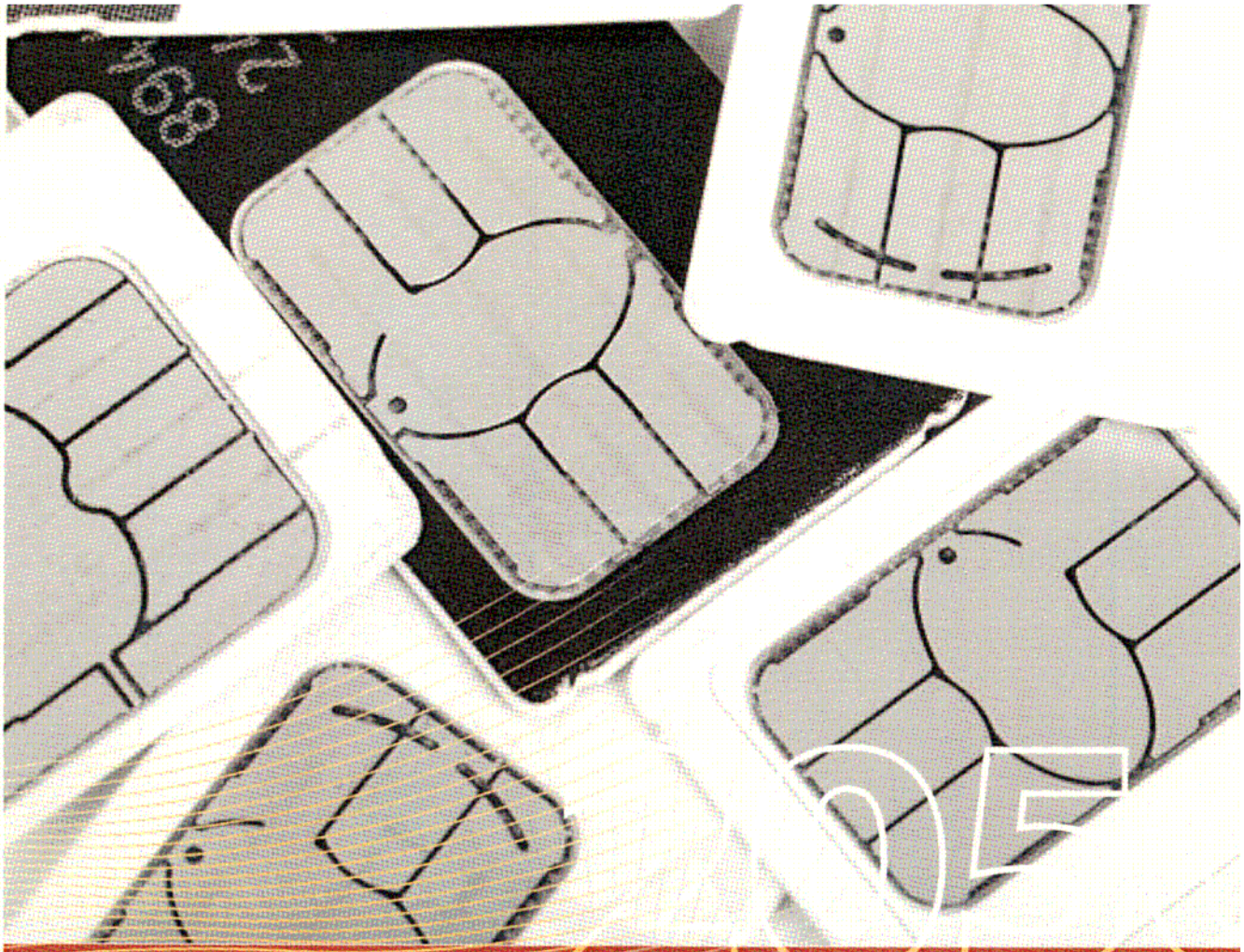
O LCOE da energia solar diminuirá substancialmente nos próximos anos, cerca de cinco vezes até 2040, sendo assim uma escolha óbvia para o desenvolvimento *off-grid*. No entanto, dada a limitação do período diurno, construiremos centrais híbridas, com a energia termoeléctrica como fonte complementar para áreas sem transporte de energia.

O modelo de Produtor Independente de Energia (IPP) será seguido para criar incentivos ao investimento privado. O modelo IPP permite a geração e comercialização de energia com uma estrutura tarifária estável, tanto para *utilities* quanto para o consumidor final.

Explorar oportunidades de rentabilizar potencial renovável e capacidade de produção

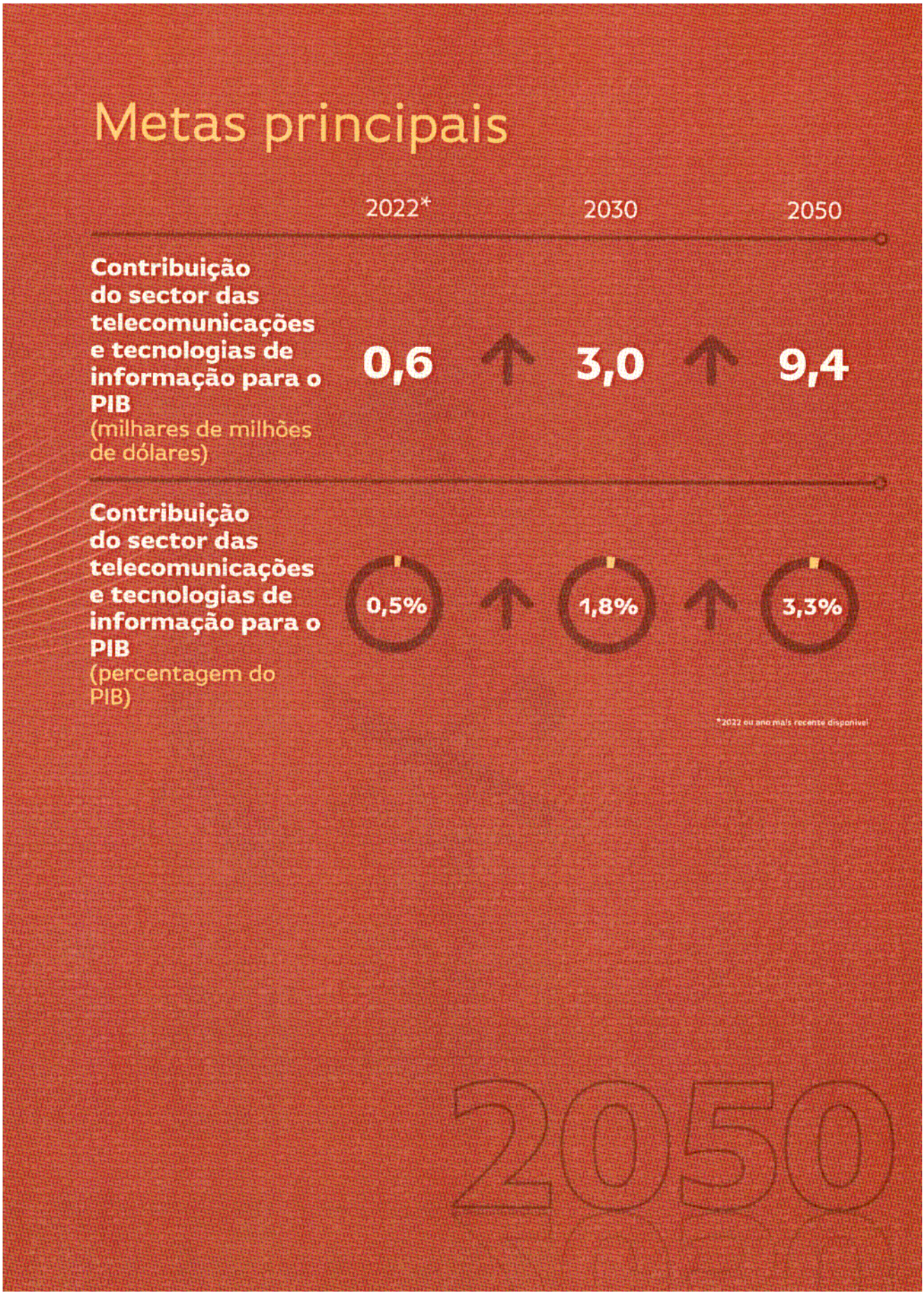
Face à capacidade de produção de energia eléctrica existente, bem como o potencial identificado para a instalação de capacidade de energia solar fotovoltaica, iremos explorar alternativas de obter valor destes recursos. Para isso, iremos estudar, principalmente, a hipótese de expandir os esforços já existentes na promoção de projectos de produção de hidrogénio verde, bem como na expansão da rede de transmissão e distribuição, que permitirá a criação de sinergias com a instalação de energia solar, aproveitando o potencial energético existente no País. Será, por isso, necessário, criar um ambiente de atracção de investimento e criação de projectos que permitam a produção de hidrogénio, bem como a sua utilização e exportação.


Prioridades imediatas até 2027
Lançar plano para diminuição progressiva do nível de subsidiação de tarifas, de forma a cobrir o custo real do sistema, sem comprometer o equilíbrio social (p. ex., via compensação para famílias de baixo rendimento).
Implementar um programa de optimização comercial, promovendo a instalação de sistemas de leitura automática para grandes clientes, melhoria de inspecções e implementação de sistemas de notificação de pagamentos para particulares, de forma a reduzir o nível de perdas comerciais.
Desenvolver um pacote de benefícios (p. ex. vantagens tributárias, subsidiação) para fomentar a implementação de soluções de energia de pequena escala off-grid, que sirvam as populações rurais em áreas remotas.
Lançar programa de atracção de investimento do sector privado para adicionar capacidade de geração renovável e rede de transporte, criando as condições necessárias (p. ex., fundo garantias de PPPs, medidas de mitigação de risco) para potenciar modelo de PPP no sector e / ou atrair capital de multilaterais (p. ex., Banco Mundial), sobretudo para a geração de energias renováveis.
2050



7.2 Telecomunicações e tecnologias de informação

Um sector das telecomunicações e tecnologias de informação florescente e competitivo, que promova o acesso universal e desenvolva competências em TIC


Metas principais
2022*
2030
2050
Contribuição do sector das telecomunicações e tecnologias de informação para o PIB (milhares de milhões de dólares)
0,6
3,0
9,4
Contribuição do sector das telecomunicações e tecnologias de informação para o PIB (percentagem do PIB)
0,5%
1,8%
3,3%
*2022 ou ano mais recente disponível
2050

A nossa visão

Em 2050, as telecomunicações e as tecnologias de informação terão uma preponderância decisiva na obtenção de ganhos de produtividade em todos os sectores da economia angolana, com impacto directo na aceleração do desenvolvimento económico do País, não apenas no PIB, mas também na criação de novos postos de trabalho. O acesso à tecnologia de telefonia móvel e internet será melhorado, principalmente nas áreas rurais, através da atracção de novos investimentos em infra-estrutura. Vamos assistir à criação de um ecossistema digital moderno, canalizando investimentos para o desenvolvimento de competências em TIC e estimulando a inovação.

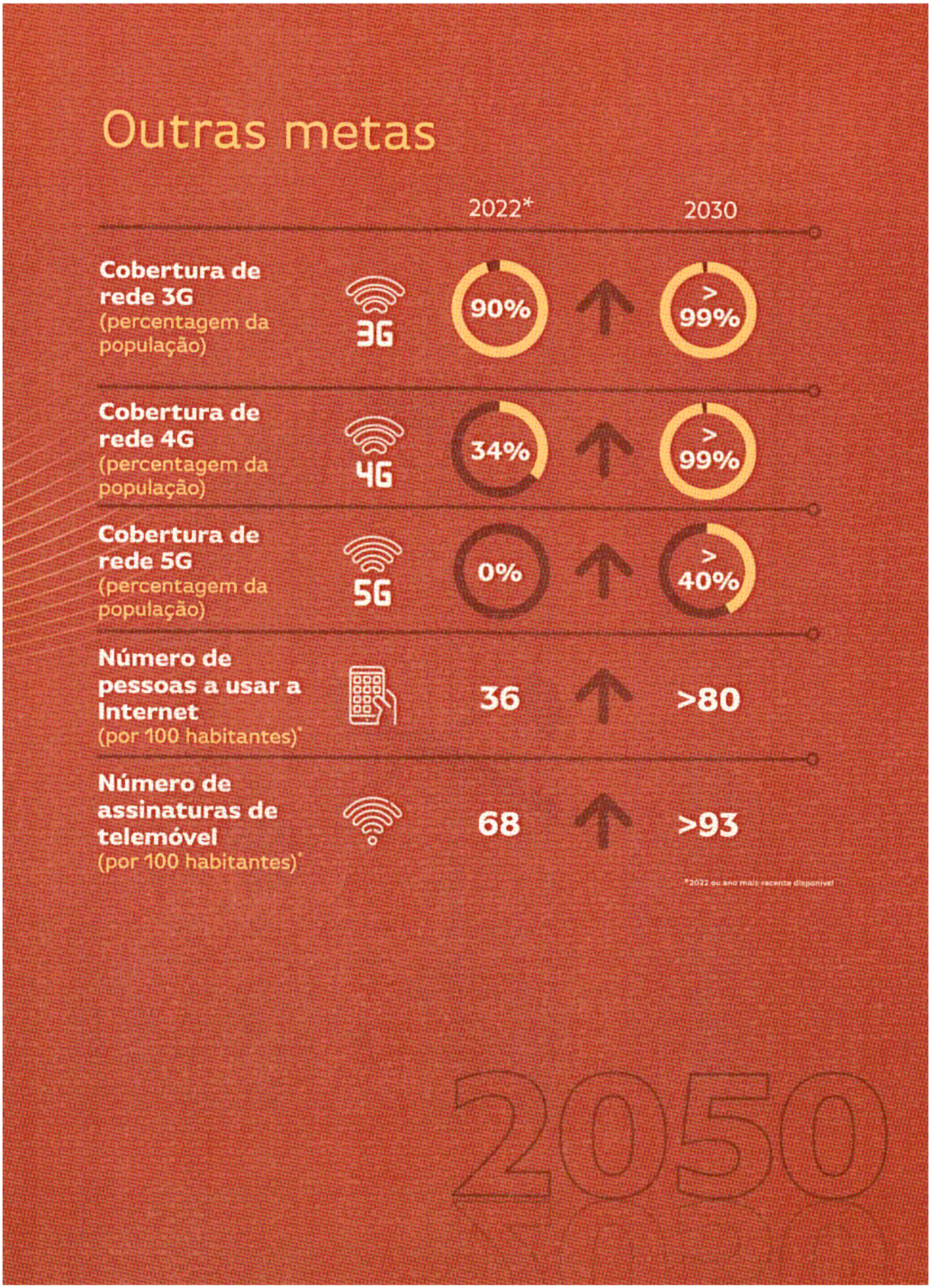
O sector das telecomunicações e tecnologias de informação é critico na aceleração do desenvolvimento económico, representando um impacto indirecto de cerca do dobro do seu impacto directo na economia. O aproveitamento, em toda a sua extensão, do potencial deste sector na transformação da vida e dos meios de subsistência do Povo Angolano, exige uma melhoria substancial do acesso, o que requer um reforço substancial da penetração e dispersão territorial da telefonia móvel e da internet, designadamente nas áreas rurais.

O sector tem vindo a beneficiar de investimentos significativos em infra-estrutura, os quais estiveram na base da rápida implantação de tecnologias, como o 2G, o 3G e crescentemente, o 4G. De futuro, manteremos o objectivo de atrair novas vagas de investimento em infra-estrutura para o sector. Este objectivo passa, em primeira linha, por garantir a criação das condições que permitam o florescimento de um ecossistema para as tecnologias de informação economicamente equilibrado e sustentável para atrair investimento privado, necessário para a implementação das novas vagas tecnológicas (como o meta-verso, 5G, inteligência artificial e a *Internet of Things*). Nessa medida, asseguraremos um quadro regulatório que promova a partilha da infra-estrutura de rede e estimule a concorrência e a rentabilidade.

Para desenvolver o nosso ecossistema digital, criaremos condições para aumentar a conectividade e a inclusão digital, expandindo a indústria e desenvolvendo o capital humano do nosso país. Colmatar as insuficiências actuais ao nível das qualificações na área das TIC será uma prioridade para que o sector atinja todo o seu potencial. Nessa medida, investiremos no desenvolvimento dessas competências.

Em paralelo, apoiaremos a implementação de centros de inovação e serviços relacionados, incluindo *offshoring*, a adopção de inteligência artificial nos diversos sectores e fabrico ou montagem de equipamentos. Acrescem os serviços indirectos associados à actividade dos operadores, como o *mobile money*, *e-learning* e *e-medicine*, representam um catalisador importante para o desenvolvimento do ecossistema.

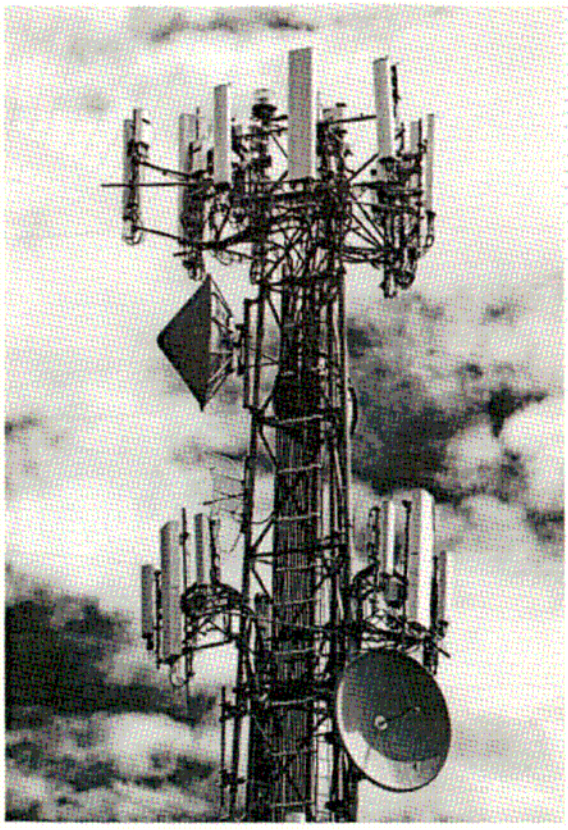
Por último, vamos trabalhar no desenvolvimento da cibersegurança nacional, quer a nível legislativo e regulatório, com a criação de leis específicas para o combate ao cibercrime, o estabelecimento de normas a implementar pelas instituições públicas e privadas, quer a nível do fortalecimento de capacidades técnicas de prevenção e resolução de crimes cibernéticos. Desta forma, vamos garantir uma maior protecção de todas as operações e dados digitais a nível nacional, possibilitando assim a realização da nossa visão de crescimento para o sector.


Outras metas
2022*
2030
Cobertura de rede 3G (percentagem da população)
3G
90%
> 99%
Cobertura de rede 4G (percentagem da população)
4G
34%
> 99%
Cobertura de rede 5G (percentagem da população)
5G
0%
> 40%
Número de pessoas a usar a Internet (por 100 habitantes)*
36
>80
Número de assinaturas de telemóvel (por 100 habitantes)*
68
>93
*2022 ou ano mais recente disponível
2050

As escolhas que enfrentamos

A entrada recente de um operador internacional no mercado das telecomunicações demonstra o nosso compromisso com o aumento de competitividade no sector e com o aumento dos níveis de investimento e expansão de acesso nas telecomunicações e tecnologias de informação por toda a população nacional. Contudo, para o desenvolvimento de ecossistemas digitais, característicos de economias modernas, o aumento da competitividade e capacidade infraestrutural do mercado de telecomunicações terá também de servir de catalisador para o florescimento das tecnologias de informação. Assim sendo, deparamo-nos com a necessidade de criar um ambiente legal e competitivo que incentive o rápido desenvolvimento e rápida adopção destas tecnologias. Para que tal aconteça, iremos assumir uma posição mais aberta e flexível em relação à inovação digital, tendo coragem para estarmos na vanguarda do desenvolvimento de novas leis e mecanismos de adopção ligados ao ecossistema de tecnologias de informação.

Acresce a necessidade de desenvolvimento de um ecossistema digital que actue como correia de transmissão do aumento da produtividade em todos os sectores da economia angolana. Os ecossistemas digitais são parte integrante da economia global (Quadro 24). O desenvolvimento pleno do ecossistema digital angolano é essencial para aumentar a conectividade e a inclusão digital, além de ser responsável pelo fornecimento das ferramentas tecnológicas necessárias para atingir os nossos objectivos. Por exemplo, na educação e na saúde, as ferramentas digitais assumem um papel essencial para se enfrentar, de maneira eficaz, os desafios com que nos deparamos actualmente. Na agricultura, planeamos utilizar sistemas de *vouchers* electrónicos, os quais se têm revelado um instrumento altamente dinamizador para o desenvolvimento. Este tipo de intervenções, transversais a todos os sectores, apenas funcionam no quadro de um ecossistema de telecomunicações e tecnologias de informação dinâmico. A concretização destas mudanças requer a capacitação dos nossos recursos humanos e a criação de incentivos que atraiam investimento privado para o sector.

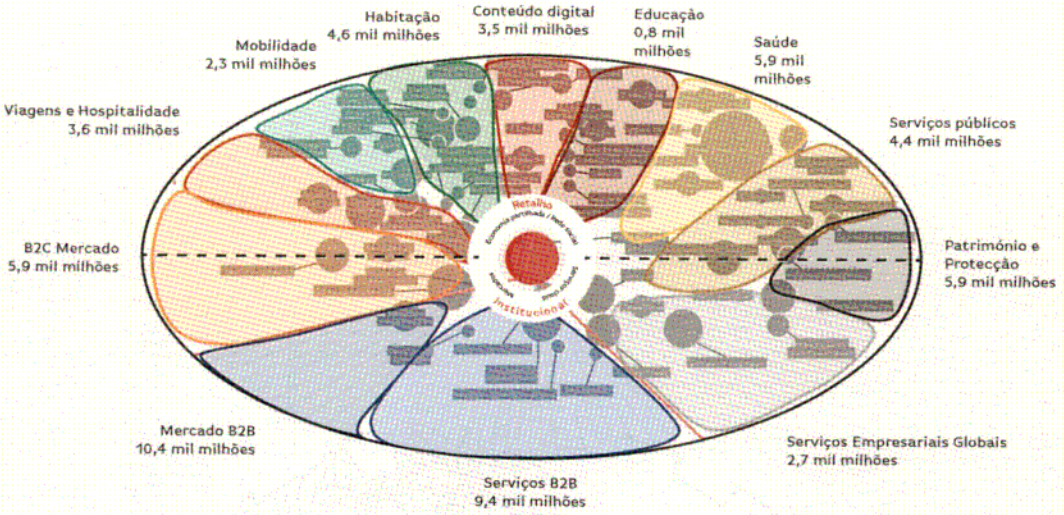


Presidente da República

Quadro 24

Espera-se que até 2025 os ecossistemas digitais possam valer cerca de 60 mil milhões de USD, em 12 principais grandes ecossistemas

Estimativas totais de vendas 2025, mil milhões de USD



1 Estimativas baseadas em dados de vendas das empresas, desagregações do PIB por sector e pressupostos de peritos. Não são mostradas todas as indústrias e subcategorias.

Fonte: IHS World Industry Service

As nossas soluções

Para atingir o quadro de ambições fixado, identificámos três conjuntos de soluções para o sector das telecomunicações e tecnologias de informação a curto-médio prazo. Propomo-nos a: i) aumentar a infra-estrutura, a conectividade e a inclusão digital através da restruturação do quadro regulatório e da capacitação de recursos; ii) promover a concorrência e a rentabilidade do sector através da implementação de políticas públicas e regulação; e iii) fomentar e acelerar a estratégia de inovação através da implementação de iniciativas de curto, médio e longo prazos.

Aumentar a infra-estrutura, a conectividade e a inclusão digital

Vamos desenvolver a infra-estrutura de telecomunicações e tecnologias de informação e aumentar a conectividade e a inclusão digital, através da expansão de pontos de acesso à Internet livres, assegurando previamente a criação e implementação do quadro regulatório adequado para atrair investimentos e desenvolvimento de serviços adjacentes.

Fomentar acordos regulatórios

Actualmente, o mercado dispõe de um operador fixo de dimensão reduzida, três operadores móveis com escala e alguns provedores de serviços especializados, no sector das telecomunicações. A entrada recente de um terceiro operador móvel na indústria nacional foi um passo importante para aumentar a competitividade no mercado e criar e reter conhecimento especializado no País. Uma série de medidas de natureza regulatória serão implementadas para garantir que dispomos de um sistema economicamente sustentável e equilibrado. Este sistema assegurará a atracção do investimento necessário em infra-estrutura e tecnologia.

Os acordos regulatórios entre os operadores serão encorajados para assegurar a partilha da infra-estrutura e da rede, baixando os custos de investimento necessário para expandir o acesso à rede da população. O novo marco regulatório proporcionará estabilidade regulatória ao sector, designadamente ao nível do impacto da inflação no preço dos serviços prestados e na imposição de obrigações de serviços mínimos ao nível da cobertura de rede.

Desenvolver a infra-estrutura

O investimento na infra-estrutura é prioritário, exigindo a implementação de uma política de incentivos aos operadores para o efeito. Esse investimento é pressuposto do aumento da penetração da rede móvel e da internet, da redução das assimetrias no acesso aos serviços móveis e à internet entre as áreas rurais e urbanas, garantindo a integridade da operação a nível territorial. Para isso, um foco em libertar o espectro digital de baixa frequência terá que acompanhar este investimento, sendo um aspecto crucial para os operadores assegurarem, de forma economicamente sustentável, a integridade da cobertura de rede em áreas rurais.

Serão, finalmente, concedidas licenças de espectro neutras, com obrigações de cobertura espacial realistas para os operadores, com prazos de implementação razoáveis.

Além dos investimentos feitos pelos operadores de telecomunicações, investimentos em infra-estrutura satélite, como o recente lançamento do satélite AngoSat-2, e em cabos submarinos intercontinentais de fibra óptica, mais desenvolvimentos serão necessários para providenciar a capacidade necessária em termos de tráfego de dados que uma economia mais digital implica, como a expansão contínua de torres de telecomunicação e de rede de fibra óptica, ao longo do território.

Desenvolver o Programa Nacional Espacial

O recente lançamento do satélite AngoSat-2 representa um marco importante no desenvolvimento do nosso sector de telecomunicações, com a entrada do nosso país no mercado espacial. Além do firmamento da nossa posição como um líder de tecnologias de informação e comunicação na África Subsariana, o desenvolvimento dos sistemas de tecnologia espacial irá permitir a criação de aplicações críticas para o desenvolvimento do país. A curto prazo, focar-nos-emos em assegurar a operacionalização e rentabilização do AngoSat-2 e em desenvolver aplicações espaciais que auxiliem na modernização da nossa economia. A médio prazo, iremos lançar o satélite ANGEO-1, um satélite de observação da Terra, que será de extrema utilidade para várias áreas-chave do nosso processo de desenvolvimento, como o planeamento urbano e gestão de recursos naturais, servindo como uma ferramenta de apoio fulcral para a tomada de decisões e definição de estratégias sectoriais. A longo prazo, prosseguiremos com esta aposta, investindo em mais satélites e desenvolvendo aplicações para a meteorologia e outros sectores. Vemos este segmento da indústria de telecomunicações e tecnologia de informação como crescentemente relevante e posicionamo-nos agora para colher os frutos que este investimento certamente trará no futuro, através do investimento em satélites, infra-estrutura de controlo e gestão dos mesmos e formação de recursos humanos para o sector.

Promover a produção e importação de dispositivos móveis e de rede

A promoção da produção e importação de dispositivos móveis de baixo custo e desempenho médio, assim como dispositivos de captação de sinais de satélite, será incentivada de forma a assegurar que os telemóveis e a utilização da internet cheguem em condições mais acessíveis à população, especialmente das áreas rurais.

Promover a concorrência e a rentabilidade do sector através de políticas públicas e regulação

A criação de um quadro regulatório que atraia investimento e o envolvimento da iniciativa privada no sector é a nossa prioridade. Tem impacto, desde logo, ao nível da promoção da concorrência – e da rentabilidade – no sector. A entidade reguladora assegurará a supervisão e monitorização dos operadores, facilitando também a sua actividade no quadro regulatório. Nas áreas onde os operadores já

estão a investir, poderão continuar a fazê-lo, para garantir a sustentabilidade permanente do sector. No âmbito da cooperação e colaboração no sector, o regulador privilegiará a recolha dos contributos dos operadores e avaliará a incorporação dos mesmos na elaboração das normas e políticas que impactem a sua actividade ou que os tenham como destinatários, assegurando um processo consultivo, inclusivo, interactivo e transparente. As políticas públicas aplicáveis ao sector e ao quadro regulatório focar-se-ão em quatro áreas principais: privatizar participações estatais no sector, fomentar a partilha activa e passiva da rede, desenvolver a cibersegurança a nível nacional e incentivar os serviços indirectos associados às telecomunicações e tecnologias de informação. Em todas estas áreas será feita uma análise custo-benefício das alternativas disponíveis, de forma a escolher o método de intervenção mais eficiente.

Privatizar participações estatais no sector

Iremos activamente procurar oportunidades de venda de parte significativa das nossas participações estatais no sector a privados, de forma a tornar a indústria mais competitiva e estimular um acréscimo de *know-how* e competências a nível sectorial, assim como promover o desenvolvimento de serviços adjacentes, como por exemplo, *mobile money*.

Fomentar a partilha de rede

A implementação de políticas de incentivo à partilha de rede tem benefícios estratégicos e financeiros para os operadores, designadamente, o uso eficiente da infra-estrutura, a facilidade de expansão para novas áreas ou a redução de custos. A partilha passiva de rede – limitada à partilha de poste ou célula – normalmente economiza entre 8 e 20% das despesas operacionais necessárias e entre 14 e 22% das despesas de capital. A partilha activa – partilha da rede de acesso à rádio, ao espectro ou *roaming* – normalmente economiza de 18 a 26% nas despesas operacionais e de 26 a 42% nas despesas de capital. Incentivaremos a partilha voluntária de rede aos operadores interessados em co-investir, sem desencorajar os operadores que pretendam investir sem recurso a parcerias. A partilha de rede será fundamental para a implementação futura do 5G.

Fortalecer a cibersegurança nacional

A digitalização de serviços e consequente crescimento do ciberespaço nacional acarreta risco, não só para as empresas que operam neste espaço, mas também para todas as instituições nacionais e empresas privadas com uma presença digital. No País, ataques informáticos aumentaram em cerca de 58% em 2021 face ao ano anterior, com instituições financeiras como as principais vítimas. Isto poderá ter consequências, quer para o investimento e inovação desejada para o sector quer para a adopção de serviços digitais por parte da população.

A estratégia de cibersegurança nacional será assente em três pilares principais: actualização da legislação e capacitação das forças judiciais para fazerem face a este tipo de crimes; a implementação e desenvolvimento do Centro de Estudos, Respostas e Tratamento de Incidentes Informáticos, que funcionará como uma agência reguladora para coordenar os esforços privados e públicos, de modo a tornar as empresas e instituições nacionais mais resistentes a este tipo de ataques; e, por último, a adesão a convenções e acordos internacionais, que possibilitem a partilha de informação e aplicação das melhores e mais recentes práticas a nível global, de forma a acelerarmos o nível de segurança cibernética da nossa economia, o que possibilitará um ambiente mais seguro para empreendimentos neste sector, e, consequemente, a atracção de investimento estrangeiro.

Incentivar serviços indirectos

O universo de serviços indirectos associados ao sector das telecomunicações das tecnologias da informação será desenvolvido como alavanca fundamental do reforço do tecido económico local, bem como da criação de um ecossistema digital alargado.

Os operadores serão incentivados a fornecer serviços indirectos, como *e-learning, e-medicine* e *mobile money*. Vários factores contribuem actualmente para o sucesso da implementação de soluções de *mobile money*, cujo valor das transferências em África cresceu 40% no último ano, pelo que garantiremos que o nosso quadro regulatório criará as condições para o êxito deste serviço.

Promover e acelerar a inovação nas TIC

A captação dos benefícios potenciais do ecossistema digital na sua plenitude exige o robustecimento dos principais factores que permitem um ecossistema das TIC eficaz. Tal inclui a melhoria das competências básicas em TIC, por exemplo, através da colaboração estreita entre a academia e a indústria, designadamente na investigação. Requer também a promoção do acesso a capital financeiro, nomeadamente através de financiamento de capital de risco ou do mercado de capitais local. É necessário melhorar a qualidade da infra-estrutura, em especial a qualidade do fornecimento de energia eléctrica e aumentar a quantidade de servidores seguros de internet. Esta transição é facilitada por um ambiente de negócios atractivo, incluindo aspectos tão relevantes quanto a protecção da propriedade intelectual, a eficácia da política de concorrência e o reforço do nosso ambiente de negócios. Será lançada uma estratégia nacional para as TIC que regule as aquisições governamentais de produtos de tecnologia avançada.

Desenvolver o capital humano

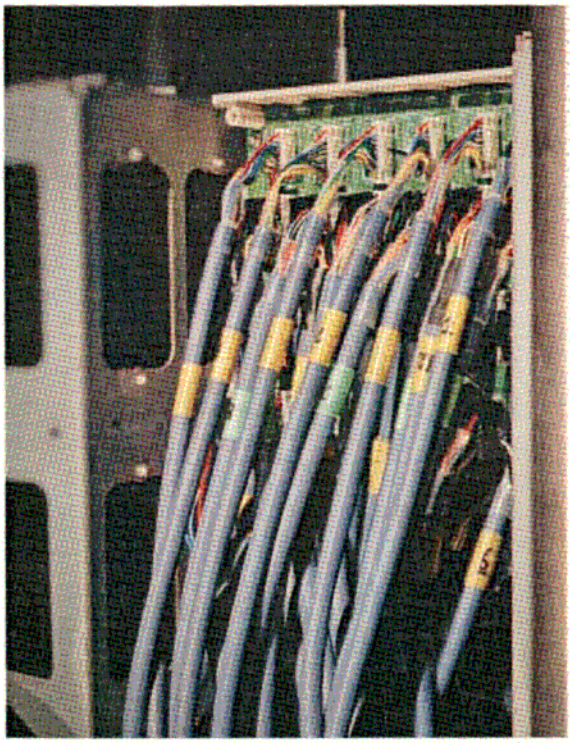
O aproveitamento, na sua plenitude, do potencial que o sector representa para a economia requer que a concentração de esforços seja dirigida para o desenvolvimento de capital humano com competências em TIC, exigindo, por conseguinte, uma cooperação estreita e uma interligação necessária com a estratégia do sector da Educação. A estratégia passa pela atracção de talento, tornando-nos mais abertos e criando programas de incentivos para atrair especialistas.

Além de promovermos cursos de ciências, tecnologia, engenharia e matemática, incluiremos novas disciplinas nos planos de formação que desenvolvam competências relevantes para o mundo digital. Em articulação com o Plano Nacional de Formação de Quadros, serão criados cursos modulares de TIC, dinamizaremos a formação técnico-profissional na área e incentivaremos a requalificação através da formação profissional e em ambiente laboral.

Na mesma linha, também iremos estabelecer *hubs* e centros de inovação, localizados onde melhor se integrem no ecossistema, incluindo o desenvolvimento de programas de formação nas TIC, bem como a melhoria do acesso a financiamento para estabelecer ou expandir empresas digitais.

Offshoring

Finalmente, os nossos esforços serão também canalizados para apoiar a criação de indústrias de fabrico ou montagem de equipamentos e desenvolvimento de serviços de *offshoring*. Tal requer um enorme esforço no desenvolvimento e retenção de competências técnicas especializadas no País, uma vez que actualmente ainda não dispomos de um ambiente competitivo para promover tais iniciativas. O nosso potencial reside na população jovem e em rápido crescimento, pelo que investiremos na formação e capacitação do nosso capital humano em larga escala e melhoraremos os factores que condicionam o ambiente de negócios no País.



As nossas prioridades imediatas para 2027



Assegurar a promoção da concorrência e da rentabilidade da indústria, com a privatização da Unitel como alavanca principal para atingir este objectivo a curto prazo. Outras medidas, como fomentar a partilha de infra-estruturas passivas e activas (nomeadamente operador neutro de 5G) e promover o desenvolvimento de serviços adjacentes (p. ex., *mobile money*), também serão importantes.



Desenvolver a cibersegurança a nível nacional, através da criação de legislação para o efeito e capacitação das forças judiciais para actuarem efectivamente na investigação e penalização de crimes cibernéticos, de modo a permitir o florescimento seguro dos ecossistemas digitais.



Desenvolver um ambiente de inovação a nível nacional, alavancando em cima das oportunidades do *Mobile Money* e desenvolvendo condições para o aparecimento de *start-ups*, nestas áreas/serviços (p. ex., apoio ao financiamento, estabelecimento de centros de inovação).



Desenvolver o Programa Espacial Nacional, através da criação de aplicações que auxiliem o processo de modernização de vários sectores-chave para o desenvolvimento do nosso País, como a agricultura.

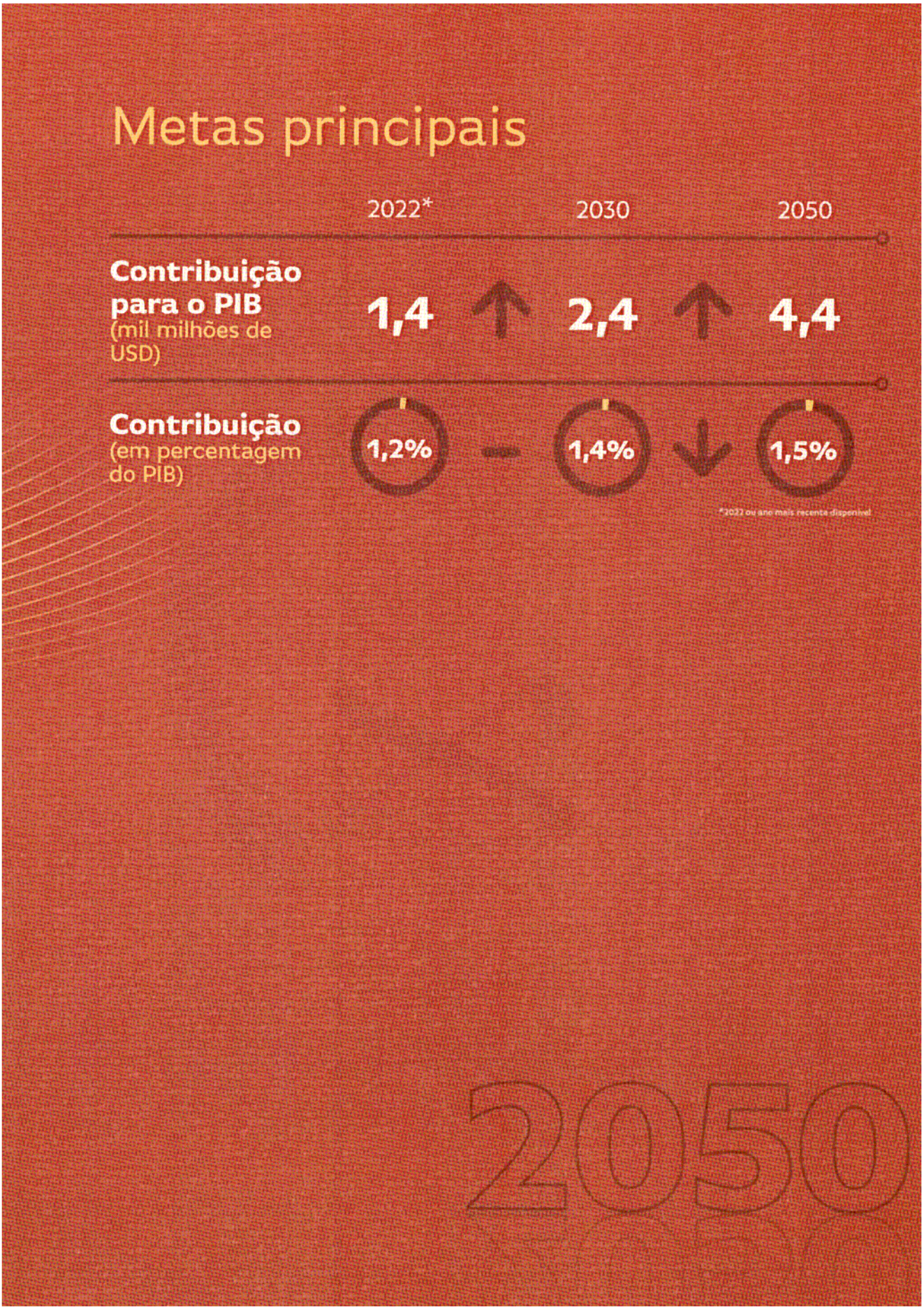
2050



2050

7.3 Transportes

Um sector de transportes sustentável que actue como catalisador do crescimento económico, da competitividade, da mobilidade dos cidadãos e da integração regional


Metas principais
2022*
2030
2050
Contribuição para o PIB (mil milhões de USD)
1,4
2,4
4,4
Contribuição (em percentagem do PIB)
1,2%
1,4%
1,5%
*2022 ou ano mais recente disponível
2050

A nossa visão

Em 2050 teremos um sector de transportes sustentável que actue como catalisador do crescimento económico, da competitividade, da mobilidade dos cidadãos e da integração regional.

Esta visão vai concretizar-se em duas linhas transversais aos quatro subsectores dos transportes (aviação civil, ferroviário, rodoviário e marítimo). Por um lado, a activação da intermodalidade no sector vai facilitar e catalizar o movimento de bens e pessoas, em estreita coordenação com os principais sectores produtivos (incluindo mineiro, agrícola e industrial) e também com o modelo de desenvolvimento territorial do nosso país. Por outro lado, Angola deverá emergir como um "*hub*" logístico e de transportes a nível regional, com um papel central no comércio e nos movimentos regionais e intercontinentais.

Para atingir o papel de facilitador-catalizador da economia nacional e o papel de "*hub*"[1] a nível regional, vamos desenvolver e maximizar o aproveitamento de infra-estruturas em torno dos grandes corredores intermodais (coordenando linhas férreas, estradas, portos, aeroportos e plataformas logísticas) e vamos apostar fortemente na melhoria da mobilidade urbana, contribuindo assim para a produtividade e bem-estar dos nossos cidadãos.

As soluções para para cumprimento desta visão global do sector são detalhadas verticalmente por subsector (aviação civil, ferroviário, rodoviário e marítimo) e transversalmente nos pontos de intermodalidade.





A nossa visão

O sector da aviação é um indutor-chave de crescimento económico, ao permitir uma rede de transportes rápida, essencial para os negócios e para o turismo. O sector constitui, em si mesmo, uma fonte considerável de actividade económica, gerando riqueza e emprego, através das companhias aéreas, aeroportos e vários prestadores de serviços, por exemplo, manutenção, *handling* e *catering*, entre outros.

O nosso sector da aviação beneficia actualmente do investimento em infra-estruturas realizado ao longo da última década e meia. Dispomos de 41 infra-estruturas aeroportuárias (aeródromos e aeroportos), podendo o país ser considerado um dos países com o maior número de infra-estruturas aeroportuárias por quilómetro quadrado em África. Em 2019, separámos a gestão das infra-estruturas aeroportuárias da gestão do espaço aéreo, de acordo com as melhores práticas internacionais.

Dispomos de uma companhia aérea de bandeira – a TAAG, Linhas Aéreas de Angola, S.A. – que assegura a conectividade nacional, regional e intercontinental. Nos últimos anos, tem registado importantes avanços, em particular a nível da segurança operacional, objecto de reconhecimento pelos reguladores internacionais.

Para alcançar o nosso objectivo de um sector sustentável que impulsione o crescimento económico, teremos de continuar a reestruturação da TAAG, garantindo a sua estabilidade financeira, enquanto é preparada uma eventual privatização e concomitantemente, uma nova fase de crescimento. Garantiremos que o aeroporto internacional 4 de Fevereiro, em Luanda, disporá das infra-estruturas necessárias, enquanto garantimos a certificação e transferência de operações para o novo aeroporto de Luanda, o aeroporto Dr. António Agostinho Neto. Atrairemos também agentes privados para gerirem activos no sector aeroportuário, a fim de garantir uma maior produtividade e eficiência ao nível dos custos. Por fim, continuaremos a reforçar a segurança e adoptaremos políticas de liberalização dos direitos de tráfego de forma sustentável.

As nossas soluções

Identificamos três prioridades-chave para o sector: reforçar a gestão regulatória, tornar Luanda um *hub* regional e maximizar o valor da infra-estrutura aeroportuária. Identificámos cinco conjuntos de soluções para alcançar estes objectivos.

Para fortalecer a gestão regulatória, garantiremos uma supervisão mais forte do sector, centrada na segurança operacional, e adoptaremos políticas que permitam uma liberalização sustentável e incremental do espaço aéreo. Vamos garantir ainda as condições para a cobertura nacional do serviço público num modelo financeiramente eficiente.

Para converter Luanda num *hub* regional, revitalizaremos a nossa transportadora de referência, a TAAG, visando a privatização ou uma parceria estratégica. Optimizaremos, também, a utilização das infra-estruturas aeroportuárias em Luanda, e definiremos o futuro papel do Aeroporto 4 de Fevereiro. Adicionalmente, iremos criar a Cidade Aeroportuária de Ícolo e Bengo, de forma a tornar o Aeroporto Dr. António Agostinho Neto um *hub* na mobilidade de passageiros e cargas de voos regionais e intercontinentais.

Por último, optimizaremos o modelo de gestão da rede aeroportuária nacional para maximizar o valor da nossa infra-estrutura aeroportuária.

Reforçar supervisão

A robustez da regulação e supervisão é essencial para alcançarmos os nossos objectivos, em especial a transformação de Luanda no principal *hub* da região e o reforço da competitividade do sector. Importa, assim, garantir que o regulador nacional cumpre estritamente as normas internacionais da ICAO.

A nível do Subsector da Aviação Civil, foram já dados passos no sentido da liberalização do sector.



Para continuarmos o processo de liberalização do nosso espaço aéreo, com vista à implementação plena da Declaração de Yamoussoukro, devemos garantir que as condições de base são cumpridas. Concretamente, garantiremos que o Aeroporto de Luanda tenha capacidade para absorver o aumento de aeronaves e tráfego, tanto para as companhias aéreas internacionais, quanto para as nacionais. Garantiremos a existência de infra-estruturas e serviços de apoio suficientes para as empresas que operam em Luanda, por exemplo, na área de *handling*, *catering* e manutenção. Adequaremos, assim, o ritmo da liberalização para assegurar o cumprimento estrito de normas de segurança operacional, a sustentabilidade da nossa infra-estrutura e o desenvolvimento de Luanda, enquanto *hub* regional.

Definir estratégia de serviço público

No âmbito do reforço da gestão regulatória, definiremos objectivos de cobertura nacional e o respectivo modelo de financiamento. Tendo em conta a extensão do nosso país, a manutenção das ligações aéreas é importante para assegurar a circulação dos cidadãos e a actividade económica em geral. A curto prazo, a operação doméstica exige preços relativamente elevados para o equilíbrio financeiro, face aos reduzidos fluxos de tráfego e elevados custos de contexto.

Neste quadro, o financiamento de voos não rentáveis, realizados numa lógica de prestação de serviço público, deverá ser transparente e assumida, sendo esta a abordagem seguida em diversos países. Importa, no entanto, que o nosso modelo projectado introduza incentivos que aumentem progressivamente a concorrência e a eficiência, concretamente:

1. Limitar subsídios à operação de rotas claramente inviáveis comercialmente, mas que requerem operação regular por razões sociais ou económicas;
2. Tornar transparente a relação entre o nível de serviço público prestado e o respectivo subsídio, definindo critérios mínimos de serviço, tanto para a operação (por exemplo, frequência, capacidade total e dias de ligação) quanto da qualidade de serviço (designadamente, atrasos nas operações, cancelamentos e padrões de serviço);
3. Abrir o acesso a este modelo de remuneração, a todos os titulares de certificados de operador aéreo (COA) válidos;
4. Monitorizar continuamente o cumprimento das condições contratuais por parte das companhias aéreas e estabelecer penalidades por incumprimento recorrente;
5. Rever periodicamente as condições contratuais para optimizar a eficiência económica do modelo de remuneração, com vista à minimização, a prazo, da subsidiação destes serviços.

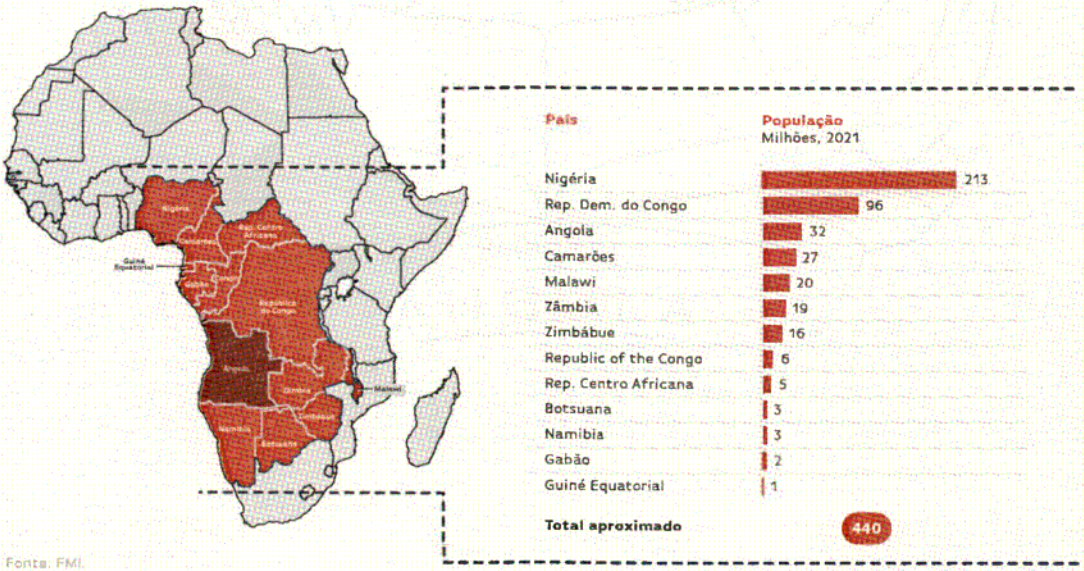
Reestruturar a TAAG

A nossa visão para 2050 implica transformar Luanda num *hub* da aviação regional. O sucesso de um *hub* de transporte aéreo está intimamente ligado à operação de uma companhia eficiente e com potencial de crescimento. Com esse objectivo, reestruturaremos a TAAG. Esta reestruturação garantirá a sustentabilidade financeira da TAAG, em preparação da sua privatização, em modelo de parceria estratégica, permitindo iniciar uma nova fase de crescimento.

Angola tem uma posição geográfica privilegiada para conquistar o mercado da África Austral e Ocidental, onde vivem cerca de 440 milhões de pessoas (Quadro 2025). Muitos dos países mais próximos de Angola não dispõem de uma companhia de bandeira, apesar de terem populações com dimensão e em crescimento e com necessidade de acesso a serviços aéreos. De facto, entre os países desta região, a TAAG é a maior companhia aérea nacional, dispondo de maior capacidade de transporte regular do que todas as companhias aéreas públicas destes países em conjunto.

Quadro 25

Angola posicionada para capturar um mercado de 440 milhões de pessoas e em crescimento



Fonte: FMI.

A reestruturação da TAAG decorrerá em três etapas. Em primeiro lugar, a nossa prioridade é melhorar o desempenho financeiro da transportadora, reduzindo custos estruturais e operacionais e estimulando a dinâmica comercial. Em segundo lugar, haverá que aumentar o papel do sector privado, seja através de privatização, seja com parcerias estratégicas. Em terceiro lugar, a TAAG voltará ao crescimento da sua rede de destinos e frequências, contribuindo consequentemente para o crescimento do *hub*.

Optimizar a operação aeroportuária em Luanda

O segundo aspecto chave na nossa estratégia de *hub* é uma operação da infra-estrutura aeroportuária em Luanda optimizada. Esta optimização passa, antes de mais, pela gestão proactiva da transição entre o actual Aeroporto 4 de Fevereiro e o Aeroporto Dr. António Agostinho Neto. Estão já previstas diversas intervenções para melhorar a capacidade e operacionalidade do Aeroporto 4 de Fevereiro. A extensão deste desenvolvimento infra-estrutural será ajustada à evolução prevista para o número de passageiros, assegurando uma transição planeada para o novo aeroporto.

A materialização do nosso *hub* em Luanda passará também pelo Aeroporto Dr. António Agostinho Neto se assumir como aeroporto moderno e eficiente, capaz de acomodar os crescentes volumes de aeronaves, passageiros e ligações, gerido com participação de privados e em modelo de concessão ou parceria. O número de passageiros atingirá os 10 milhões por ano, suportado pelo crescimento no tráfego ponto-a-ponto e, sobretudo, no aumento do tráfego de conexão (operação em modelo "*hub-and-spoke*"). A maximização do valor e externalidades do nosso *hub* passará pelo desenvolvimento da "Cidade Aeroportuária de Ícolo e Bengo".

Finalmente, o desenvolvimento do *hub* irá estimular o surgimento de um ecossistema de serviços complementares, detidos e operados por privados.

Optimizar a operação da restante infra-estrutura aeroportuária

A valorização da nossa infra-estrutura aeroportuária depende do reforço da capacidade e papel da Sociedade Nacional de Gestão de Aeroportos (SGA) e de um modelo mais efectivo de gestão da rede aeroportuária nacional.

Privilegiaremos as concessões para a gestão de aeroportos e atrairemos operadores privados para o efeito. Os aeroportos permanecerão activos do Estado, embora, onde adequado, geridos por privados. Estas concessões poderão ser feitas isoladamente, aeroporto a aeroporto, por grupos de aeroportos (p. ex. regionais), ou, inclusivamente, de toda a rede nacional.

O futuro estatuto dos aeroportos deverá beneficiar da eficiência induzida por uma maior participação do sector privado, através de concessões ou de outros modelos de parceria público-privada.





A nossa visão

O sector ferroviário é um motor de crescimento económico e essencial para a competitividade de vários sectores produtivos, principalmente para a mineração não diamantífera. O desenvolvimento do nosso sistema ferroviário impulsionará o desenvolvimento nas regiões que este liga e atravessa, aumentando, por seu turno, a utilização da rede ferroviária, criando assim um ciclo virtuoso. O transporte ferroviário é mais eficiente do que as alternativas, sendo cerca de quatro vezes mais barato do que o transporte rodoviário e cerca de trinta vezes mais económico do que o transporte aéreo. Assim, a nossa ferrovia tem um enorme potencial de viabilização das operações industriais, agrícolas e de mineração.

Angola investiu, ao longo da última década e meia, no sistema ferroviário e dispõe já das infra-estruturas necessárias para o transporte de um volume significativo de carga e de passageiros. Priorizaremos a recuperação das linhas existentes, promovendo o investimento privado ou público-privado, em novas linhas, à medida que as evidências económicas o justifiquem.

Existem dois conjuntos de soluções para alcançar a nossa visão. Em primeiro lugar, maximizar o potencial da nossa infra-estrutura ferroviária, continuando a aposta na operacionalização efectiva dos Corredores do Lobito, de Luanda (reabilitando o troço entre Zenza e Cacuso) e de Moçâmedes. Adicionalmente, em função da procura de carga comercial e da capacidade de atrair parceiros de investimento privado, será desenvolvida a interligação entre as três linhas existentes (implantação de radiais norte-sul), contribuindo para a redução dos níveis de emissão de CO_2 e dos custos operacionais. Em segundo lugar, reorganizar o sector ferroviário público, revendo e reforçando o quadro regulatório, criando a Empresa Nacional de Infra-estruturas Ferroviárias (ENIF), e reestruturando os operadores ferroviários públicos.

Separaremos, de forma gradual, a infra-estrutura e a operação, sendo a ENIF responsável pela infra-estrutura, e abrindo as operações à iniciativa privada.

As nossas soluções

Para maximizar o retorno económico da infra-estrutura ferroviária, continuaremos a promover a reactivação em grande escala do Corredor do Lobito, assente no transporte de carga mineira dos países vizinhos sem outro acesso mais próximo ao mar, podendo esta reactivação incluir a construção, com recurso a financiamento privado, da ligação à Zâmbia para impulsionar ainda mais a exportação de activos da região de Copperbelt. Completaremos, também, a fase final do projecto de reabilitação da linha de Luanda entre Zenza e Cacuso. Outro projecto prioritário será a conclusão da ligação ferroviária para o novo Aeroporto Internacional Dr. António Agostinho Neto.

Outras soluções visam reestruturar o sector empresarial ferroviário público e reforçar o regulador. Para alcançar este objectivo, criaremos a Empresa Nacional de infra-estruturas Ferroviárias (ENIF) e separaremos a infra-estrutura ferroviária da operação. Reformaremos os Caminhos de Ferro de Luanda (CFL), Benguela (CFB) e de Moçâmedes (CFM). Avaliaremos, igualmente, os regulamentos aplicáveis ao sector, à luz do novo modelo de governação e do mecanismo de concorrência.

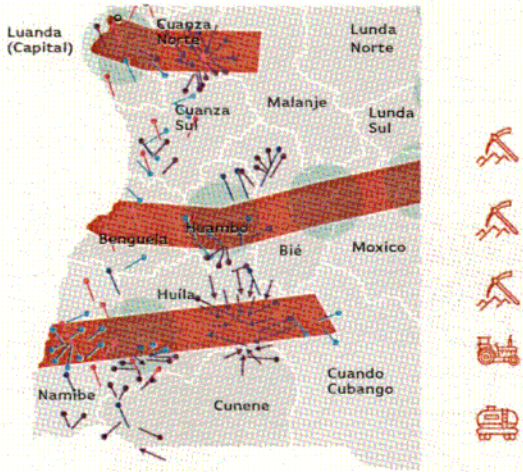


Aumentar a participação do sector privado

Para promover a participação privada no sector, actuaremos em três elementos-chave. Em primeiro lugar, na continuação da gestão transparente de concursos públicos (para concessões, PPPs, privatizações, etc.), comunicando as condições dos concursos com antecedência, regras que fomentem a competição e critérios de selecção objectivos. Em segundo lugar, garantias de solidez e estabilidade contratual, robustecendo os contratos para protegerem tanto o Estado como os investidores e operadores privados. E, em terceiro lugar, no robustecimento do modelo de supervisão, incluindo a definição dos níveis de serviço e da metodologia de monitorização a praticar, relativamente à frequência, pontualidade, fiabilidade e segurança.

Quadro 26

Corredor do Lobito: o transporte de minérios, produtos refinados e de outra produção agrícola e industrial, permitirá atingir as 11 milhões de toneladas até 2050



— Cobre — Ferro
— Fosfatos — Linha férrea existente
— Rochas ornamentais

Cobre:
- Cobre e cobalto da zona do Copperbelt

Ferro:
- Área de Essala a Bailundo
- Área de Cuima-Chivri

Fosfatos
- Corredor alcalino-carbonatítico NE-SW (Canata, Capuia)

Agricultura/ Indústria:
- Potenciais pólos agro-industriais no Huambo, Kuito e Luena

Petróleo e Gás:
- Potencial construção da refinaria do Lobito para exportação de produtos refinados

Fonte: Estratégias sectoriais; PLANAGEO

Reactivar o Corredor do Lobito

Potenciaremos o Corredor do Lobito (Linha Férrea de Benguela, Porto do Lobito e Plataformas Logísticas). A reactivação deste Corredor permitirá impulsionar as exportações de cobalto e cobre da República Democrática do Congo e da região de Copperbelt na Zâmbia. O transporte de minério deverá aumentar a utilização desta linha de 132 mil toneladas em 2019, para cerca de onze milhões de toneladas em 2050 (Quadro 26).

O principal objecto de concessão será, assim, o transporte de minério com origem em países vizinhos. A multiplicação da tonelagem de minério exportado através de Angola oferece várias vantagens, incluindo as externalidades de desenvolvimento económico e social e servindo de catalisador para novos investimentos. Reforça as finanças públicas, ao eliminar perdas operacionais das empresas existentes, e gera prémio e rendas sobre receitas de transporte. Igualmente, a concessão da operação a privados permitirá melhoria da qualidade do serviço prestado, aumentando a frequência do transporte de carga e de passageiros, proporcionando uma alternativa de transporte terrestre e modernizando o material rolante, sem recurso a investimento público.

Remodelar as secções das linhas actuais

Promover a extensão dos corredores ferroviários e, assegurando a sua sustentabilidade económica e a captação de financiamento privado, a interligação das linhas férreas nos troços: Malanje-Saurimo, Saurimo-Luena, assim como a ligação ferroviária (ramal) CFB-Zâmbia; construiremos ou renovaremos secções de linhas existentes com potencial para apoiar a indústria mineira. Em especial, a secção de 215 km entre Zenza e Cacuso é uma prioridade, devendo remediar-se as limitações à velocidade de circulação que hoje condicionam o tráfego (apenas uma frequência semanal) e prolongando significativamente o tempo de viagem de Luanda para Malanje (treze horas de viagem). Promoveremos também a electrificação dos caminhos de ferro, de forma faseada, bem como a contínua implementação de novas tecnologias, nomeadamente ao nível de sinalização e controlo ferroviário.

Importa, ainda assim, reconhecer que do ponto de vista económico, este investimento só se tornará auto-financiável se o potencial mineiro na área de Cassala-Quitungo for comprovado, gerando procura para a linha, ou se Malanje se tornar uma importante plataforma logística para a região da SADC.

Paralelamente, será o potencial de mineração da área de Cassinga e um projecto integrado de mineração de minério de ferro e de aço a justificar a construção de uma linha de extensão ligando o CFM à Jamba Mineira.

Rever o restante portefólio de projectos de infra-estrutura planeados

O restante portefólio de projectos de infra-estruturas ferroviárias será objecto de priorização, com base nos respectivos modelos de financiamento, sobretudo pelo sector privado. Avaliaremos as decisões de investimento de acordo com a sustentabilidade e oferta de investimento.

A revisão do portefólio de projectos de infra-estrutura ferroviária baseada nestes princípios assegurará projectos economicamente viáveis, atraindo financiamento privado ou recorrendo a parcerias público-privadas. Por sua vez, consideraremos também investimentos que, ainda que sem retorno directo, tenham impacto positivo indirecto, designadamente, na criação de emprego em áreas adjacentes ou que contribuam para a descentralização e correcção das desigualdades. O modelo de parceria ideal variará em função dos objectivos específicos que se pretendem alcançar e do interesse dos parceiros privados que consigamos atrair.

A nível da mobilidade urbana na capital, é prioritária a implementação gradual de um Sistema Multimodal de Transportes que integre os modais marítimo, ferroviário e rodoviário. Relativamente ao modal ferroviário, concluir-se-á a construção do Metro de Superfície de Luanda (MSL), com participação de um parceiro internacional de referência e recorrendo a financiamento privado. A solução a longo prazo poderá ainda ser complementada com um Monorail, em Luanda, e caso os estudos de viabilidade justificarem, iniciar-se-á a sua respectiva execução.

Implementar a separação vertical e criar de uma Empresa Nacional de Infra-estruturas Ferroviárias (ENIF)

A separação vertical – na qual a infra-estrutura e a operação são da responsabilidade de diferentes entidades – será o modelo para promover eficiência e concorrência no sistema ferroviário. A separação vertical ocorrerá faseadamente. Num primeiro momento, a separação vertical será adoptada nas novas linhas ainda por construir, transitando depois, para as restantes linhas já em actividade.



Acreditamos que a manutenção da infra-estrutura ferroviária é uma responsabilidade do Estado, por ser um activo estratégico e um monopólio natural, e que as operações devem estar abertas à concorrência e aos operadores privados. Assim, separaremos a infra-estrutura das operações. Criaremos uma Empresa Nacional de Infra-estruturas Ferroviárias (ENIF), responsável pela gestão, exploração e manutenção da infra-estrutura ferroviária. A ENIF será assim uma gestora de concessões ferroviárias, alocando responsabilidades sobre a infra-estrutura e o direito de operar nas Linhas para os operadores públicos ou privados.

Apesar de terem recebido um volume significativo de investimento público na última década e meia, estas infra-estruturas continuam subaproveitadas, com problemas de manutenção recorrentes, operações a baixa capacidade e oferta para passageiros e carga consideravelmente abaixo da procura potencial.

A superação destes desafios será conseguida actuando em três áreas-chave: separação vertical, reestruturação das empresas públicas e concorrência saudável.

Reformar as empresas públicas

A reforma do sector empresarial público abrangerá a restruturação dos três operadores ferroviários – CFL, CFB, CFM – com vista à melhoria da eficiência e à concessão da operação ou mesmo da sua privatização, a prazo.

Sendo o "Corredor do Lobito" uma operação de enorme potencial imediato, a curto-prazo, iremos promover a exploração e manutenção da infra-estrutura ferroviária e do serviço de transporte de carga, hoje asseguradas pelo CFB, mantendo-se a componente pública do CFB responsável por assegurar a operação de transporte de passageiros (potencialmente em modelo de serviço público), a pequena carga e os serviços especiais do Estado, de forma eficiente, minimizando a necessidade de subsidiação.

Domínio Rodoviário

Metas principais

Estradas	2022*	2030	2050
Investimento acumulado na reabilitação e manutenção da rede principal (milhões de USD)	-	4.049	22.597
Investimento acumulado na reabilitação e manutenção da rede complementar (milhões de USD)	-	4.794	26.760

*2022 ou ano mais recente disponível

A nossa visão

A rede rodoviária nacional tem actualmente uma densidade de 2,5 km de estrada por 1.000 habitantes, em linha com os pares regionais, tendo cerca de metade das nossas estradas sido pavimentadas na última década. Contudo, apesar do investimento feito no sector, a infra-estrutura rodoviária encontra-se num estado de conservação insuficiente. Para servir melhor a população e tornar as viagens mais seguras, rápidas e confortáveis, reabilitaremos a rede rodoviária, de forma eficaz e eficiente, no que toca aos custos associados. Actualmente, já existem ligações entre as principais províncias e cidades, não obstante subsistem ligações em estradas.

Os objectivos programáticos para o sector assentam no fomento das melhores práticas regulatórias, maximização do potencial da infra-estrutura rodoviária e estímulo da concorrência e, por outro lado, no estímulo dos serviços e infra-estruturas de transporte público colectivo de passageiros em todo o País.

As nossas soluções

Identificámos três conjuntos de soluções para concretizar a nossa visão para a rede rodoviária. O primeiro conjunto de soluções centra-se na melhoria regulatória e reforço institucional; o segundo corresponde a medidas de maximização do potencial da infra-estrutura rodoviária; e o terceiro visa estimular o transporte colectivo e aumentar a competitividade dos operadores do subsector.



Fomentar as melhores práticas regulatórias e institucionais

Asseguraremos a harmonização de procedimentos e regras com as normas regionais da SADC; um papel claro e activo para cada órgão de supervisão na governança do sector; e a actualização das normas de emissão de poluentes, bem como o incentivo e preparação ao desenvolvimento de infra-estrutura que permita a adopção de veículos eléctricos.

Harmonizar os procedimentos e regras com as normas da SADC

Alinharemos os nossos procedimentos e regras com as normas regionais da SADC.

Em primeiro lugar, alinharemos a legislação de acordo com as regras regionais, designadamente ajustaremos a taxa de excesso de peso aplicada, as regras sobre as dimensões de veículos, isenções e limites de tolerância e a certificação de acordos de reconhecimento entre autoridades regionais. Implementaremos também sistemas de portagens em estradas correspondentes a trajectos que possuam alternativas de duração semelhante.

Em segundo lugar, asseguraremos infra-estruturas de apoio, tais como estações de pesagem, definindo a sua localização de acordo com o nível real de tráfego e avaliaremos a sua configuração para reflectirem o nível de tráfego e a combinação de estações estáticas e móveis.

Em terceiro lugar, implementaremos ferramentas e procedimentos internos, designadamente, reestruturaremos o processo de controlo dos transportes transfronteiriços e criaremos regras claras aplicáveis aos operadores nacionais e estrangeiros. O sistema de Plataforma de Registo e Informação Tripartida de Transportes da SADC (TRIPS – *Tripartite Transport Register and Information Platform*) será implementado para facilitar a partilha de informação sobre veículos entre os estados-membros. Introduziremos, também, sistemas de TI para apoiar as operações de pesagem, assim como postos de controlo de fronteiras.

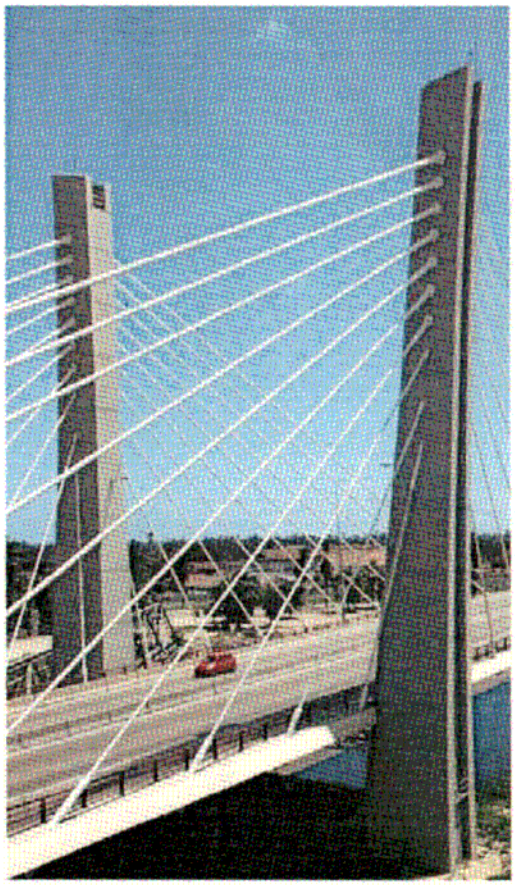
Vamos assegurar a conservação das estradas e salvaguardar os nossos investimentos, alinhando os limites de dimensão e peso com a proposta da SADC, evitando assim os efeitos da sobrelotação de veículos pesados, com poupanças nos custos de manutenção das vias rodoviárias. A revisão de legislação sobre veículos com excesso de peso considerará as normas do grupo de trabalho da SADC e faremos uma reestruturação das multas por excesso de peso, para que melhor reflictam os custos administrativos, ambientais e de congestionamento que pretendem prevenir.

Rever o papel de cada entidade no sector

O papel de cada organismo de supervisão no sector será objecto de avaliação e garantiremos as melhores práticas de governança. O planeamento e a regulamentação do transporte rodoviário e da infra-estrutura requer coordenação entre os Ministérios de tutela das obras públicas, urbanismo, habitação, finanças, transportes e do interior. Actualmente, existe um excessivo foco na rede principal face aos restantes 50.000 km da rede rodoviária, com insuficiências na integração dos governos provinciais, responsáveis por estes.

Optaremos por um planeamento mais integrado do sector rodoviário, incluindo os governos provinciais, e por uma estrutura regulatória.

Actualizar as normas de emissões poluentes



As normas relativas à emissão de poluentes serão actualizadas e ajustaremos os níveis de emissões que excedam as normas internacionais, para garantir a sustentabilidade ambiental e a segurança pública. Em especial, fixaremos limites ao teor de enxofre dos combustíveis, para mitigar os efeitos das emissões de dióxido de enxofre, mantendo-as abaixo de 50-100 ppm, limiar acima do qual são nocivas para o ambiente e para a saúde humana. No seguimento destas normas, iremos promover a criação de incentivos e infra-estrutura que permita a adopção de veículos eléctricos no País, de forma a garantir reduzidas emissões por parte do sector dos transportes.

Maximizar o potencial da infra-estrutura rodoviária

Reduziremos os custos de construção, manutenção e reabilitação da rede rodoviária nacional; desenvolveremos o modelo operacional e financeiro para parcerias público-privadas; e reestruturaremos o modelo de financiamento e supervisão do Fundo Rodoviário.

Reduzir os custos de construção, manutenção e reabilitação

Os custos de construção, manutenção e reabilitação da rede rodoviária nacional serão objecto de optimização. Desde logo, reduziremos os custos de construção e melhoraremos a produtividade através da gestão eficaz da aquisição de terrenos, licenciamento ambiental, gestão de tráfego, desvios na infra-estrutura básica e aprovações das autoridades locais. Vamos criar capacidades para optimizar os projectos de construção e operação, com processos de engenharia ágeis e os resultados da engenharia. A gestão de contratos e de processos de aprovisionamento será realizada através de orçamentação em base zero, com convergência para preços de mercado, e aplicando incentivos dirigidos à redução de custos com fornecedores.

Reduziremos os custos de manutenção de estradas, abrangendo várias iniciativas, nomeadamente distinguindo projectos de manutenção preventiva e correctiva (e removendo investimentos de capital do orçamento de manutenção correctiva); fazendo um levantamento de informação sobre o estado das estradas, contribuindo para o processo de tomada de decisão, envolvendo diferentes governos provinciais e membros representantes dos utilizadores; e assegurando uma gestão activa dos contratos para explorar oportunidades de redução de custos com operadores subcontratados.

Estas iniciativas culminarão na elaboração e implementação de planos de manutenção de estradas, que possibilitarão intervenções atempadas para minimizar o custo e os distúrbios na mobilização dos cidadãos.

Desenvolver um modelo operacional e financeiro para parcerias público-privadas

O êxito da implementação de parcerias público-privadas (PPP) depende de vários factores.

Em primeiro lugar, da viabilidade económica do projecto, pelo que serão seleccionados os projectos financeiramente sustentáveis – olhando como factores chave ao modelo de pagador, ao risco, ao tráfego e ao custo de construção e manutenção, permitindo a atracção de parceiros privados sem rendas garantidas pelo Estado.

Em segundo lugar, seleccionaremos parceiros com experiência e qualificação técnica, na construção, manutenção e operação de estradas, idealmente em contextos semelhantes ao de Angola.

Em terceiro lugar, desenvolveremos a nossa capacidade interna de avaliar projectos, com uma equipa com uma forte capacidade de avaliação, implementação e monitorização e asseguraremos que está em condições de salvaguardar o interesse público, sem prejuízo do alinhamento dos incentivos entre parceiros.

Adoptaremos um modelo preferencial de "utilizador-pagador" para as PPP enquadráveis em três tipos de projectos rodoviários. O primeiro serão infra-estruturas novas e/ou reabilitadas com níveis de tráfego significativo, incluindo estradas principais com transporte inter-provincial. O segundo diz respeito às estradas com construções de engenharia, como pontes e túneis, em que a contrapartida de circulação é muito clara e onde já existe alguma tradição deste modelo (p. ex. a ponte sobre o Rio Kwanza). O terceiro tipo inclui estradas para tráfego transfronteiriço, ligando Angola aos países vizinhos, aplicando-se o modelo utilizador-pagador, tanto a utilizadores nacionais como estrangeiros.

Reunidas condições para PPPs economicamente viáveis, maximizaremos a sua utilização para a construção e operação, alinharemos parcerias com a categorização de estradas do Plano Rodoviário Nacional (por exemplo, com estradas primárias financiadas em modelo PPP e as terciárias com financiamento local ou provincial) e garantiremos que toda a gama de modelos PPP seja analisada para garantir o alinhamento entre o modelo escolhido e o contexto da estrada a desenvolver.

O sucesso desta iniciativa passa por mantermos o realismo e a transparência total na alocação de riscos e de fontes de financiamento das PPP.



Dinamizar os transportes colectivos e estimular a competitividade

O terceiro conjunto de soluções visa estimular o transporte colectivo e aumentar a sua competitividade. Para tal, após a criação da entidade reguladora do sector, é necessário avançar com a formalização e a regulamentação das alternativas existentes e emergentes para o transporte colectivo, tais como mini-autocarros e mototáxis; reestruturar as empresas públicas do sector; e elaborar o plano rodoviário de Luanda e das restantes cidades afectadas por problemas de transportes públicos.

Formalização e regulação dos transportes colectivos

A maioria do transporte colectivo, por táxi e motas, é hoje informal, e será alvo de actuação em três dimensões: formalização fiscal e por via de licenciamento; definição de rotas, zonas de paragem e sistemas de emissão de títulos de transporte (bilhética); e substituição de frotas para oferecer mais segurança, eficiência e serviço aos passageiros.

Promoveremos incentivos, como um sistema de emissão de títulos de transporte que utilize *mobile money* e supervisionaremos vários aspectos operacionais, tais como as áreas de paragem e delimitação de rotas, para garantir a cobertura e a viabilidade financeira.

Foi já planeado um passe social para o transporte público, que incorporará o sector informal. Para impulsionar o sucesso desta iniciativa, identificaremos os utentes que devem beneficiar do passe social; e garantiremos o alinhamento entre as estações de carregamento de passes sociais e as principais paragens de táxi.

A introdução do passe social e o consequente esforço de formalização dos táxis dependerá da gestão dos incentivos e mecanismos de controlo, como o já existente sistema de bilhética. Todos os *stakeholders* poderão ser beneficiados. Os passageiros terão uma maior comodidade, no que toca a pagamentos não efectuados em numerário, no acesso ao transporte e a custos mais reduzidos. Por seu turno, os motoristas beneficiarão da redução do risco de actividade criminal, e os proprietários dos táxis disporão de nível acrescido de controlo no reporte financeiro.

Reformar as empresas públicas rodoviárias

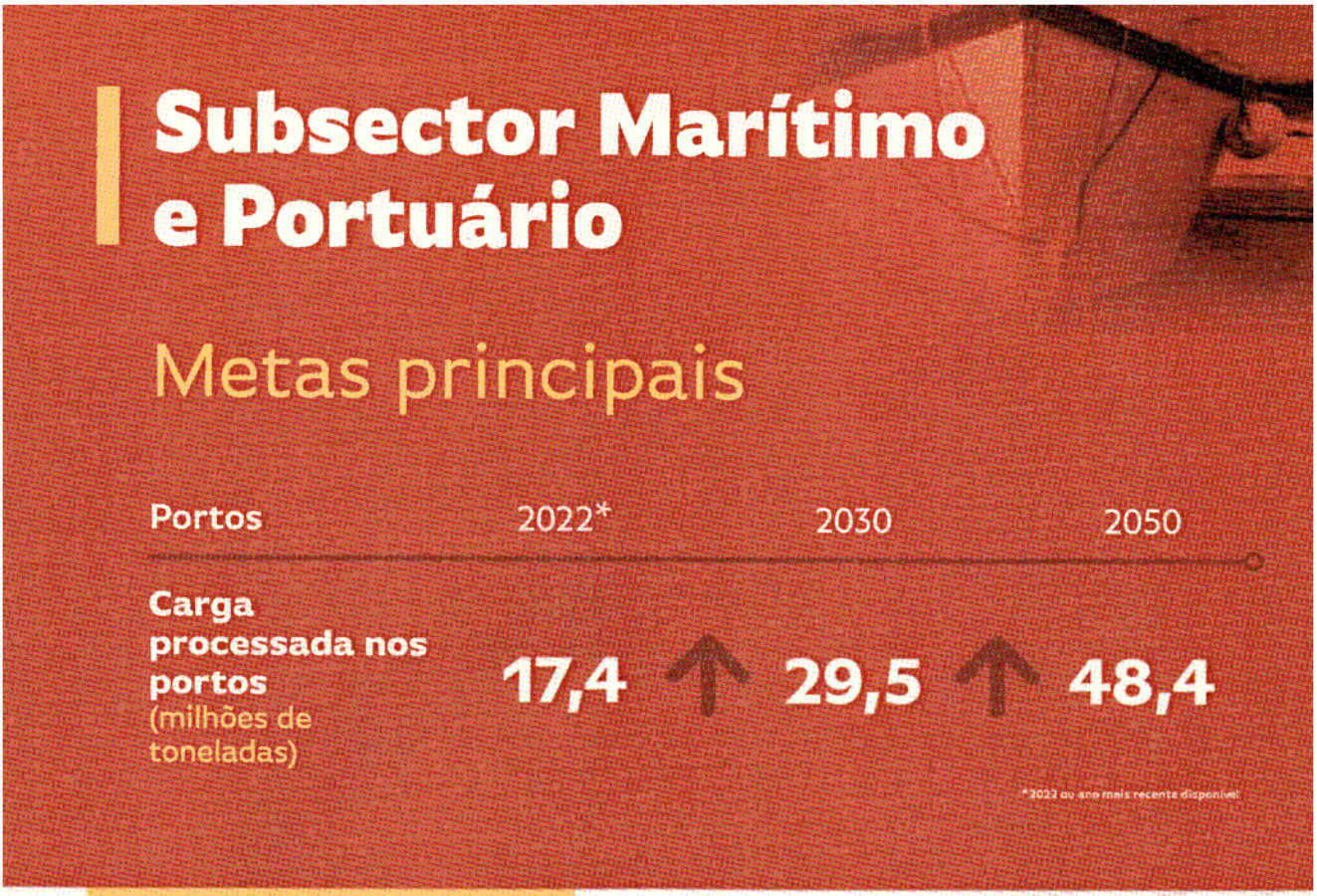
O Programa de Privatizações (PROPRIV) prevê a privatização da maioria das empresas de transporte público rodoviário. Estas privatizações remeterão o papel do Estado para regulador do transporte público. Neste quadro, coordenaremos níveis de serviço adequados e implementaremos mecanismos que imponham aos operadores o cumprimento de processos de qualidade em questões como a pontualidade e a distribuição de rotas, tanto no plano provincial como inter-provincial. As tarifas serão reguladas, consolidaremos taxas e integraremos sistemas de emissão de títulos de transporte nos vários modos de transporte. Forneceremos ainda infra-estrutura de apoio, incluindo rotas dedicadas, paragens e terminais de passageiros. Finalmente, trataremos também do licenciamento, garantindo que as licenças ou concessões operacionais atribuídas são adequadas ao nível de tráfego por rota.

Definir plano rodoviário de Luanda e planos para restantes cidades com necessidade

A redução do congestionamento e a atenuação dos efeitos do crescimento populacional terão de estar asseguradas no plano de transportes de Luanda. O modelo de autocarro de trânsito rápido (BRT – Bus Rapid Transit) é fundamental para alcançar este objectivo, pois permite uma melhor gestão do tráfego urbano, reduzindo o tempo de viagem a preços competitivos. O BRT oferece uma forma eficaz de servir a população, na medida em que fornece um sistema eficiente e rápido de ligação da periferia da cidade às áreas com maior densidade de transporte disponível. Fá-lo, alavancando os activos correntes e de forma eficiente, no que respeita a custos. Além de garantir a flexibilidade na mobilidade urbana e no acesso, o BRT reduz os níveis de poluição, substituindo o autocarro convencional com emissões elevadas e, portanto, contribui para a protecção ambiental e para uma melhor qualidade de vida a longo prazo.

Noutras zonas urbanas de elevado crescimento do País (nomeadamente nas cidades do Lubango, Benguela e Huambo), será igualmente importante actuar, de forma preventiva, introduzindo a mesma abordagem de melhoria da mobilidade urbana, assente em sistemas multimodais de transportes.





Subsector Marítimo e Portuário

Metas principais

Portos	2022*	2030	2050
Carga processada nos portos (milhões de toneladas)	17,4 ↑	29,5 ↑	48,4

*2022 ou ano mais recente disponível

A nossa visão

Actualmente, aproximadamente 94% das importações chegam ao país através dos nossos portos. A carga em contentores é o factor mais relevante do volume de trocas comerciais, existindo assim a oportunidade de aumentar a actividade económica, aproveitando a nossa infra-estrutura portuária e aumentando a sua competitividade na região.

Historicamente, o subsector portuário tem sido capaz de atrair a participação de privados, baseando-se num modelo de porto senhorio. Grande parte dos nossos portos dispõe de boas condições naturais e um elevado potencial para melhorar a operação e tornar-se rentável. O nosso objectivo é rejuvenescer este sector enquanto catalisador do crescimento.

Daremos prioridade a soluções para melhorar a regulação, a infra-estrutura e a eficiência dos cinco maiores portos no País. Estas medidas serão, assim, implementadas nos três maiores portos comerciais, Luanda, Lobito e Namibe (todos ligados às três linhas ferroviárias nacionais), bem como no complexo portuário de Cabinda e Soyo. Amboim e Ambriz continuarão a apoiar o sector petrolífero.

Fixaremos objectivos transversais para o sector e para cada um dos portos individualmente, designadamente:

- Garantir uma estrutura regulatória clara, com um mandato reforçado e modernizado;
- Assegurar operações competitivas, aumentando o investimento e a participação privada, tanto ao nível do financiamento como da gestão;
- Promover transparência e eficiência das operações, através da criação de um sistema portuário integrado que ligue todos os *stakeholders* na cadeia de valor em tempo real;
- Realizar um serviço fiável, com níveis de serviço e indicadores operacionais estabelecidos, comunicados e monitorizados e com planos de contingência para a correcção de desvios;
- Simplificar e clarificar procedimentos, eliminando obstáculos burocráticos – principalmente nos procedimentos aduaneiros.

Para tal, reforçaremos a capacidade de regulação e supervisão portuária e marítima, sob a nova a Agência Marítima de Angola. Avaliaremos e optimizaremos ainda a estrutura de governação da agência, de acordo com as melhores práticas e com o contexto local.

O cumprimento integral dos regulamentos internacionais e de outras responsabilidades regulatórias e legislativas portuárias será assegurado. Por exemplo, dois projectos prioritários, a implementar, a curto prazo, incluem a implementação das recomendações da IALA sobre serviços de localização de embarcações (VTS – *Vessel Tracking Services*) e sobre Ajudas à Navegação (AtoN – *Aids to Navigation*). Avaliaremos, também, todas as normas internacionais, legislação marítima, e desenvolveremos nova legislação, normas e procedimentos.



As nossas soluções

As soluções identificadas permitirão aos nossos portos participar e estimular o crescimento económico. Além do fortalecimento da capacidade de regulação e supervisão portuária e marítima, expandiremos a concessão de terminais a privados, continuando a promover o modelo de porto senhorio; maximizaremos a utilização da infra-estrutura actual e avaliaremos cuidadosamente investimentos futuros, atraindo investimento privado para novos projectos; reforçaremos as capacidades dos serviços de busca e salvamento, da gestão e controlo do tráfego marítimo, da construção e recuperação de faróis e farolins, bem como o estreitamento das relações com outras autoridades marítimas para a vigilância da costa marítima e respectiva zona económica exclusiva; fortaleceremos a coordenação regional e sectorial com o ecossistema portuário e aumentaremos as parcerias com privados e sectores produtivos.

Concessionar terminais portuários

A concessão de terminais ao sector privado será objecto de expansão, o que exigirá a reorganização das empresas públicas que actualmente gerem os portos, convertendo-as em gestoras das concessões privadas e transformando estes portos em portos senhorios.

Implementaremos esta mudança em três frentes. A primeira será focada na reorganização com separação da componente de prestação de serviços portuários da gestão da operação e clarificação das obrigações das empresas portuárias. A segunda consiste na simplificação de processos, tornando a prestação de serviços portuários mais ágil, reforçando a capacidade e a qualidade dos serviços digitais para reduzir custos e aumentar a transparência e a fiabilidade do porto. A terceira passará pelo reforço da comunicação, criando canais com potenciais investidores, utilizadores e outros *stakeholders*.

Atrairemos, igualmente, concessionários privados, implementando processos de concessão baseados nas melhores práticas. O universo de parceiros internacionais com quem desejamos cooperar é alargado, pelo que identificaremos e priorizaremos investidores do sector capazes de aportar experiência e tecnologia como parte da sua proposta de valor.

Estes investidores incluem tanto operadores de redes de terminais de grande escala como transportadoras globais interessadas na criação de uma rede de transporte complementar.

Apesar da promoção do modelo de gestão de porto senhorio com operação privada, a autoridade portuária manterá um papel central e implementará uma estratégia holística de gestão de terminais que promova a competitividade e aumente a eficiência dos portos. Neste modelo, a autoridade portuária manter-se-á como administradora dos terrenos e da infra-estrutura do Estado.

A autoridade portuária assegurará um ambiente competitivo nas operações dos terminais, recorrendo a processos adequados de triagem e a contratos de concessão. Após a concessão, as autoridades portuárias devem estabelecer mecanismos adicionais para fomentar a competitividade, tais como acordos de prestação de níveis mínimos de serviço e incentivos *bonus-malus*.

Maximizar o potencial da infra-estrutura

A operação das infra-estruturas existentes será maximizada e avaliaremos criteriosamente todos os novos investimentos com base em projecções de procura e adoptando medidas de viabilidade económica, garantindo o alinhamento com as estratégias nacionais e/ou regionais.



Optimizaremos, também, investimentos actualmente em curso, com a conclusão e operacionalização dos grandes projectos do Porto de Caio e da Barra do Dande e respectivas zonas francas, garantido participação privada no investimento.

Promoveremos, igualmente, o financiamento privado de infra-estruturas portuárias não concessionáveis, recorrendo, nomeadamente, a parcerias público-privadas. O envolvimento do sector privado proporciona novas fontes de financiamento, mas apresenta outras vantagens, como o incremento da eficiência, a alocação adequada de riscos e a alavancagem nas qualidades e *know-how* do sector privado.

Vamos também construir terminais portuários especializados para o transporte de minérios, de forma a permitir um melhor escoamento da produção do sector. Estes terminais serão construídos estrategicamente, assegurando a sua integração nos corredores logísticos nacionais.

Reforçar a integração regional

O reforço da coordenação regional e sectorial com o ecossistema portuário requer a redefinição do posicionamento estratégico face aos portos na região, incluindo a coordenação, logística, definição de preços e exploração de vantagens competitivas. Vários portos de países vizinhos são concorrentes, quer para atracção de carga, quer de investimento estrangeiro. A estratégia portuária aqui definida diferencia Angola face a estes portos vizinhos e permite escolher onde competir e onde cooperar.

Desenvolver o ecossistema portuário

O desenvolvimento de ecossistemas essencialmente privados, que maximizem o valor gerado pelos portos, será incentivado. As opções estratégicas passam, designadamente, pelo aumento da produtividade em actividades específicas, como o transbordo, tornando o porto numa referência regional; aumento da atractividade de Angola, enquanto base para indústrias exportadoras, criando mecanismos para facilitar a fixação das mesmas, tais como zonas económicas especiais; e a redução de barreiras logísticas às cadeias de abastecimento.

A promoção do desenvolvimento do ecossistema privado requer o desbloqueio de barreiras logísticas e um impulso das exportações nacionais, dependendo da proximidade entre os vários agentes económicos e da criação de canais de coordenação com os sectores produtivos na identificação e remoção de barreiras logísticas. Um caso paradigmático é a cooperação entre o Porto de Luanda e a Zona Económica Especial Luanda-Bengo, que será incentivada para impulsionar os negócios e a produtividade e criar emprego.

Criaremos, igualmente, ligações entre portos, ferrovias e parques industriais para aumentar a competitividade da nossa indústria exportadora. Realizaremos a análise de pormenor que nos permitirá aferir a necessidade de construção de ramais de ligação dos parques industriais às principais vias de ligação aos portos.

Desenvolveremos a utilização da cabotagem apenas ao longo das rotas em que se revele uma alternativa real e atractiva aos utilizadores, segundo a estratégia de concessão privada . Embora o transporte por mar seja menos dispendioso do que os meios de transporte alternativos por terra, o recurso ao mesmo terá de ser objecto de ponderação face às complexidades. Concretamente, o recurso à cabotagem apenas será prosseguido quando: o tempo total de trânsito não for particularmente extenso, incluindo o tempo de espera, de armazenamento e os processos burocráticos no porto; o custo total, incluindo o transporte e as taxas, for substancialmente inferior à alternativa terrestre, incluindo os custos dos intermediários; e as rotas terrestres alternativas forem longas ou difíceis de percorrer. A operacionalização do sistema de cabotagem seria iniciada por uma fase piloto no norte, ligando Luanda, Soyo e Cabinda e, seguidamente, uma segunda fase, com ligação ao sul do país.

Presidente da República

Intermodalidade

A nossa visão

A intermodalidade é fundamental tanto no transporte de carga como no de passageiros e engloba todos os meios de transporte, garantindo a interface dos quatro subsectores: Aviação, Ferroviário, Rodoviário e Marítimo. Definimos a visão e as soluções para cada subsector de transporte de forma independente, mas estamos cientes de que o aproveitamento pleno do seu potencial implica a interligação destes sistemas.

A concretização da nossa visão de infra-estrutura e serviços eficientes de transporte intermodal requer intervenção adequada às interfaces no transporte de carga e de passageiros e irá passar pela operacionalização de grandes projectos de nova geração, incluindo a Cidade Aeroportuária de Icolo e Bengo, a dinamização do Corredor de Moçâmedes, Terminal Oceânico e Zona Franca da Barra do Dande e porto e Zona Franca do Caio para a carga, assegurando a ligação terrestre (ferroviária e rodoviária) com os principais pontos de exportação e importação intercontinentais (marítimos e aeroportuários) e a optimização da componente terrestre do transporte, equilibrando a capilaridade (sobretudo assegurada pela rede rodoviária) e a eficiência (garantida pela rede ferroviária). Para os passageiros, serão prioridades os terminais intermodais e um sistema de bilhética integrado que, em conjunto, facilitem a transição entre meios de transportes, o que é especialmente importante nos meios urbanos mais densos. Daremos seguimento ao passo já dado na criação da empresa de bilhética.



As nossas soluções

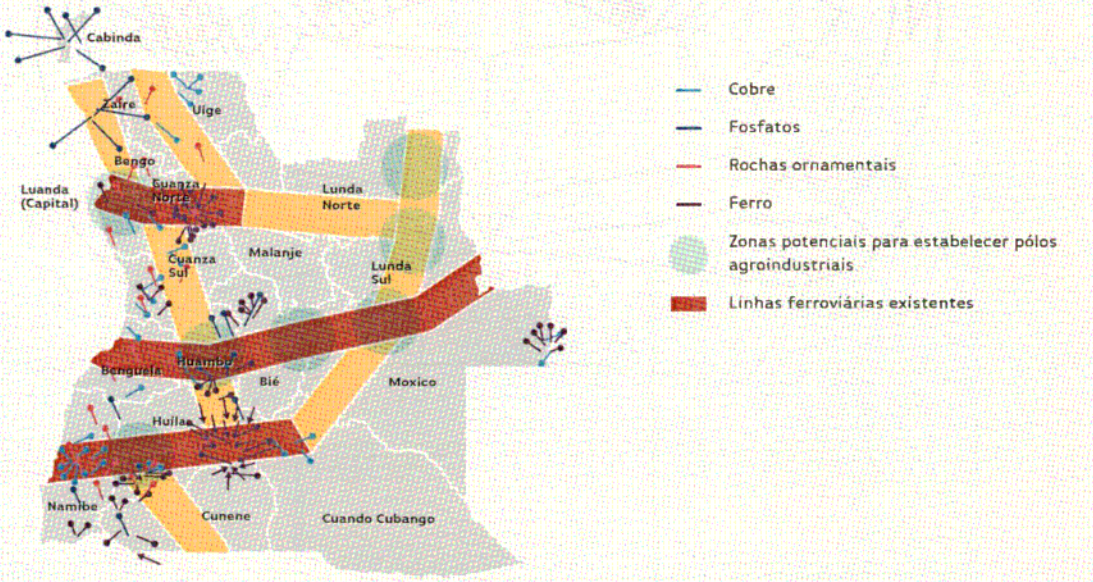
A estratégia para o transporte intermodal de mercadorias tem assim, como prioridades a coordenação da rede rodoviária com todas as alternativas, e o melhor aproveitamento da ligação dos caminhos-de-ferro com os principais portos. O transporte de carga conectará assim, os pontos de saída e entrada no país, de produção e processamento, os centros logísticos e os pontos de venda e consumo, funcionando como potenciador do desenvolvimento económico e facilitador do comércio.

Criar condições para actividade logística eficiente

Para o desenvolvimento eficiente de uma rede intermodal de transporte de carga, que sirva estes propósitos, evitaremos despender recursos em investimentos em vias sobrepostas ou redundantes (p. ex., infra-estruturas rodoviárias e ferroviárias paralelas); incentivaremos o uso do meio mais eficiente em cada situação (p. ex., limitando o transporte de carga acima do limite de tonelagem aceitável para a manutenção de estradas onde existam meios de transporte alternativos mais eficientes; fomentando o desenvolvimento de *hubs* intermodais, por exemplo, plataformas logísticas, que sirvam tanto como ponto de ligação, como de armazenamento. A implementação de plataformas logísticas no Soyo, Luau, Luvu e Malanje está actualmente em curso, e o Plano Director Nacional do Sector dos Transportes prevê a construção de mais dezassete plataformas (Quadro 27), as quais serão objecto de estudo de viabilidade prévios. Ao escolher a localização

Quadro 27

Pólos industriais deverão localizar-se nas zonas com maior oferta de matéria prima para a indústria assim como junto do transporte ferroviário



Fonte: Diagnóstico dos sectores de Agricultura, Recursos Minerais e Indústria; Plano Director do Sector dos Transportes

dos centros de logística, teremos em conta: o acesso a estradas, no caso de produtos frescos; acesso à infra-estrutura ferroviária de ligação aos portos para outros produtos; proximidade dos produtores e dos pontos de fronteira para melhorar a inspecção; proximidade da mão-de-obra disponível; disponibilidade de terrenos acessíveis; e acesso à infra-estrutura de apoio, como energia e água canalizada.

Finalmente, reconheceremos o nosso enorme potencial para o transporte intermodal de carga nos corredores ferroviários ligados aos nossos principais portos. Por exemplo, o Corredor do Lobito e a linha de Moçâmedes deverão potenciar as regiões interiores com potencial agro-industrial e mineiro, ligando-as ao porto do Lobito e Namibe, respectivamente, e o Corredor de Malanje poderia ligar as áreas mineiras da Lunda ao porto de Luanda.

Facilitar o transporte intermodal de passageiros

No caso dos passageiros, as prioridades da intermodalidade passam pela conexão dos principais pontos urbanos, suburbanos e regionais. Aqui, como referido, a fluidez das ligações depende de terminais intermodais e de sistemas de bilhética integrados.

A introdução de terminais constitui um factor-chave para os utilizadores. A curto prazo, poderemos introduzir paragens ou plataformas designadas para táxis e autocarros, contíguas às estações de comboio; a prazo, integraremos o transporte ferroviário na linha de BRT.

Um sistema integrado de emissão de títulos de transporte é a peça final para facilitar o transporte intermodal de passageiros. Serão instalados sistemas de emissão de títulos de transporte para assegurar a adequação de preçários aos fluxos de passageiros (reconhecendo a sua contribuição total para a rede e incentivos a introduzir, como p. ex., menos uso de viaturas de baixa lotação) e simplificando a utilização pelos passageiros (p. ex., com sistemas de passes mensais ou semanais e a integração com sistemas de pagamento como o *mobile money*).

As nossas prioridades imediatas até 2027 (médio-prazo)

A visão do Sector em matéria de Subsector Terrestre:

Domínio Ferroviário:

- **Reactivar o Corredor do Lobito,** como factor de integração económica regional, na sequência da conclusão da Concessão ao consórcio privado;
- **Promover e atrair investimento para a extensão dos corredores ferroviários e a interligação das linhas férreas nos troços:** Malanje-Saurimo, Saurimo-Luena, assim como a ligação ferroviária (ramal) CFB-Zâmbia;
- **Concluir a ligação ferroviária para o AIAAN e concluir a construção das 5 novas estações Ferroviárias no troço Luanda/AIAAN;**
- **Expandir a Bilhética Ferroviária nos Caminhos de Ferro de Luanda,** Benguela e Moçamedes;
- **Concluir o projecto de reabilitação da linha do CFL (Zenza-Cacuso);**
- **Iniciar a Iª fase do Projecto Metro de Superfície de Luanda (MSL) com parceiro e financiamento privado;**
- **Concluir o processo de concessão dos caminhos-de-ferro de Luanda e Moçâmedes (CFL e CFM respectivamente),** com foco no aumento do volume de carga transportada e dinamizar o Corredor do Lobito como factor de integração económica regional;

Domínio Rodoviário:

- **Reforçar a função regulatória e de supervisão de forma transversal;**
- **Continuar a digitalização do sector através** da expanção da ENBI para todo o território nacional e implementação do SITRAGO (Controlo transfronteiriço);
- **Reforçar a descentralização e operacionalização dos serviços públicos de transporte urbano e suburbano,** estimulando a competitividade entre os operadores;
- **Dinamização da concessão** para a construção e gestão de Terminais Rodoviários Interprovinciais de Passageiros;

No Subsector da Aviação Civil:

- **Reforçar a regulação e supervisão,** por via da adequada transição do INAVIC (Instituto Nacional de Aviação Civil) para a ANAC (Autoridade Nacional da Aviação Civil), enquanto entidade administrativa independente; implementar as medidas que visam a superação das não conformidades, no âmbito das auditorias da ICAO (Organização da Aviação Civil Internacional)
- **Definir a estratégia de serviço público**
- **Assegurar a implementação efectiva da Estratégia Global para a Gestão Aeroportuária,** tendo em conta a extensão do nosso país, materializando a abertura do capital da SGA, SA (Sociedade de Gestão de Aeroportos) a entidades privadas de reputação internacional reconhecida, a pequenos investidores e aos trabalhadores;
- **Dinamizar a rede de aeroportos secundários e aeródromos,** por via de concessões a privados e gestão das administrações locais;
- **Concluir a implementação do PMSANA** (Programa de Modernização do Sistema Auxiliar a Navegação Aérea).

As nossas prioridades imediatas até 2027 (médio-prazo)

No Subsector Marítimo-Portuário:

- **Completar o processo de concessões dos terminais portuários a privados;**
- **Concluir a construção do Terminal de Águas Profundas do Caio,** do Porto de Cabinda;
- **Concluir o projecto de Desenvolvimento da Baía de Moçâmedes (Requalificação da Baía de Moçâmedes,** expansão do Porto do Namibe e reabilitação do Terminal Mineraleiro do Sacomar);

No Subsector Intermodal e Logístico:

- **Infraestruturar e concessionar Plataformas Logísticas financiadas por investimento privado ou Parcerias Público-Privadas (PPP), de acordo com a sua prioridade e estado de desenvolvimento:** em construção (Soyo - Zaire, Luvo - Zaire, Luau – Moxico), em preparação do concurso público (Lombe - Malanje, Caala – Huambo e Arimba – Huíla), plataformas prioritárias para o Corredor do Lobito (Kunge – Bié, Luana – Moxico) e outras (Menongue - Cuando Cubango, Yema - Cabinda, Tchicolondo - Lunda Norte, Cunhinga - Bié, Dinge - Cabinda). Garantir o cumprimento das atribuições relacionadas com a regulação, supervisão e fiscalização das actividades logísticas e tráfego internacional de mercadorias;
- **Dinamização do Sistema Integrado da Logística Rural (SILR),** em coordenação com o MINDCOM, MEP, MINAGRIP, MINOPUH, com vista à consolidação da distribuição de carga em pontos intermédios de armazenagem e posterior integração nos fluxos da RNPL, com particular incidência para a exportação de frutas, hortícolas e leguminosas;



2050

7.4 Habitação

Habitação acessível e digna para todos os cidadãos residentes em Angola


Metas principais
2022*
2030
2050
Défice habitacional
(percentagem de agregados familiares)
32%
31%
23%
População urbana a viver em assentamentos informais
(percentagem da população urbana)
49%
42%
33%
Títulos de propriedade para uso habitacional
(percentagem do total de propriedades para uso habitacional)
10%
74%
77%
*2022 ou ano mais recente disponível

A nossa visão

Até 2050, o número de agregados familiares que dispõem de habitação acessível e digna será significativamente maior, com acesso a serviços básicos – incluindo água, saneamento e electricidade -, tanto em áreas urbanas como rurais. A habitação estará disponível e acessível, em virtude de um sector eficiente e capaz de reconciliar a oferta e a procura.
Para concretizar a nossa visão, vamos aumentar a produção de habitação acessível, ajustando os custos de construção à capacidade local, e melhorar o acesso ao financiamento habitacional. Vamos continuar a formalizar o mercado habitacional, aumentando o número de títulos de propriedade para uso habitacional e reduzindo as construções informais.

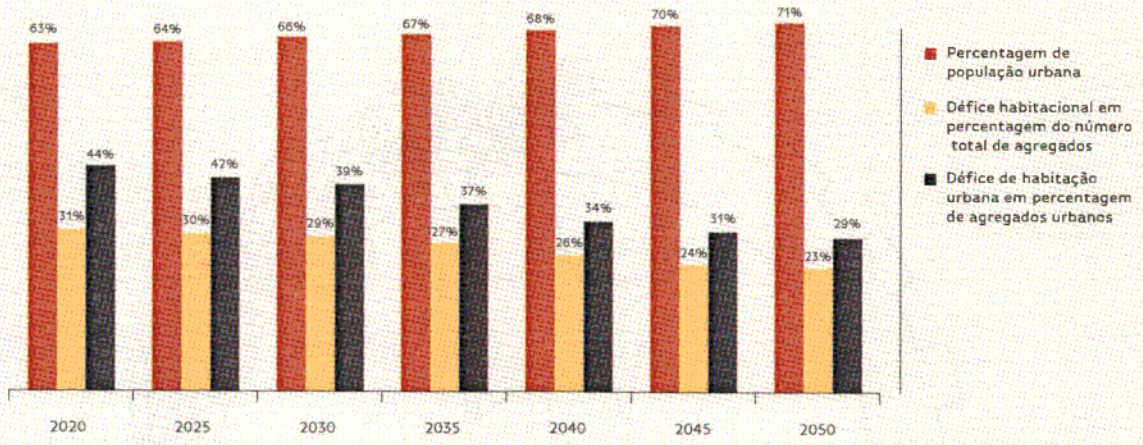
A nossa visão global consiste em reduzir o défice habitacional no contexto do crescimento populacional. Apesar do aumento significativo previsto para a população urbana, vamos controlar o défice habitacional e diminuir a percentagem de agregados familiares sem acesso a uma habitação acessível e digna (Quadro 28).

Vamos reduzir a percentagem da população urbana que vive em assentamentos informais – dos actuais 49 para 33% até 2050 – adoptando processos eficazes de planeamento e desenvolvimento urbano. Os esforços anteriores de reconversão de assentamentos informais têm sido limitados devido ao crescimento urbano desordenado, mas estamos comprometidos em ultrapassar este desafio com recurso a intervenções mais consistentes.



Quadro 28

Taxa de urbanização prevista e défice habitacional 2020-2050



Uma das nossas principais ambições é formalizar o sector da habitação, regularizando a propriedade horizontal e reduzindo a construção informal e a expansão descontrolada de assentamentos informais. A formalização abrange, tanto a gestão fundiária, como o modelo de governação e é um factor-chave para garantir um mercado de financiamento habitacional saudável e eficiente.

O desenvolvimento do sector da habitação potenciará significativamente a melhoria do fornecimento de serviços básicos, incluindo o acesso a água potável, a saneamento básico e a electricidade, tanto em áreas urbanas como em áreas rurais, conforme medidas específicas descritas nos capítulos dos recursos hídricos e da energia.



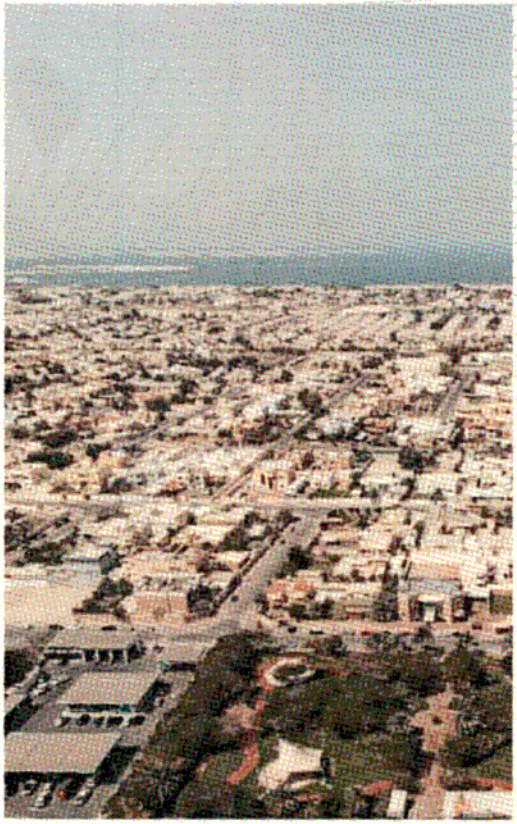

Outras metas
2030
2050
Número de novas habitações (milhares)
1.360
6.667
Investimento acumulado[1], incluindo infra-estrutura habitacional (mil milhões de USD)
40
206
Investimento anual[2] (percentagem do PIB)
3,5%
3,7%
[1] Essencialmente em áreas urbanas
2050

As nossas soluções

Para alcançar a nossa ambição de melhorar a qualidade das condições de vida e promover o desenvolvimento económico, a estratégia para o sector da habitação é orientada pelos seguintes princípios:

- Reconhecimento da natureza multidimensional dos desafios e das soluções necessárias para o desenvolvimento do sector e da necessidade de integração da política habitacional com outras políticas sociais, económicas e ambientais – em especial, com as políticas de ordenamento e desenvolvimento do território e de combate à pobreza;
- Foco no desenvolvimento do mercado imobiliário, utilizando uma combinação de instrumentos que impulsionam a diversidade da oferta e apoiam a procura;
- Reconhecimento do papel do Estado na criação de condições para estimular o sector da habitação e na mobilização de agentes privados que possam gerar e estimular mercados de oferta e procura;
- Activação de um modelo de produção habitacional que inclui o envolvimento de vários agentes e a combinação do papel do Estado com o envolvimento efectivo das famílias e dos promotores privados;
- Diversificação, em larga escala, dos recursos financeiros públicos, incluindo a criação de novos instrumentos financeiros para alavancar o investimento sustentável dos agregados familiares e dos promotores privados;
- Reconhecimento do papel crucial que o crédito desempenha na compra de habitação e criação das condições e mecanismos para o respectivo desenvolvimento;
- Oferta de uma variedade de oportunidades de acesso à habitação, ajustada à diversidade da procura, tanto social como geograficamente;
- Implementação de um quadro público e institucional racional, coordenado e competente, com ferramentas avançadas para a gestão estratégica e operacional e para monitorização e controlo;
- Inserção da política habitacional numa política de cidade inclusiva, sustentável e competitiva, com enfoque nas comunidades locais.

Para materializar a nossa visão de habitação disponível, acessível e condigna, definimos sete conjuntos de soluções enquadradas no ordenamento do território e urbanismo, no direito fundiário e na habitação. Em relação ao ordenamento do território e urbanismo, vamos reforçar e descentralizar o planeamento territorial e a gestão urbana e reduzir o défice de infra-estruturação urbana do país. Vamos melhorar o sistema de gestão fundiária e promover e acelerar a regularização do direito de posse de habitação e o registo predial. Vamos aumentar a produção de habitação condigna e acessível, requalificar os assentamentos informais e os musseques e melhorar as condições de vida nas áreas rurais. Também vamos melhorar o acesso ao financiamento habitacional.



Reforçar e descentralizar o planeamento territorial e a gestão urbana

O planeamento urbano eficaz e o controlo da expansão urbana são factores-chave para evitar o agravamento do défice habitacional. Vamos reforçar e descentralizar o planeamento territorial e a gestão urbana e apoiar a capacidade de gestão urbana local ao nível dos municípios e das comunas, nomeadamente para ajudar a lidar com a pressão do crescimento urbano. Vamos criar condições para que as autoridades locais tenham as competências e os recursos necessários para gerir os próprios territórios e dar às autoridades locais o papel central e a responsabilidade em todos os processos relacionados com o desenvolvimento da habitação.Para tal, vamos garantir que as administrações municipais recebem formação para trabalhar dentro dos paradigmas do planeamento territorial e que dispõem dos recursos necessários para o desenvolvimento local de planos e esquemas municipais.

Como em muitos países africanos, a configuração actual das nossas cidades mostra uma falta de planeamento estratégico e uma gestão urbana ineficaz – as cidades estão divididas entre espaços formais e informais, rodeadas por extensas áreas periurbanas de baixa densidade, que estão desordenadas, devido a um crescimento urbano muito rápido. Assim, vamos orientar o processo de urbanização e configurá-lo de acordo com uma visão estratégica definida e articulada com as estratégias de desenvolvimento local e municipal.

Com prioridade, vamos rever o quadro jurídico do ordenamento do território, preparar as orientações técnicas e rever o programa Centralidades - que cria novas áreas residenciais em torno das maiores cidades -, de modo a reforçar a função económica destas áreas urbanas.

Simultaneamente, e continuando até 2050, iremos disponibilizar áreas de expansão urbana e reforçar a capacidade das administrações locais para as gerirem.

O nosso objectivo de ordenamento do território integrado e inclusivo consiste em assegurar a funcionalidade social e económica das áreas de expansão urbana. Uma abordagem integrada envolve a integração espacial de diferentes usos e diferentes grupos socioeconómicos e, sobretudo, a perspectiva de que o desenvolvimento físico deve ser parte de uma estratégia mais ampla de desenvolvimento socioeconómico, visando a erradicação da pobreza.

O nosso objectivo para uma regulamentação eficaz do uso do solo é estipular os limites aceitáveis de urbanização e de eficácia da infra-estrutura. Consequentemente, a nossa abordagem consistirá em desenvolver um quadro normativo com orientações técnicas que regulem o uso do solo, à luz dos objectivos de desenvolvimento estabelecidos para o país, em linha com a Nova Agenda Urbana, e com o Objectivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 11, visando cidades e comunidades sustentáveis. Vamos assegurar o cumprimento dos instrumentos de planeamento urbano, prevenindo as ocupações informais. Orientaremos os nossos esforços de expansão urbana para reduzir o risco de desastres naturais em áreas urbanas; para tal, vamos incluir a prevenção de riscos ambientais nas ferramentas de planeamento territorial e urbano e protegeremos ou realojaremos comunidades que estejam em risco iminente, por exemplo, de inundações ou deslizamentos de terra.

Reduzir o défice infra-estrutural

Estabeleceremos prioridades e adoptaremos processos de urbanização mais eficazes, incentivando a infra-estruturação prévia à ocupação ou em paralelo com esta. O desenvolvimento infra-estrutural é uma componente crucial da urbanização, pelo que a construção em novas áreas de expansão deve ser precedida de um esquema básico da ocupação dos terrenos e os níveis de serviço devem ser implementados gradualmente.

Vamos preparar um programa prioritário de infra-estruturas a implementar a médio prazo e produzir um guia de apoio à infra-estruturação urbana para os municípios.

O fornecimento de infra-estruturas constitui uma oportunidade económica com vários benefícios comprovados – contribui para a economia e é um meio importante para a criação de emprego e desenvolvimento de negócios locais.

Vamos adoptar dois processos paralelos para reduzir o défice de infra-estrutura urbana. Em primeiro lugar, vamos definir prioridades para as áreas que carecem de infra-estruturas, com base em análises multicritério. As prioridades de implementação serão baseadas em critérios sócio-demográficos, de saúde pública, financeiros e de governação, bem como no grau de dificuldade na instalação das infra-estruturas. Em segundo lugar, vamos definir os níveis de serviço para novas áreas a urbanizar (incluindo redes de abastecimento de água e de drenagem de esgotos, redes eléctrica e de telecomunicações, redes de recolha, deposição e tratamento de resíduos sólidos urbanos, bem como arranjo de espaços públicos e estruturas verdes), identificando o nível mínimo de infra-estrutura a instalar em cada fase do processo de urbanização.

Melhorar o sistema de gestão fundiária

Um sistema eficaz de gestão fundiária é essencial para atrair investimentos imobiliários e garantir o funcionamento eficiente do mercado habitacional. Os nossos objectivos para melhorar o sistema de gestão predial incluem a garantia do direito de posse e transmissão de habitação, reduzir a informalidade no mercado habitacional e reduzir o risco de crédito bancário para incentivar o acesso ao financiamento.

As nossas acções a curto prazo consistem em reforçar o registo civil universal e simplificar, modernizar e descentralizar o sistema de registo de propriedade predial; para tal, temos vindo a aprovar legislação relevante -, incluindo o Regime Jurídico do Cadastro Predial e as regras sobre a inscrição, avaliação e reavaliação de imóveis – e já iniciámos um processo de massificação do Registo Predial, no âmbito do qual iremos cadastrar mais de três milhões de imóveis, até 2026.

Parte deste esforço será orientado para os assentamentos informais, áreas nas quais implementaremos um programa acelerado de regularização da posse e ocupação predial.

Seguindo a abordagem emergente na África Subsaariana, relativa à gestão fundiária eficaz, este programa deve incluir os seguintes elementos: educação comunitária sobre participação e formalização (civil e predial); institucionalização da irrefutabilidade dos títulos de propriedade; definição e atribuição de direitos individuais e colectivos; levantamentos, em larga escala, de limites de terrenos e classificação do uso do solo; participação pública no planeamento do uso do solo; ajustamento de delimitações, vedações, muros e edifícios; e registo dos direitos de propriedade, através de um cadastro predial integrado e formal.

Aumentar a produção de habitações adequadas e acessíveis

Nas áreas urbanas, a construção de nova habitação é crucial para reduzir o défice habitacional urbano existente e para lidar com o crescimento urbano futuro. Vamos, portanto, construir rapidamente, em larga escala e a um custo reduzido, apoiando a auto-construção e outros métodos de redução de custos.

A redução dos custos de construção é essencial para fornecer habitação acessível a todos os grupos populacionais. A habitação construída pelos próprios (auto-construção) será fortemente incentivada com apoio e incentivos governamentais para acesso a materiais de construção, apoio técnico e a aplicação de normas de construção, visando a redução destes custos, com a mobilização do sector privado e o envolvimento das comunidades.

Vamos seleccionar parceiros competentes e estabelecer parcerias mutuamente benéficas, criando mecanismos para impulsionar a eficiência, a responsabilidade e a qualidade das intervenções. O Estado não assumirá a responsabilidade exclusiva pela implementação de projectos habitacionais, mas será o principal responsável por promover e incentivar, regular e supervisionar e assegurar que as condições são cumpridas, para permitir acesso aos grupos sociais com um rendimento reduzido. Recentemente, introduzimos alterações ao regime

geral de acesso e uso das habitações construídas com fundos públicos, para clarificar as competências dos órgãos da Administração Local do Estado que intervêm no processo de acesso e distribuição destas habitações.

Vamos encontrar formas de reduzir os custos de construção e os prazos de entrega. O tempo ideal de construção será definido contratualmente em cada caso, para evitar falsas expectativas. A industrialização da construção pode trazer vantagens do ponto de vista do desenvolvimento da cadeia de valor e da promoção de pequenas e médias empresas (PME) e de trabalho intensivo semiqualificado.

Os métodos de construção industrializados podem reduzir o custo da habitação em 30% e reduzir o tempo em 45%. Também apoiaremos tecnologias novas e alternativas de construção com resultados comprovados, tais como a impressão em 3D, cujos primeiros ensaios já começaram no nosso País. A substituição de importações pela produção local de materiais, bem como o reaproveitamento de desperdícios podem reduzir ainda mais os custos. Vamos promover a adopção de métodos comprovados de gestão de processos e operações e a capacitação técnica do pessoal envolvido em todas as etapas da cadeia de construção.

A auto-construção sem regulamentação dá origem a povoamentos mal localizados, com habitação de má qualidade, sem infra-estruturas, sem segurança e sem registo de propriedade. Para promover a construção rápida e acessível de habitações, a maioria das novas habitações pode ser obtida através da auto-construção dirigida ou assistida. Apoiaremos programas de auto-construção em cooperação com Organizações da Sociedade Civil (OSC) capazes de conceber programas de apoio que gerem interesse ou procura reais, em linha com as melhores práticas. Os programas e processos de auto-construção devem cumprir os seguintes requisitos: seleccionar agregados familiares vulneráveis com necessidade de habitação; assegurar o fornecimento de terrenos planeados e infra-estruturados pelos municípios; desenvolver regulamentos de construção que garantam qualidade e segurança, com um custo reduzido; assistência técnica e logística por entidades públicas durante o processo de construção; capacitação dos (auto) construtores com formação e supervisão no local; e apoio financeiro para aquisição ou fornecimento de materiais a um preço acessível.



Reconverter assentamentos informais

Iremos requalificar as áreas periurbanas e os assentamentos informais para melhorar as condições de vida e proporcionar oportunidades económicas para os residentes locais. A requalificação dos assentamentos informais será uma prioridade em todas as grandes cidades, e terá lugar através da participação activa das comunidades e da sociedade civil.

Vamos criar uma base de conhecimento aplicado para a requalificação de assentamentos informais e desenvolver um programa-quadro de requalificação urbana integrada, a implementar ao longo dos próximos 30 anos. Vamos implementar projectos de requalificação destinados a áreas degradadas e assentamentos informais nas grandes cidades a médio prazo, e em cidades secundárias a longo prazo. Promoveremos, também, a capacitação de instituições provinciais e municipais para a implementação destes projectos.

Melhorar as condições de vida das pessoas que vivem em assentamentos informais e musseques também requer a criação de oportunidades para aumentar o rendimento das mesmas e para regularizar a situação de habitação informal em que se encontram. Vamos criar um mercado imobiliário acessível à população mais vulnerável, que tem os rendimentos mais reduzidos, para evitar o fluxo contínuo de população para os musseques e o crescimento de assentamentos informais. Adicionalmente, vamos garantir a participação das comunidades nestas intervenções, desde a fase de planeamento até à construção, para alinhar a oferta, e vamos criar incentivos à formalização. A participação da comunidade e a integração de intervenções físicas e socioeconómicas será fundamental para o sucesso da requalificação dos assentamentos informais.

Melhorar as condições de vida nas áreas rurais

A melhoria da habitação nas áreas rurais não pode ser separada de uma abordagem integrada ao desenvolvimento rural. Assim, vamos melhorar as condições de habitação nas áreas rurais, promovendo a construção de aldeias e assentamentos rurais mais funcionais. Vamos operacionalizar as agro-vilas, conforme previsto no actual Programa Nacional de Urbanismo e Habitação. Vamos, também, elaborar planos de ordenamento rural, conforme se verifique a sua necessidade.

Vamos desenvolver e implementar um programa integrado de apoio à melhoria das condições de vida das comunidades rurais. Envolveremos os municípios, as comunas e as comunidades rurais na definição do modelo habitacional mais adequado e vamos estruturar e equipar as povoações rurais para formar redes de povoamento equilibradas, funcionais e sustentáveis.

Vamos ainda envolver a população local na construção de infra-estruturas e habitação, tendo por base projectos-modelo adaptáveis a cada contexto territorial. Neste âmbito, vamos apoiar a auto-construção – pelo menos 90% das necessidades habitacionais nas áreas rurais podem ser supridas desta forma.



Forneceremos formação e apoio técnico para melhorar a qualidade da habitação rural, contribuindo assim, também, para a formação de trabalhadores não-agrícolas e para a criação de PME locais. Apoiaremos a inovação em materiais e tecnologias, combinando elementos tradicionais locais e convencionais que aumentam a resiliência e a durabilidade da habitação, enquanto minimizam os impactos negativos na saúde – incluindo a prevenção da entrada de mosquitos e moscas, e proporcionando ventilação e iluminação. Apoiaremos, especialmente, a produção de materiais resilientes locais que reduzam o custo da construção e que contribuam para o desenvolvimento da produção local, do sector empresarial local e para a criação de emprego.

Serão estabelecidos mecanismos para fornecer apoio financeiro e assistência técnica, utilizando parcerias público-privadas (PPP) em conjunto com subsídios estatais, doações de instituições humanitárias, receitas comunitárias e outras fontes.

Melhorar o acesso ao financiamento habitacional

O nosso objectivo é criar um mercado de financiamento habitacional ágil e interligado para melhorar o acesso à habitação. Embora reconheçamos a posição central do Estado em garantir habitação suficiente e acessível, evitaremos sobrecarregá-lo, diversificando as fontes de financiamento público e, ao mesmo tempo, estimulando o mercado e os agentes privados, através da reorientação de mecanismos institucionais e fiscais. Planeamos estimular um mercado imobiliário atractivo para os agentes privados e disponibilizar soluções para a população insolvente.

A nossa política de financiamento habitacional consistirá na utilização dos recursos públicos limitados de que dispomos para alavancar o financiamento habitacional privado e incentivar o mercado de arrendamento, recorrendo a ferramentas que vão desde medidas para atrair investimento de capital até mecanismos de micro-crédito e sistemas de garantia hipotecária. Esta abordagem público-privada será concebida de modo a permitir a criação de diferentes soluções habitacionais, adequadas aos vários grupos populacionais, desde os mais vulneráveis, aos



agregados familiares economicamente activos mas sem acesso ao crédito comercial aos que têm rendimentos elevados. O desenvolvimento de um mercado hipotecário exigirá uma forte intervenção pública, a começar pela criação das condições institucionais básicas para o acesso da população ao crédito bancário – incluindo a promoção do registo civil universal e a melhoria do registo predial –, seguida da expansão dos mecanismos de crédito e dos sistemas de garantia e da gestão do risco sistémico.

Vamos criar um quadro legal que vise a diversificação dos recursos públicos, desenvolver e implementar um programa catalisador de investimentos em habitação, e dinamizar um mercado de crédito de habitação. Vamos organizar o sistema de financiamento habitacional, constituindo um instrumento financeiro de fomento da habitação, criar mecanismos específicos de apoio à auto-construção e simplificar o mercado de arrendamento acessível.

Diversificar o financiamento público

Vamos considerar várias opções para diversificar as nossas fontes de financiamento público. Uma das vias poderá ser a criação de taxas e impostos específicos consignados à habitação. Uma outra será a mobilização, por parte do Estado, da poupança colectiva, como as pensões, para operações habitacionais. Poderemos também assegurar que os activos imobiliários são avaliados de forma adequada: a concessão de terrenos para construção, por exemplo, deve ter em conta as mais-valias geradas pelo uso a que se destina, devendo o Estado apropriar-se, através de um preço de concessão ou de taxas de urbanização adequados, da parte das mais-valias resultante da acção das autoridades públicas.

Desenvolver soluções adaptadas aos diferentes estratos da sociedade

Além de diversificar o financiamento público, desenvolveremos instrumentos adaptados às necessidades e aos recursos de cada estrato da população. Enquanto os grupos com mais rendimento poderão auto-financiar as respectivas aquisições e a classe média terá acesso ao crédito, as famílias economicamente activas, mas sem acesso ao crédito comercial, dependerão do micro-crédito, de pequenos empréstimos para construção, de poupanças familiares e de subsídios ou garantias do Estado. Os agregados familiares mais vulneráveis dependerão da auto-construção apoiada por subsídios estatais.

Organizar o mercado de crédito

Organizaremos o mercado de crédito e estimularemos a oferta de crédito privado. Vamos reorganizar os fundos públicos e privados para criar um instrumento financeiro de fomento habitacional. Vamos desenvolver mecanismos de poupança dos agregados familiares para estimular a acumulação de poupança por parte das famílias mais vulneráveis. Criaremos linhas específicas de crédito bancário com risco partilhado, para que cooperativas habitacionais e empresas possam produzir habitação a custos moderados. Reduziremos as taxas de juro para garantia de risco ou financiamento em parceria.

Para tornar o crédito imobiliário mais acessível, vamos trabalhar com os bancos comerciais, de forma a garantir um acesso alargado ao crédito; já iniciámos a implementação dessa abordagem com a publicação de regimes especiais de crédito à habitação e de crédito à construção. Além disso, criaremos as condições básicas para o desenvolvimento do crédito à habitação, por meio da expansão da oferta de crédito – por exemplo, através de fundos de empréstimo, mecanismos de liquidez, títulos hipotecários e seguros de crédito – e através do desenvolvimento de um mecanismo de garantia de crédito à habitação para as famílias com rendimentos mais reduzidos.

Expandir e apoiar o micro-crédito

Vamos expandir o papel das instituições de micro-crédito, permitindo-lhes desempenhar uma função mais alargada no financiamento do sector da habitação, possivelmente com linhas específicas e partilhadas de crédito de risco. Apoiaremos as instituições na concepção das respectivas ofertas para reduzir o risco de crédito através de uma melhor adequação às necessidades da sociedade e dos agregados familiares – por exemplo, recorrendo a sucessivos micro-empréstimos reembolsáveis à medida que os mutuários melhoram ou expandem a habitação. Vamos considerar um subsídio parcial do Estado como um catalisador para desbloquear os recursos próprios das pessoas.

Vamos, igualmente, tomar medidas para aumentar o valor do micro-financiamento, através do reforço dos recursos disponíveis das instituições de micro-finanças (IMF), apoiando a capacitação das IMF, reforçando as parcerias entre entidades públicas e IMF e estimulando a organização e o trabalho em rede entre as IMF.

Dinamizar o mercado de arrendamento acessível

Criaremos um ambiente propício para ajudar a desenvolver o mercado de arrendamento através de regulação, política fiscal e quadro jurídico, que apoie os agentes privados que geram oferta de arrendamento.

Para tal, vamos trazer para o mercado formal o potencial do arrendamento informal, através do apoio à requalificação das habitações existentes passíveis de serem arrendadas, do desenvolvimento de regulação necessária para proteger inquilinos e senhorios e da criação de incentivos que permitam aumentar a procura formal por parte dos grupos de baixo rendimento. Apoiaremos também a qualificação dos senhorios e a formalização do arrendamento informal praticado.

Vamos enfatizar igualmente o papel dos pequenos senhorios, apoiando a construção de uma segunda (eventualmente terceira) habitação para arrendar a rendas moderadas.

Desenvolveremos mecanismos para apoiar a canalização de recursos do mercado de capitais para investimentos imobiliários de arrendamento e instrumentos para partilha de risco, visando parcerias com investidores privados e entidades financiadoras de construção de habitação a preços acessíveis, destinadas a arrendamento ou renda resolúvel.

Atrair capital privado

Vamos atrair capital privado e incentivar o investimento para promover o desenvolvimento da habitação. Vamos estruturar projectos habitacionais em PPP entre o Estado, construtores de habitação e bancos. Considerando a elevada taxa de incumprimento no País, enfatizaremos a função central do Estado nestes acordos tripartidos, trabalharemos para reduzir o risco e para aumentar a taxa de sucesso dos agentes privados. Vamos desenvolver novos instrumentos de investimento em habitação, organizando o sistema financeiro associado em conformidade. As PPP são particularmente eficazes quando o mercado é frágil e pouco desenvolvido e quando o Estado pode fornecer os terrenos para construção. Nestas parcerias, o Governo manterá um papel proactivo e de controlo, partilhando simultaneamente responsabilidades e riscos. As PPP para o desenvolvimento de habitação exigem uma distribuição adequada do risco, um enquadramento contratual adequado, uma abordagem rigorosa e metódica para a selecção de parceiros, a salvaguarda do interesse público e provisões para operações correntes e gestão. Vamos avaliar rigorosamente a adequação dos parceiros antes de entrarmos em qualquer tipo de acordo de PPP, seja como facilitador, financiador, parceiro ou cliente.



VIII. Uma economia diversificada e próspera

O principal objectivo para a economia angolana é a geração de riqueza – tanto em termos absolutos, como per capita – de forma sustentável, transversal e inclusiva, beneficiando toda a população do País. O aumento substancial da produtividade média dos angolanos é crítico para atingir este crescimento.

Alcançar este objectivo implica reconhecer, à partida, a magnitude do efeito do crescimento populacional previsto para as próximas três décadas, que teremos de converter num real "dividendo demográfico", (evitando, por oposição, ser uma potencial fonte de tensão). De facto, o crescimento populacional até 2050 resultará num País com, pelo menos, 68 milhões de habitantes. Este crescimento induzirá uma grande oportunidade para o aumento da riqueza gerada, ainda que o seu impacto em áreas já hoje críticas como a criação de empregos ou os sistemas de ensino e de saúde tenha de ser cuidadosamente gerido.

Adicionalmente, Angola enfrentará, durante este período, um enorme entrave económico: a redução gradual do PIB petrolífero, em valor absoluto, e sobretudo da sua componente per capita, obrigará os restantes sectores a produzir ainda mais, para que a riqueza per capita não entre em queda. Tornar-se-á imperativo maximizar as nossas oportunidades imediatas no sector do petróleo e do gás, aumentando a eficiência e a atractividade para os investidores, de forma a apoiar a transição de Angola para uma economia mais diversificada e resiliente.

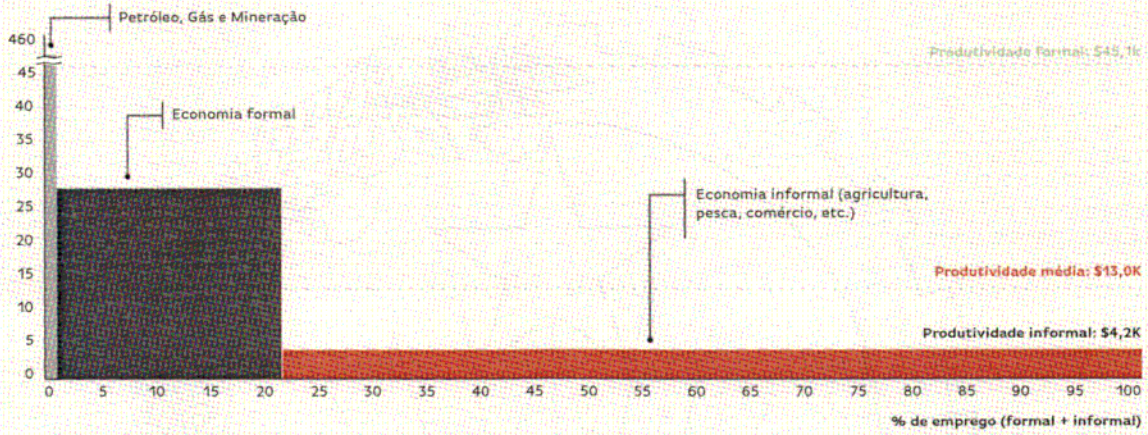
Apesar destes desafios, estabelecemos o objectivo ambicioso de igualar a taxa de crescimento per capita prevista para o resto da África Subsaariana nos próximos 30 anos – 0,6% de taxa anual de crescimento composta do PIB real per capita. O cumprimento deste desiderato permitirá elevar o nosso PIB per capita projectado de aproximadamente 3.600 USD em 2022, para cerca de 4.200 USD em 2050, sendo mais de 4.000 USD PIB não petrolífero. Isto implica que a economia angolana irá crescer a um ritmo de 3,2% ao ano (4,4% a economia não petrolífera), ultrapassando os 286 mil milhões de USD de 2022, em valores reais em 2050.

A fim de alcançar este objectivo, a estratégia não poderá consistir simplesmente em aumentar a produtividade das pessoas e das empresas na actual economia formal. Muito importante será aumentar a produtividade e a criação de emprego na população com menor rendimento e que opera sobretudo na economia informal (aproximadamente 70% a 80% da população empregada opera hoje na economia informal) (Quadro 29).

Quadro 29

Produtividade laboral - contribuição para o PIB por trabalhador em cada área de actividade

2018, $ Milhares



Para uma população urbana habituada a um cenário de convergência acelerada com países de renda média/alta, esta visão poderá parecer menos ambiciosa. No entanto, para toda a restante população rural e suburbana que se depara, ainda hoje, com níveis de geração de riqueza muito reduzidos e problemas enormes de desemprego, o modelo proposto é um enorme sinal de esperança, e que permitirá a Angola dar passos seguros no caminho do desenvolvimento económico e social, de forma inclusiva e menos assimétrica.

Como referido, será também necessário empreender um processo acelerado de diversificação económica. Empreender esse caminho exigirá um investimento total cumulativo de mais de 850 mil milhões de dólares de investimento no sector não petrolífero durante os próximos 30 anos – o que excede em muito o conseguido nos últimos 20 anos, e um investimento total de cerca de 1.000 mil milhões de dólares.

Globalmente, a Estratégia de Longo Prazo – Angola 2050 propõe um novo modelo económico alinhado com a estratégia recente tomada pelo Executivo:

- Alavancando nas vantagens competitivas do País, decorrentes dos recursos naturais (geológicos e nos sectores associados à agricultura, pecuária e pescas) e potenciador de indústrias exportadoras e na competitividade da mão-de-obra, potenciadora do investimento em indústrias intensivas em mão-de-obra nas cadeias produtivas a jusante dos recursos naturais; e potenciando um elevado nível de procura interna, que permita uma aposta em indústrias de substituição de importações, em que a produção local seja competitiva;
- Fomentando investimento estrangeiro para colmatar a necessidade de investimento privado, permitir partilha de conhecimento e reduzir a presença do Estado na economia, reforçando a abertura do País ao mundo e aos negócios; e
- Apostando num aumento da produtividade e emprego da grande massa de população com menores rendimentos, exigindo a adopção de novas estratégias para sectores de alta empregabilidade, como a agricultura familiar, a indústria baseada em mão-de-obra competitiva ou a qualidade da educação. Uma estratégia económica e um modelo de planeamento para o futuro não podem ser uma mera soma das nossas aspirações – é imperativo uma visão e actuação coordenada e consistente.

A visão Angola 2050 afirma-se como um exercício realista e quantificado, que toma em consideração estas legítimas aspirações, mas também as opções reais que se abrem ao País, tendo presente o contexto económico actual e o quadro global de concorrência em que se insere.

Acreditamos profundamente que o modelo económico proposto permitirá a Angola gerar o nível de riqueza ambicionado para todos. E com isso, sustentar o imprescindível desenvolvimento humano e social que os angolanos merecem.



8.1 Recursos minerais

Um sector mineiro diversificado


Metas principais
2022*
2030
2050
Contribuição do sector mineiro para o PIB
(mil milhões de USD)
1,6
2,4
6,5
Contribuição do sector mineiro para o PIB
(percentagem do total)
1,3%
1,5%
2,3%
*2022 ou ano mais recente disponível

A nossa visão

A nossa visão para as próximas décadas no sector da extracção mineira é tornar o sector mais diversificado, potenciando – via atracção de investimento em larga escala – o desenvolvimento das múltiplas cadeias de valor de minerais. Este desiderato será alcançado garantindo a exploração dos recursos de forma sustentável, através da valorização dos quadros nacionais e dentro de um quadro regulatório alinhado com as melhores prácticas.

Nos últimos anos tem havido um desenvolvimento positivo na atracção de investimento para a indústria de diamantes e também para outros minerais. Este facto denota o aumento da atractividade da indústria mineira, o que fará com que se reflicta, a médio e longo prazo, na quota do mercado global, especificamente, nas fases de prospecção e de exploração da cadeia de valor dos recursos minerais.

As novas oportunidades de investimento mineiro no País terão assim, como suporte a experiência em captação de investimentos adquiridas nos últimos anos, os dados adquiridos do Plano Nacional de Geologia (PLANAGEO), as reformas instituicionais que resultaram no actual modelo de governação do sector dos recursos minerais, bem como a confiança dos investidores nas instituições intervenientes em todo o processo.

As informações resultantes do PLANAGEO indicam um vasto potencial inexplorado de recursos minerais, tais como rochas ornamentais, ouro, minério de ferro, minério de cobre, elementos de terras raras, minerais de lítio, minerais de nióbio, metais básicos e agro-minerais, incluindo os fosfatos, bem como outros minerais para construção civil e para a indústria transformadora.

O segmento dos agro-minerais, representado por calcários e fosfatos, conjuntamente com o gás natural, para a produção de amónia e ureia e rochas contendo o elemento químico potássio (K), constituem elementos essenciais para a produção de fertilizantes, que irão desempenhar um papel preponderante na segurança alimentar.

Ao lado dos minerais de elementos de terras raras, a vasta lista de minerais estratégicos para a transição energética na visão dos países da União Europeia, mas também de outros países industrializados, que inclui minerais do grupo da platina, minério de cobre, minerais contendo cobalto, vanádio, germânio, níquel, volfrâmio, minerais de columbite e tantalite, etc. irá desempenhar um papel importante no desenvolvimento da indústria mineira, alinhada ao seu beneficiamento no País e a médio-longo prazos, a sua transformação local.

A transformação dessa riqueza mineral, na maior parte dos casos ainda inexplorada, para o desenvolvimento de múltiplas cadeias de valor, poderá gerar receitas significativas e a criação de novos e qualificados empregos. Para a sua viabilização, será necessária a implementação de novos projectos de prospecção e de exploração de minerais, bem como o consequente surgimento de projectos a jusante, cobrindo as respectivas cadeias de valor.

Ao lado das empresas multinacionais que em princípio, pela sua robustez, ocupam vários segmentos das cadeias de valor, as Pequenas e Médias Empresas (PME) do sector dos recursos minerais, desempenham também um papel preponderante, sobretudo na prospecção.

As empresas de lapidação, o segmento de jóias, apoiado pela refinação local do ouro, a indústria siderúrgica e a indústria de transformação de rochas ornamentais, serão os pilares de sustentação das cadeias de valor por surgir.

O valor potencial total das rochas ornamentais, ouro, minério de ferro, manganês e cobre, bem como fosfatos poderá globalmente equiparar-se ou superar o valor da actual extracção diamantífera.

Para se atingirem as metas preconizadas, face ao potencial geológico existente, é necessário, não apenas atrair investimentos de grande dimensão para o sector mineiro em geral, garantindo que os principais projectos sejam executados com sucesso, mas também atrair investimento para a prospecção, de modo a garantir o aumento das reservas minerais provadas que suportem a continuidade das actividades extractivas minerais.

Outras metas

	2022*	2030	2050
Investimento acumulado no sector diamantífero (mil milhões de USD)	-	0,7	3,8
Investimento acumulado no sector mineiro excluindo diamantes (mil milhões de USD)	-	3,7	24,3

*2022 ou ano mais recente disponível

2050

As nossas soluções

Continuaremos o empenho na atracção e captação de investimentos significativos para o sector mineiro e respectivas cadeias de valor, assim como intensificar o apoio institucional aos investidores e continuar com as acções pedagógicas, visando melhorar a qualidade dos investimentos e, consequentemente, garantir o aumento sustentável da actividade de prospecção, exploração e beneficiamento dos recursos minerais.

Consolidar as melhores práticas no sector diamantífero

O subsector diamantífero surgirá como um exemplo das melhores práticas para todo o sector mineiro, adoptando múltiplas medidas.

Implementaremos um conjunto de acções de promoção do potencial geológico de Angola, eliminando barreiras em toda a cadeia de mineração, apoiando as operações e criando incentivos e soluções de financiamento, por exemplo, um incentivo à prospecção em áreas do País não exploradas extensivamente e com escassez de infra-estruturas, mas onde existe um elevado potencial geológico teórico, como acontece no sudeste do País.

Desde logo, promoveremos a transparência, solicitando a certificação contínua dos contratos e fluxos financeiros por um painel internacional imparcial, cuja importância é reforçada na sequência da integração do País na Iniciativa para a Transparência das Indústrias Extractivas (EITI). O investimento e volume de projectos em prospecção deverá ser aumentado para além dos níveis actuais, visando aumentar a taxa de sucesso de projectos que resultarão em novas minas.

Implementaremos programas de acompanhamento e de fiscalização mineira, com o objectivo de acompanhar a efectivação dos planos e programas de trabalho das concessionárias, por forma a melhor garantir e controlar a arrecadação de receitas provenientes do pagamento de impostos ao Estado.

Haverá um cumprimento rigoroso das regras do Processo de Kimberley, assumindo um papel de liderança em mineração, na comunidade internacional.

Implementaremos a Bolsa de Diamantes, como plataforma de comercialização, com vista ao aumento da transparência e competitividade de preços.

O diamante angolano será promovido, tanto a nível nacional como internacional, de forma contínua como meio para contrapor o crescente interesse do diamante sintético.

Igualmente, o Pólo de Lapidação de Saurimo será promovido em fóruns nacionais e internacionais, com o objectivo de atrair investidores especializados na actividade de corte e lapidação de diamantes para se incrementar a actividade de lapidação no País e contribuir para a criação de empregos directos e indirectos.

Diversificar sector dos recursos minerais

O desenvolvimento de projectos mineiros, de acordo com as potencialidades geologicas do País, é fundamental para o arranque da transformação e da diversificação do sector dos recursos minerais, posicionando Angola como destino de investimento mineiro ao nível regional e internacional, sendo este um indicador da existência de condições estáveis para o desenvolvimento de operações mineiras no País.

Vale ressaltar que a implementação de diversos projectos não só contribuiria para a diversificação da produção mineira, mas também desbloquearia condicionantes que beneficiariam os projectos subsequentes a vários níveis.

A diversificação da produção mineira pode representar o ponto de partida para o incremento das receitas fiscais, em conjunto com o aumento do valor económico local, criando condições para o investimento contínuo no sector e nos subsectores

relacionados. Por último, o desenvolvimento de competências e a presença de uma massa especializada de trabalhadores e fornecedores aumentam o potencial para a implementação de novos projectos.

Nos próximos 30 anos, com mais investimento e melhorado o conhecimento geológico do País, estarão criadas as condições primárias para a existência de mais minas. Alguns passos importantes já foram dados, como por exemplo, a atracção de investimentos para Kassinga como projecto integrado minero-siderúrgico, o projecto de ferro gusa, bem como a entrada em produção de projectos no domínio do ouro e de produção de manganês.

As condições de suporte analítico e operativo às minas também estão já a ser criadas através dos laboratórios existentes do IGEO, GEOANGOL, o laboratório de micro-diamantes da Endiama, em Saurimo, e o Centro Tecnológico de Rochas Ornamentais, que passará para o Pólo de Desenvolvimento de Rochas Ornamentais, no Namibe, havendo espaço para o investimento privado neste segmento importante de prestação de serviços.

No entanto, é preciso garantir que estes empreendimentos mineiros e de suporte à indústria mineira sejam aproveitados na sua plenitude e também em benefício das populações locais.

Atrair investimentos em larga escala

A atracção de investimentos de vulto está ligada ao desenvolvimento de uma estratégia integrada de comunicação e interacção com investidores, melhorando o sistema de outorga de direitos mineiros, alinhando este processo às melhores práticas internacionais, os mecanismos de financiamento e os incentivos. Adicionalmente, continuaremos a melhorar e a desenvolver os métodos de trabalho institucionais, melhorando a sua organização interna e a sistematização da informação geológica e mineira disponíveis.

A principal prioridade é que Angola se torne uma referência para investidores internacionais. Neste sentido, asseguraremos diversos mecanismos para atracção, captação e retenção de investimento



mineiro, nomeadamente, a melhoria do ambiente regulatório institucional, a melhoria dos canais digitais para interacção célere com reconhecidos investidores e demais entidades interessadas, a melhoria dos mecanismos de acesso a informação geológica actualizada do País (mapas geológicos e outros dados e/ou informações relevantes), bem como a participação em eventos de referência no sector.

Estas medidas irão de encontro às necessidades e satisfação dos investidores, interferindo favoravelmente no seu posicionamento em negócios.

Pequenas e Médias Empresas (PME) do sector mineiro efectuarão investimentos em projectos, mediante a aprovação prévia de um comité de avaliação independente. Pretende-se ainda trabalhar com a Bolsa de Valores de Angola (BODIVA) no sentido de se melhorar o acesso ao financiamento para as PME´s.

Igualmente, pretende-se criar fundos financiados por instituições, tais como o Banco Mundial/IFC (*International Finance Corporation*) e o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), com o objectivo de apoiar a capacitação e a expansão de Pequenas e Médias Empresas (PME) com forte exposição ao sector mineiro, por exemplo, recorrendo à concessão de crédito para formação ou para criação de um fundo de maneio.

Por outro lado, o sector continuará a envidar esforços para que Angola faça parte do Índice Fraser, cumprindo com os pressupostos necessários para o efeito.

Ultrapassar as limitações de infra-estrutura

Vamos actuar no sentido de superar as limitações de infra-estruturas físicas existentes, garantindo que os serviços rodoviários, ferroviários, o fornecimento da energia eléctrica e a rede de água estejam prontamente disponíveis para a indústria mineira.

No âmbito do reforço do nosso compromisso com o sector, foram já dados passos importantes no modelo regulatório, consubstanciados na criação da Agência Nacional de Recursos Minerais.

Alinharemos continuamente o nosso Programa de Investimentos Públicos com as necessidades reais do sector dos recursos minerais para superar os desafios de infra-estrutura física, o que implica a realização de várias acções concretas, nomeadamente, garantir o mapeamento de redes de infra-estruturas georreferenciadas actuais ou previstas, face às necessidades emergentes de actividades de mineração, fornecendo uma lista completa de projectos e áreas de interesse geológico; a integração de informação relativa ao mapeamento no *website*, de modo a ajudar a atrair investidores em prospecção, com enfoque na infra-estrutura actual e em expansão.

Promover a retenção nacional do valor acrescentado

Iremos capacitar empresas da economia local e encorajar a sua participação, com foco na competitividade de longo prazo. O aumento do valor interno requer, no entanto, regulação, facilitação e monitorização contínuas.

Para promover a retenção no País, do valor económico acrescentado, são necessárias acções como a melhoria da regulação a montante da cadeia de valor dos recursos minerais, cuja implementação deve estar alinhada com as melhores práticas internacionais; a procura por bens e serviços de suporte a actividade mineira deve ser compatível com a oferta local; devem ser implementadas medidas muito focadas no reforço de capacidades; as condições de disponibilização de financiamento dirigido às empresas nacionais e à força de trabalho deverão ser asseguradas.

Definiremos mecanismos de mensuração do valor para o País, devendo haver um esforço contínuo para apoiar a captação de valor, por exemplo, através da implementação de mecanismos simplificados de reporte para as empresas mineiras e para os respectivos fornecedores directos, integrando-os com a Administração Fiscal, de modo a permitir a medição periódica, por instalação, da proporção de bens contratados de fontes nacionais ou importados.



Estamos comprometidos em identificar novas oportunidades para integrar conteúdo local ou necessidade de ajustamentos ao nível do quadro regulatório, para apoiar este objectivo.

Continuar as acções de transformação das cooperativas em projectos semi-industriais de diamantes. Tendo em conta a existência de cooperativas de produção de diamantes e a grande dificuldade prática em prosseguir esta modalidade de actividade mineira, pretende-se assegurar o seu funcionamento em conformidade com as regras e procedimentos estabelecidos, formalizando as suas actividades de acordo com o regulamento aprovado sobre a exploração semi-indústrial de diamantes, para garantir maior organização, dinâmica e transparência no modo de aproveitamento deste recurso.

De igual forma, existe por parte do sector dos recursos minerais, em particular, um grande comprometimento com a aceleração da promoção da exploração semi-industrial de diamantes, com o objectivo de aumentar o rendimento per capita e criar empregos.

A implementação desta abordagem de formalização está em curso, com o propósito de eliminar a exploração artesanal de diamantes e combater o garimpo, respeitando o estipulado no Código Mineiro, no que concerne às regras e procedimentos sobre a exploração de diamantes, as questões ambientais, o pagamento de taxas e impostos inerentes à actividade, facto que contribuirá para o aumento da receita fiscal para o OGE.



Prioridades imediatas até 2027

Aumentar a atracção e captação de investimentos para a fase de prospecção no sector, visando garantir o aumento sustentável da actividade de Investigação Geológico-Mineira (IGM), exploração e beneficiamento dos recursos minerais, designadamente os metais ferrosos e não ferrosos, metais raros e elementos de terras raras, metais nobres, recursos minerais não metálicos, rochas ornamentais e os agro-minerais (fosfato, potássio e calcário).

Consolidar o sector dos recursos minerais com melhores práticas, assegurando e defendendo os interesses estratégicos de Angola no âmbito do Sistema de Certificação do Processo Kimberley (SCPK).

Acelerar os projectos actuais de Investigação Geológico-Mineira (IGM) do Instituto Geológico de Angola (IGEO) à escala regional para o alargamento das áreas com potencial para exploração mineira, visando criar prospectos e respectivos pacotes de dados para atrair investimento mineiro.

Optimizar a produtividade dos projectos diamantíferos a fim de se alcançar os níveis de produção programados e aproximar o País dos lugares cimeiros de produção mundial.

Implementar o Sistema de Informação de Gestão Integrada dos Recursos Minerais em Angola, com o objectivo de automatizar o processo de licenciamento e cadastro mineiro, implementar a quadrícula mineira e intensificar a transparência na atribuição de Direitos Mineiros.

Prioridades imediatas até 2027

Reforçar a sustentabilidade ambiental no desenvolvimento da actividade mineira e elaborar um programa específico para a melhoria do conhecimento geológico, referente aos minerais necessários para a transição energética (por exemplo, minerais de lítio, níquel, cobalto, zinco, nióbio, tântalo e elementos de terras raras).

Iniciar a produção de minerais de cobre, nióbio e elementos de terras raras, bem como aumentar a extracção de ouro, ferro e manganês.

Garantir condições que permitam o investimento e desenvolvimento em toda a cadeia de valor de mineração em Angola.

- Desenvolver a capacidade de refinação de metais preciosos;
- Construir o Pólo de Lapidação de Diamantes do Dundo, com o propósito de aumentar a capacidade de lapidação do País;
- Construir o Pólo de Desenvolvimento Mineiro de Rochas Ornamentais do Namibe, com o propósito de melhor e concentrar os serviços desta fileira de produção mineral e auxiliar na elaboração do Catálogo de Rochas Ornamentais e promover a marca "Feito em Angola";
- Promover a construção da Siderurgia do Namibe, visando a produção de aço;

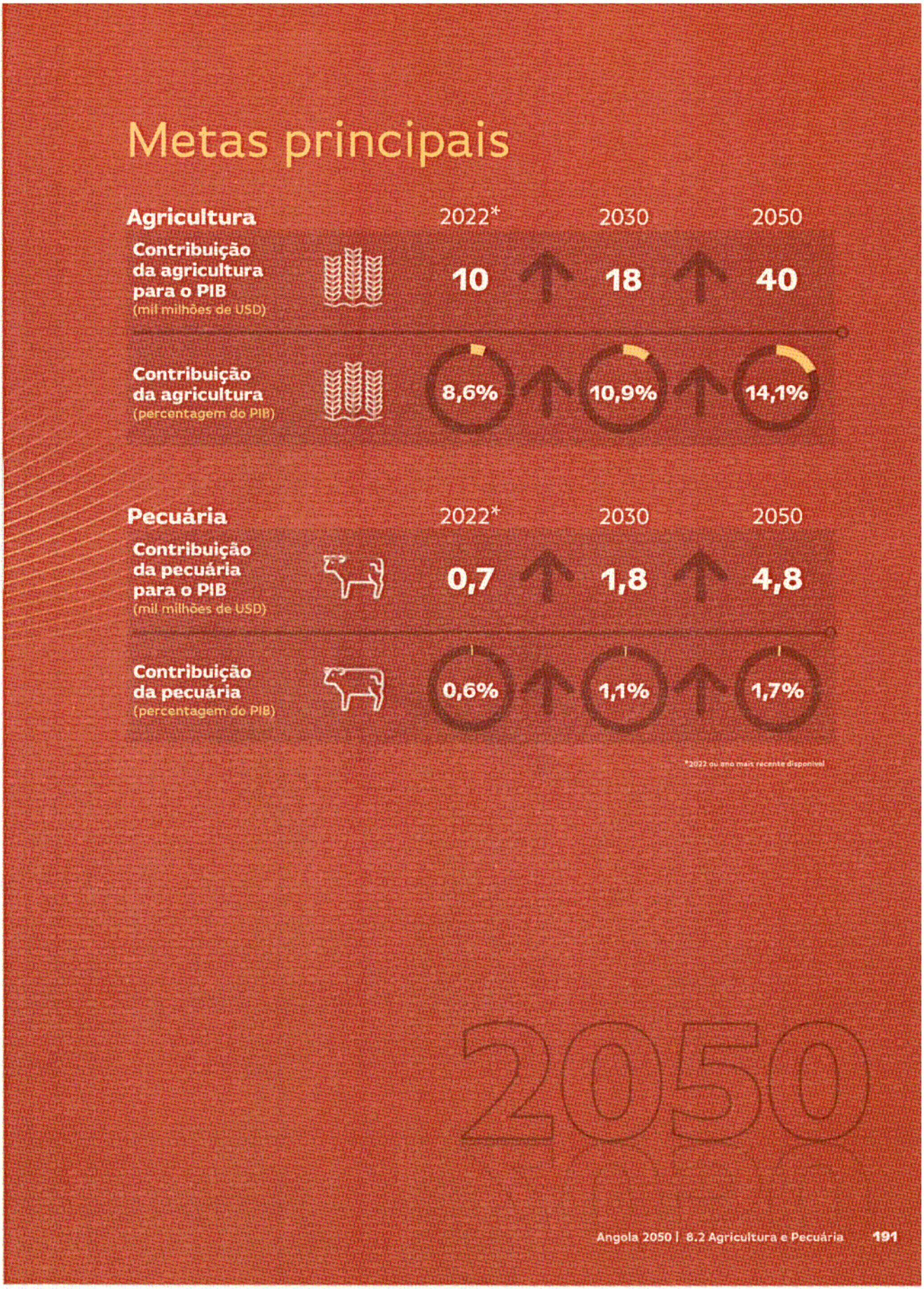
Elaborar a legislação sobre o conteúdo local para valorização e inserção do capital humano e empresariado nacional na cadeia de fornecimento de bens e serviços e reafirmar o compromisso do sector com a implementação de projectos de responsabilidade social.



2050

8.2 Agricultura e Pecuária

Um sector próspero, força motriz do crescimento inclusivo e impulsionador da produtividade nacional


Metas principais
Agricultura
2022*
2030
2050
Contribuição da agricultura para o PIB
(mil milhões de USD)
10
18
40
Contribuição da agricultura
(percentagem do PIB)
8,6%
10,9%
14,1%
Pecuária
2022*
2030
2050
Contribuição da pecuária para o PIB
(mil milhões de USD)
0,7
1,8
4,8
Contribuição da pecuária
(percentagem do PIB)
0,6%
1,1%
1,7%
*2022 ou ano mais recente disponível
2050
Angola 2050 | 8.2 Agricultura e Pecuária 191

A nossa visão

A agricultura e a pecuária, juntamente com a silvicultura, representam mais de 50% do nosso emprego, pelo que é prioritário transformar o sector, aumentando a produtividade e criando melhores condições de vida para todos os que dele dependem. A nossa estratégia passa pela potenciação do sector, convertendo-o num meio de crescimento inclusivo da nossa economia. Precisamos de aumentar as áreas de cultivo, optimizar o tipo de culturas e melhorar a produtividade dessas culturas. No subsector da pecuária as metas são paralelas: aumentar a capacidade instalada de produção e maximizar a produtividade.

A estratégia para a agricultura tem como principal valor a produtividade do sector com quatro objectivos. Um objectivo será melhorar a competitividade do sector no contexto nacional e internacional. Outro objectivo é garantir a subsistência económica das mais de 4,7 milhões de famílias que se ocuparão dessa actividade. O terceiro objectivo é garantir a utilização de técnicas e produção agrícola que minimize o impacto ambiental e garanta a sustentabilidade de longo prazo das terras. Por fim, assegurar a disponibilidade, acessibilidade e qualidade dos produtos agrícolas no País, para assim melhorar a segurança alimentar e a saúde de todos os cidadãos.

Atingir estes quatro objectivos implica aumentar a produção agrícola, o que faremos incrementando, em paralelo, a quantidade de área cultivada e a sua produtividade.

Angola utiliza hoje apenas cerca de 10% da sua terra total com potencial agrícola (Quadro 30): iremos mobilizar meios para, nos próximos 30 anos, mais do que duplicar a área cultivada, convergindo para uma utilização da terra total agrícola em média com o observado nos restantes países da SADC e da África Subsaariana.

Também a nível da produtividade de cada hectare plantado existe espaço para melhoria: hoje constatamos para o nosso país produtividades inferiores aos restantes países comparáveis em todas as culturas, com apenas algumas excepções: a mandioca, a banana e os citrinos. Para a inversão deste quadro apostaremos no aumento do acesso e na melhoria da aplicação dos principiais insumos agrícolas: a água (através da irrigação), os fertilizantes e os pesticidas, em cuja utilização nos encontramos também abaixo dos nossos pares regionais e mundiais. Em particular, será essencial desenvolver a capacidade nacional e obter a auto-suficiência nos insumos com grande impacto directo na produtividade, nomeadamente nos fertilizantes (mistura e produção), pesticidas, e sementes, reduzindo a dependência do exterior e assegurando a adequação às nossas condições climáticas e de solo.

O desenvolvimento da pecuária deverá acontecer a par e passo, reconhecendo a frequente coexistência com a agricultura. O aumento da produção depende de um melhor alinhamento entre os animais criados, a exigência técnica e de insumos dessa criação (nomeadamente, a ração e as vacinas) e também o consumo de cada tipo de carne (prevendo-se, por exemplo, um maior peso relativo do gado caprino face ao bovino). Globalmente, espera-se um aumento dos volumes totais produzidos, com maior quantidade de animais e maior produtividade por animal.

Não é possível, nem seria desejável, transformar o sector agro-pecuário sem a participação dos agricultores familiares, não só pelo referido peso que o sector tem no emprego, mas sobretudo porque são estes que cultivam mais de 90% da terra e que asseguram mais de 80% da nossa produção nacional. As soluções apontadas assentam, por isso, na criação de condições que ajudam os agricultores familiares a aumentar a produtividade e visam a sua transição da agricultura de subsistência para a agricultura comercial.

O subsector empresarial deverá também crescer e ter um papel destacado, sobretudo nas culturas intensivas que obrigam a maiores extensões de terra, maiores investimentos e a técnicas mais complexas.

O crescimento do sector requer também a intervenção de outros agentes privados que deverão apoiar produtores familiares e empresariais, nomeadamente na provisão de produtos e serviços financeiros, como exemplo, créditos e seguros agrícolas que devem contribuir para a diminuição de risco e, dessa forma, tornar o sector mais apelativo a investidores.

Como tal, promoveremos a criação de instrumentos de financiamento e instituições financeiras especializadas no sector.

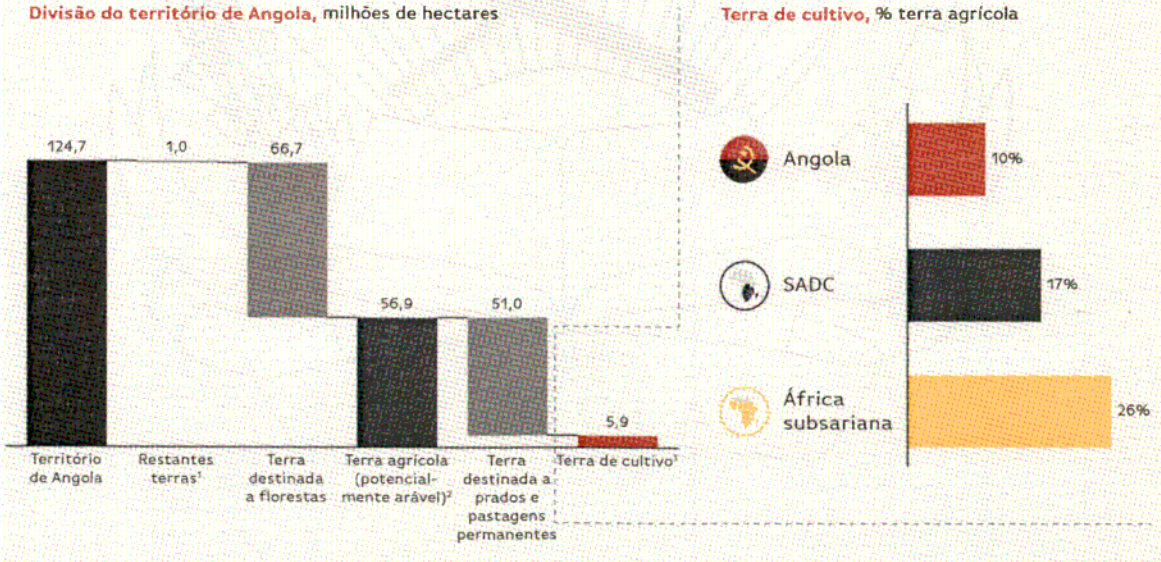
Em 2050, o sector da agro-pecuária contribuirá para o produto interno bruto com 45,3 mil milhões de USD, um valor superior ao que o sector petrolífero representava em 2022, e quase quatro vezes superior ao PIB do sector no mesmo ano. O sector será também responsável por aproximadamente 15% do valor de todas as exportações, o que equivalará a aproximadamente 5% do PIB nacional.

A estratégia do sector agro-pecuário deverá ser alinhada com as estratégias dos restantes sectores da economia, dada as múltiplas interdependências entre eles. Estas interligações encontram-se quer a montante, p. ex., contribuição do sector mineiro (fosfatos) para a produção de fertilizantes ou o desenvolvimento de infra-estrutura rodoviária para escoamento de produtos, quer a jusante, p. ex., uma aposta na indústria têxtil implica desenvolvimento de fileiras agrícolas que provejam matéria-prima para essa indústria.

Quadro 30

Utilização da terra agrícola em Angola e em África

2021



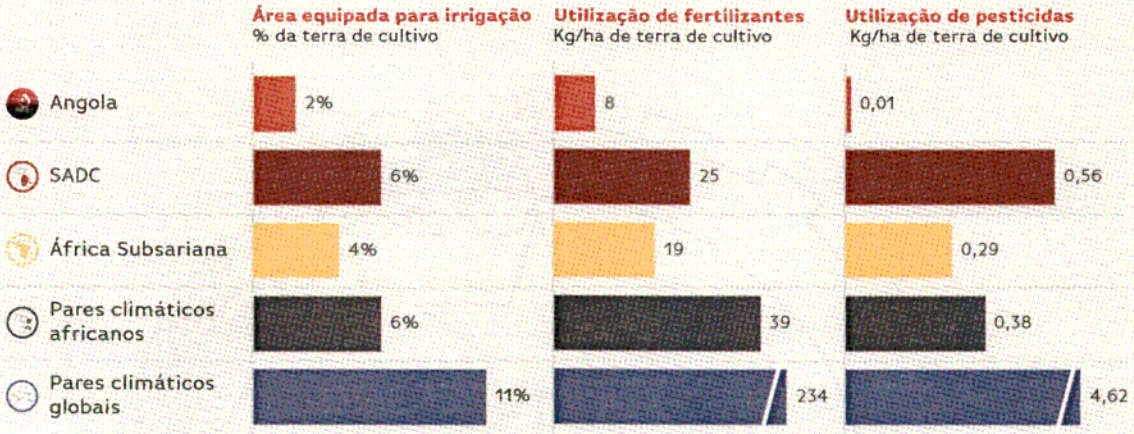
1 Inclui toda a terra não categorizada como terra para agricultura ou florestas
2 Terra agrícola consiste na soma da terra destinada a prados e pastagens permanentes e terra de cultivo. Terra agrícola considerada como sendo "terra potencialmente arável", tendo em conta o potencial de conversão de parte da terra destinada a prados e pastagens permanentes em terra de cultivo (ou arável)
3 Terra actualmente ocupada e efectivamente utilizada (= terra arável para culturas, pousio, prados e pastagens temporárias + terra destinada a culturas permanentes, p.ex., fruteiras);

FONTE: FAOSTAT; MINAGRIF – Relatório da Campanha 2019/20

Exhibit 31

Utilização de irrigação, fertilizantes e pesticidas em Angola e comparáveis

2020



Os baixos níveis de irrigação e de utilização de fertilizantes, pesticidas, e de outros inputs parecem em parte justificar a baixa produtividade em algumas culturas comparativamente aos pares

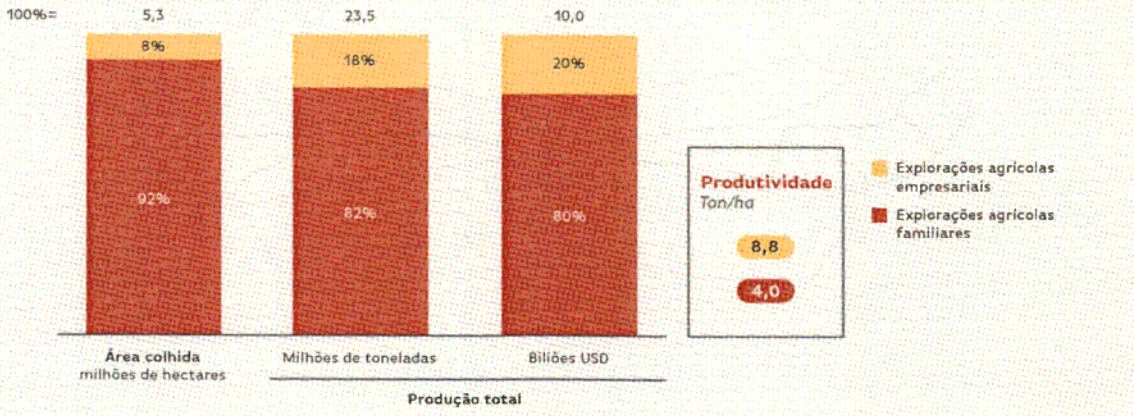
Notas: Apesar das discrepâncias observadas (sobretudo para o uso de fertilizantes e pesticidas), a aspiração não deverá ser de necessariamente se atingirem níveis dos pares globais, já que o sobre-uso deste tipo de produtos poderá conduzir a preocupações acrescidas ambientais e para a saúde

FONTE: FAO AQUASTAT

Quadro 32

Peso da agricultura familiar e empresarial na utilização da terra e na produção agrícola nacional

2020/21



FONTE: MINAGRIF - Relatório da Campanha Agrícola 2020/21; FAOSTAT


Outras metas
Agricultura
2022*
2030
2050
Número de explorações agrícolas familiares
(milhões)
3,1
3,6
4,7
Área média de terra de cultivo por exploração agrícola familiar
(hectares)
1,8
2,0
2,3
Número de explorações agrícolas empresarial
(milhares)
11,2
25,7
37,3
Área média de terra de cultivo por exploração agrícola empresarial
(hectares)
44,7
48,2
55,9
Total de terra de cultivo para agricultura familiar
(milhões de hectares)
5,4
7,2
10,9
Total de terra de cultivo para agricultura empresarial
(milhões de hectares)
0,5
1,2
2,1
Capex para o subsector da agricultura
(cumulativo, mil milhões de USD)
-
7,6
47,0
Opex para o subsector da agricultura
(cumulativo, mil milhões de USD)
-
23
75,0
Pecuária
Produção pecuária
(mil toneladas)
264
889
2,415
*2022 ou ano mais recente disponível

A agricultura continuará a desempenhar um papel importante na criação de emprego e a contribuir para a nossa economia nos próximos 30 anos. Ainda assim, desempenhará um papel menos dominante face a outros sectores no emprego, crescendo em valor absoluto, mas a um ritmo menor que o agregado dos restantes sectores.

A nossa estratégia para a agricultura baseia-se no aumento da área de cultivo, na optimização do peso relativo entre culturas (privilegiando culturas de maior valor, com maior procura nacional e internacional) e na melhoria da produtividade (rendimento), fomentando o uso de insumos e a melhoria de técnicas.

Esta optimização do peso relativo entre culturas em 2050, foi definido em três etapas.

Em primeiro lugar, analisámos a adequação das culturas ao solo e ao clima. Condições como a precipitação e a temperatura são cruciais para aferir as culturas mais adequadas a cada região (Quadro 33). Identificámos cinco zonas climáticas no nosso país e determinámos as culturas mais adequadas às condições de cada zona.

Em segundo lugar, estimámos a procura potencial para as culturas identificadas. Considerámos a dimensão actual, o crescimento da procura e as mudanças previsíveis nas preferências dos consumidores até 2050 – em Angola e nos principais mercados de exportação – para estimar o potencial económico de cada cultura. Algumas culturas sem potencial de exportação manter-se-ão, na medida em que o consumo nacional o justifique.

Em terceiro lugar, calibrámos esta análise quantitativa incorporando a experiência e o conhecimento nacional, para garantir que a selecção de culturas é exequível.

Quadro 33

As cinco zonas climáticas nacionais

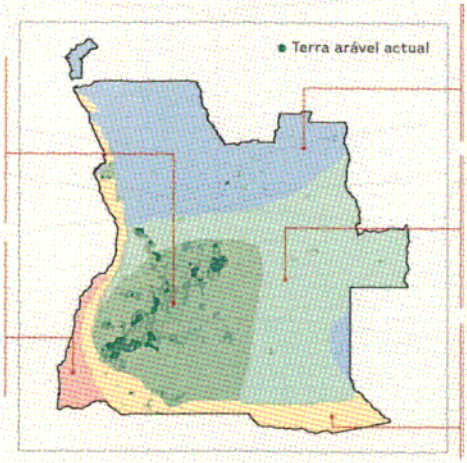
Zonas climáticas de acordo com classificação de Köppen-Geiger

Zona 1

- Zona climática: Temperado com Inverno seco (Verão quente)
- Precipitação anual: 750-1500mm
- Temperatura: 15-25 ºC
- % das culturas actualmente cultivadas dentro da zona: 74% (3,7 M ha)

Zona 2

- Zona climática: Deserto árido (quente)
- Precipitação anual: 0-250mm
- Temperatura: 15-23 ºC
- % das culturas actualmente cultivadas dentro da zona: 1% (0,05 M ha)



Zona 3

- Zona climática: Savana tropical
- Precipitação anual: 1000-2000mm
- Temperatura: 20-25 ºC
- % das culturas actualmente cultivadas dentro da zona: 5% (0,25 M ha)

Zona 4

- Zona climática: Temperado com Inverno seco (Verão quente)
- Precipitação anual: 750-1500mm
- Temperatura: 16-23 ºC
- % das culturas actualmente cultivadas dentro da zona: 12% (0,6 M ha)

Zona 5

- Zona climática: Estepe árido (quente)
- Precipitação anual: 250-750mm
- Temperatura: 16-27 ºC
- % das culturas actualmente cultivadas dentro da zona: 9% (0,45 M ha)

Fonte: Classificação de Koppen-Geiger; FAOSTAT

Este processo conduziu a uma lista de 27 principais culturas com maior potencial económico, sendo cada uma adequada a uma ou mais zonas climáticas. A tabela abaixo sumariza as principais fileiras, onde cada uma destas 27 culturas se insere, demonstrando o peso na área de cultivo que cada fileira abrangerá em 2050 ("Percentagem da terra de cultivo") e o aumento esperado da área em 2050 face a 2021 ("Múltiplo").

As culturas com a maior área de cultivo até 2050 podem ser consideradas em dois grupos. Uma parte

Fileira	Percentagem da terra de cultivo	Múltiplo
Cereais (principais culturas: milho, massambala, massango, arroz)	44,0%	2,1
Raízes e tubérculos (principais culturas: mandioca, batata-doce, batata-rena)	19,8%	2,1
Frutíferas (principais culturas: bananas, caju, ananás, manga, maracujá, maçã, abacate)	11,5%	8,4
Leguminosas e oleaginosas (principais culturas: amendoim, soja)	8,5%	1,5
Culturas de rendimento (principais culturas: café, cana-de-açúcar, cacau, óleo de palma, côco, tabaco, sisal)	7,0%	11,5
Hortícolas (principais culturas: tomate, cebola, cenoura, alho)	0,9%	7,0
Restantes	8,3%	1,2

proporcionará a segurança alimentar, aumentando a produção de alimentos de base ou tradicionais para o consumo interno, como a mandioca, a massambala e o massango. A manutenção de uma área elevada, combinada com o aumento de produtividade destas culturas com níveis calóricos elevados, deverá ser a base energética para uma população em crescimento. Outra parte, que inclui culturas como o arroz, que tem um elevado valor de importação, reduzirá a nossa dependência do exterior, oferecendo também oportunidades de exportação.

A transição do paradigma actual, caracterizado pela presença da agricultura de pequena escala e de subsistência, para a agricultura de maior escala ou comercial, será um processo gradual. Até 2050, apenas metade da terra cultivada será optimizada com base nos critérios acima referidos, as terras restantes continuarão a produzir os cultivos actuais – principalmente milho, mandioca, feijão, amendoim, batata-doce, banana, massango, massambala, entre outras culturas.

As escolhas que enfrentamos

O sector agro-pecuário proporciona hoje subsistência a 3,1 milhões de famílias e tem um enorme potencial para aumentar a produtividade. Actualmente, a terra de cultivo representa aproximadamente 10% da nossa terra agrícola total (potencialmente arável).

Face à escolha de conduzir esta transformação a partir da agricultura empresarial ou familiar, há que considerar que, hoje, a agricultura familiar representa mais de 90% da área colhida – e mais de 80% do volume e do valor produzido no País. Assim, é essencial que a agricultura familiar seja a força motriz da transformação agrária nos próximos anos.

O desafio desta revolução agrícola é crescer a produção, através do aumento da produtividade e/ou aumento de áreas produtivas, para assim impulsionar o sector e mudar a vida da população que dela vive, e que assegura a alimentação de toda a nação. O crescimento económico e o desenvolvimento do sector têm de ser inclusivos e pensados à escala local. As soluções propostas até 2050 centram-se nos agricultores familiares, proporcionando-lhes melhor acesso a insumos, técnicas, tecnologia e mercados, para assim aumentar a produtividade e transformar o sector.



As nossas soluções

Atingirmos a nossa Visão e Objectivos implica soluções práticas, num sector que envolve milhões de agricultores familiares dispersos em todo o território nacional, intensificando a produção, potenciando o capital humano, reforçando os meios materiais e técnicos e apostando na investigação subjacente. Para esse fim, o desenho de soluções baseou-se em três princípios-chave.

Em primeiro lugar, as soluções que propomos são obrigatoriamente orientadas para o mercado em cada cadeia de valor, visando a potenciação do papel do sector privado, mesmo nos casos em que se aplique investimento público no apoio aos agricultores;

Em segundo lugar, asseguramos que a transformação no sector é inclusiva e abrangente, com participação dos pequenos agricultores e aumento da respectiva produtividade, recorrendo a sistemas de agregação;

Em terceiro lugar, estamos cientes que estas reformas deverão ser implementadas a nível local, especialmente em áreas rurais e mais remotas.

A esse fim, definimos sete soluções que estão descritas de seguida.

Aumentar o acesso e a auto-suficiência de insumos

Facilitaremos o acesso a insumos e técnicas agrícolas estabelecendo um sistema comercial assente em dinâmica de mercado, permitindo aos agricultores e pecuaristas, nas áreas de maior potencial agrícola, terem um papel activo nestas escolhas. Concretamente, realocaremos os subsídios estatais ao sector a um mecanismo de *vouchers*, que assumirá a forma de vales electrónicos. Os *vouchers* poderão ser utilizados para aquisição de insumos (incluindo fertilizantes, correctores de solo, pesticidas, sementes, mecanização, rações para animais e serviços de extensão). Este novo sistema de apoios permitirá aos agricultores e pecuaristas familiares utilizar os *vouchers* para comprar os insumos que mais necessitam, ao mesmo tempo que fomenta a sua integração em cadeias comerciais.

Acompanharemos a utilização destes *vouchers* recorrendo a uma plataforma digital, e criaremos perfis de agricultores para ajudar a melhorar a precisão do mecanismo de direccionamento dos apoios.

Também vamos integrar um sistema de testagem dos solos à escala nacional e introduzir a utilização obrigatória de subsídios de extensão para interpretar os resultados dos ensaios aos solos. Complementarmente também iremos promover a produção local de insumos adequados aos nossos solos e clima.

Igualmente importante será reforçar a auto-suficiência na produção de insumos-chave, como os fertilizantes (quer químicos como orgânicos), as sementes e as vacinas. Para tal, promoveremos a participação privada e orientada a fins comerciais nestes elementos a montante da distribuição de insumos.

Promover os agregadores e as cooperativas

A agregação da produção terá um papel fundamental na integração do agricultor familiar nas cadeias de valor. Os agricultores serão encorajados a formar ou a aderir a agregadores como cooperativas, unidades agrícolas centrais, *clusters* e outras associações, que tratam do fornecimento de insumos (incluindo com os vouchers descritos anteriormente) e da compra e revenda da produção agro-pecuária.

A agregação contribui para o aumento do rendimento dos pequenos agricultores, ao aumentar a produtividade através de um maior uso de insumos e melhores técnicas, e facilita o acesso ao mercado, intermediando de forma transparente, a entrada da produção na cadeia comercial. Promoveremos cooperativas, actualmente o modelo de agregação mais comum no nosso país, para facilitar a compra organizada de insumos, a partilha de conhecimento,

o acesso ao armazenamento e o acesso ao financiamento e ao mercado. Incentivaremos, também, outros modelos complementares de agregação, tais como os núcleos de unidades agrícolas, associados a propriedades maiores, com capacidade de investimento e *know-how*; e os clubes de fornecedores, redes de retalho que organizam proactivamente as actividades dos produtores e desenvolvem acções colectivas, como a assistência técnica.

Finalmente, promoveremos a actividade empresarial de centros agrícolas, agro-comerciantes, fornecedores de equipamentos, instalações de armazenamento e processadores agrícolas; incentivaremos, igualmente, o papel das pequenas e médias empresas (PMEs), como distribuidores e fornecedores de insumos e equipamentos de irrigação.

Valorizar as grandes unidades agrícolas e os *clusters* de agro-negócios

Promoveremos a operação privada de grandes unidades agrícolas (de mais de 500 hectares) e os *clusters* de agro-negócios associados, aproveitando, sempre que possível, a infra-estrutura resultante de investimentos públicos passados. Promoveremos igualmente a utilização das infra-estruturas logísticas existentes (por exemplo, o Corredor do Lobito) e em desenvolvimento, para facilitar o escoamento da produção para os centros de consumo e de exportação.

Iremos atrair investidores com capacidade produtiva competitiva e continuar a concessionar ou privatizar grandes unidades agrícolas públicas ainda ociosas ou com produtividades aquém do potencial. Vamos também atrair investimento directo estrangeiro para novas explorações agrícolas e melhorar a disponibilidade e sustentabilidade da água, a curto e médio prazo, designadamente, a associada a aproveitamentos hidroagrícolas.

Por fim, vamos também promover o desenvolvimento das cadeias de valor ao nível das principais fileiras do país. A interligação entre o sector agro-pecuário e o sector industrial será alavancada, com o crescimento da produção agrícola contribuindo para o desenvolvimento da indústria transformadora através do fornecimento de matérias-primas para processamento. Por outro lado, o aumento do poder de compra dos agricultores (que serão um número substancial da força de trabalho nacional), potenciada por maiores níveis de produção e produtividade, aumentará a procura por produtos industriais, incentivando o crescimento da indústria transformadora. Asseguraremos também o investimento nos sectores da economia vitais para o agro-negócio em larga escala, como os transportes ou os recursos hídricos.

Promover a resiliência alimentar

Promoveremos a resiliência alimentar das famílias agro-pecuaristas, nas regiões áridas e semiáridas, com intervenções comunitárias e uma coordenação mais activa dos recursos dos parceiros de desenvolvimento e do sector privado. Estas intervenções serão baseadas na identificação das comunidades-alvo, na criação de um mecanismo de coordenação (incluindo para resposta a crises) com parceiros de desenvolvimento e governos provinciais/municipais e no desenvolvimento da capacidade das próprias comunidades para melhor prepararem e reagirem aos ciclos agrícolas e ao impacto das alterações climáticas.

Ao mesmo tempo, iremos promover a produção de produtos agrícolas que potenciem uma melhoria da qualidade da dieta nacional, garantindo, não só acesso aos níveis calóricos recomendáveis, mas também a alimentos de alto valor nutricional.

Melhorar o ordenamento do território agrícola

Melhoraremos o ordenamento do território agrícola recorrendo a três acções-chave.

Revisão, onde necessário, da Lei de Terras e de políticas e normas associadas, incluindo os regulamentos de alocação de terras para reduzir a incerteza jurídica relativamente à titularidade da propriedade da terra.

Recenseamento e cadastramento em massa dos produtores agrícolas, mapeando-os no território nacional (e resolvendo eventuais conflitos de

propriedade). Idealmente, o registo rural dependerá de uma base de dados de monitorização dinâmica onde se registem informações sobre as unidades agrícolas e os agricultores, incluindo um módulo de cadastro de unidades agrícolas e operadores e um número de identificação único. Outras aplicações da mesma natureza poderão ser implementadas, designadamente para processamento dos apoios e *vouchers*, assistência técnica, planeamento espacial e monitorização do desempenho.

Modernização e desburocratização dos processos existentes de acesso e registo de terras, utilizando soluções digitais.

Promover a investigação e desenvolvimento

Promoveremos a investigação e desenvolvimento no sector implementando iniciativas governamentais em coordenação com académicos, investigadores e agricultores. Estes três agentes, com funções-chave, podem trabalhar em conjunto para atingir os nossos objectivos.

Os serviços de extensão agrícola podem ajudar e coordenar as actividades agrícolas através da orientação, desenvolvimento e avanço na profissionalização de todos os subsectores, assim como aconselhar os órgãos decisores sobre potenciais políticas e impactos para os agricultores.

Caberá aos investigadores projectar e executar experiências em diversos campos tecnológicos e agrónomos, incluindo experiências genómicas e técnicas de irrigação e, desta forma, fornecer dados e análises relativos à economia e à cadeia de valor e publicar as investigações em documentos e apresentações de acesso público.

Aos agricultores caberá a implementação de técnicas baseadas no aconselhamento e na experiência, bem como beneficiar dos avanços tecnológicos, designadamente de novas técnicas e equipamentos.

Os agricultores serão apetrechados com dados actuais sobre os mercados globais, regionais e nacionais e sobre a actividade nos países concorrentes, recolhendo informações, analisando factores que afectam os diversos mercados, identificando oportunidades comerciais e disponibilizando consultas e instruções para o desenvolvimento de novas iniciativas de exportação agrícola. Implementaremos regulamentos e legislação sobre o bem-estar dos animais e sobre a saúde vegetal. Financiaremos, ainda, projectos para aumentar a produção, estimular o desenvolvimento tecnológico, aumentar a eficiência da mão-de-obra e diminuir a utilização de insumos e os seus custos. Adicionalmente, criaremos e implementaremos projectos de investigação agrícola inovadores, financiados por agências locais e internacionais.

Promover a digitalização do sector

A utilização de ferramentas digitais inovadoras será incentivada e convertida em prática comum e generalizada, designadamente através de soluções digitais e de agricultura de precisão para o mapeamento e planeamento agrícola, pré-cultivo, cultivo, durante a estação/campanha, colheita, integridade de dados e sustentabilidade do uso da terra, bem como, previsão de riscos climáticos.

Por exemplo, até 2050, o planeamento de culturas terá por base o macroplaneamento com recurso a dados agronómicos, ambientais e de mercado. Durante o pós-colheita, serão utilizadas análises de rentabilidade orientadas pelo retorno sobre o investimento e visualizações avançadas de mapas de produtividades (rendimentos). Serão também utilizadas soluções digitais para a amostragem e fertilização dos solos, ou ainda para o controlo de pragas e detecção de doenças. Adicionalmente, neste contexto, todos os agentes da cadeia de valor beneficiarão do sistema integrado de monitorização de dados e gestão financeira.

As nossas prioridades imediatas até 2027

Acelerar o programa integrado de dinamização da agricultura familiar:

- **Aumentando o acesso a insumos e técnicas agrícolas** (p. ex., introduzindo um sistema de vales ou *vouchers* electrónicos, com integração na cadeia comercial)
- **Integrando os pequenos agricultores nos mercados e cadeias comerciais, fomentando diferentes modalidades de agregação e de distribuição** (p. ex., cooperativas, quintas-núcleo, PMEs)
- **Criando linhas de financiamento institucional** (p. ex., de multilaterais e doadores) a agregadores
- **Promover a reabilitação e/ou construção de** infra-estruturas de apoio à produção agro-pecuária por privados ou em modelos de parceria público-privada (PPP)

Promover a produção doméstica de sementes e fertilizantes, tanto por produtores nacionais como internacionais e de vacinas animais.

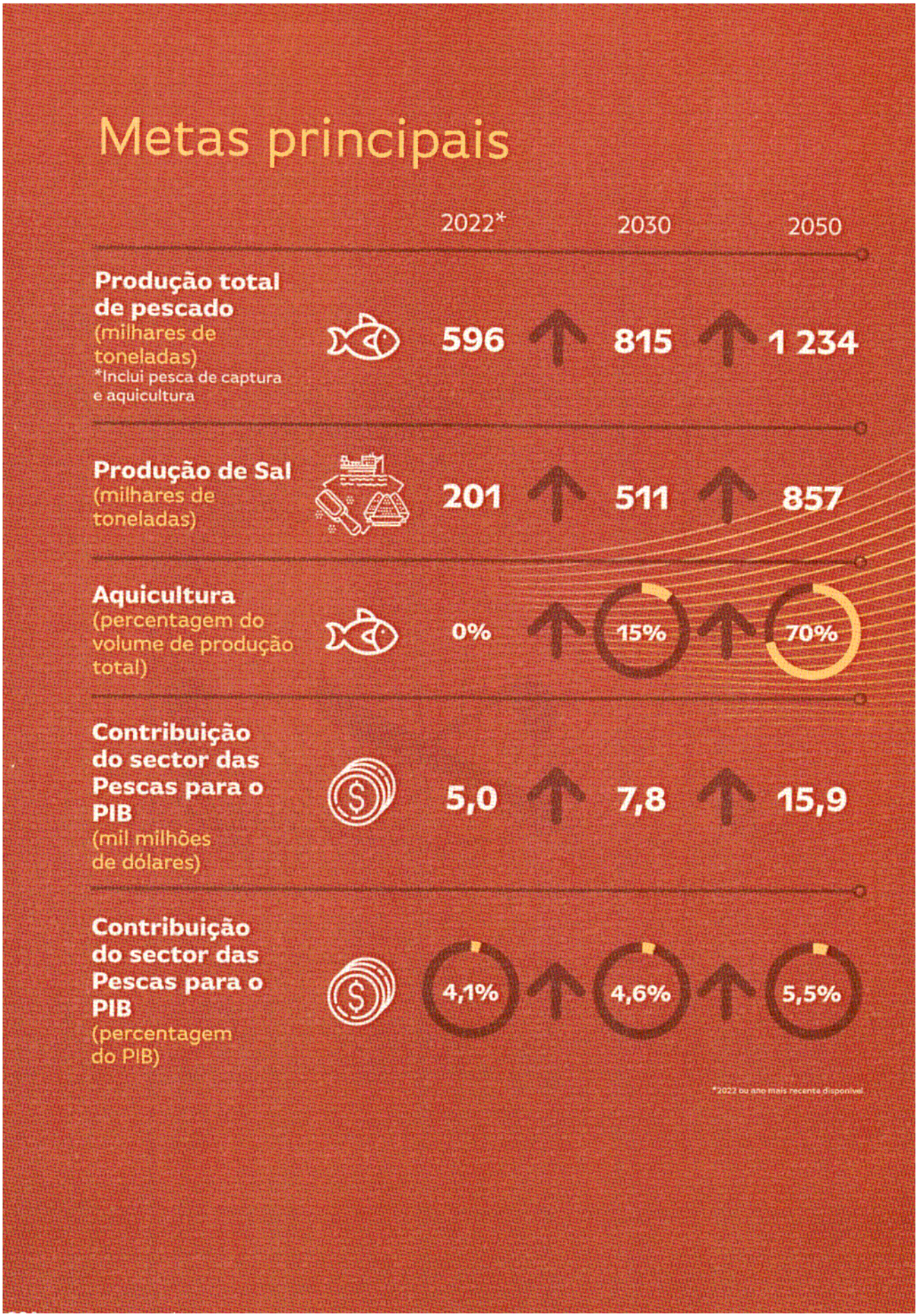
Acelerar concessões a privados para reactivar grandes fazendas e outros activos agro-industriais, concessionando ou privatizando activos infra-estruturados já existentes nas áreas de maior potencial e atraindo investimento de qualidade e escala a novos projectos.



2050

8.3 Pescas

Um sector sustentável alavancado no desenvolvimento da aquicultura


Metas principais
2022*
2030
2050
Produção total de pescado
(milhares de toneladas)
*Inclui pesca de captura e aquicultura
596
815
1 234
Produção de Sal
(milhares de toneladas)
201
511
857
Aquicultura
(percentagem do volume de produção total)
0%
15%
70%
Contribuição do sector das Pescas para o PIB
(mil milhões de dólares)
5,0
7,8
15,9
Contribuição do sector das Pescas para o PIB
(percentagem do PIB)
4,1%
4,6%
5,5%
*2022 ou ano mais recente disponível

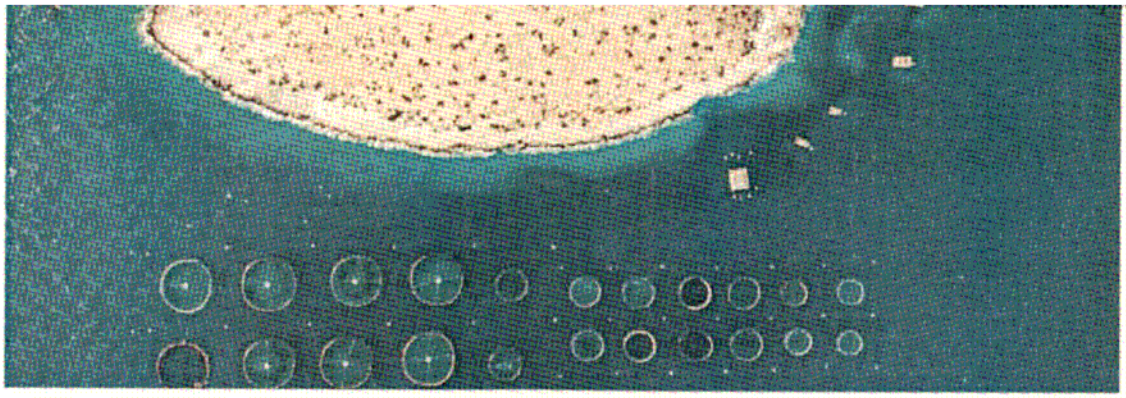
A nossa visão

A nossa visão para o sector das Pescas em 2050 funda-se no conhecimento e na inovação em todas as actividades e usos do mar, directa ou indirectamente relacionadas com os oceanos e as zonas costeiras; pretende-se, portanto, promover o crescimento em direcção a uma "Economia Azul" sustentada e forte. Adicionalmente, haverá uma grande ênfase numa maior eficácia no uso dos recursos na aquicultura num quadro de exploração sustentada e sustentável.

Até 2050, o sector das Pescas triplicará o seu valor na economia, com volumes de produção sustentáveis, e uma rápida expansão da aquicultura, quer continental quer marinha. O potencial deste sector em Angola é elevado e irá gerar oportunidades atractivas para os investidores privados. Exploraremos as nossas vantagens competitivas e atrairemos investimento para o desenvolvimento da aquicultura, prevendo ultrapassar as 800 mil toneladas de produção anual de aquicultura. Reduziremos os níveis de captura de pescado, tendo em conta a sobre-exploração dos *stocks* tradicionais, insuficientes para responder às necessidades de uma população em crescimento. Para garantir a sustentabilidade das actividades pesqueiras iremos também garantir uma gestão integrada dos recursos marinhos. Com estes objectivos em vista, a nossa estratégia estará sustentada em três dimensões: atrair investimento para a aquicultura continental e maricultura; assegurar a regulação e o controlo da indústria; e coordenar o desenvolvimento das infra-estruturas.

O sector das Pescas será transformado com o objectivo de corresponder às necessidades de uma população em crescimento. A sobrepesca e o declínio previsível da diversidade de espécies exigem uma transição da pesca de captura para a aquicultura. Aproximadamente 90% das espécies marinhas em Angola encontram-se, já hoje, no limite da exploração e em 2050, à escala global, prevê-se que os *stocks* de peixe estejam à beira do colapso. O desenvolvimento da nossa indústria de aquicultura é, portanto, fundamental para assegurar a sustentabilidade do sector e o fornecimento destes produtos alimentares à população.





Angola apresenta importantes vantagens competitivas que apoiarão o País nesta transição, permitindo-lhe converter-se numa referência nos mercados regionais e globais da aquicultura, atraindo investidores para a aquicultura continental e marinha.

Quase 99% das nossas águas de superfície disponíveis para a aquicultura continental estão hoje por explorar. Na verdade, Angola ocupa o segundo lugar entre todos os países da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), em termos de superfície de água doce disponível. As restantes vantagens competitivas para o desenvolvimento da aquicultura continental incluem os reduzidos níveis de poluição, uma amplitude de temperaturas favoráveis, entre 20ºC e 30ºC, e a boa topografia do solo, constituída por planaltos. Relativamente à procura, as previsões apontam para um crescente desequilíbrio entre a oferta e a procura nos países vizinhos, o que sugere a oportunidade de aumentar a produção para dar resposta à procura na região da SADC. Concomitantemente, os crustáceos têm grande procura na América e na Ásia, criando oportunidades para exportação intercontinental, existindo espécies especialmente adequadas para a aquicultura continental no nosso País.

Dos cerca de 70 países com características adequadas, mas que ainda não praticam Maricultura, Angola ocupa o segundo lugar em termos de área potencial. De facto, o nosso País reúne as três condições fundamentais para uma indústria de Maricultura de sucesso: profundidade das águas, velocidade das correntes e competitividade no que respeita a custos operacionais. A profundidade de água mais adequada para a maricultura é entre 25 e 100 metros, dispondo Angola de aproximadamente 30.000 quilómetros quadrados de área marinha com essa profundidade, permitindo a instalação de jaulas e palangres. Angola dispõe também de aproximadamente 250.000 quilómetros quadrados de área marinha com velocidades das correntes favoráveis, entre 10 e 100 centímetros por segundo. Adicionalmente, oferecemos competitividade no que se refere a custos, pois dispomos de uma área de aproximadamente 50.000 quilómetros quadrados a distâncias da costa que não ultrapassam os 45 quilómetros e com possibilidade de instalação de infra-estruturas.

A estratégia para acelerar a indústria da aquicultura de Angola assenta em três dimensões.

Em primeiro lugar, passa por atrair investidores para desenvolver a aquicultura continental e marinha e para desenvolver o processamento da produção, incluindo produção nacional dos insumos necessários (alevinos e ração). Tal será possível, promovendo o investimento em produção de aquicultura, nomeadamente com a divulgação de condições terrestres e marinhas no país, e fomentando o desenvolvimento das infra-estruturas necessárias ao sector.

Em segundo lugar, asseguraremos a regulação e o controlo da indústria, encorajando a certificação do pescado por entidades independentes para facilitar uma maior procura e exportação de pescado Angolano. Adicionalmente, fiscalizaremos a pesca industrial e formalizaremos a pesca artesanal (não industrial, em pequena escala), redireccionando sempre que adequado, os trabalhadores da pesca artesanal para a aquicultura.

Em terceiro lugar, desenvolveremos infra-estruturas mediante a coordenação de acções com outros sectores, e melhoraremos a gestão das infra-estruturas públicas por meio de concessões, por exemplo, atribuindo a operação de entrepostos frigoríficos e centros de apoio à pesca artesanal a empresas privadas que tenham a capacidade de aumentar a competitividade e a eficiência dessas infra-estruturas.


Outras metas
2022*
2030
2050
Pesca extractiva
(milhares de toneladas)
593
695
375
Aquicultura continental
(milhares de toneladas)
3
80
555
Maricultura
(milhares de toneladas)
0
40
304
*2022 ou ano mais recente disponível
2030
2050
Investimento cumulativo no sector das Pescas
1,4
(mil milhões de USD)
4,4
(mil milhões de USD)

As nossas soluções

A concretização da nossa visão de um sector sustentável, com menor dependência dos níveis de pesca de captura, passa por três eixos de solução: atrair investimento destinado à aquicultura continental e marinha e ao processamento da produção, assegurar a regulação e o controlo da indústria e coordenar o desenvolvimento das infra-estruturas.

Atrair e acelerar o investimento

A aceleração do Investimento Directo Estrangeiro (IDE) na indústria pesqueira e salineira passa pela identificação de cinco dimensões relevantes: (i) tipo de pesca no qual investir; (ii) parte da cadeia de valor na qual investir; (iii) zonas do País mais favoráveis ao investimento; (iv) recursos marinhos com maior viabilidade; e (v) tipo de tecnologia mais adequada ao contexto Angolano.

1. Tipo de pesca no qual investir

Tendo em conta a sobre-exploração actualmente existente na pesca de captura, deve-se atrair investimentos para os dois tipos de aquicultura (continental e marinha), face ao elevado potencial do nosso País.

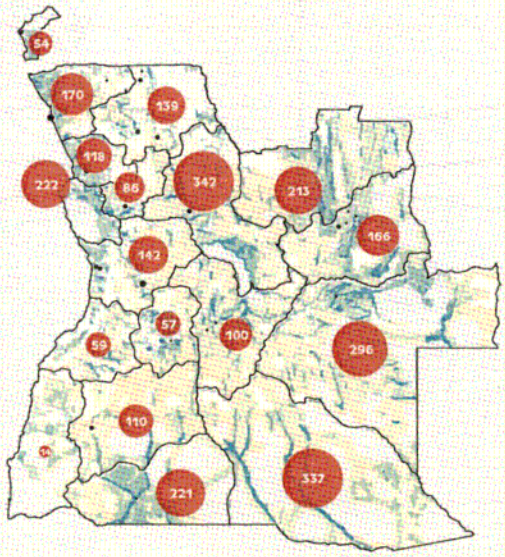
Angola é o segundo país da SADC com maior quantidade de água doce disponível, tendo uma temperatura propícia ao desenvolvimento de espécies nativas; topografia constituída por planaltos que facilitam a instalação de explorações de aquicultura; e níveis de poluição reduzidos.

Angola é, igualmente, o segundo país do mundo com maior área potencial para a prática de Maricultura (entre os 70 países que ainda não praticam aquicultura marítima, mas com potencial para tal). Angola tem boas condições em termos de profundidade de água, de velocidade de corrente e de área de custo competitivo.

Quadro 34

Áreas com elevado potencial para aquicultura continental

Mapa de potencial para aquicultura continental a nível nacional[1]



1 Nível de resolução de ~1ha

FONTE: Entrevistas a experts, FAO; Thai Union; Lim Shrimp, Under Current News, The Fish Site, Bay-ang Investment Group, Reuters, Aquachile, Yaleio

2. Componentes complementares na cadeia de valor

Angola enfrenta défices produtivos em duas componentes da cadeia de valor: produção de ração, que de momento tem de ser maioritariamente importada, e processamento de pescado, cujas estruturas deficientes incentivam o congelamento a bordo das embarcações. Ambas dispõem de maior influência na aquicultura continental, pois são etapas essenciais para criar um produto de valor.

Quanto à maricultura, dependendo da espécie, poderá não ser necessária ração, e o processamento poderá não acrescentar valor significativo.

Quanto à aquicultura continental, as componentes da cadeia de valor com maiores oportunidades de investimento incluem os insumos/ração e o processamento, sendo que o investimento deve ser considerado de forma holística.

Também serão considerados investimentos em novos produtos derivados de recursos marinhos, como por exemplo algas. O valor acrescentado do sector irá ser aumentado com o processamento secundário e no processamento terciário, nomeadamente aplicações industriais, farmacêuticas e cosméticas.

3. Zonas do País mais favoráveis ao investimento

A aquicultura continental tem um elevado potencial, especialmente nas zonas Norte e Leste do País, com especial incidência nas províncias de Malanje, Cuando Cubango e Moxico.

Quanto à Maricultura, Angola dispõe de 2.200 quilómetros quadrados de área potencial, com potencial ao longo de toda a costa. Contudo, na costa norte do País, com especial foco no Zaire, existem áreas que se encontram nos primeiros 20% em termos de potencial para a Maricultura à escala mundial.

4. Recursos marinhos com maior viabilidade em Angola

Em relação à aquicultura continental, em Angola existem três espécies com alto potencial: Tilápia do Nilo, Bagre Africano e Camarão-branco. Quanto à Maricultura, o foco deve ser em moluscos (uma vez que não necessitam de ração para se desenvolverem), Camarão-branco e alguns peixes da família *Serranidae* (como a Garoupa).

Adicionalmente, projecta-se o crescimento e modernização da indústria salineira, visando atender agro-pecuária, alimentação humana, a indústria de conservação, farmacêutica, borracha sintética, curtume, fabricação de cosméticos, fabricação de compostos químicos, dentre outros.

5. Tipo de tecnologia mais adequada ao contexto Angolano

Para a aquicultura continental, os sistemas com maior viabilidade para Angola são as jaulas/gaiolas flutuantes, as lagoas e os canaletas *(raceways)*. Quanto à maricultura, os sistemas mais adequados são estruturas suspensas na coluna de água *(ear hanging)*, para os moluscos, e a gaiola, para as restantes espécies.

Em relação ao processamento, a atracção de IDE deve incidir em áreas como Luanda, Benguela, Huambo, Namibe e Soyo, as quais dispõem de abastecimento de energia, redes rodoviárias e elevada densidade populacional. Estas áreas têm o maior potencial para a instalação de infra-estruturas e estão alinhadas com áreas identificadas para aquicultura, o que poderá beneficiar produtores com uma cadeia de abastecimento verticalmente integrada.

Também irá ser feito um esforço para fomentar a investigação e desenvolvimento de tecnologias, a nível nacional, com parcerias entre o sector educativo e o sector privado, com o intuito de criar uma economia orientada ao desenvolvimento. Para além do investimento em tecnologia, a atracção de IDE abrirá portas a uma maior partilha de conhecimento no sector das pescas. Por conseguinte, será de espectar um aumento de recursos humanos altamente qualificados a nível académico e com experiência no sector privado.



Assegurar a regulação e o controlo

Reforçaremos a regulação e o controlo do sector das Pescas em três áreas: a primeira será dar certificação para os mercados de exportação. A segunda área será controlo e redução da pesca artesanal, a qual contribui significativamente para a sobre-exploração e o esgotamento dos *stocks* de peixe. A terceira área tem em consideração um problema que tem vindo a crescer em todo o continente africano, que é o desrespeito pelas zonas económicas exclusivas. Para tal, será assegurar que a zona económica exclusiva se mantém sob controlo do Estado Angolano. Nesse sentido, iremos ter uma participação activa nos diversos fóruns internacionais, principalmente naqueles que somos Estado-membro, com vista a assumir um papel de maior relevo no quadro da governação dos mares e oceanos. Actualmente, Angola não tem limites à exportação de peixe para nenhuma região do mundo, mas a qualidade e a segurança alimentar terão de ser melhoradas, de modo a garantir que nos tornamos competitivos. A certificação por parte de entidades independentes é importante para a credibilidade dos padrões de controlo nos mercados exportadores, pelo que vamos implementar um modelo de co-financiamento estatal de certificações independentes para exportadores, o qual aumentará a procura e o valor do pescado Angolano.

Seguiremos os sistemas de certificação independentes baseados no *Hazard Analysis and Critical Control Points* (HACCP), sistema de gestão de risco no processamento de produtos alimentares, e no sistema ISO de padrões internacionais, de modo a garantir a segurança dos produtos entre países. Envolveremos entidades privadas independentes e adoptaremos os princípios do *Marine Stewardship Council*, no que diz respeito à pesca, e da *Best Aquaculture Practices*, no que diz respeito à aquicultura e toda a cadeia de valor associada.

Com o objectivo de diminuir a sobre-exploração dos recursos pesqueiros, monitorizaremos as capturas da pesca industrial e formalizaremos a pesca artesanal. A extinção da pesca ilegal requer o reforço dos instrumentos de fiscalização e melhoria da coordenação inter-agências e da cooperação internacional. Neste sentido, iremos implementar diversas medidas, nomeadamente:

- Aumentar e expandir os recursos de fiscalização que abranjam toda a extensão da costa, utilizando todos os tipos de embarcações, incluindo barcos, frota aérea e micro-satélites;
- Reforçar o sistema de monitorização por satélite para embarcações, de modo a incluir módulos adicionais no sistema, como por exemplo zonas reservadas ou proibidas;
- Melhorar a interface de dados, estabelecendo uma ligação entre os dados recolhidos com recurso a fiscalização própria, por exemplo radares e satélites e dados de acesso livre, designadamente a informação disponibilizada pelo *Global Fishing Watch*;
- Envidar esforços com vista a afinar a coordenação entre as diferentes entidades envolvidas, dividindo responsabilidades e estabelecendo canais simples de comunicação;
- Alavancar a cooperação internacional, a fim de promover as melhores práticas de fiscalização, mediante o apoio de países parceiros;

- Desenvolver um Centro de Conhecimento Oceanográfico Costeiro, com o objectivo de agregar as informações de oceanográfico das regiões costeiras.

A formalização do sector de pesca artesanal poderá aumentar o valor unitário do pescado e melhorar o controlo dos *stocks* de peixe, existindo duas áreas de actuação: captura e distribuição.

De modo a controlar a captura:

- limitaremos a atribuição de licenças para captura de pescado em função das TAC;
- facilitaremos o acesso a licenças para aquicultura para facilitar a transição;
- implementaremos um sistema electrónico de controlo das licenças e dos detentores de licenças;
- promoveremos a instalação de um sistema electrónico nas embarcações para monitorização e controlo de movimentos;
- implementaremos um plano de realocação e formação de pescadores de pequena escala para projectos de aquicultura.

Com o objectivo de controlar e monitorizar a distribuição:

- estimularemos o uso de cooperativas através da atribuição de recursos pesqueiros e direitos exclusivos, medida esta que aumentará o controlo de qualidade;
- promoveremos uma maior utilização de Centros de Apoio à Pesca Artesanal (CAPA), recorrendo à proibição activa da venda de pescado nas praias.

Coordenar o desenvolvimento de infra-estruturas

Finalmente, reforçaremos a coordenação de planos de acção com outros sectores e apoiaremos o desenvolvimento de infra-estruturas, mediante o estabelecimento de parcerias público-privadas (PPPs). Diferentes tipos de infra-estruturas, em diferentes fases de desenvolvimento, exigirão diferentes tipos PPPs, tais como a atribuição de concessões a empresas privadas. As principais áreas para o desenvolvimento de infra-estruturas incluem entrepostos frigoríficos, especialmente no interior do País, e Centros de Apoio à Pesca Artesanal (CAPA), para apoio na fase de primeira venda de pescado.

As nossas prioridades imediatas até 2027

Potenciar o programa de desenvolvimento da aquicultura continental e marinha



- **Priorizar e demarcar os locais para a prática de aquicultura em terra** (com foco nas zonas norte e leste do país) **e no mar** (especialmente na parte norte da costa)
- **Divulgar informação sobre espécies com maior potencial** —Tilápia do Nilo, Bagre Africano e Camarão-branco, na aquicultura continental, e Moluscos e Camarão-branco, na Maricultura
- **Priorizar as jaulas/gaiolas e lagoas para aquicultura continental e as estruturas suspensas na coluna de água para a maricultura,** como tipos de tecnologia de exploração
- **Apoiar a práctica de aquicultura co-investindo na produção de alevinos de espécies priorizadas**
- **Atrair investidores privados, executar parcerias privadas existentes / planeadas e preparar abordagem a grandes produtores mundiais do sector**

Melhorar fiscalização das capturas de pesca industrial de forma a combater a pesca ilegal



- **Aumentar recursos de fiscalização para abranger toda a costa e todo o tipo de embarcações** (p. ex., barcos, frota aérea, micro-satélites)
- **Reforçar sistema de monitorização por satélite para embarcações (MONICAP), para incluir módulos adicionais** (p. ex., zonas reservadas ou proibidas no sistema) e melhorar a interface de dados, estabelecendo uma ligação tripartida dos nossos dados, dados recolhidos por recursos de fiscalização próprios (p. ex., radares, satélites) e dados de acesso livre (p. ex., Global Fishing Watch)

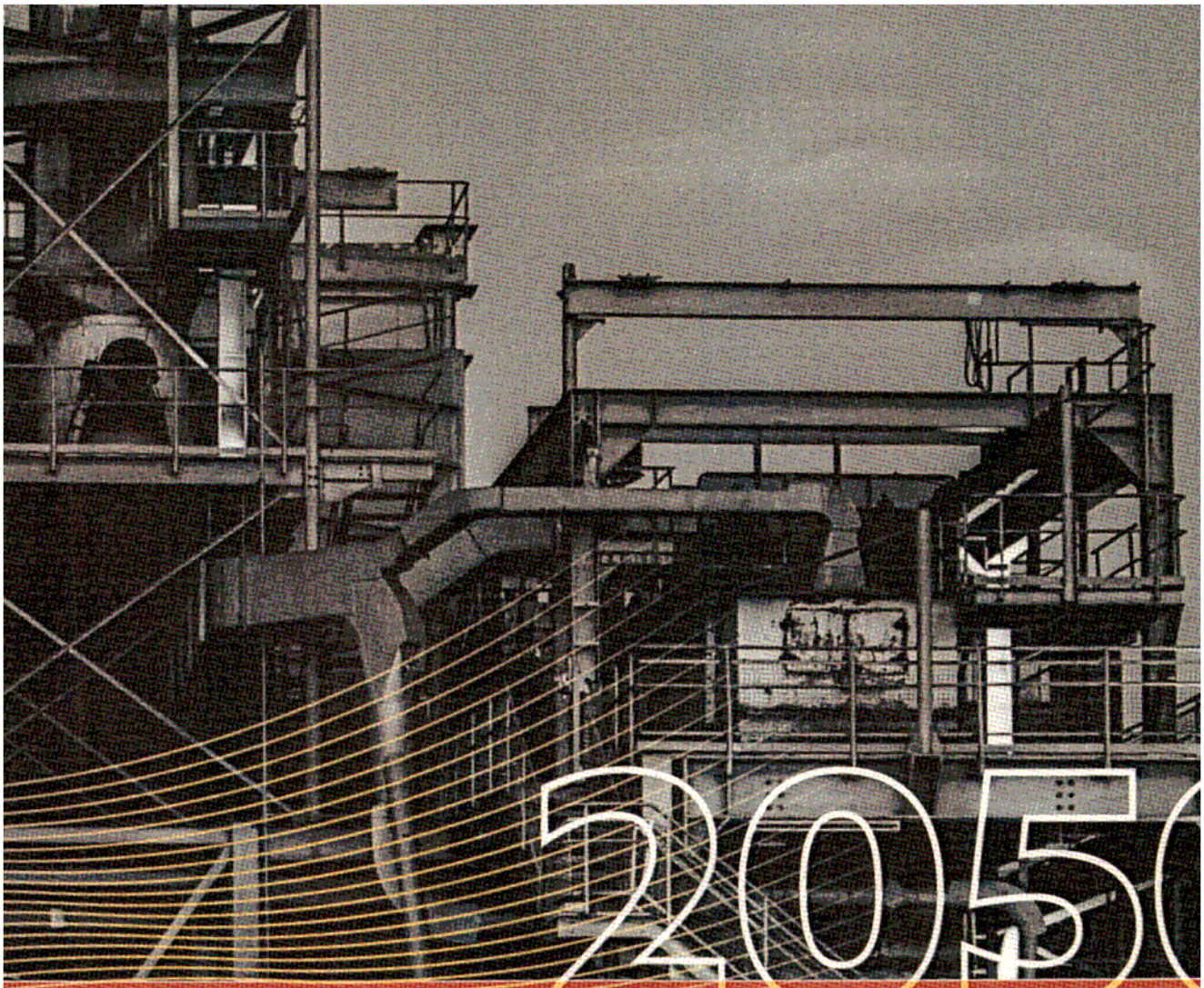
Iniciar processo de formalização da pesca artesanal, de forma a aumentar valor unitário do pescado e melhorar controlo dos *stocks* de peixe



- **Limitar atribuição de licenças,** reforçando a fiscalização das mesmas
- **Implementar plano de realocação e treino de pescadores artesanais** para projectos de aquicultura
- **Estimular uso das cooperativas,** através da atribuição de recursos de peixe e direitos exclusivos
- **Aumentar uso dos CAPAs,** nomeadamente desincentivando a venda de pescado nas praias

Desenvolver infra-estruturas e coordenação do sector através da atribuição da concessão de entrepostos frigoríficos a empresas privadas com capacidade para aumentar a competitividade e eficiência destas infra-estruturas





2050

8.4 Indústria

Uma Nação industrializada, aberta ao mundo, que potencia os seus recursos ao máximo


Metas principais
2022*
2030
2050
Contribuição do sector transformador para o PIB
(mil milhões de USD)
8,2
24,0
55,9
Indústria intensiva em recursos
(mil milhões de USD)
1,3
3,1
4,2
Indústrias de processamento simples, incluindo agro-indústria
(mil milhões de USD)
5,8
17,6
41,6
Indústria ligeira intensiva em mão-de-obra
mil milhões de USD)
0,1
0,7
5,9
Outras indústrias
(mil milhões de USD)
1,0
2,6
4,2
Número de postos de trabalho na indústria transformadora
(milhões)
0,3
0,8
2,1
*2022 ou ano mais recente disponível

A nossa visão

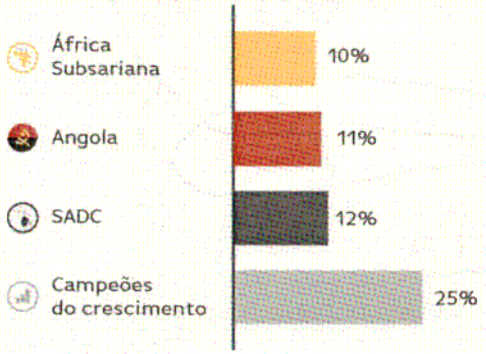
De forma a assegurar uma economia mais diversificada e sustentável, ambicionamos um sector transformador que aumentará a contribuição para o PIB em mais de 8x ao longo das próximas três décadas. O sector industrial será significativamente diferente em 2050, com níveis mais elevados de automatização e empregará quase dois milhões de angolanos, aproximadamente 7 vezes a força de trabalho industrial actual do País. O tecido industrial Angolano terá empresas capazes de competir com os seus pares regionais. Para concretizar esta ambição, vamos acelerar o crescimento do sector industrial do País e aumentar o respectivo dinamismo recorrendo a soluções de curto e longo prazo que englobem tanto medidas transversais como medidas dirigidas. Atrairemos investimento privado para robustecer a dimensão e a reputação do sector e eliminaremos os desincentivos existentes.

Quadro 35

Apesar do aumento do peso da indústria transformadora no PIB não petrolífero nos últimos anos, Angola permanece abaixo dos pares regionais

Peso do PIB da indústria transformadora no PIB não petrolífero, 2021

Angola abaixo dos pares regionais relativamente ao peso da indústria no PIB



Fonte: Banco Nacional de Angola; Banco Mundial

A estratégia de industrialização de Angola assenta na superação de vários desafios-chave. Historicamente, o sector transformador tem contribuído de forma pouco expressiva para o PIB não petrolífero. Embora essa contribuição tenha vindo a aumentar nos últimos anos, para sermos competitivos, é necessário maximizar o potencial de crescimento do sector em linha com os pares regionais (Quadro 35).

Nessa medida, criaremos as condições para que o sector concorra com os pares regionais, tanto em capacidade produtiva como em receitas. As experiências implementadas noutros países podem servir de inspiração – por exemplo, a Etiópia assistiu a um crescimento do PIB per capita superior a 5% ao ano num período de 20 anos. Isto foi possível graças a uma política deliberadamente dirigida ao desenvolvimento da indústria têxtil e do vestuário, sendo a Etiópia vista actualmente como um destino de excelência em África para os produtores de vestuário.

Implementaremos medidas de estímulo à indústria transformadora para criação de postos de trabalho, aumentando o número de empregos de cerca de 230 mil para cerca de 2,1 milhões até 2050. Para tal, impõe-se que enfrentemos os actuais obstáculos ao crescimento, designadamente, os elevados níveis de informalidade e operações de pequena escala a excessiva dependência do sector de importação de matérias-primas.

A dependência de Angola de matérias-primas importadas é ainda excessiva face às da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral, da África Subsariana e dos países líderes em crescimento. Esta realidade enfraquece a competitividade do sector e reduz o efeito multiplicador potencial do sector industrial no resto da economia, o que representa uma oportunidade perdida para criar um ciclo virtuoso de crescimento. Como tal, concentraremos o nosso esforço nas indústrias com margem de crescimento e potencial para se tornarem grandes exportadoras e receptoras de pagamentos em moeda estrageira.

O impacto da actual ausência de produtores líderes em exportações reflecte-se na balança comercial negativa ao nível da indústria transformadora, que representa -13% do PIB. Não obstante, o défice comercial no sector está em linha com os países da região da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral e da África Subsariana em geral, onde as importações industriais superam as exportações com margens idênticas. Em contraste, os "campeões" de crescimento registam excedentes comerciais industriais médios de 4% do PIB.

É crucial flexibilizar constrangimentos de natureza institucional. Apesar de dispormos de incentivos financeiros para impulsionar o sector – com isenções fiscais acima da média entre os países africanos– existem também múltiplos desincentivos que devem ser ultrapassados para que o País consiga atrair mais capital estrangeiro. Estes desincentivos, e soluções para os superar, estão pormenorizados no capítulo da Melhoria do Ambiente de Negócios.

Ao longo da última década, a indústria transformadora tem vindo a aumentar a sua contribuição para a economia angolana, tendo alcançado 6,5% do PIB, em média, nos três anos que antecederam 2019. Trata-se de uma trajectória positiva, mas ainda abaixo da região: no mesmo período, os Estados-membros da SADC registaram um valor médio de 11,5%, os países da África Subsariana alcançaram o patamar dos 10% e a África do Sul teve uma participação em torno dos 13,4% do PIB.

A insuficiência de grandes empresas industriais no País contribui, igualmente, para o atraso do sector industrial angolano relativamente aos pares regionais e globais (Quadro 36), o que explica o reduzido desenvolvimento do sector e, em certa medida, a pequena contribuição para o emprego e o nível reduzido de exportações. Noutras regiões de África, constata-se uma maior predominância de grandes empresas no sector do processamento alimentar, na produção de bens com elevada I&D e na indústria transformadora com uso intensivo de mão-de-obra e recursos.

Historicamente, conseguimos atrair empresas multinacionais no sector do petróleo e gás, com impacto directo no IDE. Vamos replicar o nosso sucesso no sector do petróleo e gás noutros sectores para atrair o tipo de investimento – e know-how internacional – que servirá de base ao lançamento da nossa visão para a industrialização.

Com este ensejo, os investidores terão de olhar para Angola como um parceiro atractivo no longo prazo.

Concentraremos os nossos esforços no desenvolvimento de indústrias com maior potencial de crescimento de valor acrescentado, invertendo o perfil de transformação existente. As três seguintes áreas apresentam vantagens competitivas que vamos alavancar para atingir os nossos objectivos para 2050:

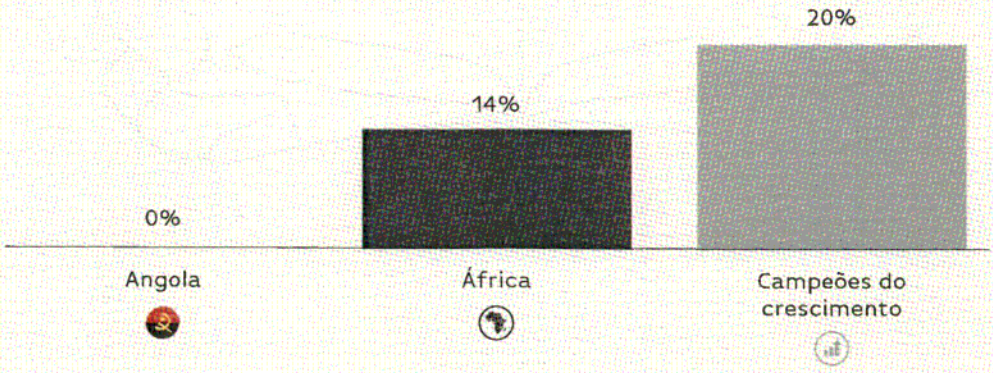
1. Dispomos de recursos naturais abundantes que podem promover indústrias como a petroquímica, siderurgia e cimentos;
2. Dispomos de um potencial agrícola enorme, com procura interna crescente, que pode abastecer o subsector da agro-indústria;
3. Dispomos de uma população jovem e numerosa que pode assegurar a produção industrial ligeira e de mão-de-obra intensiva, como é o caso dos sectores têxteis e do vestuário.

Para alavancar em toda a sua extensão o nosso potencial nestas áreas, precisaremos de atrair investimento privado em grande escala bem como integrar o desenvolvimento industrial no desenvolvimento de outros sectores primários e terciários. Fá-lo-emos eliminando constrangimentos estruturais, acelerando a política industrial em curso e resolvendo os principais desincentivos à indústria e outras questões específicas dos subsectores, através de medidas concretas para activar o nosso sector industrial.

Quadro 36

Necessidade de Angola assegurar a presença de multinacionais no tecido empresarial do País

Receitas das grandes empresas industriais[1] como % do PIB
% do PIB, 2016 ou ano mais recente



1 Empresas com receitas anuais superiores a 500 milhões de USD em Angola

FONTE: IHS Markit World Industry Service; IMF; Base de dados de empresas africanas 2018; McKinsey Corporate Performance Analytics; McKinsey African Companies Database 2018

As nossas soluções

A nossa prioridade é atrair investimento privado em larga escala para o sector industrial. Identificámos seis conjuntos de soluções, os dois primeiros dirigidos à eliminação de constrangimentos sistémicos transversais, por exemplo através da activação de grandes projectos emblemáticos ou de elementos-chave da política industrial e a eliminação de desincentivos ao investimento. As quatro soluções restantes visam resolver constrangimentos localizados em várias áreas da indústria. Cada solução proposta inclui intervenções de curto-médio prazo e medidas de longo prazo (além de 2027) necessárias para a concretização da visão ambicionada.



Activar projectos emblemáticos

No curto prazo, vamos acelerar a industrialização, iniciando projectos-chave em vários subsectores para garantir que os vários constrangimentos estruturais são resolvidos. Por exemplo, os dois maiores produtores metalúrgicos nacionais têm actualmente a produção limitada devido à ausência de indústrias de minério de ferro, capacidade energética reduzida e falta de acesso a moeda estrangeira para importação de liga de aço. Na mesma linha, a indústria química é afectada negativamente pela falta de produção local de matérias-primas, e a escassez de água e energia eléctrica afecta a indústria da madeira.

No médio e longo prazo, iniciaremos e ampliaremos mais projectos e asseguraremos em permanência que a infra-estrutura necessária para alavancar os projectos industriais é desenvolvida, reformada e mantida.

Vamos acelerar vários projectos emblemáticos já contratados, como a primeira siderurgia de Angola; o Centro Nacional Agro-alimentar; a construção de uma fábrica de pasta e papel; três fábricas têxteis com tecnologia de ponta para abastecer o mercado nacional; a mina de fosfato de Lucunga e o projecto da fábrica de fertilizantes; e três refinarias de petróleo de média escala.

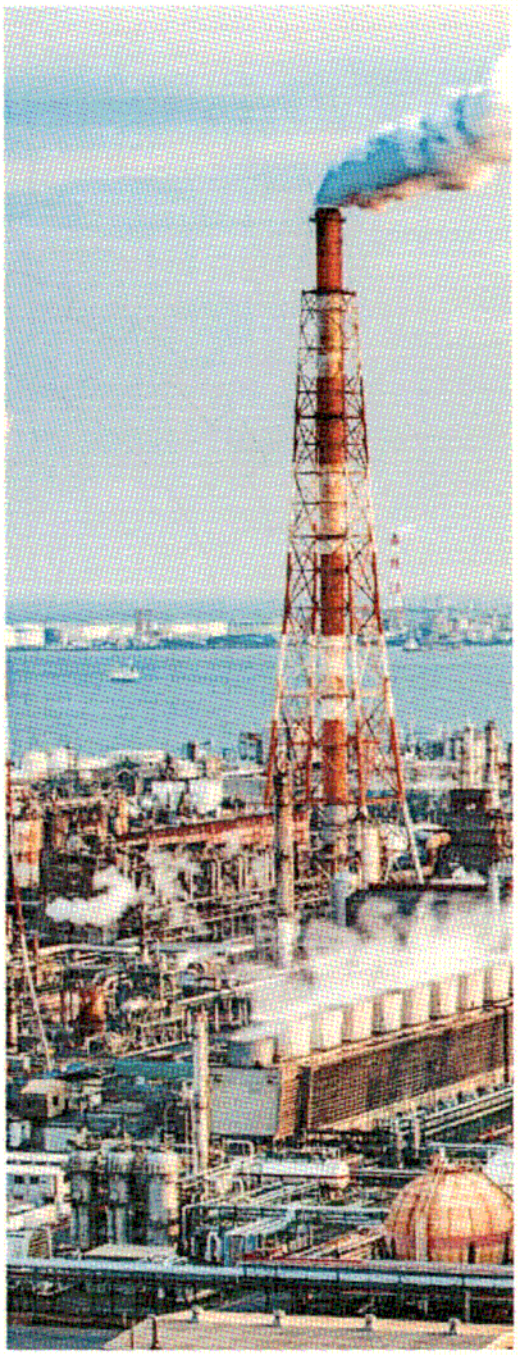
Activar elementos-chave da política industrial

A política industrial que implementaremos abrangerá a reactivação das zonas económicas especiais, com enfoque para os segmentos com potencial industrial como a agro-indústria, a produção de vestuário e sectores com elevado potencial exportador. Por exemplo, vamos continuar o processo de reactivação da Zona Económica Especial (ZEE) Luanda-Bengo, através da prioritização da atracção de investimento estrangeiro e o aumento das exportações. Tal exige a requalificação da ligação entre a ZEE e o Porto de Luanda, em especial a construção de uma linha ferroviária, favorecendo o transporte de matérias-primas e produtos acabados.

A escolha da localização das zonas económicas especiais será orientada para o acesso a rotas de transporte, investidores-alvo, destinos de exportação e disponibilidade de mão-de-obra. A distribuição geográfica das áreas industriais terá em conta as áreas com maior oferta de matéria-prima, como minério de ferro para siderurgia e produção agrícola para transformação de produtos agrícolas, bem como corredores ferroviários para transporte de produtos e para áreas de maior procura (Quadro 37).

Implementaremos uma estratégia clara no médio e longo prazo para atrair tanto o investimento privado nacional como investidores estrangeiros. Por exemplo, vamos seguir processos definidos, transparentes e competitivos para privatizações e concursos, baseados nas melhores práticas internacionais.

Para atrair empresas industriais para zonas económicas especiais, será necessário clarificar a legislação aplicável. Vamos criar equipas dedicadas a cada subsector bem como um documento estratégico e um plano de acção para cada subsector e materiais de marketing específicos para diferentes tipos de empresas. Implementaremos também um processo de acompanhamento de interessados em investir na indústria, o que poderá envolver a assinatura de memorandos de entendimento.



A AIPEX desempenhará um papel activo neste processo crucial para atrair investimento, funcionando como balcão único de atracção de investimento internacional, participando nos grandes eventos internacionais de investimento. A AIPEX procurará também estabelecer como nova prioridade para o investimento estrangeiro, o sector industrial, em particular alguns subsectores-chave como por exemplo o subsector do têxtil e do vestuário.

Neste contexto, vamos assegurar custos de produção competitivos e condições logísticas ideais para facilitar o sucesso da nossa política de industrialização. A lógica de contenção de custos de produção de *insumos* deve estar alinhada com uma política de custos de electricidade reduzidos para as empresas e de equilíbrio entre a importação de matérias-primas e a respectiva produção. Adoptaremos uma política agressiva de promoção das vantagens competitivas de Angola, nomeadamente os nossos custos de mão-de-obra actualmente competitivos. Garantiremos também uma responsabilidade clara de criação de empresas locais que permitam a certificação local dos produtos da indústria do País, ao nível de qualidade e incorporação local.

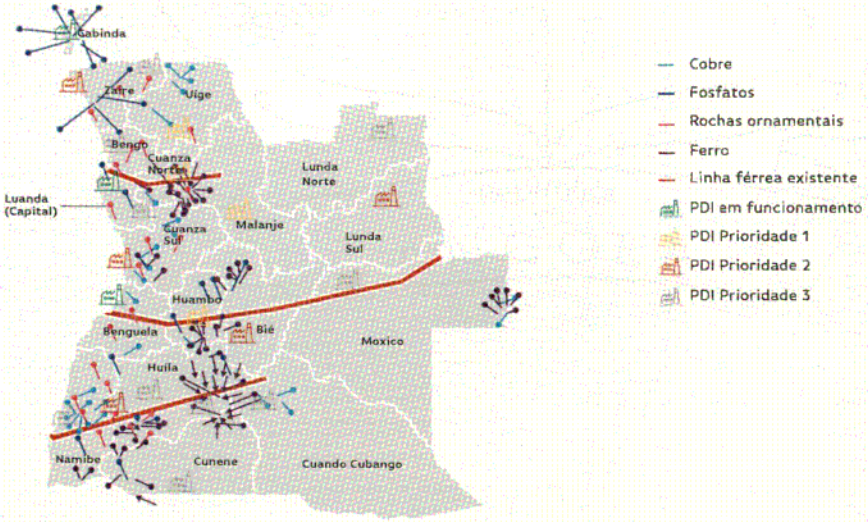
Em paralelo, atrairemos investimento, removendo desincentivos que actualmente bloqueiam o desenvolvimento do sector, por exemplo, melhorararemos o acesso ao crédito, estabelecendo sistemas de cobrança, controlo e partilha de informações e implementaremos benefícios fiscais que incentivem a produção industrial para exportação

Acelerar a produção intensiva em recursos extractivos e energia

A aceleração do crescimento do sector industrial do País é crucial, pelo que dinamizaremos o mesmo recorrendo a soluções de curto e longo prazo, designadamente através de medidas específicas dirigidas para diferentes subsectores. Desde logo, a produção intensiva, especialmente em recursos extractivos e energia.

Quadro 37

Pólos de desenvolvimento industrial (PDI) em 2050 deverão localizar-se nas zonas com maior oferta de matéria prima para a indústria assim como junto do transporte ferroviário



FONTE: Diagnostico dos sectores de Agricultura, Recursos Minerais e Indústria; Plano Director do Sector dos Transportes

No curto prazo, vamos concluir o plano director para o gás, assente na gestão integrada dos recursos e construção de refinarias até 2027 no Lobito, Soyo e Cabinda (assegurada a sua viabilidade económica). A criação deste plano director é essencial para a gestão dos recursos existentes e para o desenvolvimento integrado do subsector da petroquímica.

No médio e longo prazo, criaremos as condições para atrair investimentos para a construção de um *cracker* de etano e de uma fábrica de pasta e papel.



Desenvolver a agro-indústria

No curto prazo, desbloquearemos os constrangimentos associados a projectos agro-industriais com os quais já nos comprometemos. No médio e longo prazo, vamos criar áreas especializadas em transformação de produtos agrícolas ou "agropólos", implementar incentivos para atrair IDE e atrair startups para o sector agro-industrial.

Os agropólos, caracterizados pela proximidade a áreas agrícolas-chave, serão criados em regiões-chave com potencial agro-industrial, por exemplo no Huambo, nas Lundas, na Huíla e no Bié (Quadro 38).

Iremos estabelecer estas áreas com base nas culturas e produtos animais que são produzidos no País e priorizar os mais relevantes até 2050. O enfoque principal será nos subprodutos para consumo interno. A localização dependerá de uma série de critérios-chave que devem assegurar a optimização do processo de produção, incluindo designadamente os seguintes:

- proximidade a áreas agrícolas para garantir a consistência e a fiabilidade do fornecimento de *inputs*, bem como a qualidade dos mesmos – por exemplo, recorrendo a um modelo de agricultura contratada;
- proximidade a áreas urbanas, para garantir a disponibilidade de mão-de-obra, tanto de trabalhadores menos qualificados como de recursos mais qualificados;
- proximidade a redes de transporte como portos e estações ferroviárias para assegurar o transporte consistente de produtos acabados para os mercados nacional e de exportação, incluindo retalhistas, intermediários e consumidores finais;
- o tipo de produto a ser processado – por exemplo, as cervejas à base de milho podem ser processadas em Luanda, enquanto os lacticínios poderão ser processados no Huambo.

Os agropólos também serão escolhidos com base nos respectivos benefícios financeiros, tais como custos energéticos competitivos e disponibilidade de serviços partilhados para criar um balcão único para agronegócios.

Assim, implementaremos incentivos para atrair investimento estrangeiro privado especificamente para o sector de transformação de produtos agrícolas, por exemplo, empresas de transformação de produtos agrícolas. Criaremos um quadro de benefícios fiscais e isenções aduaneiras, por exemplo, à importação de máquinas e equipamentos. Os investidores estrangeiros poderão concentrar a actividade na produção de produtos processados para exportação.

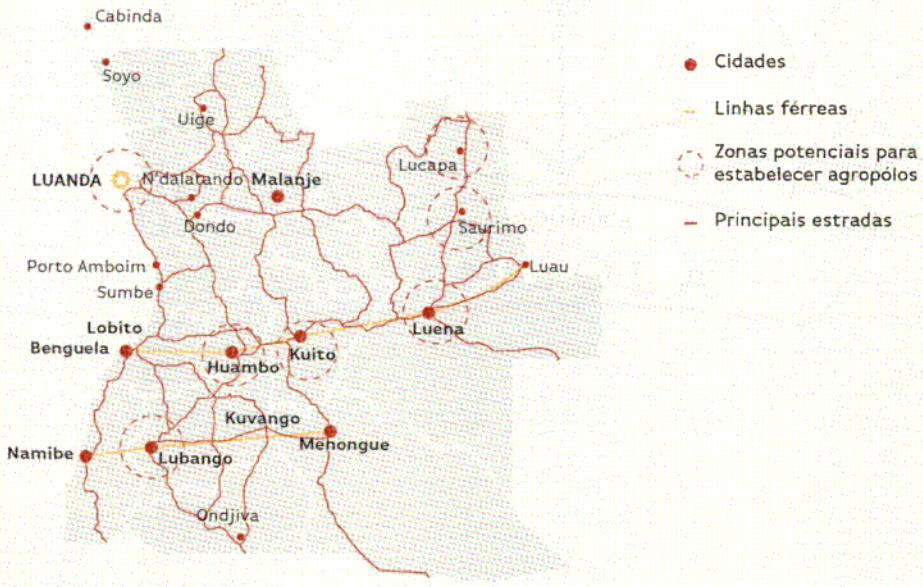
Finalmente, criaremos as condições para atrair startups com tecnologia e *know-how* para desenvolver subsegmentos de nicho, mas com elevado potencial, da agro-indústria – por exemplo na fileira da mandioca.

Apostar na indústria ligeira

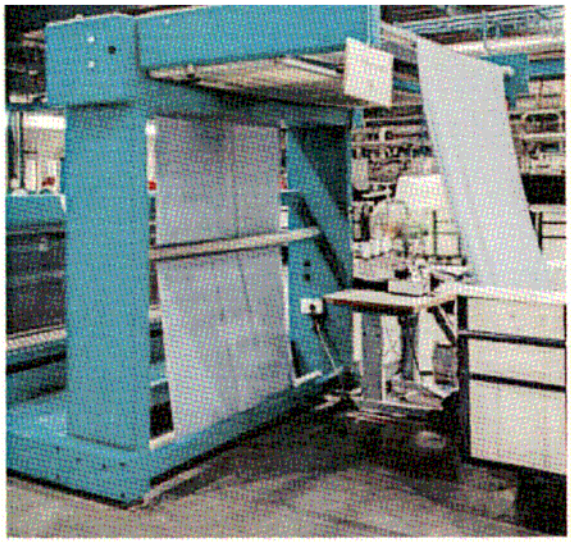
No curto prazo, vamos concentrar-nos no desenvolvimento da indústria de produção de vestuário e outra indústria ligeira como a de móveis e jóias, atraindo investidores estrangeiros e promovendo custos de mão-de-obra competitivos em Angola.

Quadro 38

Localização potencial de agropólos em Angola em 2050



Fonte: Entrevistas com especialistas



Em paralelo, criaremos condições favoráveis ao investimento internacional e aproveitaremos as fortes relações comerciais com os principais parceiros comerciais.

Tiraremos igualmente partido do movimento de procura de produtos *"made in Africa"* e, no médio e longo prazo, vamos estabelecer uma equipa multidisciplinar cujo enfoque principal será visitar países como a China e Estados Unidos da América para atrair investidores para sectores de indústria ligeira intensiva em mão-de-obra, como o do vestuário angolano.

Garantir a melhoria do sistema nacional da qualidade

Para para garantir capacidade de exportação e integração dos nossos produtos na SADC e outras regiões, bem como a melhoria da qualidade dos produtos para o consumo interno e o reconhecimento do "Made in Angola" e "Made in Africa" como factores positivos, iremos reforçar o sistema nacional de qualidade. O Programa de Melhoria do Sistema Nacional da Qualidade irá garantir, fundamentalmente, que o País disponha de uma infra-estrutura institucional capaz de definir e adoptar normas e medir o cumprimento de requisitos, equipada com organizações independentes para avaliar a conformidade dos produtos, serviços ou processos e de entidades terceiras que atestem a capacidade dessas organizações.

Desenvolvermos a infra-estrutura da Qualidade em torno dos seus três elementos: Normalização, Metrologia e Acreditação; trabalhando em harmonia com actividades de avaliação da conformidade (inspeção, ensaios, certificação, etc.) e acompanhamento (fiscalização) do mercado. A esse fim vamos tomar as seguintes acções:

- Elaboraremos uma Política Nacional da Qualidade
- Concluiremos o processo de reactivação do funcionamento do Conselho Nacional da Qualidade (CNQ), e o consequente reforço do Sistema Nacional da Qualidade
- Incentivaremos e envolveremos as grandes empresas públicas, grandes empresas privadas, empresas multinacionais com grande implementação em Angola e grandes laboratórios, a adoptarem e participarem activamente nos processos da qualidade e se converterem em referências para qualidade nacional
- Promoveremos a celebração no reforço de memorandos e ou acordos de cooperação com principais parceiros comerciais actuais e futuros
- Descentralizaremos os serviços do Instituto Nacional das Infra-Estruturas (INIQ), mediante a regionalização e provincialização dos seus serviços essenciais;

Iremos também concluir os processos de filiação junto de organismos internacionais já em curso (por exemplo ILAC, IAF e AFRAC) mas também procurar filiações noutros organismos internacionais que actuem no âmbito da qualidade ao nível mundial.

Incentivar a montagem local de elevado valor

A indústria de montagem local de elevado valor será incentivada, nomeadamente através da produção de outros bens de consumo para a indústria automóvel mas também de outras indústrias de montagem como electrodomésticos e produtos de electrónica. No curto prazo, tornaremos as unidades industriais do sector de montagem de veículos, pneus e lubrificantes mais competitivas.

No médio e longo prazo, consolidaremos uma política de substituição de importações no sector dos bens de consumo e atrairemos fabricantes de equipamento original com o objectivo de fazer a transição da importação de veículos acabados para a respectiva montagem.

As nossas prioridades imediatas até 2027

Maximizar a utilização dos pólos industriais e ZEE, bem como das principais infra-estruturas industriais

- **Acelerar ocupação por privados dos pólos já infra-estruturados (três com maior potencial: Fútila, Viana e Catumbela)**
- **Envolver sector privado na construção e gestão de alguns pólos** (p. ex. Lucala, Malanje e Caála) onde já existem empresas
- **Continuar processo de reversão dos contratos de cedência de lotes de terrenos (devido à não concretização dos investimentos),** de modo a libertar espaço para a instalação de novas indústrias
- **Continuar vaga de alienação / concessão de activos da ZEE Luanda-Bwengo**
- **Criar o Programa Integrado de Apoio a Micro e Pequenas Empresas Industriais (PIAMPEI),** tendo como enfoque a criação de uma linha de crédito dedicada ao sector privado, o acompanhamento de cada projecto a executar utilizando os Parques Industriais Rurais (PIR) existentes
- **Promover as cadeias de valor da Mandioca e do Cacau através da dinamização de cooperativas industriais e através da promovendo o acesso ao crédito**
- **Promover os PIR's e PDI's, no sentido de os tornar mais atrativos ao investimento privado**

Potenciar a fabricação intensiva em recursos extractivos e energia, com foco nos projectos emblemáticos

- **Concluir o Plano Director de Gás** para gestão integrada de recursos
- **Concluir a construção das refinarias de Cabinda, Soyo e Lobito** até 2027

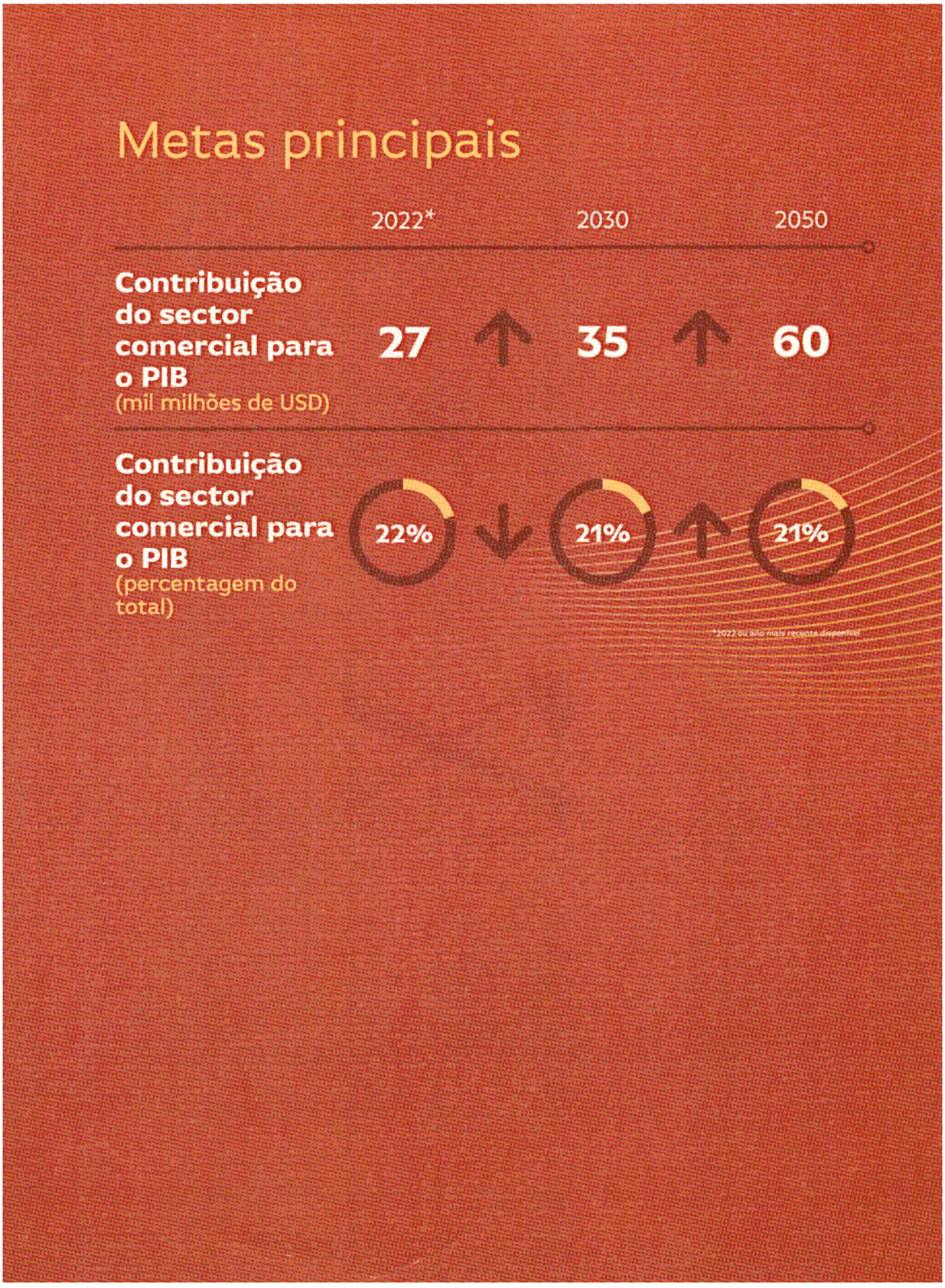
Promover a agro-indústria

- **Desenvolver agropólos em áreas agrícolas chave**
- **Garantir o desenvolvimento de infra-estruturas necessário para assegurar auto-suficiencia na produção e transformação de grão no País,** assim como da produção dos seus derivados

Atrair investimento privado para desenvolver a produção intensiva de vestuário localmente

- **Promover benefícios fiscais para a importação de matérias-primas para o sector do têxtil**
- **Agilizar processos de obtenção de licenças de exportação / importação e vistos** para investidores e trabalhadores estrangeiros
- **Fomentar a participação de IDE no sector**


2050
8.5 Comércio
Uma Nação auto-suficiente, aberta ao comércio e ancorada num sector comercial sólido e formalizado


Metas principais
2022*
2030
2050
Contribuição do sector comercial para o PIB
(mil milhões de USD)
27
35
60
Contribuição do sector comercial para o PIB
(percentagem do total)
22%
21%
21%
*2022 ou ano mais recente disponível

A nossa visão

Até 2050, o nosso sector comercial duplicará o seu contributo em valor absoluto– empregando mais de 4 milhões de pessoas. A nossa visão está ancorada numa Angola menos dependente das importações e satisfazendo as crescentes necessidades de consumo através da produção interna. Desse modo, além de termos um sector de comércio indutor da transacção de bens e serviços de produção nacional, estaremos plenamente integrados a nível regional, abertos ao comércio internacional e com maior grau de eficiência em relação aos processos de importação e exportação.
O nosso sector comercial será incomparavelmente mais formalizado e teremos uma adopção muito superior do comércio electrónico.

Excluindo o sector do petróleo e gás, o comércio é o maior sector da economia angolana, representando actualmente 22% do PIB e gerando 2,5 milhões de postos de trabalho – cerca de 20% do total de postos de trabalho no País.

Para alcançarmos a nossa ambição, levaremos a cabo uma mudança de paradigma, baseada na transição de Angola de nação dependente de importações a país auto-suficiente, capaz de satisfazer uma grande parte das necessidades de consumo com a produção interna. Para o efeito, apoiaremos o crescimento e a eficiência dos nossos sectores produtivos recorrendo à optimização de cadeias de valor nacionais, à criação de agregadores no sector agrícola e à expansão de plataformas logísticas.



Integrar-nos-emos plenamente com os nossos vizinhos regionais, aproveitando a crescente procura e desempenhando um papel mais activo nos acordos comerciais, tais como a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e a Zona de Comércio Livre Continental Africana. Tais acordos de comércio intra-regional deverão apoiar Angola a mitigar possíveis riscos inerentes à presente tendência de multipolaridade. Implementaremos reformas ao nível do processo aduaneiro para uma maior eficiência nas actividades de importação e exportação. Estamos também convencidos de que a integração regional impulsionará o crescimento do comércio electrónico no nosso País.

Formalizaremos o sector para apoiar o crescimento sustentável, criando concessões para mercados em todo o País e promovendo o crescimento de plataformas facilitadoras, como o *mobile money* ou sistemas de transparência de preços.

Adicionalmente, reposicionaremos o papel do Estado no sector do comércio, reduzindo-o, essencialmente, à monitorização e controlo; por exemplo, modernizaremos o modelo da Reserva Estratégica Alimentar que deverá alavancar as ferramentas tecnológicas existentes para mapear as necessidades de consumo e produção de uma forma mais eficiente e eficaz. Submeteremos a regulamentação comercial a uma revisão para garantir um maior controlo sanitário.

As escolhas que enfrentamos

O preço dos alimentos em Angola é cerca de cinco vezes mais volátil quando comparado com os nossos pares, o que em grande medida se fica a dever à nossa dependência das importações e à exposição a flutuações cambiais. Embora a maior parte do nosso consumo alimentar seja satisfeito pelas importações, desde 2015, as limitações de acesso a moeda estrangeira, a desaceleração da nossa economia nacional e a substituição das importações por produção interna levaram à redução das nossas importações para quase metade. No passado, desempenhámos um papel importante enquanto grandes exportadores de produtos agrícolas, pelo que um dos nossos objectivos é reproduzir esse modelo de sucesso no futuro.

Estima-se, que o crescimento da nossa agricultura, pecuária, pesca e produção industrial, até 2050, poderá mudar a nossa dependência das importações. Para tal, asseguraremos que a produção se materializa e que desenvolveremos as redes de distribuição, as cadeias de frio e a logística necessárias para apoiar a comercialização destes sectores.

Existem vários desafios que teremos de superar para desenvolvermos o sector do comércio. Em primeiro lugar, precisamos de nos orientar para a formalização do sector informal, algo que já foi iniciado com o PREI (Programa de Reconversão de Economia Informal). Actualmente, temos um elevado nível de informalidade – mais de 80% da nossa força de trabalho é informal. O emprego informal inclui trabalhadores independentes fora do sector formal, os que trabalham em empresas familiares, membros de cooperativas de produtores no sector informal e empregados sem contratos formais. A actividade económica informal resulta numa reduzida estabilidade de emprego, alta precariedade das condições de trabalho e numa menor tributação. Uma maior formalidade proporcionará melhores condições de trabalho aos membros mais vulneráveis da nossa população, designadamente às pessoas com rendimentos reduzidos e aumentará as receitas fiscais.

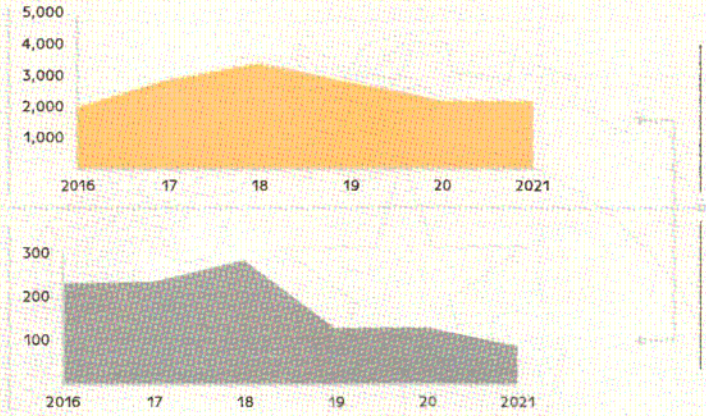
Existem também oportunidades de melhoria a nível do nosso sistema de supervisão dos mercados e comerciantes, exigindo-se resposta ao nível da segurança alimentar dos produtos comercializados. O risco de contaminação é especialmente preocupante em contextos de pandemia.

Por fim, os níveis de controlo e a capacidade de monitorizar os preços dos produtos comercializados são ainda insuficientes. Estes factores constituem desafios para a implementação bem-sucedida de políticas destinadas a apoiar a produção nacional.

Quadro 39

De facto, as necessidades de consumo da maioria dos produtos alimentares são satisfeitas com recurso a importações...

Produtos agrícolas e alimentares. Milhões USD. 2016-2021



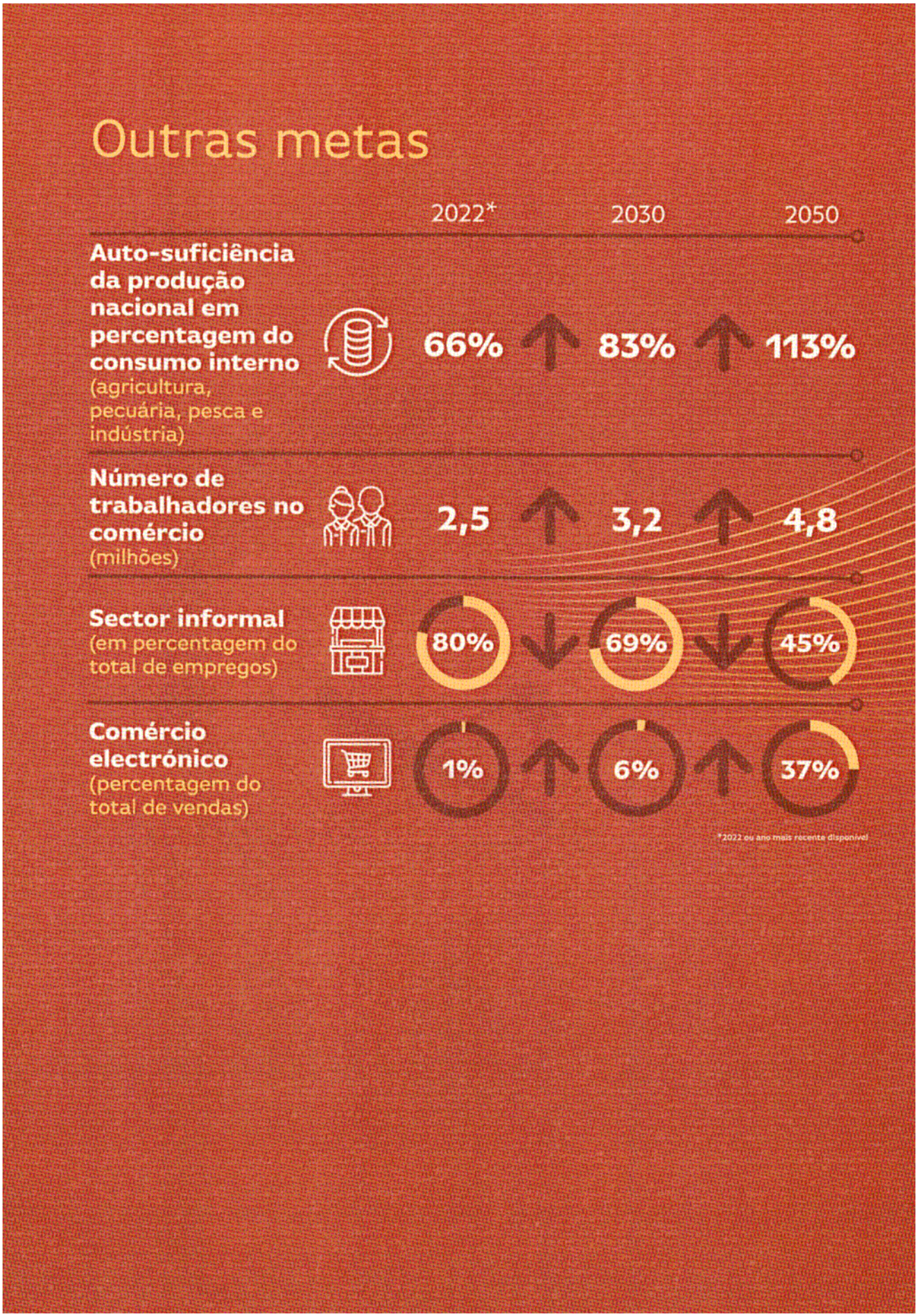
Importações

- Desde 2015, a combinação de **falta de acesso a moeda estrangeira, desaceleração da economia e substituição** orientada para a **produção doméstica, cortou as importações em quase metade** – estando os valores actuais muito próximos dos de 2007/08
- Os **principais fornecedores de alimentos**, representando >50% das importações, são (por ordem de importância) **Portugal, Brasil e África do Sul**

Exportações

- Angola foi até à década de 90 um **importante exportador de café, algodão e tabaco**
- Actualmente, o nível de **exportações é consideravelmente baixo** (~140 milhões USD)

FONTE: World Trade Organization


Outras metas
2022*
2030
2050
Auto-suficiência da produção nacional em percentagem do consumo interno (agricultura, pecuária, pesca e indústria)
66%
83%
113%
Número de trabalhadores no comércio (milhões)
2,5
3,2
4,8
Sector informal (em percentagem do total de empregos)
80%
69%
45%
Comércio electrónico (percentagem do total de vendas)
1%
6%
37%
*2022 ou ano mais recente disponível

As nossas soluções

A concretização da nossa visão rumo a uma mudança de paradigma no sector comercial, da dependência de produtos importados para a comercialização de produtos nacionais, requer apoio ao crescimento e eficiência dos nossos sectores produtivos, pelo que aumentaremos a eficiência das cadeias de valor de importação e exportação, formalizaremos o sector comercial e reveremos o papel do Estado no sector.

Apoiar o crescimento e a eficiência dos nossos sectores produtivos

Apoiaremos o crescimento sustentável dos nossos sectores produtivos, promovendo a emergência de agregadores de produção privados capazes de completar as cadeias produtivas e reduzir as suas perdas e expandiremos as redes de mercado e plataformas logísticas.

Promover o associativismo e as cooperativas

O associativismo aumenta a produtividade dos agricultores nacionais, melhora a cadeia de valor e facilita o acesso ao mercado. Paralelamente à nossa estratégia para o sector da agricultura e pecuária, promoveremos o desenvolvimento de cooperativas e outras formas de associação para agregar o acesso a insumos e equipamentos e a respectiva produção e distribuição, bem como para promover a partilha de conhecimento. Por exemplo, o fornecimento de equipamentos de irrigação e a provisão de instalações de armazenamento e processadores para a produção agrícola serão apoiados por centros agrícolas e *clusters* de agro-negócio. Os aceleradores de negócios proporcionarão a formação empresarial e o acesso de PMEs e associações de agricultores seleccionadas a financiamento.

Melhorar a cadeia de produção

As perdas ao longo da cadeia de produção podem ser reduzidas graças à tecnologia e a uma maior proximidade entre os produtores e os grossistas e retalhistas. As perdas na fase de produção normalmente devem-se a produtos danificados no momento da colheita ou a produtos que não são vendidos porque o preço de mercado é muito reduzido. A fase de armazenamento e transporte pode levar a perdas decorrentes de produtos inutilizados devido à ausência da tecnologia necessária para os armazenar à temperatura e humidade ideais, ou porque o armazenamento é prolongado, por impossibilidade de transporte. A falta de capacidade de gestão de processos também pode levar a perdas.

Para superar estas perdas ao longo da cadeia de valor, aumentaremos a capacidade de armazenamento de longo prazo a frio de perecíveis e aumentaremos o acesso a técnicas de processamento e armazenamento a custo reduzido, recorrendo, por exemplo, a evaporadores para refrigeração, sacos de armazenamento, silos metálicos e engradados. Incentivaremos também a realização de contratos directos com distribuidores, daremos formação a técnicos e apoiaremos o acesso a unidades móveis de processamento. Adicionalmente, aumentaremos as soluções de custo reduzido para expandir a capacidade de armazenamento, melhorar as condições e práticas de processamento de produtos e reduzir a distância entre o produtor e o consumidor.

Expandir as redes de centros de distribuição

Expandiremos os nossos centros de distribuição com o objectivo de obter poupanças em escala, permitir uma maior supervisão e superar os desafios inerentes às longas distâncias que os produtos percorrerão no País, tanto nas cidades como entre regiões. Os mercados também vão aumentar a competitividade e superar os actuais níveis reduzidos de inspecção das importações.

Seguiremos as melhores práticas de logística e de centros de distribuição – isto significa acrescentar valor aos produtos pelo processamento, armazenamento e comercialização entre retalhistas.

Aplicando as melhores práticas, implementaremos um modelo no qual os mercados são construídos por entidades públicas, mas geridos por entidades privadas e, a exemplo de outros países, o número e a configuração dos mercados no País serão ajustados (Quadro 40).

Actualmente, Luanda tem menos mercados quando comparada com outras cidades, as quais dispõem, em média, de cerca de dois a três mercados por 100 mil habitantes. Este défice destaca-se especialmente no caso dos pontos de venda locais. Luanda precisaria de um mercado abastecedor para cada 1,5 milhões a 3 milhões de habitantes, localizado nas principais vias de acesso, um mercado de cidade para cada 400 mil a 800 mil habitantes, sendo esses mercados geograficamente distribuídos entre os municípios, e um mercado local para cada 30 mil a 60 mil pessoas, com distribuição geográfica dentro dos municípios.

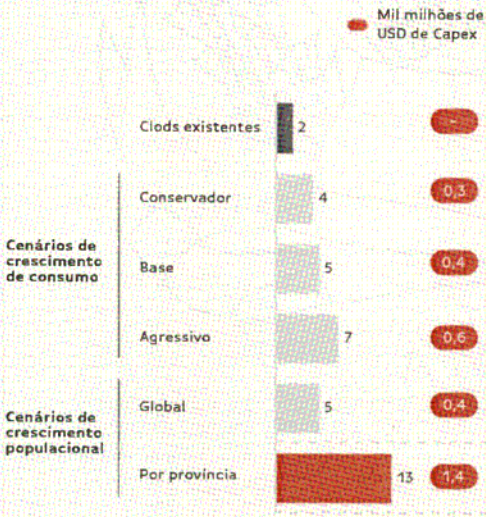
Estes rácios apontam para uma configuração ideal para Luanda de dois a quatro mercados de abastecimento, oito a 16 mercados na cidade, e 120 a 180 pontos de venda locais. A mesma abordagem deve ser replicada no resto do País.

Ao escolher a localização dos centros de distribuição, teremos em conta os seguintes factores: acesso a estradas no caso de produtos frescos; acesso à infra-estrutura ferroviária de ligação aos portos para outros produtos; proximidade dos produtores para minimizar as viagens de retorno e dos pontos de fronteira para melhorar a inspecção; proximidade da mão-de-obra disponível; disponibilidade de terrenos acessíveis; e acesso à infra-estrutura de apoio, como energia e água canalizada.

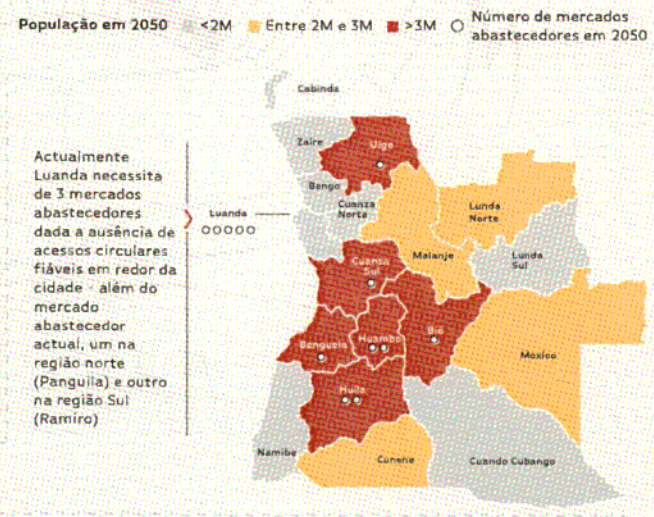
Quadro 40

Relativamente à rede de distribuição e logística nacional, será necessário reforçar a rede de mercados abastecedores, tendo em conta os cenários de crescimento populational e de consumo

Número de mercados abastecedores por tipo de cenário de crescimento[1]



Mapa de presença de mercados abastecedores potenciais até 2050[2]



1 Com base em múltiplos de cada cenário de crescimento
2 Assumindo que Luanda necessitaria actualmente de 3 mercados abastecedores tendo em conta a sua população actual em Luanda, o que dá uma aproximadamente um rácio de 1 mercado abastecedor por cada 3 Milhões de habitantes

Melhorar a eficiência na cadeia de importação e exportação

Implementaremos reformas no processo aduaneiro, recorrendo especialmente à digitalização. Rectificaremos também os acordos regionais em fases para apoiar a exposição ao comércio internacional, protegendo, ao mesmo tempo, a produção nacional.

Empreender reformas no processo aduaneiro

Levaremos a cabo uma reestruturação do processo aduaneiro – incluindo o aumento da digitalização, cooperação regional e formação – para melhorar a nossa integração no comércio internacional.

Permitiremos o processamento electrónico da informação de expedição exigida pela alfândega. Beneficiaremos também de sistemas electrónicos de intercâmbio de dados aduaneiros, que nos ajudarão a promover o comércio internacional, a combater a fraude e a monitorizar informações estatísticas sobre transacções de comércio externo. A capacidade de adaptar o quadro regulamentar às novas tecnologias da informação é crucial.

Lançaremos um portal único online para ligar comerciantes, autoridades alfandegárias e outras agências envolvidas no comércio internacional.



Isto permitirá aos comerciantes arquivar informação e documentação padrão acedendo a um único ponto de entrada para cumprir todos os requisitos regulamentares relacionados com a importação, a exportação e o tráfego. O portal partilhará informações relevantes com todas as partes envolvidas no comércio, incluindo participantes privados, como bancos e seguradoras, e órgãos públicos, incluindo imigração e registo de veículos.

Implementaremos inspecções baseadas no risco, recorrendo a *scanners* para limitar a necessidade de inspecção física dos contentores. O *scanning* de todos os contentores gera atrasos, razão pela qual preferimos utilizar *scanners* de forma eficiente, em conjunto com perfis baseados no risco, contribuindo assim para um processo comercial mais eficiente.

Aprofundaremos a cooperação regional e aceleraremos os acordos comerciais que aumentam a cooperação transfronteiriça e reduzem os postos de controlo, permitindo que a carga circule livremente e com o mínimo de paragens. Cooperando regionalmente, promoveremos a criação de mercados regionais, gerando economias de escala para as empresas locais; aumentaremos a concorrência, os fluxos comerciais e os parceiros de cooperação; e melhoraremos os processos fronteiriços. Globalmente, estas melhorias de eficiência traduzir-se-ão na poupança de custos e no aumento da velocidade do comércio internacional.

Celebrar acordos internacionais, regionais e intercontinentais

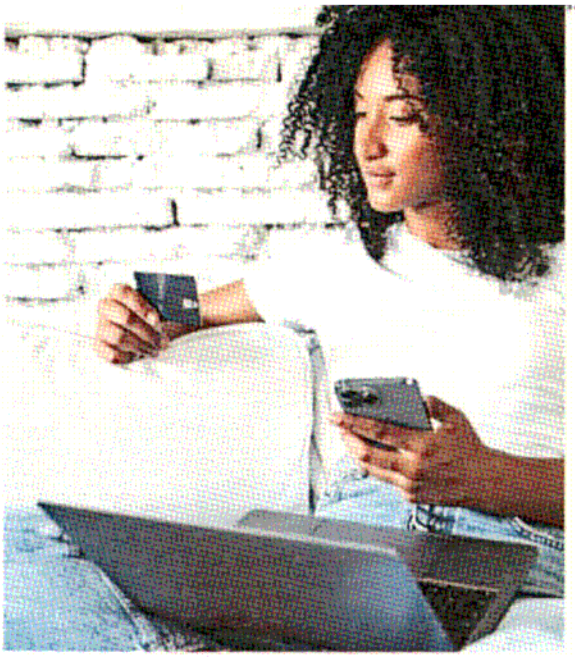
O comércio intra-regional em África é inferior ao de outros blocos. O objectivo de África para 2040 é que uma Área de Livre Comércio Africana receba uma percentagem do comércio intra-regional semelhante à da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN).

Tomaremos medidas que conduzam a uma participação mais próxima nas zonas de comércio livre, começando pela maximização do nosso papel na SADC, passando pela participação no acordo tripartido, e, finalmente, no Acordo da Zona de Comércio Livre Continental Africana. O acordo tripartido de comércio livre, estabelecido entre países da SADC, a Comunidade da África Oriental, e o Mercado Comum da África Oriental e Austral, visa a integração comercial e o desenvolvimento industrial e de infra-estruturas.

Irá ser criada uma Comissão Nacional de Negociações Comerciais (CNNC). A CNNC irá estar responsável por assegurar que os interesses nacionais sejam considerados nas negociações nos blocos económicos dos quais Angola faça parte. Adicionalmente, de forma a garantir que os interesses nacionais sejam salvaguardados irá ser feito um esforço para monitorizar as importações através da Autoridade Nacional para as Medidas Correctivas.

A criação de indústria e capacidade instalada que nos permita competir com outros países é requisito prévio da adesão à zona de comércio livre da SADC. Identificámos uma lista de políticas dirigidas ao aumento da competitividade. Estas políticas incluem políticas de crédito, protecção tarifária e barreiras não tarifárias, bem como medidas para promover a agricultura. As medidas de maximização do nosso potencial na SADC incluem a instalação de um posto fronteiriço único, no qual a inspecção tem lugar num só sentido e é simplificada; a promoção do desenvolvimento de corredores de transporte para encorajar o comércio rodoviário com países vizinhos sob iniciativas da SADC; e o apoio à operação eficiente do Sistema Integrado de Liquidação Electrónica Regional da SADC, que trata de transacções entre diferentes bancos na região, reduzindo o tempo e os custos das transacções. Participaremos também em acordos com outros blocos regionais para encorajar as exportações para esses espaços – como o Acordo SADC-União Europeia – e emitiremos licenças de importação em espaços estrategicamente mais bem colocados.

Assumir uma postura competitiva no âmbito da Zona de Comércio Livre Continental Africana, requer um forte desenvolvimento industrial no curto prazo. Os países com maior capacidade produtiva industrial revelam maior crescimento face a outros países sempre que estão integrados em blocos económicos.



Formalizar o sector do comércio

Implementaremos medidas para formalizar os mercados comerciais e impulsionar o comércio electrónico.

Formalizar os mercados de comércio informal

Iremos formalizar os mercados comerciais, continuando os esforços já iniciados pelo PREI, desencadeando pelo menos cinco áreas de actuação.

Através de um regime de concessões de gestão e manutenção de mercados públicos, garantindo que as condições são adequadas para que funcionem de forma óptima com áreas de armazenamento, casas de banho e posto de socorro. Identificaremos também um modelo de gestão eficaz para os mercados que possa resultar na prestação de serviços adicionais, tais como o arrendamento de armazéns e estacionamento.

Criaremos plataformas de preços que revelem o preço médio diário dos produtos comercializados nos mercados de fornecimento para encorajar a transparência, confiança e estabilidade para os vários produtores.

Planeamos desenvolver um ecossistema bancário móvel através da criação da infra-estrutura central necessária e incentivaremos a utilização da mesma, dando formação a comerciantes.

Simplificaremos o nosso sistema fiscal e disponibilizaremos apoio administrativo para auxiliar os comerciantes no pagamento de impostos e licenças de vendas.

Formalizaremos os pontos de venda, criando mecanismos de incentivo que estimulem a mudança de mercados de rua para comércio a retalho, os quais podem incluir a reformulação das regras aplicáveis aos mercados imobiliários, bem como medidas fiscais.

Impulsionar o comércio electrónico

Colocaremos em prática um conjunto de iniciativas para impulsionar o comércio electrónico. Numa primeira fase, as iniciativas destinar-se-ão apenas aos retalhistas que utilizam o comércio electrónico. No entanto, gradualmente, procuraremos apoiar o comércio electrónico local e, em última análise, global.

Começaremos por desenvolver o nosso sistema legal e regulatório dirigido ao comércio electrónico e criaremos um sistema de entregas eficiente, por exemplo, introduzindo códigos postais e formalizando endereços de rua, e incentivaremos a entrada de agentes económicos de referência na área de distribuição de encomendas.

Reposicionar o papel do Estado

O posicionamento do papel do Estado no sector comercial deve ser reavaliado no sentido da sua redução à mera actividade de monitorização e controlo. Assim, iremos continuar a melhorar o modelo da Reserva Estratégica Alimentar (REA) e rever a regulamentação comercial.

Reforçar o modelo da Reserva Estratégica Alimentar

Vamos continuar a desenvolver e a modernizar a REA para melhor servir a população. Melhoraremos a REA continuamente, continuando a aumentar a transparência e a minimizar custos e perturbações de mercado. Iremos continuar a publicar orientações explícitas e previsíveis para a política de compra e venda, a publicar critérios para activação de emergência e continuaremos a simplificar o acesso a fundos de emergência para garantir uma capacidade de resposta imediata e eficiente. Iremos continuar a utilizar concursos públicos para alocar reservas ao sector privado e utilizaremos monitorização digital em tempo real de todas as acções.

Rever o quadro regulamentar

As actuais regras de importação incluem uma visão a longo prazo para substituir produtos locais por produtos importados, mas Angola tem de melhorar no que toca à qualidade e aos *standards* de segurança alimentar – está posicionada em 101.º lugar no Ranking Global de Segurança Alimentar, abaixo de muitos países da África Subsaariana. A nossa legislação actual prevê um sistema de inspecções, mas as normas consideram apenas as indicações do *Codex Alimentarius* da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura e da Organização Mundial de Saúde.

As melhores práticas no controlo da qualidade dos alimentos devem ser implementadas tanto no plano institucional como laboratorial. Actualmente, o Laboratório Nacional de Qualidade Alimentar no Comércio, sob a tutela do Ministério do Comércio, efectua análises microbiológicas de alimentos, águas e superfícies. No entanto, a criação do Serviço Nacional de Controlo de Qualidade Alimentar, que será composto por quatro laboratórios regionais, foi aprovada em 2019. Existem também instituições privadas que, por exemplo, monitorizam a água utilizada na indústria alimentar.

A regulamentação de diversas salvaguardas-chave para proteger a qualidade dos alimentos é crucial e pressuposto do aumento das nossas exportações. Em primeiro lugar, trataremos do capital humano para incentivar a investigação científica contínua e a promoção do intercâmbio com instituições de referência. Em segundo lugar, garantiremos que os *standards* e procedimentos locais estão alinhados com as directrizes do *Codex Alimentarius* e do HACCP, um sistema de gestão concebido para garantir a segurança alimentar, bem como com certificações internacionalmente reconhecidas, tais como a ISO 9001 e a ISO 17025. Em terceiro lugar, forneceremos infra-estrutura de apoio à actividade laboratorial, por exemplo, apoiando os laboratórios a abranger as principais áreas de produção através de vias de acesso ou proximidade a centros industriais. Por fim, alinharemos o nosso processo de monitorização de infracções com as melhores práticas regulamentares.

As nossas prioridades imediatas até 2027

Expandir, requalificar e concessionar a rede de mercados abastecedores

- **Assegurar que mercados abastecedores em Angola alcançam as capacidades de processamento** de produtos alimentares, armazenamento de produtos, e comercialização de produtos para retalhistas("B2B")
- **Construir novos mercados abastecedores com fundos públicos e desenvolver modelos de concessão de mercados abastecedores a privados**

Reforçar modelo da Reserva Estratégica Alimentar do Estado, publicando directrizes explícitas e previsíveis para a política de compra e venda e critérios de activação de emergência, implicando o acesso a fundos de emergência para garantir a capacidade de resposta imediata, revendo a composição de *commodities* da reserva, actualizando concursos públicos para alocação de reservas ao sector privado, e monitorizando de forma digital e em tempo real todos os *stocks*

Promover o Comércio Rural

- **Implementar e promover o Programa Integrado de Desenvolvimento do Comércio Rural**
- **Potenciar 7 produtos piloto agro-alimentares nacionais nos critérios de qualidade de produção, embalamento e comercialização,** com vista a sua comercialização nos supermercados e possível exportação e promoção da cadeia industrial e comercial
- **Promover o (re)surgimento de agregadores de produção privados** capazes de completar as cadeias produtivas (em paralelo com os objectivos traçados na estratégia para agro-pecuária), fomentando o surgimento de diferentes modalidades (p. ex., cooperativas, quintas-núcleos, PMEs) de agregação de produção e de distribuição de insumos e equipamentos, em particular nas culturas prioritárias como por exemplo, a da Mandioca
- **Conceder a construção e gestão de matadouros rurais de médio porte a nível nacional**

Promover o Comércio Externo

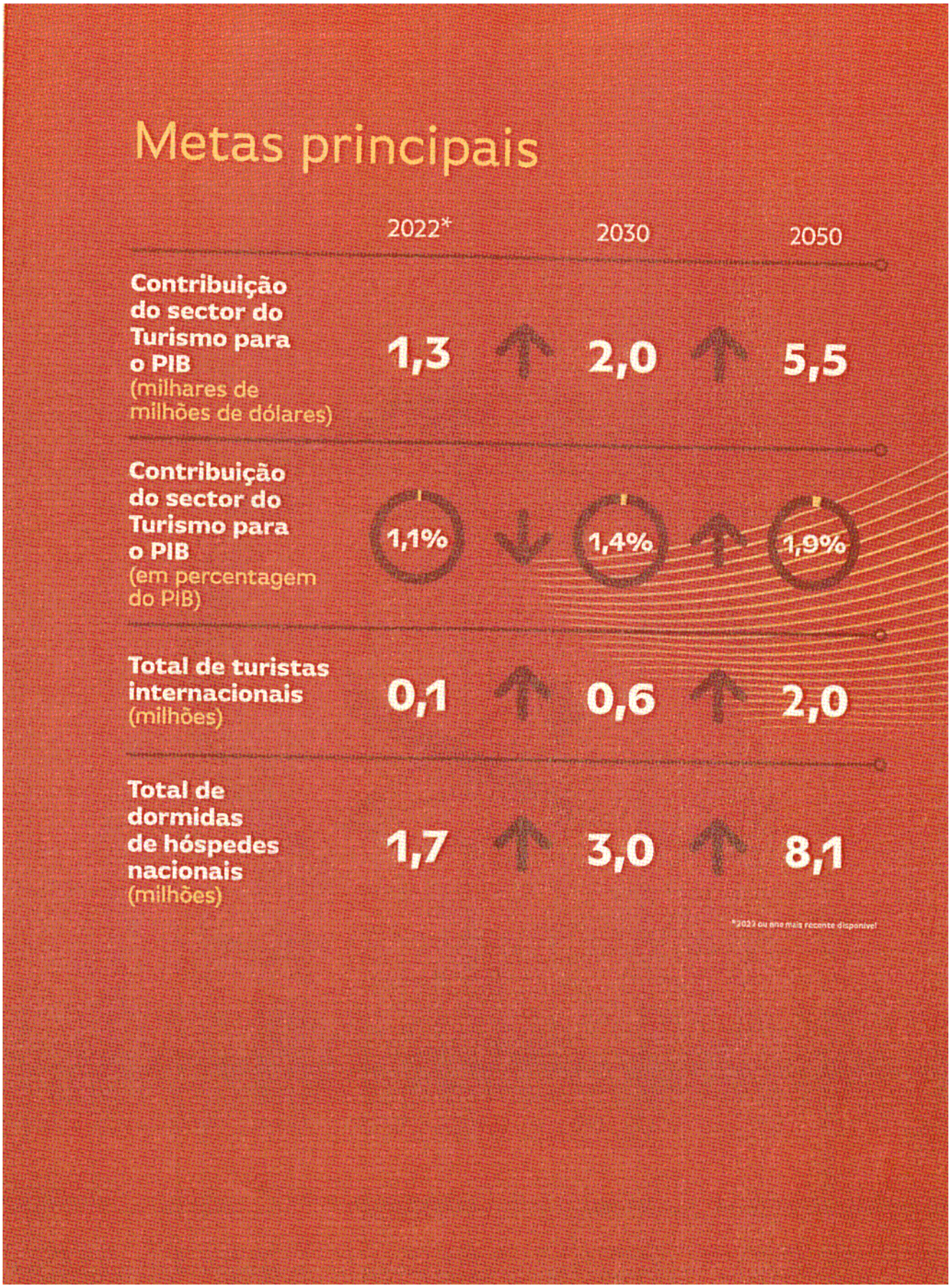
- **Adequar a legislação interna,** revisão e implementação dos acordos comerciais regionais e internacionais ratificados
- **Desenvolver o portal do comércio externo,** como um portal de informações dos para o processo comercial em Angola, desde a legislação, produtores nacionais, capacidade produtiva e os procedimentos de importação e exportação
- **Operacionalizar a Comissão Nacional de Negociações Comerciais**
- **Criar e operacionalizar Autoridade Nacional para Medidas Correctivas**



2050

8.6 Turismo

Uma nação aberta ao turismo que valoriza os seus activos naturais e culturais, permitindo o seu usufruto por parte de visitantes nacionais e internacionais


Metas principais
2022*
2030
2050
Contribuição do sector do Turismo para o PIB (milhares de milhões de dólares)
1,3
2,0
5,5
Contribuição do sector do Turismo para o PIB (em percentagem do PIB)
1,1%
1,4%
1,9%
Total de turistas internacionais (milhões)
0,1
0,6
2,0
Total de dormidas de hóspedes nacionais (milhões)
1,7
3,0
8,1
*2022 ou ano mais recente disponível

A nossa visão

Em 2050, Angola será uma nação aberta ao turismo e atrairá um número muito superior de viajantes tanto internacionais como nacionais. As medidas que implementaremos para alcançar esta visão aumentarão o número total de turistas internacionais de 218 mil (2019) para perto dos 2 milhões por ano até 2050. Numa primeira fase, a atenção será dirigida no desenvolvimento de infra-estrutura como motor fundamental do crescimento e da atracção de turistas em grande escala no médio e longo prazo. A afectação criteriosa de recursos implica a priorização de dois segmentos com maior potencial de crescimento: o turismo sustentável de natureza (e o turismo de sol e mar associado) e de aventura. Posicionaremos também o País nas categorias de estadias de longa duração e de gastos médios a elevados.

A estratégia considera que no curto prazo, os nossos recursos serão concentrados em zonas vocacionadas para turistas à procura de experiências únicas e criaremos condições de excelência nessas zonas para proporcionar experiências que atraiam um maior número de turistas, de forma a cumprir com as suas expectativas. No médio e longo prazo, abordaremos os constrangimentos estruturais do sector do turismo angolano tendo em vista o desenvolvimento de um enquadramento propício ao turismo, transversal a todo o País.

O turismo é um motor económico de excelência e um gerador privilegiado de emprego, exigindo a adopção de medidas ousadas e inovadoras para incentivar a procura turística, apoiar as empresas de turismo e assegurar a satisfação dos turistas.

Identificámos propostas de valor distintivas que alavancam o capital natural de Angola e nos diferenciam das ofertas turísticas dos nossos pares. O turismo de natureza e o turismo de aventura apresentam o maior potencial de crescimento, uma vez que estes segmentos se alinham com o que o País tem para oferecer e com as tendências procuradas pelos turistas internacionais, pelo que são esses os dois segmentos a que daremos prioridade.

Angola dispõe de muitas áreas de beleza natural inigualável com potencial para atrair turistas que procuram lugares bem preservados e em grande parte inexplorados, particularmente o deserto do Namibe, Calandula e a região do KAZA (região do Cuando Cubango que faz parte da área de conservação Okavango-Zambezi). O Delta do Cubango foi inclusive já tema de um documentário da *National Geographic*, e podemos aproveitar o interesse internacional que suscitou. Além disso, o desfiladeiro da Serra da Leba foi destaque na capa da *National Geographic*, destacando a beleza natural de Angola para um público internacional (Quadro 41).

Dispomos, também, de belas praias, que constituem uma componente fundamental do turismo de lazer.



Quadro 42

Angola tem bastantes áreas naturais que podem ser potenciadas para turismo de Natureza

Maravilhas naturais de Angola



Área de foco do Ministério do Turismo

Área com potencial nível[1] para competir a nível regional



Quedas de Kalandula
(Malanje)
Têm 105 metros de altura, com o tipo de experiência similar às Victoria Falls



Floresta do Maiombe
(Cabinda)
193 hectares de floresta densa, com grande abundância de diversidade selvagem



Lagoa de Carumbo
(Lunda Norte)
Também conhecida como Lagoa Nakarumbo e Karumbo.



Grutas do Nzenzo
(Uíge)
Grutas ainda pouco exploradas e rodeadas de floresta



Morro do Moco
(Huambo)
Ponto mais alto em Angola com 2.620 metros de altitude



Quedas do rio Chiumbe
(Lunda Sul)
Localizada no município de Dala, consta uma beleza natural rica



Fenda da Tundavala
(Huíla)
Abismo de cerca de 1200 m situado na Serra da Leba, a 18 km da cidade do Lubango

Outros Locais nomeados para as maravilhas naturais de Angola

4. Bacia do Okavango (Cuando Cubango)
9. Barra do Dande (Bengo)
10. Cachoeiras do Binga (Cuanza Sul)
11. Cataratas do Ruacaná (Cunene)
12. Cavernas do Zau Evua (Zaire)
13. Deserto do Namibe (Namibe)
14. Egipto Praia (Benguela)
15. Grutas da Sassa (Cuanza Sul)
16. Ilha do Mussulo (Luanda)
17. Miradouro da Lua (Luanda)
18. Parque Nacional da Cameia (Moxico)
19. Parque Nacional da Quiçama (Luanda)
20. Parque Nacional de Kangandala (Malanje)

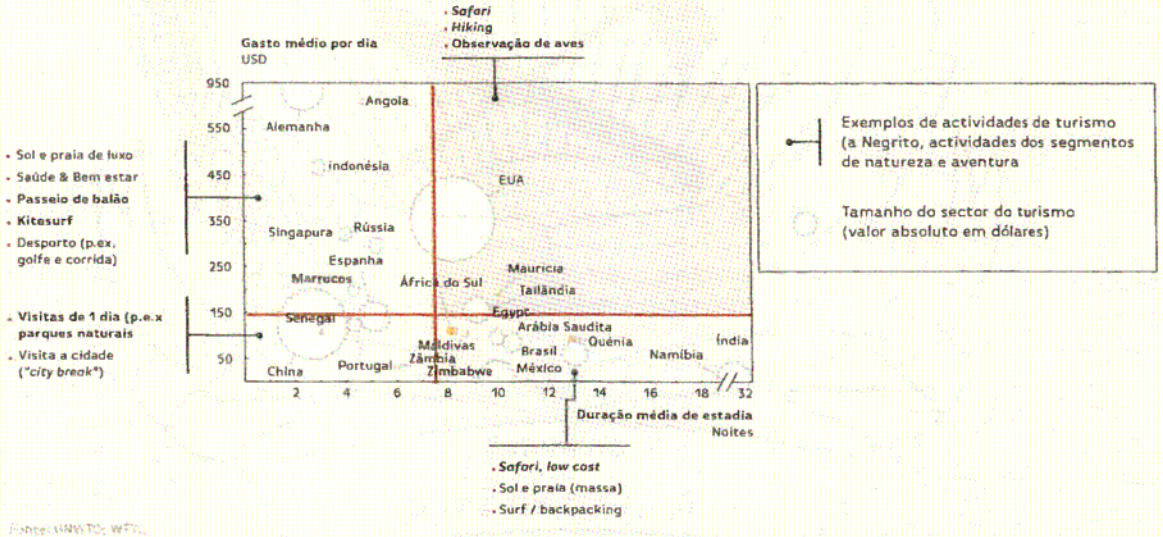
As nossas espécies únicas de flora e fauna, como a inconfundível *Welwitschia Mirabilis* e o antílope Palanca Negra Gigante, são um atractivo para o ecoturismo. Angola tem pelo menos 20 maravilhas naturais que podem ser promovidas para o turismo de natureza, uma vez que estão em perfeito estado de preservação natural e oferecem uma experiência autêntica sem paralelo (Quadro 42).

O País dispõe, igualmente, dos recursos naturais que lhe permitem posicionar-se como destino de turismo de aventura.

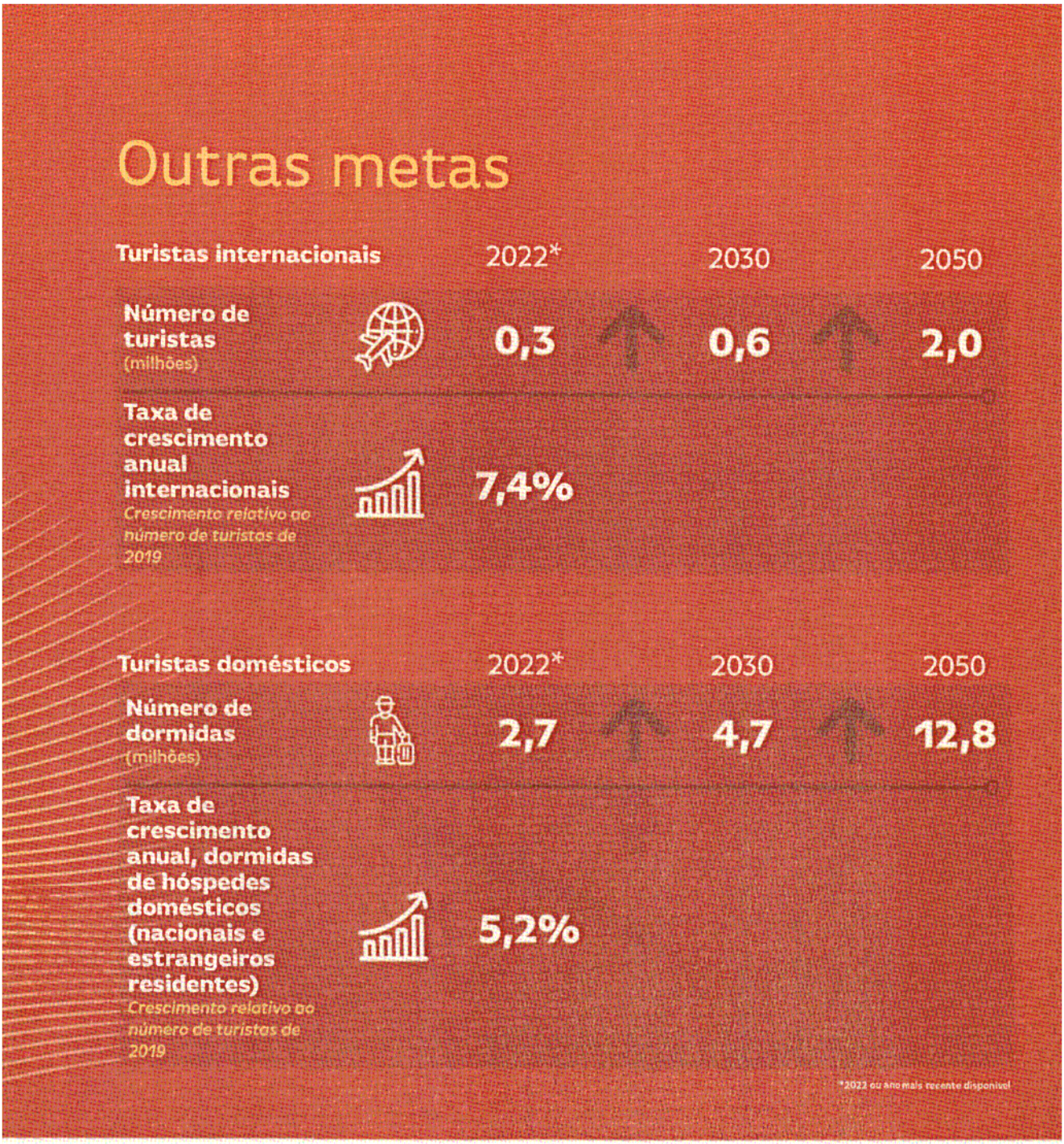
Considerando a distância de viagem até Angola dos principais centros exportadores de turistas, é estratégico posicionar o País no eixo estadia de longa duração / gastos médios a elevados. A nossa oferta é adequada para quem, após o investimento na viagem até Angola, permaneça pelo menos cinco dias, aproveitando as actividades de natureza e aventura no País e outras ofertas de valor superior ou de luxo. Embora se encontre na categoria de gastos médios a elevados, Angola terá de oferecer valor neste segmento, e ter um preço competitivo, dadas as ofertas dos nossos concorrentes mais próximos. Não está no nosso horizonte promover activamente ofertas de estadia curta ou gastos baixos (Quadro 43).

Quadro 43

Tipo de segmentos com maior potencial e distância face a principais mercados de origem implica que Angola deverá posicionar-se no eixo "high-medium spend" / "long stay" para conseguir crescer



Fonte: UNWTO; WTTC



Considerando ainda o nosso nível de infra-estrutura deficitário, a nossa primeira prioridade será o desenvolvimento da mesma como motor de crescimento. No longo prazo, concentraremos esforços na atracção em grande escala de turistas provenientes dos principais mercados para o turismo internacional, incluindo os Estados Unidos, a Europa, o Japão, a China e o Brasil, que representam 85% do mercado mundial. Esses países, complementados por mercados regionais, constituirão o motor do crescimento futuro.

A crescente tendência internacional de viagens *"bleisure"* – combinando viagens de negócios com turismo de lazer – proporciona mais oportunidades de crescimento no curto prazo, uma vez que em 2019 mais de 30% do turismo em Angola consistia em viagens de negócios.

As nossas soluções

Para concretizar a nossa visão, definimos dois conjuntos de soluções: uma estratégia de curto prazo, para os próximos dez anos, para desenvolver quatro zonas orientadas para o turismo, e um conjunto de soluções no longo prazo para desenvolver a nível nacional.



No médio e longo prazo, vamos concentrar energias em solucionar os constrangimentos estruturais ao turismo através de medidas nas seguintes duas grandes áreas: i) simplificar o acesso e a mobilidade; ii) criar um fundo de desenvolvimento do turismo.

Soluções no curto prazo

No curto prazo, a estratégia passa por dedicar os nossos recursos às zonas turísticas de elevado valor e criar condições de excelência nessas zonas, de modo a atrair turistas e corresponder às respectivas necessidades. As melhores práticas internacionais demonstram que é crucial para o crescimento da indústria do turismo melhorar as infra-estruturas, nomeadamente estradas, electricidade, cobertura de internet, transportes, polícia turística e cuidados de saúde.

Durante os próximos dez anos, implementaremos esta estratégia nas quatro zonas identificadas orientadas para o turismo: Cabo Ledo - e zonas conexas na província de Luanda – e zonas região sudeste do Cuando Cubango (área do projecto Kaza), Deserto do Namibe e Calandula (Malanje). Estas zonas são as que apresentam maior potencial para o turismo, pois oferecem experiências únicas, satisfazem os critérios do turismo de aventura e de natureza e dispõem já de algumas infra-estruturas.

Nestas quatro zonas, vamos promover a modernização das instalações turísticas existentes e infra-estruturas de apoio, bem como desenvolver novas instalações e serviços. Esta estratégia permite-nos proporcionar experiências de âmbito mundial num número limitado de destinos *premium*, até dispormos de capacidade para desenvolver infra-estruturas de apoio e destinos turísticos adicionais em todo o País.

Adicionalmente, iremos solucionar os constrangimentos estruturais ao turismo através de medidas nas seguintes áreas: criar e aumentar substancialmente o reconhecimento internacional da marca «Angola Turismo»; assegurar investimento directo estrangeiro em grande escala; aperfeiçoar o quadro legal e regulamentar do sector.

Criaremos condições de excelência em quatro zonas turísticas prioritárias: Áreas semi-urbanas e rurais de Cabo Ledo, região Bacia do Okavango (projecto Kaza), Namibe e Calandula (Malanje).

Desenvolver as quatro zonas turísticas prioritárias

As áreas semi-urbanas e rurais das províncias de Luanda e do Bengo deverão ser um grande centro turístico doméstico, e também de *"bleisure"*, pois a sua proximidade ao maior centro urbano e económico do País (cidade de Luanda) garante fácil acesso à maior fonte de turistas nacional. Dentro desta zona turística, iremos priorizar pontos turísticos de observação de natureza e praias, como por exemplo a Barra e Foz do Kwanza, Cabo Ledo, Dande, Parque Nacional do Quiçama, Mussulo, Muxima, entre outros. Complementarmente, e embora não sendo o foco do curto prazo, também iremos promover zonas e actividades de turismo urbano em Luanda como forma de prover mais opções de lazer aos muitos turistas de negócio que visitam a cidade por motivos profissionais e dessa forma aumentar o seu consumo de serviços turísticos.

Nesse sentido garantiremos que o sector do turismo e da cultura trabalhem de forma integrada no desenvolvimento dos seus planos e das suas iniciativas prioritárias e estratégicas. A área de conservação do Kaza faz parte do Delta do Cubango, uma das maiores bacias hidrográficas do mundo, e faz fronteira com áreas de turismo mais desenvolvidas na Zâmbia, Zimbabué, Botsuana e Namíbia. O Namibe proporciona a experiência única de um deserto costeiro e a oportunidade de ver a *Welwitschia mirabilis*, contando com as infra-estruturas do Parque Nacional do Iona.



Em Malanje, especificamente Calandula, temos as deslumbrantes Quedas da *Kalandula*, localizadas no rio Lucala, uma das maiores quedas de água em África. Vamos também colaborar proximamente com os nossos países vizinhos na criação de roteiros turísticos conjuntos de forma a facilitar a nossa atracção de turistas internacionais.

Desenvolver infra-estruturas e serviços públicos

Daremos prioridade ao investimento público em infra-estruturas e nos serviços públicos necessários, de modo a apoiar o desenvolvimento do turismo. Tal inclui infra-estruturas básicas como electricidade, água e estradas, e centros para fornecer serviços, como saúde e segurança. Sempre que se mostre adequado, estabeleceremos parcerias público-privadas para esse fim.

Nas quatro zonas, modernizaremos as infra-estruturas existentes e disponibilizaremos novos serviços para criar um enquadramento mais propício ao turismo, para estimular a procura e garantir a satisfação dos turistas. Melhoraremos a qualidade das estradas entre os aeroportos provinciais e as principais atracções, e proporcionaremos serviços de transporte entre aeroportos e destinos populares. Asseguraremos o fornecimento de electricidade, sem falhas de corrente, e forneceremos conectividade 4G. Vamos criar a polícia turística e protecção dos turistas e visitantes. Também asseguraremos o acesso a cuidados de saúde de qualidade a água potável e a serviços de formação e capacitação de recursos humanos.

Por exemplo, na área transfronteiriça do projecto de conservação do KAZA iremos construir e modernizar dos postos fronteiriços, repavimentar a estrada que liga ao município do Dirico, bem como as estradas que ligam o Dirico à área de um potencial eco-resort. Também vamos construir centros de saúde com todos os serviços básicos de saúde – tais como clínica geral e medicina interna, pequena cirurgia, farmácia e serviço de enfermagem – nas proximidades dos parques nacionais e principais áreas de alojamento. Adicionalmente, iremos agilizar o processo de concessões de exploração de parques nacionais e de exploração hoteleira.

Outra questão essencial será desminagem. As minas terrestres representam um legado da guerra civil de Angola, e o País tem feito grandes progressos ao lidar com o problema através de amplos programas de desminagem nas últimas duas décadas. É essencial resolvermos este problema definitivamente. A desminagem é uma prioridade, nomeadamente nos parques nacionais de Luengue, Luiana e Mavinga, no Delta do Cubango, onde demarcaremos claramente áreas seguras para o turismo e a construção de resorts.

Criar a marca "Angola Turismo"

A criação da marca "Angola Turismo" é essencial para transmitir ao mercado que temos o potencial e que estamos a fazer os esforços para um turismo singular. Para atingir este objectivo, clarificaremos o posicionamento da marca, definiremos os seus segmentos-alvo – turismo de natureza (e o turismo de sol e mar associado) e de aventura – e a mesma será objecto de promoção uniformizada em todos os principais mercados de turismo, com foco inicial principalmente no turismo doméstico mas também com algumas campanhas de promoção em países da região da SADC.

Desenvolveremos campanhas alavancando canais digitais e redes sociais, e recorreremos à optimização de motores de busca, financiadas por um orçamento específico atribuído por canal e mercados-alvo. Além da agenda actual de feiras nacionais lançaremos uma campanha para impulsionar o turismo doméstico no curto prazo, por exemplo uma campanha do tipo «vá para fora cá dentro», trabalhando proximamente com as várias e nascentes agências de viagens locais focadas em planos de turismo de natureza e aventura.

Atrair investimento directo estrangeiro em grande escala

Criaremos um ambiente favorável ao investimento através de cinco medidas: agilizando o processo de obtenção de licenças e autorizações, criando benefícios fiscais, aumentando o acesso a estatísticas sectoriais, estabelecendo parcerias no longo prazo e investindo em recursos humanos locais.

Manteremos e aceleraremos os incentivos definidos pela AIPEX para acelerar o licenciamento e as autorizações necessárias para o investimento privado no sector. Tal levará a procedimentos simplificados e expeditos para obtenção de licenças de construção e ambientais, contratação de serviços de água e electricidade, e obtenção de registos, por exemplo, para obrigações legais, fiscais e da segurança social. O prazo máximo para a obtenção de todas as licenças e registos de projectos no sector do Turismo será regra geral de dois meses. Adicionalmente, procuraremos criar e agilizar a obtenção das linhas de financiamento para investidores e empreendedores.

Criaremos um pacote de benefícios fiscais destinados a atrair investimento para as zonas que dele mais carecem. Existem dois benefícios fiscais que já atribuem incentivos em sede de imposto sobre o rendimento de pessoas colectivas, de capitais e prediais: declaração prévia (com benefícios fiscais pré-definidos) e declaração especial (com benefícios fiscais em função da localização do investimento). Ambos podem ser objecto de alargamento, reduzindo o imposto industrial para investimentos turísticos e reduzindo o IVA no sector turístico, por exemplo, para hotéis.

Estabeleceremos parcerias no longo prazo com dois ou três grandes operadores internacionais, e também com vários outros operadores regionais especializados em turismo de natureza e aventura, para a construção e exploração de hotéis e *lodges* de qualidade nas quatro zonas turísticas. Tal inclui o pré-licenciamento do investimento privado nos locais prioritários, como o Delta do Cubango, para certos tipos de hotéis e resorts. As licenças e os registos estarão disponíveis no prazo de 30 dias.

Para assegurar recursos humanos suficientes e ajustados à dimensão ambicionada para o sector do turismo, expandiremos a capacidade das nossas escolas de turismo para fornecer formação de qualidade internacional, com graduados fluentes em várias línguas. Vamos também promover parcerias entre as melhores escolas de turismo em Angola e as melhores escolas internacionais para apoiar o desenvolvimento curricular e a formação de professores. Também incentivaremos a criação de cursos profissionalizantes de curta duração adicionais. Vamos potenciar as iniciativas privadas de formação, por exemplo, da Associação de Hotéis e Resorts de Angola, dando-lhes visibilidade, credibilidade e estatuto. Vamos também certificar as competências dos profissionais feitas através da emissão de carteiras profissionais, com base num qualificador profissional.

Aperfeiçoar o quadro legal e regulamentar

Finalmente, aperfeiçoaremos o quadro legal e regulamentar do sector do Turismo, simplificando o licenciamento de empreendimentos turísticos e melhorando o sistema de classificação e certificação de unidades turísticas.

Soluções no médio e longo prazo

Definimos medidas para mudanças estruturais importantes no sector do turismo nas seguintes três áreas: i) aumentar o reconhecimento internacional da marca "Angola Turismo"; ii) simplificar o acesso e a mobilidade; e iii) criar um fundo de desenvolvimento do turismo.

Aumentar o reconhecimento internacional da marca "Angola Turismo"

A estratégia, para alcançar a nossa visão 2050, assenta no aumento substancial do reconhecimento internacional da marca «Angola Turismo». Garantir o reconhecimento internacional da marca "Angola Turismo" irá requerer um reforço da nossa aposta nos seus segmentos-alvo – turismo de natureza (e o turismo de sol e mar associado) e de aventura – com a sua promoção nos principais mercados de turismo, nomeadamente nos Estados Unidos, Europa, Brasil, Japão, China e região da SADC.

Vamos também manter a nossa participação nas principais feiras internacionais de turismo, apresentando de forma coesa os nossos locais de atracção e os nossos produtos de qualidade internacional, como por exemplo o Deserto Costeiro do Namibe, de características únicas.

Em todos estes esforços para aumentar a notoriedade da marca é essencial que alinhemos as mensagens essenciais com os principais mercados-alvo. Vamos promover Angola de forma coesa para os turistas que se enquadram na categoria estadias de longa duração e gastos médios a elevados, e,

da mesma forma, promover destinos de qualidade premium, nomeadamente nas nossas quatro zonas orientadas para o turismo.

Simplificar o acesso e a mobilidade

Continuaremos a simplificar o acesso dos turistas a Angola e facilitaremos as viagens, tanto para Angola, quanto dentro do País. Grande parte dos países que apresentam bom desempenho no sector do turismo têm um regime de vistos simplificado e de baixo custo. O tempo, esforço e custo associados às formalidades de visto e entrada podem influenciar significativamente a escolha do destino. A fim de garantir um número crescente de turistas internacionais, vamos optimizar e melhorar o regime de vistos de Angola, reduzindo os requisitos e agilizando os procedimentos administrativos.

Facilitaremos também a mobilidade dos turistas, promovendo a abertura de rotas aéreas internacionais entre Angola e os principais mercados turísticos, quer com transportadoras nacionais quer internacionais, tendo em conta as necessidades específicas do mercado turístico, por exemplo, com voos de ligação a destinos turísticos coordenados com voos intercontinentais. Em terra, garantiremos serviços de transporte rodoviário público e / ou privado de qualidade nas principais áreas urbanas e asseguraremos a ligação desses pontos de acesso a regiões e resorts turísticos.

Criar um fundo de desenvolvimento do turismo

O financiamento disponível para o sector deve ser gerido criteriosamente e direccionado para minimizar as principais barreiras infra-estruturais no sector. O nosso objectivo será replicar outros sucessos internacionais, por exemplo, o Fundo de Desenvolvimento do Turismo de Singapura, que registou uma duplicação do número de turistas e um aumento de duas vezes e meia das receitas relacionadas com o turismo entre 2004 e 2016, e o Fundo de Turismo do Quénia, que permitiu desenvolver mais de 1.000 novos hotéis, restaurantes e bares e um crescimento anual de 7% no sector do Turismo, desde 2012.





8.7 Petróleo, gás e biocombustíveis

A ponte entre o presente e o futuro, potenciando os recursos existentes, enquanto se promove a diversificação da economia

As nossas prioridades imediatas para 2027

Lançar uma estratégia focada na criação de condições de excelência num conjunto de zonas prioritárias de turismo de calibre internacional (p. ex. projecto do Kaza na bacia do Cubango), envolvendo a construção de estradas de qualidade entre aeroportos (provinciais) e as atracções, garantindo fornecimento de electricidade e água sem falhas, disponibilizando serviços de transporte até atracções, cobertura 4G, polícia turística e acesso a cuidados de saúde de qualidade.

Criar a marca "Angola Turismo", através da clarificação do posicionamento e segmentos alvo (Natureza e aventura) da marca "Angola Turismo"; aumento do investimento em marketing por passageiro, especialmente em canais digitais, (p. ex. SEM e SEO); e lançamento de campanha de potenciação do turismo doméstico (p. ex., campanha "vá para fora cá dentro").

Facilitar o acesso de turistas a Angola e a sua mobilidade, simplificando e acelerando o processo para obtenção de vistos para turistas internacionais, promovendo a abertura de rotas aéreas internacionais entre Angola e os principais destinos de origem de turistas, assegurando a devida coordenação entre os voos domésticos/para as atracções e os voos internacionais, e garantindo a existência de transportes rodoviários de qualidade nas principais zonas urbanas e regiões turísticas.

Recuperar activos necessário perdidos, por exemplo, recuperar a fauna e flora perdidas durante anos de baixo investimento e que servem de atracção de turistas.

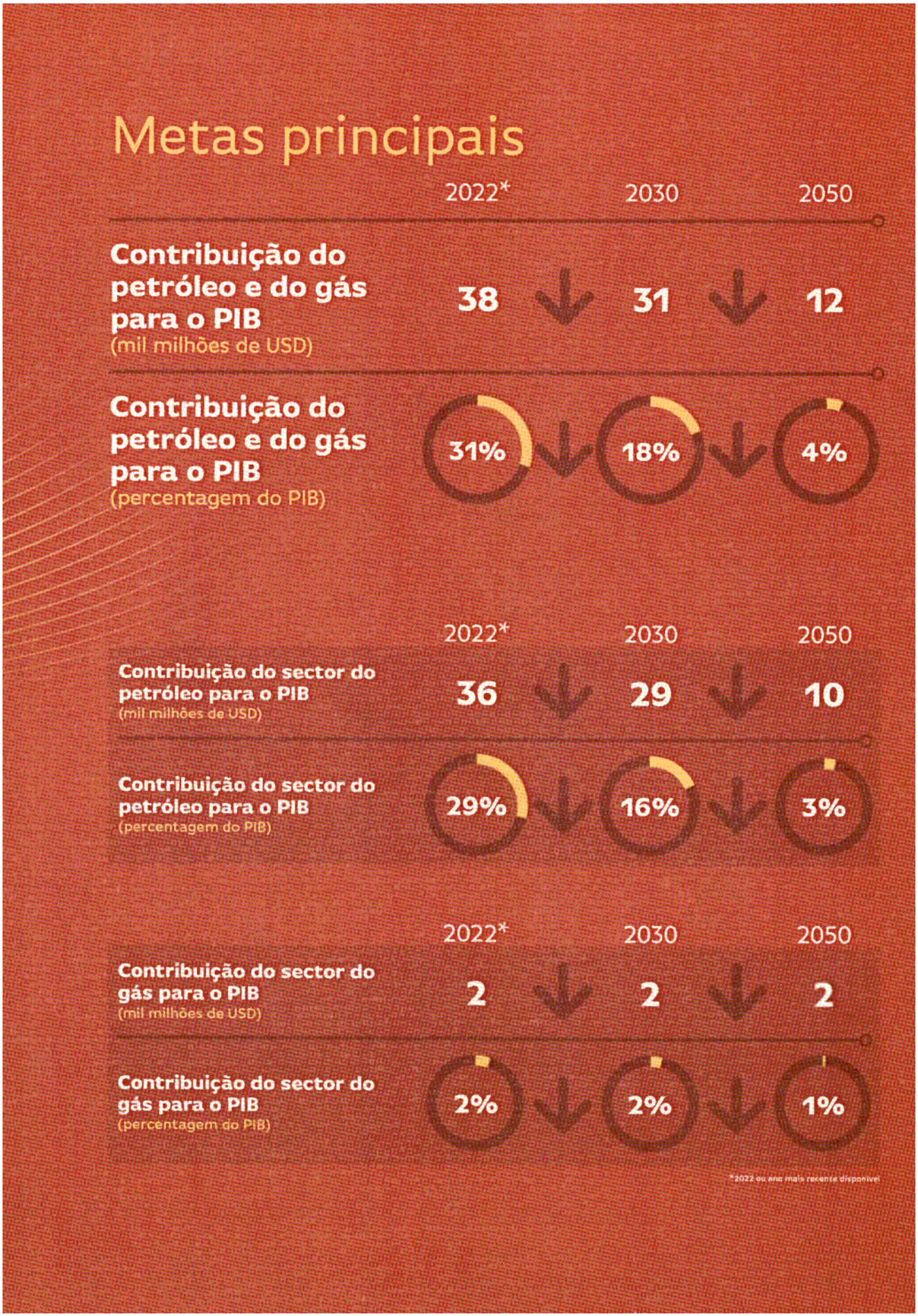
2050



2050

8.6 Turismo

Uma nação aberta ao turismo que valoriza os seus activos naturais e culturais, permitindo o seu usufruto por parte de visitantes nacionais e internacionais


Metas principais
2022*
2030
2050
Contribuição do petróleo e do gás para o PIB
(mil milhões de USD)
38
31
12
Contribuição do petróleo e do gás para o PIB
(percentagem do PIB)
31%
18%
4%
2022*
2030
2050
Contribuição do sector do petróleo para o PIB
(mil milhões de USD)
36
29
10
Contribuição do sector do petróleo para o PIB
(percentagem do PIB)
29%
16%
3%
2022*
2030
2050
Contribuição do sector do gás para o PIB
(mil milhões de USD)
2
2
2
Contribuição do sector do gás para o PIB
(percentagem do PIB)
2%
2%
1%
*2022 ou ano mais recente disponível

A nossa visão

A nossa visão para o petróleo, gás e biocombustíveis está focada em colocar o sector ao serviço da aceleração do desenvolvimento económico do País. Vamos aproveitar e maximizar as oportunidades existentes através de uma utilização cada vez mais eficiente dos recursos e da contínua optimização das condições fiscais e operacionais para a promoção de um ambiente de negócio transparente e competitivo para atracção e retenção de investimentos privados, com vista a apoiar a transição de Angola para uma economia mais diversificada e resiliente. O sector é um forte motor de investimento em Angola, e o nosso objectivo é garantir que se mantenha como tal.

Em 2050 o petróleo deixará de ser a base principal da economia angolana. A preparação desta transição requer uma aposta forte no capital humano e no aumento da competitividade, eficiência e atracção de investimento privado no sector no curto prazo, que permita maximizar a exploração e produção de recursos e de biocombustíveis.

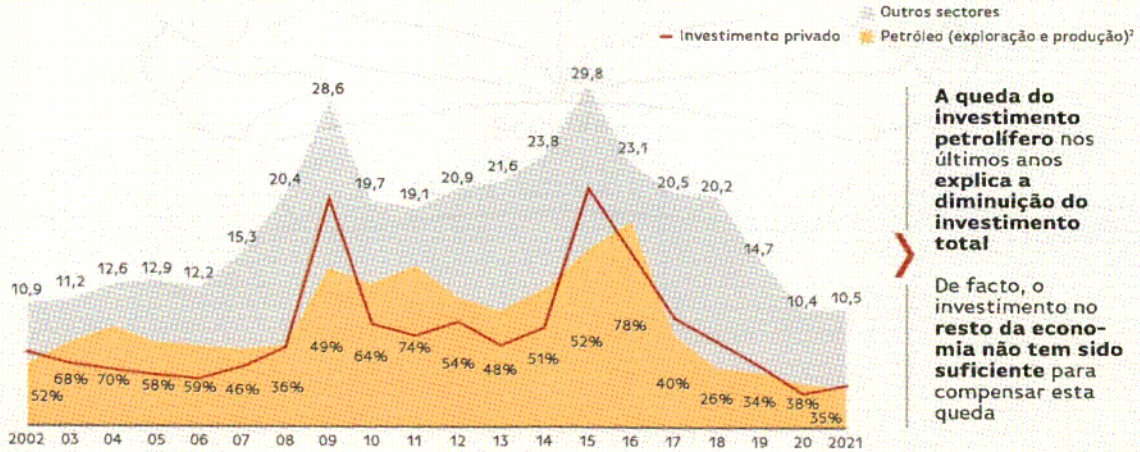
O sector do petróleo tem sido uma história de sucesso de Angola, sendo o nosso País hoje um dos 20 maiores produtores mundiais de petróleo. Temos conseguido consistentemente atrair avultados investimentos para o sector, de tal forma que o petróleo e o gás representaram mais de metade do investimento total no País entre 2002 e 2021 (Quadro 44). Nos últimos anos, no entanto, tem-se assistido a uma queda acentuada na produção de petróleo em Angola, devido principalmente a um fraco investimento em actividades de exploração. Mais recentemente, a pandemia da COVID-19 acentuou o decréscimo da procura de petróleo e também de investimento em exploração e produção. Apesar da recuperação em curso na procura por petróleo e produtos derivados mais recentemente, o menor nível investimento observado no *upstream* terá um impacto relevante nos próximos anos.

Quadro 44

O sector petrolífero representou cerca de metade do investimento total nos últimos 15 anos

Estimativa do investimento[1] total em Angola

Mil Milhões de dólares constantes de 2015. 2002-21



1 Formação bruta de capital
2 Estimativa Rystad

FONTE: Banco Nacional de Angola; Ministério dos Recursos Minerais e Petróleos; Banco Mundial

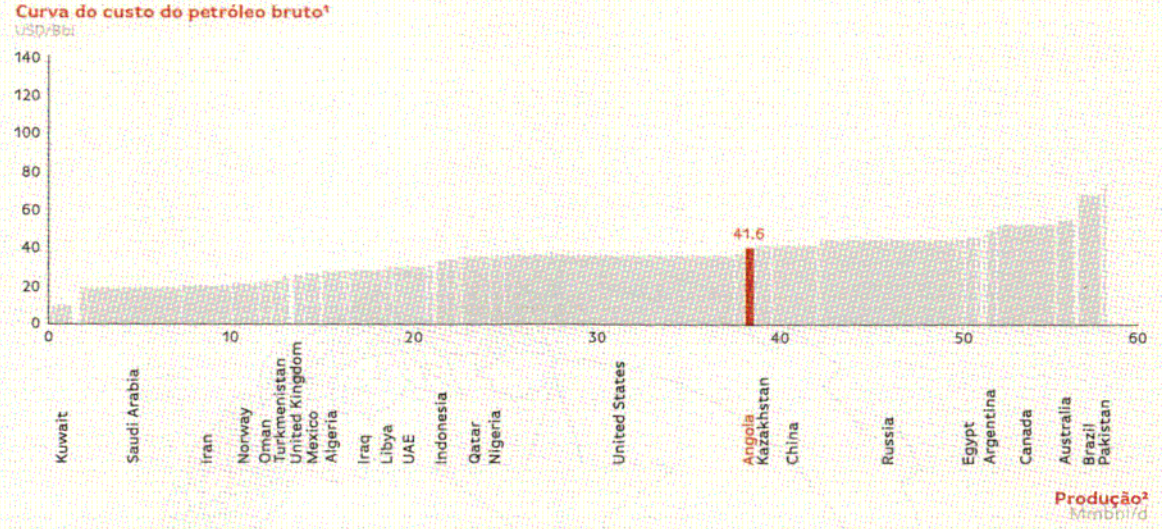
A queda do investimento petrolífero nos últimos anos **explica a diminuição do investimento total**

De facto, o investimento no **resto da economia não tem sido suficiente** para compensar esta queda

NOTA: O sector do Petróleo e Gás irá também experienciar um processo de diversificação intra-sectorial, especialmente através do desenvolvimento das áreas de *midstream* e *downstream*

Quadro 45

O investimento mais reduzido poderá colocar em risco futuros projectos de petróleo e gás, uma vez que Angola tem custos de *breakeven* elevados em comparação com outros grandes produtores



1 Com base nos preços do breakeven. O preço de breakeven do petróleo é o preço do petróleo necessário para um VAL positivo da exploração contínua. Os efeitos fiscais de investimentos anteriores e os custos de abandono não estão incluídos. Para os campos de gás, é o preço de breakeven do petróleo equivalente. O preço médio de breakeven é a média ponderada com base no total dos recursos remanescentes para cada activo.

2 Produção de líquido (petróleo bruto, condensados e GNL) e de gás de 2019

FONTE: Rystad Ucube (2022)

Assim, a tendência de diminuição de produção a longo prazo deverá continuar, prevendo-se que, até 2050, a produção actual de cerca de 1,1 milhões de barris de petróleo por dia desça para aproximadamente 335.000. No entanto, dado o elevado nível de incerteza no sector resultante da sua forte exposição a elementos geopolíticos e da natureza de evolução contínua do volume de reservas provadas - tendo como base por exemplo o sucesso na implementação da estratégia de atribuição de concessões petroliferas, aprovação de novos projectos, novas descobertas e melhoria do quadro fiscal - seria possível, num cenário optimista que esta produção atingisse valores superiores a 600.000. Por outro lado, num cenário mais pessimista, a produção poderia ser inferior a 150.000 (actualmente mais de 80% da produção está em águas profundas e ultra-profundas, e a nossa capacidade de produção poderá diminuir com o surgimento de novas áreas mais competitivas noutros países).

Efectivamente, a redução da procura a nível global levará cada vez mais os operadores a deslocarem a sua actividade de prospecção e produção para as zonas do mundo com preço de breakeven por barril mais baixo. Angola, devido ao seu perfil de produção, não tem hoje a posição mais competitiva neste espectro (Quadro 45), pelo que a melhoria da eficiência na exploração será absolutamente crítica para manter a produção em níveis relevantes durante o máximo de tempo possível. Nesse sentido, e de forma a alcançar um valor de produção mais próximo do cenário optimista, continuaremos a implementar os esforços necessários para melhorar a eficiência operacional no sector e a sua atractividade.

Inversamente, a produção de gás até 2050 tem potencial para aumentar cerca de três vezes, se conseguirmos uma melhoria das taxas de conversão, em convergência com os grandes produtores de gás.

Assim deverá ser assegurada a operacionalização do Novo Consórcio de Gás, visando, primariamente, o fornecimento contínuo de gás à Fábrica Angola LNG e possibilitar a implementação de projectos para suporte a diversificação da economia e criação de emprego como produção de electricidade, fábricas de fertilizantes, siderurgias e outros. Para a materialização deste desiderato é importante concluir o Plano Director do Gás e assegurar a sua implementação.

O Plano Director do Gás, deverá estabelecer as premissas para o desenvolvimento de uma indústria nacional de gás, quantificando o potencial de gás do País, identificando as fontes de acumulação e propondo uma rede de gasodutos que vai permitir o escoamento da produção de Gás Natural para os potenciais utilizadores nacionais e estrangeiros, quer seja para a produção de energia eléctrica, utilização industrial e residencial ou exportação de Gás Natural Liquefeito (GNL).

O recente conflito na Ucrânia deverá reforçar a importância e oportunidade do sector de gás natural. Na sequência dos esforços europeus em garantir segurança de abastecimento diminuindo consideravelmente a dependência das importações da Rússia, criou-se a necessidade de, não só reduzir o consumo de gás, mas também de encontrar alternativas ao seu fornecimento criando assim uma oportunidade para o continente Africano. No entanto, a incerteza existente sobre o possível impacto deste conflito na procura de gás liquefeito a longo prazo, fará com que seja importante tirar partido desta oportunidade no curto prazo, sendo por isso crítico acelerar os investimentos em exploração de gás.

Para retirar o máximo partido do potencial de extracção de gás natural vamos, não só partir do potencial de exportação mas também maximizar o desenvolvimento de indústrias que tenham sinergias com a produção de gás, nomeadamente a indústria dos fertilizantes e siderurgia criando assim um ecossistema que permita potenciar ao máximo a extração de gás no País.

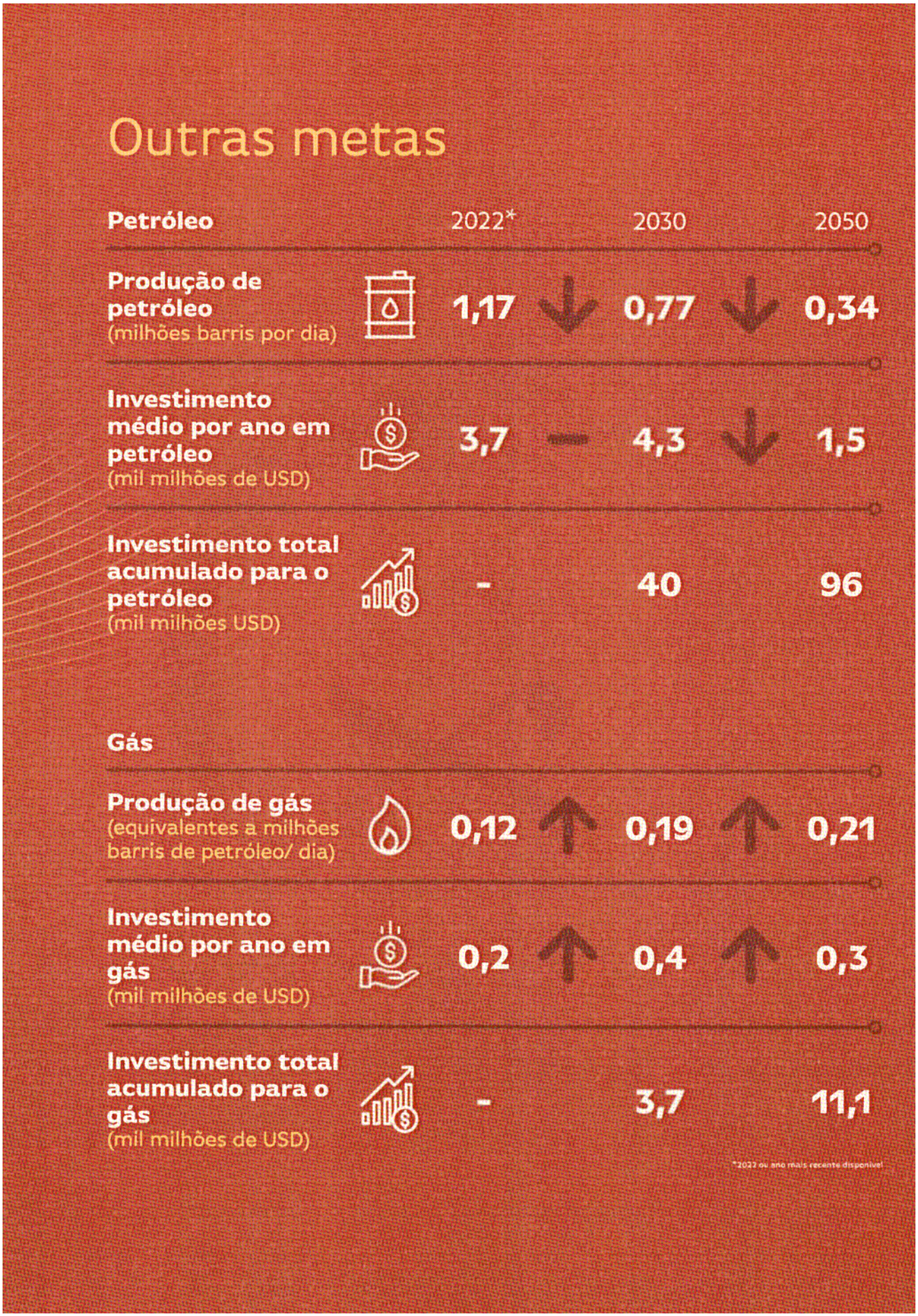
Perspectiva-se também que o segmento dos biocombustíveis, com a criação das condições para a sua promoção, potenciada pelo desenvolvimento agrícola nacional, ganhe relevância, contribuindo na diversificação da economia.

Adicionalmente, a tendência de crescimento acentuado de procura por hidrogénio permitirá também criar indústrias de valor acrescentado em Angola que utilizem o gás natural para produção de hidrogénio azul. Teremos assim a capacidade de melhor absorver a produção de gás prevista mas também de garantir que maximizamos o valor que o sector pode acrescentar à economia do País.

A refinação local de petróleo é outra oportunidade-chave que permitirá a Angola desenvolver uma indústria de *midstream* e *downstream*, desbloquear o potencial de crescimento nas indústrias indirectas e gerar poupanças nos custos de transporte, actualmente dirigidos para a exportação de crude e posterior importação de produtos refinados. Para concretizar esta ambição, identificámos um conjunto de soluções para o *upstream* e o *downstream*.

No que respeita ao *upstream*, vamos promover a exploração contínua de novos recursos, eliminar barreiras contratuais que limitam a atracção de investimento, promover a coordenação e a eficiência dos operadores, por exemplo através da partilha de meios e equipamentos logísticos, avaliar continuamente o nosso regime legal e fiscal, com realce nos campos maduros e marginais, e concluir o Plano Director do Gás. As soluções de *midstream* e *downstream* incluem o desenvolvimento de infra-estruturas de apoio, a definição do quadro regulatório e contratual para os projectos de *midstream* e *downstream* e assegurar a materialização da estratégia de refinação.

Um factor importante a ter em conta, é a Transição Energética e o gás que será um recurso energético de transição importante, pelo que terão que ser criadas e aproveitadas novas oportunidades para implementação de projectos de desenvolvimento de gás natural não associado. Dada a crescente preocupação em acelerar a transição energética mundial, processo do qual Angola faz naturalmente parte tendo recentemente assumido o compromisso de reduzir as suas emissões para se tornar neutral carbonicamente até 2050, será necessário que o desenvolvimento do sector seja feito de forma sustentável, promovendo a eficiência e redução de emissões na extracção de petróleo e gás.


Outras metas
Petróleo
2022*
2030
2050
Produção de petróleo (milhões barris por dia)
1,17
0,77
0,34
Investimento médio por ano em petróleo (mil milhões de USD)
3,7
4,3
1,5
Investimento total acumulado para o petróleo (mil milhões USD)
-
40
96
Gás
Produção de gás (equivalentes a milhões barris de petróleo/ dia)
0,12
0,19
0,21
Investimento médio por ano em gás (mil milhões de USD)
0,2
0,4
0,3
Investimento total acumulado para o gás (mil milhões de USD)
-
3,7
11,1
*2022 ou ano mais recente disponível

As escolhas que enfrentamos

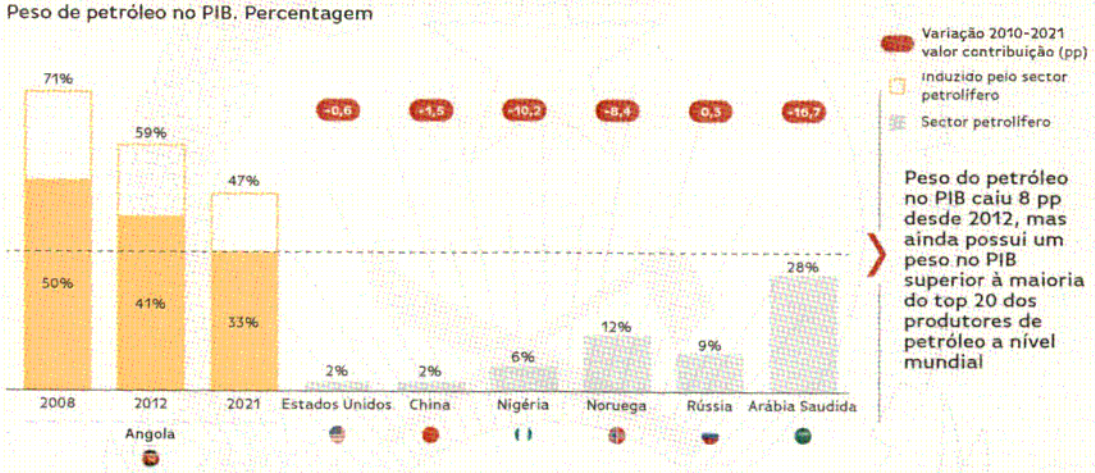
Historicamente, o petróleo tem sido o principal motor da economia angolana, representando aproximadamente metade do PIB e a quase totalidade das exportações do País. Actualmente, o petróleo representa cerca de 30% do PIB total e cerca de 50% se considerarmos o efeito multiplicador que tem sobre outros sectores da economia. O contributo do petróleo para o PIB caiu doze pontos percentuais desde 2012, mas continua a ser muito superior à da maioria dos 20 principais produtores mundiais de petróleo (Quadro 46).

Estima-se que a procura de petróleo global desacelere substancialmente após atingir um pico perto de 2025, mas, num cenário pessimista, a procura de petróleo poderia atingir um pico ainda antes de 2025 e atingir cerca de metade do nível actual até 2050 (Quadro 47).

Quadro 46

O sector petrolífero continua a ter uma elevada importância ao nível do PIB, representando directamente ~30% e indirectamente ~50% do PIB angolano

Peso de petróleo no PIB. Percentagem



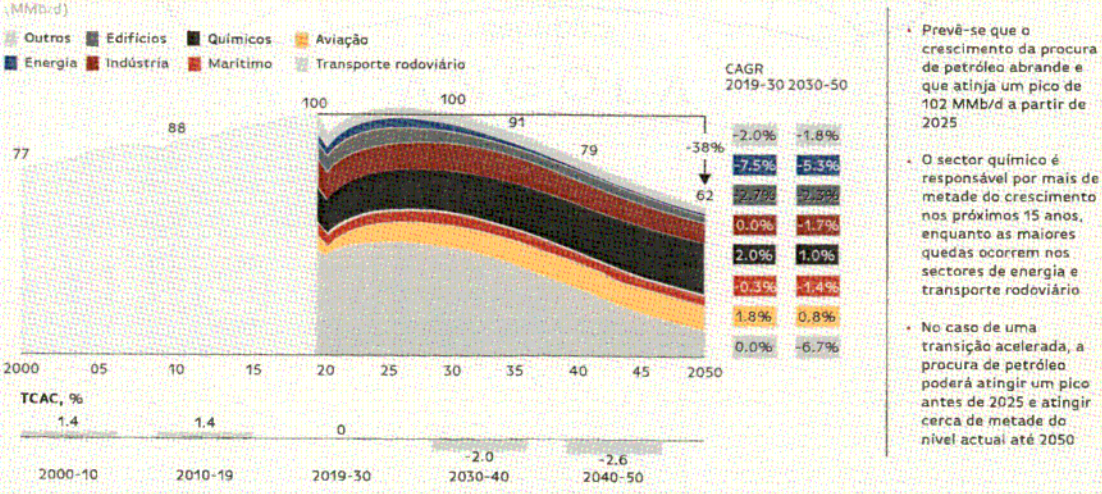
FONTE: INE; BNA; FMI; Banco Mundial; IHS; Rystad Ucube Data 2021

Quadro 47

Apesar de um crescimento histórico estável superior a 1% por ano, prevê-se que o crescimento da procura de petróleo abrande, atingindo um pico de 102 MMb/d a partir de 2025

Procura global de petróleo por sector

(MMb/d)



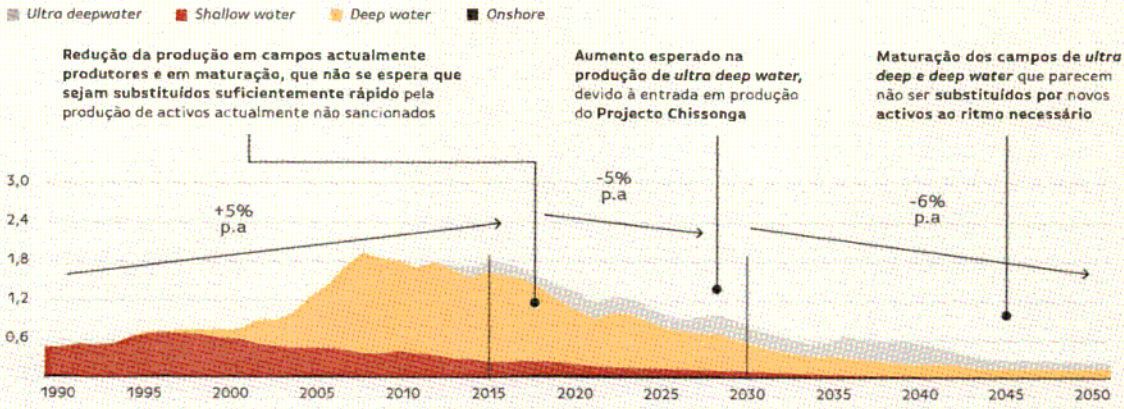
- Prevê-se que o crescimento da procura de petróleo abrande e que atinja um pico de 102 MMb/d a partir de 2025
- O sector químico é responsável por mais de metade do crescimento nos próximos 15 anos, enquanto as maiores quedas ocorrem nos sectores de energia e transporte rodoviário
- No caso de uma transição acelerada, a procura de petróleo poderá atingir um pico antes de 2025 e atingir cerca de metade do nível actual até 2050

FONTE: Global Energy Perspective da McKinsey Energy Insights, 2022

Quadro 48

Prevê-se que esta diminuição da produção afecte todos os tipos de activos com maior destaque para os activos de *deep e ultra deep water* principal foco de Angola até agora

Produção de crude. Kbd

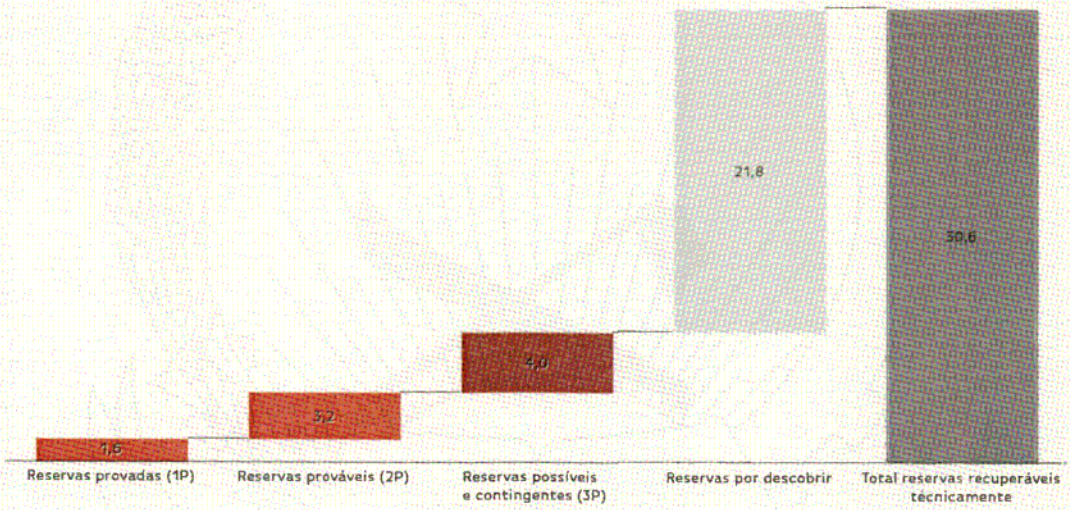


FONTE: Rystad Ucube 2022

Quadro 49

Angola tem potencial significativo para desenvolver as reservas de gás

Reservas remanescentes de gás, Mil milhões de pés cúbicos



FONTE: Rystad Ucube 2022

Em todo o caso, reconhecemos que há uma incerteza considerável num período temporal que se estende até 2050. Na verdade, é expectável que encontremos mais recursos, projectando-se um investimento acumulado que pode atingir os 96 mil milhões de USD, até 2050, incluindo em acumulações ainda não descobertas.

Todos os tipos de activos deverão ser afectados por uma redução na produção, com o maior impacto na produção em águas profundas e ultra-profundas, à medida que as nossas reservas se esgotam ao longo do período que se estende até 2050 (Quadro 48).

Assim sendo, para além da aposta de investimento no sector do gás, há necessidade de promover e captar investimentos dos principais *players* do sector petrolífero e dar início ao desenvolvimento da produção de biocombustíveis, hidrogénio e outras energias renováveis.

Atendendo a estes factores, Angola está confrontada com a necessidade urgente de continuar a introduzir melhorias no sector do petróleo e do gás. É imperioso utilizar ao máximo os recursos disponíveis no curto e médio prazos, e, no longo prazo, reduzir a dependência do País numa única fonte de exportação, construindo, deste modo, uma economia mais forte e mais diversificada. Os projectos de *midstream* e *downstream*, tais como a refinação, poderão alavancar o crescimento do sector ao proporcionar oportunidades de exportação.

Com a possível redução gradual dos investimentos das grandes empresas petrolíferas internacionais em Angola, será necessário promover e criar condições para que outros participantes do mercado possam compensar a falta de investimento.

Assim, promover a participação de produtores independentes em Angola bem como outros produtores regionais será fundamental para que possamos garantir a maximização dos recursos existentes.

Uma mudança fundamental será potenciar o desenvolvimento dos volumes de recursos recuperáveis de gás de Angola, bem como o desenvolvimento de toda a infra-estrutura necessária para o seu consumo interno ou exportação (Quadro 49).

De salientar que o gás é o único combustível fóssil cujo contributo para a procura total de energia deverá crescer em todo o mundo, no período até 2035. No entanto, apesar da importância em aumentar o investimento no sector, será importante ter em conta que Angola é apenas o 41º país com maiores reservas mundiais contribuindo para cerca de 0,3% das reservas totais mundiais. A extracção de gás terá portanto um papel importante principalmente na transição de Angola para uma economia mais diversificada já que a procura mundial será ainda assim limitada com uma adopção progressivamente mais rápida de energias renováveis.

Outro aspecto fundamental está relacionado com a melhoria da eficiência na captação do potencial ainda disponível no sector do petróleo e gás de Angola nos próximos anos, e a melhoria da competitividade do País, tanto em *upstream* como em *midstream* e *downstream*, o que exigirá a superação de vários desafios.

O primeiro desafio é o custo relativamente elevado da produção petrolífera em Angola. Tendo em conta o tipo de activos e a complexidade envolvida, as operações petrolíferas requerem despesas operacionais e de capital superiores às de outros países.

O segundo desafio é o modelo rígido de contratos petrolíferos em Angola, onde ainda existem oportunidades para o flexibilizar. Durante quase 40 anos, o modelo mais utilizado para as concessões foi o Acordo de Partilha de Produção (Production Sharing Agreement – PSA), segundo o qual os operadores suportam os custos do investimento, mas este modelo poderá ser actualizado, de modo a ter em conta os recentes desenvolvimentos no sector.

O terceiro desafio são as condições fiscais e parafiscais, que são menos atractivas no contexto actual do sector afectando fortemente o retorno dos investimentos dos operadores, pelo que teremos de avaliar os nossos regimes fiscais e legais para atrair investimentos.

O quarto desafio é a gestão do processo regulatório, que terá de se tornar mais ágil e eficiente, a fim de permitir ao Governo captar maior valor para o sector.

No que diz respeito aos desafios de *midstream* e *downstream*, a infra-estrutura de apoio ao sector terá de ser desenvolvida para reduzir drasticamente os custos, por exemplo, de transporte e de armazenamento. Para abordar esta questão, asseguraremos a materialização dos projectos estruturantes de refinação, no sentido de atender as necessidades locais e regionais com o aumento da capacidade de produção de refinados no País, avaliaremos os resultados do estudo de competitividade do sector petrolífero para a tomada de decisão relativa a pertinência da revisão do regime legal e fiscal actual do sector petrolífero com o objectivo de torná-lo mais competitivo, e promoveremos o desenvolvimento de novas tecnologias, do conteúdo local e da capacitação do capital humano angolano.

As nossas soluções

Identificámos nove conjuntos de soluções para o sector do petróleo e gás, soluções estas que abordam várias questões-chave: manter as indústrias de *upstream* competitivas, lançar rondas de licitações e exploração de novos recursos, atrair investimento e desbloquear novas oportunidades, tais como o gás e indústrias indirectas.

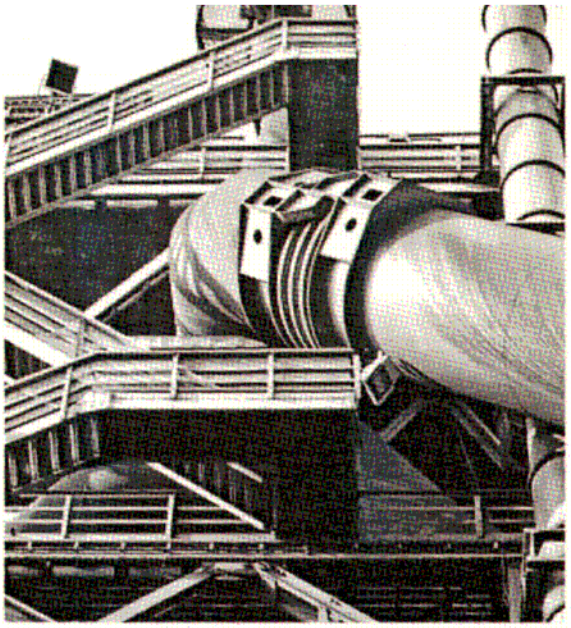
Maximizar o potencial dos recursos actuais

Promoveremos e facilitaremos o investimento em produção de petróleo e gás por parte de operadores locais e produtores regionais mas também por outros operadores internacionais independentes, ou operadores focados em campos marginais para colmatar a falta de investimento por parte dos principais produtores mundiais. Reforçaremos o papel deste tipo de entidades no panorama de exploração e produção no País de forma sustentável.

Promover a exploração de novos recursos

Promoveremos a exploração de novos recursos, revisitando os acordos contratuais e avaliando a possivel revisão do actual regime legal e fiscal do sector.

Nos acordos de associação com grupos empreiteiros, procuraremos promover termos mais flexíveis, visando proporcionar um melhor alinhamento de incentivos. Os contratos em que seja identificado um potencial de exploração significativo devem ser revistos no sentido de introduzir incentivos adicionais que encorajem o investimento em actividades de exploração. Daremos prioridade aos contratos que estão próximos do fim do prazo e nos quais a introdução de condições mais favoráveis poderá permitir a extensão da produção e da concessão em condições aceitáveis de rentabilidade.



Precisamos de dar início ao processo de revisão do actual modelo de PSA em benefício de um potencial modelo de contrato de serviço. Este processo pode ser coordenado antecipadamente, de modo a definir a matriz de possíveis mudanças a levar a cabo. Poderá estabelecer-se um processo de consulta com a Associação das Companhias de Exploração e Produção de Angola, em representação dos operadores petrolíferos, com vista a preparar e aprovar novos modelos contratuais para futuras concessões. De momento, propomos ajustes contratuais, numa gama mais alargada de contratos, e que tais ajustes sejam incorporados no modelo a ser aplicado para futuros contratos.

Alinhar o sector petrolífero com os objectivos de transição energética

No seguimento do compromisso de Angola em atingir a neutralidade carbónica em 2050, reduzindo substancialmente as nossas emissões nas próximas décadas, iremos assegurar que o principais intervenientes do sector contribuem positivamente para se atingir este objectivo. Para tal, criaremos duas iniciativas em paralelo que permitirão garantir o alinhamento do sector com a transição energética, garantindo também uma maior atractividade de investimento privado:

- Promoção da descarbonização dos activos actuais: em linha com as tendências internacionais, iremos promover a utilização de tecnologias e métodos de extracção que permitam reduzir a intensidade de emissões no processo de extracção de petróleo e gás no País.

- Incentivo ao investimento em novas energias verdes: criaremos o ambiente necessário para que os produtores e intervenientes no sector petrolífero possam contribuir também para a transição energética ao investir em novas tecnologias verdes como parte do seu portfólio (por exemplo energias renováveis, biocombustíveis e combustíveis sintéticos e hidrogénio azul/verde).

Eliminar barreiras contratuais

As barreiras contratuais limitadoras da atractividade dos investimentos serão, sempre que possível, removidas. Actualmente, o modelo de PSA não é favorável à atracção de investimento. Para ultrapassar esta situação, vamos melhorar o equilíbrio de partilha de retorno entre os operadores e a Concessionária Nacional, acelerar os processos de aprovação e reforçar a capacidade para supervisionar as propostas apresentadas pelos grupos empreiteiros.

Agilizaremos a implementação de mudanças no processo de decisão regulatório; a reestruturação de processos de aprovação para promover maior eficiência; a criação de um grupo de trabalho dedicado e especializado para resolver os pedidos de aprovação pendentes mais urgentes; a introdução de um processo de qualificação de fornecedores e prestadores de serviços para actualizar uma base de dados de fornecedores e prestadores pré-aprovados; a padronização de todas as interacções entre os operadores e o Concessionário Nacional, incluindo apresentações e aprovações; e a introdução de um sistema de *benchmark*, visando acelerar o processo de revisão e o processo de reporte.

A ANPG dedica-se a iniciativas de avaliação e revisão dos termos dos acordos em vigor, e que poderão incluir:

- Introduzir um mecanismo de incentivo para melhorar a eficiência, com o desempenho de custo como elemento no cálculo da rentabilidade para a distribuição de lucros petrolíferos. Este mecanismo poderá tomar a forma de um sistema de partilha inversa, aumentando progressivamente a quota do grupo empreiteiro para reduzir os custos através de maior eficiência e reduzindo a contabilização do *cost oil*.
- Permitir maior flexibilidade e investimento cruzado entre áreas de desenvolvimento (AD), permitindo assim a recuperação dos gastos de desenvolvimento dentro de outra AD, assegurando que os gastos não sejam duplicados no momento da sua contabilização no cálculo do *cost oil*. A recuperação transectorial dos gastos de desenvolvimento poderia estar ligada, por exemplo, a um mecanismo de incentivo a novas actividades exploratórias dentro de cada AD ou, de um modo geral, a novos investimentos.
- Permitir flexibilidade de procedimentos para estender a fase de exploração sem incluir novas obrigações de trabalho, permitindo que os planos de trabalho sejam concluídos sem custos adicionais desnecessários.
- Introduzir flexibilidade nos requisitos de trabalho durante a fase de exploração, por exemplo, definindo unidades de trabalho em vez de definir actividades pré-estabelecidas, permitindo ajustes no trabalho à medida que este avança.
- Conceder permissão para partilhar e trocar dados e informações entre blocos com o objectivo de facilitar e acelerar o processo de avaliação dos recursos de cada área.
- Conceder autorização para a continuação das atividades de exploração dentro de cada concessão, com vista a aproveitar ao máximo a descoberta de novos depósitos e aumentos de produção. Esta autorização poderá ser implementada incondicionalmente em todas as concessões de modo a que a actividade de exploração seja uma possibilidade permanente para o grupo empreiteiro, até ao fim do seu contrato.
- Permitir maior flexibilidade na partilha e reutilização de meios e equipamentos entre concessões, o que permitirá aos grupos empreiteiros realocar equipamento e infra-estrutura de uma concessão cessante para uma nova concessão, ou partilhar esse equipamento ou infra-estrutura entre várias concessões, assegurando, no entanto, que as despesas não são duplicadas no momento da sua contabilização ao calcular o *cost oil*.
- Trabalhar estreitamente com os operadores no que toca à optimização e fiscalização dos planos de manutenção com vista a mitigar as paragens não programadas e os respectivos impactos nos níveis de produção.
- Desenvolver e implementar o conceito de produção incremental nos campos com baixa atratividade.

Promover a coordenação da indústria e iniciativas de eficiência

Identificámos algumas ineficiências operacionais no sector que poderão ser resolvidas pelos próprios operadores, mediante esforços conjuntos e iniciativas individuais. Existem cinco grupos de iniciativas que poderão ser implementadas em conjunto com a Associação das Companhias de Exploração e Produção de Angola (ACEPA), nomeadamente, i) a partilha de recursos logísticos aéreos e marítimos; ii) a gestão integrada de equipamento; iii) a partilha de inventários; iv) a partilha de bases de abastecimento; e v) o agrupamento de contratos. Existem actualmente esforços em curso para promover estas iniciativas em conjunto com a ACEPA e deve continuar-se a estimular e promover a coordenação de operadores e encontro de sinergias neste sentido.

A partilha de recursos logísticos aéreos e marítimos permite estabelecer rotas partilhadas, maximizando os rácios de utilização e reduzindo a duplicação de transporte.

Os operadores podem acordar uma gestão integrada do equipamento – incluídas as plataformas de perfuração – que aumente a taxa de utilização do equipamento e reduza a quantidade total de equipamento mobilizado, bem como os custos envolvidos na mobilização e desmobilização.

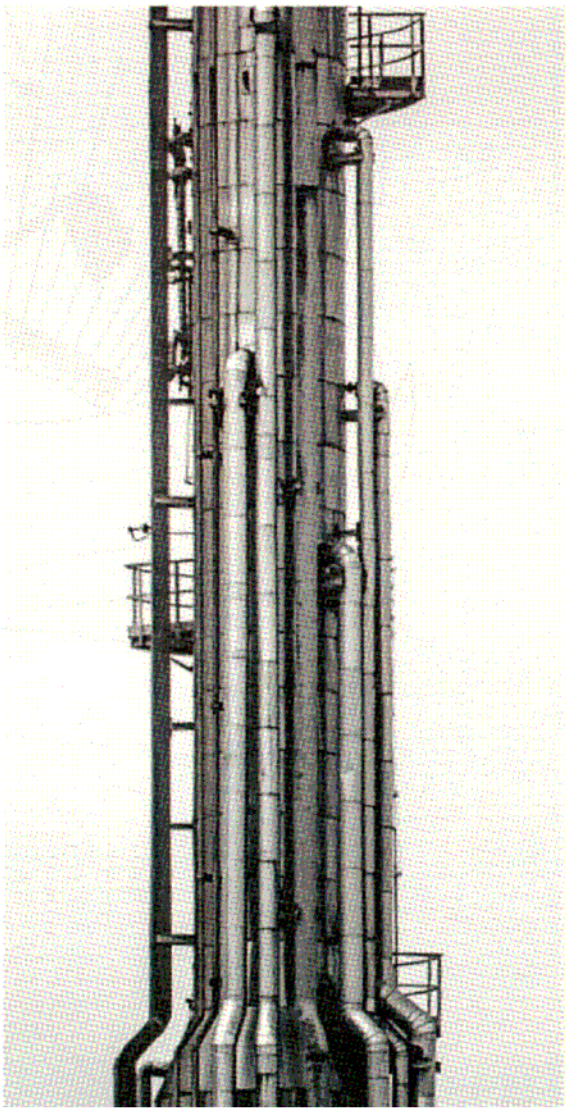
A partilha de inventários pode ser sustentada pela partilha virtual de inventários fisicamente distintos, recorrendo a uma plataforma online, o que permite uma pesquisa por parte de um operador, abrindo o inventário disponível de outro operador.

Adicionalmente, os operadores poderão partilhar bases logísticas, incluindo espaço de armazenamento, equipamento de apoio e pessoal de armazém.

Agrupar contratos utilizando a compra conjunta de artigos standard com elevados níveis de consumo aumentará o tamanho dos lotes, de modo a reduzir o custo de cada unidade comprada.

Cada um dos operadores pode identificar e levar a cabo iniciativas específicas para melhorar o seu desempenho operacional e maximizar a produção e a eficiência de custos. Estas iniciativas precisam de ser acompanhadas de um mecanismo, a introduzir nos contratos de associação, para incentivar a eficiência operacional.

Por último, importa também referir, que é expectável que estas iniciativas de colaboração da indústria com foco na eficiência levem a uma redução directa ou indirecta do nível de emissões do sector, contribuindo para um maior alinhamento dos objectivos de transição energética preconizados e assumidos pelo País.



Rever o regime legal e fiscal

O nosso regime legal e fiscal terá de ser continuamente adaptado para garantir um sector de petróleo e gás sustentável e produtivo. Em muitos casos será necessário articular a intervenção de diferentes órgãos governamentais para garantir que as medidas adoptadas, incluindo a legislação, incorporam uma visão transversal do sector. A Lei das Actividades Petrolíferas e a legislação complementar serão objecto de alteração, de modo a contemplar intervenções que permitam uma maior flexibilidade, de preferência contando com a participação activa dos operadores petrolíferos. As áreas-chave da mudança discutem-se neste plano.

Delinearemos um novo quadro regulatório, abrindo a porta a novos modelos contratuais que possam substituir ou complementar o actual PSA na exploração, desenvolvimento e produção de gás natural não-associado. A alteração ao regime jurídico do projecto Angola LNG é já uma medida no sentido da promoção da exploração de gás natural não-associado, permitindo às empresas procurarem exclusivamente gás. A introdução de maior abertura na titularidade dos recursos poderá contribuir para a melhoria da comercialização e rentabilidade. A flexibilização das regras irá acelerar o processo de concurso, de modo a permitir a rápida contratação de empreiteiros em situações de urgência ou quando existe apenas um fornecedor adequado. Os concursos públicos obrigatórios para contratos de serviços de risco continuarão a assegurar transparência e competitividade, mas as regras e procedimentos envolvidos beneficiarão da simplificação. Além destas, poderão ser obtidas outras vantagens como, por exemplo, a permissão que equipamentos importados, tais como as plataformas de perfuração, sejam utilizados por mais do que um bloco.

Também são desejáveis políticas para introduzir mecanismos de incentivo e benefícios fiscais para campos com baixa rentabilidade. Em paralelo, a fixação do posicionamento institucional sobre normas fiscais evitará áreas de subjectividade e incerteza, especialmente no caso de pagamentos a residentes não angolanos. Adicionalmente, a clarificação das regras aplicáveis ao imposto industrial, ao imposto sobre o consumo e ao imposto de selo relativamente às isenções minimizará potenciais litígios. A criação de um regime específico de preços de transferência para os operadores da indústria petrolífera poderá aumentar a transparência na alocação de custos e simplificar os processos de contratação.

Concluir a elaboração do Plano Director do Gás e assegurar a sua implementação

A criação de um plano director para o gás é fundamental para gerir os recursos existentes de forma integrada. Este plano director, cujo desenvolvimento se encontra em curso, permitirá estabelecermos um plano com vista a optimizar o desenvolvimento das reservas de gás para ir ao encontro da procura existente; optimizaremos o desenvolvimento da infra-estrutura de gás, nomeadamente infra-estrutura para GNL, gasodutos, armazenamento e transporte; e desenvolveremos o quadro legal para apoiar o desenvolvimento do sector a longo prazo.

Um plano director para o gás terá em consideração o balanço energético primário do País, os cenários de produção de gás, a utilização de gás, a infra-estrutura de apoio ao gás e o contexto institucional, regulatório e financeiro.

Considerando o balanço energético primário, o plano incluirá um estudo das necessidades energéticas de cada sector da economia e um estudo dos recursos energéticos do País para compreender o papel do gás no fornecimento de energia.

Os modelos de produção de gás exigirão uma análise das reservas de gás e a definição de cenários de produção de gás. Para determinar a utilização do gás, o plano estimará a procura de gás para cada uma das utilizações potenciais e analisará as utilizações potenciais do gás produzido, nomeadamente na indústria petroquímica, na geração de energia eléctrica e a exportação de GNL. O plano definirá, ainda, projectos concretos para a utilização do gás, com as respectivas análises de viabilidade e análises de custo/benefício, tendo em conta os custos de oportunidade.

O plano procurará compreender a necessidade de infra-estruturas de apoio ao gás, analisando a infra-estrutura existente e os planos de curto prazo, e definindo quaisquer projectos de infra-estrutura necessários, mediante um plano de investimento. Desde já, o consórcio aprovado para o desenvolvimento do primeiro projecto de desenvolvimento de gás não associado nos campos Quiluma e Maboqueiro, deverá conseguir beneficiar deste plano que ao garantir um quadro regulatório e estratégico claro permita acelerar a exportação.

O plano abordará também o contexto institucional, regulatório e de financiamento, incluindo uma análise da legislação existente e das estruturas de financiamento adequadas, tais como as parcerias público-privadas e os mecanismos de apoio financeiro.

Desenvolver infra-estrutura de suporte

No quadro da aceleração da inserção do empresariado nacional na deia de fornecimento de bens e serviços, fomentar o emprego e o desenvolvimento de carreira dos quadros nacionais, desenvolveremos o sistema de infra-estrutura para o sector, criando um programa que incentiva o conteúdo local, atribuindo benefícios fiscais para projectos que cumpram objectivos locais de compras e que promovam a utilização de novas tecnologias e a capacitação de capital humano angolano.

Garantir a auto-suficiência de produtos refinados e desenvolver Pólos Petroquímicos

Continuaremos com a implementação da estratégia de refinação que pretende garantir a auto-suficiência de produtos refinados no País, através da construção de novas refinarias. Iremos assegurar a materialização dos referidos projectos no sentido de atender as necessidades locais e regionais com o aumento da capacidade de produção de refinados, diminuir a dependência de importação externa destes produtos e exportar o excedente.

De igual forma, vamos promover o surgimento de um Pólo Petroquímico que será responsável pela transformação de diferentes matérias primas no futuro.

As nossas prioridades imediatas até 2027

Acelerar o programa de licitações em curso tanto para blocos *onshore* como *offshore*, bem como negociar novos contratos de concessão para exploração nos campos maduros, com termos melhorados.

Desenvolver novos campos petrolíferos, incluindo os campos marginais e maduros.

Acelerar a implementação da estratégia integrada de refinação e petroquímica para o País, acelerando os principais projectos em curso e sempre suportados por estudos de viabilidade (Luanda, Lobito, Soyo, Cabinda).

Implementar a estratégia de distribuição de produtos refinados que permita acompanhar o desenvolvimento das indústrias de refinaria e petroquímica.

Consolidar a liberalização do sector de derivados do petróleo e fomentar a expansão da rede de Postos de Abastecimento de Combustível.

Continuar a implementar medidas que visam captar oportunidades de partilha de infra-estruturas logisticas, gestão integrada de equipamentos, de formas a obter sinergias e optimização de custos através da colaboração entre operadores.

As nossas prioridades imediatas até 2027

Rever o regime legal e fiscal do sector petrolífero através da continua melhoria e adaptação do novo quadro regulatório para o gás e alteração do sistema de incentivos para campos marginais e maduros.

Continuar a promover o conteúdo local, incentivar a participação de entidades locais em toda a cadeia de valor do sector, bem como reafirmar o compromisso do sector com a implementação de projectos de responsabilidade social.

Desenvolver plano de descarbonização do sector, que permita promover a descarbonização da exploração e produção de petróleo e gás, bem como incentivar o investimento em energias renováveis e outras tecnologias verdes (por exemplo Hidrogénio Verde).

Concluir o Plano Director do Gás, criando um quadro para atracção de investimento das IOCs para o aproveitamento do gás e atracção de novos investidores para as indústrias *downstream* (petroquímica, fertilizantes, geração energética, transportes e aço).

Desenvolver projectos de gás não associado e assegurar a operacionalização do novo consórcio de gás.

Desenvolver o segmento dos Biocombustíveis, mediante a elaboração da estratégia para o seu lançamento e desenvolvimento, assim como a elaboração da legislação conexa.

2050



8.8 Financiamento da economia

Finanças públicas com um nível de endividamento sustentável e investmento privado em larga escala em todos os sectores da economia financiado principalmente pela banca comercial


Metas principais
2022*
2030
2050
Investimento acumulado total
(mil milhões de USD)
-
189
948
Rácio de dívida sobre PIB
(percentagem)
66%
<60%
<60%
Stock de crédito
(USD)
9.152 M
18.062 M
98.854 M
Stock de crédito ao sector privado
(% do PIB não petrolífero)
11%
13%
36%
Capitalização de mercado das empresas nacionais listadas
(% do PIB)
1%
8%
26%
*2022 ou ano mais recente disponível
2050

A nossa visão

Fixámos objectivos ambiciosos para todos os sectores económicos e sociais. O financiamento destes objectivos sectoriais implica o reforço das finanças públicas e uma maior participação do sector privado, em particular através de Investimento Directo Estrangeiro (IDE) e um maior financiamento da banca comercial ao empresariado nacional. Fá-lo-emos, por um lado, implementando medidas que estabilizem a receita tributária, reduzindo a dependência da sua componente petrolífera e sem aumentar o nível de endividamento, à medida que a nossa economia cresce; e, por outro lado, reforçando a nossa capacidade de atracção de investimento, nomeadamente com a remoção de desincentivos e a melhoria do ambiente de negócios, proporcionando condições para um maior apetite da banca comercial em financiar o sector privado.

O investimento total necessário para concretizar a visão Angola 2050 está projectado em cerca de 948 mil milhões de USD – representando o petróleo e gás aproximadamente 11% deste investimento (Quadro 50).

O universo de fontes de financiamento disponíveis para financiar o investimento referido é diversificado, embora seja necessário o cumprimento de duas condições cruciais. Em primeiro lugar, a garantia de sustentabilidade da dívida através da fixação de um rácio máximo de endividamento público de 60% do PIB. Em segundo lugar, assegurar a estabilidade financeira garantindo o cumprimento do limite máximo anual para o défice orçamental primário não petrolífero, de cerca de 5%.

Nas próximas décadas ultrapassaremos a dependência do petróleo, à medida que a receita gerada por este recurso declina e a dimensão da nossa população e da nossa economia aumentam. Assistiremos igualmente ao reequilíbrio do investimento, com aumento da sua componente privada e redução relativa da componente pública. Concretamente, prevemos que as receitas petrolíferas diminuam dos actuais 14% do PIB, aproximadamente, para cerca de 1% do PIB até 2050. Nesse mesmo período, a despesa pública per capita deverá aumentar passando de aproximadamente 600 USD em 2022 para 900 USD em 2050 e destinando-se essencialmente aos sectores potenciadores do nosso capital humano: a educação, a saúde e a protecção social.

Este enquadramento significa que o crescimento sustentado da receita fiscal não-petrolífera, o aumento exponencial do IDE e o reforço da disponibilidade de crédito para o sector privado serão fundamentais para financiar as nossas necessidades de investimento. O aumento da receita fiscal não-petrolífera sobre o respectivo PIB para níveis alinhados com a média de países comparáveis, apresenta-se como a forma sustentável para o Estado financiar um nível mais elevado de serviços a uma população que mais que duplicará. Será, igualmente, necessário atrair IDE não-petrolífero privado, o qual deverá dar resposta a cerca de dois terços das nossas necessidades de financiamento. O investimento necessário para atingir a visão para Angola em 2050 está ao nosso alcance, dependendo, no entanto, da capacidade de execução destas três frentes: aumento da base de contribuintes e da eficiência do sistema e da administração tributária; aumento de concessão e acesso do sector privado a crédito; e, aumento massivo do IDE não-petrolífero. O investimento directo estrangeiro deverá permitir o financiamento de cerca de 60% desta necessidade enquanto que o crédito concedido a privados e o investimento público serão responsáveis pelo restante investimento.

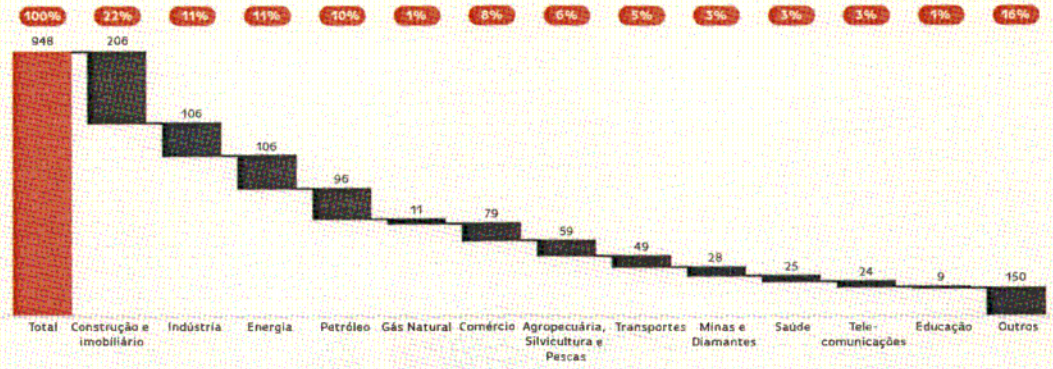
Atingiremos níveis de arrecadação não-petrolífera de 19% do respectivo PIB. Este aumento da receita fiscal será alcançado através do alargamento da base tributária, reforma do sistema tributário – com maior pendor da tributação do consumo face à do rendimento das empresas – e reforço da eficiência da administração tributária. Reduziremos também o nível da dívida pública dos actuais cerca de 66% do PIB para um valor inferior a 60% até 2050.

Quadro 50

Com base nos cenários bottom-up preconizados em cada uma das estratégias sectoriais, estima-se que as necessidades totais de investimento até 2050 poderão ascender a ~950 mil milhões de USD

Necessidades de investimento

Mil milhões de USD, 2023-2050 (acumulado, cenário base)[1]



1 Inclui apenas despesas de capital (CAPEX). Valor computado com base nos cenários base/centrais bottom-up preconizados em cada uma das estratégias sectoriais. Para certos sectores (Construção e Imobiliário, Comércio, Telecomunicações e Outros), o CAPEX foi estimado de forma top-down, com base num conjunto pressupostos (nomeadamente o peso projectado do sector no PIB e o respectivo rácio CAPEX/PIB de pares comparáveis da SSA e SADC).

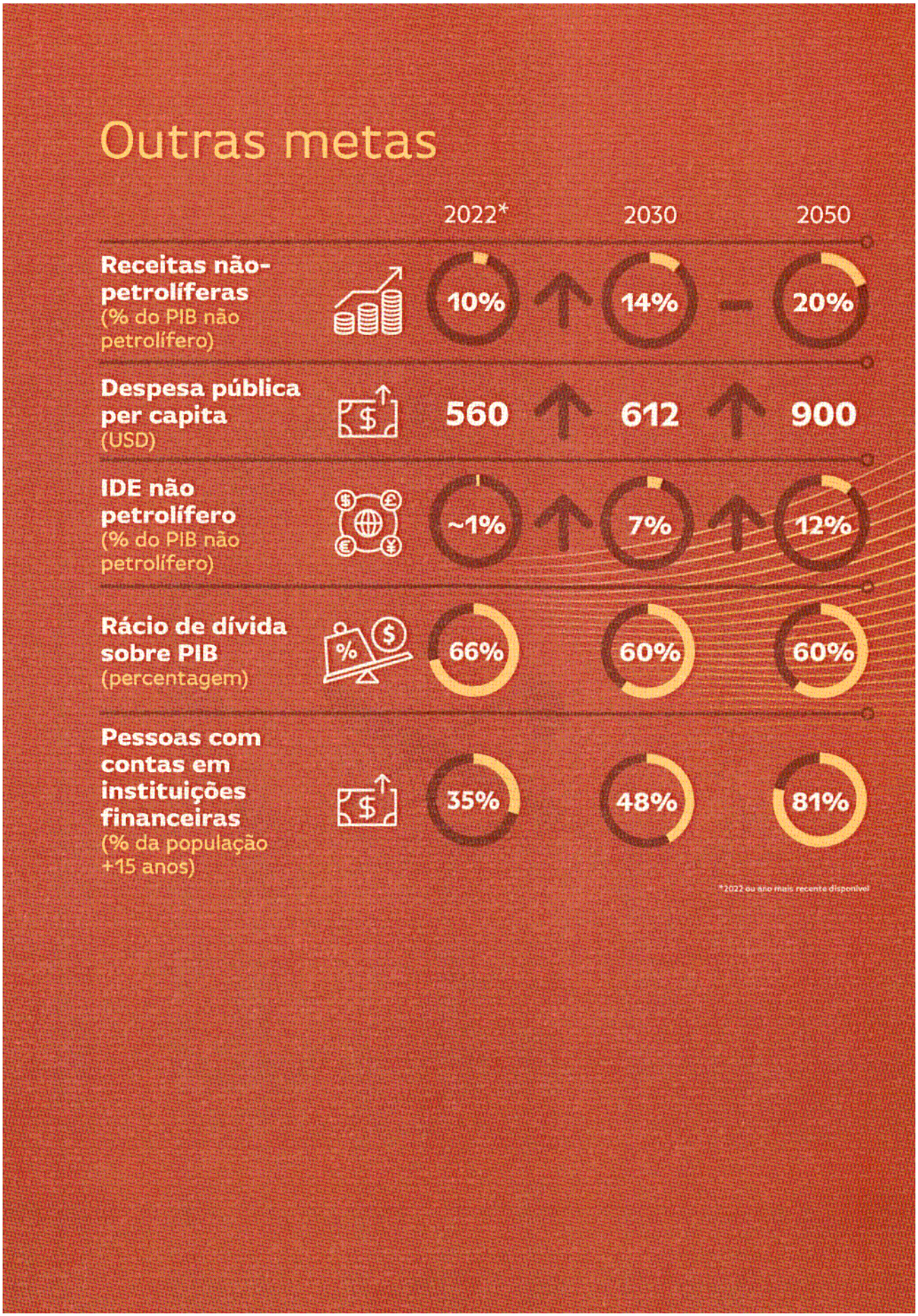
Outras medidas como a privatização de Empresas Públicas e a consolidação de fundos públicos serão igualmente adoptadas por forma a garantir a melhoria das nossas finanças públicas.

O crédito ao sector privado será reforçado, passando de 11% do PIB não-petrolífero para cerca de 36% até 2050, representado este crescimento de 25 pontos percentuais a convergência regional (uma visão optimista de convergência com média mundial elevaria este valor para 68%). Fá-lo-emos melhorando os processos de registo de garantias e cobrança, reduzindo a participação do Estado no sector bancário e o seu peso no crédito concedido pela banca comercial, promovendo a bancarização, nomeadamente via soluções de *mobile money*, e desenvolvendo o mercado de capitais.

Promoveremos também a criação de equipas técnicas, tanto do lado dos promotores quanto do lado dos bancos comerciais que permitam dar solidez ao processo de análise técnica de projectos.

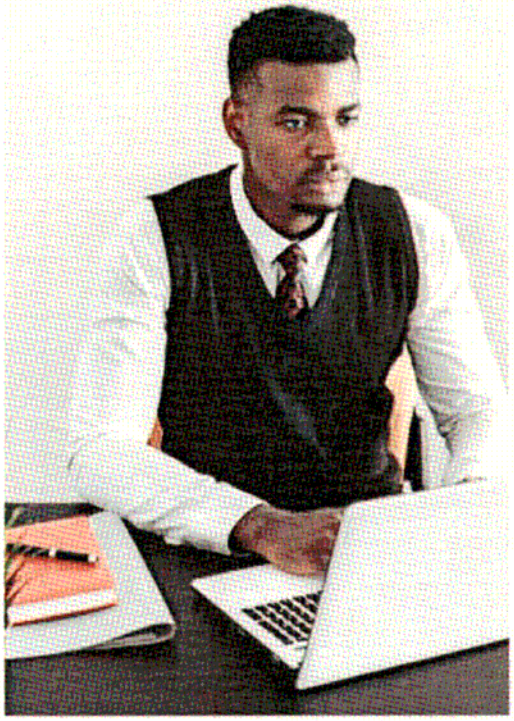
Atrairemos um nível substancial de IDE não-petrolífero e de parceiros para desenvolver grandes projectos emblemáticos. Para tal, além das melhorias no ambiente de negócios para investidores, iremos reforçar directamente a capacidade de atracção de investimento, nomeadamente através do "balcão único" de investimento ("*One Stop Shop*") que permita desburocratizar e simplificar os processos de investimento. Vamos também cooperar proactivamente com os principais parceiros bilaterais e multilaterais, participando nos principais programas de financiamento a países africanos.




Outras metas
2022*
2030
2050
Receitas não-petrolíferas
(% do PIB não petrolífero)
10%
14%
20%
Despesa pública per capita
(USD)
560
612
900
IDE não petrolífero
(% do PIB não petrolífero)
~1%
7%
12%
Rácio de dívida sobre PIB
(percentagem)
66%
60%
60%
Pessoas com contas em instituições financeiras
(% da população +15 anos)
35%
48%
81%
*2022 ou ano mais recente disponível

As nossas soluções

Identificámos três conjuntos de soluções para concretizar a nossa visão, assegurando finanças públicas saudáveis e sustentáveis, reforçando o crédito ao sector privado e aumentando o IDE não-petrolífero.



Garantir a sustentabilidade das finanças públicas

Vamos garantir a sustentabilidade das finanças públicas implementando medidas para aumentar a arrecadação de receita tributária não-petrolífera, optimizar a gestão da dívida pública, privatizar empresas públicas e consolidar fundos públicos.

Aumentar a receita tributária não-petrolífera

Reforçaremos a receita tributária não-petrolífera em percentagem do PIB, dos actuais 8% estimados para aproximadamente 19% – em 2022 os impostos não petrolíferos representaram 4.274 mil milhões de Kwanzas (face a um PIB não petrolífero de 56.231mil milhões de Kwanzas).

Para alargar a base tributária, removeremos barreiras, aumentaremos a educação tributária, tomaremos medidas para registar e formalizar contribuintes, cooperaremos com outras entidades privadas e públicas e promoveremos iniciativas de redução da informalidade.

Concluiremos a Reforma do Sistema Tributário através da modernização do imposto sobre o rendimento (pessoas singulares e colectivas) e a propriedade, da criação de regimes simplificados (por exemplo, para micro-actividade) e da revisão da concessão de benefícios fiscais (despesa fiscal).

Reforçaremos a Administração Geral Tributária (AGT) através da disseminação de cumprimento de obrigações declarativas em formato electrónico e automatizado (*efilling, prefilling*), potenciação da facturação electrónica e formalização das cadeias de valor para tributação do IVA, reforço da capacidade de fiscalização (sobretudo com recurso às TI – automatização de fiscalização), introdução de sistemas de sinalização precoce (*early warning system*), utilização de trocas de informação e de sofisticação analítica, redução da litigância e dos tempos de resolução associados, aumento da aplicação da lei (incluindo cobranças e execuções) e aumento dos pontos de acesso e interacção com contribuintes (através do uso de canais remotos).

O cumprimento de obrigações tributárias será melhorado através do recurso à tecnologia, à utilização de dados e ao alargamento do universo de actos tributários electrónicos – incluindo a utilização de pré-preenchimento de declarações para redução da complexidade e do tempo despendido no cumprimento de obrigações fiscais.

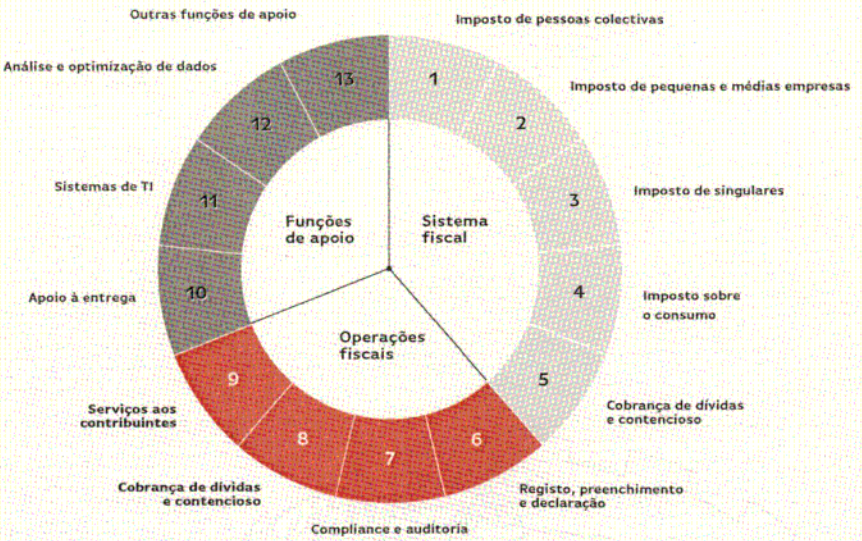
O cumprimento de obrigações tributárias será reforçado através da melhoria permanente da capacidade de fiscalização da AGT – incluindo a utilização de modelos analíticos, a inteligência artificial e o tratamento de grandes volumes de dados na tomada de decisões, por exemplo, em relação à priorização e âmbito das fiscalizações – com base numa avaliação de perfis de risco.

Melhoraremos a nossa capacidade de cobrança e trabalharemos no sentido de reduzir os níveis de litigância, reforçando a segmentação de contribuintes e adaptando as estratégias de cobrança em função de indicadores comportamentais e da capacidade de pagamento dos contribuintes.

Presidente da República

Quadro 51

O aumento da receita tributária poderá ser atingindo recorrendo a vários tipos de iniciativas de reforma fiscal



6. Registo, preenchimento e declaração

Aumentar a base fiscal e lançar iniciativas proactivas de registo, por exemplo, focar em sectores de alta informalidade, campanha de televisão

Aumentar a sensibilização para o cumprimento de obrigações tributárias, por exemplo, seminários para contadores, chamadas efetuadas de centros de atendimento telefónico

Normalizar os processos de envios, por exemplo, otimizar a digitalização

Melhorar as verificações de consistência de apresentação, por exemplo, estratégia de contato proactivo com os maiores contribuintes

Aumentar a declaração electrónica numa abordagem passo a passo, desde simulação e validador de preenchimento à declaração electrónica completa e recolhimento digital

Introduzir gerentes de contas para supervisionar grandes contribuintes

7. Compliance e auditoria

Melhoria da estratégia de auditoria e do modelo operacional, via estratégia de tratamento de auditoria, por exemplo, modelo de decisão sofisticada para decidir sobre a realização de auditorias completas ou focadas em áreas específicas, comunicação dissuasiva para melhorar os níveis de cumprimento e segmentação de contribuintes, por exemplo, alocação de casos de auditoria por segmentos de contribuintes e tipos de impostos

Otimização dos processos de auditoria via departamento de grandes contribuintes, por exemplo, garantir o apoio jurídico profissional adequado, customizar os processos e ampliar ferramentas de auditoria e auditoria regular, por exemplo, padronizar processos e ferramentas de auditoria, gestão do desempenho

Utilização de análises avançadas para melhorar a seleção dos casos de auditoria via integrar ainda mais os dados de outras fontes e utilização de análises de dados avançadas para melhorar os modelos de risco de seleção de casos, por exemplo, de uma análise de risco básica a um mecanismo de risco sofisticado

8. Cobrança de dívidas e contencioso

Padronizar regras de cobrança

Desenvolver ações de previsão de dívidas e de alertas pré-inadimplência

Melhorar a segmentação de devedores com ferramentas analíticas

Melhorar as estratégias de contacto e gestão de devedores

Direcionada com estratégias as maiores dívidas focadas

9. Serviços aos contribuintes

Desenvolver uma estratégia de experiência do cliente, por exemplo, segmentação de contribuintes, estratégia de canal

Otimizar centros de atendimento telefônico, por exemplo, padronizar processos, introduzir contratações variáveis para horários de pico

Melhorar a oferta digital, por exemplo, um site de fácil utilização para o cliente com informações, pagamentos online, aplicativos de última geração

A melhoria da qualidade do serviço prestado favorecerá a experiência do contribuinte, através da optimização dos locais de atendimento e da melhoria da oferta digital, através de um website de utilização fácil, com portfolio completo de serviços e integração de pagamentos. Os actos e processos serão desburocratizados para melhorar o relacionamento com a comunidade fiscal. (Quadro 51).

Optimizar a gestão da dívida pública

O nosso objectivo consolidar os valores de dívida pública em percentagem do PIB (actualmente em 66%) garantido que este valor não supera os 60% até 2050. Sendo certo que parte da redução ocorrerá organicamente, à medida que o PIB nacional aumenta, não deixa de ser necessário uma gestão proactiva da dívida pública. A introdução de uma visão consolidada e actualizada da dívida pública, a redução do custo da dívida com medidas pontuais e o reforço da Unidade de Gestão da Dívida (UGD) são iniciativas que implementaremos para reforçar o controlo e a gestão da dívida. Não obstante, o crescimento económico e a arrecadação eficiente de receitas constituem as soluções estruturais para a redução dos níveis de endividamento.

A introdução de uma abordagem consolidada e actualizada da dívida pública, requer o reforço do reporte e acompanhamento de dívida (incluindo todos os tipos de dívida, como a assumida por Empresas Públicas, a decorrente de garantias soberanas, pagamentos atrasados a credores e fornecedores e decorrente de compromissos como PPPs) e uma visão actualizada do mercado (incluindo o interesse dos investidores e o risco de refinanciamento).

Actuaremos de forma sistemática para aproveitar qualquer oportunidade de redução do custo de serviço da dívida, como seja através da consolidação (por exemplo, junto de credores bilaterais), refinanciamento (por exemplo, com apoio das instituições multilaterais) ou desintermediação (por exemplo, colocação directa no retalho). Para fortalecer a Unidade de Gestão da Dívida (UGD), vamos garantir o reforço das capacidades de planeamento e previsão da evolução da dívida e de comunicação proactiva com os credores.

Concretizar a privatização de empresas e activos do Estado

O Programa de Privatizações de Angola (PROPRIV) será implementado para apoiar a sustentabilidade das nossas finanças públicas. O PROPRIV tem como objectivo alargar a participação do sector privado na economia, privatizando numa primeira fase 178 empresas e activos estatais (tendo já sido privatizadas 33 empresas do universo inicial), aumentando assim a eficiência do Estado e a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos. Os procedimentos de venda incluem ofertas públicas iniciais, concursos públicos e leilão em bolsa. As empresas estão organizadas em quatro grupos: empresas de referência nacional, empresas participadas e activos da Sonangol, unidades industriais da Zona Económica Especial (ZEE), e outras empresas e activos a privatizar.

Relativamente às empresas de referência nacional com maior potencial, garantiremos que a privatização resulta na atracção de parceiros reconhecidos e capazes de melhorar o desempenho e o valor das empresas alienadas, no longo prazo. Para tal iremos conduzir os processos de privatização de acordo com as melhores práticas internacionais.

O desinvestimento dos activos remanescentes será levado a cabo com recurso à padronização e aceleração dos processos de privatização.

A maximização dos ganhos para o Estado com o produto das vendas ou dividendos gerará um impacto financeiro directo, complementado pelo impacto indirecto consubstanciado na redução de subsídios operacionais e ao preço, injecções de capital e garantias soberana (explicitais ou implícitas).

Estas medidas serão concretizadas através da coordenação estreita e gestão transparente entre as entidades envolvidas no PROPRIV.

Consolidar os fundos públicos

A reorganização da gestão dos fundos públicos, hoje dispersos em vários sectores, passará pela centralização e profissionalização da sua gestão, necessária para aumentar o respectivo retorno no que concerne ao desenvolvimento económico.

Uma gestão de fundos profissionalizada e integrada contribuirá para aumentar a coordenação e evitar duplicação de estruturas e custos. A integração contribuirá ainda para um melhor aproveitamento do talento, com uma abordagem de "centro de excelência", através da especialização em gestão de fundos.

Alargar o acesso e concessão de crédito no sector privado

A expansão da concessão e acesso do sector privado a crédito será promovida, reduzindo o papel do Estado no sistema bancário, acelerando a bancarização, reforçando o papel da banca comercial, fomentando uma cultura de poupança e desenvolvendo o mercado de capitais.

Reduzir o papel do Estado no sistema bancário

A presença do Estado na banca será reduzida através da reestruturando do principal banco comercial público, o Banco de Poupança e Crédito (BPC), e através do reforço do Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA).

Completaremos a reestruturação do BPC, complementando o processo de recapitalização com uma reestruturação comercial e operacional que permitirá ao banco garantir resultados sustentáveis e equilibrados e assim fornecer capital para financiar a economia.

Reforçaremos o papel do BDA enquanto instrumento activo do desenvolvimento económico; assumindo-se como parceiro preferencial dos empreendedores e investidores privados; assegurando a respectiva solidez financeira com uma taxa de crédito em incumprimento reduzida e gestão criteriosa dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND); e desempenhando uma função institucional em matérias de desenvolvimento do tecido empresarial nacional.

Acelerar a bancarização

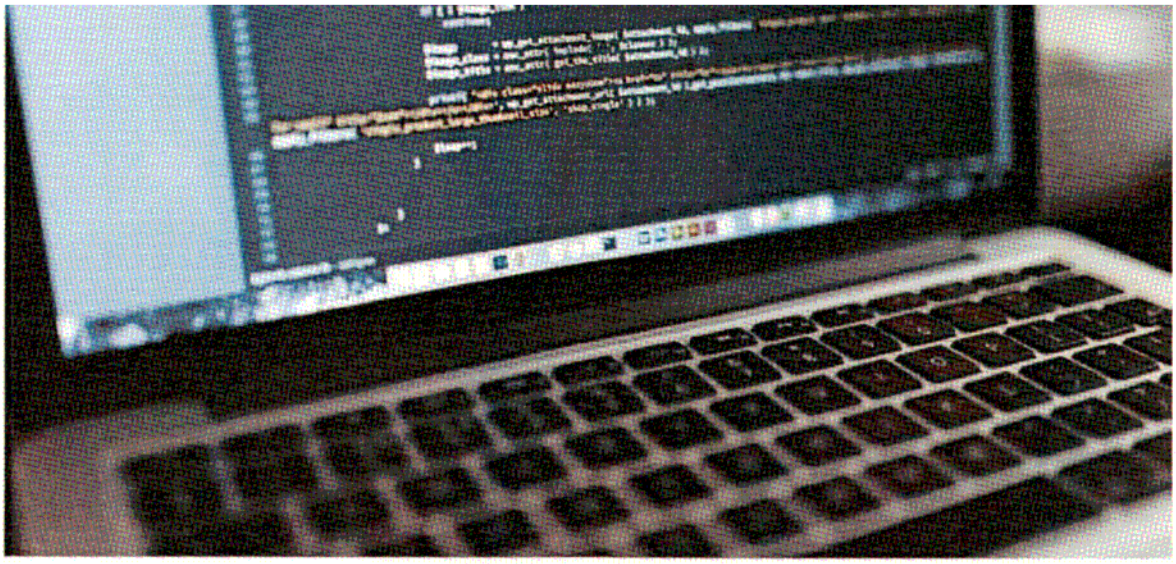
A tecnologia será utilizada para acelerar e aprofundar a inclusão bancária e financeira através da aceleração da utilização do *mobile money* (moeda electrónica). Este instrumento tem sido um facilitador-chave da inclusão financeira no continente, adequando-se de igual forma à população angolana não bancarizada. Esta abordagem está em linha com as recomendações para atingir os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (ODS), onde o *mobile money* surge como uma das principais forças financeiras digitais ao serviço da sua concretização.



O *mobile money* permite a realização de transferências em dinheiro e pagamentos móveis de forma fácil, segura e conveniente. Permite, ainda, aos utilizadores receber salários, pensões, empréstimos e transferências, realizar depósitos e levantamentos através de agentes autorizados ou fazer transferências online. Permitirá também o acesso a outros serviços indirectos, como poupança, contratação de seguros e pedidos de microcrédito substituindo a necessidade de infra-estrutura bancária cara (balcões), inevitavelmente limitada a regiões urbanas de maior rendimento.

O sucesso da implementação do *mobile money* depende de diversos factores, designadamente, a infra-estrutura tecnológica, a regulamentação e o modelo económico utilizado. Em relação à infra-estrutura, garantiremos a interoperabilidade do sistema de pagamentos.

No que concerne à regulamentação, fomentaremos a competição na oferta de serviços de *mobile money*; asseguraremos a segurança dos clientes (por exemplo, exigindo que os activos sejam segregados); e definiremos as exigências de salvaguardas anti-branqueamento de capitais (AML – Anti-Money Laundering) e de reconhecimento dos clientes (KYC - *Know Your Customer*) de forma pragmática e adaptada ao perfil de utilizador.



Reforçar o papel da banca comercial e promover o microcrédito

O papel da banca comercial será fortalecido através de uma dupla estratégia. Por um lado, aumentando o acesso ao crédito do sector privado, especialmente das PMEs. Por outro, favorecendo a maturidade da banca comercial, eventualmente através de consolidação sectorial – incorporação de instituições de menor dimensão – e aumento da oferta de serviços.

De forma a aumentar o crédito ao sector privado, aumentaremos a captação de depósitos, através de uma maior formalização da economia, promovendo um aumento nos rácios de transformação, reduzindo o peso relativo de outras linhas de negócio (nomeadamente compra de títulos de dívida) e através do reforço do uso de colaterais, robustecendo o enquadramento legal das garantias, seu registo e capacidade de as accionar. Estas medidas, conjugadas com uma melhoria do ambiente de negócios e crescente maturidade dos projectos promovidos pelas empresas e empreendedores nacionais aumentão a quantidade e a qualidade do stock de crédito privado.

Adicionalmente, iremos continuar a fomentar o financiamento das empresas privadas, em particular das pequenas e médias (PMEs) que tradicionalmente tem menor acesso ao crédito. Promoveremos também instituições e modelos de microcrédito, alinhados com as melhores práticas internacionais, de forma a disponibilizar mecanismos de financiamento para o empreendedorismo dos segmentos mais carenciados da população com projectos de menor escala que permitam a geração de rendimentos. O regulador pode participar activamente neste processo, prosseguindo a introdução de incentivos para que os bancos comerciais mantenham parte significativa dos seus activos na forma de crédito ao sector produtivo, disponibilizando informação sobre modelos de financiamento às PMEs, contribuindo para a simplificação e desburocratização e, a prazo, regulando a introdução de novos modelos de financiamento como o *crowdfunding* e os empréstimos *peer-to-peer* (P2P).

A prazo espera-se que o reforço do tecido empresarial, o robustecimento dos colaterais e garantias e um papel activo do regulador, em combinação com a melhoria do ambiente de negócios no País, conduzirão à crescente concessão de crédito de forma sustentável e rentável para os bancos do nosso sistema financeiro.

Fomentar uma cultura de poupança

O aumento dos níveis de poupança nacional implica a promoção de uma cultura de poupança. Tal requer a implementação de um conjunto de iniciativas de sensibilização da população, proporcionando educação financeira e incentivando ao investimento em protecção social complementar.

Divulgaremos informação sobre a actividade de supervisão dos fundos de pensões por parte do Estado. A experiência internacional revela que uma percepção pública sólida de que o Estado exerce algum nível de controlo sobre a actividade dos fundos de pensões privados e adopta políticas de protecção dos utilizadores, aumenta a confiança nestes instrumentos financeiros e a probabilidade de adesão. Neste contexto, a sensibilização passará pela realização de campanhas de educação financeira focadas na importância da protecção social e da poupança no longo prazo.

Criaremos um quadro de benefícios fiscais dirigido a aforradores, promoveremos, igualmente, uma gama mais alargada de produtos de poupança, para promover a inclusão.

Por fim, melhoraremos a eficiência na alocação de recursos como elemento crucial para promover uma cultura de poupança. Em particular, monitorizaremos os níveis e transparência dos custos e comissões dos fundos de pensões no sistema complementar para garantir a sustentabilidade e atractividade dos investimentos efectuados pelos cidadãos.

Desenvolver o mercado de capitais

A oferta, a liquidez e a importância do mercado de capitais será potenciada, tornando a bolsa de valores a principal alternativa na obtenção de capital e crédito. Tal implicará um envolvimento crescente do sector privado – por oposição à preponderância das obrigações do Estado – e uma diversificação dos instrumentos de capital, tais como capital (acções), já iniciada com o BAI e Caixa Angola, versus dívida (obrigações).

O mercado de capitais será desenvolvido com três acções: a promoção dos mercados, a garantia de regulamentação e o reforço da supervisão.

A participação no mercado de capitais será incentivada, adoptando medidas para atrair diferentes tipos de investidores. Promoveremos o mercado junto dos emitentes/empresas, removendo barreiras e explicando os benefícios da captação de dívida e de capital nos mercados de capitais. Atrairemos investidores internacionais recorrendo a privatizações, por exemplo, e assegurando a gestão das contas de capital. Envolveremos investidores institucionais nacionais através da organização de fundos de investimento e de gestores de activos e a diversificação de activos de pensões/seguros. Actuaremos também junto de pequenos investidores nacionais e reforçaremos a educação financeira sobre investimentos financeiros para aumentar a participação.

Garantiremos um quadro regulatório melhorado, reduzindo a burocracia, especialmente para aumentar a eficiência e reduzir os custos associados ao registo e reporte das empresas cotadas. Tomaremos, ainda, medidas para assegurar a transparência em torno da regulação – por exemplo, as regras relativas às empresas-fachada, ao *insider trading* e à manipulação do mercado. Actualizaremos também o quadro regulamentar e introduziremos produtos mais complexos, como os derivados.

Finalmente, reforçaremos a supervisão, introduzindo obrigações de reporte e avaliação de risco que transmitam aos investidores confiança de que os seus investimentos são baseados em informação financeira fidedigna. Manteremos também a supervisão dos agentes do mercado, designadamente, correctores e gestores de activos, assegurando o registo, contabilização e segregação adequada dos activos dos clientes. Adicionalmente, definiremos procedimentos de auditoria e utilizaremos informações, TI e ferramentas analíticas para os implementar.

Por último, de forma a potenciar a actividade empreendedora, formentaremos também o desenvolvimento de fundos de capital de risco, cruciais para o florescimento do ecossistema empresarial e de *startup-ups*.

Aumentar o Investimento Directo Estrangeiro não-petrolífero e a assistência externa

O salto quântico necessário na atracção de IDE de qualidade requer um enorme reforço da capacidade de actuação junto dos investidores e uma melhoria marcada do ambiente de negócios (detalhado em capítulo próprio).

Atingir este objectivo implica clareza sobre a proposta de valor e remoção de barreiras e desincentivos.

Angola concorre com as restantes nações do mundo na atracção de investimento. Para sermos bem-sucedidos vamos disponibilizar de forma acessível e apelativa informação sobre as vantagens competitivas que existem nos principais sectores produtivos, nomeadamente agricultura, pescas, indústria, minas, entre outros. Esta apresentação será concretizada em projectos específicos que se prestem a decisões de investimento, junto dos investidores internacionais. É igualmente importante comunicar claramente as vantagens competitivas do País, nomeadamente uma mão de obra jovem e competitiva, que se tornará crescentemente qualificada e eficiente à medida que avancem as medidas de potenciação do capital humano.

Grandes projectos emblemáticos, que impliquem investimentos na ordem dos milhares de milhões de dólares e que possam ser determinantes para o desenvolvimento económico, serão acompanhados de forma próxima, por equipas dedicadas (incluindo profissionais com experiência de sector privado, capazes de negociar e interagir com investidores), de forma a maximizar as suas probabilidades de sucesso.

Ao mesmo tempo, a nossa agência de atracção de investimento terá de continuar a modernizar-se, partindo do modelo de ponto único de contacto dos investidores ("balcão do investidor") capaz de apoiá-los a ultrapassar as barreiras ainda existentes ao investimento no nosso País. Com esse fim, teremos de promover o nosso ambiente de negócios e sermos internacionalmente competitivos e atractivos para os investidores (o detalhe das medidas propostas para atingir este objectivo consta do capítulo Doing business).

Capturar maior assistência externa (bilateral e multilateral)

Implementaremos uma política proactiva de captação de apoios externos. Isto será possível através do estabelecimento de relações directas com todos os doadores internacionais de referência – bilaterais, como a Agência para o Desenvolvimento Internacional dos EUA (USAID), a Agência Alemã para a Cooperação Internacional (GIZ), o Foreign, Commonwealth and Development Office do Reino Unido, a Agência Japonesa de Cooperação Internacional (JICA), a união europeia, Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); multilaterais, como o Banco Mundial/ IFC ou o Banco Africano de Desenvolvimento; e privados como a Fundação *Bill & Melinda Gates* ou a Fundação Mastercard. Desenvolveremos também as especificações de projectos potencialmente financiáveis, por exemplo, face aos resultados em sectores como a saúde ou a electrificação. Disponibilizaremos recursos e uma cultura de assistência nos vários ministérios e participaremos activamente em grandes programas pan-africanos, como o Power Africa e o Manufacturing Africa.

Quadro 52

Tipicamente, as agências de atracção de IDE mais bem sucedidas desempenham cinco papéis principais

I. Construção da imagem

Criar a percepção do País como sendo um local atractivo para o investimento internacional

- Criar e disseminar um conjunto consistente de mensagens
- Anunciar nos canais *media* apropriados e criar notícias favoráveis
- Realizar eventos de relações públicas

II. Geração de investidores

Focar sectores e empresas específicas com vista à criação de oportunidades de investimento

- Desenvolver e sindicar uma estratégia para atrair investimentos (por exemplo, indústrias, investidores-chave)
- Priorizar e segmentar potenciais investidores
- Desenvolver materiais específicos para o investidor, por exemplo, livros de *pitch* e propostas pró-activas para investidores prioritários em cada segmento
- Fazer missões e visitas de vendas específicas a investidores no estrangeiro

III. Apoio aos investidores

Fornecer uma vasta gama de serviços para garantir um processo de investimento mais simples

- Fornecer um portal web "one-stop" para investidores
- Facilitar a interacção entre investidores e as autoridades nacionais
- Orientar investidores ao longo do processo requerido de aprovação do projecto/negócio
- Conectar investidores a líderes da indústria local
- Fornecer acesso aos serviços necessários, por exemplo, impostos, justiça

IV. Execução e *follow-up*

Assegurar um acompanhamento e monitorização eficazes ao longo de cada etapa do processo (incluindo pós-investimento)

- Gerir *leads* através dum único ponto de contacto durante todo o ciclo de vida do investimento
- Manter relações fortes com agências
- Acompanhar o *status* e incentivos do projecto, bem como acompanhamento pós-investimento

V. Políticas e advocacia

Promover um ambiente positivo para o investidor

- Fomentar uma regulamentação simplificada e não burocrática para novos negócios/investimentos
- Reunir opiniões do sector privado e assegurar que estas são comunicadas às autoridades competentes
- Facilitar a discussão entre as partes interessadas /*stakeholders* relevantes

FONTE: Relatório de IDE do Banco Mundial

As nossas prioridades imediatas até 2027

Aumentar a receita tributária não-petrolífera através do alargamento da base tributária, conclusão da Reforma do Sistema Tributário e reforço dos instrumentos de actuação da Administração Tributária.

Concretizar o Programa de Privatizações (PROPRIV) de forma a apoiar a sustentabilidade das finanças públicas e atrair parceiros reconhecidos e capazes de melhorar o desempenho e valor das empresas de referência nacional.

Completar a reestruturação do BPC complementando o processo de recapitalização com uma reestruturação comercial e operacional com vista a garantir resultados sustentáveis e equilibrados.

Acelerar a utilização de *mobile money* como promotor de bancarização, sendo para tal necessário garantir a existência da infra-estrutura tecnológica (p. ex., interoperabilidade), regulamentação adequada e modelo económico viável.

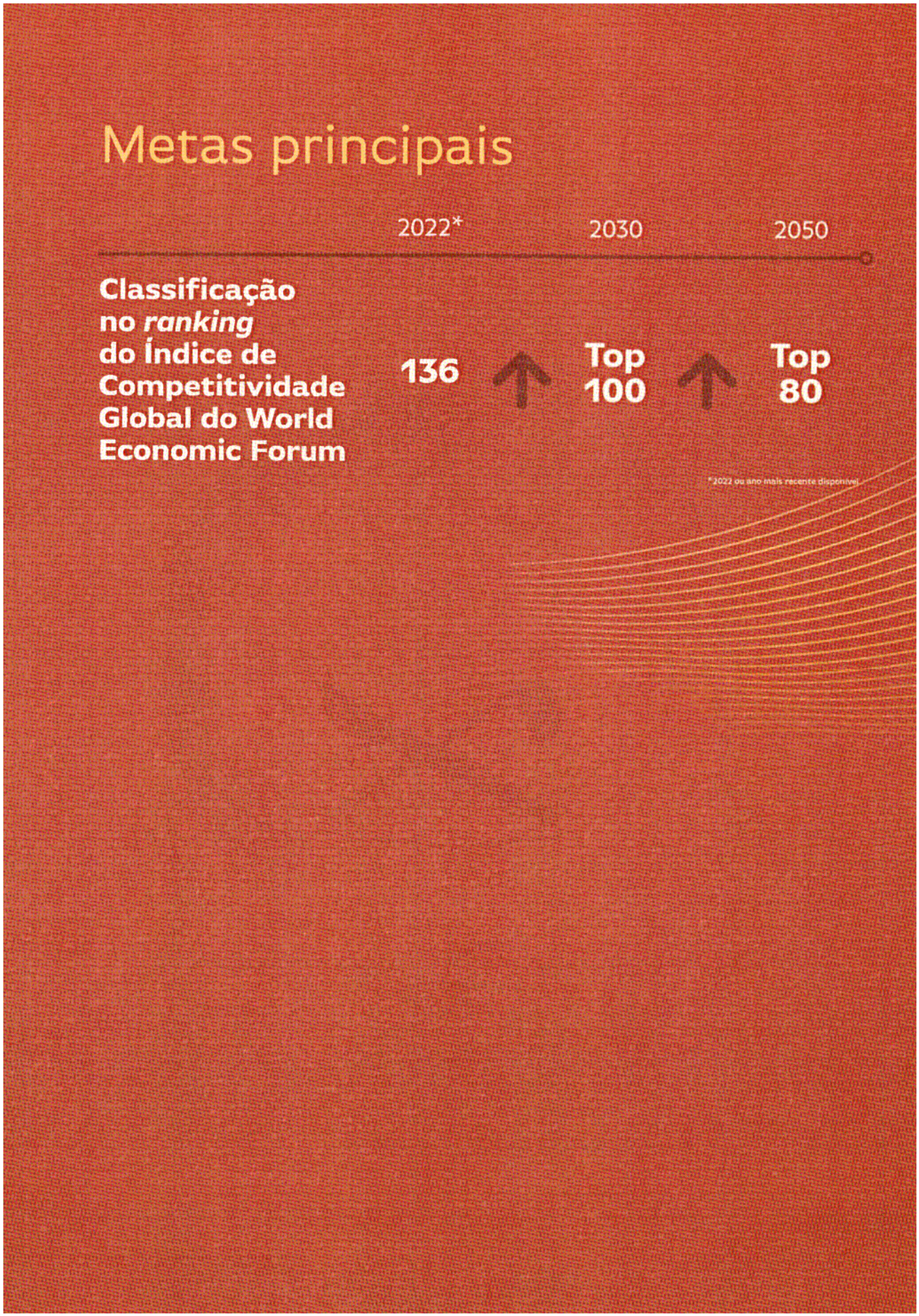
Aumentar o Investimento Directo Estrangeiro (IDE) e assistência externa, reforçando a capacidade de actuação junto dos investidores, melhorando o ambiente de negócios nacional e implementando uma política proactiva de captação de apoios externos, estabelecendo relações directas com doadores de referência para projectos financiáveis em sectores chave.



2050

8.9 Ambiente de Negócios

Uma nação mais competitiva, mais aberta aos negócios


Metas principais
2022*
2030
2050
Classificação no ranking do Índice de Competitividade Global do World Economic Forum
136
Top 100
Top 80
* 2022 ou ano mais recente disponível

A nossa visão

Em 2050, Angola será uma nação mais competitiva, com uma economia forte e diversificada. Para concretizar esta visão, teremos de melhorar o nosso ambiente de négocios, um elemento essencial na atracção de investimento e na dinamização de todos os sectores económicos. O nosso objectivo é subir na classificação do Índice de Competitividade Global da posição mais recente de 136 para o top 80 em 2050. Implementaremos reformas dirigidas aos obstáculos e desincentivos que dificultam a nossa capacidade de atrair investimento. Isto exigirá acções em três frentes: melhorar as doze dimensões do Índice de Competitividade Global, resolver questões específicas de cada um dos sectores e implementar reformas estruturais que transformem a forma como abordamos o investimento privado.

Angola precisa de atrair Investimento Directo Estrangeiro (IDE) para conseguir crescer. Historicamente, temos captado menos IDE do que os nossos pares regionais, e as multinacionais presentes no nosso País estão exclusivamente concentradas no sector petrolífero. Esta falta de investimento noutros sectores dificulta a nossa capacidade de implementar projectos de grande escala. Nos últimos 15 anos, temos apresentado menores entradas de investimento estrangeiro do que os nossos pares regionais (Quadro 53).

O crescimento do sector petrolífero deveu-se, em grande parte, à atracção de investimento privado em grande escala; outros sectores, no entanto, não foram capazes de superar os desafios do ambiente de negócios. A métrica de referência na classificação do mesmo é o Índice de Competitividade Global, no qual Angola ocupa a 136.ª posição em 141. (Quadro 54).

Embora tenhamos melhorado em algumas dimensões, dado que os restantes países também melhoraram ao longo do tempo, a nossa posição global no índice tem estado estagnada. Medidas tomadas até aqui para melhorar o nosso ambiente de negócios concentraram-se em alterações legais, que não se materializaram num impacto imediato. O nosso ambiente de negócios caracteriza-se por um *iceberg* de desincentivos e desafios ainda por resolver (Quadro 55). Diagnosticámos um conjunto de áreas que necessitam de intervenção para atrair investimento e identificámos soluções para as superar.

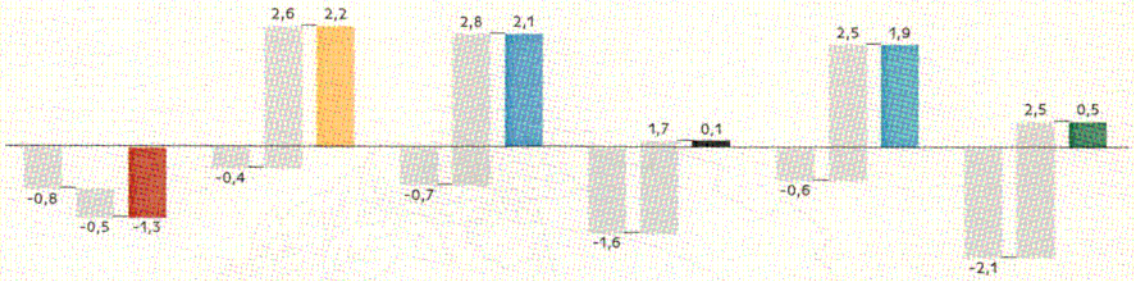
No futuro, abordaremos estes desincentivos em três frentes. Melhoraremos o nosso desempenho nos doze pilares do índice de Competitividade Global. Colocaremos em prática soluções específicas para cada sector, concentrando-nos em melhorara transparência, aumentando o investimento para compensar a falta de infra-estrutura e revendo a regulamentação em sectores-chave.

Quadro 53

Nos últimos anos, Angola apresentou um défice de retenção líquida de investimento directo estrangeiro (IDE)

Fluxo líquido[1] de IDE *(net inflows[2] – net outflows[3])*

% do PIB, Média 2002-21





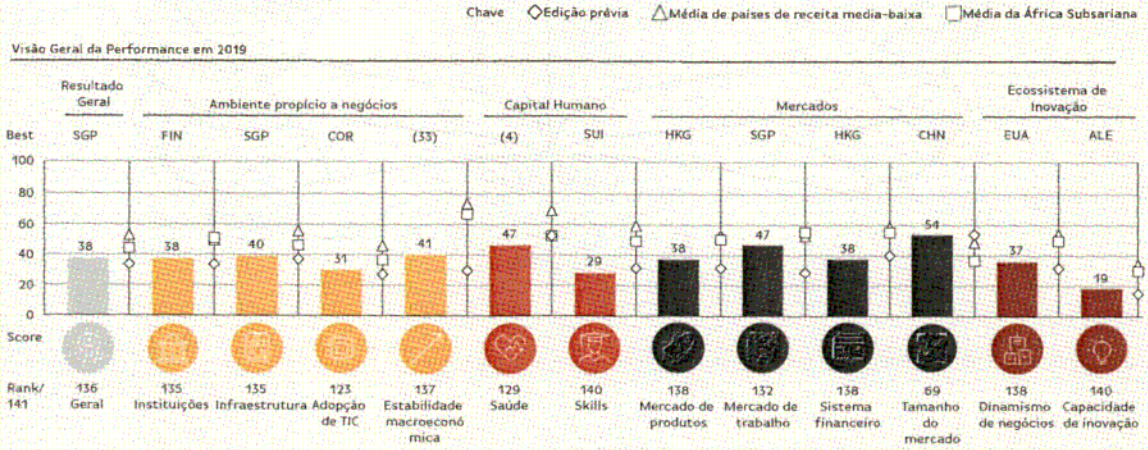
1. Diferença entre fluxo interno de IDE (líquido de desinvestimentos) e fluxo externo de IDE (líquido de desinvestimentos).
2. Fluxo interno de IDE, líquido de desinvestimentos.
3. Fluxo externo de IDE, líquido de desinvestimentos.
4. Países que observaram recentemente (curto prazo) um elevado crescimento do seu nível de rendimento: Azerbaijão, Bielorrússia, Camboja, Índia, Cazaquistão, Laos, Mianmar, Turquemenistão, Uzbequistão e Vietname.
5. Países que observaram no passado (longo prazo) um elevado e sustentável crescimento do seu nível de rendimento: China, Hong Kong, Indonésia, Coreia do Sul, Malásia, Singapura e Tailândia.

FONTE: UNCTAD.

Quadro 54

Angola 136/141

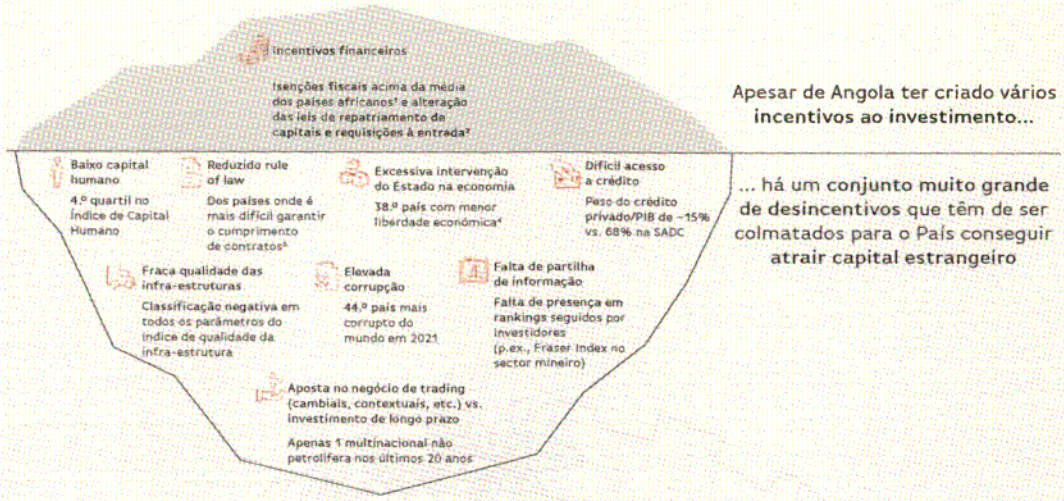
Índice Global de Competitividade 4.0, edição de 2019



FONTE: Fórum Económico Mundial.

Quadro 55

Existem um conjunto de desafios ao ambiente de negócios que não foram ainda endereçados com sucesso



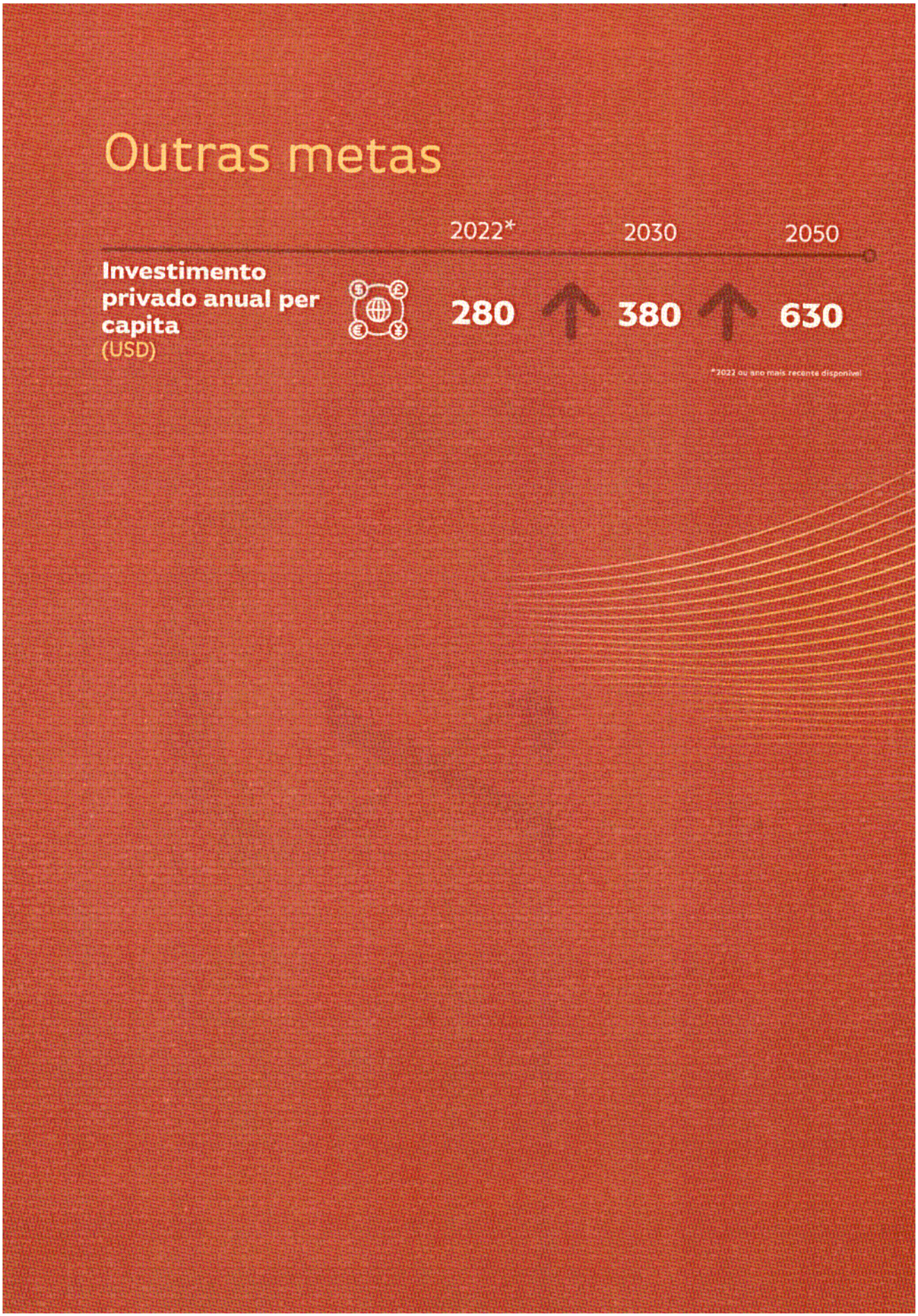
1 2,0% em 2012 e 0,6% em 2015 vs. média de 0,5% entre África do Sul (2012), Quénia (2008), Ruanda (2008) e Maurícias (2012)
2 Possibilidade de repatriamento de dividendos, eliminação da necessidade de investidor local com 35% de participação na empresa, diminuição das necessidades mínimas de capital
3 Este indicador mede o tempo e custos necessários bem como a qualidade judicial para resolver uma disputa comercial
4 Este indicador mede o nível de intervenção do estado na economia

FONTE: Lei do Investimento Privado; Banco Mundial – Ease of Doing Business; Transparency International; Índice de Liberdade Económica

Implementaremos, igualmente, reformas estruturais, garantindo a coordenação dos projectos de investimento e o funcionamento dos mecanismos de repatriação de capitais e dividendos.

Demonstrámos que estamos em condições de superar os constrangimentos, especialmente no sector do petróleo e do gás, onde captámos investimentos relevantes durante um período em que as limitações estruturais estavam a afectar negativamente os restantes sectores. Historicamente, a larga maioria do investimento no País tem sido realizado no sector petrolífero, representando mais de 90% da entrada de investimento directo estrangeiro nos últimos 16 anos. O investimento abrandou desde 2014 devido à queda do preço do petróleo. Os esforços de diversificação resultaram em maior investimento noutros sectores, mas não o suficiente para compensar a queda do investimento no petróleo. A nossa visão assenta em melhorar o ambiente de negócios para atrair grandes investimentos privados para o País em todos os sectores.

A análise da experiência recolhida no sector do petróleo e do gás deve servir de base à eliminação dos constrangimentos estruturais que dificultam o investimento noutros sectores da nossa economia. Por exemplo, o sector do petróleo e do gás superou as insuficiências da infra-estrutura graças à independência no desenvolvimento destas infra-estruturas, à capacitação de capital humano, bem como incentivando o investimento de longo prazo.


Outras metas
2022*
2030
2050
Investimento privado anual per capita (USD)
280
380
630
*2022 ou ano mais recente disponível

As nossas soluções

Propomos uma abordagem alavancada em três conjuntos de soluções para enfrentar os desafios empresariais no nosso País. Em primeiro lugar, levaremos a cabo reformas para melhorar o ambiente competitivo nacional, medido através do Índice de Competitividade Global. Em segundo lugar, levaremos a cabo reformas estruturais relativas à forma como abordamos a atracção de investimento privado. Em terceiro lugar, implementaremos soluções sectoriais específicas dirigidas à melhoria da transparência, ao aumento do investimento e ao fortalecimento do quadro regulamentar. Estas últimas são objecto de discussão detalhada nos capítulos de petróleo e gás, agricultura, pescas, indústria, turismo e transportes. As reformas do Ambiente de Negócios têm como objectivo promover um ambiente regulatório transparente e favorável ao desenvolvimento do sector privado. Logo, as reformas devem abranger os domínios relevantes para desenvolvimento económico ao longo do ciclo de vida das empresas desde a sua abertura até ao seu enceramento, com foco no seu estabelecimento e operação. Neste sentido, uma nova a abordagem pode alavancar os indicadores que concorrem para um bom clima de negócios e investimento, cuja importância e impacto económico deverão estar reflectidos nas trocas comerciais, no acesso ao crédito e na criação de empresas. No entanto, estes indicadores podem ser complementados com outros que sejam relevantes no contexto da economia angolana, cuja definição deve passar pela consulta de membros e/ou representantes do sector privado.

Implementar reformas para aumentar a competitividade da economia nacional

O índice de Competitividade Global mede a competitividade de uma economia em comparação com as restantes e é composto por 12 pilares - instituições, infra-estrutura, adopção de TIC, estabilidade macroeconómica, saúde, skills, mercado de produtos, mercado de trabalho, sistema financeiro, tamanho do mercado, dinamismo de negócios e capacidade de inovação, atribuindo resultados a nível nacional para cada parâmetro. A melhoria da competitividade da nossa economia é, pois, um esforço transversal aos vários sectores da sociedade, e o seu sucesso dependerá da correcta execução tanto de medidas de natureza económica e financeira quanto de cariz social (nomeadamente ao nível da potenciação do nosso capital humano).

Assim, as medidas aqui propostas procuram melhorar directamente o ambiente competitivo empresarial de Angola e debruçam-se sobre os pilares das Instituições, Infra-estrutura, Estabilidade Macroeconómica, Mercado de Produtos, Sistema Financeiro e Dinamismo de Negócios.



Dinamizar as Instituições

Registo de Propriedade

Melhoraremos os processos de registo de propriedade através da introdução de prazos máximos para procedimentos; a fixação de taxas únicas reduzidas, por exemplo, reduzindo os impostos sobre a transmissão da propriedade; e a simplificação de procedimentos. Para o efeito, reduziremos a quantidade de procedimentos necessários para registar a propriedade, introduziremos a possibilidade de registo online e diminuiremos o custo de registo. Divulgaremos, igualmente, um mecanismo de compensação das perdas incorridas pelas partes que tenham celebrado transacções, de boa-fé, embora com base em informação oficial errónea. Criaremos um regime fiscal sobre a propriedade urbana que possa ser auditado. Adicionalmente, implementaremos um balcão único para todo o tipo de registo, incluindo de propriedade, comercial e automóvel.

Imprimiremos celeridade no processo de simplificação do registo de imóveis, integrando o Guiché do Imóvel de todas as entidades intervenientes na componente de Registo de Propriedades (IGCA, DNRN, AGT, IPGUL e Administrações Municipais).

Protecção de investidores minoritários

Introduziremos regras claras nas transacções entre partes relacionadas, com informação fiável sobre os negócios da empresa para que os investidores possam monitorizar as suas actividades e avaliar o desempenho. Acresce, que os accionistas desinteressados devem ser envolvidos no processo de aprovação e os administradores devem ser responsabilizados pelas respectivas acções. Para além disso, os direitos dos investidores minoritários não podem ser protegidos sem disposições legais que facilitem o acesso à informação empresarial, como participações de accionistas, remuneração, auditoria e perspectivas financeiras.

Para proteger os investidores minoritários, introduziremos disposições que exijam a divulgação imediata de transacções entre partes relacionadas, incluindo a sua divulgação detalhada nas demonstrações financeiras anuais, e alteraremos a Lei dos Valores Mobiliários para melhorar os requisitos de aprovação e divulgação de transacções entre partes relacionadas. Introduziremos, também, normas que considerem os administradores responsáveis por transacções ilícitas ou prejudiciais para os accionistas. Alteraremos também a Lei das Sociedades Comerciais para incorporar sociedades detentoras de participações sociais. Estamos a rever a legislação em torno das empresas e do mercado accionista para reforçar as obrigações dos administradores, responsabilizando-os por transacções prejudiciais ou ilícitas e reforçando outros aspectos do governo das sociedades.

Alinhar práticas e *standards* com órgãos reitores internacionais

Alinharemos as práticas e *standards* das nossas instituições económicas sectoriais e transversais com as directivas dos órgãos reitores internacionais, de forma não só a melhorar o nosso acesso a financiamento e investimento externo, mas como medida também de facilitação de transacções e relações internacionais.

Melhorar a Infra-estrutura

Acesso a Electricidade

Simplificaremos o processo de solicitação e aprovação da ligação, a regulação da profissão de electricista, o aumento da transparência relativamente aos custos e dos processos de ligação, a diminuição dos depósitos de segurança, o aumento da transparência e da acessibilidade de tarifas existentes e novas, e a notificação prévia aos clientes relativamente a interrupções planeadas. É igualmente importante que os fornecedores avaliem a fiabilidade da rede, quantificando as falhas de energia da perspectiva do cliente, por exemplo, utilizando dois indicadores-chave de desempenho: o Índice de Tempo Médio de Interrupção do Sistema (SAIDI) e o Índice de Frequência Média de Interrupção do Sistema (SAIFI).

Em conformidade com as melhores práticas, incentivaremos a criação de uma entidade reguladora da actividade das empresas de fornecimento de serviços que operam no sistema. Investiremos, também, no aumento da abrangência dos indicadores SAIDI e SAIFI nos postos de transformação em Luanda. Adicionalmente, levaremos a cabo uma revisão do quadro regulamentar para simplificar o sistema de licenciamento para empresas que solicitem uma ligação eléctrica para operar e para o licenciamento de um estabelecimento.

Garantir Estabilidade Macroeconómica

Fomentaremos um ambiente macroeconómico mais estável através de esforços continuados de combate à inflação. Prosseguiremos também nos nossos esforços de controlo da dívida pública, valor que já tem vindo a ser reduzido substancialmente desde o pico de 136% em 2020 para os actuais 60%. A continuação destas políticas dar-nos-á uma maior credibilidade no que toca ao mercado de dívida internacional, contribuindo para melhores condições de endividamento futuras.

Expandir o Mercado de Produtos

Facilitação do comércio internacional

Iremos aumentar o número de produtos a entrar e sair do país, aumentado o volume de negócios potencial de empresas importadoras e exportadoras e as opções de escolha dos consumidores. Isto será feito através da digitalização e a cooperação regional. Por exemplo, permitir o envio e o processamento electrónico da informação exigida pelas alfândegas, e a interligação das agências envolvidas no comércio internacional através de um sistema único integrado *online*. Também iremos adoptar medidas para reforçar a cooperação regional e garantir uma melhor comunicação com os *stakeholders* comerciais.

Acresce, a introdução de diversas medidas como a introdução de um sistema reforçado de gestão de fronteiras baseado na coordenação e colaboração entre entidades, o reforço das abordagens baseadas no perfil de risco para o licenciamento e fiscalização das importações e exportações e a revisão e actualização dos processos e procedimentos das autoridades sanitárias para a importação, exportação e trânsito de mercadorias. Finalizaremos o projecto de interconexão detodos os intervenientes da cadeia logística de importação e exportação com o sistema Asycuda World e aceleraremos a implementação da Janela Única do Comércio Exterior (JUCE),

Fortalecer o Sistema Financeiro

Acesso a Crédito

Expandiremos o acesso ao crédito do empresariado nacional, através da eliminação de barreiras, tais como a imposição de limiares mínimos de empréstimo. Expandiremos a população coberta pela Central Privada de Informação de Crédito (CPIC) e melhoraremos a funcionalidade da Central de Registo de Garantias Mobiliárias (CRGM). Adicionalmente, vamos desenvolver um sistema híbrido de reporte de crédito que permita a utilização de novas tipologias de dados não-financeiros sobre os mutuários, como pagamentos de serviços públicos, contas de telemóvel, entre outros, para expandir as avaliações de crédito aos segmentos da população sem garantias bancáveis ou informações financeiras, criando um sistema de crédito "reputacional". Melhoraremos também o nível de informação financeira disponível, promovendo o registo público de activos e passivos, tanto de indivíduos como de empresas. Ampliaremos a lista de activos qualificáveis para facilitar o acesso ao crédito e melhoraremos a protecção de dados e a segurança das transacções.

Fomentar o Dinamismo de Negócios

Execução de Contratos

Expandiremos o número de tribunais especializados em matéria comercial, para reduzir o número de casos pendentes e promover a consistência na aplicação da lei, incluindo um tribunal para pequenas



acções ou procedimentos simplificados dirigidos a litígios de menor dimensão. Introduziremos, também, sistemas de gestão dos processos judiciais, com um conjunto de princípios e técnicas para garantir o fluxo atempado e organizado de processos pelo tribunal. Adicionalmente, promoveremos a automatização e informatização dos processos administrativos, tais como a mudança para registos electrónicos.

Nessa medida, promoveremos campanhas de sensibilização para incentivar os empresários a resolver litígios extrajudicialmente no Centro de Resolução Extrajudicial de Litígios (CREL). Criaremos tribunais especializados em matéria comercial, reduzindo a carga nos tribunais comuns. Aumentaremos também a automatização e a digitalização do nosso sistema judicial em articulação com o sector das telecomunicações.

Licenciamento de Construção

Introduziremos e aplicaremos regras claras e uniformes que definam as exigências que podem ser apresentadas ao sector da construção, designadamente, documentos, pré-aprovações e taxas. Devem, também, ser implementados sistemas de inspecção eficazes na protecção da segurança pública. Iremos igualmente melhorar a transparência e o acesso aos regulamentos, avaliando os projectos de acordo com categorias de risco baseadas no uso, localização e dimensão do edifício. Implementaremos também balcões únicos para melhorar a coordenação entre agências e aumentar a eficiência do processo de licenciamento.

Melhoraremos o processo de licenciamento através da sua simplificação e digitalização, eliminando os procedimentos acessórios à obtenção da licença. Os procedimentos internos serão revistos para melhorar o processamento da documentação e reduzir os prazos de emissão de licenças de construção. Definiremos e divulgaremos a lista de requisitos e procedimentos, taxas devidas e pré-aprovações necessárias para a obtenção de licenças através do website do instituto responsável pelo planeamento e gestão urbana de Luanda, procedimento esse que alargaremos progressivamente a todas as municipalidades do País.

Pagamento de Impostos

Facilitaremos o pagamento de impostos através do pagamento electrónico e da simplificação do processo.

Medidas neste sentido já foram tomadas pelo governo, sendo que se introduziu recentemente o regime fiscal simplificado para as PMEs. De igual modo, digitalizou-se o processo de pagamento de impostos através de um sistema de submissão electrónico.

Em conjunção com estas medidas de facilitação do pagamento, a adição de um sistema de auditoria de impostos baseado no perfil de risco da entidade pagadora é um passo importante para providenciar robustez e garantir o cumprimento fiscal. De acordo com o perfil de risco das empresas, faremos um reembolso do IVA imediatamente, por exemplo, sem revisões adicionais, ou, em casos de alto risco, auditorias serão feitas pelas autoridades fiscais antes da aprovação ou rejeição dos pedidos de reembolso por parte dessas empresas.

Procedimentos de Insolvência

Simplificaremos os procedimentos de insolvência, através da introdução e clarificação de normas sobre o arranque dos processos, e criaremos processos de restruturação eficientes, com o objectivo de elevar as taxas de recuperação, de forma que os negócios possam permanecer em funcionamento, sempre que possível. Iremos incluir normas explícitas e directas aplicáveis ao tratamento de contratos e transacções anuláveis, introduziremos disposições que permitam o financiamento durante o processo e regulamentaremos a profissão de administração de insolvências.

Como suporte à implementação das práticas mencionadas acima, levaremos a cabo múltiplas acções legais, designadamente, a conclusão do pacote legislativo sobre Insolvência e Recuperação de Empresas e respectivos regulamentos. Implementaremos um enquadramento legal que clarifique as regras para iniciar um processo de insolvência, que impeça a separação dos bens do devedor no decorrer do processo de restruturação e que estabeleça prazos para a apresentação de um plano de reorganização.

Constituição de Empresas

O incentivo ao surgimento de novas empresas requer a diminuição dos limites mínimos de capital social, o aumento de Guichés Únicos de Empresas (GUEs), a digitalização dos serviços e aceleração do tempo médio para abertura de empresas. A maioria destas medidas já foram alcançadas com a criação do GUE. Esta entidade encarrega-se de todo o processo de licenciamento e de todos os procedimentos exigidos, não sendo necessário o envolvimento de outras agências no processo. Os serviços também são oferecidos no formato online, e existe um formulário único para efeitos de registo. Apesar do progresso feito em anos recentes no que toca a facilitar o processo de criação de empresas, através da criação do GUE, ainda existe uma morosidade em termos do tempo necessário para abrir um negócio que deve ser melhorada. Esta é uma questão em que vários pares regionais são mais competitivos que nós, com países como a República Democrática do Congo, Madagáscar, Zâmbia, Ilhas Maurícias e Ruanda a demorarem em média, respectivamente, 7, 8, 9, 5 e 4 dias para abrir um negócio, em comparação com os 36 dias levados em Angola para fazer o mesmo, segundo os dados mais recentes.

Implementação de reformas estruturais

No médio e longo prazo, resolveremos as questões estruturais que inibem a nossa capacidade de atrair investidores. Vamos garantir a coordenação ministerial nos projectos de investimento – isto no que respeita à interacção entre os ministérios envolvidos num projecto e as respectivas necessidades e fontes de financiamento. Consequentemente, a AIPEX (Agência de Investimento Privado e Promoção das Exportações de Angola) continuará a exercer um papel fundamental na atracção de investimento e garantiremos ainda um mecanismo eficiente para a repatriação de capital e dividendos.

Melhoraremos o processo de pagamento de serviços e produtos prestados ao Estado, de forma a acelerar o ciclo de pagamento e limitar os desafios de fluxo de caixa experienciados pelo tecido empresarial nacional.

A experiência de sucesso no sector do petróleo e do gás será aproveitada para implementar medidas que permitam superar os constrangimentos estruturais. Diversas medidas referidas anteriormente apontam nessa direcção. Em suma, procuraremos melhorar a infra-estrutura, racionalizar e tornar mais eficiente o sistema judicial, reduzir o número de agências envolvidas em procedimentos para minimizar o risco de corrupção, capacitar os recursos humanos nacionais e promover associações industriais com maior poder negocial, para reduzir a intervenção do Estado. Estas medidas específicas em conjunção com as medidas avançadas anteriormente para o aumento da competitividade da economia nacional serão chave para promover e atrair o tipo de investimento exigido para um crescimento económico sustentável.

IX. Um ecossistema resiliente e sustentável

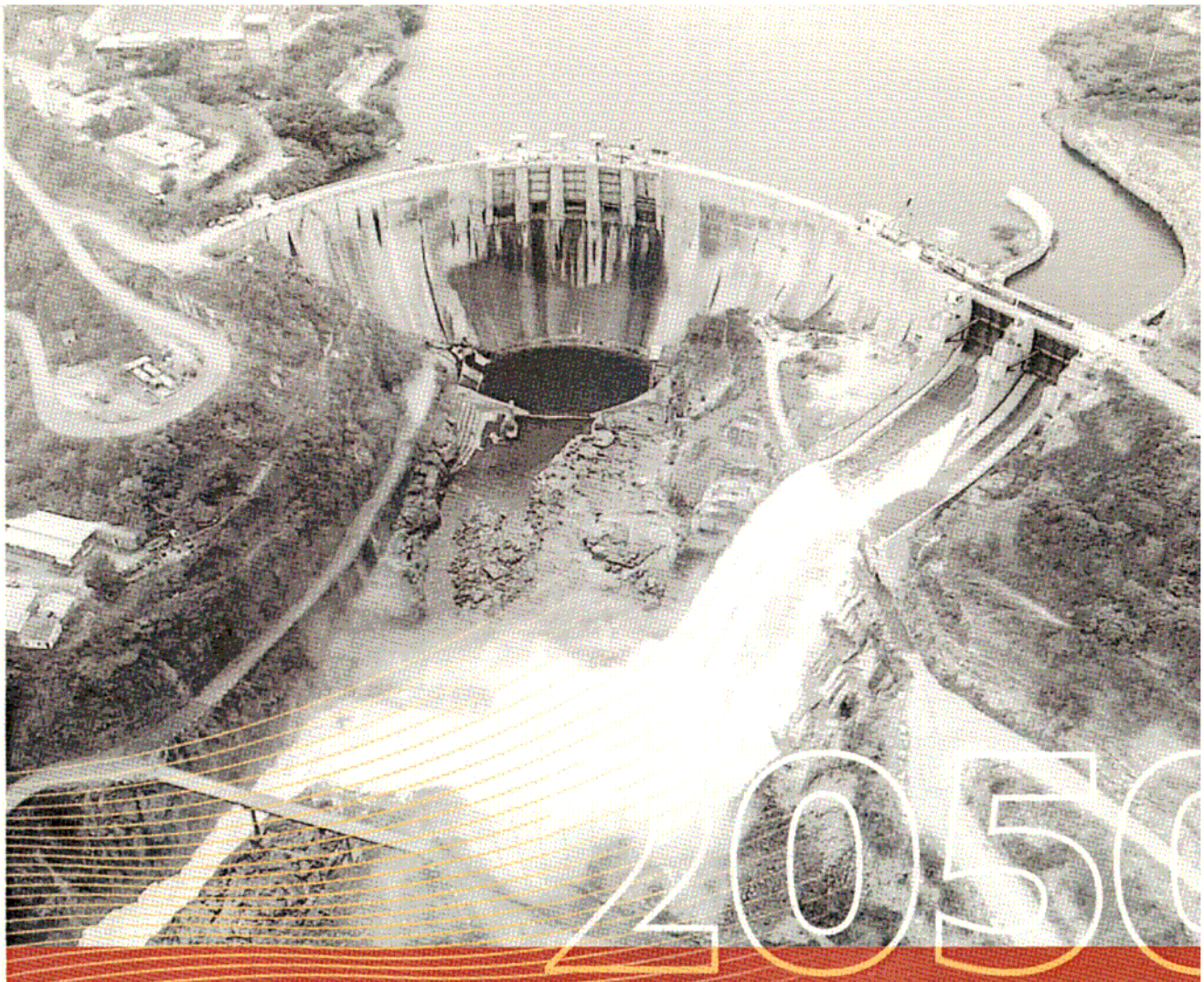
A base para uma melhor qualidade de vida para todos os angolanos assenta num ambiente limpo e no seguimento de um caminho de desenvolvimento sustentável, que reconheça a interdependência do desenvolvimento económico e da sustentabilidade ambiental, especialmente no contexto da vulnerabilidade de Angola às alterações climáticas. Tal exige investimento na gestão sustentável dos nossos recursos naturais, tais como silvicultura e recursos marinhos, na protecção da biodiversidade, das bacias hidrográficas e de outros ecossistemas.

À medida que as nossas cidades se expandirem nos próximos 30 anos, tomaremos medidas que permitam controlar melhor os resíduos, assegurando 100% de recolha de resíduos urbanos; melhorar a qualidade do ar, reduzindo as partículas em suspensão de 33 partes por milhão para 10; e reduzir a intensidade de carbono da electricidade de 1,8 Mt CO_2 / TWh para 0,6. Aumentaremos, ainda, o tamanho das áreas protegidas de modo a preservar e a valorizar a nossa biodiversidade. Estas medidas permitirão melhorar as classificações de Angola no Índice de Desempenho Ambiental, bem como no Índice Mundial de Risco do Instituto para o Meio Ambiente e a Segurança Humana da Universidade das Nações Unidas.

O investimento de longo prazo em infra-estruturas básicas é decisivo para melhorar a qualidade de vida e o bem-estar da nossa população – e poderá ajudar-nos a melhorar vários aspectos do Índice de Capital Humano do Banco Mundial. Por exemplo, a falta de acesso ao saneamento é um problema grave em musseques e zonas peri-urbanas, resultando em surtos de cólera e outras doenças que conduzem a uma elevada mortalidade infantil. De modo a reduzir as doenças e a perda de vidas resultantes da água não potável, aumentaremos a percentagem da população que tem acesso a serviços básicos de água potável de 57% actualmente para 80%. Expandiremos também os sistemas de saneamento básico, de modo a alcançar mais de dois terços da população até 2050.

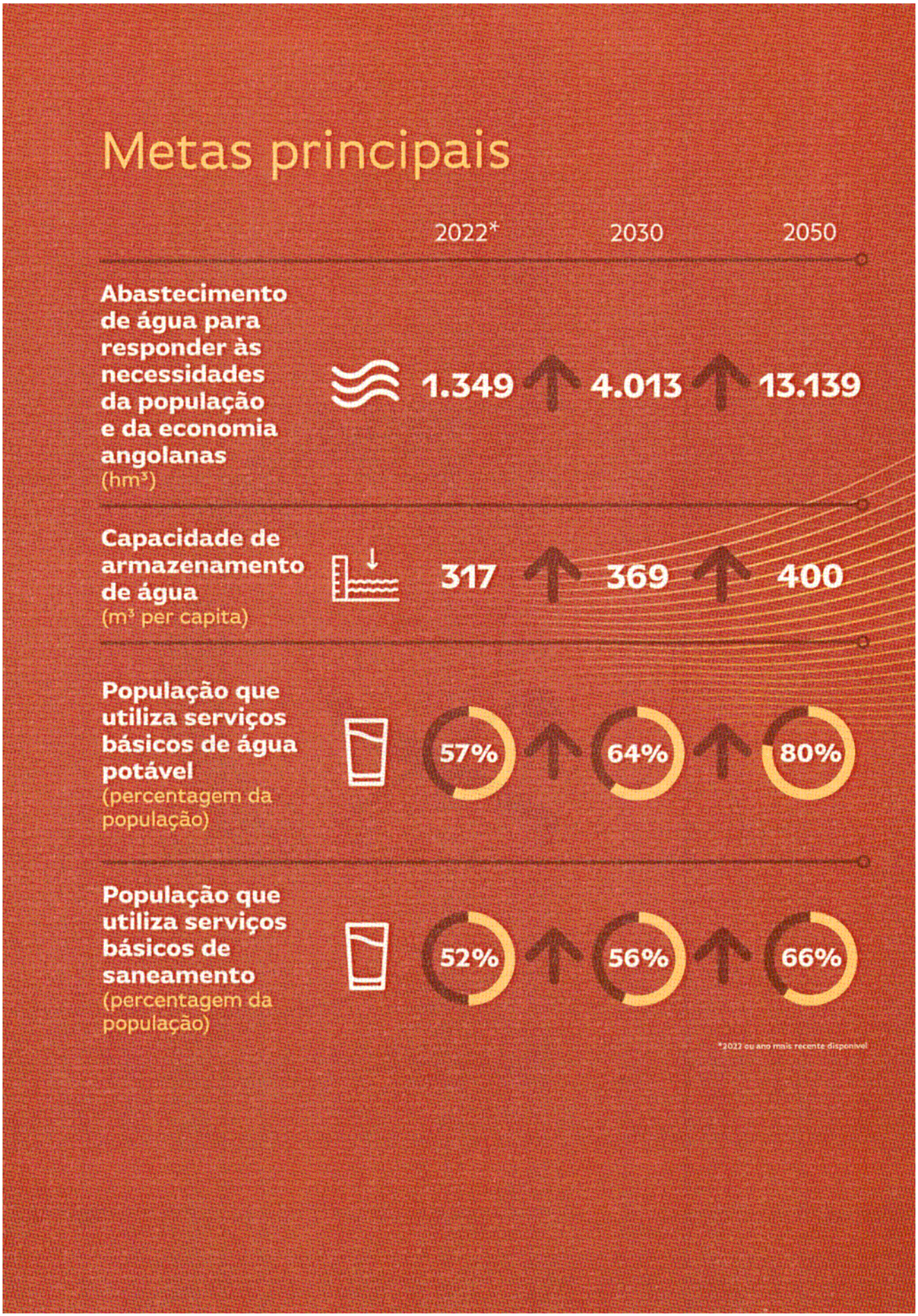
Reconhecendo que uma parte significativa da população depende das florestas naturais para obtenção de lenha ou carvão, é fundamental gerir a extracção de madeira de forma sustentável, bem como aumentar a produtividade das pequenas e médias empresas (PME) e das famílias que vivem da floresta. Adicionalmente, atrairemos investimentos internacionais destinados a operações florestais à escala industrial, de modo a alavancar as áreas plantadas como catalisador para a indústria transformadora. Iremos acelerar o plantio, nomeadamente de espécies altamente lucrativas, como o eucalipto, que se adaptam às condições climáticas e de solo de Angola. Também integraremos actividades de elevado valor acrescentado, como, por exemplo, a indústria transformadora da pasta e papel.

Mediante a implementação de políticas ambientais e práticas de gestão eficazes, garantiremos a preservação dos nossos recursos naturais e promoveremos o desenvolvimento sustentável e o bem-estar das gerações actuais e futuras.



9.1 Recursos hídricos

A gestão integrada dos recursos hídricos como um factor determinante do desenvolvimento económico e social, orientado pelos princípios da equidade social, da eficiência económica e da sustentabilidade ambiental


Metas principais
2022*
2030
2050
Abastecimento de água para responder às necessidades da população e da economia angolanas
(hm³)
1.349
4.013
13.139
Capacidade de armazenamento de água
(m³ per capita)
317
369
400
População que utiliza serviços básicos de água potável
(percentagem da população)
57%
64%
80%
População que utiliza serviços básicos de saneamento
(percentagem da população)
52%
56%
66%
*2022 ou ano mais recente disponível

A nossa visão

Até 2050, a gestão dos recursos hídricos do País será orientada para responder às necessidades dos vários sectores da economia, bem como da população em crescimento. Em paralelo, implementaremos políticas ambientais eficazes que contribuam para a preservação dos recursos naturais e promovam o desenvolvimento sustentável, com os olhos postos no bem-estar das gerações futuras. A gestão integrada dos recursos hídricos é essencial para garantir a disponibilidade da água nas próximas décadas, sobretudo se considerarmos a ameaça representada pelas alterações climáticas e pela desflorestação, combinadas com o aumento da procura, designadamente no sector da agricultura. Face ao crescimento populacional previsto, também a garantia do acesso à água potável e à melhoria do saneamento – tanto nas áreas urbanas quanto nas áreas rurais – constituem uma prioridade fundamental. Implementaremos um modelo de gestão integrada de recursos hídricos para dar resposta a estes desafios, e assegurar a sustentabilidade dos serviços do sector.

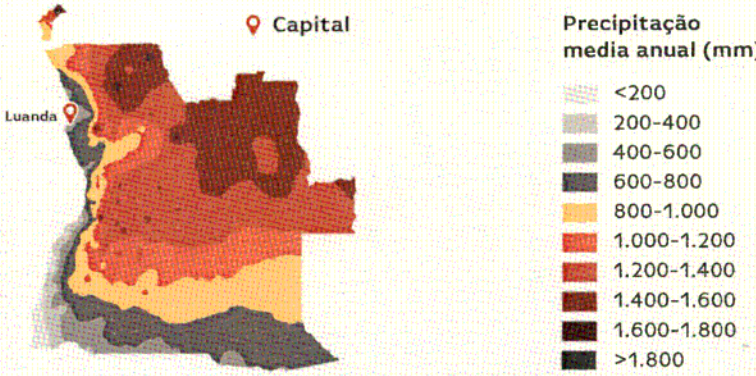
A precipitação média anual em Angola é de 1.070 mm (1.334 km³), concentrada principalmente no norte do País (Quadro 56). Cerca de 16% deste valor —171 mm por ano (213 km³) — geram recursos hídricos renováveis suficientes para apoiarem as actuais necessidades humanas e ambientais do País, embora este valor varie ao longo dos anos (Quadro 57).

As projecções climáticas sugerem que Angola poderá sofrer uma redução na precipitação média anual de cerca de 5% até ao final do século (Quadro 58). No entanto, existe uma concordância geral de que haverá um aumento na variabilidade entre diferentes áreas, e um aumento de eventos extremos, designadamente cheias e secas.

Presidente da República

Quadro 56

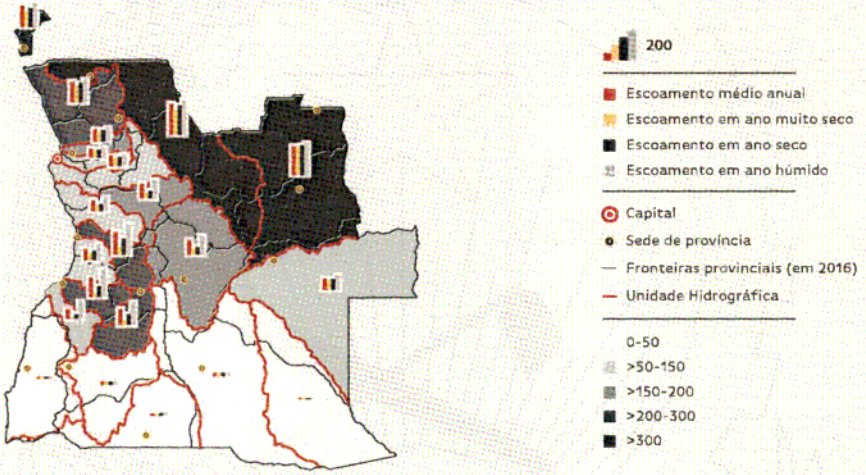
Precipitação média anual em Angola (mm)



Fonte: Plano Nacional da Água de Angola, 2016

Quadro 57

Escoamento anual (mm) em ano médio, em ano muito seco, em ano seco e em ano húmido

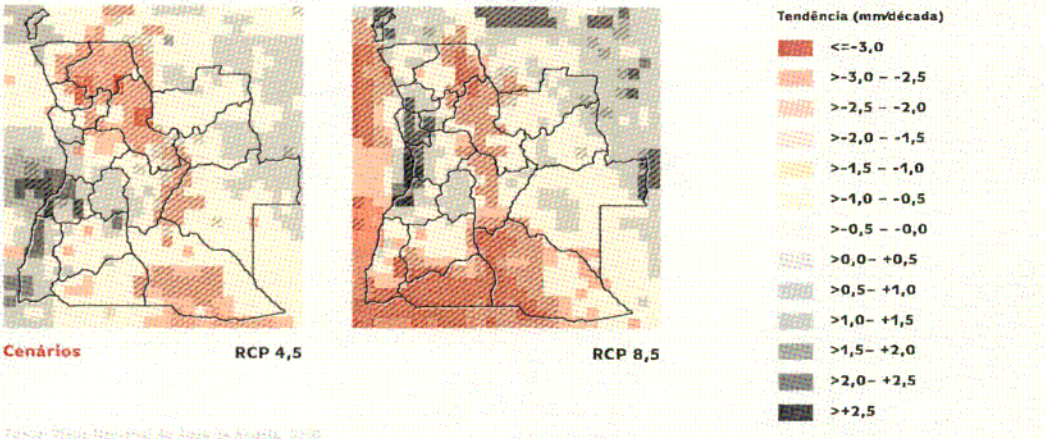


Fonte: Plano Nacional da Água de Angola, 2016

Quadro 58

Alterações na tendência de precipitação em mm/década, no período 2011-2100

Alterações na precipitação



Fonte: Plano Nacional da Água de Angola, 2016

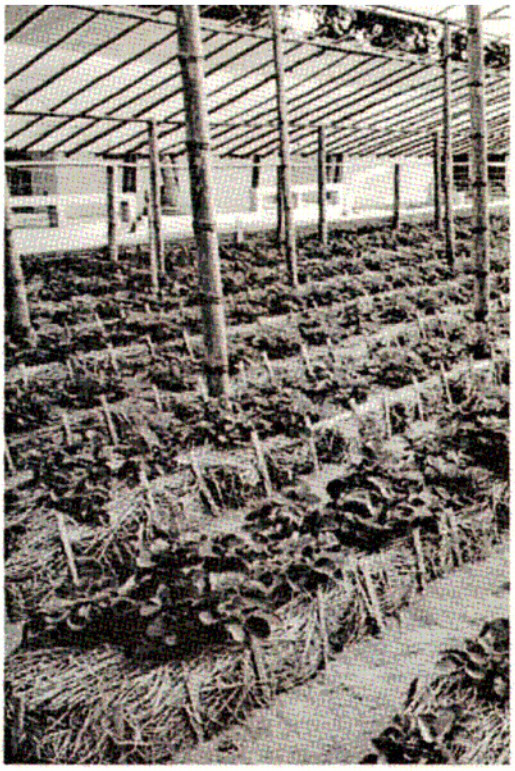
Os principais desafios que enfrentamos no quadro da disponibilidade da água estão relacionados com a capacidade de armazenamento e com o aumento da desflorestação. É necessário, por exemplo, construir barragens para fazer face à variabilidade sazonal da precipitação. Acresce que a desflorestação ameaça o papel que as florestas desempenham na regulação do clima e na conservação da água e do solo.

Outro desafio que enfrentamos decorre do crescimento populacional e do desenvolvimento da actividade económica, ambos com forte impacto nos recursos hídricos de Angola. Em 2050, mais de dois terços da população do País – cerca de 49 milhões de habitantes – viverá em áreas urbanas, criando enormes desafios no abastecimento de água potável e no saneamento.

Tendo em conta o crescimento demográfico projectado, tanto nas áreas urbanas como nas áreas rurais, a garantia do acesso à água potável constitui uma prioridade fundamental. A concretização deste objectivo permitirá melhorar as condições de vida e reduzir as doenças e a mortalidade decorrentes da utilização de água insalubre (conforme previsto no capítulo da Saúde). A água potável e os sistemas de saneamento adequados também minimizarão o risco de epidemias, protegendo a economia e os ecossistemas do País.

É também nosso objectivo garantir a sustentabilidade dos sistemas de abastecimento de água e saneamento, tendo em mente as implicações económicas, financeiras e sociais associadas. De modo a garantir serviços adequados e eficientes de água e saneamento até 2050, face ao crescimento da população do País, vamos tornar o sector atractivo para os investidores privados. Procuraremos recuperar os gastos de operação e manutenção dos serviços de água e saneamento, reduzindo os volumes de água tratada e distribuída não facturados.

Até 2050, daremos resposta ao aumento significativo na procura de água decorrente do crescimento esperado na população, bem como no sector da agricultura – destinado a irrigação e pecuária – e na indústria, estimados em 11.783 hm^3 e 294 hm^3, respectivamente.



Entre os principais desafios da nossa estratégia para os recursos hídricos está a mitigação dos potenciais conflitos entre utilizadores da água (nomeadamente a energia hidroeléctrica vs. a agricultura de regadio) em várias unidades hidrográficas e a gestão de balanços de água negativos no curto, médio e longo prazo.

Outro desafio decorrente do crescimento populacional e do aumento da actividade económica, designadamente da expansão e intensificação da agricultura, prende-se com o impacto no estado ecológico das massas de água das bacias hidrográficas ou unidades hidrográficas. Dar resposta às necessidades futuras de água alterará, provavelmente, e de forma significativa, a disponibilidade de água para o ambiente e a qualidade natural da água. Consequentemente, algumas unidades hidrográficas não serão capazes de manter o respectivo estado natural ou não modificado (classe de gestão ecológica A). Na nossa visão para 2050, as políticas de protecção de recursos hídricos assegurarão que pelo menos 40% das unidades hidrográficas de Angola preservarão o respectivo estado natural e que não existirão unidades hidrográficas em estado ecológico considerado pobre (inferior à classe de gestão ecológica C). Do mesmo modo, a implementação de políticas ambientais, nomeadamente no que se refere à protecção dos recursos hídricos, contribuirá para a preservação dos recursos naturais e promoverá o desenvolvimento sustentável e o bem-estar das gerações futuras.


Outras metas
2022*
2030
2050
Densidade das estações hidrométricas (km²/estação)
21.500
8.713
3.750
Unidades hidrográficas com classe de gestão ecológica A (percentagem das unidades hidrográficas)
100%
75%
40%
*2022 ou Ano mais recente disponível

As nossas soluções

Identificámos cinco conjuntos de soluções para a gestão eficaz e sustentável dos nossos recursos hídricos: i) implementação de um modelo integrado de gestão dos recursos hídricos; ii) reabilitação e construção de infra-estruturas de abastecimento de água e de saneamento; iii) aumento e aprofundamento do conhecimento sobre gestão dos recursos hídricos; iv) reforço do quadro legal, institucional e regulatório do sector; e v) assegurar a sustentabilidade dos serviços de água.

Implementar um modelo de gestão integrada dos recursos hídricos

Implementaremos um modelo de gestão integrada dos recursos hídricos para assegurar a utilização eficiente de recursos hídricos renováveis, equidade na atribuição da água para os vários sectores utilizadores e protecção dos ecossistemas e recursos hídricos. A implementação deste modelo compreende oito iniciativas.

Monitorar a quantidade e qualidade dos recursos hídricos

Construiremos as infra-estruturas necessárias para a implementação das redes de monitorização da quantidade e qualidade da água (superficial e subterrânea), bem como das redes sedimentológicas.

Regularizar os caudais de água

Regularizaremos os caudais afluentes, a nível nacional, sendo esta medida também fundamental para mitigar os efeitos de secas e de cheias. Tal será possível através da construção de barragens com elevada capacidade de armazenamento, com especial atenção às unidades hidrográficas dos rios Cunene, Kwanza, Cubango, Longa, Queve e Catumbela.

Transferir águas entre bacias

As necessidades de água de uma bacia hidrográfica com escassez de recursos hídricos podem ser parcialmente supridas pela transferência de água proveniente de uma bacia com superavit. No longo prazo, prevemos realizar alguns dos transvases já identificados nos planos de gestão das bacias: do rio Kwanza para Cabo Ledo; do rio Queve ou do rio Longa para a Baixa do Wamba em Porto Amboim; do baixo Cunene para o rio Curoca; do rio Cubango para a unidade hidrográfica de Cuvelai; e do Cunene para a unidade hidrográfica de Cuvelai.

Previamente à implementação, realizaremos estudos que incluam uma análise rigorosa de alternativas que sustentem a solução de transferência mediante uma análise dos riscos ambientais, sociais e económicos e a identificação de compensações das perdas na bacia de origem.

Preservar os ecossistemas

A pressão demográfica e as alterações ao uso e ocupação da terra podem conduzir à degradação da mesma, resultando em impactos negativos nos recursos hídricos e ecossistemas associados. Para assegurar a sua preservação, vamos tomar medidas para restaurar as áreas de floresta tropical degradadas, criar corredores verdes que interliguem as principais áreas de protecção ambiental e incentivar práticas florestais sustentáveis.

Articular a gestão dos recursos hídricos com outros sectores

No longo prazo, articularemos a gestão dos recursos hídricos com os sectores utilizadores de água (hidroelectricidade, irrigação e pecuária, indústria, turismo e pescas), melhorando a dinâmica entre as instituições públicas responsáveis pela gestão dos recursos hídricos, pela gestão ambiental, e pela gestão e ordenamento do território.

Identificar e explorar fontes de água alternativas

Identificaremos e exploraremos fontes de água alternativas, uma vez que estas apresentam benefícios significativos para o ambiente. Tal será realizado até 2050, envolvendo o desenvolvimento de projectos de captação de águas pluviais e de projectos de reutilização de água cinza (água residual originada a partir de processos domésticos - sem conteúdo orgânico -, que pode ser reciclada e reusada - por exemplo, resultante de lavagem de roupa, louça ou banhos) para múltiplas utilizações, nomeadamente ligadas a planos de gestão urbana. Desenvolveremos também projectos de dessalinização (solução que tem vindo a tornar-se cada vez mais difundida em zonas costeiras com escassez de recursos hídricos), numa abordagem multissectorial, tendo em conta a necessidade de cobertura dos elevados custos de operação e manutenção.

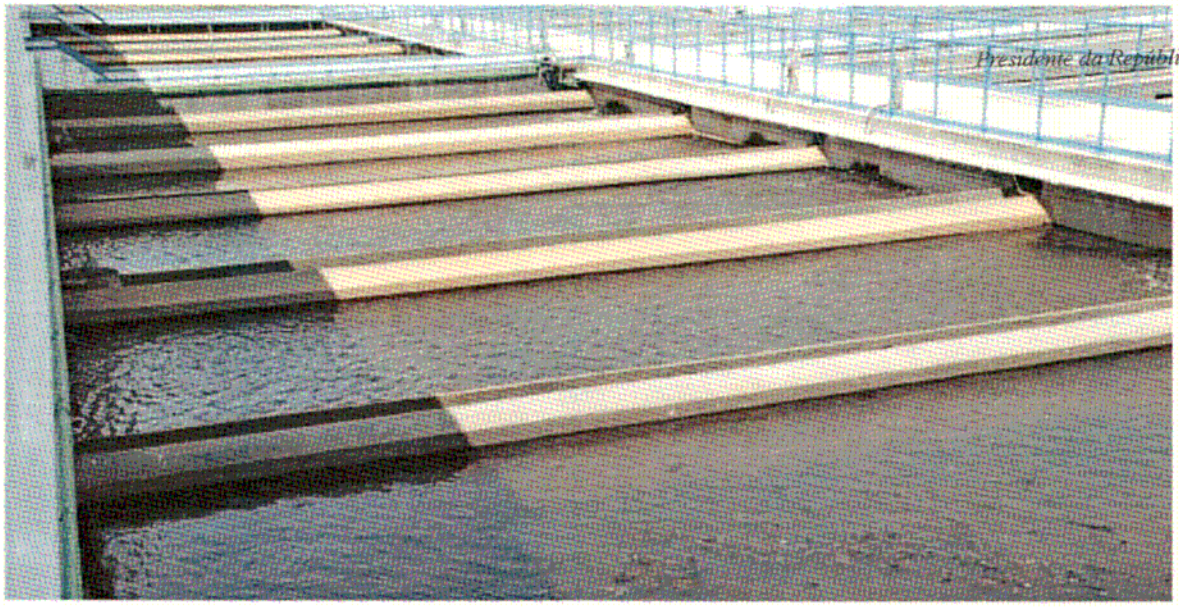
Controlar, prevenir e mitigar os efeitos das cheias

Adoptaremos medidas para controlar, prevenir e mitigar os impactos das cheias, implementando sistemas de alerta e de aviso e gerindo e mantendo os sistemas de previsão e de prevenção de cheias. Vamos, igualmente, construir, reabilitar e manter os sistemas e valas de drenagem e desassorear rios e linhas de água.

Medir o volume de água captado

Implementaremos medidores de caudal nas tomadas de água, para registo dos volumes de água derivados para os vários usos e as suas variações ao longo do tempo. Esta informação ajudará a entender a procura da água e, consequentemente, a ajustar a oferta e a estabelecer o respectivo tarifário.





Presidente da República

Construir e reabilitar infra-estruturas de abastecimento de água e de saneamento

O nosso objectivo é aumentar a percentagem da população, tanto em áreas urbanas como rurais, que dispõe de acesso a água potável e de sistemas de saneamento. Para atingir este objectivo construiremos, ampliaremos e reforçaremos as infra-estruturas de abastecimento de água e de saneamento.

Expandir os sistemas de abastecimento de água

Começaremos por expandir e reforçar os sistemas de abastecimento de água das capitais de província e por construir redes públicas para abastecimento de água a novos centros. Ampliaremos e reforçaremos os sistemas de abastecimento de água às sedes municipais, a construção e reabilitação dos sistemas de abastecimento de água potável em meio urbano e a implementação de uma nova geração de programas de água potável em áreas rurais.

As áreas rurais são as mais condicionadas no que diz respeito ao acesso a fontes de água potável e, por conseguinte, o tratamento da água é fundamental para assegurar a saúde das pessoas e dos animais, bem como para possibilitar a implantação de indústrias agro-alimentares. As soluções alternativas incluem o desenvolvimento de nascentes e poços, e a recolha de água da chuva; e para o tratamento incluem a desinfecção solar, a fervura, os desinfectantes à base de cloro, os filtros domésticos de areia, os filtros domésticos de vela e a utilização da nova tecnologia de membranas.

Expandir os sistemas de saneamento

Trabalharemos para expandir, reforçar e construir sistemas de saneamento, inclusivos, com soluções diferenciadas em função das zonas a servir, resilientes, adaptados às alterações climáticas, e desenhados numa perspectiva de economia circular, através do reaproveitamento dos sub-produtos: efluente tratado e biossólidos reutilizados para fins agrícolas. Vamos, também, reabilitar e construir sistemas de drenagem de águas pluviais em áreas urbanas e peri-urbanas.

A instalação de saneamento adequado nas cidades, especialmente em áreas peri-urbanas, implica mais do que o desenvolvimento de sistemas de esgoto. Priorizaremos, assim, toda a cadeia de valor do saneamento - da recolha, armazenamento, esvaziamento e transporte ao tratamento e reutilização ou descarga - já que uma falha num dos elementos pode corromper todo o sistema e propagar doenças.

A falta de acesso a saneamento constitui um problema grave nos bairros informais e nas áreas peri-urbanas, resultando em surtos de cólera e de outras doenças transmitidas pelo contacto com águas contaminadas, assim como na elevada mortalidade infantil. Adoptaremos soluções de saneamento nessas áreas que possam complementar ou preceder a instalação de sistemas de saneamento tradicionais e de soluções convencionais no local, contribuindo assim para a realização dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável para o saneamento. Com este objectivo em mente, implementaremos diversas soluções técnicas ao longo de toda a cadeia de serviços de saneamento, combinando diferentes abordagens para melhorar a resposta à realidade desafiante que as cidades enfrentam.

Reforçar o conhecimento para a gestão de recursos hídricos

O conhecimento e a capacitação são essenciais na gestão integrada de recursos hídricos. Iremos fortalecer o conhecimento científico nesta área e desenvolver tecnologias apropriadas que nos ajudem a alcançar os objectivos fixados. Para este efeito, empreenderemos estudos e projectos em três domínios de intervenção: planeamento e gestão sustentável da procura e da oferta; gestão integrada e conhecimento do domínio hídrico; e mitigação e redução da vulnerabilidade aos impactos decorrentes de fenómenos hidrológicos extremos e das alterações climáticas. Acresceremos, ainda, a realização de investigação e desenvolvimento sobre os recursos hídricos, o reforço e a capacitação institucional para a gestão do sector.

Reforçar o planeamento e gestão da procura

Analisaremos e seleccionaremos os projectos de infra-estruturas hidráulicas estruturantes e elaboraremos planos-directores e projectos para sistemas de abastecimento de água e saneamento, bem como para infra-estrutura de tratamento de águas residuais. Além disso, elaboraremos estudos para a redução das perdas e para a melhoria da eficiência global dos sistemas de adução, transporte e distribuição de águas, incluindo águas interiores e os de irrigação colectivos. Elaboraremos, também, estudos sobre as áreas navegáveis e o impacto da navegação na qualidade da água.

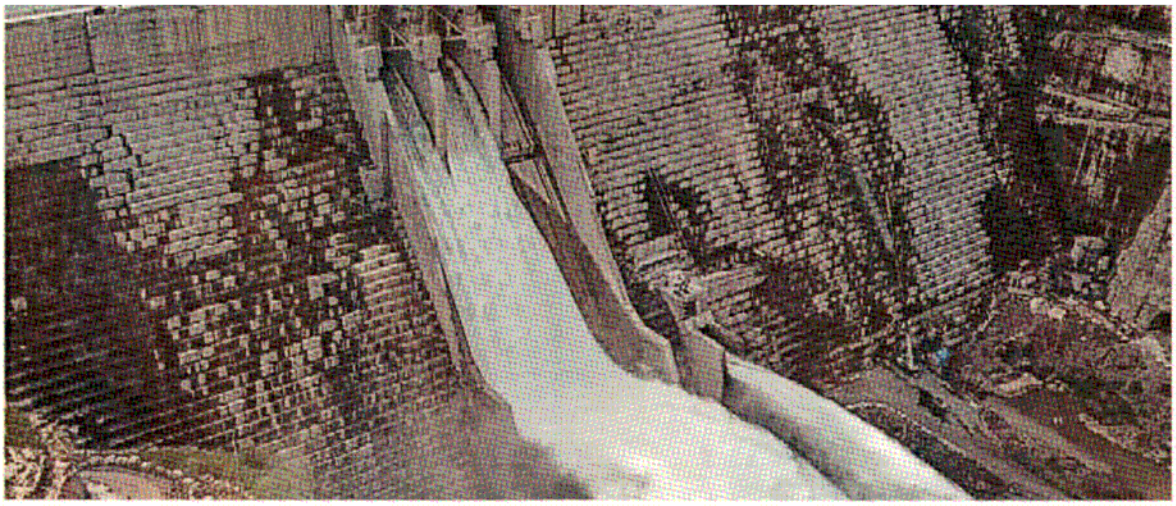
Reforçar a gestão integrada dos recursos hídricos

Prepararemos e implementaremos planos de gestão integrada dos recursos hídricos para as principais bacias hidrográficas para as quais estes instrumentos ainda não estão disponíveis, elaboraremos estudos sobre a gestão de água em bacias hidrográficas partilhadas, e elaboraremos planos de ordenamento das albufeiras de águas públicas. Vamos, ainda, compilar e organizar bases de dados com informação sobre águas subterrâneas – especialmente para a região sul do País – e elaborar protocolos de cooperação entre as várias entidades responsáveis pela recolha, tratamento e actualização da informação biofísica e sectorial.

Para reforço do nosso conhecimento no domínio hídrico, aplicaremos um conjunto de medidas concretas. No curto e no médio prazo, vamos elaborar cadastros e inventários actualizados das infra-estruturas hidráulicas e dos utilizadores dos recursos hídricos, bem como desenvolveremos um plano nacional para a utilização eficiente da água. Também vamos desenvolver e actualizar o sistema de informação dos recursos hídricos e das infra-estruturas hidráulicas, elaborar estudos para definir o regime económico e financeiro dos recursos hídricos e rever a carta hidrogeológica existente. Elaboraremos também um plano de operação e manutenção das redes hidrométricas, pluviométricas, sedimentológicas e de qualidade da água, inventariaremos os focos de poluição relevantes, e elaboraremos estudos para a classificação e o controlo da qualidade das águas superficiais e subterrâneas para cada utilização da água. Estabeleceremos, ainda, normas de descarga em função dos objectivos de qualidade para o meio receptor. Por último, no longo prazo, elaboraremos um plano nacional de segurança de barragens e albufeiras.

Substituir os estudos sobre as alterações climáticas

Com o objectivo de reduzir a vulnerabilidade aos impactos decorrentes de fenómenos hidrológicos extremos e alterações climáticas, realizaremos vários estudos. Actualizaremos o mapeamento de áreas em risco de cheias e secas. Prepararemos um plano de emergência para situações de cheias, dinamizaremos estudos e projectos sobre inundações e secas, e elaboraremos um plano de contingência para situações de seca, com a definição de procedimentos para minimizar o seu impacto. Em paralelo, vamos criar metodologias para a caracterização da intensidade e área de influência das secas, estabelecer procedimentos para a respectiva gestão e desenvolver um sistema de informação para a gestão de riscos, sob a forma de plataforma integrada de informação sobre sistemas de previsão e aviso de cheias. Realizaremos estudos para priorizar os sistemas e esquemas de transferência de água que contribuam para criar e aumentar a resiliência das unidades hidrográficas às alterações climáticas.



Por último, as soluções de abastecimento de água e de saneamento serão projectadas visando o desenvolvimento de sistemas resilientes, adaptados às variações do clima.

Investigar e desenvolver tecnologias de redução de perdas de água

Desenvolveremos tecnologias que diminuam as perdas de água nos sistemas de captação e distribuição, e apoiaremos a investigação para o desenvolvimento de tecnologias de irrigação que assegurem uma utilização eficiente da água. Vamos elaborar, também, estudos de erosão e assoreamento das albufeiras, e de alterações da qualidade da água bruta (que apresente elevados níveis de turvação) com impactos directos nas metodologias de tratamento. Estabeleceremos, ainda, parcerias com centros de investigação e de ensino para promover a inovação, o desenvolvimento e a partilha do conhecimento no campo dos recursos hídricos.

Formar e capacitar os quadros do sector

Vamos trabalhar com o sector da educação no sentido de promover a formação de mais profissionais médios e superiores para o sector. Constituiremos equipas e capacitaremos técnicos orientados para a gestão dos recursos hídricos, das infra-estruturas hidráulicas, bem como das infra-estruturas de abastecimento de água e saneamento. Em particular, vamos continuar a integrar jovens com formação de nível médio e superior nas equipas de trabalho dos projectos do sector financiados por instituições financeiras multilaterais (solução que, nos últimos anos, permitiu atrair, desenvolver e integrar, no sector, jovens talentos de elevado potencial).

Promoveremos, também, campanhas de informação e sensibilização para a utilização eficiente da água, saneamento seguro, e a sustentabilidade ambiental do meio hídrico, e incentivaremos a participação pública na gestão dos recursos hídricos, mediante a realização de auscultações públicas.

Reforço do quadro legal, institucional e regulatório do sector dos recursos hídricos

Para garantir o bom funcionamento do sector, clarificaremos o quadro legal, institucional e regulatório, e reforçaremos as instituições do sector.

Clarificar o quadro legal, institucional e regulatório do sector

Elaboraremos os regulamentos em falta para operacionalizar a aplicação da Lei de Águas e outros estatutos complementares relevantes, e procederemos à implementação do novo quadro institucional do sector de forma a eliminar redundâncias, sobreposições e lacunas. Estabeleceremos normas de articulação entre as representações regionais do instituto nacional responsável pela gestão dos recursos hídricos os Gabinetes e Conselhos de Bacias Hidrográficas (existente e a criar), e entre estas estruturas e as autoridades provinciais e municipais. Por último, desenvolveremos procedimentos e instrumentos para a gestão das bacias hidrográficas transfronteiriças no quadro da SADC.

Reforçar as instituições do sector

Consolidaremos a capacidade técnica e operacional das várias entidades do sector. Asseguraremos a monitorização do sector, bem como o funcionamento ideal da regulação técnica e económica dos serviços de abastecimento de água e saneamento.

Assegurar a sustentabilidade dos serviços do sector dos recursos hídricos

Tendo em conta a sustentabilidade dos serviços de água, apoiaremos o investimento no sector e cobraremos um preço adequado pelos serviços de água potável e saneamento, que proporcione um retorno justo e garanta a qualidade e fiabilidade dos serviços oferecidos.

Atrair e apoiar o investimento

Desenvolveremos mecanismos financeiros e instrumentos de apoio ao investimento em gestão ambiental, incluindo, águas e resíduos. Definiremos um modelo de financiamento e mobilizaremos os investimentos necessários para o sector, incluindo, programas subvencionados e parcerias com instituições financeiras e fundos de investimento. Realizaremos, ainda, a regulamentação e a supervisão da utilização da água por meio de Parcerias Público-Privadas e de Iniciativas de Financiamento Privado. Asseguraremos, igualmente, a supervisão da preparação de projectos e a execução de obras de abastecimento de água e saneamento, e garantiremos assistência técnica e apoio financeiro a projectos de investimento que promovam o acesso e a utilização eficiente da água.

Promoveremos, também, o microcrédito como forma de financiamento de pequenas obras que assegurem o acesso a uma fonte segura de água potável e a sistemas de saneamento básico, especialmente nos meios rurais.

Recuperar gastos de operação e manutenção

As perdas físicas de água, os volumes não contabilizados e não facturados e, consequentemente, não cobrados, serão reduzidos. Em áreas urbanas, o custo per capita do abastecimento de água potável é geralmente menor do que em áreas rurais devido à densidade populacional. Por esta razão, vamos definir e aplicar um tarifário que permita compensar os custos de operação e manutenção de empresas provinciais de água e saneamento. Implementaremos uma tarifa social sempre que se justifique, garantindo o direito universal de acesso aos serviços de água e saneamento. Reduziremos os custos energéticos e de operação dos sistemas de captação, adução e distribuição da água e de saneamento.

Por último, asseguraremos a sustentabilidade financeira das empresas provinciais de água e saneamento através da sua gestão adequada.



As nossas prioridades imediatas para 2027

Reforçar o conhecimento para a gestão de recursos hídricos através da 1) elaboração e implementação de Planos Gerais de Desenvolvimento e Utilização de Recursos Hídricos para as principais bacias hidrográficas, tal como efectuado para o Cubango, Cuanza e Zambeze; 2) elaboração e implementação de Planos Directores e projectos executivos dos sistemas de abastecimento de água e de saneamento, bem como de infra-estruturas de tratamento de águas residuais e de gestão de lamas fecais das capitais de província.

Prosseguir o reforço do quadro legal e institucional do sector nomeadamente através da criação das Direcções Regionais e Gabinetes de Administração de Bacias Hidrográficas, de um maior desenvolvimento do sistema de informação dos recursos hídricos e das infra-estruturas hidráulicas, e da capacitação dos quadros técnicos do sector.

Implementar um modelo de gestão integrada dos recursos hídricos através da 1) implementação das redes de monitorização da quantidade e qualidade da água e de sedimentos; 2) construção e reabilitação de barragens com elevada capacidade de armazenamento nas UH do Cunene, Cuanza, Cubango, Longa, Queve e Catumbela; 3) elaboração do plano nacional de segurança de barragens e albufeiras; 4) identificação de fontes alternativas de água com especial foco nas UH do sul e do sudoeste; 5) construção, reabilitação e manutenção de sistemas e valas de drenagem nas áreas urbanas.

2050

As nossas prioridades imediatas para 2027

Reabilitar e construir sistemas de abastecimento de água e de saneamento no sentido de ampliar e melhorar o serviço, permitindo também a contabilização dos volumes fornecidos e a aplicação de um tarifário que permita cobrir os custos de operação e manutenção dos sistemas.

Intensificar os esforços de melhoria da eficiência das Empresas Públicas de Água e Saneamento visando a sua sustentabilidade, nomeadamente através da adopção de boas práticas de gestão comercial (com a necessária expansão do número de clientes, instalação de contadores em todas as ligações, e instalação de softwares de gestão) e da redução dos custos operacionais (incluindo a implementação de uma central de compras para aquisição de produtos químicos e reagentes).



9.2 Ambiente

Um País no caminho do desenvolvimento sustentável, que garante um ambiente mais limpo e melhor qualidade de vida para todos os angolanos


Metas principais
2022*
2030
2050
Classificação global no Índice de Desempenho Ambiental (EPI)
30,5
35,6
52,6
Emissões de Gases de Efeito Estufa[1] (KtCO₂e)
99.992,2
76.663,2
-
Pontuação na categoria Qualidade do Ar do EPI
23,1
27,4
42,2
Pontuação na categoria Biodiversidade e Habitat do EPI
30,1
37,6
65,3
Pontuação no Índice Mundial de Risco
11,0
9,7
7,0
*2022 ou ano mais recente disponível
[1] O ano base corresponde à data de realização, em 2015, do último inventário de emissões de Gases de Efeito Estufa, de acordo com as orientações do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas de 2006.

A nossa visão

A nossa visão para o sector do ambiente é de uma Angola em sintonia com a Agenda de Desenvolvimento Sustentável, mediante uma política ambiental proactiva que reconheça a interdependência do desenvolvimento económico e da sustentabilidade ambiental. Até 2050, as áreas urbanas serão servidas por redes modernas de serviços ambientais e as áreas naturais serão reconvertidas e consolidadas numa rede de centros naturais de actividade económica, ricos em biodiversidade. À medida que as nossas cidades continuam a expandir-se e consolidam o seu papel como centros de actividade económica, a nossa visão é que elas se tornem cada vez mais competitivas face a outras cidades do entorno regional – através da melhoria dos serviços de água e saneamento, bem como de medidas de planeamento urbano que promovam o controlo de resíduos, da qualidade do ar, e da intensidade carbónica. Estas medidas permitirão a Angola alcançar classificações mais favoráveis no Índice de Desempenho Ambiental, bem como na pontuação do Índice Mundial de Risco do Instituto do Meio Ambiente e da Segurança Humana da Universidade das Nações Unidas (UNU-EHS).

Em 2050, estaremos bem posicionados para a descarbonização, em linha com os compromissos do Acordo de Paris sobre o clima, tendo reduzido significativamente as emissões de dióxido de carbono no sector da energia, através de investimentos em energias renováveis, nomeadamente solar, eólica e hidroeléctrica, beneficiando da implementação de tecnologias ambientais.

Em 2050, Angola contará com um mercado de carbono robusto, bem como com projectos certificados que permitirão a captura de grande parte do nosso potencial de geração de créditos de carbono. O ecossistema circundante a todo o mercado de carbono irá também promover e permitir o acesso a instrumentos de financiamento verde, com taxas mais favoráveis, que não só irão ajudar a financiar a economia nacional, mas que também irão contribuir para uma sociedade mais sustentável.

A renovação das frotas e o investimento em novos modos de transporte contribuirão para a redução significativa dos níveis de poluição atmosférica interior e exterior das nossas cidades, com os consequentes benefícios para a saúde. As cidades e os ambientes urbanos serão incomparavelmente mais limpos devido ao investimento substancial em infra-estruturas associadas à gestão de resíduos sólidos urbanos e de recolha e tratamento de águas residuais. Teremos também reforçado a nossa capacidade de conservação dos ecossistemas naturais, beneficiando da repovoação dos nossos parques e reservas naturais e potenciaremos também a já rica biodiversidade existente no País, extraindo significativamente mais valor económico dos recursos naturais, através da gestão sustentável dos recursos florestais e pesqueiros e do desenvolvimento do ecoturismo. Continuaremos a acompanhar o impacto das actividades humanas sobre os recursos naturais, nomeadamente a exploração mineira, não só vedando a sua

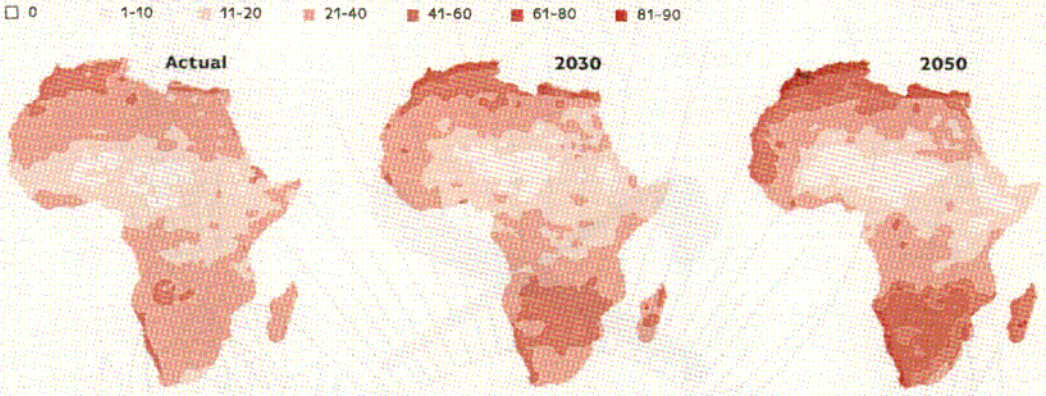
operação em áreas de alta importância ambiental, mas também garantindo a correcta avaliação de eventuais impactos negativos, a sua mitigação e gestão.

À semelhança de outros países africanos, Angola é particularmente vulnerável aos impactos das alterações climáticas e tem uma capacidade de adaptação reduzida. Estes impactos já se fazem sentir e é provável que se agravem significativamente nas próximas décadas, aumentando a nossa exposição à seca e à perda de biodiversidade, à medida que os ecossistemas existentes se desloquem e os habitats das espécies naturais se percam (Quadro 59). As alterações climáticas acentuarão, igualmente, a crescente pressão sobre os recursos naturais, em resultado do rápido crescimento demográfico do País.

Quadro 59

Frequência de seca (RCP 8.5)

Distribuição (%) da duração das condições de seca

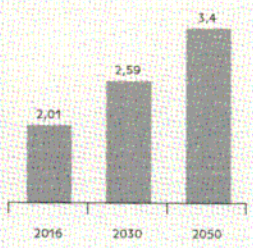


Fonte: Relatório "Climate Risk and Response"

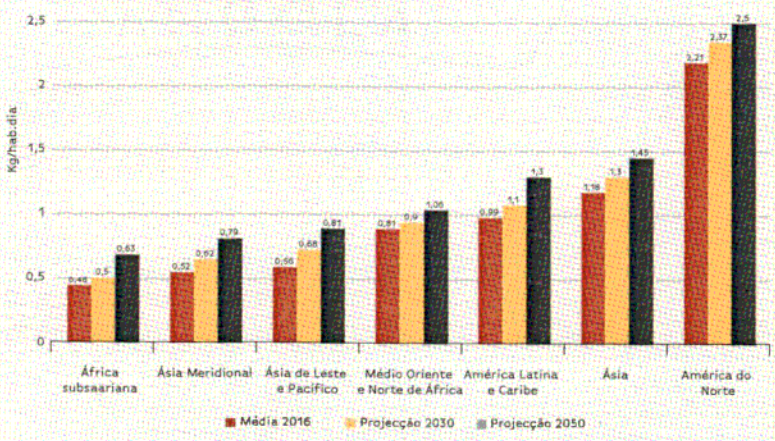
Quadro 60

Em 2050, projecta-se um crescimento de ~70% na produção de resíduos a nível mundial, sendo que na África Subsaariana este crescimento representará um aumento de cerca de ~40%

Projecção global da produção de resíduos
Mil milhões de toneladas

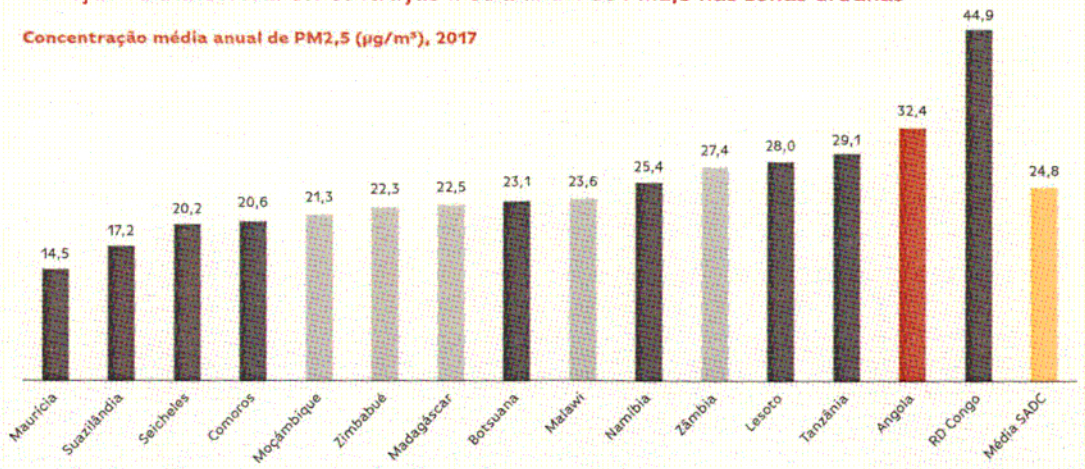


Projecção da produção de resíduos per capita



Fonte: Banco Mundial, 2018

Poluição da atmosfera: concentração média anual de PM2,5 nas zonas urbanas



Fonte: Indicadores ODS 2019; OMS

O desenvolvimento económico em Angola é, actualmente, dificultado também por questões ambientais. A baixa qualidade do ar nas áreas urbanas resulta num nível desproporcional de mortalidade e morbilidade. Acresce que Angola enfrenta, ainda, desafios significativos no domínio da saúde pública devido à insuficiente cobertura de serviços de saneamento básico para tratar resíduos sólidos urbanos e águas residuais.

A estratégia para a protecção ambiental foca-se assim em quatro áreas-chave: resíduos sólidos urbanos e águas residuais, qualidade do ar, intensidade carbónica e biodiversidade.

Resíduos sólidos e águas residuais

A nossa visão consiste em alargar consideravelmente a recolha, tratamento e valorização dos resíduos e efluentes nas áreas urbanas até 2050. Neste sentido, o sistema de recolha oferecerá oportunidades óptimas para reduzir, reutilizar e reciclar os materiais recolhidos, e, sempre que possível, converteremos os resíduos orgânicos em energia. Adoptar um modelo de economia circular é igualmente essencial para a diminuição da pressão sobre os recursos naturais e para a redução dos resíduos depositados em aterros. Com o crescimento previsto da urbanização, antecipa-se que os volumes de resíduos sólidos e águas residuais aumentem, em linha com outros países subsaarianos (Quadro 60). Tendo em conta que o tratamento de efluentes é fundamental para a saúde pública e outros interesses económicos, incluindo o turismo, equiparemos as áreas urbanas com instalações modernas de tratamento de águas residuais.

Reformularemos a organização e o modelo de negócio dos serviços de tratamento de resíduos sólidos e efluentes, no sentido de estimular o aumento significativo de financiamento público e privado internacional, bem como de conhecimento técnico. Procuraremos, também, obter receitas através da reutilização e reciclagem dos resíduos recolhidos, e pela imposição de taxas de serviço, nomeadamente para os direitos de extracção de água. A reforma deste sector envolverá o estabelecimento de sistemas de informação auxiliares, de modo a apoiar o desenvolvimento de políticas públicas e envolver as partes interessadas do sector privado, incluindo o sector terciário e as Organizações da Sociedade Civil (OSC).

Qualidade do ar

Em 2050, todas as grandes cidades angolanas serão muito maiores do que hoje; de acordo com as projecções populacionais do Instituto Nacional de Estatística, Luanda terá 17 milhões de habitantes. À medida que planeamos a crescente urbanização, temos a oportunidade de melhorar significativamente a qualidade do ar, uma dimensão frequentemente negligenciada na política ambiental. Actualmente, constata-se uma má qualidade do ar nas zonas urbanas, com concentração de partículas ($PM_{2,5}$) muito acima das recomendações da Organização Mundial de Saúde (Quadro 61).

No sentido de controlar o impacto que a urbanização em grande escala terá na qualidade do ar e reduzir as emissões de carbono, a nossa visão inclui a adopção de tecnologias eficientes para o controlo do tráfego e o desenvolvimento de serviços de transporte público modernos, a melhoria da infra-estrutura rodoviária

e o apoio a novas soluções de transporte, tais como veículos eléctricos, o que resultará num sistema de transporte mais diversificado e eficiente, em linha com as tendências globais. Estas medidas terão igualmente um impacto positivo no ordenamento do território, com redução de áreas destinadas ao transporte motorizado individual.

Intensidade carbónica da energia eléctrica

Até 2050, o nosso objectivo é descarbonizar o sector da energia eléctrica, impulsionando a descarbonização da economia em geral. Esta ambição é fundamental, dada a elevada intensidade carbónica da produção de electricidade, que é a terceira mais elevada na região da SADC. Conforme descrito na nossa visão para o sector da Energia, contribuiremos para a agenda internacional de mitigação das alterações climáticas, aumentando rapidamente a quota de electricidade produzida por fontes renováveis, com o objectivo de alcançar um teor de carbono próximo de zero no conjunto do segmento da electricidade até 2050. O potencial já identificado quer em energia solar, quer em energia hídrica, sustenta esta meta ambiciosa, e, neste sentido, faremos investimentos suficientes na infra-estrutura de rede e no desenvolvimento de modelos de negócio que permitam a expansão fora da rede, nomeadamente em áreas mais remotas do País.

Biodiversidade

Angola dispõe de uma rica diversidade biológica, um caso à parte em África, onde se encontram representados todos os biomas do continente - floresta densa húmida, savanas abertas, deserto -, uma extensa linha de costa e uma extensa rede hidrográfica.

Os recursos naturais do País e a sua vasta biodiversidade devem ser protegidos e conservados. Até 2050, a nossa visão é reverter o declínio dos ecossistemas de biodiversidade e das espécies de flora e fauna, o que contribuirá positivamente para a nossa resiliência contra desastres ambientais e proporcionará igualmente benefícios económicos em resultado de uma melhor utilização dos recursos naturais nas áreas de conservação ambiental.



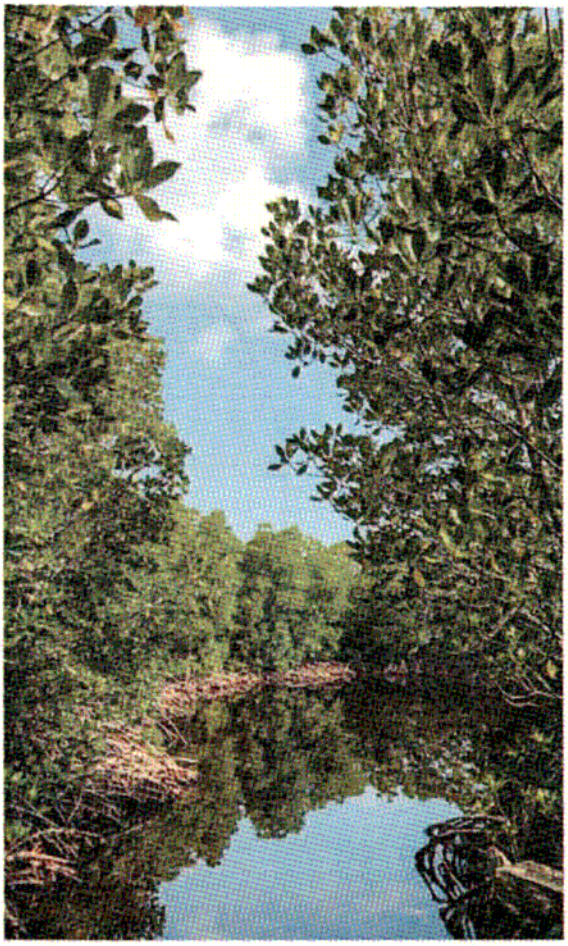
A nossa visão consiste em maximizar a exploração dos recursos de biodiversidade, de forma sustentável, tornando-a em fonte de riqueza.

Dispomos da segunda maior área florestal do continente africano, quase toda ela indígena, e é fundamental assegurar a sua preservação. Não obstante a riqueza da biodiversidade de Angola – considerada uma das mais variadas do continente – temos uma rede relativamente pequena de áreas de conservação, quer em terra, quer no mar. Será, portanto, necessário um investimento considerável para desenvolver a rede de áreas de conservação e para inovar nos esforços de gestão desta rede, por exemplo, acelerando a introdução de agentes de conservação privados sob a supervisão do Estado e expandindo a oferta de serviços, nomeadamente de turismo de natureza, em parques naturais e reservas. Estamos já a concentrar esforços para a redução da perda de espécies e da caça furtiva, nomeadamente através do aumento do número de fiscais e de guardas-florestais nos parques naturais, esforço que iremos prosseguir.

As escolhas que enfrentamos

Existem duas opções em confronto: adoptarmos uma abordagem holística ou parcelar à mudança; e envolvermos, ou não, o sector privado na prestação de serviços ambientais.

Potencialmente, muitas indústrias ligadas à agenda da descarbonização enfrentarão graves perturbações, o que, em muitos casos, poderá levar à perda de activos (tais como equipamentos de transporte movidos a combustíveis fósseis). Grande parte desta disrupção tecnológica poderá ter origem externa, limitando assim a capacidade de intervenção do Estado. Portanto, é sensato considerar uma agenda política que antecipe e acomode, proactivamente, esse processo. Esta agenda deve fazer a ponte entre o nosso programa científico e tecnológico e as metas ambientais e os objectivos de desenvolvimento sustentável.



O papel tradicional do Estado como prestador único de serviços públicos, tais como água, saneamento e tratamento de águas residuais, tem frequentemente dado lugar a modelos regulatórios mais complexos que permitem a abertura da prestação desses serviços ao investimento privado. Angola poderá optar por manter um modelo de sector ambiental centralizado, dirigido e executado pelo Governo, ou optar por envolver o sector privado nestas actividades, mudança que pressupõe um novo papel, com desafios acrescidos, para o Estado, enquanto regulador de interesses concorrentes. A previsível escassez de recursos públicos, no futuro próximo, sugere fortemente que envolvamos activamente agentes do sector privado, apoiados e estruturados por instituições reguladoras sólidas. Será necessário alterar a legislação que suporte esta transição, exigindo o reforço da capacidade de fiscalização do Estado, numa perspectiva mais educativa do que punitiva, e o desenvolvimento e fortalecimento de agências independentes, tais como o Observatório Climático, a Agência do Ambiente, o Instituto Nacional da Biodiversidade e Conservação, entre outros.


Outras metas
Indicador
Ano de referência
2030
2050
Intensidade carbónica da electricidade (MtCO2/TWh)
1,8 (2019)
1,2
0,6
Concentração de partículas > 2,5 µm (partes por milhão de volume)
33,2 (2019)
21,7
10,0
Zonas marinhas protegidas (percentagem da área das águas territoriais)
0,005% (2021)
0,05%
11,2%
Zonas protegidas (percentagem da área do País)
12,6% (2022)
19,8%
36,0%
Recolha de resíduos sólidos (percentagem de resíduos urbanos)
41% (2014)
52%
71%
Águas residuais tratadas (percentagem)
0% (2022)
0,6%
58,8%

As nossas soluções

Identificámos cinco conjuntos de soluções para o desenvolvimento do sector do Ambiente, almejando os seguintes objectivos: i) prevenir e controlar a poluição atmosférica e dos solos; ii) introduzir um modelo de economia circular para a gestão de resíduos; iii) melhorar a protecção e conservação da biodiversidade; iv) reforçar a capacidade adaptativa para aumentar a resiliência aos riscos naturais; e v) melhorar a governação ambiental. As soluções previstas incluem medidas de curto prazo e iniciativas e medidas de médio e longo prazo (além de 2027).

Prevenir e controlar a poluição atmosférica e dos solos

A poluição atmosférica tem impactos negativos sobre a saúde e a economia, e o reconhecimento desta realidade é um passo importante na nossa estratégia de internalizar o custo ambiental da combustão de combustíveis fósseis nas cidades. De modo a reduzir os efeitos negativos da poluição atmosférica na saúde humana e nos ecossistemas, trabalharemos na melhoria da qualidade do ar e na redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE).

Promover a implementação das medidas de mitigação das emissões de gases de efeito estufa

A curto e médio prazo, asseguraremos o cumprimento das metas de redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE) previstas no Acordo de Paris. Conforme a nossa Contribuição Nacional Determinada (actualizada em 2021), até 2025, vamos diminuir as emissões em 14%, de forma incondicional, e em 24%, mediante financiamento internacional (face a 2015). Até 2030, perspectivamos ainda reduzir estas emissões em 35%, incondicionalmente, e em 50%, mediante financiamento internacional.

Para tal iremos criar condições para a implementação de medidas de mitigação, designadamente na área das energias renováveis e na área da agricultura, silvicultura e uso da terra (nomeadamente através da reflorestação). Também iremos promover a redução das emissões na indústria, no petróleo e no gás e a introdução de soluções de compostagem de resíduos sólidos urbanos. Procuraremos, ainda, incentivar a implementação de medidas de eficiência energética nos edifícios públicos, e a introdução de veículos de transporte urbano a gás natural.

Implementar a fiscalidade verde

A médio prazo introduziremos impostos sobre as emissões de dióxido de carbono (CO_2), nomeadamente um imposto de carbono sobre os combustíveis utilizados em veículos e pela indústria, por exemplo, agravando os impostos sobre veículos de acordo com as respectivas emissões de CO_2. Implementaremos um sistema de homologação para veículos que operam no País e criaremos incentivos fiscais para a introdução de veículos eléctricos e para a renovação de veículos ligeiros e de veículos pesados de mercadorias, e para a criação de frotas de automóveis de passageiros, menos poluentes. Adicionalmente, adoptaremos sucessivamente os mais recentes padrões internacionais sobre emissões permitidas a veículos importados.

Promover um ambiente urbano saudável

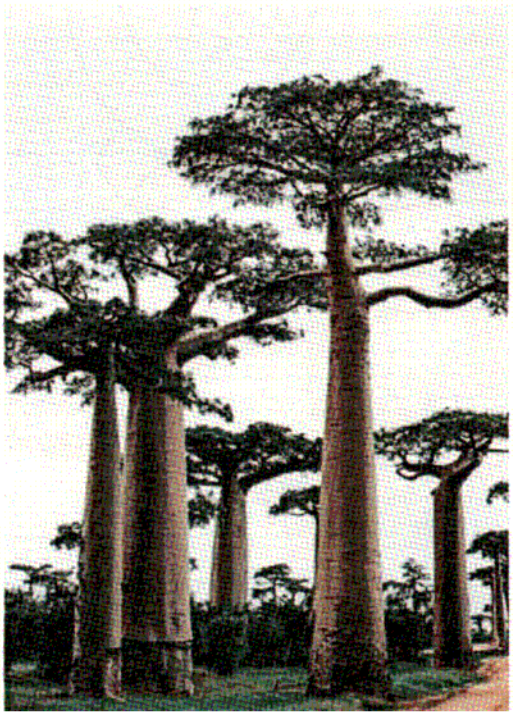
No sentido de promover com sucesso um ambiente urbano saudável, a curto prazo aumentaremos o número de estações de monitorização da qualidade do ar nos centros urbanos e criaremos uma plataforma de informação ao público em tempo real sobre a qualidade do ar. A médio prazo, promoveremos a implementação do transporte público colectivo de massas e a utilização de modos suaves de transporte nos centros urbanos, por exemplo, construindo ciclovias e aumentando a utilização de bicicletas. Promoveremos, igualmente, um sistema de incentivos para encorajar a mobilidade partilhada, tais como *car-sharing*

ou *ride-sharing*. Reorganizaremos as redes de transporte público urbano nos principais centros urbanos, de modo a reduzir a poluição atmosférica.

No sentido de ajudar a melhorar a qualidade do ar, promoveremos a construção de hortas urbanas, para cultivo de alimentos, e estabeleceremos corredores verdes em áreas urbanas. Adicionalmente, incorporaremos teores cada vez mais elevados de biocombustíveis nos combustíveis utilizados em transportes.

Melhorar o desempenho ambiental no sector industrial

A médio e longo prazo, estabeleceremos um programa de redução de emissões industriais poluentes, fixando um limiar máximo anual de emissões de dióxido de enxofre (SO2) e de óxido de nitrogénio (NOx), aplicando coimas a quem ultrapassar os limites fixados. Criaremos incentivos fiscais dirigidos à transição da indústria para combustíveis neutros ou com baixo teor de carbono e incentivaremos a implementação de projectos de eficiência energética e a utilização de energias renováveis no sector. Além destes, criaremos incentivos fiscais também para empresas que pretendam investir no sector do ambiente. Adicionalmente, incentivaremos a certificação ambiental de empresas, por exemplo, em conformidade com as normas estabelecidas pela Organização Internacional de Normalização. Finalmente, iremos promover a co-geração na indústria e o acesso ao mercado de carbono.



Preservar a qualidade dos solos

Implementaremos um plano gradual com metas que limitem as descargas de efluentes industriais que representam um risco para os solos e rios, aplicando coimas a quem não as respeitar. Incentivaremos a utilização de adubos verdes e de fertilizantes orgânicos, criando sinergias com o sector dos resíduos, e estabeleceremos regras para a utilização sustentável de fitofármacos a fim de evitar a contaminação dos solos e cursos de água. Adicionalmente, apoiaremos a escolha adequada de culturas, de acordo com as características específicas de cada região.

Introduzir um modelo de economia circular para os resíduos

É necessária uma abordagem diferente para a geração de resíduos, que reconheça os resíduos recolhidos como dano económico, encare qualquer resíduo como um recurso potencial e invista na redução, reutilização e reciclagem de materiais. Aplicaremos, portanto, um modelo de economia circular para a gestão de resíduos, que inclui a implementação de um sistema de gestão de resíduos de embalagens e o aumento das instalações de recolha selectiva, com o objectivo de aumentar substancialmente as taxas de reciclagem de resíduos sólidos urbanos no longo prazo. Destacamos ainda o encerramento de lixeiras sem controlo sanitário e a sua substituição por aterros sanitários.

Além de benefícios para a sáude humana e preservação ambiental, o desenvolvimento da cadeia produtiva de fertilizantes orgânicos, através do investimento em técnicas de compostagem, reforçará a circularidade da produção agrícola e servirá como um meio de rendimento adicional para agricultores familiares e populações urbanas carenciadas. Como último recurso, sempre que possível, procuraremos soluções de transformação de resíduos em energia, sendo que esta solução será principalmente viável nos grandes centros urbanos.

Criar uma rede de infra-estruturas para tratamento e valorização de resíduos urbanos

Na província do Namibe foram construídos dois aterros sanitários com duas células em cada um deles e, nas províncias do Huambo, Cabinda e Bengo estão já a ser construídos aterros. Nos termos do Plano Estratégico de Gestão de Resíduos Urbanos (PESGRU), iremos instalar infra-estruturas sanitárias assentes numa rede de aterros sanitários e instalações complementares (com ecocentros, centros de triagem e de compostagem, bem como a integração pontual de estações de transferência), designados centros de tratamento e valorização de resíduos (CTV). Assim, a curto e médio prazo, encerraremos lixeiras não controladas, que serão substituídas por CTV em todas as províncias. Em Luanda, Benguela e no Huambo serão instaladas incineradoras municipais para a valorização energética dos resíduos sólidos, a fim de auxiliar na transição energética e, simultaneamente, procuraremos uma solução para um modelo de gestão de resíduos mais sustentável e circular. Optimizaremos e aumentaremos a recolha selectiva em áreas urbanas, periurbanas e rurais e aumentaremos as instalações de recolha selectiva.

No curto prazo, actualizaremos o PESGRU e implementaremos um modelo institucional e de gestão de economia circular. A médio prazo, enquadraremos os catadores informais de resíduos enquanto classe profissional reconhecida, criando um programa específico de formação para os integrar no sistema de triagem e valorização dos resíduos sólidos urbanos e equiparados.

Criar um sistema de recolha e tratamento de resíduos industriais

Com vista à organização do sector, definiremos um plano estratégico para tratamento dos resíduos industriais, construiremos centros de valorização ambiental de fluxos de resíduos industriais e avaliaremos a possibilidade de utilização de resíduos industriais em processos de co-incineração e outros. Dinamizaremos um sistema de monitorização dos resíduos enviados para tratamento, com apresentação de uma declaração de resíduos industriais produzidos, não apenas em quantidade,



mas também por tipo, que deverá passar por um processo de verificação, acompanhado de declaração, emitida pela entidade responsável pela sua deposição final, que ateste o destino final dos resíduos.

Implementar a política de resíduos hospitalares e de serviços de saúde

No curto prazo, implementaremos o plano de gestão de resíduos hospitalares e promoveremos a criação de unidades de tratamento de resíduos hospitalares, incluindo unidades especializadas para lidar com materiais perigosos.

Promover a valorização dos resíduos agrícolas

Incentivaremos a construção de instalações de aproveitamento energético em explorações agropecuárias, que funcionarão por meio de um processo de confinamento e recuperação do metano, de modo a possibilitar a sua exploração para produção de energia.

Também promoveremos formação especializada para que as explorações agrícolas, pecuárias e florestais valorizem os seus resíduos.

Implementar medidas fiscais e as reformas institucionais para promover um modelo circular para a gestão de resíduos

A médio prazo, aplicaremos taxas aos plásticos de uso único, com o objectivo de desincentivar a respectiva utilização, e criaremos benefícios fiscais para estimular o reencaminhamento de resíduos para valorização. Adicionalmente, criaremos o regime de responsabilidade alargada do produtor e um sistema de incentivos para o consumidor, tendo em vista a devolução de embalagens de bebidas de plástico, vidro, metal ferroso e alumínio.

Incentivaremos a iniciativa privada a estabelecer negócios relacionados com a recolha, reutilização, reciclagem e outras formas de valorização de resíduos. Criaremos incentivos fiscais para indústrias que incorporem materiais reciclados nos seus processos produtivos, aplicaremos coimas às indústrias que depositem resíduos em locais impróprios e taxas por deposição de resíduos industriais em aterro.

Vamos promover a criação da Agência do Ambiente, como uma entidade que agrega as responsabilidades de implementação das políticas sobre a gestão de resíduos, de produtos químicos, de monitorização industrial, de gestão de derrames de poluentes e que vela pelo licenciamento e certificação ambiental.

Proteger e conservar a biodiversidade

Melhoraremos a gestão e a conservação das áreas protegidas e asseguraremos uma maior protecção das espécies vulneráveis, tendo por objectivo a conservação da biodiversidade, valorizando-a como um recurso económico em benefício das gerações actuais e futuras.

Expandir as áreas de conservação ambiental

No curto prazo, iremos acelerar o processo de expansão das nossas áreas de conservação, e desenvolveremos uma estratégia de conservação e gestão sustentável do espaço marinho, instituindo a primeira área de conservação marinha do País, entre a Baía dos Tigres e o município do Tômbwa na



província do Namibe. Em terra, estabeleceremos uma programação das acções de prevenção dos fogos florestais para cada área protegida e implementaremos planos de recuperação das áreas ardidas. Promoveremos a integração de acções para a conservação da biodiversidade nos programas sectoriais e garantiremos a inclusão das nossas áreas protegidas na Lista Verde de Áreas Protegidas e Conservadas da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN).

A médio e longo prazo, criaremos mais áreas de conservação, marinhas e terrestres, canalizando investimentos para a capacitação das comunidades locais, bem como para o reforço das equipas de gestão, fiscalização e monitorização, tendo em vista a correcta gestão dessas áreas.

Introduzir modelos inovadores de gestão das áreas de conservação

No curto prazo, reforçaremos o modelo de parcerias, nomeadamente para iniciativas de melhoria da gestão das áreas de conservação, e estabeleceremos parcerias com organizações internacionais de conservação, tendo em vista o aproveitamento económico sustentável das áreas de conservação. Utilizaremos ainda estas parcerias com o objectivo de ajudar a instalar parques zoológicos e jardins botânicos no País.

Proteger as espécies ameaçadas de extinção

Trabalharemos para proteger especialmente as espécies vulneráveis, em perigo e criticamente em perigo. As medidas imediatas, que irão decorrer até 2027, incluem o desenvolvimento e implementação de um plano de conservação para

espécies ameaçadas de extinção e o repovoamento dos parques nacionais com espécies nativas, implementando simultaneamente programas de combate à caça ilegal. Realizaremos ainda o inventário nacional de macrofauna, aves, mamíferos e répteis, no qual avaliaremos a dinâmica de cada espécie, com o objectivo de traçar as linhas de conservação necessárias.

Promoveremos o financiamento de projectos de conservação de espécies emblemáticas, incluindo a palanca negra gigante, gorilas, manatins, zebras e o búfalo da floresta.

Asseguraremos a elaboração e a implementação de um plano nacional de controlo ou erradicação de espécies não indígenas classificadas como invasoras.

Promover o ecoturismo

Tendo em vista a promoção do ecoturismo nos nossos parques e áreas nacionais, estabeleceremos a Área de Conservação Transfronteiriça Okavango-Zambeze como um destino turístico internacional nas regiões das bacias hidrográficas dos rios Cubango e Zambeze. Em articulação com a estratégia do Turismo, promoveremos iniciativas de fomento do turismo de natureza nos parques nacionais do País, de modo a proporcionar uma nova fonte de receitas.

Reforçar a capacidade adaptativa para aumentar a resiliência

Aumentar a resiliência a riscos naturais exigirá uma maior compreensão dos riscos que as alterações climáticas, a perda de biodiversidade e a poluição ambiental podem causar às comunidades humanas. Já estabelecemos avaliações de risco em relação a algumas categorias de risco, como por exemplo inundações, mas passaremos a realizar estas avaliações de forma mais sistemática.

Tendo em vista o aumento da resiliência a desastres naturais, melhoraremos o nosso conhecimento sobre áreas e populações em risco, e continuaremos a trabalhar para reduzir a nossa vulnerabilidade, nomeadamente centralizando a informação sobre os impactos de eventos climáticos extremos e desastres naturais. Especificamente, estabeleceremos plataformas comuns para registo e comunicação de eventos naturais, aumentaremos a nossa capacidade de adaptação a eventos climáticos extremos, promoveremos o realojamento de pessoas em risco e consciencializaremos os intervenientes económicos locais mais vulneráveis.

Criar plataformas comuns de registo e comunicação de eventos naturais

Conforme previsto na Estratégia Nacional de Alterações Climáticas 2022-2035, vamos elaborar o Plano Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas, que promoverá a acção coordenada de adaptação às alterações climáticas a médio e longo prazo.

Além disso, vamos estabelecer e operacionalizar o Observatório Climático, o que envolverá, entre outras iniciativas, a adopção de um sistema integrado de alerta e aviso prévio para redução do risco de desastres naturais. Asseguraremos, também, a criação e a manutenção de uma plataforma comum para o armazenamento de dados relacionados com os perigos e as ameaças, exposição e vulnerabilidade, com acesso partilhado entre vários sectores e publicação de relatórios periódicos.

Reforçar a capacidade adaptativa

Promoveremos a implementação de sistemas de drenagem de água em zonas urbanas expostas a risco de inundação e desenvolveremos um sistema de monitorização da evolução do sistema costeiro e das utilizações do espaço costeiro. Desenvolveremos um programa de prevenção e monitorização de queimadas para reduzir o risco de incêndios. Reforçaremos a resiliência nacional e as capacidades de adaptação recorrendo a um maior envolvimento e integração dos vários sectores.

Avaliaremos a capacidade de defesa das estruturas de protecção em zonas de risco e analisaremos a viabilidade de investimentos na construção de novas estruturas de protecção.

Monitorizar edifícios e infra-estruturas de habitação localizados em zonas de risco

No curto prazo, em coordenação com a estratégia da Habitação, mapearemos pormenorizadamente as áreas com maior vulnerabilidade natural aos diversos riscos e vamos inventariar edifícios e infra-estruturas de habitação localizadas em zonas de risco. Também participaremos na supervisão da ocupação do território, para garantir a sua conformidade com os planos de ordenamento, e promoveremos o realojamento de populações que vivem em zonas de risco, criando zonas seguras de reassentamento.

Sensibilizar para as alterações climáticas

Sensibilizaremos os pequenos agricultores para os efeitos das alterações climáticas e da ocorrência de eventos climáticos extremos e o respectivo impacto na produção agroalimentar e aumentaremos a capacidade dos mesmos para gerir esses riscos. Em coordenação com a estratégia das pescas, também será criado um observatório das pescas e serão realizados estudos periódicos de avaliação dos impactos das alterações climáticas nos *stocks* piscícolas, em resultado das modificações na temperatura do mar, nos níveis de salinidade e nas correntes marítimas, divulgando esta informação aos pescadores.

Promoveremos, igualmente, práticas agrícolas e agro-pecuárias resilientes e sustentáveis, adaptadas à realidade regional angolana, de modo a combater a erosão dos solos, a desertificação e o uso insustentável dos terrenos agrícolas, contribuindo, deste modo, para a produção local de alimentos e para a melhoria da segurança alimentar no País.

Melhorar a governação ambiental

O nosso objectivo é aumentar a qualidade, eficácia e transparência da governação ambiental em áreas como a energia, os resíduos sólidos, as águas residuais e a biodiversidade. Nesse sentido, iremos ajustar os nossos modelos organizacionais nessas áreas, reforçaremos os sistemas de informação ambiental e melhoraremos a capacidade institucional. Melhoraremos igualmente a coordenação interministerial, promoveremos a coordenação sobre financiamento e reforçaremos a sensibilização e a educação ambiental.

Potencializar os sistemas de informação e de apoio à tomada de decisão

Melhorar a informação ambiental é um factor-chave para a correcta compreensão dos desafios ambientais e, consequentemente, das soluções tecnológicas ou comportamentais necessárias para os enfrentar. Os principais sistemas de apoio à tomada de decisão incluem um sistema de inventário nacional, uma rede de estações de monitorização da qualidade do ar em zonas urbanas, e estatísticas ambientais adequadas com o objectivo de nos ajudar a estimar de forma mais precisa as necessidades futuras de infra-estruturas.

No curto prazo, melhoraremos a capacidade de recolha de dados, de modo a alimentar o actual sistema de informação sobre água e saneamento, tornando possível entender as necessidades e formular as políticas mais adequadas. Actualizaremos periodicamente a plataforma de biodiversidade de Angola com informação relevante, por exemplo, sobre a extensão da população que vive em áreas protegidas e o número de trabalhadores nessas mesmas áreas. Estabeleceremos igualmente um sistema de registo de resíduos com dados de produtores e operadores de resíduos. A curto e médio prazo, desenvolveremos indicadores de desempenho para o sector ambiental e um sistema de alerta precoce sobre eventos extremos causados por alterações climáticas, produziremos informação científica sobre as alterações climáticas e respectivo impacto no País e actualizaremos periodicamente a lista vermelha de espécies ameaçadas em Angola.

Operacionalizaremos o sistema nacional de Monitorização, Reporte e Verificação (MRV) de emissões de GEE, que permitirá não só acompanhar a política climática no País, mas também elaborar, de uma forma sistemática, o inventário nacional de emissões de GEE, fundamental para a melhoria do processo de reporte à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas, e servirá de base para a implementação da política climática a médio e longo prazo. Em particular, vamos desenvolver um sistema de relatórios anuais de emissões de gases industriais, para monitorizar a evolução do sector.

Reforçar o investimento na capacitação das instituições

Vários organismos do sector são confrontados com falta de recursos humanos com formação adequada – desde os agentes técnicos, aos trabalhadores no terreno. Face a esta realidade, faremos investimentos substanciais de longo prazo, tendo em vista a qualificação dos recursos humanos, através da sua capacitação em diferentes áreas de gestão da vida selvagem, da monitorização ambiental, informação e educação ambiental, entre outras.

A médio prazo, formaremos os recursos humanos necessários para reforçar a fiscalização florestal, envolvendo fiscais devidamente equipados, de acordo com as regras internacionais. O processo de capacitação será extensivo aos diferentes níveis de administração do Estado, de forma a potencializar a capacidade de resposta a problemas ambientais.

Melhorar a coordenação interministerial

Uma política ambiental eficaz requer coordenação e colaboração entre os diferentes sectores. A curto e médio prazo estabeleceremos e operacionalizaremos comissões executivas e técnicas para analisarem questões transversais relevantes para o ambiente, tais como a Comissão Nacional para as Alterações Climáticas e Biodiversidade. Estas comissões contarão com a participação dos vários ministérios relevantes, cuja interacção permitirá implementar iniciativas no plano legislativo. Adicionalmente, asseguraremos a integração dos objectivos climáticos recorrendo a uma estrutura de governação que promova a articulação política e a integração e implementação de políticas climáticas nas políticas sectoriais.

Reforçar a coordenação para um melhor acesso a financiamento internacional na área ambiental

A fim de reforçar a coordenação sobre o financiamento, no curto prazo criaremos um mecanismo dedicado à captação e gestão de financiamento internacional, para apoiar, desde logo, o financiamento de medidas de mitigação das emissões de GEE necessárias ao cumprimento dos nossos compromissos até 2030, no quadro do Acordo de Paris. A médio e longo prazo faremos um reporte bienal sobre o financiamento internacional aplicado no sector do ambiente do País.

Promover instrumentos de financiamento sustentáveis

Vamos regulamentar e promover a adopção de instrumentos de financiamento verde, de modo a permitir o financiamento, por entidades públicas ou privadas, de projectos relevantes do ponto de vista ambiental e climático.

Activar o mercado de carbono nacional e expandir o alcance e acesso dos mercados de carbono internacionais

Actualmente o desenvolvimento e acesso a mercados de carbono voluntários está limitado devido a vários desafios ligados à falta de quadros legais para o domínio, ausência de *standards* generalizadamente aceites, assim como outras limitações estruturais. Iremos tomar uma posição participativa a nível regional e internacional, de forma a estabelecer uma ambição e roteiro claro para os mercados de carbono em África, e a garantir que haverá uma expansão na procura de créditos de carbono, e que os modelos regulatórios e operacionais adoptados estejam alinhados com as necessidades do nosso País.

A nível interno iremos estabelecer todos os mecanismos legais e regulatórios que permitam a activação de um mercado de carbono específico para o nosso País. Iremos também promover a entrada e surgimento de agentes económicos especialistas em todos os níveis do ecossistema, desde o desenvolvimento de projectos até à emissão de certificados, entre outros, que também propiciem a disseminação de *know-how* nos sectores directamente relacionados com estas actividades.

Tomaremos um conjunto de medidas que garantam que os *standards* definidos em matéria de créditos de carbono, assim como as estruturas dos modelos a serem adoptados, estejam adaptados à nossa realidade. Iremos, também, estabelecer os requisitos legais e operacionais nacionais necessários para a certificação e comercialização de créditos de carbono, por sua vez potenciados por actividades de promoção ao desenvolvimento de *know-how* local nos diversos sectores directamente impactos pela comercialização de créditos de carbono.

Expandir a educação ambiental e a sensibilização

A educação ambiental pode desempenhar um papel fundamental para estimular o interesse das populações pela conservação do património natural e assegurar o cumprimento das políticas ambientais. As medidas a implementar incluem a sensibilização, para as questões ambientais, da população em geral - nomeadamente das crianças e jovens, através da educação ambiental formal, não formal (em coordenação com o sector educativo a nível nacional, em todas as províncias e municípios e com as OSC), e informal (com os órgãos de comunicação social) - e da comunidade científica em particular. Promoveremos jornadas científicas anuais onde serão debatidos temas ambientais relevantes para Angola.

Estimularemos o desenvolvimento de estudos na área de economia ambiental e incluiremos estas temáticas nos conteúdos escolares do ensino geral. Especificamente, para assegurar que os recursos humanos estão capacitados para lidar com o desafio das alterações climáticas, vamos promover a integração desta temática nos currículos do ensino superior.

Implementaremos campanhas de sensibilização que incentivem as famílias a evitar a utilização de lenha nas habitações para cozinhar e para aquecimento, em paralelo com a electrificação das zonas rurais, e a substituição de fogões ineficientes por outros mais eficientes que utilizem combustíveis menos nocivos. Adicionalmente, realizaremos campanhas sobre resíduos e a importância de os separar correctamente, com o objectivo de viabilizar soluções de compostagem de proximidade nas comunidades e a utilização de fertilizantes naturais na agricultura, incentivando a redução do desperdício alimentar, a redução de resíduos em geral e a reutilização de materiais.

Promoveremos ainda a investigação científica e o conhecimento sobre o património natural, baseado em sistemas de informação geográfica.

As nossas prioridades imediatas para 2027

Promover um ambiente urbano saudável, condicionando a circulação de veículos altamente poluentes nos centros das áreas urbanas, aumentando o número de estações de monitorização da qualidade do ar nos centros urbanos e criando uma plataforma de informação ao público sobre qualidade do ar em tempo real

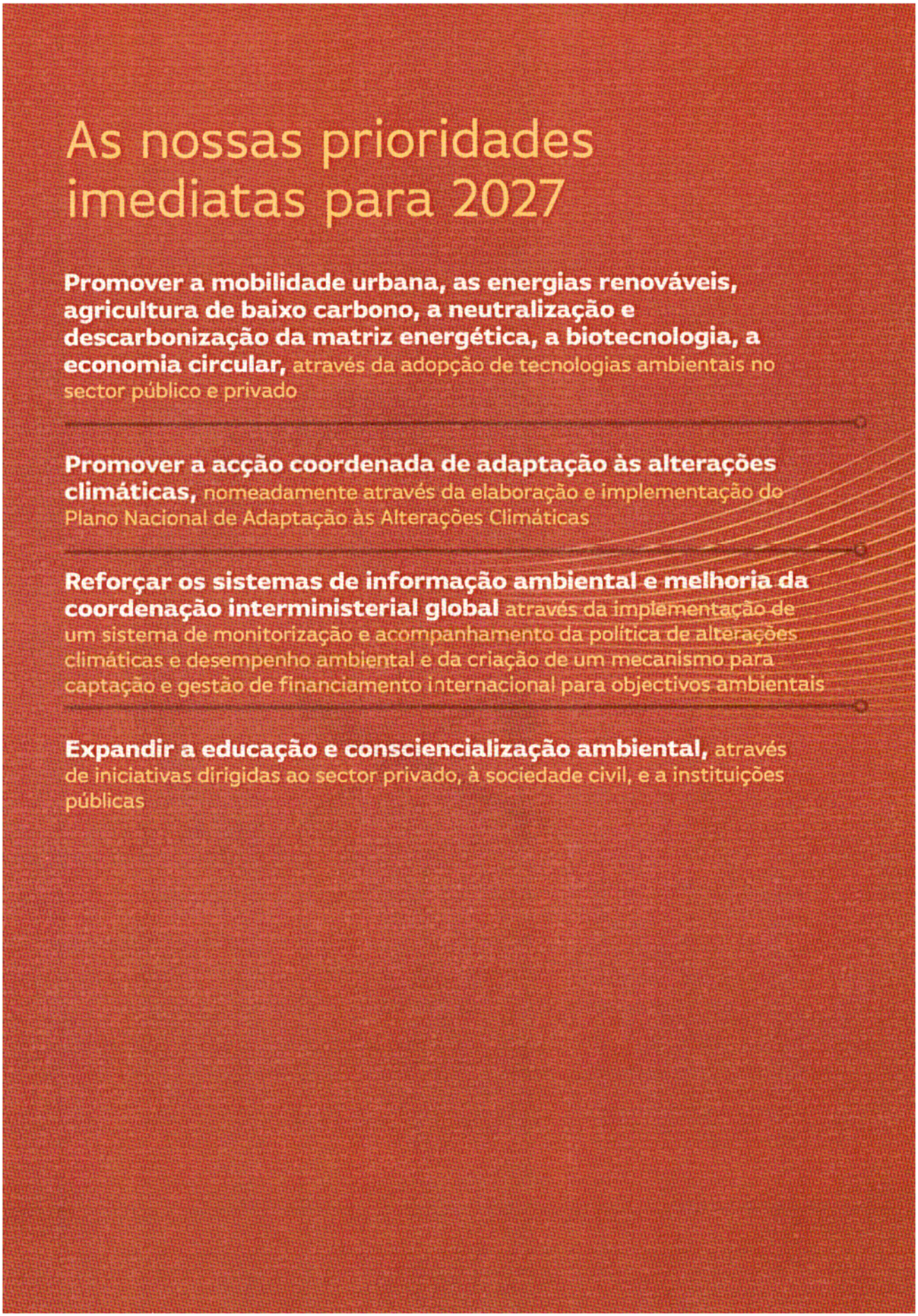
Acelerar a implementação das medidas de mitigação dos gases de efeito estufa, em articulação com os sectores da energia (nomeadamente petróleo e gás), florestas, indústria, agricultura, transportes e resíduos

Implementar uma rede integrada de infra-estruturas de tratamento e valorização de resíduos urbanos, através da actualização do PESGRU, da construção de aterros sanitários e do encerramento de lixeiras nas capitais provinciais, da instalação de incineradoras de resíduos sólidos urbanos em Luanda e, se possível, em Benguela e Huambo e da avaliação da viabilidade de construção de instalações similares noutras cidades com produção relevante de resíduos sólidos urbanos

Fomentar novas parcerias para a gestão das áreas de conservação ambiental, através da aplicação de modelos de parcerias ou alianças ambientais público-privadas com organizações internacionais de conservação, focados no aproveitamento sustentável das potencialidades económicas das áreas de conservação

Ampliar, revitalizar e conservar as áreas protegidas incluindo através da concretização da primeira área de conservação marinha do País (entre a Baía dos Tigres e o município do Tômbwa)

2050


As nossas prioridades imediatas para 2027
Promover a mobilidade urbana, as energias renováveis, agricultura de baixo carbono, a neutralização e descarbonização da matriz energética, a biotecnologia, a economia circular, através da adopção de tecnologias ambientais no sector público e privado
Promover a acção coordenada de adaptação às alterações climáticas, nomeadamente através da elaboração e implementação do Plano Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas
Reforçar os sistemas de informação ambiental e melhoria da coordenação interministerial global através da implementação de um sistema de monitorização e acompanhamento da política de alterações climáticas e desempenho ambiental e da criação de um mecanismo para captação e gestão de financiamento internacional para objectivos ambientais
Expandir a educação e consciencialização ambiental, através de iniciativas dirigidas ao sector privado, à sociedade civil, e a instituições públicas


2050
9.3 Silvicultura
Um sector sustentável, assente na exploração responsável da floresta natural, geradora de riqueza para a população, e da floresta plantada, indutora de valor para a indústria e o comércio


Metas principais
2022*
2030
2050
Contribuição da silvicultura para o PIB (mil milhões de USD)
0,09
0,8
3,0
Contribuição da silvicultura (percentagem do PIB)
0,0%
0,7%
1,1%
2022 ou o mais recente disponível

A nossa visão

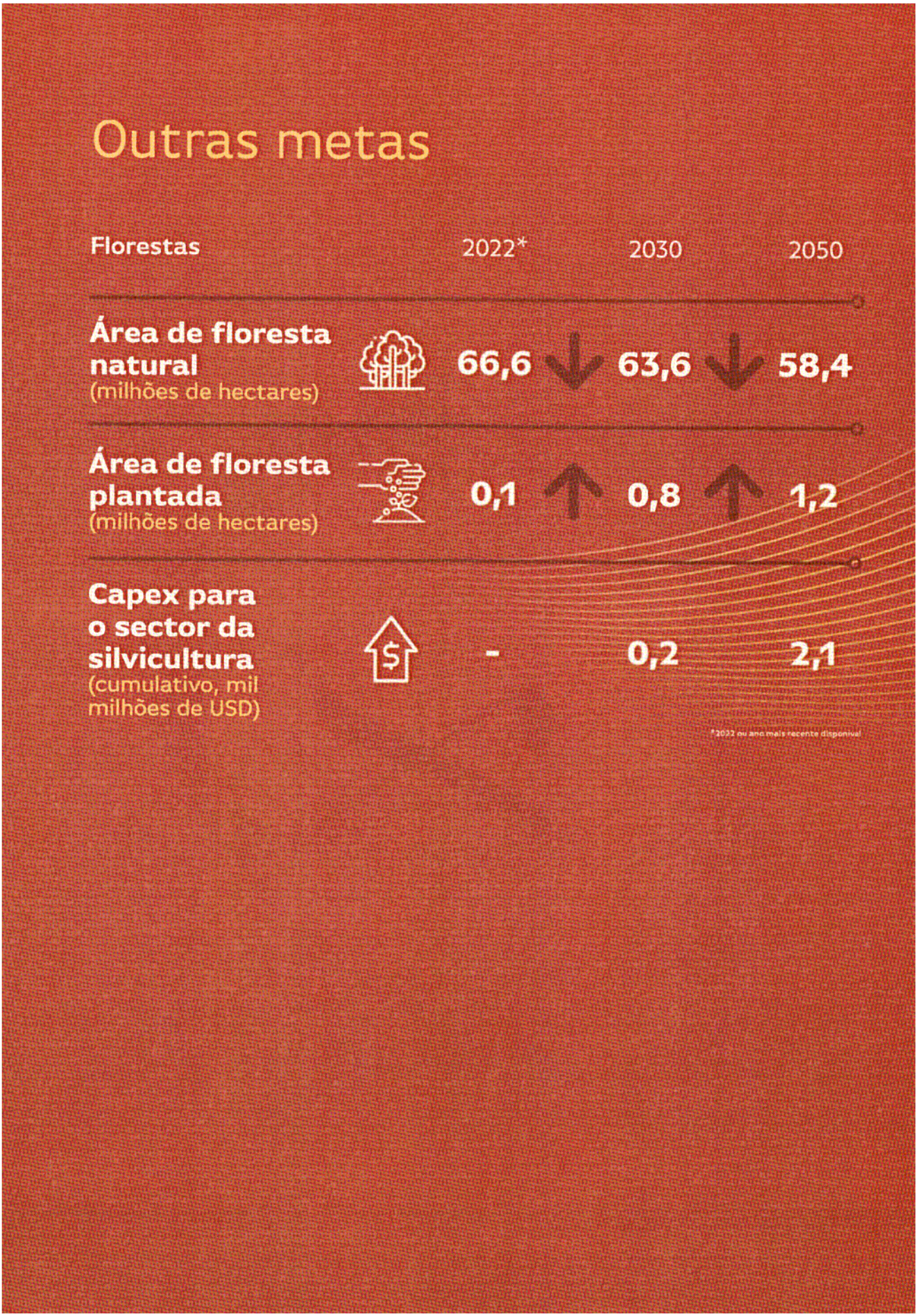
Em 2016, Angola possuía cerca de 69 milhões de hectares de florestas nativas (estimando-se que hoje tenha cerca de 67 milhões de hectares), no entanto, o seu contributo para a economia tem sido reduzido. A nossa estratégia passa pela exploração sustentável da floresta natural, geradora de riqueza para a população rural e pelo desenvolvimento da floresta plantada integrada em cadeias de valor industriais e comerciais.

A grande maioria (99,2%) da nossa floresta é nativa, um recurso central para uma parte significativa da nossa população que utiliza lenha ou carvão vegetal como fontes de energia. No entanto, a maioria desta extracção é feita de forma insustentável, o que conduz a um ritmo elevado de desflorestação. Vamos garantir que a actividade extractiva passe a ser desenvolvida de forma sustentável, melhorando ao mesmo tempo a produtividade das famílias e das pequenas e médias empresas (PMEs) que trabalham a floresta natural.

Atrairemos também investimento privado internacional para operações à escala industrial orientadas para o crescimento da floresta plantada – especialmente de espécies de elevado rendimento nas condições climáticas e do solo de Angola, e que se prestam à integração de actividades transformadoras com maior valor acrescentado, como por exemplo a indústria de pasta de papel, MDP (Painéis de Partículas de Média Densidade), MDF (Painéis de Fibras de Média Densidade), HDF (MDF Fino de Alta Densidade).

Será também de extrema importância garantir a sustentabilidade ambiental das áreas florestais. Iremos por esse motivo apostar em práticas de sustentabilidade ambiental, como, por exemplo, actividades de reflorestação. Iremos promover mecanismos e incentivos que permitam monetizar o volume de carbono sequestrado pelos nossos ecossistemas florestais.




Outras metas
Florestas
2022*
2030
2050
Área de floresta natural
(milhões de hectares)
66,6
63,6
58,4
Área de floresta plantada
(milhões de hectares)
0,1
0,8
1,2
Capex para o sector da silvicultura
(cumulativo, mil milhões de USD)
-
0,2
2,1
*2022 ou ano mais recente disponível

As nossas soluções

Iremos assegurar a gestão sustentável da nossa floresta natural e maximizar o seu potencial, e ao mesmo tempo crescer a floresta plantada integrada com a indústria transformadora.

Promover a sustentabilidade e a produtividade da floresta natural

O nosso compromisso para a floresta natural é aumentar a produtividade das PMEs e das famílias que dela dependem e aumentar igualmente a sustentabilidade da exploração desta floresta.

Realizaremos campanhas de capacitação em técnicas florestais e utilizaremos novas tecnologias que permitam a gestão sustentável dos recursos florestais e faunísticos extrair maiores rendimentos da floresta. Adicionalmente, contamos instalar uma rede de escolas profissionais e técnicas para o sector florestal.

O aumento da produtividade será acompanhado de um reequilíbrio dos produtos extraídos, reduzindo a produção de carvão vegetal e produtos florestais não lenhosos, apoiando as comunidades locais na identificação dos produtos com maior valor de mercado, para que possam aumentar os seus rendimentos.

Fomentaremos também o surgimento, pela iniciativa privada, de cooperativas que facilitem o acesso a insumos e ferramentas. Adicionalmente, implementaremos incentivos para que as comunidades locais preservem a floresta natural, por exemplo, reconhecendo e premiando a produção certificada como sustentável.

Vamos manter a gestão activa do ecossistema florestal do Miombo, assegurando a conservação de biodiversidade, monitorização dos impactos das alterações climáticas na preservação da cobertura vegetal natural e a gestão mais eficiente das florestas no entorno das bacias hídricas da região, mitigando as secas e o avanço do deserto.

Realizaremos um inventário da localização e dimensão das áreas florestais que passarão para regime de concessão, incluindo as PMEs do sector nesse processo, para assim garantir um maior controlo da exploração de florestas naturais. Os termos da concessão incluirão o volume máximo e o tipo de madeira a ser explorada, as práticas de exploração e os benefícios para a comunidade, bem como os métodos de controlo e monitorização.

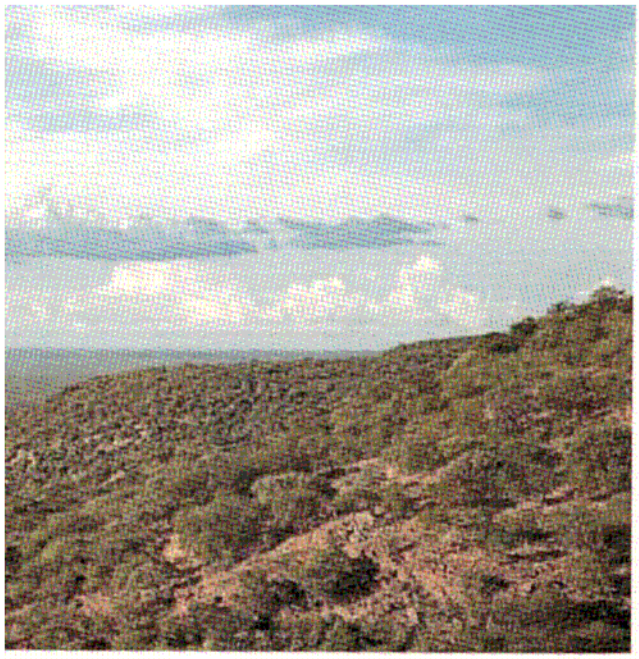
Apoiaremos estas PMEs na identificação dos produtos com maior valor de mercado e incentivaremos melhores práticas florestais na venda destes produtos. Vamos facilitar o acesso aos insumos e a métodos florestais que aumentarão a produtividade das respectivas actividades.

Finalmente, implementaremos reformas e disponibilizaremos incentivos à promoção do povoamento e repovoamento florestal, oferecendo, por exemplo, melhores condições de concessão às PMEs que adoptem práticas de gestão florestal e faunística sustentáveis. Aumentaremos os esforços na pesquisa de novas formas de monetização dos recursos florestais e faunísticos naturais, como, por exemplo, o desenvolvimento de projectos de redução, prevenção, sequestro de emissões de carbono (por exemplo, programas de reflorestação ou de redução de desflorestação que melhorem os níveis de captura de carbono) e protecção de fauna em risco de extinção.

Aumentar a produtividade das florestas plantadas

As florestas plantadas alimentarão a indústria transformadora com escala, nomeadamente a da pasta de papel e outros produtos como painéis de partículas e contraplacados de fibras de densidade média e elevada (MDF/HDF). Aproveitaremos o solo e as condições climáticas favoráveis de Angola para plantar espécies de rápido crescimento. Atrairemos investimento internacional para expandir a área plantada e incentivar a integração da indústria transformadora na cadeia de valor da madeira e derivados.

A pasta de papel é uma *commodity* transaccionável no mercado internacional. Por este motivo, vamos tirar partido das vantagens competitivas naturais de Angola para produzirmos a matéria-prima da pasta e painéis de partículas e contraplacados de fibras de densidade média e elevada (MDF/HDF). De forma a aumentar a produtividade, seguiremos cinco



princípios: rearborização regular (após a segunda rotação) para recuperar a capacidade das florestas envelhecidas; a utilização de clones geneticamente seleccionados e optimizados para acelerar o crescimento e garantir qualidade; a implementação de programas de prevenção e combate a incêndios; a utilização de práticas de controlo fitossanitário para reduzir o volume da madeira afectada por pragas e doenças; e a aplicação das melhores práticas florestais na preparação do solo, na fertilização, no controlo de pesticidas e na selecção de varas.

A produção poderá centrar-se nas províncias que historicamente tiveram indústria de pasta de papel, e que já dispõem por isso de alguma logística de apoio e infra-estrutura. Historicamente, a produção de pasta localizava-se em Benguela, com florestas industriais que se estendiam ao Huambo. O Corredor do Lobito liga estas províncias e está operacional, podendo transportar carga, incluindo madeira semitransformada. Da mesma forma, o porto do Lobito pode servir à exportação de pasta e madeira semitransformada.

Nos próximos anos, o objectivo é atrair investidores de referência capazes de desenvolver a indústria da pasta de papel com uma magnitude geradora de economias de escala. Em cooperação com um parceiro empenhado, produziremos madeira à escala industrial. A prazo, garantiremos que sejam construídas uma fábrica de pasta de papel e uma unidade industrial de painéis de partículas e contraplacados de fibras de densidade média e elevada (MDF/HDF), capaz de acrescentar valor à matéria-prima da madeira de eucalipto e/ou outras espécies e de exportar competitivamente a pasta de papel e painéis de partículas e contraplacados de fibras de densidade média e elevada (MDF/HDF) produzidos.

Preservar e supervisionar as florestas, quer naturais quer plantadas

Adoptaremos métodos robustos de monitorização e controlo quer das florestas naturais quer das plantadas, para preservar e supervisionar a cadeia de valor dos produtos florestais. Para tal, recorreremos a quatro tipos de regulamentação: a certificação, o registo, a supervisão e os incentivos.

- A certificação incluirá o reconhecimento da adesão a boas práticas de gestão florestal, e passará por certificação internacional, acreditação de associações, licenciamento e atribuição de alvarás para prestadores de serviços;
- O registo incluirá um plano florestal simplificado com numeração individual para cada lote e produtor. Exigiremos a notificação prévia do abate com referência ao plano de gestão e de exploração florestal, à licença do prestador de serviços e à referida numeração individual;
- A supervisão incluirá a monitorização permanente e automática ao longo da cadeia de valor assegurada pelo órgão fiscalizador e regulador, como uma força de policiamento florestal que também terá responsabilidade em controlar os fogos e queimadas florestais;
- Os incentivos poderão ser fiscais para os produtores, ou passar por cobertura do risco de incêndio e mesmo pelo co-financiamento pontual do sector industrial.

Finalmente, o futuro sector da pasta de papel e painéis de partículas e contraplacados de fibras de densidade média e elevada (MDF/HDF) terá um papel importante a desempenhar no âmbito da monitorização. De facto, a monitorização de produtores florestais e a supervisão de associações florestais e de prestadores de serviços de madeira pode ser assegurada com inspecções nas interfaces com operadores de produção de pasta. Em caso de irregularidades detectadas, os operadores de pasta de papel ou painéis de partículas e contraplacados de fibras de densidade média e elevada (MDF/HDF) poderão recusar a certificação ou o pagamento e comunicá-las ao regulador.

As nossas prioridades imediatas até 2027

Rever a política de exploração florestal, limitando a exploração e destruição da floresta natural autóctone e motivando / incentivando o povoamento e repovoamento florestal

- **Limitar concessões de corte comercial e reforçar monitorização e fiscalização** (p. ex., acreditação das associações de produtores, licenciamento de prestadores de serviços, fiscalização nos momentos de corte com visitas ao terreno)
- **Assegurar a fiscalização e controlo no cumprimento da lei que proíbe a exportação de madeira em bruto**
- **Lançar campanhas de educação e extensão florestal junto das comunidades e PMEs que vivem da floresta sobre práticas de gestão florestal sustentáveis e redução da produção informal de carvão vegetal,** apoiando as comunidades na identificação de produtos mais sustentáveis e com maior rentabilidade para exploração e acesso a fontes alternativas de energia doméstica
- **Reforçar os esforços de prevenção de incêndios e queimadas**

Investigar e, se possível, explorar novas formas de monetização dos recursos florestais e faunísticos

- **Capturar investimento internacional para produção de floresta plantada (celulose, madeira e derivados),** principalmente com foco em espécies de elevada rentabilidade e adequação às condições climáticas e de solo do país como o caso do eucalipto
- **Monetizar florestas naturais** através do desenvolvimento de projectos de redução, prevenção e captura de emissões de carbono através de instrumentos financeiros modernos (por exemplo, créditos de carbono)
- **Promover, incentivar, modernizar e aumentar a produção do mel,** seus derivados e sua biodiversidade
- **Monetizar a fauna existente e actualmente inexistente,** desenvolver projectos de preservação da fauna natural de Angola e, por sua vez, angariar investimento pela venda de produtos financeiros (por exemplo, *"conservation bonds"*)

2050

X. Uma Nação aberta ao mundo, segura e com igualdade de oportunidades

Uma nação verdadeiramente próspera é aquela que trata todos os seus cidadãos com dignidade e respeito, pelo que o nosso objectivo é maximizar as oportunidades disponíveis para todos os cidadãos, permitindo-lhes ter vidas gratificantes e produtivas, participar do crescimento económico do país e contribuir para o processo de construção da Nação. Iremos construir uma sociedade que proporcione igualdade de oportunidades a homens e mulheres e que promova a igualdade de género como um valor fundamental.

Neste sentido, e para fazer face aos desafios de redução da pobreza e da desigualdade, o nosso sistema de protecção social garantirá que cada indivíduo tenha oportunidades iguais de sucesso, independentemente do ponto de partida económico, promovendo, simultaneamente, igualdade de acesso a serviços públicos fundamentais e acesso equitativo ao sistema de Justiça, independentemente da condição socioeconómica. É parte integrante da nossa visão para 2050 que o sector da protecção social seja um multiplicador de capital humano e de valor, em vez de ser uma mera rede de assistência social.

Reconhecemos que os jovens e as mulheres são activos essenciais para o desenvolvimento nacional. Proporcionar-lhes os meios e as oportunidades que lhes permitam se afirmar e assumir o papel central que lhes é devido, é essencial para podermos verdadeiramente alcançar o progresso social e económico que ambicionamos. Apoiaremos, por isso, os nossos jovens, garantindo o acesso a serviços essenciais, tais como a saúde, a educação e a habitação, promovendo a sua integração no mercado de trabalho e incentivando-os a aprofundarem o seu empenho cívico e a prepararem-se para serem os nossos futuros líderes.

Do mesmo modo, apoiaremos as mulheres para terem a autonomia que lhes permita moldar as próprias trajectórias de vida e participar plenamente no crescimento e desenvolvimento social e económico do País, garantindo a sua escolarização, o acesso a serviços de saúde sexual e reprodutiva adequados e modernos; e promovendo a igualdade de género em todos os domínios da nossa vida nacional, incluindo no emprego e na representação política. Esforçar-nos-emos por criar uma sociedade segura, que previna e combata todas as formas de discriminação e violência de género.

Muitas das políticas da nossa visão para 2050 tratam de questões sectoriais as quais poderão não dar, necessariamente, atenção às repercussões em segmentos populacionais específicos, como os jovens e as mulheres. Consideramos, por isso, ser absolutamente essencial garantir uma abordagem estratégica holística, que integre as temáticas da juventude e da igualdade de género em todos os aspectos e políticas do planeamento nacional e em todos os sectores da governação, incluindo através de instâncias de monitorização e de coordenação política ao nível central e local. A concretização da nossa visão e dos nossos objectivos exige que não deixemos ninguém para trás.

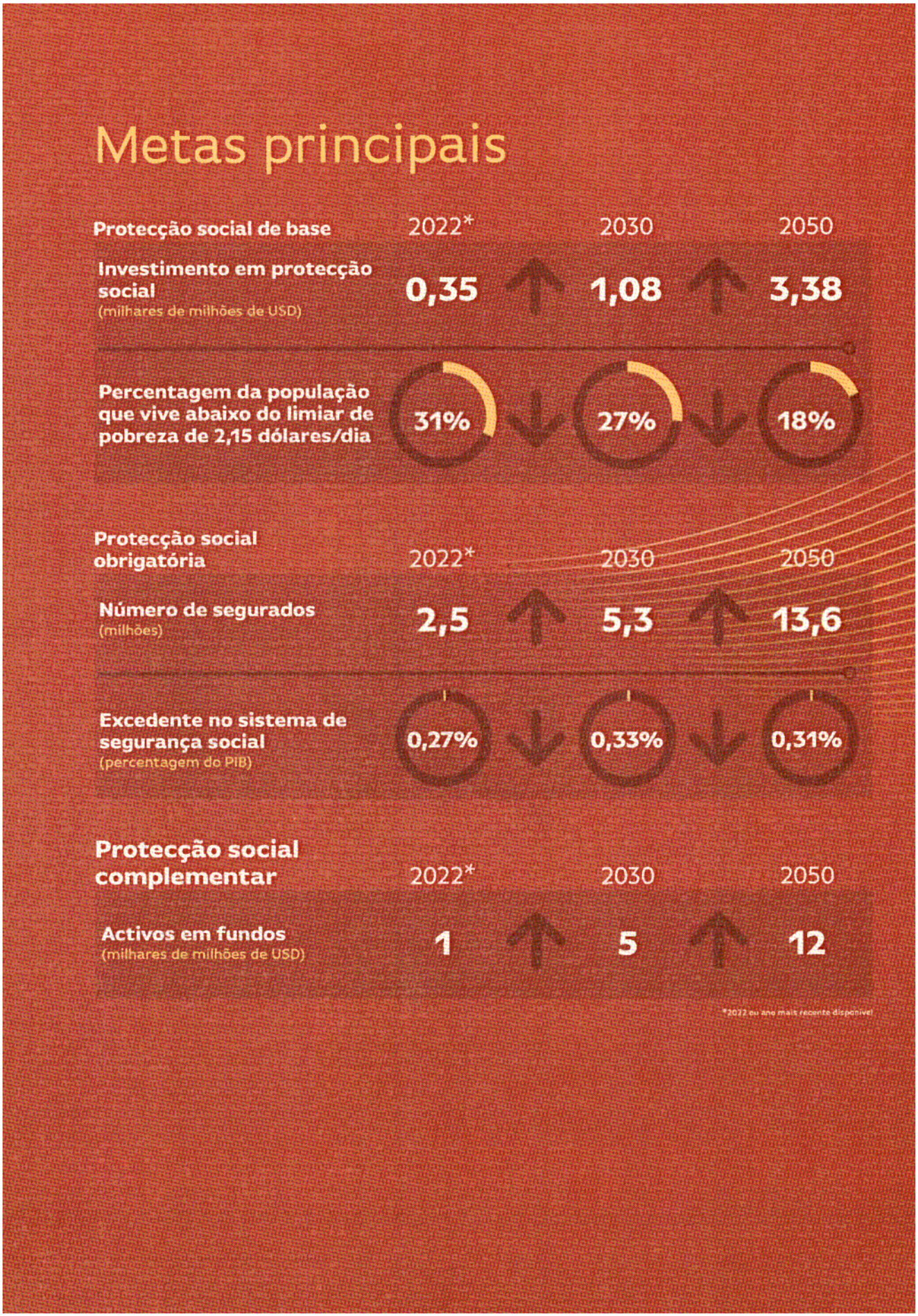
E não deixar ninguém para trás significa igualdade plena de oportunidades. Igualdade, também, de acesso a serviços públicos, independentemente da condição social, económica e do local de residência, e, simultaneamente, igualdade de acesso e tratamento perante o sistema de justiça, num contexto em que os angolanos têm direito à segurança face ameaças internas e externas, protegidos por forças de segurança e forças armadas modernas, dotadas de meios operacionais que permitam racionalizar a despesa neste domínio.



2050

10.1 Protecção social

Proteger os mais vulneráveis, assegurar a sua inclusão social, quebrar os ciclos de pobreza e contribuir para a realização do potencial humano de todos os cidadãos


Metas principais
Protecção social de base
2022*
2030
2050
Investimento em protecção social
(milhares de milhões de USD)
0,35
1,08
3,38
Percentagem da população que vive abaixo do limiar de pobreza de 2,15 dólares/dia
31%
27%
18%
Protecção social obrigatória
2022*
2030
2050
Número de segurados
(milhões)
2,5
5,3
13,6
Excedente no sistema de segurança social
(percentagem do PIB)
0,27%
0,33%
0,31%
Protecção social complementar
2022*
2030
2050
Activos em fundos
(milhares de milhões de USD)
1
5
12
*2022 ou ano mais recente disponível

A nossa visão

Em 2050, o sistema de protecção social será sustentável e um suporte credível aos cidadãos que dele necessitem, resgatará pessoas do ciclo da pobreza, contribuirá para a redução dos níveis de desigualdade e assegurará a inclusão social de todos os cidadãos residentes em Angola. Será um factor potenciador do capital humano, que irá permitir a cada cidadão contribuir de forma produtiva para a sociedade, e não apenas uma rede assistencialista que perpetue a dependência do apoio do Estado. A protecção social será um ponto central da nossa estratégia futura, com coordenação acrescida, reforço da dotação orçamental e programas estáveis e orientados a resultados. Estas mudanças contribuirão para a igualdade de oportunidades a todos, independentemente da condição económica de partida.

Vamos renovar a protecção social a três níveis, todos eles importantes, mas com diferentes níveis de prioridade:

1. A **protecção social de base**, ou assistência social, será a primeira prioridade. Actualmente, os programas de assistência social funcionam essencialmente como programas-piloto, altamente dispersos, com durações curtas ou imprevisíveis e resultados com escala, em geral, limitada. Iremos, assim, priorizar a protecção social de base para assegurar apoio constante e confiável às famílias e cidadãos mais vulneráveis em todo o País. Mais do que duplicaremos os gastos com a protecção social de base, passando de 0,49% do PIB em 2021 para cerca de 1,20% do PIB em 2050. Estes gastos ascenderão a USD 3,4 mil milhões até 2050. Asseguraremos, também, que este montante será aplicado de forma eficiente, melhorando a coordenação, a escala e sobretudo os resultados.

2. A **protecção social obrigatória**, ou segurança social, apresenta hoje um saldo equilibrado, beneficiando da situação demográfica favorável do País. Asseguraremos que permaneça sustentável à medida que a população envelhece e as taxas de dependência aumentam, designadamente, promovendo o aumento da base contributiva que decorrerá de mais emprego formal. Hoje, a base de contribuintes activos da segurança social, em percentagem da população empregada, 20% em linha com a média da África subsariana, mas relativamente reduzida em comparação com outros países em vias de desenvolvimento. A nossa taxa contributiva para a segurança social, medida em percentagem dos salários, é inferior à de outros países subsaarianos e da SADC. A revisão do âmbito das coberturas ou o aumento das contribuições são alternativas para manter a sustentabilidade financeira da protecção social obrigatória.

3. A **protecção social complementar** é actualmente incipiente. Vamos estimulá-la tanto do lado da oferta, como do lado da procura, com o objectivo de disponibilizar aos cidadãos um maior controlo do seu futuro, apoiando e incentivando a criação de fundos de pensões privados e uma cultura de aforro para a reforma.

Embora Angola esteja entre os dez países mais ricos de África, é também um dos mais desiguais. Em 2020, 31% dos angolanos vivem abaixo do limiar de pobreza – definido aqui como vivendo com menos de 2,15 dólares por dia, a preços de 2017. Ambicionamos reduzir esta taxa para 18% em 2050, o que irá evitar que outros 9 milhões de cidadãos angolanos estejam numa situação de pobreza extrema. Um sector de protecção social eficaz será um elemento importante no cumprimento dos objectivos de reduzir a desigualdade e pobreza, permitindo simultaneamente que os cidadãos se tornem mais produtivos.

As escolhas com que nos deparamos

Existem duas principais escolhas, desde logo o nível de financiamento adequado e a forma de o sustentar e, complementarmente, o modelo de assistência social a seguir.

A assistência social tem vindo a ser subfinanciada (em comparação com outros países da região e do mundo) e aplicada em programas de alcance restrito e impacto limitado. Esta realidade tem contribuído para a dificuldade de uma grande parte da população em romper os ciclos de pobreza (Quadro 62).

As experiências recolhidas em programas anteriores demonstram que a assistência esporádica tende a não ser eficaz na quebra do ciclo de pobreza, uma vez que a incerteza e inconstância não fomenta as famílias a direccionarem os recursos recebidos para a educação, a saúde ou melhoria da sua produtividade económica.

Os desafios na oferta de programas de apoio social actuais, incluem investimento reduzido e desproporcional. O montante destinado à protecção social não contributiva, que apoia as famílias mais vulneráveis e carenciadas, é inferior a 10% do total dos fundos de protecção social. De facto, historicamente, muito desse financiamento foi canalizado para subsídios a preços e para apoio e reintegração dos veteranos de guerra. Globalmente, alocaremos mais financiamento para a protecção social e evoluiremos na distribuição do mesmo para ajudar um maior número de cidadãos carenciados.

Quadro 62

Os "ciclos de pobreza" que limitam fortemente o potencial humano e económico da população





Para além do aumento do financiamento, vamos assegurar maior clareza orçamental e programática, com vista a reduzir o número de pequenos programas que se verificaram historicamente. Assim será possível melhorar a aplicação de fundos, reforçar a verificação do âmbito e do sucesso da implementação dos programas e eliminar duplicações de esforços.

Esta mudança de paradigma, passa sim por abandonar uma abordagem de curto prazo, centrada na resposta a necessidades básicas imediatas feita de forma esporádica, substituindo-a por uma abordagem em que as famílias serão assistidas de uma forma sustentada, previsível e a longo prazo, criando condições e incentivos para o planeamento do seu futuro. Espera-se como resultado desta mudança que em vez de servir apenas como um mecanismo de apoio imediato aos mais vulneráveis, se torne um meio para maximizar o valor de cada indivíduo ao longo da sua vida.

Com os olhos postos no futuro, a cobertura adicional da segurança social tem de ser cuidadosamente considerada de forma factual, para assegurar que os compromissos assumidos são plenamente sustentáveis financeiramente, sem risco de incumprimento futuro.

Finalmente, a protecção social complementar pode desempenhar um papel substancial se tiver um aumento significativo, concretamente se os activos privados de pensões aumentarem para assumir uma proporção do PIB comparável à de outros países da região. Os cidadãos com capacidade de poupança beneficiariam de uma fonte adicional de rendimento e de segurança nesse aforro, contudo, tal exigirá um quadro regulatório forte que garanta a segurança e transparência destes investimentos e também um aumento na qualidade e na diversidade da oferta destes produtos de poupança.

As nossas soluções

Identificámos doze conjuntos de soluções para o sector da protecção social, que servem quatro objectivos estratégicos. Estes quatro objectivos são: 1) reforçar os mecanismos de protecção social, aumentar a coordenação das entidades participantes e integrar a gestão de informação; 2) melhorar a assistência social aos cidadãos mais vulneráveis, nomeadamente com a potenciação dos programas de Transferências Sociais Monetárias; 3) aumentar a base contributiva para a protecção social obrigatória, reforçar a administração do Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) e garantir a sustentabilidade do sistema a longo prazo; e 4) promover a protecção social complementar, apoiando a educação financeira, fomentando a oferta de fundos privados e incentivando a confiança dos aforradores nestes produtos.



Reforçar os mecanismos de protecção social

O sistema de protecção social será melhorado, adoptando dados, técnicas e sistemas de informação integrados que permitam o acompanhamento dos resultados a um nível granular, e através do reforço da coordenação das entidades envolvidas, para reduzir duplicações e reforçar sinergias.

Integrar sistemas de informação e reforçar capacidades analíticas

Desenvolveremos sistemas de informação integrados com ferramentas analíticas que incluam a criação de um Registo Social Único agregador de todos os dados da protecção social por indivíduo, melhorando assim a monitorização e acompanhamento dos resultados de melhoria do capital humano.

O Registo Social Único será um repositório de informações socioeconómicas sobre indivíduos e famílias - independentemente do tipo de protecção social de que beneficiem - desde o combate à pobreza até ao estatuto de segurado ou pensionista, e será acessível a todas as entidades de protecção social. Este Registo resultará da integração do Sistema de Informação e Gestão da Acção Social de Angola (SIGAS) e o Portal do Contribuinte do INSS, permitindo um registo digitalizado único da informação integrada como identidade, morada, informação sobre o agregado familiar, nível de rendimento, contactos, programas em que estão inscritos, contribuições e indicadores de saúde e educação.

Os benefícios deste tipo de registo incluem a informação permanentemente actualizada e fácil de extrair por todas as entidades de protecção social, uma vez que o sistema é único e partilhado. Acresce, que permitirá um planeamento e fiscalização mais adequados dos programas de protecção social bem como um acompanhamento mais eficaz, identificando-se quem recebe benefícios e eliminando duplicações, assim como uma melhor atribuição dos benefícios, em função de reais necessidades e/ou adesão aos comportamentos desejados. O registo também reduzirá o custo de actualização da informação, ao eliminar redundâncias e integrações entre sistemas informáticos.

A longo prazo, este sistema será fundamental para tornar a protecção social um instrumento de apoio ao Estado na maximização de oportunidades de vida para todos os cidadãos, passando por uma série de intervenções integradas baseadas numa política única partilhada pelas várias entidades, públicas e privadas, envolvidas na protecção social. Esta política basear-se-á em modelos de vida adaptados a segmentos da população e adequados às circunstâncias e contexto desses grupos. Por exemplo, compreenderemos melhor o impacto da negligência na infância, a relevância da educação e da formação e as melhores formas de apoio aos estudantes. Inclusive, descobriremos mais sobre o impacto dos choques económicos, o momento em que os cidadãos precisam de apoio social, a trajectória de emprego após uma crise de saúde, e a capacidade dos cidadãos para prepararem os recursos de que precisarão na velhice.

Aumentar a coordenação entre entidades envolvidas na protecção social

A curto prazo vamos aumentar a coordenação entre as diferentes entidades envolvidas na protecção social, e clarificar as funções, responsabilidades e o modelo de governação das mesmas, de forma a melhorar e a simplificar as relações entre estes intervenientes, e aproveitar as sinergias entre os programas e recursos. Vamos também criar um Cadastro Social Único e evitar a duplicação de esforços.

A médio prazo, consolidaremos as diversas entidades de protecção social numa única entidade para coordenarmos todos os programas e actividades e mantermos a governação simples e pragmática. Simplificaremos a protecção social, reduziremos barreiras e ineficiências, e vamos criar um único ponto de contacto para beneficiários, ONGs e outros intervenientes.

A longo prazo, prevê-se a descentralização e realocação para os governos locais de algumas, ou da maior parte, das competências da protecção social, mantendo-se a unidade central de informação e definição de estratégias de alto nível.

Imediatamente, ao nível da protecção social de base, a curto prazo, exploraremos uma estreita integração entre o Ministério de tutela das pastas da acção social, família e promoção da mulher, o Ministério de tutela da administraçao pública e segurança social, a entidade administradora do Projecto de Desenvolvimento Local e as administrações locais. O objectivo será uma melhor articulação entre os programas de assistência social com a oferta de formação profissional e os programas de desenvolvimento local existentes.



Presidente da República

Melhorar a assistência social

Vamos reforçar a assistência social aos cidadãos mais vulneráveis, através da potenciação dos programas de Transferências Sociais Monetárias, com o objectivo de quebrar o ciclo da pobreza.

Aumentar o âmbito das Transferências Sociais Monetárias

A atribuição de subsídios em dinheiro tem-se afirmado a nível mundial pela sua efectividade, o que levou à adopção em Angola das Transferências Sociais Monetárias, com o Programa Kwenda. No futuro esta abordagem continuará a ser privilegiada em detrimento dos benefícios em espécie, exigindo uma mudança de paradigma ao longo do processo de transição para maximizar o sucesso deste novo formato de benefícios.

Continuaremos a atribuir Transferências Sociais Monetárias em modelo incondicional (TSMI), especialmente nas zonas mais carenciadas, avançando posteriormente as Transferências Sociais Monetárias Condicionais (TSMC), à medida que os sistemas e a infra-estrutura necessários sejam disponibilizados.

No futuro imediato, as TSMI vão garantir um rendimento fixo às famílias de baixo rendimento, sem imposição de condições como contrapartida do recebimento, sendo, portanto, incondicionais. Os beneficiários mais pobres são actores económicos racionais, com constrangimentos financeiros, e estas transferências resultarão no aumento de comportamentos desejáveis (p. ex., melhor alimentação, cuidados de higiene), mesmo sem a imposição de condições. A complexidade e o custo de implementação de transferências incondicionais são inferiores ao das condicionais.

A evolução a prazo para TSMC garantirá um rendimento fixo às famílias de baixo rendimento que, em contrapartida, se comprometem a cumprir determinados objectivos, p. ex., na educação ou na saúde. As condições podem abranger a matrícula escolar, assiduidade nas aulas, exames médicos e vacinas. As contrapartidas apoiarão as famílias mais pobres, que não têm acesso a informação sobre os benefícios de longo prazo da educação e cuidados de saúde preventivos, e que, consequentemente, optam por não recorrer a eles. A sua implementação só será possível quando for criada a infra-estrutura de prestação de serviços de educação ou saúde necessária para corresponder ao aumento da procura propiciada pela atribuição dos subsídios e pela criação de organismos responsáveis pela coordenação das inscrições, verificação do cumprimento de requisitos, pagamento dos benefícios e avaliação do impacto.

Reorientar a assistência social para quebrar os ciclos da pobreza

Vamos transformar a assistência social num multiplicador dinâmico do capital humano. Deixará de ser assistencialista, esporádica e de curto prazo, chegando apenas a algumas famílias em algumas regiões do País. Vamos garantir que a assistência social efectivamente quebre os ciclos da pobreza e potencie o desenvolvimento do capital humano de uma forma abrangente, sustentável, previsível e a longo prazo.

Vamos definir os serviços públicos básicos que o Estado deve prestar e serão estabelecidos indicadores objectivos e metas a serem alcançadas em períodos delimitados. Alargaremos a cobertura territorial das medidas, garantindo que todas as comunidades, incluindo as rurais e mais remotas, dela beneficiem. A estrutura local será activamente envolvida no levantamento das necessidades a nível comunitário e pela monitorização dos serviços efectivamente prestados (p. ex., o número de consultas pré-natais por semana ou o de redes mosquiteiras entregues a uma comunidade). O desempenho será verificado face aos objectivos propostos e a monitorização será de implementação rápida e com custos controlados, através do recurso à tecnologia.

O reforço da assistência social e a definição de novas políticas requer novas formas de trabalho. Basearemos a definição de novas políticas e novos programas num processo reiterado assente em cinco componentes:

- Identificar prioridades para cada entidade de protecção social, estabelecendo uma governação clara entre as entidades envolvidas;
- Criar uma agenda e gerir um portefólio de iniciativas, garantindo um entendimento sobre as prioridades, os projectos existentes e potenciais duplicações ou projectos redundantes;
- Conceber e formular políticas segmentando criteriosamente os beneficiários elegíveis e definindo benefícios, com base em avaliações de impacto de programas semelhantes a nível nacional e internacional;
- Avaliar o impacto das políticas, através de inquéritos quantitativos e qualitativos, incentivando a orientação aos resultados e criando modelos técnicos independentes para medir essas metas;
- Reajustar políticas, em função dos resultados da avaliação e das mudanças no ambiente social, político e económico, aumentando a escala das práticas-piloto bem-sucedidas e eliminando as que não produzam resultados.

Aumentar o financiamento

Vamos aumentar o financiamento da assistência social de 0,49% do PIB em 2016 para cerca de 1,20% do PIB em 2050, reatribuindo benefícios e procurando complementar o financiamento público com o apoio de parceiros de desenvolvimento e doadores privados, sempre que isso for adequado. Com este objectivo, vamos melhorar a comunicação com as instituições parceiras através da criação de publicações e eventos internacionais para apresentar os nossos projectos, e respectivos resultados, bem como projectos e metas futuras. Entraremos proactivamente em contacto com as instituições locais, para compreender os principais projectos, desafios e objectivos das mesmas.

A nossa abordagem incluirá o envolvimento de todas as partes interessadas relevantes e proporcionará financiamento baseado nos resultados, garantindo assim programas realistas e eficazes. Os nossos planos terão uma afectação adequada de recursos e estarão vinculados a resultados esperados, objectivos e mensuráveis.

Ao criar alinhamento e uma relação de parceria com os doadores, demonstraremos rigor e capacidade de execução. Vamos dar a devida importância aos esforços de apoio humanitário e mostrar responsabilidade para impulsionar o sucesso dos mesmos.

Além disso, vamos garantir a transparência na monitorização e na elaboração de relatórios, elaborando políticas com objectivos tangíveis e observáveis. Tal permitirá a monitorização sistemática dos progressos alcançados.



Vamos assegurar que as instituições locais e ONGs tenham uma voz no diálogo equiparado às internacionais, uma vez que têm um compromisso adicional com Angola que torna a sua actuação mais sustentável e previsível.

Assegurar a inclusão social das comunidades minoritárias

Vamos assegurar a inclusão social das comunidades minoritárias do País, de forma que os ganhos de progresso socioeconómico que vamos atingir nas próximas décadas sejam partilhados por todos os cidadãos. Serviços de assistência social focalizados em comunidades minoritárias serão implementados, para que estas comunidades tenham o suporte necessário para uma vida digna e para a sua inclusão produtiva na sociedade.

Para a inclusão social de pessoas com deficiência, vamos reforçar a acessibilidade dos espaços públicos e equipamentos sociais, assim como distribuir meios de locomoção para aqueles com mobilidade reduzida, promover a oferta de serviços de educação especializados, advogar o cumprimento das quotas de contratação para a sua inserção no mercado de trabalho e providenciar recursos para geração de renda. Para a comunidade de pessoas com albinismo, por exemplo, vamos apoiar o seu acesso a serviços de saúde, especialmente serviços dermatológicos, e combater práticas discriminatórias.

As comunidades étnicas minoritárias no País, como por exemplo as comunidades San, Mucubal e Muila, serão protegidas, de forma a manterem o seu modo ancestral de vida, sem descurar o acesso a serviços básicos, como imunização, saúde reprodutiva ou educação. Vamos reforçar o registo civil destas comunidades para permitir a sua participação plena na sociedade, á qual têm direito como cidadãos angolanos.

O nosso compromisso com os direitos humanos guiará a elaboração de políticas de inclusão social com o objectivo de garantir que qualquer cidadão em Angola, independentemente das condições de nascença, limitações físicas ou mentais, etnia, religião e e orientação sexual, tenha acesso aos serviços essenciais para uma vida digna e não sofra qualquer tipo de discriminação.



Crescer a protecção social

Como referido, são objectivos aumentar a base contributiva para a protecção social obrigatória, reforçar a capacidade administrativa do INSS e assegurar a sustentabilidade a longo prazo de todos os compromissos assumidos com os segurados.

As soluções identificadas aumentarão a participação contributiva formal, assegurarão que os pagamentos de pensões sejam sustentáveis a longo prazo, reduzirão a fraude e garantirão que o INSS tenha capacidade administrativa para chegar a mais pessoas com facilidade através de múltiplos canais.

Aumentar a base contributiva

Alargaremos a base contributiva para a protecção social obrigatória, implementando medidas que potenciem o aumento do número de segurados – de 2,5 milhões de angolanos em 2022 para 13,6 milhões em 2050.

Realizaremos intervenções de sensibilização para a importância da adesão aos regimes de protecção social e criaremos uma cultura que promova a formalização e cumprimento por empregadores e trabalhadores individuais. A Protecção Social e a Educação Financeira farão parte dos currículos do instituto nacional responsável pelo emprego e formação profissional.

É essencial remover as barreiras à formalização. Vamos facilitar e digitalizar a adesão, criando canais para apoiar a disponibilidade e adesão remota, estabelecendo canais protegidos para os empregados pedirem apoio no caso de o empregador não proceder ao seu registo.

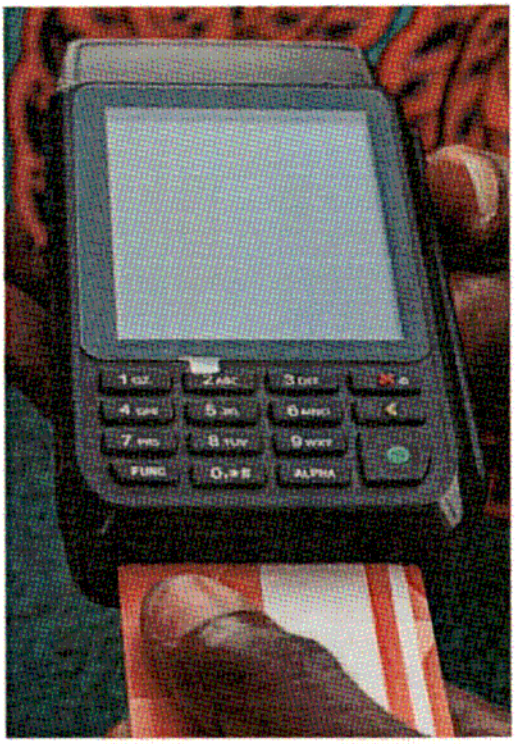
Criaremos condições para permitir que todas as empresas estejam inscritas e com contribuições em dia, e proporcionaremos benefícios aos cidadãos como contrapartida da formalização da sua situação laboral. Empresas e empresários receberão incentivos à formalização, e os desempregados serão valorizados, através de formação em áreas de maior procura, caso se inscrevam na segurança social e comuniquem o estado da procura de emprego.

Além disso, continuaremos a flexibilizar o quadro de contribuições para facilitar a formalização dos trabalhadores sazonais. Os regimes aplicáveis às micro-empresas serão objecto de revisão, e aumentaremos os pontos de contacto para pessoas que trabalham por conta própria.

Criaremos mecanismos de controlo para reforçar as equipas de inspectores fiscais e de inspecção do trabalho. Por conseguinte, serão aplicadas penalizações exemplares a pessoas ou entidades que reiteradamente evadam o sistema.

Para aumentar a empregabilidade e incentivar a formalização, procederemos, no curto prazo, ao ajustamento das formações apoiadas e patrocinadas pelo INEFOP, tendo em conta a procura do mercado, as oportunidades de emprego e a demografia das novas profissões, assegurando também o reforço das vagas nas formações com maior procura no mercado de trabalho. Este processo será articulado com o Plano Nacional de Formação de Quadros e com

a integração da formação profissional no sistema nacional de qualificações. Também os processos de inscrição dos formandos serão revistos para assegurar que são canalizados para a formação adequada, bem como os processos de colocação de formandos para verificação da sua rapidez e eficácia.



A médio-longo prazo, expandiremos o ensino para atingir mais jovens desempregados de forma eficiente, fora da sala de aula, com custos reduzidos.

Reforçaremos a articulação do INEFOP com o Centro de Empreendedorismo e Serviços de Emprego (CLESE) e com os empregadores. O objectivo será promover mudanças rápidas na oferta de formações, de acordo com as necessidades reais e existentes, e uma rápida identificação dos cidadãos que não dispõem de competências e requerem requalificação. Iremos aumentar o número de centros CLESE e a capacidade dos mesmos de acompanhar desempregados ou empresários, garantindo que todos se inscrevam na segurança social.

Reforçar o cumprimento de obrigações

O fortalecimento do INSS, passará pela promoção do cumprimento de obrigações legais e redução da fraude de diversas formas. Desde logo, melhorando a comunicação com contribuintes e segurados e educando novos empregadores e empregados. Por outro lado, através da simplificação dos canais de suporte aos pagamentos, assegurando que as plataformas de interacção com os intervenientes-chave sejam simples e intuitivas e facilitando o acesso através de meios digitais, como smartphones, incluindo ferramentas de auto-ajuda online.

A coordenação com a Administração Geral Tributária será reforçada, utilizando a base de dados dos contribuintes para detectar más condutas, como o não pagamento à segurança social por parte das empresas. Além disso, aumentaremos os esforços de fiscalização conjunta, realizando inspecções aos locais de trabalho, sem aviso prévio, e monitorizando o número de trabalhadores.

Recorreremos a estratégias de cumprimento voluntário e a técnicas comportamentais de estímulo a acções desejáveis e alteração de mentalidades, à medida que incentivamos segurados e contribuintes a interagir de forma adequada com a segurança social e os serviços de emprego.

Assegurar a sustentabilidade a longo prazo

Desenvolveremos uma visão de longo prazo para um sector de protecção social sustentável, incluindo uma visão quantitativa do impacto financeiro das opções estruturais, nomeadamente de três factores: evolução demográfica e ritmo de formalização, coberturas a oferecer aos segurados e taxas contributivas a aplicar.

Em termos de opções estruturais será ponderada a escolha entre o modelo de benefícios definidos, actualmente em vigor, e um eventual modelo alternativo de contribuições definidas. Os benefícios definidos reduzem complexidade e risco para os segurados enquanto as contribuições definidas dotam o sistema de maior robustez financeira e maior transparência.

Reforço da proximidade e do acesso

Os canais remotos, como portais online, centros de atendimento telefónico e redes sociais, ajudar-nos-ão a aceder a empregados mais jovens. Esses canais foram desenvolvidos no INSS e desenvolveremos plataformas semelhantes para outras entidades de protecção social.

Os pontos físicos de contacto manter-se-ão com base na expansão dos serviços sociais já experimentada em alguns municípios, com disponibilização no CLESE e em agências locais de instituições financeiras, e promoveremos também a implantação de bancos comunitários e caixas comunitários que aumentem a rede de acesso a estes serviços. Priorizaremos o diagnóstico de problemas na execução dos pontos físicos de apoio e desenvolveremos propostas de soluções. Entretanto, identificaremos e aceleraremos a activação de serviços nos pontos físicos de contacto existentes actualmente.

Fomentar a protecção social complementar

Finalmente, actuaremos em duas soluções para promover a protecção social complementar, educando os cidadãos sobre as vantagens da poupança e regulamentando o mercado de fundos privados para garantir que as respectivas operações inspirem confiança nos aforradores.

Apoiar a educação financeira

Apoiaremos a educação financeira, nomeadamente, através da sensibilização para a importância da poupança e do incentivo ao investimento na protecção social complementar. Promoveremos uma cultura de poupança avaliando incentivos fiscais para os aforradores; aumentando a sensibilização e educação financeira a vários níveis; criando e disseminando mais produtos de poupança, incluindo produtos que permitem pequenas entregas de capital; melhorando a eficiência na alocação de recursos, por exemplo, monitorizando os custos cobrados pelos fundos de pensões para garantir que se trata de um investimento que proporciona uma vantagem estável; e publicitando que os fundos de pensões são seguros, estando a sua actividade sob controlo e supervisão do Governo.

Desenvolver pensões complementares no mercado privado

O nosso papel é fundamental na regulamentação dos fundos do sector privado. Asseguraremos que a protecção social complementar seja segura e transparente. A regulamentação, o reporte, a transparência e a gestão de mercado convergirão com as melhores práticas.

No âmbito da regulamentação, as melhores práticas envolvem a existência de reguladores independentes com capacidades sólidas, um código de conduta vinculativo e executório e uma definição clara do dever de agir no melhor interesse dos seus membros. Produtos e recursos, como seguros, têm opções de inclusão em detrimento de opções de exclusão, e será exigida a demonstração da competência dos membros dos conselhos de administração dos fundos.

Relativamente ao reporte e à transparência, as melhores práticas recomendam uma estrutura de reporte rigorosa, consubstanciada em dados escrutinados pela entidade reguladora e divulgados ao público. Os dados e resultados relativos ao desempenho dos fundos financiados pelo Governo devem ser recolhidos e divulgados ao público em intervalos regulares.

Estas melhores práticas passarão por regulamentação e transparência, mas também pela disseminação de informação clara, comparável e publicamente disponível sobre as principais características e resultados dos fundos, verificada pelo regulador. Assumiremos um papel activo no aumento da literacia financeira dos cidadãos sobre a importância da poupança-reforma e sobre as opções disponíveis, e o organismo de protecção dos fundos financiados pelo Governo deve ser independente.

As nossas prioridades imediatas para 2027



Acelerar os esforços de coordenação entre os diferentes actores da Protecção Social existentes através da criação de um modelo de governação e coordenação claro e através do desenvolvimento de um sistema para a optimização dos esforços no combate à pobreza e municipalização da acção social.



Lançar o plano para a criação de um Cadastro Social verdadeiramente único e para inserção de forma massiva dos dados da população de forma a obter uma visão holística, actualizada e centralizada das necessidades e obrigações da população, optimizando custos e alcance.



Acelerar o programa de transferências monetárias para mitigar o impacto das reformas de subsídios nas famílias mais pobres, através da criação de mecanismos para desembolso dos apoios (p. ex., criação de parcerias com bancos e criação de postos móveis para entrega de benefícios, utilizando novas tecnologias como o Mobile Money para cobertura das áreas rurais), da identificação e priorização das famílias a apoiar e da criação de meios de acompanhamento e controlo das famílias apoiadas para entendimento do impacto do apoio.

As nossas prioridades imediatas para 2027

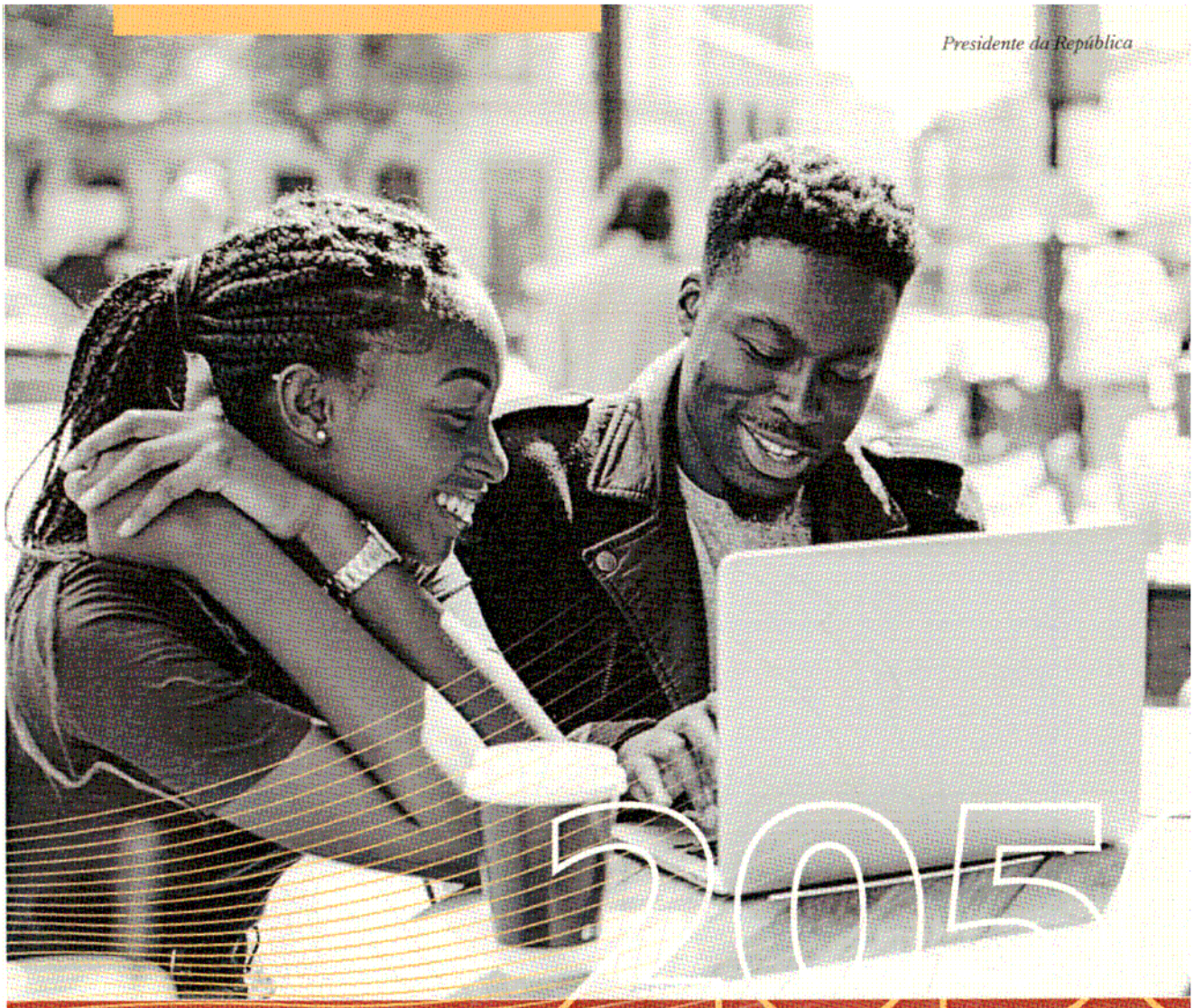


Promover acções que visam a multiplicação dos benefícios das transferências sociais monetárias, para autossustentabilidade das famílias através de projectos de inclusão produtiva.



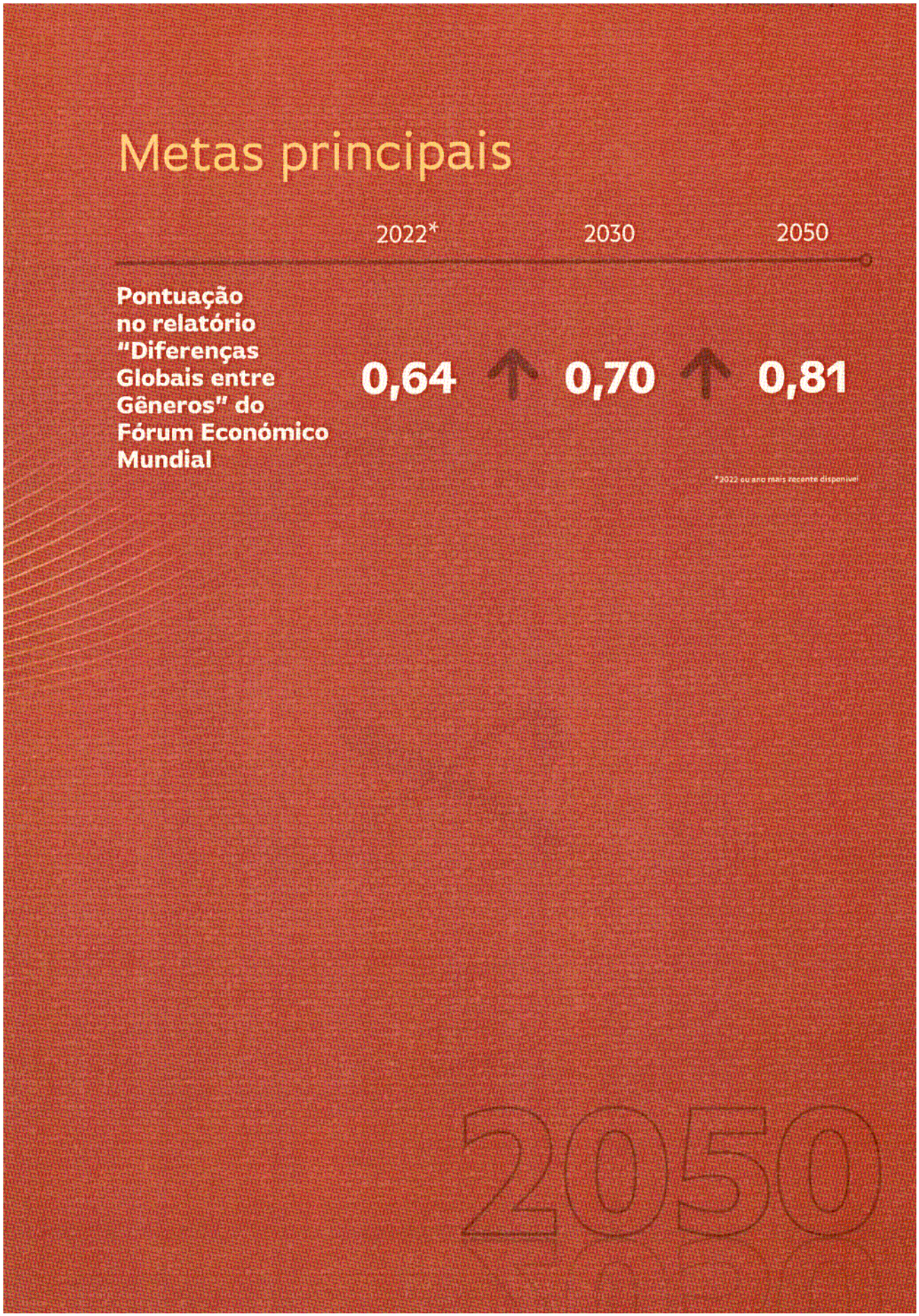
Lançar o programa de combate à informalidade na Segurança Social, através do aumento da oferta de educação financeira (p. ex., acções de consciencialização, da simplificação da adesão com recurso a meios digitais (p. ex., canais remotos de apoio à adesão), da criação de benefícios para a população que se formalize (p. ex., disponibilizar formações profissionais focadas nas necessidades do mercado de trabalho para todos os desempregados que se inscrevam na Segurança Social), e do aumento da capacidade de fiscalização (p. ex., criação de parcerias entre inspecção tributária e do trabalho).

2050



10.2 Igualdade de género

Sociedade Angolana mais paritária, possibilitando a participação de todos os cidadãos no desenvolvimento económico e social do País, garantindo igualdade de oportunidades e promovendo a igualdade de género como um objectivo fundamental


Metas principais
2022*
2030
2050
Pontuação no relatório "Diferenças Globais entre Gêneros" do Fórum Económico Mundial
0,64
0,70
0,81
*2022 ou ano mais recente disponível
2050

A nossa visão

A igualdade de género é determinante para concretizarmos o nível de desenvolvimento social e económico que aspiramos para Angola em 2050. Para além de constituir uma dimensão de direitos humanos fundamentais, a igualdade de género representa um enorme potencial para o crescimento e o desenvolvimento socioeconómico do País. Em 2050, as mulheres angolanas terão autonomia para definirem os seus trajectos de vida. A nossa visão consiste numa verdadeira transformação da sociedade, onde as mulheres e homens têm igualdade de oportunidades no acesso à educação, aos cuidados de saúde, ao trabalho formal e remunerado, ao progresso na carreira, à participação política e a cargos de liderança.

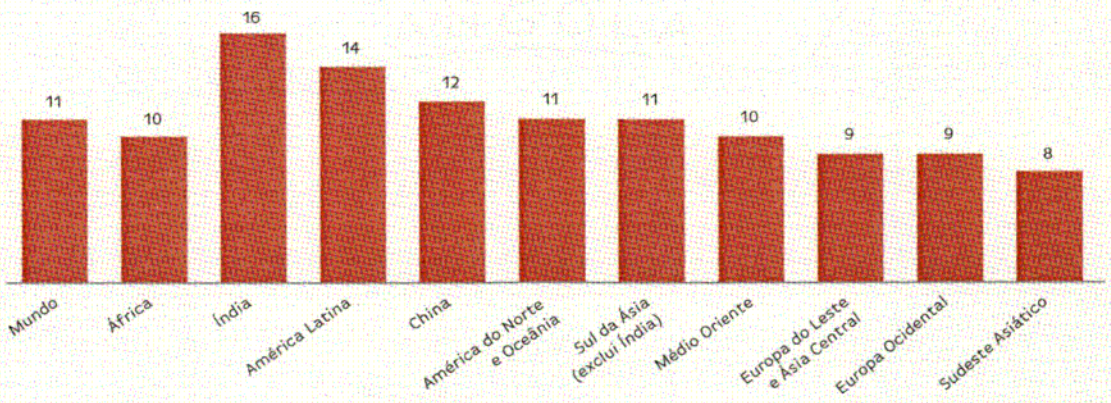
Até 2050, Angola será mais igualitária e teremos melhorado significativamente a nossa pontuação no Índice Global de Desigualdade de Género do Fórum Económico Mundial, atingindo uma pontuação de 0,81. As mulheres angolanas são um activo fundamental para o desenvolvimento do nosso País e serão apoiadas através do acesso a serviços essenciais.

Iremos, portanto, evoluir para um modelo de sociedade que valoriza e apoia as escolhas das jovens e mulheres, que garante a sua participação plena no processo de desenvolvimento social e económico de Angola, e que beneficia do nosso progresso nas classificações globais de igualdade de género. A igualdade de género na sociedade e no trabalho potenciará fortemente a riqueza global do País. Estima-se que, em 2025, a melhoria da igualdade de género em Angola para um nível equiparável aos melhores da região possa representar um incremento potencial de 8,1 mil milhões de dólares no Produto Interno Bruto (PIB) (Quadro 63).

Quadro 63

No melhor cenário, a melhoria da igualdade de género em Angola poderá representar potencialmente um incremento do PIB em ~8,1 mil milhões em 2025, o que equivale a 10% da riqueza produzida no país

Acréscimo sobre o PIB em-*"business as usual"*, %



Vamos, por isso, garantir um sólido compromisso político nos diversos sectores da governação pública para articular e concretizar esta visão de um País onde ser mulher é sinónimo de bem-estar, segurança, autonomia, liberdade e empoderamento. A igualdade de género requer o compromisso da sociedade e das suas instituições, principalmente na realidade pós-COVID, período no qual o processo de igualdade de género experienciou um elevado retrocesso, pelo que superaremos barreiras sociais, culturais e económicas que ofereçam resistência à concretização deste objectivo, e envolveremos organizações públicas, privadas e da sociedade civil, de âmbito nacional e local.

Perante a transversalidade desta dimensão, é fundamental uma estratégia global que integre a perspectiva de género em todas as áreas da sociedade. As soluções que propomos estabelecem as bases para a implementação dessa estratégia, mas concentraremos o foco político e estratégico em três áreas de acção que promoverão mudanças estruturais e sustentadas: a escolarização das raparigas e das mulheres; o acesso ao planeamento familiar e a aprovação e aplicação de um quadro legal que salvaguarde a segurança e a protecção das raparigas e das mulheres e que facilite a transformação. As medidas nestas áreas acelerarão as mudanças sociais, económicas e culturais necessárias para a concretização da nossa visão e alinharão Angola com as melhores práticas internacionais.

Até 2050, a melhoria dos indicadores de progresso para todos os sectores – social, político e económico – terão contribuído significativamente para a igualdade de género e para o empoderamento de mulheres e homens.

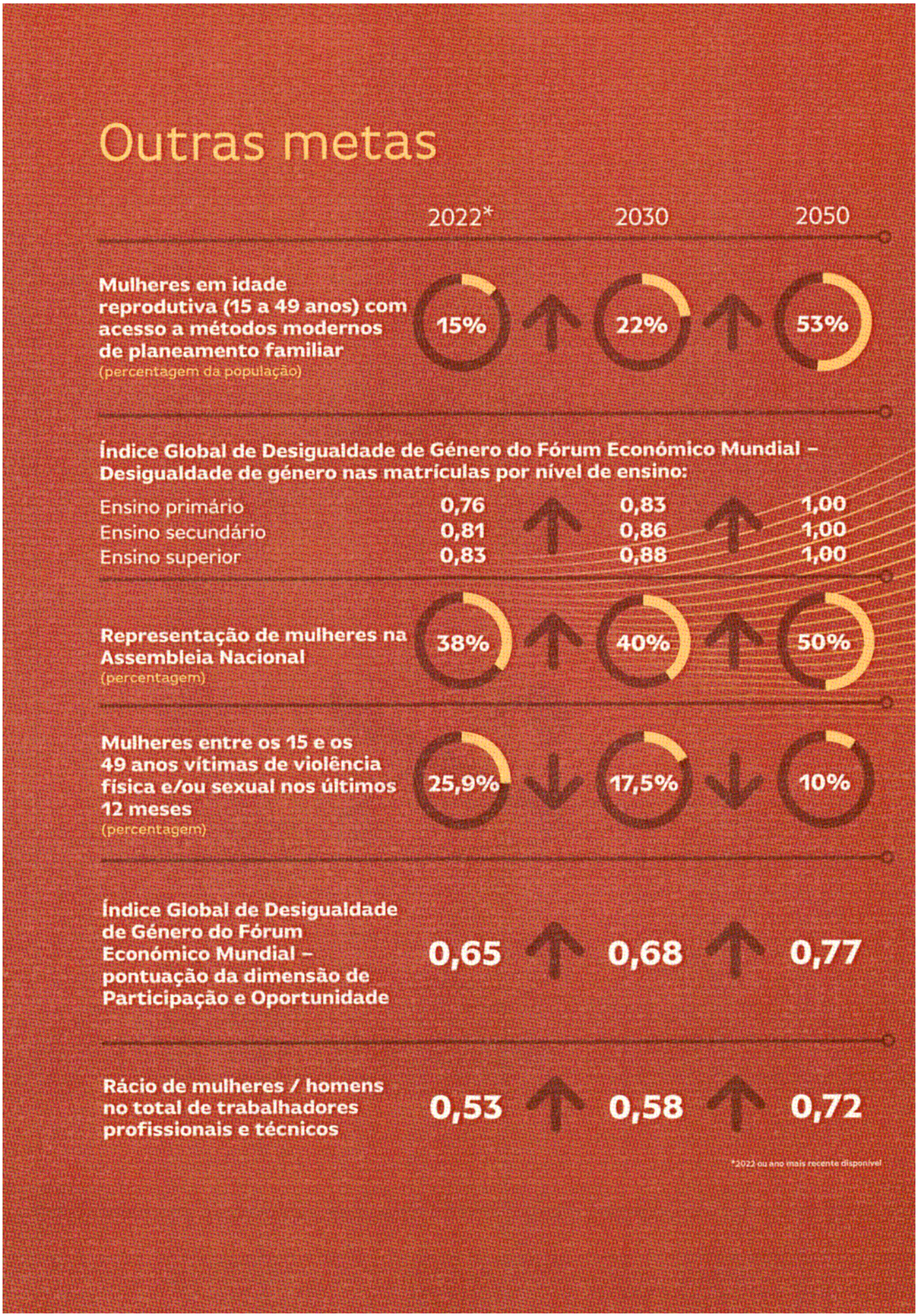
Na educação, com as medidas que propomos realizar, alcançaremos em 2050 a paridade de género no acesso à escolaridade em todos os níveis de ensino e teremos criado as condições necessárias para eliminar o absentismo feminino e ajudar as jovens a complementar a escolaridade. A paridade de género na educação abre acesso a oportunidades de trabalho e a carreiras profissionais compatíveis com as nossas ambições de emancipação, diversificação económica e capacidade produtiva da população.

Na saúde, aumentaremos de forma significativa o acesso a meios contraceptivos. Até 2050, garantiremos que mais de 50% das raparigas e mulheres em idade reprodutiva tenham acesso a serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo a métodos modernos de planeamento familiar, para ajudar a combater as elevadas taxas de fertilidade, de gravidez adolescente, gravidezes não planeadas e complicações neonatais. Planeamos implementar campanhas de sensibilização e programas abrangentes de educação sexual, em parceria com escolas, governos locais e organizações da sociedade civil, de modo a garantir a sensibilização entre mulheres e homens e a dotá-los dos conhecimentos e meios necessários para tomarem decisões informadas e viver uma vida saudável.

Na participação política, continuaremos a dar resposta à sub-representação das mulheres angolanas como um critério essencial da construção democrática do nosso País. Apoiados pela evolução positiva nas últimas duas décadas, contando actualmente com cerca de 38% de participação feminina na Assembleia Nacional, reforçaremos as condições necessárias para o seu maior envolvimento e representação em todos os níveis e áreas do poder. Este é um objectivo nacional, pelo que actuaremos com os parceiros sociais – partidos políticos, organizações estatais e organizações da sociedade civil – de modo a definir e a aplicar medidas para acelerar este processo e atingir, em 2050, a paridade na Assembleia Nacional.

No que respeita à **segurança**, combateremos com total determinação a violência baseada no género, nomeadamente todas as formas de violência praticadas contra as raparigas e as mulheres. Actuaremos no âmbito legislativo, cultural e educacional de modo a garantir a aprovação e a aplicação de um quadro legal que penalize fortemente tais práticas e garanta a protecção e o apoio à recuperação das vítimas. Trabalharemos em conjunto com as escolas, o poder local e os *media* e em proximidade com as famílias, no sentido de combater este flagelo que impede o progresso e o bem-estar social.

Na participação económica, promoveremos o acesso das mulheres ao emprego formal e qualificado. A actual proporção de mulheres no total de trabalhadores profissionais e técnicos é de apenas 0,53 para cada homem, o que demonstra a desigualdade no acesso a profissões qualificadas. Até 2050, teremos criado oportunidades económicas e teremos alargado as competências e as qualificações profissionais das mulheres Angolanas, aumentando assim a paridade nos níveis de emprego de profissões qualificadas, que prevemos que venha a atingir um rácio de 0,72.


Outras metas
2022*
2030
2050
Mulheres em idade reprodutiva (15 a 49 anos) com acesso a métodos modernos de planeamento familiar
(percentagem da população)
15%
22%
53%
Índice Global de Desigualdade de Género do Fórum Económico Mundial – Desigualdade de género nas matrículas por nível de ensino:
Ensino primário
Ensino secundário
Ensino superior
0,76
0,81
0,83
0,83
0,86
0,88
1,00
1,00
1,00
Representação de mulheres na Assembleia Nacional
(percentagem)
38%
40%
50%
Mulheres entre os 15 e os 49 anos vítimas de violência física e/ou sexual nos últimos 12 meses
(percentagem)
25,9%
17,5%
10%
Índice Global de Desigualdade de Género do Fórum Económico Mundial – pontuação da dimensão de Participação e Oportunidade
0,65
0,68
0,77
Rácio de mulheres / homens no total de trabalhadores profissionais e técnicos
0,53
0,58
0,72
*2022 ou ano mais recente disponível

As nossas soluções

Para concretizar a nossa visão de criar uma sociedade justa e equitativa, onde as angolanas e os angolanos têm igualdade de direitos, deveres e oportunidades, identificámos cinco conjuntos de soluções: i) transversalizar a igualdade de género na acção governativa; ii) investir no capital humano, promovendo o acesso equitativo a serviços essenciais; iii) potenciar as oportunidades económicas para as mulheres; iv) promover a mudança de atitudes e normas, desconstruindo os estereótipos de género; v) adoptar e implementar políticas e legislação que erradiquem todas as formas de violência contra as mulheres e promovam a participação destas na vida pública e política. As soluções previstas incluem medidas de curto prazo e iniciativas e medidas de médio e longo prazo (além de 2027).

Garantir a igualdade de género na acção governativa

Integraremos a perspectiva de género na acção governativa através da melhoria da qualidade das políticas, programas e projectos públicos e da alocação mais eficiente de recursos, que passarão a ter uma atenção obrigatória quanto ao seu contributo e impacto na promoção da igualdade de género.

Transversalizar a Igualdade de Género na governação

A curto prazo, começaremos por definir a posição estratégica da pasta da Igualdade de Género no organograma governativo para facilitar a coordenação das políticas de igualdade de género entre todos os sectores. Vamos, no imediato, reforçar a nossa capacidade de coordenação para a implementação da Política Nacional para a Igualdade e Equidade de Género e fortalecer as medidas de prevenção e combate à violência baseada no género. Vamos elaborar directrizes para a integração da igualdade de género nos diferentes sectores da acção governativa, a nível central e provincial, e daremos formação a dirigentes e técnicos superiores em matéria de formulação e avaliação de políticas públicas com a perspectiva de género. Prepararemos, ainda, Planos Nacionais de Igualdade de Género, seguindo uma lógica transversal e participativa entre todos os sectores governamentais, incluindo os municípios.

Adicionalmente, institucionalizaremos uma rede de Organizações da Sociedade Civil (OSC) com foco nas dimensões da igualdade de género e elaboraremos programas e projectos em parceria com estas organizações.

Com estes fundamentos em vigor, a nossa segunda fase de intervenção, a médio-longo prazo, centrar-se-á na implementação de uma política de orçamentação com impacto de género.

Produzir conhecimento estatístico para a elaboração de políticas informadas

Para informar, monitorizar e avaliar o progresso de Angola na concretização da igualdade de género, quer na dimensão governativa, quer na vida quotidiana e na sociedade, precisamos de produzir informação estatística fidedigna. Vamos, portanto, desenvolver um dossier estatístico de género e integrá-lo no aparelho estatístico nacional com vista à produção de dados de qualidade, desagregados, que nos permitirão priorizar e definir as acções conducentes ao cumprimento das metas e objectivos nacionais e internacionais estabelecidos.

Criaremos o Observatório de Género como mecanismo nacional de acompanhamento, de avaliação e de reporte dos progressos em matéria de igualdade e equidade de género. A médio e longo-prazo, criaremos um programa alargado de estudos de diagnóstico e de publicação das estatísticas produzidas em parceria com a sociedade civil e com o meio académico.

Investir no capital humano

Ao longo de todo o período de implementação da estratégia, criaremos as condições para garantir o acesso equitativo de raparigas e rapazes ao ensino e o reforço de competências, bem como aumentaremos de forma significativa a capacidade do País para assegurar a prestação de cuidados de saúde sexual e reprodutiva, com prioridade para as raparigas e mulheres. Investir no capital humano é condição essencial para maximizar o potencial das mulheres.

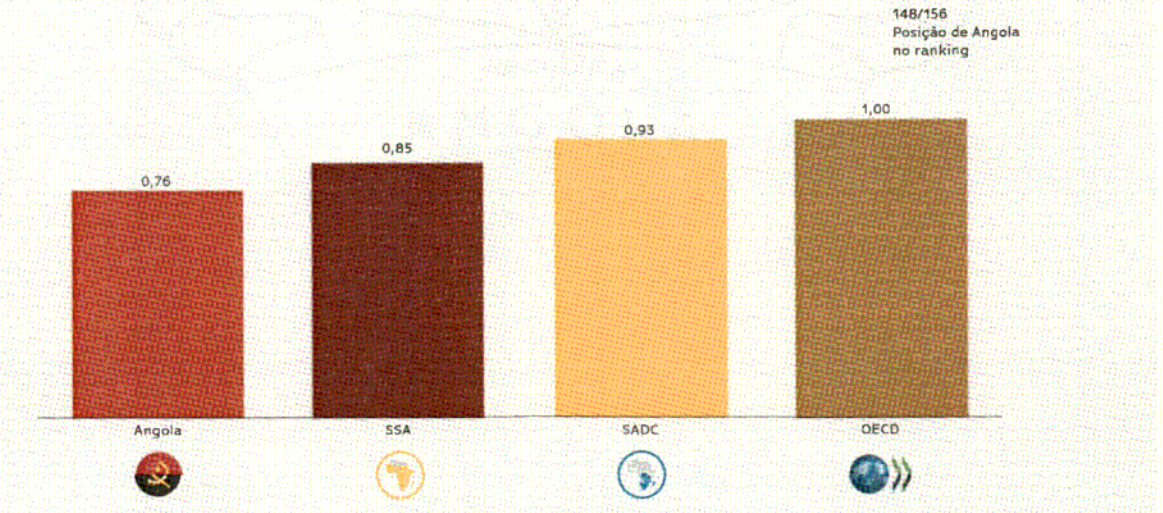
Garantir o acesso à escolaridade

Angola posiciona-se, actualmente, na posição 148 em 156 países no *ranking* da dimensão Educação do Índice de Desigualdade de Género e, caso mantenha a actual trajetória de evolução, poderá demorar várias décadas a atingir a paridade de género na educação (Quadro 57). O nível especialmente elevado de crianças fora do ensino primário e uma taxa de graduação muito baixa das raparigas, quer no ensino obrigatório, quer no ensino superior,

Quadro 64

Índice de Desigualdade de Género – Dimensão Educação, 2021

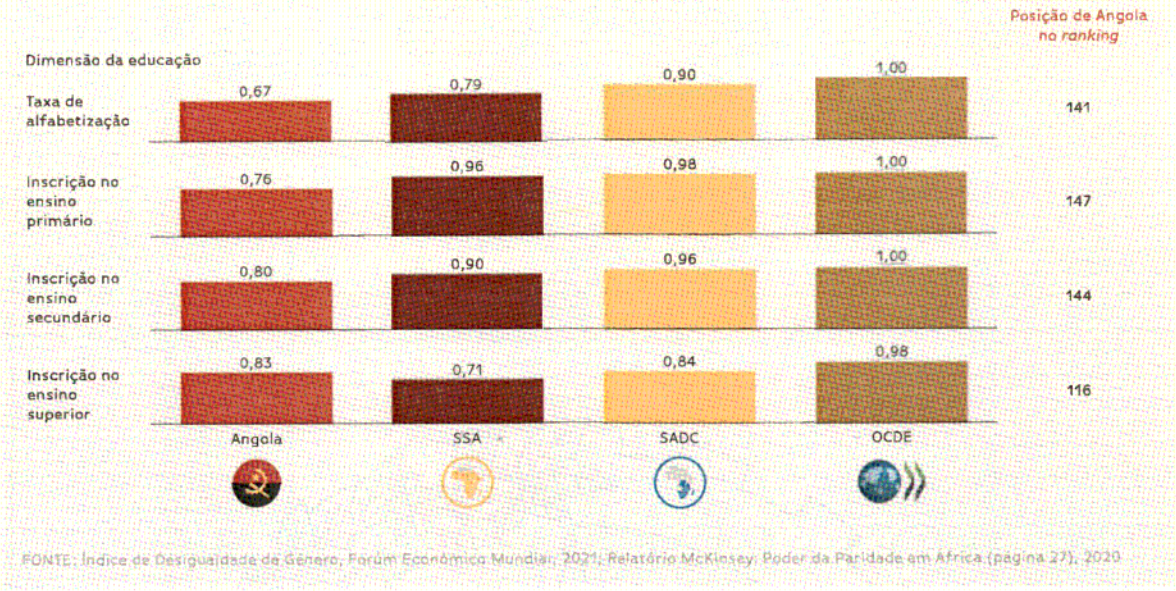
Índice: 0 = Desigualdade plena; 1 = Paridade total



FONTE: Fórum Económico Mundial, 2021

Quadro 65

Sub-indicadores de Igualdade de Género – Dimensão da educação, 2021



FONTE: Índice de Desigualdade de Género, Fórum Económico Mundial, 2021; Relatório McKinsey: Poder da Paridade em África (página 27), 2020

reflecte a sua manifesta exclusão do sistema de ensino e explica o posicionamento muito negativo do País nesta dimensão (Quadro 58). Os baixos níveis de escolaridade são especialmente desvantajosos para as mulheres, reforçando os estereótipos e as exclusões de género, e influenciam as escolhas relativas ao ensino superior, com consequências duradouras.

Urge, por isso, dar resposta a esta desigualdade. Vamos priorizar a efectivação da educação obrigatória para todas as crianças e jovens, e, para concretizarmos a ambição da paridade em todos os níveis de ensino, vamos implementar um programa abrangente de apoio condicional às famílias para incentivá-las a manter as meninas e raparigas na escola, bem como um programa de bolsas de mérito para as estudantes com o melhor desempenho.

A curto prazo, lançaremos um programa nacional de sensibilização para combater o abandono escolar precoce, com especial foco nas jovens e respectivas famílias. A médio e longo prazo, promoveremos a literacia digital precoce, garantindo a disponibilidade de cursos básicos de TIC para crianças em todas as escolas primárias, e lançaremos um programa de bolsas de estudo dirigido às raparigas para o ensino superior, baseado no mérito, com ênfase nas disciplinas de *STEM (sigla em inglês)*.

Desenvolver competências para o futuro

A taxa de literacia das mulheres é sempre menor do que a dos homens nos países da Africa Subsaariana, mas Angola destaca-se entre os países com menor índice de paridade – 0,67. Tal significa que as mulheres permanecem afastadas da alfabetização e da literacia básica, implicando a sua desvalorização enquanto actores sociais e económicos. Para respondermos a esta limitação estruturante, vamos promover acções de literacia dirigidas a raparigas e mulheres, especialmente nas comunidades rurais, em conjunto com as entidades relevantes. Também implementaremos um programa de competências destinado às mulheres que trabalham no sector informal, nomeadamente no âmbito dos serviços de extensão agrícola, que abrangem um elevado número de mulheres.

Respondendo às baixas taxas de inclusão financeira e de literacia digital entre as mulheres, com impacto muito negativo na sua autonomia e participação económica, promoveremos o desenvolvimento de projectos formativos que visem o reforço destas competências, especialmente nas zonas rurais. Estas iniciativas serão desenvolvidas em estreita parceria com os municípios, OSC e sector privado, incluindo as empresas de telecomunicações, visando o desenvolvimento de projectos que promovam o conhecimento tecnológico inclusivo e orientado para o futuro.

Vamos ainda introduzir quotas para o acesso a cursos de formação profissional, promovendo a integração de mais jovens e mulheres, especialmente nas áreas com maior retorno económico e potencial de emprego.

Garantir acesso à saúde reprodutiva

Apesar dos avanços consideráveis na esperança média de vida, os serviços de saúde sexual e reprodutiva têm uma cobertura muito limitada – estima-se que apenas 15% das mulheres dos 15 aos 49 anos têm acesso a métodos contraceptivos modernos – e claramente assimétrica entre as áreas urbanas e rurais, com graves consequências para a qualidade de vida e bem-estar da nossa população. O acesso à informação sobre saúde sexual e reprodutiva, em particular dos jovens, e também a métodos modernos de planeamento familiar e a serviços de saúde pela população em geral são essenciais.

A curto prazo, promoveremos a adopção de uma agenda de igualdade e equidade de género na saúde, em linha com as melhores práticas internacionais, e apoiaremos estratégias conjuntas e abrangentes para promover serviços de saúde sexual e reprodutiva. Identificaremos e implementaremos estratégias que envolvam homens e mulheres em actividades relacionadas com a saúde familiar, regulação da fertilidade e adopção de práticas sexuais seguras. Lançaremos campanhas de consciencialização sobre direitos reprodutivos e saúde sexual, com parceiros locais e comunitários, e criaremos uma rede de conselheiros de saúde feminina devidamente formados e certificados para complementar e melhorar o trabalho dos profissionais de saúde.

Em estreita parceria com o sector da Saúde, vamos abordar a introdução de medidas da perspectiva do género, de modo a identificar áreas prioritárias e fazer o levantamento das necessidades de saúde das mulheres. A longo prazo, concentrar-nos-emos na utilização da tecnologia para consultas remotas ou como alternativa às clínicas móveis.

Combater o VIH/SIDA

Angola tem uma taxa relativamente reduzida de prevalência de VIH/SIDA, em comparação com os seus pares regionais, mas a percentagem de mortes de mulheres por doenças transmissíveis, especialmente entre os 15 e 34 anos de idade, é elevada. Identificámos, portanto, a luta contra o VIH/SIDA e as Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) como uma parte fundamental do investimento no nosso capital humano, e estabeleceremos parcerias com OSC para a implementação de programas e projectos em todo o País com o objectivo de prevenir a disseminação do VIH/SIDA, difundindo informações e promovendo o acesso a preservativos. Realizaremos campanhas públicas para abordar o VIH/SIDA e a forma como este afecta especialmente as raparigas e mulheres.

Criar oportunidades económicas

Com vista à igualdade socioeconómica entre mulheres e homens, vamos potenciar a participação das mulheres no mercado formal de trabalho e alargar a sua participação no ecossistema empreendedor.

Promover o empreendedorismo

Angola lidera as médias regionais em paridade de participação na força de trabalho, mas posiciona-se abaixo da média na igualdade salarial e na igualdade de género em cargos mais técnicos e de gestão. A inclusão financeira é insuficiente, com uma enorme disparidade entre mulheres e homens, sendo que as mulheres empresárias enfrentam barreiras adicionais, pois as que tentam aceder ao crédito têm pouco ou nenhum acesso a garantias financeiras.



Dados recentes revelam uma taxa muito elevada de mulheres no trabalho informal, com cerca de 54% das mulheres angolanas a trabalhar por conta própria; a grande maioria das mulheres trabalha na agricultura, enfrentando grandes barreiras à emancipação.

Para potenciarmos a participação económica das mulheres, vamos incrementar o empreendedorismo formal entre as mulheres, implementando um programa de formação e tutoria para apoiar a criação de Pequenas e Médias Empresas (PME) por mulheres que desejem entrar no mercado, criando o seu próprio emprego. Levaremos a cabo programas para incentivar a formalização da actividade das mulheres nas indústrias criativas e a organização e iniciativas empreendedoras das trabalhadoras rurais. Promoveremos ainda a criação de cooperativas e associações de mulheres nas zonas rurais com o objectivo de formalizar os seus negócios. Por último, estabeleceremos programas de mentores para o empreendedorismo, proporcionando acesso a empreendedoras mais experientes que possam oferecer apoio nas diferentes fases do negócio e no acesso ao crédito.

Promover a responsabilidade social corporativa

Em cooperação com o sector privado, incentivaremos a responsabilidade social corporativa para o apoio à igualdade de género no local de trabalho e na sociedade em geral. Lançaremos um conjunto de iniciativas de sensibilização para as questões de igualdade de género com organizações do sector privado de média e grande dimensão, incluindo a elaboração de um guia de diagnóstico, de modo a que as empresas possam auto-avaliar as suas práticas internas e conceber e implementar os seus próprios planos de igualdade de género. A curto prazo, incentivaremos, igualmente, as grandes empresas a recorrerem a fornecedores liderados por mulheres e a integrá-los em redes de fornecimento. Promoveremos a implementação de programas que envolvam mentores e formação para mulheres, com o objectivo de prepará-las para cargos de gestão no sector empresarial.

Fomentar o desenvolvimento e utilização de tecnologia

O desenvolvimento e adopção crescente de tecnologia pode criar oportunidades para a integração de questões sensíveis ao género, mas, simultaneamente, pode acentuar a desigualdade, uma vez que as jovens e mulheres Angolanas são menos instruídas e mais vulneráveis à exclusão digital. Temos, portanto, de promover a inclusão tecnológica e digital e aproveitar a tecnologia como ferramenta para a igualdade, incluindo através da promoção junto do sector público e privado do desenvolvimento de tecnologia dirigida às raparigas e mulheres, como a criação de aplicações electrónicas, que potenciem a sua autonomia, segurança e informação.

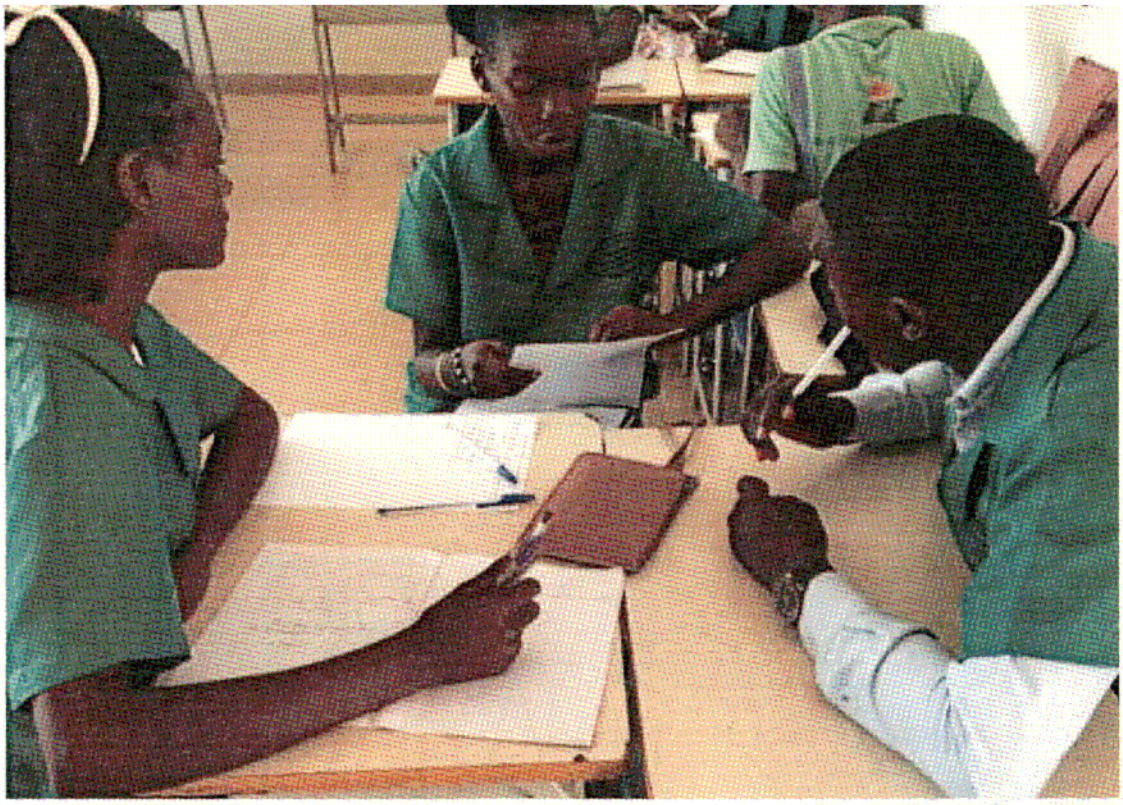
Promoveremos ainda um programa de acesso a telemóveis de baixo custo e a utilização de meios digitais para partilhar informações sobre direitos e oportunidades – inclusivamente em saúde, educação, formação e outros serviços – visando melhorar a inclusão digital em todo o País.

Mudar atitudes

Mudaremos as percepções sobre os papéis, direitos e responsabilidades das mulheres e dos homens, tanto na esfera pública, como privada. Tendo em conta que estas barreiras à igualdade de género estão profundamente enraizadas em preconceitos, estereótipos e crenças generalizadas, cujo combate e desconstrução exige um compromisso de longo prazo e o empenho generalizado da sociedade e seus actores, vamos actuar num processo colaborativo no campo da comunicação e da cultura, da educação e da comunidade.

Desconstruir estereótipos de género

Iniciaremos uma série de campanhas de sensibilização e educação de toda a sociedade. Mobilizaremos personalidades com grande notoriedade – incluindo celebridades das áreas da cultura, da política, da economia, do desporto – para participarem em campanhas de sensibilização para as questões de género através da comunicação social e das redes sociais. Estas campanhas visarão combater os



estereótipos de género tóxicos e a violência contra mulheres e raparigas. Vamos ainda desenvolver e implementar um programa para sensibilizar as mulheres quanto aos seus direitos em áreas como a saúde, educação, trabalho e comunidade, em colaboração com outras entidades relevantes, como organizações religiosas e da sociedade civil.

Apoiaremos as OSC e os movimentos sociais na concretização da igualdade de género, proporcionando formação e assistência técnica e material para a sua participação activa na defesa e protecção dos direitos das mulheres e na promoção de formas mais igualitárias de masculinidade e feminilidade. Promoveremos o diálogo e a formação sobre questões parentais, incluindo o papel dos pais na prevenção da violência baseada no género. Por último, desenvolveremos e introduziremos uma dimensão de igualdade de género em todos os cursos de formação apoiados por fundos públicos.

Envolver as escolas e universidades

Para incutirmos os princípios e valores da igualdade e da não-discriminação contamos com o contributo essencial das escolas e universidades. Vamos desenvolver iniciativas e produzir instrumentos que apoiem este objectivo, incluindo programas de formação sobre igualdade de género para professores e outros profissionais da educação; guias educacionais sobre igualdade de género para escolas primárias e secundárias; apoio à revisão dos currículos do ensino primário e secundário, na perspectiva da igualdade de género; e a introdução da educação sexual nos currículos. Garantiremos também a formação, sensibilização e desconstrução dos estereótipos de género associados às escolhas de disciplinas, planeamento de carreiras e opções de ensino superior para alunas do ensino secundário, por exemplo, organizando um programa de "Engenheiras por um Dia" em escolas secundárias.

Complementarmente, vamos promover programas específicos e intensivos de educação não-formal para crianças e jovens em todos os níveis de ensino, visando combater estereótipos de género, masculinidade tóxica e violência baseada no género. Desenvolveremos e implementaremos também um projecto-piloto de educação menstrual para jovens, em conjunto com as escolas e os governos locais, incluindo a distribuição gratuita de pensos higiénicos reutilizáveis.

Envolver os líderes comunitários

Os líderes comunitários têm um papel muito importante na desconstrução dos estereótipos de género das comunidades. Vamos avaliar e, se necessário, ajustar o projecto de aconselhamento familiar "Njango de Valores" e faremos a sua implementação e monitorização a nível nacional. Desenvolveremos também brochuras e manuais, abordando diferentes tópicos relevantes para o objectivo da igualdade de género nas línguas nacionais e promoveremos a organização de *workshops* comunitários destinados a desconstruir

os estereótipos de género, a fomentar partilha de tarefas na família, a reconhecer o papel das jovens e mulheres na família, na comunidade e no País. Criaremos, igualmente, uma formação dirigida exclusivamente a líderes tradicionais, co-responsabilizando-os, a partir daí e em conjunto com as comunidades, pela implementação de projectos que contribuam para a desconstrução de estereótipos de género.

Envolver os *media* e o meio artístico

Vamos incentivar e apoiar iniciativas que potenciem o contributo do meio artístico e cultural e dos meios de comunicação para a desconstrução de estereótipos de género. Destacamos como principais iniciativas: i) a criação de um Prémio de Igualdade de Género, com o objectivo de premiar a produção nacional dos meios de comunicação social, do cinema, do teatro e da literatura que trate as condições das mulheres e aumente a consciencialização da sociedade sobre os seus direitos; ii) o financiamento e apoio à criação de grupos de mulheres e raparigas que usem as artes e a cultura como instrumentos de exploração da temática da igualdade de género; iii) a formação de profissionais dos *media* sobre a igualdade de género e a promoção de meios de comunicação livres de preconceitos de género.

A longo prazo, implementaremos um programa de bolsas na área das artes para apoiar projectos de mulheres artistas profissionais.

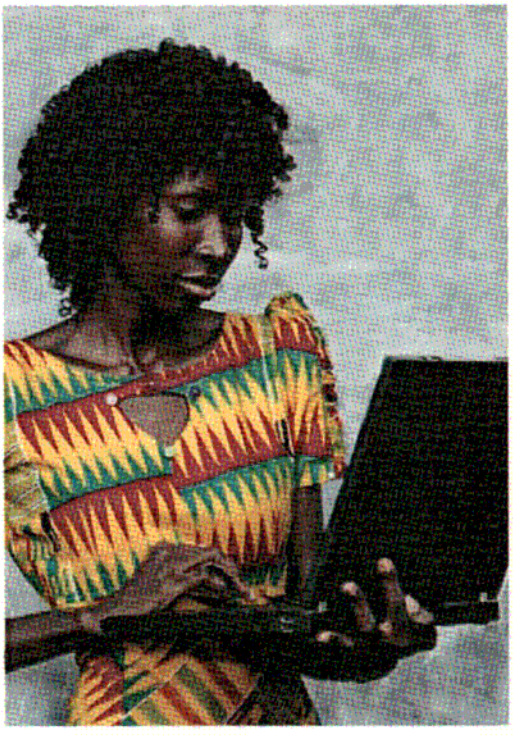
Adoptar e implementar políticas, legislação e regulação

A transversalização da igualdade de género garante que a elaboração de políticas públicas e o trabalho legislativo sejam de maior qualidade e relevância para a sociedade, porque permite que as políticas respondam mais eficazmente às necessidades de todos os cidadãos. Para acelerarmos o cumprimento dos nossos objectivos em matéria de igualdade de género adoptaremos e implementaremos políticas, legislação e regulação que garantam a visibilidade e a segurança das mulheres e raparigas na sociedade, que promovam a sua cidadania activa e igualitária e que aumentem a sua participação na vida pública e política.

Adoptar um sistema integrado de combate à violência baseada no género e contra a criança

Entre os vários desafios a superar na nossa construção de uma sociedade mais segura e igualitária, a eliminação da violência contra as mulheres e crianças constitui uma absoluta prioridade. Actualmente, mais de 30% sofreu violência física desde os 15 anos de idade e mais de 25% das mulheres entre os 15 e os 49 anos sofreu violência física nos últimos 12 meses.

Para enfrentar este desafio, desenvolveremos um sistema integrado de combate e resposta à violência contra mulheres e crianças. A curto prazo, vamos configurar todas as formas de violência contra jovens, mulheres e crianças como crime público. Preveniremos e combateremos práticas prejudiciais, incluindo casamentos precoces e forçados de crianças e a mutilação genital feminina. Advogaremos pela criação, a médio-prazo, de uma força policial especialmente treinada para lidar com casos de violência baseada no género e contra as crianças, com assistência 24 horas por dia. Iniciaremos, igualmente, um programa de formação para profissionais de saúde e educação, como forma de apoio à identificação e denúncia de casos de violência contra mulheres e crianças. Adicionalmente, ampliaremos a rede de abrigos para vítimas de violência de género.



Iniciaremos também um programa de regresso às aulas para crianças e jovens vítimas de violência e proporcionaremos formação profissional a mulheres vítimas de violência, apoiando a sua integração económica e autonomia.

Garantir a igualdade de acesso ao mercado de trabalho

As desigualdades de género no trabalho são generalizadas, com as mulheres a enfrentarem obstáculos legais e sociais nos tipos de emprego disponíveis. Em Angola, na dimensão "Participação Económica e Oportunidade", o País pontua apenas 0,65, muito longe do rácio de paridade, 1.

Temos, assim, um enorme desafio na medida em que atingir a paridade nesta dimensão em muito depende dos resultados obtidos em dimensões prioritárias, como a educação e a saúde. Contudo, algumas medidas imediatas podem ser adoptadas para caminharmos no sentido de um acesso igual e não discriminatório ao mercado de trabalho. Para concretizarmos a nossa ambição, vamos implementar políticas activas de quotas para assegurar o acesso das mulheres a posições de gestão de nível intermédio e superior em entidades públicas e privadas; desenvolver e assegurar programas de consciencialização sobre preconceitos de género para os quadros médios e superiores das organizações públicas e privadas, de média e de grande dimensão; e activar uma política de igualdade de remuneração para mulheres e homens, com penalizações para as organizações que não cumprirem.

Adicionalmente, a médio longo-prazo, incentivaremos horários de trabalho flexíveis para homens e mulheres com dependentes, sem quaisquer penalizações na remuneração ou no desenvolvimento de carreira, e horários escolares flexíveis, incluindo os dos centros infantis e de todos os níveis de ensino, que sejam compatíveis com o mercado de trabalho; e formaremos os quadros superiores, nos sectores público e privado, sobre a importância das políticas de equilíbrio trabalho-família.

Adoptaremos uma política de tolerância zero para comportamentos abusivos no trabalho, tais como *bullying* e assédio sexual, tornando obrigatória a criação e aplicação de planos específicos para prevenir e combater estes fenómenos nas organizações de média e grande dimensão.

Aumentar o número de mulheres no processo de decisão política

Angola tem uma taxa de crescimento da participação política das mulheres que a aproximará da paridade. No entanto, é necessário criar mecanismos de sustentabilidade para a participação contínua das mulheres no processo de tomada de decisões políticas. Neste contexto, impõe-se um esforço que permita o crescimento sustentável do número de mulheres em cargos de decisão política e em altos cargos da administração pública. Promoveremos, assim, políticas de quotas e políticas de paridade como soluções para garantir a sustentabilidade da paridade entre mulheres e homens em ambas as áreas.

A longo prazo, avaliaremos e redefiniremos as políticas de quotas e de paridade, uma vez que estas visam contribuir para atingirmos a igualdade mais rapidamente e não são um fim em si mesmas.

As nossas prioridades imediatas para 2027

Transversalizar a igualdade de género a todos os sectores de governação e acelerar a produção de informação estatística e de conhecimento para decisão política informada, definindo i) uma posição estratégica da pasta da Igualdade de Género no organograma governativo; ii) criando guiões para a transversalização da Igualdade de Género nos diferentes sectores da acção governativa, a nível central e provincial; e iii) estabelecendo um Observatório do Género, promovendo a desagregação por género dos dados estatísticos nacionais

Potenciar o Capital Humano através i) do lançamento de campanhas de sensibilização para o combate e prevenção do abandono escolar precoce, ii) da elaboração de um programa de incentivo (apoio condicional) às famílias para a manutenção das meninas e raparigas na escola e; iii) da promoção de uma agenda de Igualdade e Equidade de Género no sector da Saúde, com foco prioritário na saúde sexual e reprodutiva

Adoptar e aplicar políticas, legislação e regulamentos que acelerem a melhoria dos indicadores de igualdade de género através:

- **da configuração de todas as formas de violência contra as raparigas e as mulheres como crime público;**
- **da introdução de políticas de quotas ou políticas de paridade** i) na política, com foco nas eleições municipais, ii) no acesso a altos cargos da administração pública, iii) no acesso das mulheres a cargos de decisão económica (de topo ou intermédias) das organizações de média e grande dimensão do sector público e privado

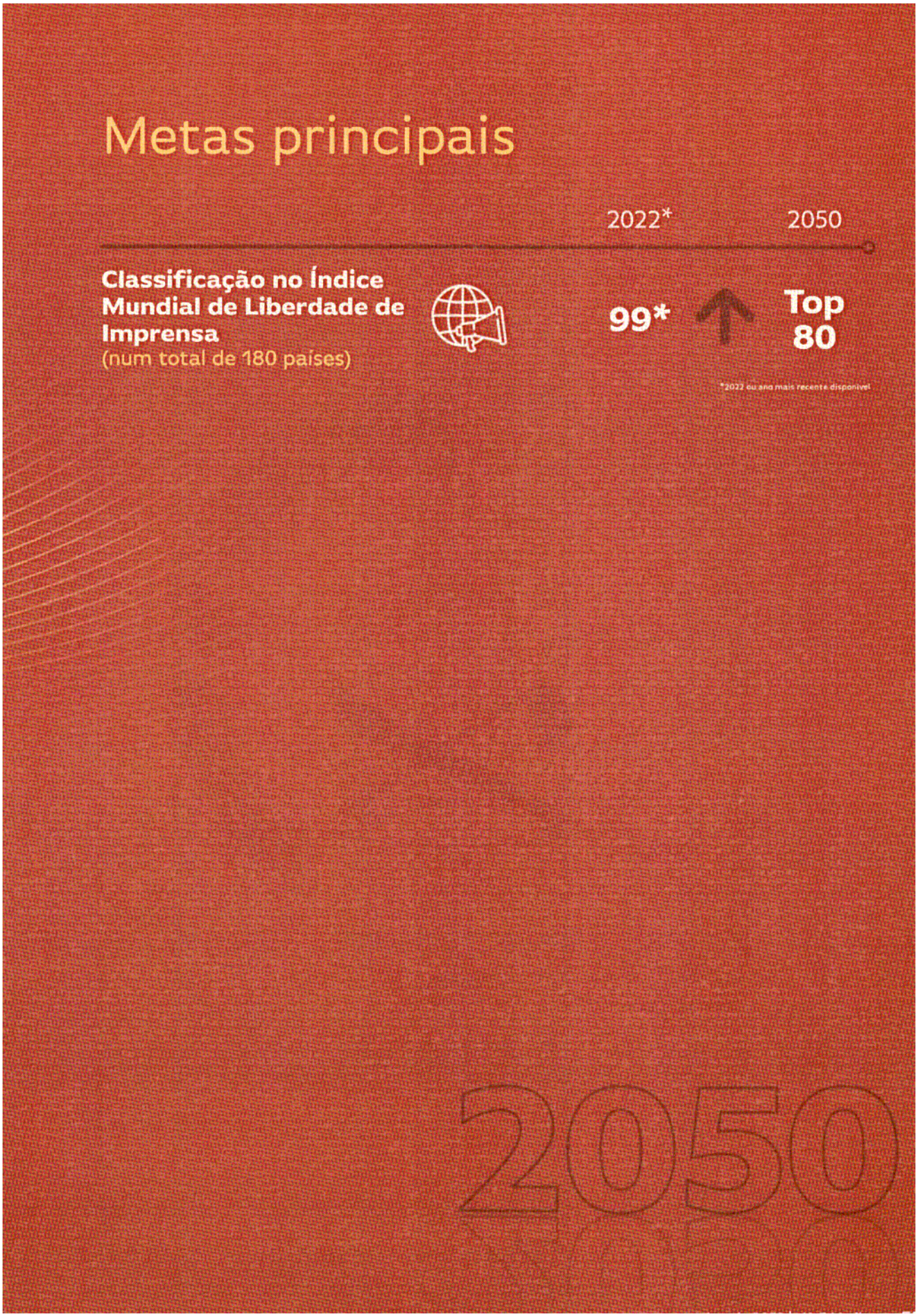
2050



2050

10.3 Media

Um sector de *media* moderno, independente e inclusivo


Metas principais
2022*
2050
Classificação no Índice Mundial de Liberdade de Imprensa
(num total de 180 países)
99*
Top 80
*2022 ou ano mais recente disponível
2050

A nossa visão

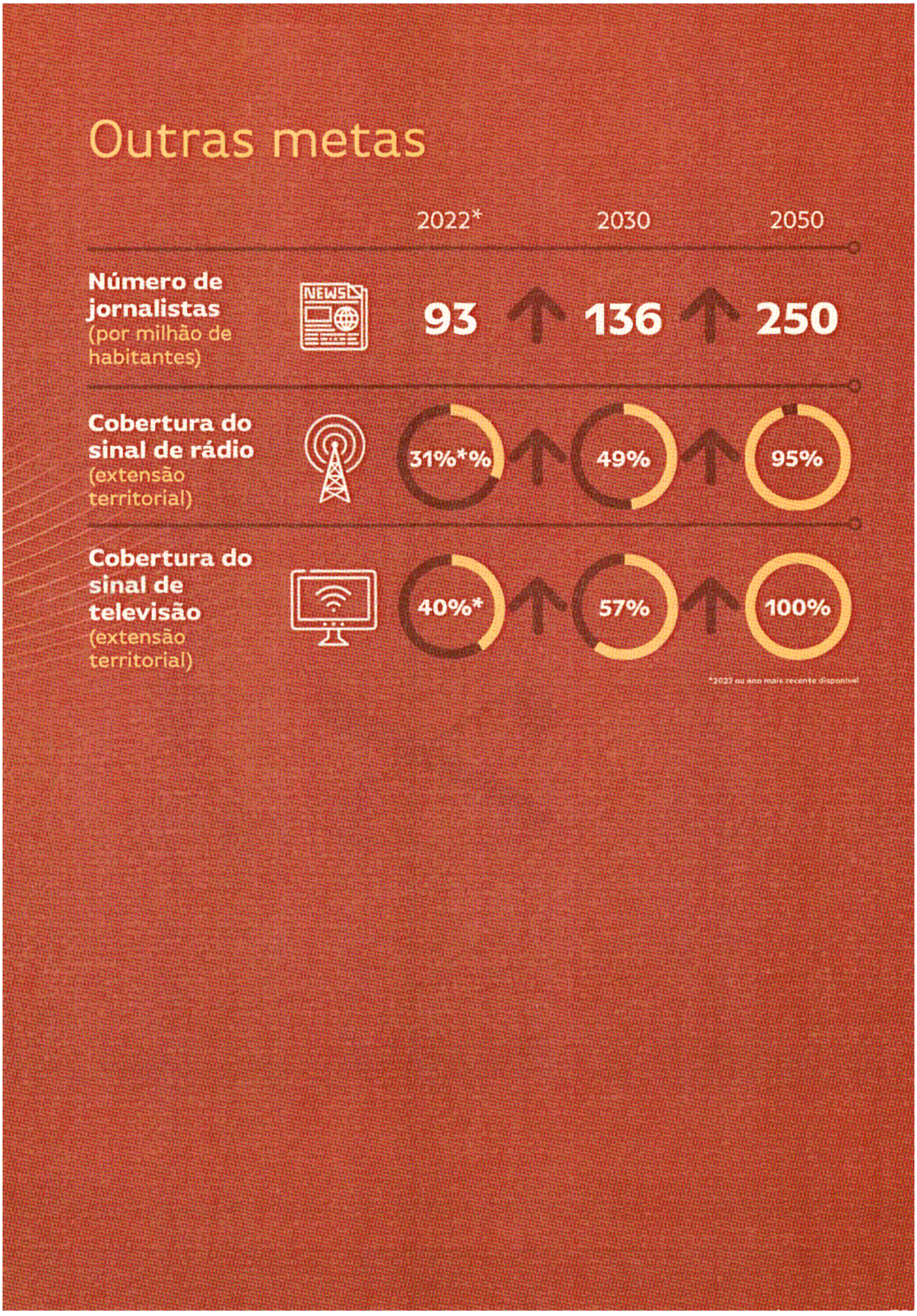
Em 2050 todos os cidadãos angolanos terão acesso à informação e entretenimento diversificados, de boa qualidade, de fontes diversas e independentes, onde a sua opinião é representada e onde todos têm voz activa. A universalização do acesso à internet permitirá a todos os cidadãos a ligação às redes sociais e metaverso(s), assim como um acesso célere a uma base digital de informação ainda mais ampla e actualizada. Será assegurada a sustentabilidade do sector público de *media*, começando pela reforma das empresas deste segmento. O exercício da liberdade de imprensa conhecerá melhoria significativa, fruto do investimento em formação, integração em consórcios internacionais de agências de notícias e via descriminalização de delitos de imprensa.

A melhoria da qualidade dos programas de rádio e televisão, notícias e artigos de opinião é crucial, pelo que prosseguirá o investimento na formação dos jornalistas e outros profissionais de comunicação. A independência profissional dos jornalistas será reforçada com a consolidação dos instrumentos e mecanismos de auto-regulação, como, por exemplo, a *Comissão da Carteira e Ética, Código de Ética e Deontologia Profissional* e *Conselhos de Redacção*. Estas medidas servirão igualmente de salvaguarda face à tendência global de colocação de *fake news*.

A diversificação de fontes de *media* estará na base do contributo dos *media* angolanos para o desenvolvimento educacional, cívico e cultural da população. Os meios de comunicação públicos – incluindo televisão, rádio, imprensa e canais online – continuarão a desempenhar um papel importante, ao mesmo tempo que se fomentam novos veículos independentes.

Igualmente, será promovida a inclusão e interacção no(s) metaverso(s) que vierem a existir, uma realidade emergente que se prevê que venha a ganhar relevância nas próximas décadas e onde os *media* poderão jogar um papel importante, pelo potencial de divulgação em tempo real, de forma colaborativa, interactiva e imersiva de vários conteúdos.

Em 2050, o sector de *media* angolano terá maior cobertura e chegará a todos os cidadãos. Reabilitaremos e aumentaremos a infra-estrutura para difusão do sinal de rádio e televisão, e ampliaremos a cobertura de internet.


Outras metas
2022*
2030
2050
Número de jornalistas (por milhão de habitantes)
NEWS
93
136
250
Cobertura do sinal de rádio (extensão territorial)
31%*%
49%
95%
Cobertura do sinal de televisão (extensão territorial)
40%*
57%
100%
*2022 ou ano mais recente disponível

As nossas soluções

Para a concretização da nossa visão para um sector de *media* de elevada qualidade e universal, definimos quatro conjuntos de soluções para i) assegurar a sustentabilidade do envolvimento do Estado no sector de *media*; ii) garantir que os cidadãos tenham acesso a informação rigorosa, melhorando e diversificando os conteúdos da informação noticiosa; iii) contribuir para uma melhor qualidade dos programas, notícias e artigos de opinião, reforçando a formação e enfatizando a integridade jornalística; e iv) melhorar a infra-estrutura e apoiar uma disseminação mais ampla da imprensa.



Assegurar o envolvimento sustentável do Estado no sector de *media*

Asseguraremos a sustentabilidade do envolvimento do Estado no sector de *media*, clarificando o modelo de financiamento e as obrigações subjacentes à prestação de serviço público. O nosso objectivo é que, juntamente com a presença do Estado nos *media*, seja promovido o surgimento de novos meios de comunicação independentes, que acentue a concorrência e a pluralidade no espaço público nacional.

A prestação de um sólido serviço público de *media*, promotor da valorização cultural e educacional dos cidadãos, do conhecimento e desenvolvimento do sentido crítico do público e na promoção do respeito pela diversidade e pela dignidade humana é necessária para garantir informação plural, rigorosa, credível e independente, constituindo um meio privilegiado de divulgação das realidades sócio-económica, política e cultural, nacional e internacional e de disseminação de mensagens de educação cívica, saúde e outras à população.

O Estado manterá, consequentemente, uma presença importante no sector de *media*. Para se garantir a sustentabilidade do sector a longo prazo, a estratégia passa também pela reestruturação das empresas públicas de *media*, que actualmente registam perdas operacionais e estão muitas vezes dependentes de um elevado nível de subsidiação. Para além da redução gradual destes subsídios, a reestruturação destas empresas poderá exigir o repensar do perfil da sua operação (p. ex., com pendor crescentemente digital e através da integração de meios), o pagamento de taxas (p. ex., taxa de rádio), a diversificação de conteúdos e canais e/ou uma aposta crescente na produção de conteúdos nacionais. Manter-se-á o apoio financeiro, sempre que necessário, e será clarificado o modelo de financiamento, assegurando-se a transparência e a monitorização dos recursos alocados, bem como a forma da sua aplicação.

Será reformada a estratégia nas redes sociais. As redes sociais têm uma relevância crescente, pois permitem uma maior interacção e diálogo directo com os cidadãos. Proporcionam vários benefícios, designadamente permitir comunicar durante uma situação com mais-valia de conteúdos, e fazê-lo de

forma eficiente, no que respeita a custos envolvidos. Será garantido que o meio seja usado de maneira profissional e segura, sempre com a preocupação de assegurar o cumprimento de normas e aplicação das directrizes referentes a conteúdos aceites e proibidos e ao tratamento de dados.

Garantir o acesso a informação rigorosa

O Estado contribuirá para a garantia do acesso a informação rigorosa, apoiando as empresas públicas e privadas de comunicação social na diversificação de conteúdos e de fontes de informação, na melhoria da qualidade dos programas e dos respectivos conteúdos, além da promoção do desenvolvimento cívico, cultural e educacional dos cidadãos.

Globalmente, o crescimento de *fake news* e a disseminação de desinformação é preocupante e, embora promovamos a utilização de novos canais digitais, teremos sempre em conta os riscos envolvidos e asseguraremos o fornecimento aos nossos cidadãos de informação credível e rigorosa. Um sector de *media* forte tem um papel importante a desempenhar no combate às *fake news* e na protecção da privacidade dos cidadãos, abarcando, ao mesmo tempo, o mundo digital. A nossa estratégia para o sector terá em conta todo o ecossistema de canais de media disponíveis, tendo em consideração o surgimento de gigantes tecnológicos e de plataformas como o Facebook, a Amazon e a Google, e o uso crescente do telemóvel para aceder a conteúdos dos *media*.

Reforçaremos o ambiente de liberdade de imprensa, seguindo um conjunto de directrizes fornecidas pelas organizações internacionais independentes mais reputadas, incluindo a Repórteres Sem Fronteiras. Tais directrizes incluem a adequação das leis e regulamentos do sector e a adopção de medidas para aumentar a pluralidade, sem descurarmos o estímulo às iniciativas de participação privada na imprensa e na produção de conteúdos audiovisuais por produtoras nacionais.

Para apoiar a formação, o desenvolvimento de capacidades e o acesso a meios de comunicação internacionais, promoveremos a cooperação internacional no âmbito da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC). Estimularemos igualmente a participação no desenvolvimento de uma rede de *media* internacionais, além de estabelecermos parcerias com universidades. Utilizaremos os serviços públicos de *media* para mantermos informadas as comunidades angolanas no estrangeiro e a comunidade internacional sobre o nosso progresso e as nossas realizações enquanto País.



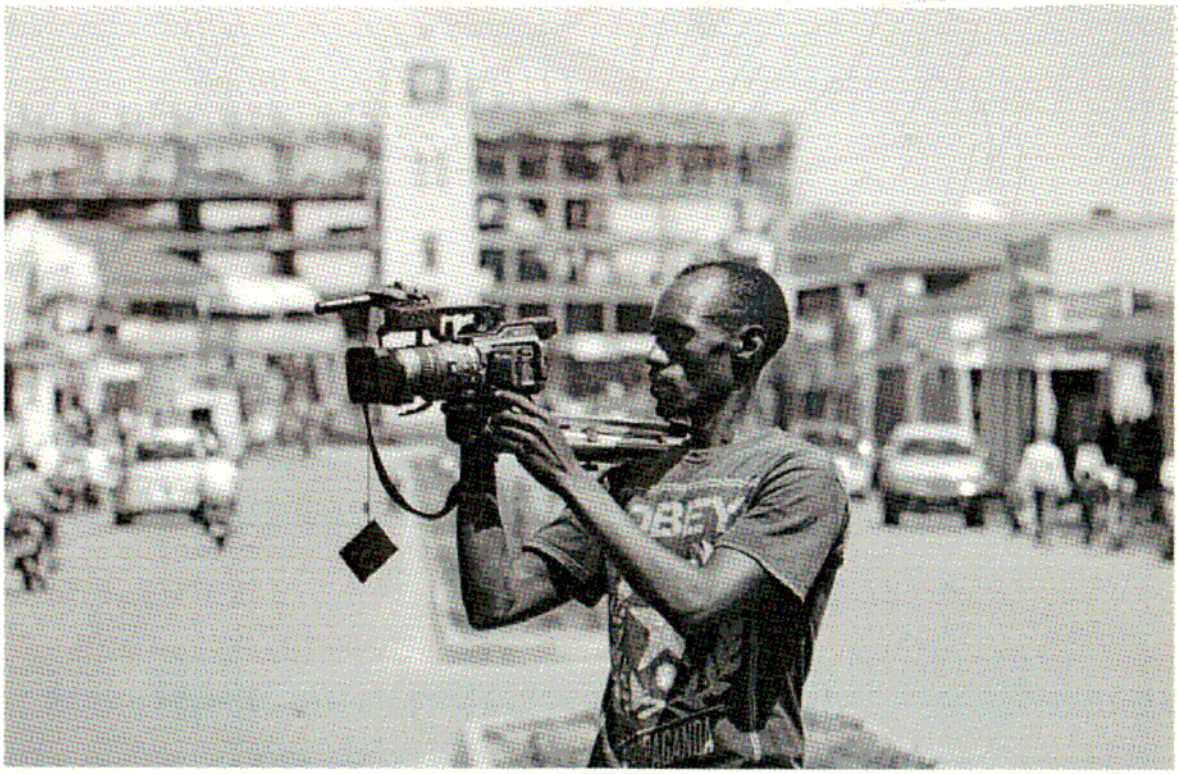
Melhorar a qualidade dos programas, das notícias e dos artigos de opinião

A qualidade dos conteúdos dos nossos *media* será objecto de melhoria substancial, exigindo investimento na formação de jornalistas, o reforço da oferta das universidades e o recurso a iniciativas formativas com instituições internacionais. Existe um potencial significativo para a melhoria a longo prazo do sector, aumentando o número de alunos que frequentam cursos directamente relacionados com os *media*. Vamos aumentar o número de jornalistas acreditados em Angola, que está atualmente ligeiramente abaixo da média da África Subsaariana (93 face a 100 jornalistas por milhão de habitantes), para atingir os 250 por milhão de habitantes em 2050.

Desenvolver a infra-estrutura

Planeamos melhorar a nossa capacidade de transmissão de rádio e televisão através da reabilitação e expansão da infra-estrutura, alargando a cobertura ao longo do nosso território. Também desenvolveremos a infra-estrutura para fomentar o uso da internet, com o objectivo de melhorar o acesso público aos *media*.

Melhoraremos, adicionalmente, os nossos serviços públicos de informação, promovendo conteúdos no idioma local e programas destinados a populações rurais e mais vulneráveis.



As nossas prioridades imediatas para 2027



Assegurar a sustentabilidade do envolvimento do Estado no sector de media, definindo de forma clara o serviço publico de comunicação social a prestar e implementando um programa de reestruturação e modernização das diferentes entidades.



Fortalecer no sector o ambiente para o investimento e contribuição privada, de forma a assegurar um sector isento, credível e com qualidade internacional.

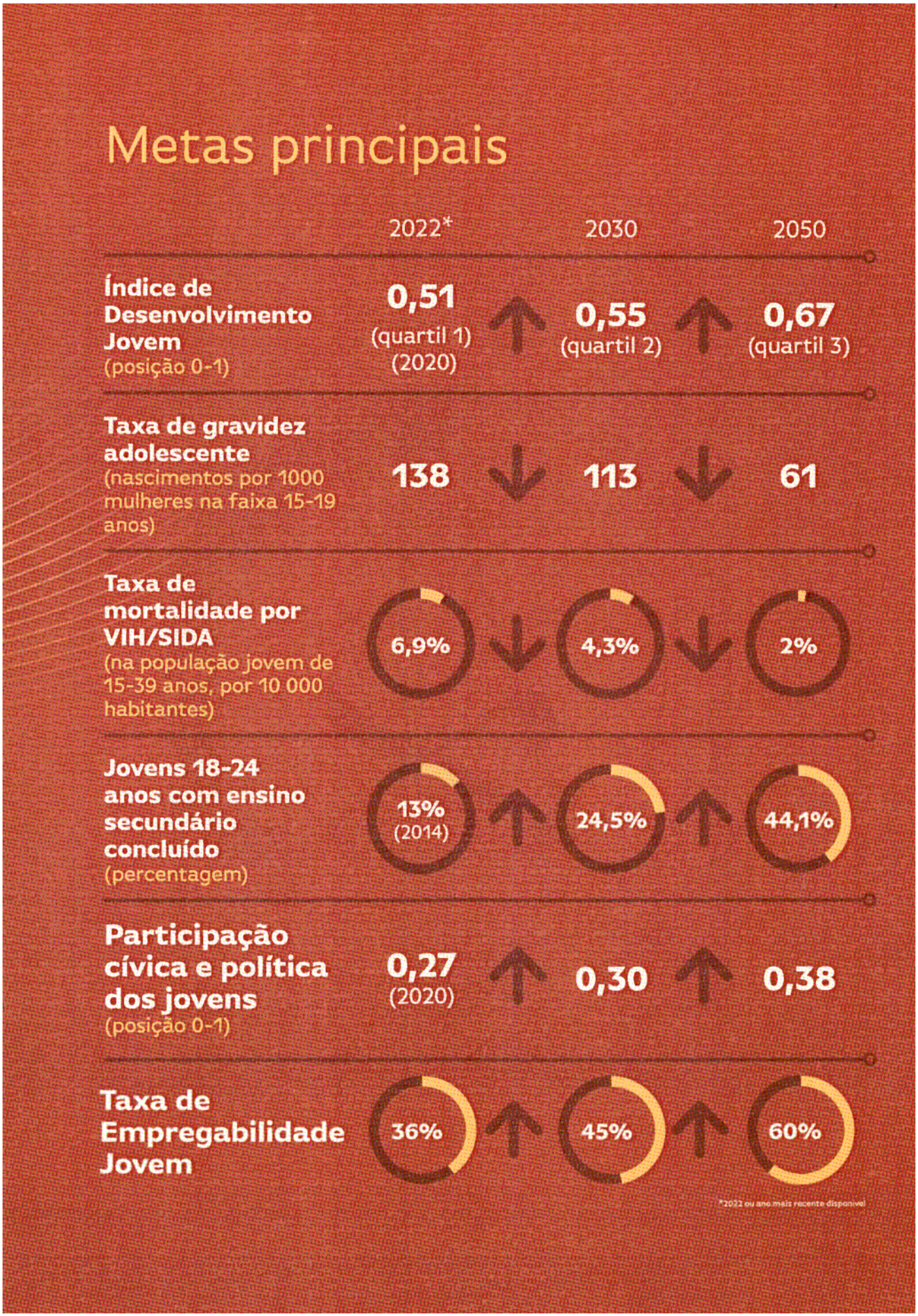
2050



2050

10.4 Juventude

A juventude angolana liderará o processo de desenvolvimento nacional, num quadro inclusivo de igualade de oportunidades para a realização das suas legítimas aspirações, através do acesso a cuidados de saúde, educação, desenvolvimento de competências e exercício da cidadania


Metas principais
2022*
2030
2050
Índice de Desenvolvimento Jovem
(posição 0-1)
0,51
(quartil 1)
(2020)
0,55
(quartil 2)
0,67
(quartil 3)
Taxa de gravidez adolescente
(nascimentos por 1000 mulheres na faixa 15-19 anos)
138
113
61
Taxa de mortalidade por VIH/SIDA
(na população jovem de 15-39 anos, por 10 000 habitantes)
6,9%
4,3%
2%
Jovens 18-24 anos com ensino secundário concluído
(percentagem)
13%
(2014)
24,5%
44,1%
Participação cívica e política dos jovens
(posição 0-1)
0,27
(2020)
0,30
0,38
Taxa de Empregabilidade Jovem
36%
45%
60%
*2022 ou ano mais recente disponível

A nossa visão

Em 2050, os jovens em Angola viverão num quadro inclusivo de igualdade de oportunidades que lhes permitirá realizar as suas aspirações. Os jovens são um activo fundamental para o desenvolvimento e a unidade de Angola, e serão apoiados no acesso equitativo a serviços essenciais, tais como os cuidados de saúde, a educação e a habitação, encorajados a aprofundar o exercício da cidadania e a participar no processo de construção nacional. Um número crescente de jovens frequentará e concluirá o ensino secundário e terá acesso a oportunidades de prosseguir os estudos, aceder à formação profissional e a desenvolver competências, o que ajudará a construir carreiras e a garantir a independência financeira, promovendo, deste modo, a coesão social, a igualdade e a democracia.

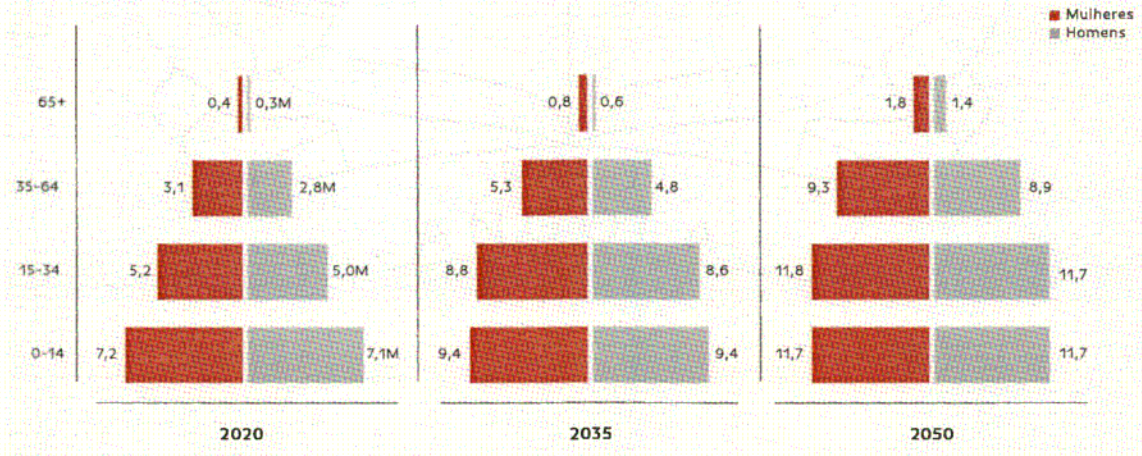
A população angolana está a crescer e, em 2050, os jovens (entre os 15-34 anos de idade) tornar-se-ão no maior segmento da população, criando enormes desafios ao nível das infra-estruturas, dos serviços essenciais e dos recursos (Quadro 66).

O crescimento da população jovem de Angola é uma oportunidade para a nossa sociedade canalizar a força e o potencial desta nova geração para renovar o tecido social. Aumentaremos a cobertura do sistema educativo, de modo a garantir que reduzamos o número de jovens que não estudam,

Quadro 66

Nas próximas décadas, a faixa etária 15-34 tornar-se-á o maior segmento populacional de Angola

Pirâmide etária de Angola 2020, 2035, 2050 (Milhões)



Fonte: 2001, 2010: Banco Mundial Population Estimates and Projections. 2020, 2035, 2050: Projecções da População por Província, INE Angola, 2016



não trabalham, nem estão em formação (NEET), que superemos os desafios do desemprego, da exclusão e da instabilidade social, que fortaleçamos as competências e que reforcemos as qualificações da nossa força de trabalho.

Até 2050, teremos assegurado um investimento estratégico e sustentado em capital humano, mediante sistemas de educação e formação de qualidade e de prestação de serviços de saúde essenciais. O nosso objectivo é desenvolver uma força de trabalho competitiva, capaz de responder às necessidades do mercado e que forneça ao País as capacidades e os recursos necessários para alcançar as metas de progresso económico e social ambicionadas.

Numa era de avanço do conhecimento e da tecnologia, a aquisição de competências digitais e tecnológicas é vital para o desenvolvimento de uma força de trabalho competitiva e qualificada, sendo essencial também para fomentar o empreendedorismo. Investiremos, portanto, na literacia digital, impulsionando a formação digital em todos os níveis de ensino e formação profissional.

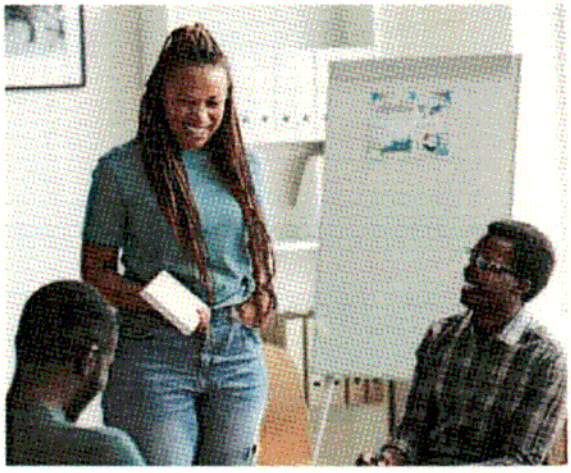
Os jovens são potenciais empreendedores e agentes de mudança, mas devem ser capacitados com apoio e recursos para poderem participar activamente no desenvolvimento de políticas e programas estratégicos que visem fortalecer o desenvolvimento social e económico do país. Promoveremos a sua participação política e cívica e aumentaremos a sua integração na sociedade. Neste sentido, vamos fomentar um diálogo estruturado com os jovens e com as organizações de que fazem parte e o desenvolvimento de novos movimentos cívicos, bem como incentivaremos a criação de grupos e organizações de jovens no interior das comunidades. Estas medidas criarão oportunidades de liderança entre os jovens, mobilizando a sua energia para superar os constrangimentos sociais e os desafios do desenvolvimento.

As escolhas com que nos deparamos

Uma política abrangente para a juventude cobre diferentes áreas da acção governativa, nomeadamente, educação, saúde, economia, indústria, segurança social, habitação, cultura e segurança. Estas políticas lidam com questões sectoriais e não se ocupam, necessariamente, das implicações em grupos populacionais específicos. Esta abordagem sectorial poderá dificultar a formulação, a monitorização e a avaliação do impacto de políticas específicas para os jovens, pelo que a escolha que temos pela frente será entre seguir uma abordagem sectorial segmentada ou adoptar uma abordagem de integração da juventude, sendo que iremos avançar por esta última abordagem de integração.

Consideramos que a integração das temáticas da juventude no planeamento nacional e na implementação de políticas é fundamental para o sucesso de uma política abrangente de juventude. Tendo em conta que as necessidades dos jovens são transversais e requerem coordenação intersectorial, é necessário avaliar, sector a sector, cada política e programa quanto às suas potenciais implicações para a juventude. Neste sentido, é essencial manter um diálogo e uma coordenação permanentes com as instituições que governam cada sector e com as que representam os jovens. Adicionalmente, a avaliação dos impactos das políticas públicas sectoriais na juventude requer uma forte coordenação de governação a vários níveis, exigindo ainda que os jovens, e as organizações em que participam, sejam incluídos no processo de formulação das políticas, na monitorização da sua qualidade e na avaliação do nível de prestação de serviços.

Garantiremos que a Política Nacional da Juventude seja reconhecida como um instrumento político estratégico pelas autoridades centrais e locais no apoio às políticas transversais de juventude em todos os sectores da governação: social, política e económica. Asseguraremos a adopção de uma visão coerente dos resultados fixados para o sector da juventude e a sua integração no âmbito do planeamento e implementação ao nível nacional e local, de modo a aumentarmos as hipóteses de êxito.



As nossas soluções

No sentido de concretizar a nossa visão, capacitar os jovens e apoiá-los para assumirem um papel de liderança no processo de desenvolvimento nacional, definimos quatro conjuntos de soluções: i) melhorar a saúde e o bem-estar dos jovens; ii) aumentar a escolarização e a formação das gerações futuras; iii); promover o emprego e a integração económica; e iv) envolver os jovens na vida social e política. As soluções previstas incluem medidas com implementação a curto prazo e iniciativas que decorrerão a médio e longo prazo (além de 2027).

Melhorar a saúde e o bem-estar

A nossa visão de investimento sustentado em capital humano inclui medidas para apoiar os jovens, proporcionando-lhes acesso a serviços essenciais e ajudando-os a enfrentar desafios sociais. Os nossos objectivos são reduzir a gravidez na adolescência; combater a propagação e a taxa de mortalidade do VIH/SIDA; reduzir o consumo de produtos que causam dependência entre os jovens; e promover o acesso dos jovens a uma habitação condigna.

Promover a saúde sexual e reprodutiva

A curto e médio prazos, apoiaremos a implementação da «Estratégia Integral de Apoio à Saúde de Adolescentes e Jovens», construiremos centros comunitários para aconselhamento familiar, informação e educação sexual e contracepção. Estes centros terão como objectivo prevenir a gravidez na adolescência, a delinquência juvenil e a violência doméstica e no namoro.

Outras iniciativas incluem a criação de um programa específico para mitigar casamentos impostos e precoces, bem como integrar a educação sexual nos currículos escolares. De modo a proteger os jovens, serão criminalizados os actos sexuais entre adultos e menores de 16 anos, e será elaborado e implementado um programa nacional de combate ao assédio sexual nas escolas.

Para reforçar a educação integral em sexualidade, incluiremos os homens nas políticas de prevenção e de redução da gravidez na adolescência. Vamos estabelecer coligações com organizações nacionais e internacionais, visando a implementação de projectos de âmbito comunitário dedicados à generalização do uso de métodos contraceptivos.

Combater a propagação da epidemia do VIH/SIDA

A divulgação de informação e a comunicação directa com os jovens é fundamental para o sucesso das medidas de promoção da sua saúde e bem-estar, nomeadamente no que diz respeito ao combate ao VIH/SIDA. Uma vez que o VIH/SIDA é uma das principais causas de morte dos angolanos com idades compreendidas entre os 15 e os 39 anos, esta deve ser uma prioridade imediata.

Implementaremos, portanto, um programa nacional para jovens infectados com VIH/SIDA, para os ajudar a ter acesso ao tratamento. Relativamente ao combate à propagação da epidemia, realizaremos campanhas inovadoras para fazer o teste do VIH em jovens e para aumentar o seu conhecimento sobre prevenção e tratamento.

Apoiaremos igualmente a criação de uma plataforma digital, ancorada nas redes sociais, com vista a disseminar informação sobre saúde sexual e reprodutiva, VIH/SIDA e outras infecções sexualmente transmissíveis, bem como saúde mental, violência de género e direitos LGBT. Este serviço prestará esclarecimentos e aconselhamento aos jovens de forma confidencial.

As melhores práticas revelam que as organizações da sociedade civil são parceiros eficazes na prevenção da propagação do VIH/SIDA. Por este motivo, os nossos objectivos de longo prazo incluem o lançamento de um projecto de âmbito nacional com parceiros locais, para organizar sessões de sensibilização e a disseminação de informação em escolas e comunidades sobre o VIH/SIDA, bem como de outras doenças sexualmente transmissíveis.

Reduzir o consumo de produtos que causam dependência

Com vista a reduzir o consumo de produtos aditivos, reforçaremos as medidas existentes, impedindo a venda de bebidas alcoólicas e tabaco a menores de idade, e distribuiremos informação sobre os efeitos adversos do consumo de substâncias na publicidade ao álcool e ao tabaco. Ampliaremos, também, os meios de combate ao tráfico de drogas nas escolas e nos bairros, recorrendo a grupos de jovens e outras organizações comunitárias. Adicionalmente, promoveremos o envolvimento de parceiros sociais e associações locais no combate ao abuso de álcool e drogas, e realizaremos campanhas nacionais de sensibilização e prevenção do consumo de álcool, drogas e tabaco.

Promover o acesso inclusivo a habitação condigna

Em articulação com a estratégia para o sector habitacional, garantiremos que o acesso inclusivo à habitação seja mais favorável para os jovens, incluindo o apoio ao arrendamento e à auto-construção e um programa de crédito acessível para aquisição de habitação.

Expandir a educação

Incentivaremos as gerações futuras a obter qualificações profissionais, construir carreiras e alcançar independência financeira. Neste sentido, as nossas metas são aumentar a taxa de escolarização em todos os níveis de ensino, especialmente para as raparigas e mulheres; expandir o ensino tecnológico e técnico-profissional; aumentar a literacia digital; e garantir o acesso a aprendizagens essenciais.

Aumentar o acesso ao ensino

Para massificar o acesso ao ensino, iremos dar apoio condicionado às famílias para garantirem que os seus filhos frequentem a escola, e a criação de um programa alargado de bolsas para os estudantes do ensino secundário. Promoveremos, igualmente, a criação de conteúdos educativos gratuitos em plataformas digitais e televisivas para os diferentes níveis de ensino. Vamos realizar campanhas nos meios de comunicação e nas redes sociais, tendo em vista prevenir o abandono escolar precoce, envolvendo jovens que sejam modelos de referência no mundo do desporto ou das artes. Disseminaremos igualmente os MOOC (Massive Open Online Courses), visando a qualificação profissionalizante de jovens.

A médio e longo prazo, criaremos ainda um programa nacional de ensino a distância em parceria com universidades nacionais e internacionais.

Expandir o ensino tecnológico e técnico-profissional

O desenvolvimento de uma força de trabalho competitiva e qualificada requer o acesso e o reforço das competências digitais e tecnológicas. Por isso, investiremos na formação profissional e expandiremos o acesso ao ensino técnico-profissional. Garantiremos que os programas de formação profissional sejam orientados para necessidades específicas de investimentos públicos e privados. Nesse sentido, planeamos estabelecer parcerias com escolas e centros de formação profissional em todo o País para a formação de jovens em áreas essenciais. Adicionalmente, estabeleceremos quotas de género nos cursos de formação profissional e no ensino superior público.

Aumentar a literacia digital e financeira

A literacia digital e as competências nesta área são competências essenciais para alavancar oportunidades para os jovens e apoiar os objectivos de desenvolvimento social e económico, além de que o acesso aos meios de comunicação digitais poderá reforçar a participação dos jovens na resolução de problemas sociais. Mais pormenores sobre a extensão do acesso aos serviços digitais podem ser encontrados no capítulo sobre telecomunicações.

No sentido de aumentar a literacia digital, dotaremos a rede de centros de juventude de equipamentos informáticos e rede Wi-Fi, reforçando igualmente a formação em competências digitais em todos os níveis de ensino e de formação profissional. Iremos promover parcerias, inclusivamente com o sector privado, para a criação de academias de código em todas as províncias.

Ampliar o apoio e o acesso a aprendizagens essenciais

Criaremos um programa de serviço comunitário, destinado a fomentar a coesão social, a promover a disciplina e a formação do carácter entre os jovens e a combater o desemprego juvenil, recorrendo à formação profissional e ao desenvolvimento de competências para a vida. Noutros países africanos, programas semelhantes têm sido bem-sucedidos no envolvimento de jovens em actividades e serviços comunitários.

Adicionalmente, promoveremos programas transversais, em cooperação com entidades governamentais, com o sector privado e com organizações da sociedade civil, visando promover aprendizagens essenciais em áreas como educação financeira e educação ambiental, bem como programas inter-culturais e de direitos humanos.

Promover a integração económica

No sentido de facilitar a integração económica, criaremos oportunidades de emprego, fomentaremos o empreendedorismo e reduziremos o número de jovens que não estudam, não trabalham nem estão em formação.

Promover o emprego jovem

Proporcionar apoio técnico e financeiro a jovens empreendedores potencia a criação de emprego, impulsiona a economia e promove o desenvolvimento social e económico de Angola. Os nossos objectivos imediatos são promover o empreendedorismo em áreas e projectos com impacto social, através da incubação de empresas e o apoio a *startups*. Criaremos, igualmente, um fundo de desenvolvimento empresarial para mulheres jovens, visando a concessão de crédito a empreendedoras, em parceria com grandes empresas nacionais e multinacionais. Mais detalhes sobre o empreendedorismo e o apoio à incubação empresarial podem ser consultados no capítulo sobre ciência e inovação.

Tendo em vista a promoção do emprego jovem, criaremos um programa de estágios profissionais para recém-licenciados, tanto no sector público como no privado, e definiremos quotas para contratação de jovens na administração pública. Adicionalmente, promoveremos a integração de jovens em projectos públicos de elevada intensidade de mão-de-obra, tais como arborização, construção civil e obras públicas.

No que respeita ao apoio dos jovens nas zonas rurais, promoveremos o desenvolvimento rural através de um programa de apoio ao agro-negócio para jovens.

A longo prazo, as nossas iniciativas de promoção do emprego jovem incluem a definição de um regime de benefícios fiscais, para incentivar a integração de jovens, incluindo jovens com deficiência, na vida activa. Vamos estabelecer quotas para jovens em programas de desenvolvimento com financiamento internacional. Promoveremos também a mobilidade interna de jovens profissionais, através de incentivos fiscais e financeiros. Adicionalmente, exploraremos a criação de feiras de emprego para jovens em parceria com as universidades, os institutos politécnicos, o sector privado e as organizações da sociedade civil nacionais e internacionais.

Integrar os NEET no mercado de trabalho

A integração de jovens NEET no mercado de trabalho requer medidas imediatas, designadamente, a criação de um programa de apoio à conclusão de percursos escolares interrompidos, com uma forte componente prática e profissionalizante. Criaremos um programa de promoção do auto-emprego, com atribuição de subvenções às ideias de negócio seleccionadas. Adicionalmente, criaremos um programa de estágios profissionais remunerados, associados a um sistema de incentivos fiscais, orientados para a aquisição de competências fundamentais para o mercado de trabalho. Iremos introduzir um programa de procura activa de emprego, incluindo o apoio na identificação de propostas e necessidades de formação, na redacção de currículos e na preparação para entrevistas.

No longo prazo, criaremos um programa de requalificação de jovens, em parceria com entidades públicas e privadas, incluindo institutos politécnicos. Estabeleceremos igualmente parcerias com diversas ONGs e organizações internacionais, visando a incubação de micro-empresas, e oferecendo aos jovens empreendedores acesso ao crédito e a formação profissional e de gestão.

Envolver os jovens na vida social e política

A intensificação do envolvimento cívico dos jovens é uma componente importante do processo de construção da Nação e de apoio à integração política, social e económica das gerações futuras. Os nossos objectivos são, portanto, aumentar a participação dos jovens no processo de desenvolvimento nacional; criar oportunidades para o envolvimento cívico e estabelecer um amplo quadro de parcerias, à escala nacional e internacional; aprofundar o quadro legal e institucional do sector, fortalecendo a sua organização e promovendo a sua autonomia; e definir um quadro de financiamento para acelerar o seu desenvolvimento.

Fortalecer a rede de organizações de juventude

A médio prazo, teremos reforçado a rede de organizações da juventude, por exemplo, através da criação da Assembleia Nacional da Juventude e do desenvolvimento de clubes de jovens e de clubes universitários. Encorajaremos o voluntariado juvenil e capacitaremos e apoiaremos as organizações que oferecem esses programas. Iremos promover a inclusão de grupos minoritários e subrepresentados, estimulando a constituição de organizações de juventude a sua integração nas redes nacionais e internacionais.

As iniciativas de voluntariado juvenil noutros países africanos revelaram que envolver os jovens como parceiros na prevenção de conflitos e crimes contribui para a construção da nação e a estabilidade social. Vamos, portanto, criar um programa de voluntariado juvenil de apoio ao policiamento comunitário, em associação com a polícia nacional angolana. Criaremos, também, prémios que distingam os projectos desenvolvidos por associações juvenis com alto impacto social nas suas comunidades. Adicionalmente, exploraremos o incremento de parcerias com organizações internacionais, para apoiar projectos estratégicos vocacionados para a integração social e económica, e reforçaremos o apoio financeiro e institucional a organizações juvenis.

A longo prazo, estimularemos as políticas de responsabilidade social de grandes empresas nacionais e estrangeiras que favoreçam o desenvolvimento das ONGs. Apoiaremos também programas de intercâmbio com diversas ONGs estrangeiras e organismos internacionais e criaremos programas de intercâmbio estudantil inter-provinciais.

Promover actividades artísticas e criativas

Com vista a apoiar e incentivar os jovens no desenvolvimento das suas capacidades e talentos, dinamizaremos, a médio prazo, um programa de âmbito nacional para as indústrias criativas, que promova o desenvolvimento de projectos para jovens em diferentes áreas, como as artes cénicas e visuais, a música, a literatura, a moda e a joalharia. Criaremos, ainda, um programa de bolsas para jovens criadores e promoveremos a realização de mostras para a promoção dos seus trabalhos.

A longo prazo, as nossas iniciativas incluem a criação de um programa de residências artísticas no estrangeiro e a atribuição de bolsas de estudo a jovens que se tenham destacado a nível nacional em iniciativas artísticas e criativas.

Concluir o quadro legal e institucional do sector

A curto prazo, concluiremos o quadro legal para implementar as políticas da juventude, nomeadamente a Lei da Juventude e o Estatuto do Dirigente Associativo, e apoiaremos a implementação do Plano de Acção do Voluntariado, cujo conjunto de acções estratégicas que preconiza permitirá a operacionalização da Política Nacional do Voluntariado e da Lei do Voluntariado, instrumentos recentemente aprovados que constituem as bases fundamentais para a institucionalização do voluntariado em Angola.

Criaremos o Observatório Nacional da Juventude e implementaremos um sistema de recolha, análise e monitorização da informação sobre o sector. Aumentaremos o financiamento para o Fundo de Apoio à Juventude e alargaremos a rede de centros de juventude a todo o país. Também dinamizaremos um portal da juventude para aumentar a comunicação, partilhar informação e promover a transparência.

A médio e longo prazo, apoiaremos o processo de autonomia das organizações do sector, promovendo a sua capacitação e transparência. Ampliaremos, igualmente, as parcerias com entidades do sector privado visando o apoio à criação e ao funcionamento de infra-estruturas dedicadas aos jovens.

As nossas prioridades imediatas para 2027

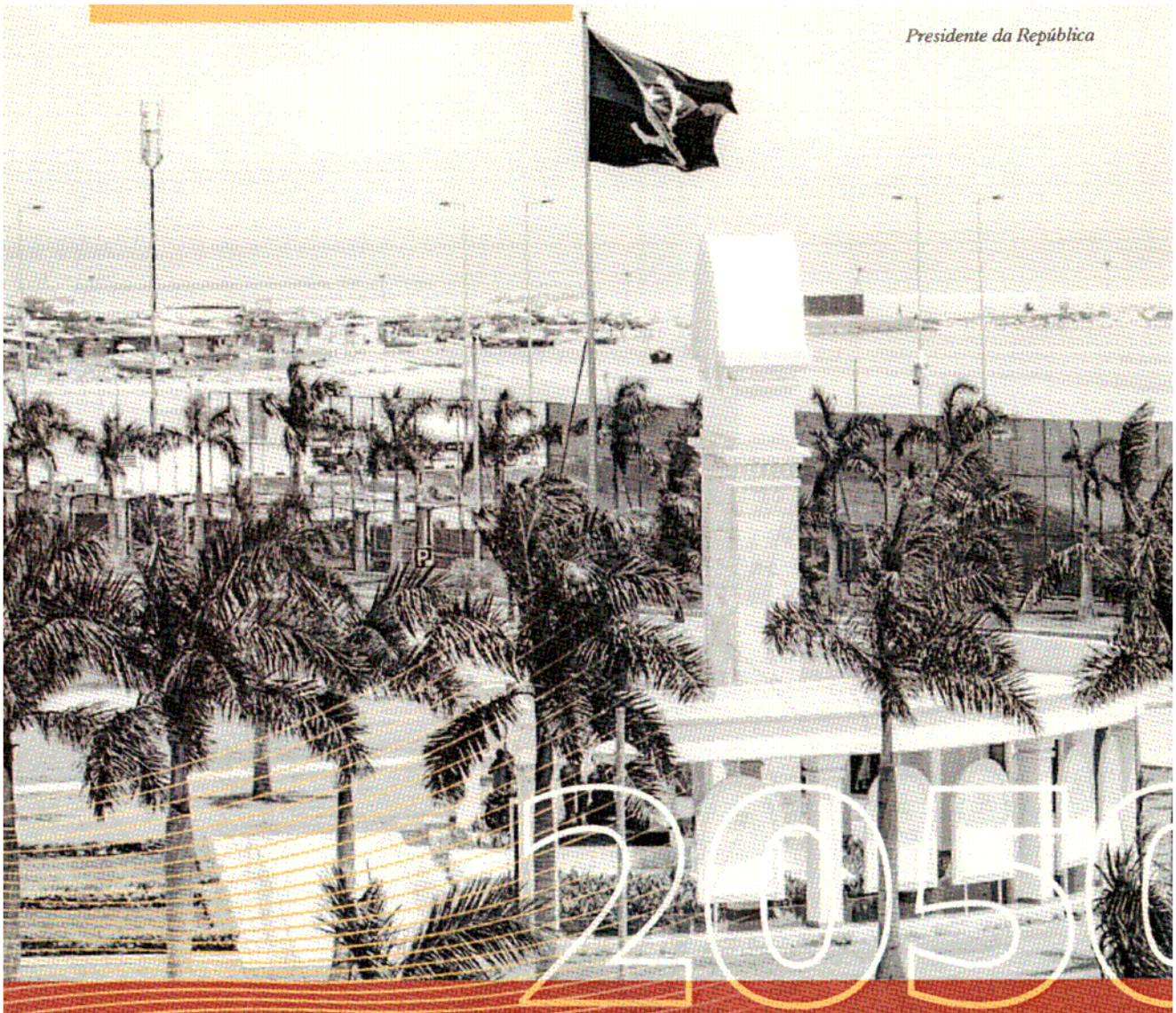
Promover o emprego jovem, através de um programa de estágios profissionais remunerados e de um concurso de promoção do auto-emprego, com atribuição de subvenções às ideias de negócios selecionadas.

Alargar a qualificação dos jovens em idade escolar, através da implementação de programa de apoio condicional às famílias para a frequência escolar dos seus filhos, criação de um programa de conclusão de percursos escolares interrompidos e do aumento da oferta de formação profissional para jovens.

Implementar a "Estratégia de atenção integral à saúde de adolescentes e jovens", com prioridade para o lançamento dos jangos comunitários para aconselhamento familiar, formação sobre sexualidade e DSTs e acesso a meios contraceptivos.

Completar o quadro legal e institucional institucional (Lei da Juventude e o Estatuto do Dirigente Associativo), apoiar a implementação do Plano de Acção do Voluntariado e criar o Observatório Nacional da Juventude para a recolha, análise e monitoria de informação sobre o sector.

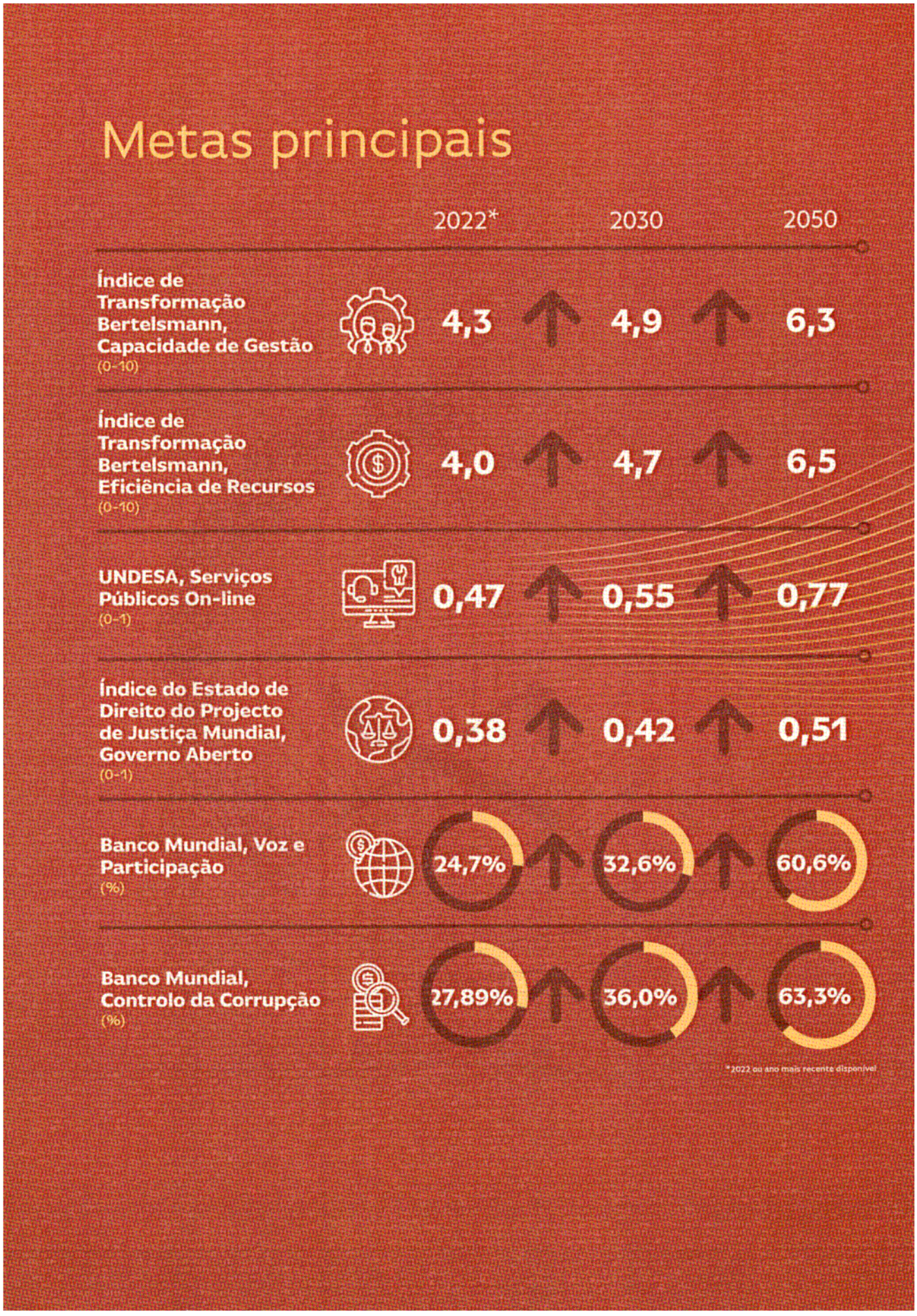
2050



10.5 Reforma do Estado

Reformar pressupõe posicionar e redimensionar a Administração Pública para prestar melhores serviços. Visa também modernizar e encontrar mecanismos de articulação permanente entre os órgãos do Estado, da Administração Pública e os cidadãos. Neste contexto, em 2050 teremos uma Administração mais flexível, moderna, eficiente e mais próxima dos cidadãos, capaz de responder aos desafios do século XXI em matéria de governação participativa e democrática


Metas principais
2022*
2030
2050
Índice do Estado de Direito do Projecto de Justiça Mundial, Direitos Fundamentais
(0-1)
0,38
0,41
0,50
Índice Ibrahim de Governação Africana da Fundação Mo Ibrahim, Democraticidade Eleitoral
(%)
27,7%
37,22%
71,8%
Índice Ibrahim de Governação Africana da Fundação Mo Ibrahim, Participação Política e Cívica
(%)
34,7%
46,0%
85,9%
Banco Mundial, Estado de Direito
(%)
17,3%
24,8%
54,8%
Banco Mundial, Estabilidade Política
(%)
VOTE
20,8%
28,7%
59,2%
Banco Mundial, Eficiência do Governo
(%)
13,0%
20,3%
55,2%
Banco Mundial, Qualidade Regulatória
(%)
27,4%
37,0%
72,4%
*2022 ou ano mais recente disponível


Metas principais
2022*
2030
2050
Índice de Transformação Bertelsmann, Capacidade de Gestão
(0-10)
4,3
4,9
6,3
Índice de Transformação Bertelsmann, Eficiência de Recursos
(0-10)
4,0
4,7
6,5
UNDESA, Serviços Públicos On-line
(0-1)
0,47
0,55
0,77
Índice do Estado de Direito do Projecto de Justiça Mundial, Governo Aberto
(0-1)
0,38
0,42
0,51
Banco Mundial, Voz e Participação
(%)
24,7%
32,6%
60,6%
Banco Mundial, Controlo da Corrupção
(%)
27,89%
36,0%
63,3%
*2022 ou ano mais recente disponível

A nossa visão

A visão subjacente a esta estratégia perspectiva um Estado mais moderno, mais competitivo, com mais e maior sustentabilidade e mais oportunidade para todos os angolanos, para que se possa atingir o desenvolvimento esperado, reforçar a democracia na governação, institucionalizar um poder autárquico forte e representativo dos interesses próprios das populações locais, garantir o respeito pelos direitos fundamentais e o estabelecimento do primado da Constituição da República de Angola e reforçar os mecanismos da luta contra a corrupção para que Angola seja um modelo a nível da África Austral.

Para concretizar esta visão, vamos rever o nosso sistema institucional e o papel do Estado – incluindo a sua intervenção na economia e na sociedade – da seguinte forma: vamos melhorar a eficiência das instituições públicas, melhorar a governação e a regulamentação nos organismos da administração directa e indirecta e nos municípios; modernizar os nossos serviços públicos, assegurando a sua cobertura, eficiência e acessibilidade; estimular a participação dos cidadãos, reforçando a transparência e o escrutínio e um maior envolvimento dos angolanos nos processos de tomada de decisão; reforçar os mecanismos e os recursos necessários para controlar a corrupção e fortalecer a imagem e o posicionamento de Angola e do Estado Angolano no Mundo.

Iremos, também, reformar a Administração Local do Estado, optimizando estruturas administrativas de nível inframunicipal, municipalizando o Estado, melhorando e aproximando os serviços públicos prestados às populações e reduzindo assimetrias regionais.

Para reforçar a qualidade da nossa democracia, vamos continuar a aperfeiçoar os processos eleitorais e reforçar a articulação institucional entre os Órgãos de Soberania, promovendo a sua interdependência de funções estabelecidas na Constituição.

Vamos intensificar a articulação entre o Estado e a sociedade civil, respeitando as regras processuais e as garantias, integrando legislação dispersa num único Código do Procedimento Administrativo e reforçando a confiança entre a administração pública e as partes interessadas.

Reduziremos significativamente a propriedade pública das empresas e estimularemos um papel mais interventivo do sector privado em questões de interesse público. Ao mesmo tempo, aumentaremos o profissionalismo na gestão das empresas públicas e garantiremos a concretização dos objectivos acordados e do respeito pela transparência e pelos códigos de conduta estipulados. Até 2050, teremos uma regulação mais forte e mais eficaz dos sectores económicos fundamentais, seguindo as melhores práticas internacionais, e teremos aprofundado a cooperação com os países parceiros, especialmente em áreas que são altamente interdependentes.

Continuaremos a racionalizar as entidades e os organismos do sector público, abordando possíveis inconsistências e sobreposições nas suas respectivas missões e limitando a proliferação de institutos e de estruturas administrativas. Reavaliaremos periodicamente o estatuto, a autonomia, a organização interna, os objectivos, os recursos e o desempenho destas entidades.

Asseguraremos a descentralização política e administrativa, institucionalizando as autarquias locais, criando condições para o funcionamento dos seus órgãos, assegurando a devida articulação, com base num quadro legal que permita a cooperação com as instituições do Poder Tradicional e outras modalidades específicas de participação dos cidadãos. Forneceremos às autoridades locais o mandato e os meios para gerar estratégias de desenvolvimento que estimulem o empoderamento dos cidadãos e o exercício dos seus direitos civis. Abordaremos também eventuais lacunas em matéria de recursos humanos qualificados no plano local, e protegeremos as estruturas necessárias para prestar serviços sociais básicos e para melhorar o acesso a estes serviços.

Reconheceremos e promoveremos a inovação no sector público. Até 2050, os serviços essenciais estarão acessíveis a todos os cidadãos e empresas em todas as províncias, através de organizações públicas inteligentes e descentralizadas, de recursos humanos qualificados e competentes e de procedimentos consistentes e transparentes. Os serviços públicos serão modernizados, com maior capacidade de recolha de dados estatísticos, planeamento estratégico, execução de projectos, gestão financeira e monitorização. Promoveremos a autonomia, a prestação de contas e a responsabilidade dos agentes públicos, asseguraremos o envolvimento da sociedade civil nos processos de tomada de decisão através da sua prévia auscultação e escrutínio e tomaremos medidas para prevenir a corrupção.

Até 2050, teremos alargado o alcance dos serviços públicos, assegurando a sua proximidade aos cidadãos, através do reforço do investimento, a simplificação administrativa e a digitalização. Reformaremos o modelo da administração pública, flexibilizando-o e adaptando-o às suas finalidades operacionais, focando na transparência, na responsabilização e na satisfação do utente e do cidadão. Incorporaremos também códigos de conduta, a utilização de órgãos consultivos e mecanismos, como inquéritos, avaliação dos utentes e reclamações, para maximizar o escrutínio público e obter apoio para o esforço de reforma. Em cooperação com as partes interessadas, procederemos frequentemente à revisão dos obstáculos internos e dos desafios que impedem que cada serviço atinja o respectivo potencial máximo.



Transformaremos o modelo de emprego público, redesenhando a matriz para as carreiras públicas e revendo os nossos sistemas de recrutamento e de avaliação. Centralizaremos e profissionalizaremos o processo de recrutamento, aumentando a sua transparência. Maximizaremos a utilização do Sistema Nacional de Gestão de Recursos Humanos (SINGERH), para o planeamento estratégico e a gestão de recursos humanos. Permitiremos uma maior flexibilidade nas estruturas das carreiras, incluindo a mobilidade dos funcionários públicos, e promoveremos avaliações centradas nos resultados, assegurando a competitividade externa e regimes de remuneração baseados no mérito e salvaguardando, simultaneamente, a imparcialidade e a equidade interna.

Até 2050, teremos reformado o perfil dos funcionários públicos, transformado as respectivas carreiras, reforçado a sua qualificação geral e desenvolvido mecanismos de formação contínua. Para o efeito, reforçaremos as capacidades dos funcionários públicos, especialmente em áreas como a gestão financeira, a competência digital e a ética. Prestaremos especial atenção à promoção dos mais elevados padrões de competência e de profissionalismo para todos os gestores e dirigentes públicos, estabelecendo uma formação inicial obrigatória e fornecendo módulos adicionais periódicos em temas-chave. Adoptaremos um Código de Ética que defenda os princípios e valores do serviço público e combata a corrupção. Para esse efeito, vamos clarificar as regras relativas a confilito de interesses e a incompatibilidades, introduziremos planos de prevenção da corrupção em cada serviço e procederemos à revisão dos regulamentos disciplinares.

Integraremos os serviços físicos e *online* em plataformas digitais interoperáveis, melhorando significativamente a eficiência e o desempenho no governo electrónico e criando a infra-estrutura para garantir uma operação contínua e maior acessibilidade. Utilizaremos também tecnologias digitais para facilitar a transparência e o acesso à informação e para assegurar a publicação *online* de toda a legislação e relatórios.

A digitalização será também uma ferramenta valiosa para aumentar a participação dos cidadãos, assegurando o escrutínio efectivo da tomada de decisão. Promoveremos uma revisão das práticas dos detentores de cargos eleitos, estimulando o escrutínio público dos respectivos papéis e dos seus resultados, incentivando o envolvimento e a associação dos cidadãos e incutindo a consciência política na próxima geração. Implementaremos um orçamento participativo em todos os municípios, conforme estabelecido por lei, e trabalharemos no sentido de dinamizar práticas públicas e orçamentais abertas.

Angola afirmar-se-á como uma democracia africana forte e credível, baseada em princípios de boa governação, democracia, participação, descentralização, capacitação e transparência. Até 2050, teremos melhorado a posição de Angola nos principais indicadores relativos à governação estatal, ao Estado de Direito, aos direitos fundamentais, à participação dos cidadãos, à eficiência e à responsabilização da administração pública e ao controlo da corrupção.

Em 2050, o Estado estará em melhores condições para assegurar uma gestão eficaz e eficiente; implementar políticas públicas sólidas em todos os domínios; atrair investimentos; criar oportunidades de crescimento económico; prestar serviços que estimulem o desenvolvimento, a coesão social e o bem-estar dos cidadãos; e assumir uma maior responsabilidade pela paz e pela segurança na região.

Angola confirmar-se-á como uma das principais democracias africanas do século XXI, e garantirá uma nova percepção externa do País, positiva e atractiva, assegurando o nosso envolvimento competitivo na economia global, aproveitando a nossa posição geoestratégica e a nossa estabilidade política, garantindo o papel de Angola enquanto potência regional.

As nossas soluções

Faremos corresponder o papel do Estado às nossas capacidades reais, aplicando os meios à nossa disposição para ir ao encontro das expectativas dos cidadãos. O processo de Reforma do Estado incluirá a redefinição do papel do Estado, a reorganização das instituições do Estado, a modernização da administração pública, o envolvimento dos cidadãos, e a prevenção e punição da corrupção.

Aplicaremos quatro princípios orientadores a todas as nossas soluções.

- **Boa governação** – O poder será exercido de forma eficaz, justa, equitativa, transparente, responsável e apropriada, recorrendo a processos de tomada de decisão informados por considerações éticas.
- **Reforço das capacidades do Estado** – Criaremos novas instituições quando necessário, suprimiremos as que se revelarem desnecessárias e garantiremos que as instituições públicas tenham a capacidade de funcionar e cumprir as obrigações do Estado com eficácia. Isto exigirá mudanças no recrutamento e na gestão dos recursos humanos e, assim, reforçaremos as respectivas qualificações e competências.
- **Democracia e participação** – Este princípio implica a protecção das liberdades cívicas e a igualdade perante a lei. Promoveremos a participação política, garantiremos o pluralismo político e um sistema eleitoral robusto e asseguraremos a responsabilização e o acesso à informação.
- **Descentralização, subsidiariedade, desenvolvimento local e municipalização** – Descentralizaremos o poder e a autoridade, e os recursos associados, para que os problemas sejam resolvidos no nível que se revelar mais eficiente. O conceito de subsidiariedade também se aplica, o que significa que a autoridade central assume uma função subsidiária, desempenhando apenas as tarefas que não puderem ser executadas num nível mais local. Envolveremos outros agentes que não o Estado para fornecer bens e serviços públicos, quando estes possuam uma melhor compreensão das necessidades e estejam numa melhor posição para fornecer os bens e serviços de forma eficiente, salvaguardando ao mesmo tempo a igualdade de acesso.

- Identificámos seis conjuntos de soluções para reformar o Estado, que implementaremos até 2050. i) construir um Estado moderno e eficiente; ii) reforçar a confiança no Estado e nas instituições públicas; iii) desenvolver e modernizar as instituições do Estado; iv) modernizar a gestão e capacitar os recursos humanos; v) assegurar o desenvolvimento e a sustentabilidade local; vi) reforçar a imagem e o posicionamento do Estado Angolano no mundo.

Construir um Estado moderno e eficiente

O nosso objectivo global subjacente a esta solução é construir um Estado moderno e eficiente que esteja bem estruturado para promover a paz, a segurança e o bem-estar dos cidadãos.

Definir e implementar uma reforma do Estado abrangente e coerente

Realizaremos uma reforma do Estado abrangente e coerente, garantindo o necessário equilíbrio entre os Poderes Legislativo, Executivo e Judicial. Institucionalizaremos os procedimentos em torno da eleição e nomeação para cargos políticos e administrativos conforme estabelecido na Constituição da República de Angola e na Lei de Bases da Função Pública.



Remodelar a intervenção estatal na economia e na sociedade

Priorizaremos a coordenação e a regulação dos sectores e continuaremos a implementar os processos de privatização do sector empresarial público planeados, incentivando a iniciativa privada. Ajustaremos a dimensão do Estado de acordo com as perspectivas financeiras do País e reduziremos as despesas estruturais do sector público.

De forma integrada e coerente, continuaremos a implementar processos de delegação de poderes e descentralização administrativa, devolvendo a responsabilidade a institutos públicos, a empresas públicas e a empresas privadas com capital público, e desenvolvendo parcerias público-privadas.

Focaremos as actividades centrais do Estado na prestação de serviços sociais básicos, tais como a saúde, a educação, o saneamento, os transportes e a habitação, e no fornecimento de infra-estruturas para apoiar iniciativas privadas através de logística, portos, caminhos-de-ferro, aeroportos, energia e telecomunicações. Apoiaremos igualmente o desenvolvimento do ambiente empresarial, incentivaremos a concorrência e o desenvolvimento de mercados e empresas, e incentivaremos o empreendedorismo.

Racionalizar e redimensionar o sector empresarial do Estado

Racionalizaremos e redimensionaremos o sector empresarial do Estado, procedendo à fusão de empresas públicas segundo critérios como a eficiência e a procura de serviços essenciais e liquidando aquelas que estiverem paralisadas ou que não acrescentarem valor ao fornecimento de bens públicos essenciais.

Procederemos à avaliação estratégica das empresas do sector empresarial público, sobretudo das que apresentam maiores perdas e das que beneficiam dos maiores subsídios. A avaliação incidirá sobre o modelo de governo empresarial, o desempenho financeiro, a estrutura de despesas, a relação custo-benefício dos bens ou serviços fornecidos e a responsabilização e prestação de contas.

Após a fase de avaliação inicial, desenvolveremos contratos-programa entre o Instituto de Gestão de Activos e Participações do Estado (IGAPE) e os conselhos de administração das empresas para definir investimentos, práticas e objectivos. O aperfeiçoamento do modelo de governação permitirá a garantia da profissionalização progressiva dos administradores de empresas públicas – com critérios para a selecção, avaliação de desempenho e remuneração – e a nomeação de administradores não executivos independentes, conselhos fiscais e auditores internos.

Institucionalizaremos códigos de conduta para empresas públicas de acordo com as recomendações da OCDE. Reavaliaremos também a força de trabalho e a sua qualificação, o estado das instalações e as eventuais obsolescências do equipamento e o grau de desenvolvimento digital das empresas face à respectiva estratégia. Destacaremos as ferramentas de transparência e prestação de contas aperfeiçoadas pelo IGAPE, incluindo novas dimensões de avaliação do governo das sociedades, procedimentos e critérios para a selecção de recursos humanos, a avaliação do desempenho e a remuneração.

Definir um sistema regulatório mais eficaz e eficiente

Para desenvolver um plano de acção para a reforma do sistema regulatório, identificaremos um quadro baseado na metodologia do Banco Africano de Desenvolvimento, nomeadamente sobre governação, regulamentação e resultados, e avaliaremos a afectação de recursos financeiros e a experiência necessária para alcançar uma reforma eficaz e eficiente.

Criaremos um tribunal especializado em concorrência, regulação e fiscalização, com jurisdição em todo o país, para agilizar os processos nesta área.

Aprofundaremos a cooperação regional, promovendo a harmonização regulatória com outros países da região, e apoiaremos a preparação e o financiamento de projectos regionais. Estes esforços ajudarão a aumentar a confiança entre os países vizinhos. Consolidaremos ainda as instituições regionais que facilitem a implementação de acordos e projectos regionais e definiremos prioridades regionais, nomeadamente em áreas de interdependência – por exemplo, infra-estruturas e transportes.

Reforçar a confiança no Estado e nas instituições públicas

Reforçaremos a confiança dos cidadãos no Estado e nas instituições públicas, reforçando a democracia, apoiando o envolvimento entre o Estado e os cidadãos, reforçando a qualidade dos serviços públicos, construindo a confiança entre a administração e as partes interessadas e combatendo a corrupção e a criminalidade económica.

Promover a melhoria contínua da qualidade da nossa democracia

De forma a melhorar a qualidade da nossa democracia, continuaremos a fortalecer os mecanismos democráticos, à luz das melhores práticas internacionais. Continuaremos também a convidar observadores independentes no âmbito dos processos eleitorais.

Estimularemos uma governação aberta, promovendo a participação dos cidadãos na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas. Este modelo de governação ajudará a promover a comunicação e o acesso à informação pública sobre legislação, projectos de âmbito local e nacional e processos de tomada de decisão. Institucionalizaremos práticas, tais como consultas públicas, sessões abertas com os cidadãos e promoveremos o escrutínio e a responsabilização dos representantes eleitos. Implementaremos também experiências locais de orçamentação participativa de acordo com boas práticas.

Reforçaremos o quadro legal e financeiro de apoio a organizações estudantis e associações da sociedade civil locais para promover a participação pública, o envolvimento dos cidadãos no desenvolvimento do País e a qualificação de novos dirigentes. Incentivaremos ainda a criação e consolidação de meios de comunicação plurais e independentes, como referido no capítulo sobre os *media*.

Criar um sistema independente para avaliar a actividade e o desempenho do Estado

Ampliaremos a capacidade estatística do País, bem como as práticas de avaliação e reporte na administração pública. Promoveremos a sustentabilidade das políticas públicas, revendo as ferramentas de gestão e planeamento e reforçando a sua coerência e consistência a curto, médio e longo prazos. Incrementaremos ainda a transparência na gestão de recursos públicos, adoptando uma programação plurianual.

Dinamizaremos os mecanismos de responsabilização pelos resultados, divulgando de forma sistemática os resultados de avaliações e criando os incentivos positivos e negativos que recompensem ou penalizem o desempenho.

Avaliar e melhorar a qualidade dos serviços prestados

Criaremos um programa nacional para promover a inovação e melhorar a qualidade dos serviços públicos. Desenvolveremos as ferramentas para projectar, implementar, administrar e avaliar serviços públicos e incentivaremos a participação dos cidadãos na definição de padrões de qualidade para os serviços públicos e a avaliação da respectiva prestação.

Implementaremos um programa de formação interna e de informação externa sobre os princípios éticos subjacentes aos serviços públicos e sobre os direitos dos cidadãos na relação que estabelecem com a administração pública. Estas actividades estarão associadas ao novo Código do Procedimento Administrativo, considerando o seu potencial para promover uma melhor relação entre a administração pública e os cidadãos.

Criaremos também instâncias consultivas em serviços públicos, nomeadamente nos serviços que mantêm um relacionamento mais frequente e intenso com os cidadãos e as empresas.



As consultas poderão ser feitas *online* e internamente, centrando-se em objectivos, planos de acção e relatórios de actividades. Realizaremos inquéritos de opinião regulares sobre a qualidade dos serviços públicos, identificaremos prioridades de acção e criaremos um prémio nacional de qualidade para os serviços públicos.

Prevenir e combater a corrupção e a criminalidade económica

O nosso objectivo é prevenir a corrupção e a criminalidade económica, clarificando as responsabilidades institucionais, políticas e administrativas para a elaboração de políticas públicas e coordenando a respectiva implementação e avaliação. Entretanto, asseguraremos que as instituições responsáveis por estas políticas públicas dispõem dos meios e dos poderes apropriados.

Acompanharemos a implementação do Plano Estratégico de Prevenção e Combate à Corrupção, procederemos à sua actualização periódica, divulgaremos os resultados e envolveremos a sociedade civil na sua actualização, monitorização e avaliação. Avaliaremos e corrigiremos eventuais lacunas e deficiências da legislação nesta área.

Utilizaremos também o sistema de ensino, em todos os níveis, para inculcar os valores da integridade e da probidade, e asseguraremos a formação inicial e contínua dos elementos envolvidos na prevenção e combate à corrupção.

Desenvolver e modernizar as instituições do Estado

Vamos desenvolver e modernizar as instituições estatais recorrendo à digitalização, à simplificação administrativa e à racionalização da estrutura do Estado, transformando o modelo de emprego público, articulando a legislação dispersa num único código de procedimento administrativo e assegurando que todas as entidades que exercem poderes administrativos respeitam as mesmas normas.

Estimular a eficácia das instituições e a responsabilização nos processos de tomada de decisão e de implementação

Promoveremos a desconcentração administrativa para garantir a eficácia. Identificaremos e corrigiremos eventuais duplicações de tarefas dentro de e entre ministérios e institutos públicos e reavaliaremos a concessão de autonomia financeira a institutos e entidades dependentes do orçamento do Estado. Vamos também profissionalizar e promover a estabilidade das estruturas de gestão, dissociando-as dos ciclos políticos e das mudanças dos decisores políticos.

Elaborar e implementar a reforma de procedimentos

Faremos plena implementação do Projecto de Simplificação de Procedimentos na Administração Pública. Modernizaremos os mecanismos de participação, colaboração, cooperação e comunicação entre as partes interessadas, bem como o acesso generalizado à informação, aumentando os níveis de confiança na administração pública.

Estabeleceremos a cooperação interna entre os diferentes órgãos da administração pública, como regra geral, o que será essencial para articular as actividades dos municípios com a administração central.

Vamos introduzir prazos únicos, gerais e breves para o cumprimento das actividades quotidianas, com prazos mais longos — mas também únicos e gerais – para actividades extraordinárias com claro interesse público. Introduziremos o princípio da aceitação tácita, quando a administração não cumprir estes prazos.

Atribuiremos poderes de decisão efectivos e materiais aos tribunais administrativos, actualizaremos e modernizaremos o sistema de contestação de decisões administrativas e introduziremos legislação para regular a responsabilidade contratual e extracontratual da administração pública.

Definir e implementar sistemas de avaliação dos serviços públicos

Clarificaremos as responsabilidades políticas e institucionais para a promoção de políticas públicas que garantam a modernização e a qualidade dos serviços públicos.

Criaremos uma equipa de missão que inclua representantes da sociedade civil e do sector empresarial para identificar e promover a resolução de bloqueios de gestão legislativos e burocráticos, evitando a criação de novas barreiras burocráticas.

Estabeleceremos também um sistema de avaliação dos resultados dos serviços públicos – que utilize meios de avaliação internos e externos, incluindo o envolvimento da sociedade civil – para demonstrar os resultados alcançados e avaliar a eficiência na utilização dos recursos. Reforçaremos a capacidade das inspecções e das auditorias internas e externas e promoveremos a cooperação entre os vários intervenientes no desenvolvimento de metodologias adequadas. Isto permitir-nos-á suspender ou reorganizar serviços que não proporcionem valor acrescentado à sociedade.

Impulsionar o governo electrónico, a digitalização e a simplificação dos procedimentos administrativos

Concretizaremos a agenda de transição digital da Administração Pública. Dinamizaremos políticas, coordenadas pelo instituto responsável pela modernização administrativa de optimização dos gastos públicos em TIC – assegurando a avaliação obrigatória dos investimentos em tecnologias digitais e a sua interoperabilidade, evitando a dispersão de bases de dados e servidores. Criaremos uma carreira profissional em TIC, melhorando e harmonizando a remuneração dos profissionais, mantendo assim estas competências na administração pública.

Aceleraremos a integração dos serviços públicos prestados aos cidadãos e empresas num único portal digital oficial da administração pública (SEPE) e asseguraremos a interoperabilidade dos dados recolhidos e a articulação dos serviços envolvidos. Este esforço de integração de serviços incluirá o Serviço Integrado de Atendimento ao Cidadão (SIAC), como rede de balcão único.

Ao desenvolver programas nacionais de formação em competências digitais, inclusivamente em zonas rurais, reforçaremos a literacia digital e o acesso dos cidadãos aos serviços públicos. Para tal, promoveremos também a instalação de espaços móveis equipados com computadores com acesso à Internet para o público, com acesso gratuito nas zonas rurais, e reforçaremos a utilização de tecnologias digitais nas escolas. Promoveremos ainda a cooperação e a partilha de conhecimentos em torno do governo digital e da transformação digital do sector público com países parceiros da região e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Modernizar a gestão e capacitar os recursos humanos

Reformaremos o modelo da administração pública, flexibilizando-o e adaptando-o às finalidades operacionais, com ênfase na satisfação do utente e do cidadão, na transparência e na responsabilização. Apoiaremos as carreiras dos funcionários públicos, reforçando as qualificações e formação dos mesmos, e monitorizaremos os progressos alcançados, promovendo avaliações orientadas para os resultados.

Modernizar o modelo e os métodos de organização do trabalho no Estado

Criaremos um programa de inovação para modernizar os métodos de trabalho e melhorar a prestação de serviços aos cidadãos, incluindo a utilização das TIC. Adoptaremos o paradigma da gestão baseada em resultados na administração pública e dinamizaremos modelos flexíveis para a organização dos serviços públicos – de acordo com a missão, os recursos e a abrangência territorial correspondentes – com o objectivo de maximizar a eficácia. Reforçaremos também a capacidade para desenvolver e operacionalizar estratégias de desenvolvimento no âmbito do respectivo campo de actuação, para estabelecer relações com entidades externas congéneres, para gerir projectos e para captar receitas próprias e financiamento de organizações internacionais, de acordo com o potencial das nossas organizações. Reavaliaremos ainda a multiplicação de estruturas administrativas intermédias e libertaremos recursos para outras tarefas.


Presidente da República

Adoptar um código de ética para apoiar os princípios e valores do serviço público e combater a corrupção

Atribuiremos responsabilidades políticas e técnicas claras para desenvolver e coordenar a implementação de uma política pública de integridade na administração pública. Definiremos e divulgaremos os valores vigentes do serviço público e clarificaremos as regras sobre impedimentos, incompatibilidades e conflitos de interesse.

Ajustaremos aspectos disciplinares da administração pública, mapeando os riscos de corrupção em todos os serviços e elaborando planos de prevenção, e estruturaremos sistemas de aconselhamento sobre comportamento ético. Implementaremos também uma formação inicial de todos os funcionários em questões de ética, criaremos mecanismos legais para proteger denunciantes e testemunhas, avaliaremos periodicamente os progressos alcançados e asseguraremos a divulgação pública dos resultados da avaliação.

Reformar o modelo de relacionamento no emprego público

Definiremos claramente o âmbito da administração pública de acordo com linhas horizontais (institucionais) e verticais (profissionais). Criaremos uma matriz de emprego público que estabeleça o tipo de funções a serem desempenhadas e a sua natureza permanente ou temporária – independentemente de serem prestadas por um serviço público ou não – e adoptaremos a legislação necessária para configurar este modelo.

Criar novos sistemas de carreiras e de avaliação do desempenho

Modernizaremos o sistema de carreiras, tornando-o simples, claro e baseado no mérito. O novo sistema incluirá o recrutamento profissionalizado, centralizado e transparente, o incentivo a estratégias de recrutamento de talentos e a autorização de diferenciação salarial de acordo com os resultados alcançados.

Reforçaremos os princípios do mérito e do profissionalismo em todas as áreas, tanto na lei quanto na prática, e procederemos à revisão do sistema de avaliação do desempenho para o tornar uma ferramenta eficaz na gestão dos recursos humanos e no estímulo aos resultados. Avaliaremos ainda a competitividade externa e a equidade interna do sistema de remuneração da administração pública, identificaremos áreas problemáticas, definiremos prioridades de intervenção e asseguraremos a respectiva sustentabilidade económica. Este processo incluirá a avaliação da relevância de diferentes suplementos remuneratórios e a racionalização da sua aplicação, bem como o desenvolvimento de mecanismos para tornar uma parte da remuneração mais flexível, com base no mérito demonstrado no desempenho das funções.

Racionalizar os efectivos do Estado

Racionalizaremos os efectivos ao serviço do Estado, desenvolveremos a política de emprego público e criaremos instrumentos eficazes para a previsão das necessidades de pessoal a médio e longo prazos. Tal inclui a identificação de situações em que as capacidades dos funcionários não estão a ser plenamente aproveitadas, sendo necessário promover a reafectação temporária ou permanente dos mesmos, bem como a criação de mecanismos para requalificar funcionários cujas funções são desnecessárias e reafectá-los aos seus serviços após a formação.

Desenvolveremos, também, um sistema de mobilidade entre todos os níveis da administração pública, facilitando a mobilidade profissional, institucional e geográfica. Criaremos e estabeleceremos mecanismos financeiros e de desenvolvimento profissional que incentivem a mobilidade dos serviços para áreas onde exista maior necessidade e que permitam substituir os funcionários cujas funções e qualificações acrescentem pouco valor à prossecução do serviço público.

Desenvolver e capacitar o capital humano

Melhoraremos a competência técnica dos funcionários da administração pública, adoptando medidas selectivas para o recrutamento de pessoal qualificado. Asseguraremos também meios adequados para financiar a formação profissional.

Reveremos o regime da administração pública no que diz respeito aos dirigentes, com o objectivo de reforçar as suas qualificações, a competência, o profissionalismo, a estabilidade, a ética e a autonomia decisória, bem como a responsabilidade pelos resultados. Definiremos também a formação obrigatória e actualizaremos as actividades dos dirigentes utilizando técnicas de formação adequadas. Assim, daremos prioridade à formação profissional dos dirigentes da administração pública e eliminaremos os cargos de gestão que não são adequadamente justificados, nomeadamente aqueles que têm reduzidos quadros de pessoal.

Rever e implementar o sistema de gestão de recursos humanos

Avaliaremos o quadro jurídico do SINGERH, para determinar a sua capacidade de disponibilizar toda a informação qualitativa e quantitativa necessária para o planeamento estratégico e a gestão dos recursos humanos na administração pública. Utilizaremos o potencial das TIC para automatizar o carregamento e o processamento da informação, assegurando que a criação, manutenção e gestão da base de dados do SINGERH protejam adequadamente a confidencialidade dos dados pessoais, de acordo com a legislação. Garantiremos selectivamente o acesso à base de dados por entidades com um interesse público comprovado, com salvaguardas legais para a protecção de dados pessoais. Publicaremos anúncios de empregos públicos periodicamente, com a descrição do perfil dos candidatos.

Assegurar o desenvolvimento e a sustentabilidade local

Vamos institucionalizar o poder local e reforçar os órgãos locais para permitir o exercício dos direitos por parte dos cidadãos. Vamos também integrar o poder tradicional a nível local na organização administrativa do Estado e garantir o acesso de todos os cidadãos aos serviços sociais básicos.

Promover órgãos autónomos locais, valorizar as instituições do poder tradicional e outras modalidades de participação do cidadão

Institucionalizaremos órgãos locais autónomos para garantir a prossecução eficiente e eficaz do interesse público, caucionar maior participação dos cidadãos na governação local e estender o processo de democratização do Estado na esfera local a institucionalizando as Autarquias Locais.

Competências e recursos em matéria de descentralização

Implementaremos uma política de descentralização das funções políticas e administrativas, atribuindo ao município uma posição central na relação entre o Estado e os cidadãos. Tal envolverá a municipalização dos serviços públicos, de uma forma integrada, tornando os municípios responsáveis pela prestação de serviços públicos.

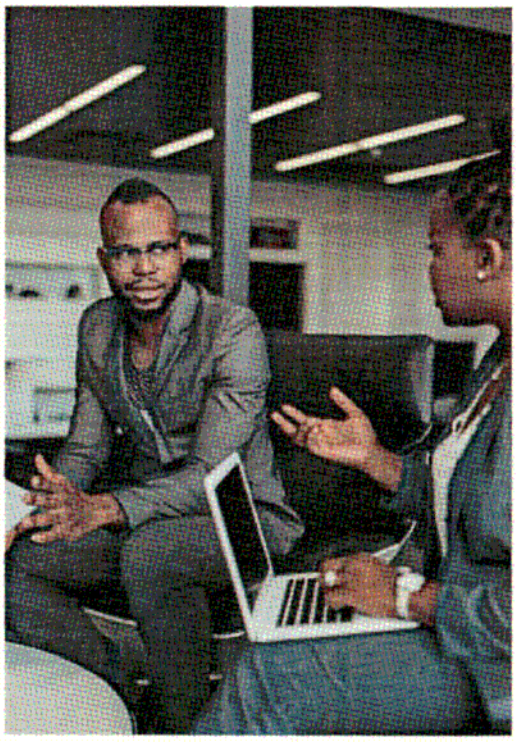
Aprofundaremos a integração digital dos sistemas nacionais de gestão na educação, saúde, justiça e noutros serviços específicos, como no licenciamento técnico, por exemplo, para melhorar a descentralização efectiva dos sectores para o plano local.

Proporcionaremos aos municípios os recursos económicos e a autonomia de gestão, de acordo com as respectivas responsabilidades legais, para que possam prestar serviços e aumentar o seu acesso pelas populações locais. Neste sentido, dotaremos a administração pública local do equipamento e das competências digitais de que necessita.

Apoiar a capacidade operacional da administração local

Apoiaremos a criação e a revisão periódica de planos de desenvolvimento local realistas para cada município, em articulação com os planos de desenvolvimento nacional. Estimularemos mecanismos de apoio financeiro aos municípios, com base em critérios claros e de acordo com as suas características específicas e demográficas. Asseguraremos também a transferência fiável e previsível de recursos financeiros para os municípios, com enfoque na simplificação de processos, bem como no reforço da capacidade de cobrança de receitas locais.

Apoiaremos a gestão flexível de recursos pelos municípios e a reafectação de fundos quando necessário, inclusive no âmbito de programas de desenvolvimento nacional. Reforçaremos o recrutamento de pessoal com formação em finanças e gestão local. Estabeleceremos também mecanismos de prevenção e planos de recuperação de dívidas dos municípios, inclusive para os processos relativos a transferências aprovadas e pagas mas não liquidadas.



Institucionalizar as Autarquias Locais

A institucionalização dessa pessoa pública diferente da Administração Pública Central representa o epicentro do processo de Reforma do Estado, pois impactará sobre a forma de organização funcional, territorial e na partilha de responsabilidades públicas entre o Executivo Central e os Órgãos Autónomos Locais, o que permitirá garantir maior maleabilidade na prossecução do interesse público e maior descongestionamento no funcionalismo público. A implementação das Autarquias Locais visa o reforço da democratização do aparelho do Estado visto que ela confere às comunidades locais o direito de escolher os seus representantes nos órgãos autárquicos. As autarquias locais devem ser capazes de se autossustentar e reduzir a intervenção do Estado nas questões do foro local.

Organizar o território

Reformar pressupõe, também, organizar o território, olhando para o desafio da definição dos limites territoriais, a fim de mitigar os conflitos, ainda existentes, de gestão do território e o crescimento populacional desordenado. Sendo assim, até 2050 devem ser concretizados os limites territoriais provinciais e intermunicipais, a correcção dos erros topológicos, visando uma ocupação mais efectiva e equilibrada do território.

Dinamizar o princípio da subsidiariedade

A partilha de competência entre os órgãos centrais e locais é um desafio fundamental, pois permite a transferência de tarefas, atribuições e competências do nível central para local, tornando estes últimos capazes de exercê-las, o que simboliza a inovação e o desenvolvimento da governação contemporânea, que se quer mais próxima do cidadão.

Reforçar a imagem e o posicionamento do Estado Angolano no mundo

Angola afirmar-se-á como uma das principais democracias africanas do século XXI, promovendo uma percepção atractiva, nova e positiva do País no mundo.

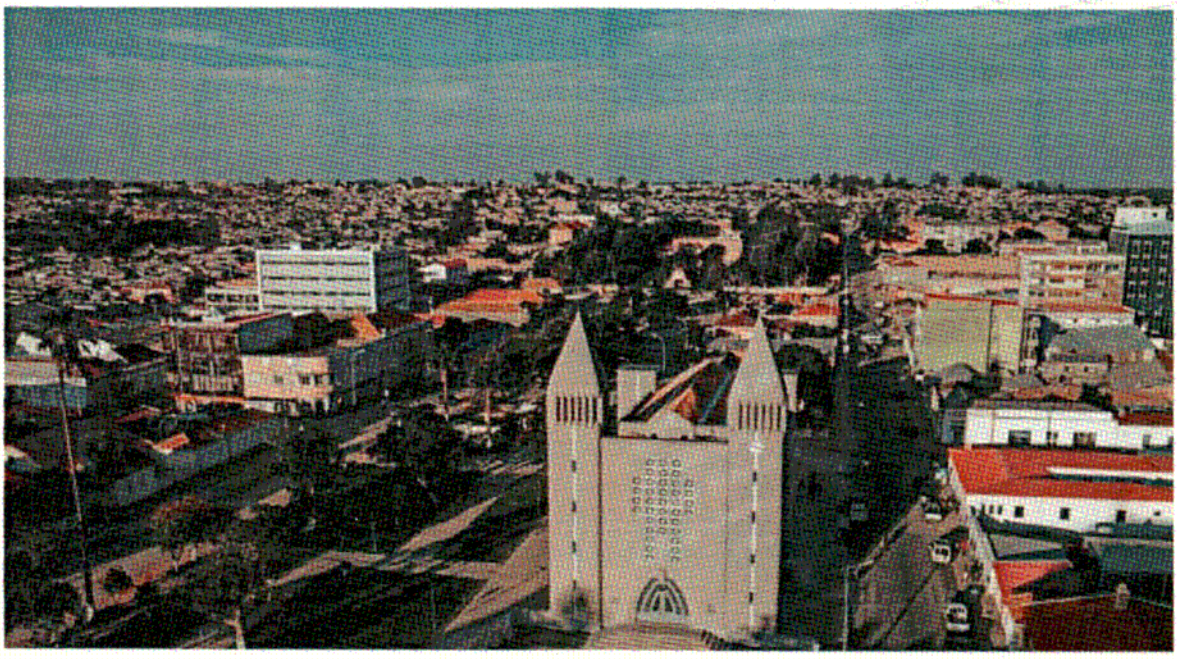
Promover uma percepção positiva e atractiva de Angola

Trabalharemos para fazer de Angola uma referência como uma das grandes democracias da África Subsaariana no século XXI. Identificaremos aspectos de *soft power* que podemos desenvolver, consolidar e promover nas áreas de política interna e externa. Promoveremos também de forma activa e sistemática a participação de Angola em órgãos de governo e na consulta e monitorização de diferentes instituições no plano global, africano e regional.

Aprofundar a participação de Angola na Arquitectura de Paz e Segurança Africana (APSA) da União Africana

Aprofundaremos a participação de Angola na APSA da União Africana, desenvolvendo um novo corpo de tropas especiais e criando e modernizando forças de segurança de intervenção rápida, em articulação com soluções semelhantes na União Africana e na SADC. Daremos prioridade à capacitação humana e ao equipamento das Forças Armadas e de Segurança para prevenir – e intervir em – novas formas de guerra e de guerrilha, nomeadamente cibernética, química e biológica, com recurso crescente a soluções intensivas de IA, em cooperação com a União Africana e a SADC.

Intensificaremos também a participação de Angola no Conselho de Paz e Segurança da União Africana e nos respectivos órgãos subsidiários, incluindo o Sistema Continental de Alerta Rápido, as Forças de Alerta Africanas, o Painel de Sábios e o Fundo para a Paz. Reforçaremos a participação das Forças Armadas e de Segurança Angolanas nas missões de paz das Nações Unidas, da União Africana, da SADC e da CPLP. Por último, promoveremos a formação de equipas para servirem como estado-maior, observadores militares e conselheiros em alianças de defesa regionais ou no âmbito das Nações Unidas.



As nossas prioridades imediatas para 2027

Definir e implementar uma reforma global e coerente do Estado, introduzir melhorias no modelo de governação e concretizar os processos de privatização do SEP, priveligar funções de coordenação e de regulação de sectores, alinhadas com as melhores práticas internacionais

Reforçar a confiança no Estado e nas instituições públicas, implementar o novo Código do Procedimento Administrativo e o Projecto de Simplificação de Procedimentos na Administração Pública, reforçar o acesso à informação pública sobre legislação e envolver os cidadãos na definição, implementação e avaliação de políticas públicas, incluindo através de orçamento participativo nos municípios, e fazer um combate claro à corrupção, aprovando um Código de Ética no serviço público, clarificando as responsabilidades na criação da política pública de prevenção e combate à corrupção, ajustando o estatuto disciplinar do serviço público, envolvendo os serviços na identificação dos riscos de corrupção e na elaboração de planos preventivos e criando os mecanismos legais de protecção de denunciantes e testemunhas

Desenvolver os serviços do Estado, extinguir e reorganizar os serviços que não demonstrem o seu valor acrescentado para a sociedade, criar um sistema de avaliação de resultados dos serviços públicos com meios de avaliação interna e externa. Implementar o Roteiro para a Agenda de Transição Digital da Administração Pública 2022-2027, criar uma carreira profissional pública em TIC atractiva, iniciar a avaliação prévia dos investimentos em tecnologias digitais e acelerar a integração de serviços públicos ao cidadão e às empresas num portal único (SEPE), articulado com a rede de balcões únicos físicos SIAC

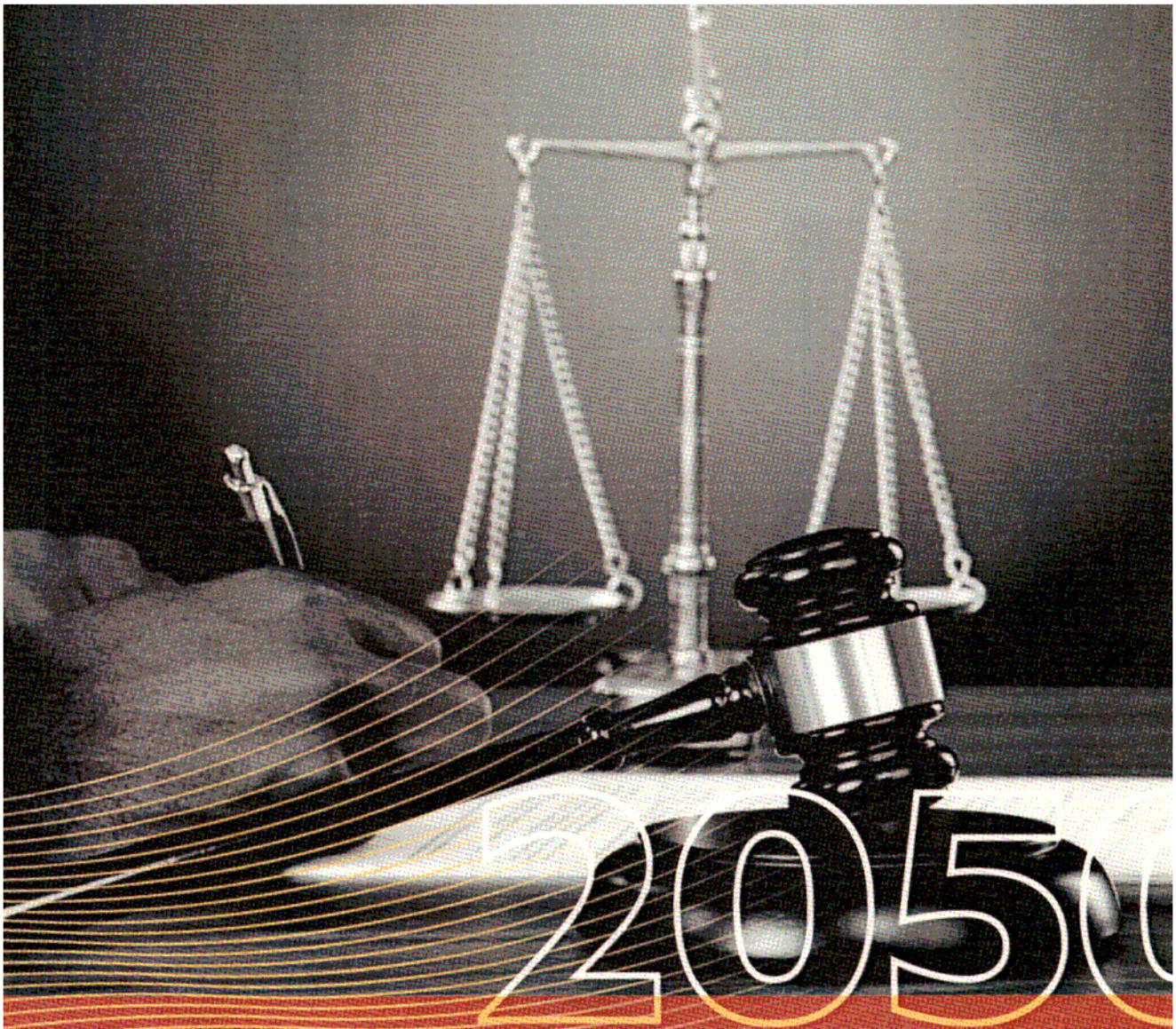
As nossas prioridades imediatas para 2027

Modernizar a gestão do Estado, assegurar a estabilidade das estruturas de administração, adoptar um paradigma de gestão por resultados e de gestão de projectos na administração pública

Reformar as carreiras e capacitar os funcionários ao serviço do Estado, criar uma matriz de emprego público adaptada às funções a exercer e à sua duração, maximizar o uso do SINGERH e das TIC para melhorar a gestão de recursos humanos e a avaliação de desempenho, reavaliar os níveis remuneratórios da administração pública, rever o regime dos cargos dirigentes da administração pública e reforçar as suas competências e formação obrigatória

Racionalizar os efectivos ao serviço do Estado, criando mecanismos para a sua redução e eliminando postos dirigentes supérfluos

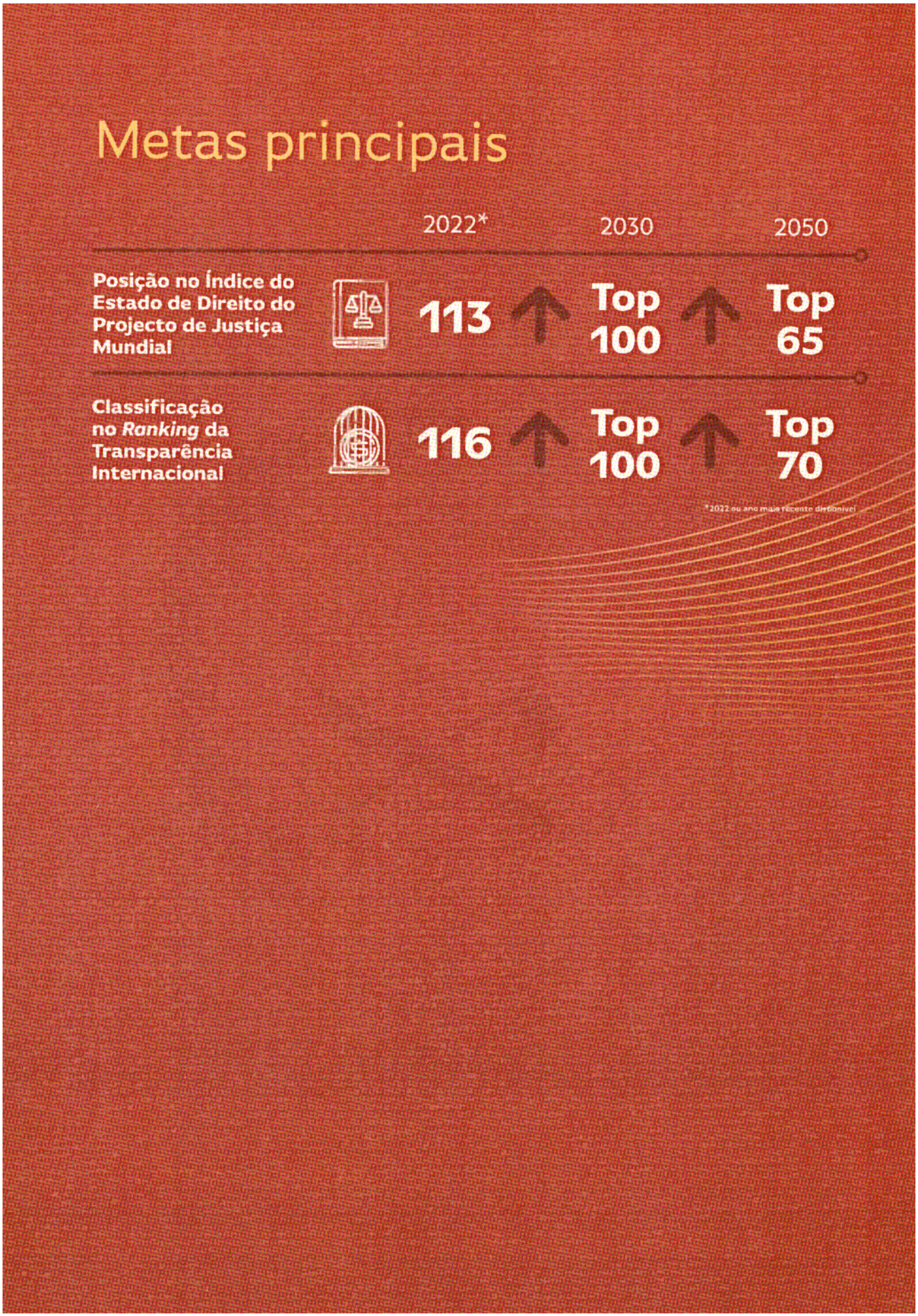
Desenvolver o Poder Local e Municipal, concretizar as eleições para os seus órgãos; dotar os municípios de recursos e de autonomia, permitir a flexibilização da gestão de recursos e a realocação de verbas; reforçar o recrutamento e a mobilidade de recursos humanos capacitados na área da gestão, das finanças locais e das competências digitais para as autarquias e municipalizar os serviços públicos essenciais, acelerando a integração digital dos sistemas de gestão nacionais na área da Educação, Saúde, Justiça e Outros Serviços Específicos



2050

10.6 Justiça

Acesso universal a um sistema de justiça independente, célere e eficaz para todos os Angolanos, com cobertura em todo o território nacional, especialização técnica e recursos tecnológicos de ponta


Metas principais
2022*
2030
2050
Posição no Índice do Estado de Direito do Projecto de Justiça Mundial
113
Top 100
Top 65
Classificação no Ranking da Transparência Internacional
116
Top 100
Top 70
*2022 ou ano mais recente disponível

A nossa visão

Este capítulo encerra temas que se inscrevem nas esferas executivas da justiça e da administração interna. Neste sentido, os objectivos, metas e soluções preconizadas serão implementados pelos ministérios de tutela das respectivas áreas.

Assume-se como visão do sector da Justiça, até 2050, tornar Angola numa referência na garantia do respeito e da defesa dos Direitos Humanos, baseado no princípio da dignidade da pessoa humana, e que os angolanos tenham acesso inclusivo às instituições públicas e aos tribunais de modo universal e em todo o território nacional em condições de igualdade. Deste modo, prevê-se uma Angola alinhada com as melhores práticas internacionais em matéria de direitos, liberdades e garantias e de boa governação na gestão dos recursos públicos, no respeito pelas diferenças e inclusão de grupos sociais vulneráveis, minoritários e tradicionalmente sub-representados.

A concretização da visão projectada para 2050 depende da implementação de um conjunto de reformas estruturais no sector da Justiça, em particular ao nível da independência do sistema de Justiça e da transparência do sector público. Ambicionamos concretizar uma progressão substancial da classificação de Angola nos indicadores internacionais, passando do último quartil do Índice do Estado de Direito do Projecto de Justiça Mundial para o segundo quartil, registando um *score* de 0,52 (face a 0,43 em 2021). Esta ambição requer a adopção de medidas concretas que contribuam para a melhoria da percepção de Angola como um país democrático baseado no primado da lei, com garantias de transparência, acesso público e escrutínio da informação associada à actividade governativa, de regulação e de supervisão.

Alcançar esta visão até 2050 exigirá o fortalecimento da autonomia e da independência do poder judicial, revendo os procedimentos de nomeação e controlo e reforçando os percursos de carreira e remunerações. Vamos aprovar e implementar legislação que modernize o sistema judicial, viabilize a cooperação internacional no combate à corrupção, encoraje a adesão formal de Angola às orientações e instrumentos internacionais de combate à evasão fiscal e promova a introdução de mecanismos eficazes para garantir a legalidade e transparência dos procedimentos públicos.

Contudo, manter-no-emos vigilantes na continuidade da aplicação do Princípio da Maioridade dos Direitos Humanos, dando relevância prática à cultura da igualdade, da não discriminação e do respeito pelos direitos civis e políticos, pelos direitos económicos, sociais e culturais e do acesso à justiça.

Ambicionamos lançar as bases para uma intervenção profunda ao nível da prevenção e do combate à criminalidade, com especial atenção à violência e à criminalidade social, bem como ao combate à corrupção e ao crime organizado sofisticado. Iremos reduzir significativamente o número de crimes anuais por cem mil habitantes, actualmente fixado em 207, para patamares próximos dos 165. Também introduziremos mecanismos alinhados com as melhores práticas internacionais em matéria de prevenção e combate à corrupção, ao branqueamento de capitais e à fraude e evasão fiscal, continuando assim o processo da reversão da percepção de Angola como país com elevados níveis de corrupção e catapultando Angola para os lugares cimeiros dos *rankings* mundiais.

O investimento nos tribunais e no sistema penitenciário será essencial para os adaptar a uma procura crescente resultante da combinação do crescimento populacional estimado com as medidas dirigidas à criação de acesso universal à justiça.

Promoveremos a reforma da justiça, reestruturando a organização interna e optimizando o funcionamento dos tribunais judiciais, através do reforço da formação especializada, do desenvolvimento de meios alternativos de resolução de litígios e através da implementação de novas tecnologias que promovam ganhos de produtividade. A justiça convencional apresenta, em geral, bastantes limitações para dar cobertura à enorme demanda dos seus serviços. Por outro lado, a complexidade dos procedimentos judiciários e judiciais torna muitas vezes a justiça lenta, prejudicando o efeito preventivo geral das decisões proferidas nos tribunais. Como forma de colmatar esta dificuldade objectiva da justiça convencional, afigura-se necessário implementar meios alternativos da justiça, visando designadamente:

- Promover e fortalecer a implementação dos mecanismos alternativos de resolução de conflitos, a partir de um pilar de igualdade e de não discriminação;

- Apoiar o exercício de mediação de conflitos em áreas rurais, dinamizando acções de formação com instituições e líderes comunitários em mecanismos alternativos de resolução de conflitos, recuperar e difundir os sistemas de justiça próprios dos diferentes grupos tradicionais, desde que não firam princípios próprios da CRA e da dignidade da pessoa humana.

Calcula-se até 2050, a construção de centros de resolução de conflitos em todos os municípios do país, sejam eles públicos ou privados.

Não menos importante, é a atribuição da assistência jurídica às camadas mais desfavorecidas da população.

Angola dispõe, actualmente, de um número elevado de quadros de suporte, representando mais de dois terços dos funcionários de justiça, e um reduzido número de magistrados judiciais e do Ministério Público e de advogados inscritos, distribuídos de forma desigual pelo território nacional. Nas próximas décadas, aumentaremos a oferta de magistrados judiciais para valores próximos de 2,4 por 100 mil habitantes; de procuradores para valores próximos de 2,5 por 100.000 habitantes; e de advogados registados para valores próximos de 15,7 por 100.000 habitantes. Investiremos progressivamente na formação de agentes de justiça especializados e utilizaremos novas tecnologias para aumentar a produtividade e agilidade dos processos, incluindo justiça cibernética e inteligência artificial, apoiando a evolução para a transformação digital do sector.

A incorporação dos Direitos Humanos na implementação de políticas públicas constitui um imperativo de natureza moral, de dignidade humana e de vanguarda civilizacional. Elevaremos a classificação de Angola nos principais *rankings* internacionais de direitos humanos, abordando os desafios relativos à igualdade de tratamento para todos os cidadãos, garantindo a ausência de discriminação. Garantiremos a protecção de direitos, liberdades e garantias a todos os grupos minoritários e sub-representados, não deixando nenhum angolano ou angolana para trás.


Outras metas
2022*
2030
2050
Índice de Eficiência das Câmaras do Tribunal Supremo (dados mais recentes de 2018)
8,8
7,2
4,6
Nº de juízes por 100 mil habitantes
1,9
2,0
2,4
Nº de procuradores por 100 mil habitantes
1,9
2,0
2,5
Nº de advogados por 100 mil habitantes
13,8
14,4
15,7
*2022 ou ano mais recente disponível

As escolhas que enfrentamos

O futuro da justiça depende do investimento nas pessoas e nas instituições. Este desiderato vai requerer alterações substanciais no actual modelo de formação, de contratação e de colocação de magistrados. O modelo proposto terá impacto directo na qualidade das decisões judiciais e, consequentemente, nos níveis de confiança no acesso à justiça e de percepção do seu funcionamento adequado. A qualidade do sistema exige que estejam reunidas as condições para assegurar que as decisões sejam proferidas num quadro de total separação de poderes, de transparência e de autonomia e independência.

Uma justiça moderna e eficaz é uma justiça para todos. Os nossos tribunais darão cobertura a todo o território nacional, universalizando o acesso, mesmo nas zonas mais remotas, e abrangendo as franjas mais desfavorecidas da população, com recurso ao apoio judiciário público. Mas uma justiça mais célere e eficaz depende também da descompressão do sistema judicial, libertando-o de processos menores, por exemplo, através da descriminalização do pequeno delito comum, da substituição de penas por medidas alternativas ou do recurso a outros meios de resolução de litígios. Isso permitirá a sua concentração na litigiosidade especializada, com impacto social, relevância comercial e propósito económico e financeiro.

Uma justiça com fundações fortes e sólidas é uma justiça comprometida com o combate à corrupção, focada em absorver os instrumentos, mecanismos e as melhores orientações internacionais em matéria de prevenção da corrupção, do branqueamento de capitais e da fraude fiscal, com recurso à colaboração e cooperação internacional.

Finalmente, uma justiça moderna e na vanguarda da civilização é também uma justiça que trata com dignidade aqueles que serve, mesmo aqueles que priva temporariamente da liberdade ou condena. O nosso sistema deve proteger a população encarcerada de abusos e conferir-lhe garantias acrescidas de recurso, condições dignas de cumprimento de penas e programas de reintegração e reinserção social e laboral.

As nossas soluções

A concretização do potencial e ambição do nosso sector da Justiça depende da implementação de um conjunto de acções e medidas concretas, tendo em conta as prioridades, as especificidades exclusivas da cultura de justiça no País, o perfil de criminalidade e litigiosidade de Angola, os meios e recursos disponíveis e as melhores práticas implementadas e testadas noutros países.

Algumas soluções contribuirão para garantir um quadro geral de autonomia e independência na actuação das magistraturas e de transparência governativa e para diminuir significativamente a corrupção e o branqueamento de capitais. Outras iniciativas concentram-se em medidas concretas com potencial para produzirem resultados imediatos na prevenção e combate à criminalidade comum. Outras ainda, de carácter mais estrutural, apontam caminhos para a reestruturação da organização interna dos tribunais e da optimização da operação dos tribunais e agentes de justiça ou da reabilitação e requalificação do sistema penitenciário.

Carácter estratégico do acesso à Justiça

O acesso à justiça constitui o corolário intrínseco do processo de conquista da maioridade nacional em Direitos Humanos. Sem estar garantido o acesso à justiça, os angolanos não poderão promover, defender e proteger eficazmente os Direitos Humanos de forma endógena. Este factor de concretização do princípio da maioridade em Direitos Humanos é o que completará o ciclo de intervenção soberana dos cidadãos nacionais em matéria de Direitos Humanos. Não estando garantido o acesso à justiça haverá sempre uma janela aberta para que os cidadãos recorram às instâncias internacionais de Direitos Humanos para procurar denunciar, defender e corrigir os atentados aos Direitos Humanos que ocorram no país.

O acesso à justiça deve ocupar, por isso, um lugar preponderante, inserindo-se na efectiva necessidade de garantir o direito à justiça por parte dos angolanos em condições de igualdade e não discriminação. À semelhança do ambicioso programa de combate à corrupção e à impunidade, torna-se necessário que se garanta a investigação, julgamento e punição de casos de violações aos Direitos Humanos com celeridade.

O acesso à justiça deve ser alinhado com a extensão dos serviços de justiça para mais próximos das comunidades, no quadro da reforma judiciária em curso, dando sequência ao processo de criação dos Tribunais de Comarca e de Tribunais da Relação, visando o descongestionamento do Tribunal Supremo, de modo a se atingirem os seguintes objectivos:

- Garantir o acesso à justiça e o devido processo legal a toda a população em condições de igualdade;
- Fortalecer as capacidades dos órgãos que intervêm na administração da justiça, em matéria de investigação, e responsabilização em matérias de violações de Direitos Humanos;
- Criar cada vez mais condições necessárias, de tipo estrutural, operacional e financeiro para assegurar o acesso à justiça da população de forma diferenciada, em função das respectivas especificidades sociais e territoriais;
- Assegurar que os agentes dos órgãos que intervêm na administração da justiça possuam perfil adequado e que correspondam as exigências de investigação e responsabilização em casos de violações de Direitos Humanos;



- Consolidar e promover os mecanismos alternativos de resolução de conflitos, como instrumentos eficazes de luta contra a impunidade, bem como uma política criminal com principal realce na prevenção e punição de violações contra os Direitos Humanos;

- Fortalecer a coordenação institucional entre os órgãos que intervêm na administração da justiça, em casos de violações de Direitos Humanos;

- Implementar ferramentas e instrumentos que permitam mensurar o grau de impunidade processual, para as instituições com competências em investigação, julgamento e responsabilização em matéria de Direitos Humanos, de acordo com os mais inovadores princípios de política criminal;

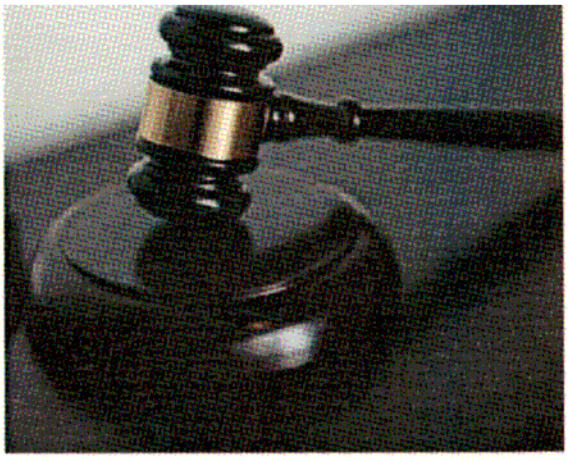
- Fortalecer os mecanismos de protecção dos cidadãos ou instituições que denunciam as irregularidades cometidas por agentes públicos ou particulares, no âmbito do dever de proteger e promover os Direitos Humanos;

- Assegurar o acesso efectivo à justiça a todos os cidadãos, independentemente das suas condições económicas, mediante a orçamentação adequada, através da Ordem dos Advogados, Centros de Resolução Extrajudicial de Litígios (CREL) e outros meios de acesso fácil e não dispendioso à justiça.

Por outro lado, a justiça convencional apresenta em geral bastantes limitações para dar cobertura à enorme demanda dos seus serviços. A complexidade dos procedimentos judiciários e judiciais tornam muitas vezes a justiça lenta, prejudicando o efeito preventivo geral das decisões que são proferidas pelos tribunais.

Como forma de colmatar esta dificuldade objectiva da justiça convencional, torna-se necessário implementar meios alternativos de justiça, visando, designadamente:

- Promover e fortalecer a implementação dos mecanismos alternativos de resolução de conflitos, a partir de um pilar de igualdade e não discriminação;



- Fortalecer e divulgar a Implementação do Plano de Reconciliação em Memória às Vítimas dos Conflitos Políticos;
- Apoiar o exercício de mediações de conflitos em áreas rurais;
- Dinamizar a formação de instituições e líderes comunitários em mecanismos alternativos de resolução de conflitos;
- Recuperar e difundir os sistemas de justiça próprios dos diferentes grupos tradicionais, desde que não firam os princípios estabelecidos na Constituição e da dignidade da pessoa humana.

Reforçar a independência do sistema de justiça e a transparência governativa

Elevar substancialmente a posição de Angola no Índice do Estado de Direito do Projecto de Justiça Mundial exigirá reformas combinadas do Poder Judicial e do Ministério Público, a revisão e aplicação de Leis e Códigos fundamentais e a implementação de mecanismos de garantia de legalidade e transparência dos procedimentos públicos. Neste contexto, implementaremos medidas concretas de reforço da independência do Poder Judicial, a representação diversificada nos órgãos que formam os processos de designação dos membros superiores do Ministério Público e das entidades que o fiscalizam e supervisionam, dando preferência a processos de eleição em detrimento de processos de nomeação directa. Para além disso, aprovaremos um quadro legal que promova processos eficientes e céleres, eliminando expedientes processuais, que alargue o espectro de métodos de investigação criminal e de recolha de prova e que facilite a cooperação criminal internacional.

Definiremos parâmetros e mecanismos de estabilização das dotações orçamentais que assegurem os meios necessários e adequados ao exercício pleno da actividade do Ministério Público, impedindo a ineficácia do sistema por falta de meios e recursos. As carreiras, estatuto remuneratório e sistema de avaliação do desempenho dos membros do Ministério Público serão objecto de revisão e reestruturação e procederemos ao ajustamento da oferta de procuradores à estrutura e perfil da criminalidade no País.

Criaremos, igualmente, um departamento de comunicação institucional para divulgação pública de posições institucionais sobre o estado de processos, das diligências processuais e de decisões proferidas em processos com impacto mediático.

A aprovação de um quadro legal que elimine expedientes processuais, que privilegie os processos abreviados e que alargue o universo de mecanismos de apreciação de prova e facilite a audição das partes em juízo é essencial para agilizar a tramitação das fases dos processos e a eficácia da Magistratura. Definiremos parâmetros e mecanismos de estabilização das dotações orçamentais que assegurem os meios adequados ao exercício pleno da actividade dos juízes, impedindo a ineficácia do sistema por falta de recursos. As carreiras, estatuto remuneratório e avaliação do desempenho dos juízes serão objecto de reestruturação, ajustando a oferta de magistrados à estrutura e perfil da litigiosidade nos tribunais. Reforçaremos a especialização dos juízes em função das matérias através da criação de juízos ou secções especializadas nos principais tribunais.

No campo da aprovação e implementação de Leis e Códigos Fundamentais, a nível processual e adjectivo, reveremos os diplomas existentes e aprovaremos novos diplomas que regulem a tramitação processual administrativa e judicial, nomeadamente: Código de Processo Civil; Código de Registo Civil; Código do Registo Comercial; Código do Registo Automóvel; Código do Notariado; e legislação sobre o registo



criminal. A nível substantivo e material, serão revistos os diplomas existentes e aprovaremos novos diplomas que regulem os regimes jurídicos aplicáveis aos mais diversos sectores da sociedade, nomeadamente: Código Civil; Código de Família; Lei de Política Criminal; e Lei da Defesa Pública e do Apoio Jurídico e Judiciário. Em paralelo, serão revistos os diplomas e aprovados novos diplomas que regulem regimes jurídicos sectoriais ou com destinatários determinados, nomeadamente: Lei do Estatuto dos Magistrados do Ministério Público; Lei Orgânica do Conselho Superior do Ministério Público; Sistema de Gestão Judicial da Rede Nacional de Comunicações da Justiça; e Lei dos Julgados de Paz.

Finalmente, no que concerne à garantia da legalidade e transparência dos procedimentos públicos, criaremos uma plataforma pública de acesso gratuito, permitindo à população e aos agentes do sector da justiça aceder a legislação actualizada, consolidada e aplicável a todo o momento. Disponibilizaremos, também, uma plataforma pública de acesso gratuito sobre a jurisprudência dos tribunais judiciais e arbitrais actualizada e consolidada, permitindo à população e aos agentes do sector conhecer as orientações da prática judicial e decisória. Implementaremos uma plataforma pública de divulgação e disponibilização de dados relativos à contratação pública de bens e serviços, tanto a contratar como já adjudicados, incluindo intervenientes, critérios de atribuição e preço praticado.

Criaremos ainda uma plataforma pública de gestão da contratação de quadros para cargos públicos, incluindo a divulgação de abertura de concursos, critérios de selecção, candidaturas online e fundamentação de decisões finais. A mesma abordagem aplicar-se-á à divulgação de informação de acesso público, para cidadãos e empresas verificarem a forma como são aplicados e geridos os fundos públicos e a sua posição face a direitos adquiridos em cada momento.



Definiremos os critérios de fixação e de dispersão de magistrados pelo território nacional e reveremos os mecanismos de alocação e distribuição de processos e recursos, assegurando a transparência dos processos de distribuição assentes na aleatoriedade e no respeito pelos princípios de alocação em função das matérias, do volume e da complexidade. Institucionalizaremos a avaliação da produtividade dos tribunais e reorganizaremos os procedimentos de registo contabilístico e estatístico do Cofre Geral da Justiça e do sistema de arrecadação de receitas. Promoveremos a eliminação gradual do despacho físico dos processos e a sua substituição por ferramentas tecnológicas que assegurem a desmaterialização de actos e a automatização de procedimentos e prazos judiciais, facilitando a gestão e administração dos tribunais e a actividade dos magistrados e demais operadores de justiça.

Com vista a universalizar o acesso ao Direito e à Justiça, alargaremos a cobertura territorial do sistema judicial e do apoio judiciário, o que exigirá aumentar a capitação de juízes dos actuais 1,8 por 100 mil habitantes para 2,4, e de Magistrados do Ministério Público de 1,9 para 2,5 por 100 mil habitantes. Vamos, também, assegurar a disponibilidade de aproximadamente 16 advogados por 100 mil habitantes.

Promoveremos a efectiva universalidade do acesso ao Direito e à Justiça e a cobertura territorial do apoio judiciário através da concretização da Lei Orgânica sobre a Organização e Funcionamento dos Tribunais de Jurisdição Comum, criando as condições para a institucionalização dos Tribunais de Comarca nos municípios em que serão criadas autarquias, nomeadamente, a identificação ou construção de imóveis, a realização de obras, a distribuição de espaços e equipamentos e a atribuição de orçamentos e fontes de receitas para as respectivas despesas.

Também implementaremos a Lei da Defesa Pública, assegurando o apoio judiciário a camadas desfavorecidas da população. Adaptaremos o regime de acesso ao direito e à justiça para permitir a intervenção de entidades prestadoras de serviços jurídicos de prevenção ou resolução de litígios. Redefiniremos os critérios para o acesso tendencialmente gratuito à justiça, de acordo com o rendimento dos cidadãos, e reforçaremos e diversificaremos os instrumentos de assistência legal e defesa pública orientados para camadas desprotegidas da população. Isto inclui a criação da carreira do Defensor Público, a introdução da figura do Advogado Oficioso Itinerante para regiões remotas ou de menor densidade processual, a abertura de delegações da Ordem dos Advogados junto das Regiões Judiciais, das Províncias Judiciais e dos Tribunais de Comarca e a criação do estatuto de *paralegal* no sistema penitenciário para aconselhamento jurídico a detidos. Para além disso, garantiremos um sistema público simplificado e desburocratizado de acesso ao registo de nascimento, automóvel, predial e notarial e à emissão do bilhete de identidade e registo criminal.

Reavaliaremos o processo de recrutamento de magistrados, reajustando-o à procura judicial prevista e revendo a ponderação dos critérios da qualificação académica, das aptidões técnicas e profissionais, da excelência curricular e das aptidões gerais e pessoais dos candidatos. Faremos uma reestruturação do modelo de formação e capacitação de magistrados, orientada para a sua especialização temática, com recurso à incorporação de formadores nacionais e estrangeiros oriundos de universidades públicas e privadas e de empresas.

Implementaremos, igualmente, um programa permanente de formação contínua para magistrados em exercício, proporcionando-lhes formação técnica e qualificação orientada para a especialização na área e matérias da sua intervenção judicial, do tipo de tribunal, juízo ou secção do exercício da actividade. Criaremos também uma via de formação *ad-hoc* para a contratação de candidatos com competência e experiência profissional prévias em áreas judiciárias com carência de magistrados judiciais.

Por fim, criaremos assessoria técnica permanente nos juízos ou secções de apoio à actividade dos magistrados, através da criação da figura do "assessor técnico judicial", que opere como secretário técnico do magistrado na preparação do expediente judicial, das audiências e das pesquisas. Criaremos também a figura do "técnico perito", assente na utilização de técnicos de reconhecida reputação que sejam requisitados pelos magistrados para esclarecimento de matérias tecnicamente complexas.

Reduzir a taxa de pré-detenção

Definimos como meta reduzir a taxa de pré-detenção dos actuais 46% para 20% em 2050, através do aumento da eficiência do sistema de justiça e da adopção de medidas que protejam os direitos dos acusados e que promovam a reintegração de reclusos.

Para esse efeito, eliminaremos as causas subjacentes à violação dos prazos de prisão preventiva e de detenção sem apresentação a juiz, designadamente, os atrasos na investigação criminal e na recolha de indícios e de prova, a morosidade do sistema de acusação do Ministério Público e dos tribunais e a ineficácia de meios ágeis de reacção, designadamente, o pedido de habeas corpus.

Exercício efectivo dos Direitos Humanos em condições de igualdade

Vamos garantir o exercício efectivo dos Direitos Humanos em Angola para todas as pessoas, em condições de igualdade e sem nenhum tipo de discriminação e assegurar a efectiva participação da sociedade civil na implementação da política nacional de Direitos Humanos.

Alavancaremos o alcance da "maioridade nacional" em Direitos Humanos, mantendo os temas ligados aos Direitos Humanos com a categoria de matéria de Segurança Nacional e o reforço do papel das instituições nacionais na promoção, defesa e protecção dos Direitos Humanos, implementando com rigor as regras e princípios contidos nos instrumentos jurídicos e internacionais sobre Direitos Humanos, designadamente, a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e a Carta Africana de Direitos Humanos e dos Povos de 1968 e de outras convenções internacionais sobre Direitos Humanos.

A "maioridade nacional" em Direitos Humanos exigirá a promoção de princípios básicos de cidadania:

- Cultura de igualdade - É crucial que, no exercício do princípio da maioridade em Direitos Humanos, os angolanos consigam garantir a igualdade de tratamento e de oportunidades a todos os cidadãos e instituições, bem como a necessária implementação em todas as esferas da acção pública que se deve concretizar nas políticas de justiça social;

- Não discriminação - Para uma eficaz execução do princípio da maioridade em Direitos Humanos na realidade de Angola, afigura-se importante estabelecer mecanismos tendentes a garantir maior visibilidade perante a opinião pública da acção pública nacional sobre o compromisso que o Estado angolano tem em relação às questões da discriminação e da desigualdade, como um desafio de Direitos Humanos estrutural da sociedade angolana;

- Comunicação e difusão de Direitos Humanos - A interiorização do princípio da maioridade em Direitos Humanos implica adopção de uma estratégia de comunicação e difusão para cultura de Direitos Humanos. Relativamente a esta temática, desenvolveremos, em todo território nacional, ferramentas de comunicação institucional inovadoras no sistema de comunicação social nacional voltada para os Direitos Humanos;

- Cultura de direitos civis e políticos - continuaremos a implementar as acções e programas públicos existentes em matéria de garantia e protecção dos direitos civis e políticos, assim como incluir acções encaminhadas para a tutela desses direitos;

- Cultura de direitos económicos, sociais e culturais e ambientais - estes direitos pertencem ao grupo que se ocupa das condições materiais, bens públicos e serviços necessários para materializar a ideia de uma vida digna. Os cidadãos devem ter consciência desses direitos fundamentais e trabalhar com o Estado angolano no sentido de continuar a orientar as suas acções visando garantir o gozo efectivo dos mesmos, procurando sempre harmonizá-los com a concreta situação económica e social do país e os princípios internacionais estabelecidos no Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais e na Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos.

Para que a sociedade angolana possa participar de modo proactivo na defesa, promoção e fiscalização dos Direitos Humanos, iremos instituir os Comités Locais de Direitos Humanos, em todas as províncias, municípios e autarquias, distritos e comunas do País. Os comités locais permitirão a territorialização da estratégia para o exercício efectivo dos Direitos Humanos e terão a responsabilidade de, periodicamente, reportar os desenvolvimentos a nível comunal, distrital, urbano, municipal e provincial.

As nossas prioridades imediatas para 2027

Reforçar a autonomia e independência do Poder Judicial, através da aprovação de um quadro legal que privilegie os processos abreviados e elimine expedientes processuais, que alargue o espectro de métodos de investigação criminal e os mecanismos de apreciação de prova, que facilite a audição das partes em juízo e a tramitação das fases, que reforce a cooperação criminal internacional e que assegure as dotações orçamentais para garantir os meios, os recursos humanos e a sua capacitação para o exercício da sua actividade.

Implementar os diplomas já aprovados e reestruturar a organização interna e a optimização da operação dos tribunais judiciais, através da aprovação e implementação de diplomas essenciais à reforma e modernização do sistema judicial e da eliminação gradual do despacho físico dos processos e substituição por ferramentas tecnológicas que assegurem a desmaterialização de actos e procedimentos e a automatização de procedimentos e prazos judiciais.

Combater o branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo e a fraude e evasão fiscais, através da aprovação e implementação de diplomas sobre o branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, a identificação de beneficiários efectivos, a detecção, apreensão e perda dos produtos do crime, o reporte de informação do sistema financeiro e de actividades e profissões associadas e sobre pessoas politicamente expostas e do reforço dos poderes e financiamento da Direcção Nacional do Combate à Corrupção.



10.7 Sistema de Segurança Nacional

Garantir o exercício da soberania, fazendo face aos constrangimentos e vulnerabilidades nacionais, assegurando a neutralização de ameaças e riscos à segurança dos Angolanos, potenciando recursos nacionais e explorando as oportunidades existentes


Metas principais
2022*
2030
2050
Índice da Paz Global do Instituto para Economia e Paz
78º
68º
Top 60
Índice de Segurança e Protecção do Índice Ibrahim de Governação Africana da Fundação Mo Ibrahim
28º
22º
Top 20
Nº de Crimes
por 100 mil Habitantes
207
192
165
Taxa de Ocupação do Sistema Penitenciário
113%
105%
100%
*2022 ou ano mais recente disponível

A nossa visão

A nossa visão assenta no pressuposto de que a Segurança Nacional é a condição de protecção do cidadão, da sociedade e do Estado, contra ameaças e riscos, internos e externos, que garante a realização dos direitos e liberdades constitucionais dos cidadãos, a qualidade e o nível de vida dignos, a soberania, a independência, a integridade do Estado e territorial, e o desenvolvimento socioeconómico sustentável do País.

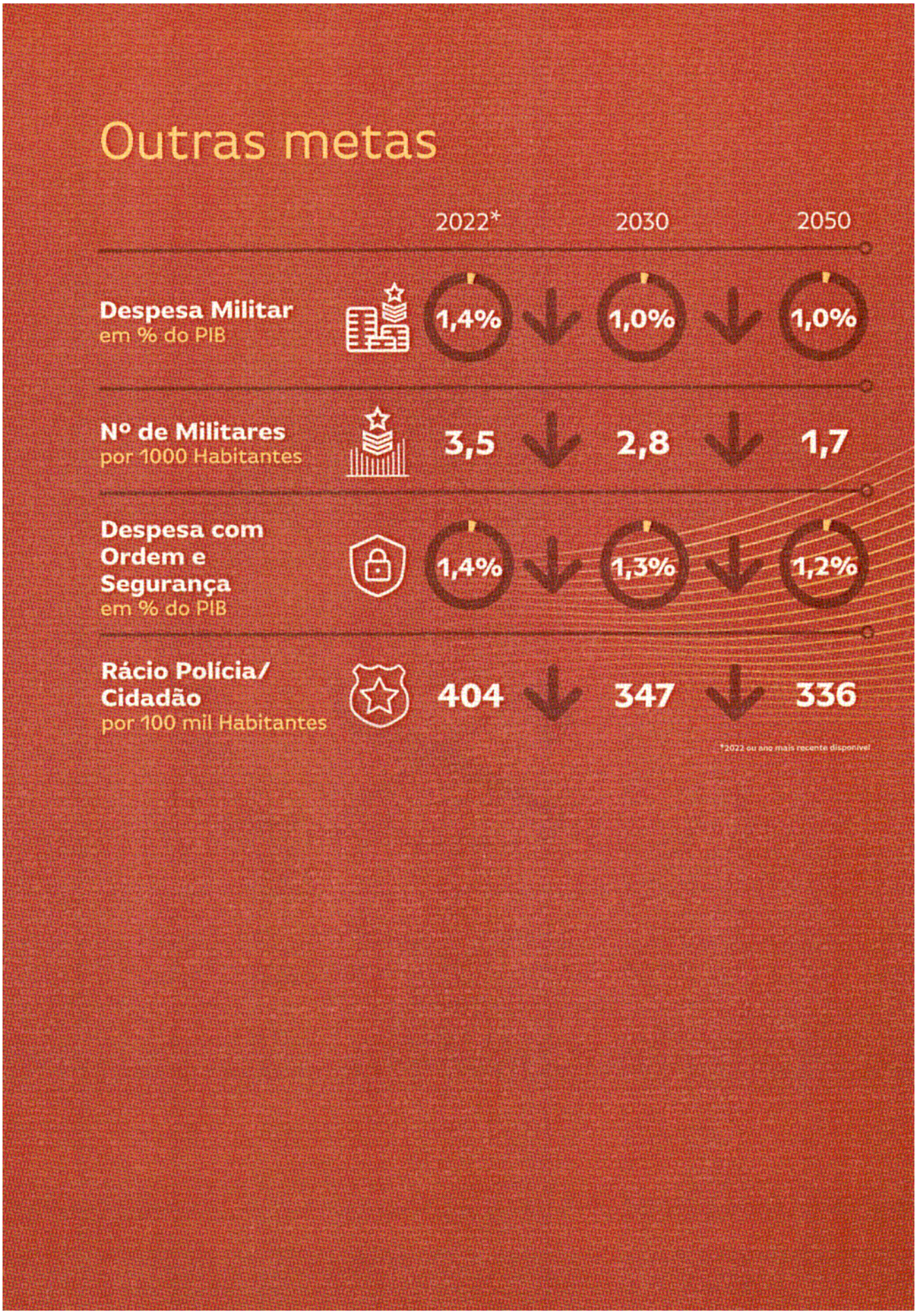
Neste sentido, o Sistema de Segurança Nacional visa garantir "uma nação forte e segura" alicerçada nos valores do progresso, da paz e do desenvolvimento sustentado, perspectivando-se uma maior integração na política e na economia regional, continental e global, requerendo uma clara identificação dos desafios e das oportunidades decorrentes desta conjuntura.

A visão considera que o ambiente estratégico regional e internacional está a experimentar um acelerado processo de mudança multifacética, colocando desafios novos e ameaças complexas e imprevisíveis a segurança de Angola. Este cenário implica que o sistema de segurança nacional deve se tornar mais robusto, eficaz e resiliente para confrontar essas ameaças num mundo cada vez mais volátil e incerto. A crescente complexidade e interdependência dos desafios e ameaças actuais e futuras exigirão o reforço da cooperação com os parceiros internacionais.

Também de referir que a definição dos espaços estratégicos de interesse nacional é importante, pois não se limitam aos territórios de interesse conjuntural, como é o caso dos territórios das organizações internacionais das quais Angola faz parte, mas também outros onde existam ou se desenvolvem ou possam vir a desenvolver riscos e ameaças à segurança e defesa do País.

A nossa visão para o domínio do Sistema de Segurança Nacional articula estas diferentes dimensões materializando-se nos seguintes objectivos:

- Garantir a Independência e Soberania Nacional.
- Assegurar a Integridade do Território.
- Garantir a Unidade Nacional.
- Salvaguardar a Liberdade e a Segurança das Populações, bem como a Protecção dos seus Bens e do Património Nacional.
- Garantir a Liberdade de Acção dos Órgãos de Soberania, o Regular Funcionamento das Instituições Democráticas e Possibilitar a Realização das Tarefas Fundamentais do Estado.
- Contribuir para o Desenvolvimento das Capacidades Morais e Materiais da Comunidade Nacional, de modo a Prevenir ou Reagir, pelos Meios Apropriados, a quaisquer Ameaças ou Agressões.
- Assegurar a Manutenção ou o Estabelecimento da Paz em Condições que Correspondam aos Interesses Nacionais.
- Garantir a Ordem Pública e Combater a Criminalidade e a Corrupção.


Outras metas
2022*
2030
2050
Despesa Militar
em % do PIB
1,4%
1,0%
1,0%
Nº de Militares
por 1000 Habitantes
3,5
2,8
1,7
Despesa com Ordem e Segurança
em % do PIB
1,4%
1,3%
1,2%
Rácio Polícia/ Cidadão
por 100 mil Habitantes
404
347
336
*2022 ou ano mais recente disponível

As escolhas que enfrentamos

Angola está situada na parte ocidental da África e seu território corresponde a uma costa marítima de 1.650 km de norte a sul, banhada pelo Oceano Atlântico, e a 4.837 km de território fronteiriço, na sua plataforma continental. O Governo Angolano submeteu em setembro de 2015, à Organização das Nações Unidas (ONU), uma proposta para alargamento da sua plataforma continental das atuais 200 milhas para 350 milhas. Todavia, Angola continua a não ter uma estratégia para o mar. São várias as explicações para esta situação difícil de entender e que terão de ser rapidamente ultrapassadas para que o País passe a dispor, a curto prazo, de uma estratégia para o mar, que deverá constituir um pilar essencial da estratégia de segurança nacional e articulada com o Plano de Acção da Estratégia Marítima Integrada África 2050.

Será fundamental equipar com meios e equipamentos modernos as FAA e a Polícia Nacional. Estão em curso novas formas de Guerra, Terrorismo e de Guerras assimétricas e que se vão expandir nas próximas décadas. Vai generalizar-se a utilização de novos tipos de munições, de armamentos e equipamentos militares e não letais, terrestres, aéreos e marítimos, mais rápidos, furtivos e leves, e dotados de Inteligência Artificial como robôs, drones, mísseis "satellite killers" ou equipamentos e munições teleguiados por laser. Será cada vez menor a presença humana em operações militares e policiais, acompanhado pelo desaparecimento de tradicionais sistemas e equipamentos de controlos de armas e a introdução de novas tecnologias que ameaçam ainda mais desestabilizar o equilíbrio militar. Sofisticados ataques cibernéticos podem comprometer os sistemas de pré-aviso (*early-warning*) das estruturas de comando e controlo, aumentando o risco de falsos alarmes. Está em curso um processo de generalização da Ciberguerra, Cibercrime e da Ciberespionagem usada contra pessoas, organizações e redes governamentais ou militares de forma a interromper, destruir ou impedir o seu uso.

Adicionalmente, o Sistema de Segurança Nacional enfrenta ameaças complexas nomeadamente: instabilidade global, continental e regional, instabilidade política e social, mercenarismo e ingerência externa, terrorismo em todas as suas formas e manifestações, alteração dos marcos fronteiriços e delimitação da plataforma continental, pirataria marítima, expansão do fundamentalismo religioso, narcotráfico, branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo, fluxo ilícito de capitais, fuga ao fisco, ataque especulativo à moeda nacional e instabilidade económica, tráfico de órgãos e seres humanos, dependência tecnológicas do exterior, criminalidade organizada e transnacional, exploração ilegal de recursos naturais e corrupção.

Para enfrentar estas macrotendências, Angola terá de: alterar a dimensão, natureza e estruturas das Forças do Sistema de Segurança Nacional; Capacitar e Modernizar, em meios, equipamentos, e capital humano; Reforçar o sistema de Vigilância e Intervenção nas Fronteiras Terrestres, Marítimas e no Controlo do Espaço Aéreo.

Por outro lado, regista-se uma tendência para a deterioração da situação de paz e segurança na região dos grandes lagos, na RDC, no Golfo da Guiné e na África Austral. Está em curso uma expansão, já próxima das fronteiras de Angola do radicalismo religioso, que constitui importante factor de risco. Antevê-se, igualmente, a persistência de deficiente controlo das fronteiras marítimas e das águas territoriais da maioria dos países da região, com aumento da pirataria marítima, em particular, no Golfo da Guiné.

Para responder a estes desafios Angola terá, designadamente, de: intensificar o sistema de Vigilância, Controlo e Intervenção das Forças do Sistema de Segurança Nacional, em particular nas Fronteiras Terrestres e Marítimas; reforçar a vigilância, controlo e combate ao narcotráfico, à pesca ilegal e à pirataria marítima, em particular na zona do Golfo da Guiné; e Modernizar as Forças Armadas e Criar Forças de Segurança de Intervenção Rápida.

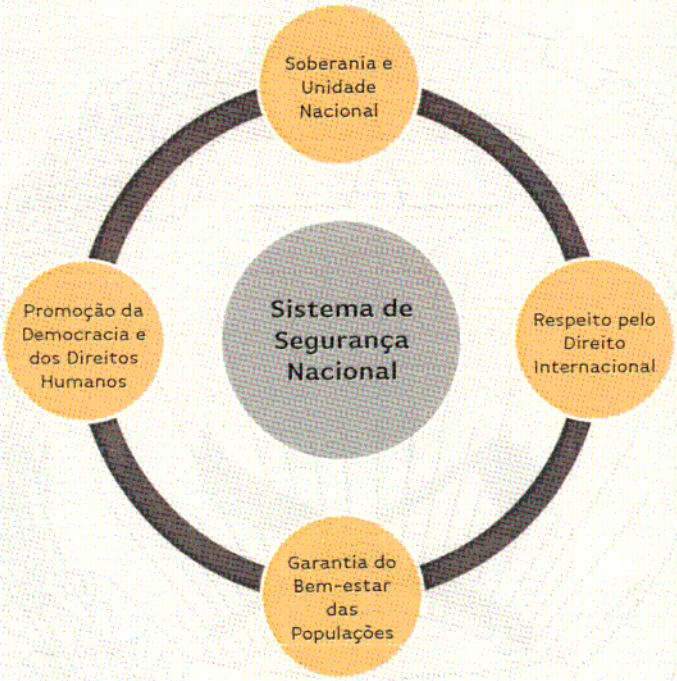
O crime organizado, corrupção, tráfico de drogas e de seres humanos tem vindo a progredir na região, o que exigirá de Angola novas respostas que permitam melhorar a articulação dos sistemas de prevenção e de combate à corrupção e criminalidade económica e financeira; adoptar e generalizar o sistema de "Policiamento Comunitário"; aumentar a vigilância e controlo em toda a extensão das fronteiras.

O século XXI está a registar, em relação ao passado, um maior número de casos de epidemias, pandemias, abalos sísmicos, tsunamis, catástrofes e cataclismos naturais e ambientais e ocorrências climatéricas extremas como inundações, secas, tufões, etc. As alterações climáticas e os desastres naturais, como cheias e secas extremas, estão, para além das guerras e conflitos étnicos, a provocar grandes movimentos de população e de refugiados. A escassez de água e de terra arável está a tornar-se, cada vez mais, um factor crítico, gerador de fome, insegurança e violência, mas também de afirmação de soberania nacional. Nas últimas décadas têm-se registado vários conflitos internacionais por causa do acesso a água. Angola perante estas Macrotendências, e tendo presente o quadro epidemiológico do Pais, caracterizado pela predominância de doenças infecciosas e parasitárias, das quais as transmissíveis constituem cerca de 80%, deverá: organizar, capacitar e apetrechar as Forças do Sistemas de Segurança Nacional, designadamente ao nível do seu subsistema de saúde, para intervir de forma activa em situações de emergência e de calamidade; e melhorar substancialmente a Capacidade Nacional de Prevenção e Socorro das Populações.

As nossas soluções

Os Fundamentos da Estratégia do Estado em matéria de Segurança Nacional estão definidos na Constituição e na Lei e têm em conta a aplicação dos princípios da Carta das Nações Unidas e da Carta da União Africana:

Quadro 67



Sectorialmente, as soluções que iremos implementar estão enquadradas no seguinte:

Reestruturar e Modernizar o Sector da Defesa Nacional

Continuaremos a garantir as condições e os meios necessários para que as Forças Armadas assegurem a concretização dos Fins Constitucionais e Legais que enquadram as Forças Armadas, a materialização dos Interesses Estratégicos do Estado Angolano e a implementação dos Fundamentos e dos Princípios da Política de Defesa Nacional. Para atingir tal desiderato iremos:

- Actualizar e Rever os Fins, Dimensão, Natureza e Estrutura das Forças Armadas.
- Valorizar e Capacitar os Recursos Humanos e Técnicos das Forças Armadas.
- Melhorar as Condições Materiais, Operacionais, Logísticas e Infraestruturais das Forças Armadas
- Renovar e Modernizar os Equipamentos e Armamento das Forças Armadas.
- Melhorar o Bem-Estar e Reintegração Socioeconómica de Ex-Militares.
- Promover a Segurança e o Bem-estar Social dos Efectivos das Forças Armadas.
- Apoiar a Reinserção Económica, Social e Profissional dos Efectivos Desmobilizados.

Fortalecimento e Modernização das Forças e Serviços de Segurança Pública

Garantiremos as condições e os meios necessários para que as Forças e Serviços de Segurança Pública realizem os Fins Constitucionais e Legais e assegurem a implementação dos Fundamentos e dos Princípios da Política de Segurança Pública. Neste domínio estamos comprometidos com os seguintes objectivos:

- Prevenir e Combater a Criminalidade e Delinquência.
- Humanizar o sistema penitenciário.
- Controlar as fronteiras e migração.
- Prevenir a sinistralidade e socorrer as populações.
- Modernizar funcional e tecnologicamente as Forças e Serviços de Segurança Pública.
- Valorizar e Capacitar os Recursos Humanos das Forças e Serviços de Segurança Pública.
- Melhorar as Condições Materiais, Operacionais, Logísticas e Infraestruturais das Forças e Serviços de Segurança Pública.

Preservação da Segurança do Estado

Os Órgãos de Inteligência e de Segurança do Estado têm como objectivo produzir informações, análises e disseminação de conhecimento sobre factos e situações e apoiar o processo decisório, com vista a garantir a estabilidade política, o desenvolvimento socioeconómico e a preservação do Estado democrático de direito, implementando um conjunto de medidas concretas, nomeadamente:

- Reformar os métodos de trabalho e os princípios operacionais e o funcionamento do Sistema de Preservação de Segurança do Estado.
- Redefinir a visão, missão, valores, meios e métodos de actuação dos Órgãos de Inteligência e Segurança face à evolução constante da matriz dos riscos e ameaças.
- Agregar valor ao Capital Humano para responder os desafios do mundo mais globalizado.
- Garantir melhores infraestruturas físicas e tecnológicas.
- Auxiliar o processo de desenvolvimento da cultura de segurança nacional nos cidadãos.
- Garantir os níveis elevados de segurança tecnológica das instituições e activos do Estado, das infraestruturas críticas, das empresas públicas e privadas, dos cidadãos e outros interesses nacionais no exterior do País.
- Proteger o conhecimento sensível e de interesse estratégico do país.
- Garantir a segurança nacional nas suas diversas dimensões, de modo especial ao ambiente.
- Garantir a protecção operativa e de segurança das instituições do Estado angolano, em especial do PR, NA e dos Tribunais, enquanto garantes do Estado Democrático e de Direito.

As nossas prioridades imediatas para 2027

Sector da Defesa Nacional:

Reestruturar o Ministério da Tutela da Defesa Nacional e as FAA, Redimensionar e Reequipar as FAA.
Iremos proceder ao redimensionamento das FAA, através da reforma dos mecanismos de recrutamento. Asseguraremos também a adequada reinserção dos veteranos que serviram a pátria na sua transição para a vida civil. Vamos reforçar as competências dos nossos militares em questões estratégicas e operacionais. Iremos reforçar, de forma significativa, a nossa capacidade no domínio da ciberdefesa, protegendo o país de ameaças crescentes e reais que fazem parte do moderno teatro de operações.

Fomentar e Desenvolver a Indústria de Defesa Nacional.
O Sector da Defesa Nacional está apostado em contribuir para o desenvolvimento da indústria, substituição de importações, criação de emprego e aumento da incorporação de valor acrescentado nacional nos produtos e bens que consome. Iremos aumentar os níveis de auto-suficiência das FAA, a nível da produção agro-industrial e de materiais e equipamentos, e no reforço da capacidade de resposta dos serviços de reparação e manutenção.

Melhorar o Bem-Estar dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria e do Sistema de Segurança Social das FAA.
Vamos aumentar a capacidade de resposta no domínio da reabilitação física e psíquica de militares portadores de deficiência, incrementar as quotas atribuídas a Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria (ACVP) em projectos habitacionais e alargar a rede de centros de acolhimento de ACVP. Iremos apoiar os nossos ACVP através da qualificação profissional, concessão de crédito para fomento do empreendedorismo e, consequentemente, de oportunidades de geração sustentável de rendimento.

Manter a Eficácia Operacional da Função de Desminagem.
Iremos priorizar as intervenções em áreas que estão consignadas a investimentos que produzirão emprego e disponibilizarão serviços fundamentais ao cidadão. Investiremos na capacitação dos nossos técnicos, actualizando a sua capacidade operacional, e na prevenção de acidentes, através da sensibilização da população.

As nossas prioridades imediatas para 2027

Força e Serviços de Segurança Pública:

Prevenir e Combater a Criminalidade e Delinquência. Iremos incrementar o número de efectivos e melhorar os seus níveis de capacitação, as condições logísticas e de trabalho, incluindo a reabilitação, construção e apetrechamento de infraestruturas com meios e equipamentos modernos, o desenvolvimento de sistemas analíticos de detecção e monitorização de actividade criminosas, com vista ao reforço da capacidade operativa do efectivo e à elevação da confiança, do sentimento de segurança e tranquilidade das populações e da comunidade internacional.

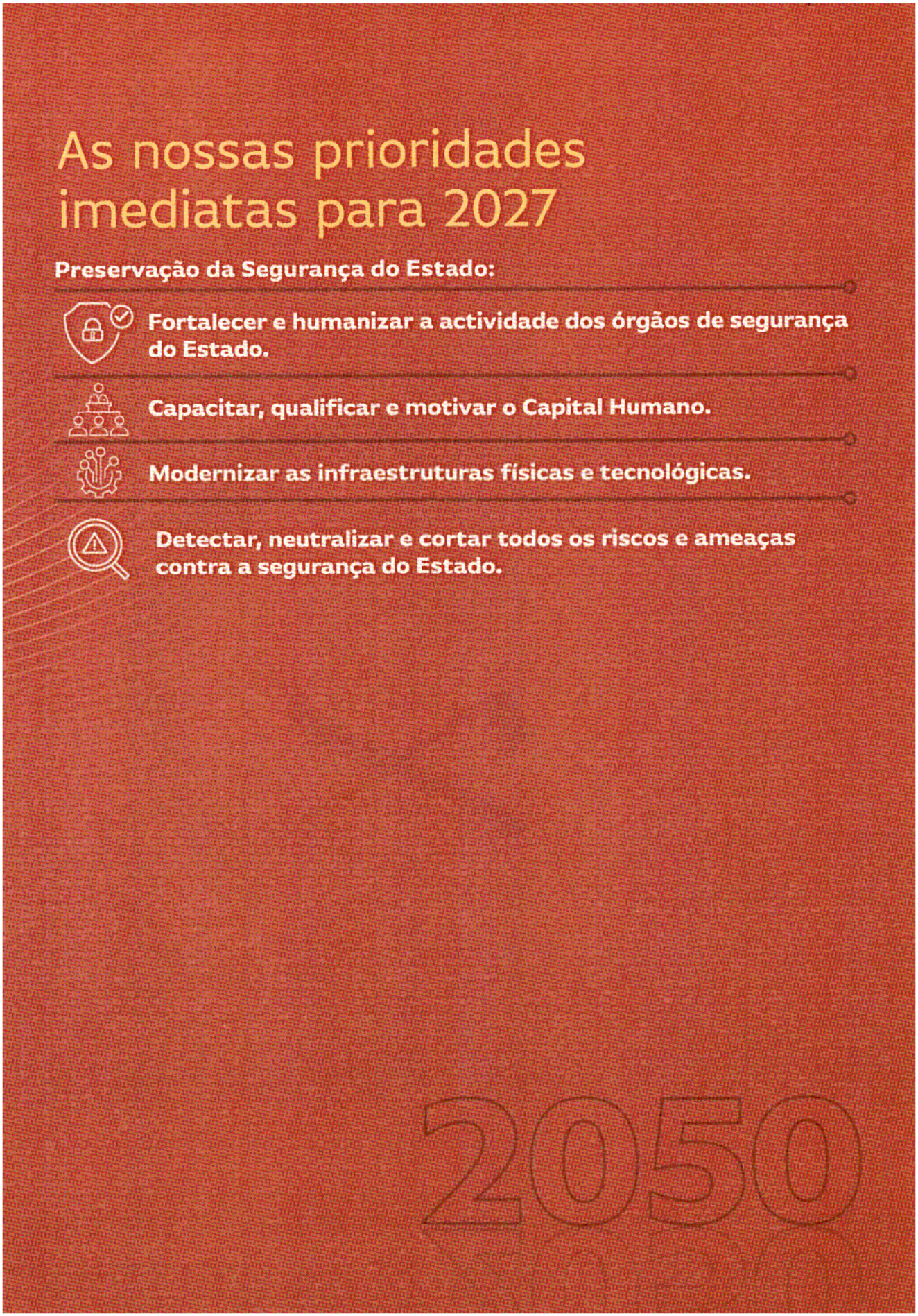
Promover a Humanização, Ressocialização e Sustentabilidade Económica do Sistema Penitenciário. Iremos edificar um sistema penitenciário com humanidade e sustentável, e melhorar as taxas de reeducação e ressocialização dos reclusos.

Implantar os Sistemas Digitais de Controlo de Fronteiras. Iremos melhorar o controlo efectivo das fronteiras e dos fluxos migratórios, bem como instituir um sistema de emissão e controlo de documentos de viagem moderno, seguro e funcional.

Modernizar os instrumentos de Mitigação de Sinistros e Socorro às Populações. Iremos implementar a Política Nacional de Gestão de Riscos de Desastres e do Sistema de Monitorização, bem como promover a redução dos índices de sinistralidade, de vária ordem, e garantir resposta rápida, e adequada, nas operações de socorro e resgate.

Promover a equidade do gênero e empoderamento da mulher. Iremos implementar políticas e realizar campanhas de sensibilização neste âmbito.

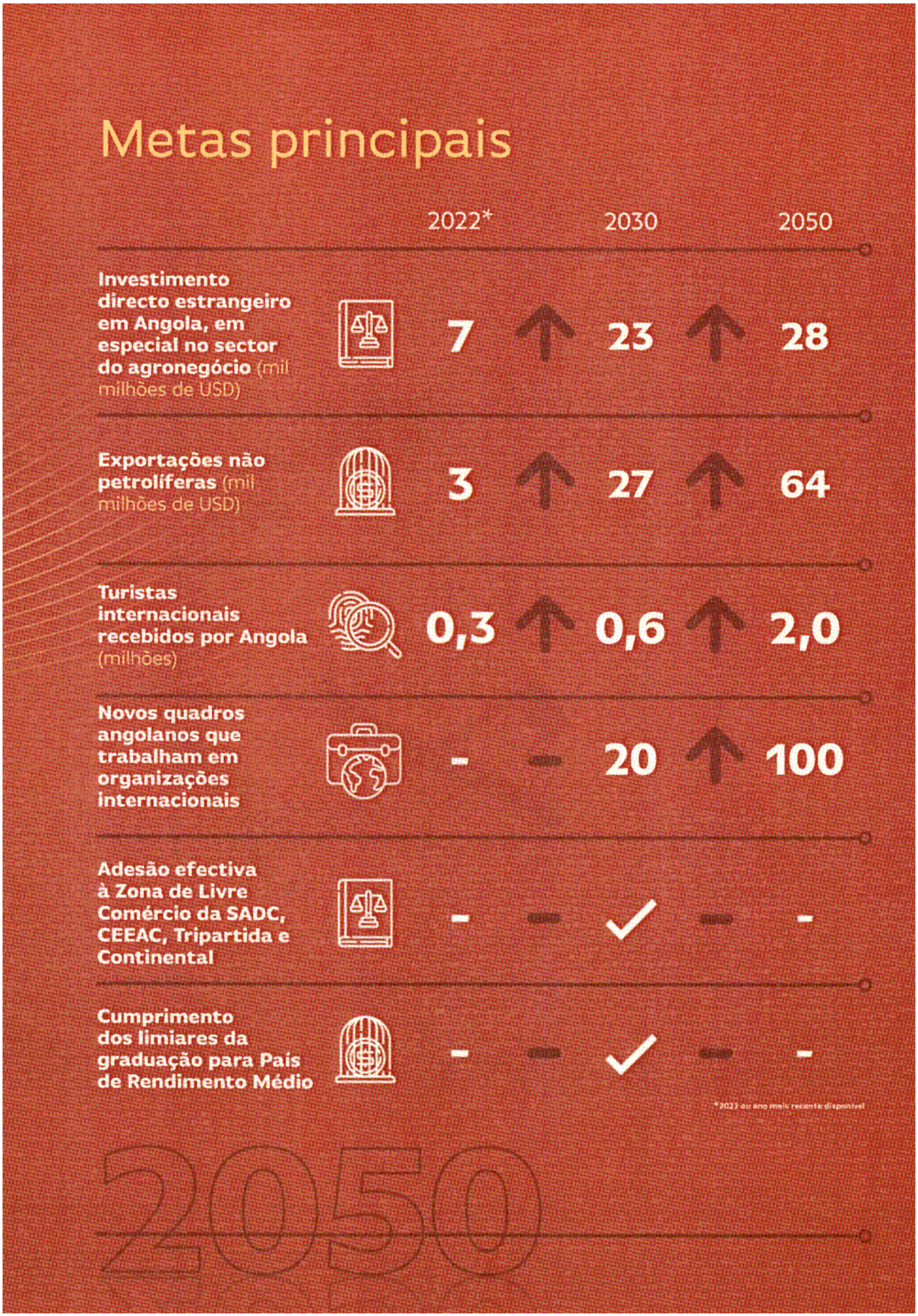
Modernizar funcional e tecnologicamente. Iremos modernizar os serviços, com orientação para processos tendencialmente mais eficazes e eficientes, que resultem na melhoria contínua da prestação do serviço público e da qualidade da despesa.


As nossas prioridades imediatas para 2027
Preservação da Segurança do Estado:
Fortalecer e humanizar a actividade dos órgãos de segurança do Estado.
Capacitar, qualificar e motivar o Capital Humano.
Modernizar as infraestruturas físicas e tecnológicas.
Detectar, neutralizar e cortar todos os riscos e ameaças contra a segurança do Estado.
2050



10.8 Política Externa

Afirmar o País e defender os interesses nacionais e internacionais no contexto internacional


Metas principais
2022*
2030
2050
Investimento directo estrangeiro em Angola, em especial no sector do agronegócio (mil milhões de USD)
7
23
28
Exportações não petrolíferas (mil milhões de USD)
3
27
64
Turistas internacionais recebidos por Angola (milhões)
0,3
0,6
2,0
Novos quadros angolanos que trabalham em organizações internacionais
-
20
100
Adesão efectiva à Zona de Livre Comércio da SADC, CEEAC, Tripartida e Continental
-
✓
-
Cumprimento dos limiares da graduação para País de Rendimento Médio
-
✓
-
*2022 ou ano mais recente disponível
2050

A nossa visão

A nossa política externa estará alinhada com os valores, os interesses e a estratégia de desenvolvimento do País em todos os sectores económicos, sociais e ambientais, e procurará contribuir, de forma activa e pro-activa, para a criação das condições propícias ao desenvolvimento sustentável de Angola, aos negócios estrangeiros, à segurança nacional e ao bem-estar de todos os Angolanos.

Reafirmamos o nosso compromisso com a paz, a estabilidade política e a segurança a nível regional, que consideramos um pressuposto para o progresso do continente africano e do qual pretendemos continuar a ser um actor relevante. Da mesma forma, reiteramos o nosso engajamento na resposta aos desafios globais, como o respeito pelos direitos humanos, as alterações climáticas, a segurança alimentar, a pobreza e a desigualdade, bem como o combate ao terrorismo. Consideramos que o multilateralismo é a única forma de ultrapassar os flagelos comuns a toda a humanidade, e associar-nos-emos aos esforços colectivos nesse sentido, através de uma participação cada vez mais activa nas diversas instituições que integramos e nos fóruns internacionais que abordam estes temas.

A dimensão económica será um pilar predominante da nossa política externa, pelo que procuraremos integrar as relações bilaterais e multilaterais na implementação da nossa visão de diversificação económica, de forma cada vez mais estratégica, através de uma diplomacia económica activa.

A integração no mundo passa também pelos intercâmbios entre pessoas. Nesse sentido, continuaremos a dar a conhecer Angola ao mundo e a promover a participação de Angolanos em actividades no exterior que contribuem para o seu desenvolvimento humano, dando uma especial atenção às comunidades de compatriotas que se encontram dispersas pelo mundo, com quem fomentaremos uma aproximação crescente. Continuaremos a ser um País aberto às comunidades que partilham dos nossos valores e que pretendem participar no nosso desenvolvimento.

A posição geográfica de Angola na costa ocidental africana e os nossos abundantes recursos naturais têm conferido uma importância geopolítica crescente ao nosso País, com um elevado potencial ainda por explorar.

A paz e a estabilidade política consolidadas nas últimas duas décadas permitiram-nos estabelecer os pressupostos básicos necessários para o nosso desenvolvimento, experiência que queremos partilhar com os países africanos, e não só, que ainda enfrentam desafios políticos e de segurança. Queremos ser protagonistas do processo de construção da paz, da estabilidade política e da segurança a nível regional (nomeadamente no quadro da Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos, da CPLP, e do Golfo da Guiné), bem como dos vários processos de integração regional, tais como a Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC), Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC, sigla em inglês), Zona de Comércio Livre Tripartida, Zona de Comércio Livre Continental Africana), de modo a contribuir para transformar África num continente próspero, integrado, pacífico, unido e culturalmente forte, conforme preconizado pela Agenda 2063, da União Africana.

Esta liderança no contexto não só regional, mas também africano, permitir-nos-á participar nas grandes decisões a nível global, tomadas em sede das várias instituições do Sistema Nações Unidas (SNU), Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), das Organizações de Bretton Woods, nomeadamente o Grupo Banco Mundial (GBM), o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização Mundial do Comércio (OMC), bem como de outros fóruns internacionais relevantes, como a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), o Fórum Económico Mundial (WEF, sigla em inglês), os diversos fóruns de cooperação africanos e entre África e os principais países e grupos de países a nível mundial, salientando-se a cooperação Sul-

Sul. Os objectivos de desenvolvimento sustentável (e os que se seguirem a estes nos vinte anos após 2030) constituirão um aspecto crucial do nosso posicionamento estratégico nestes fóruns.

Vamos dinamizar um dos vectores da afirmação e reforço da diplomacia económica, da articulação e advocacia da agenda africana para o desenvolvimento, da defesa e afirmação dos seus interesses, e promoção das trocas comerciais intra-africanas por intermédio de um fórum próprio.

Procuraremos conciliar os interesses políticos e económicos, conferindo uma prioridade estratégica à diplomacia económica, enquanto contributo essencial para o crescimento económico de Angola e bem-estar dos nossos cidadãos, através da potenciação das nossas exportações, da internacionalização das empresas angolanas, da captação de investimento directo estrangeiro (IDE) e outras formas de financiamento da nossa economia e da atracção de turistas para o nosso País. As parcerias económicas estratégicas com os países vizinhos, com as zonas de integração regional que Angola integra, bem como como os principais países (com destaque para os países que integram o G20 e G24) e grupos de países no mundo serão elementos fundamentais desta abordagem.

Queremos melhorar a reputação, credibilidade e influência de Angola no contexto internacional, trabalhando com o SNU para que, antes de 2035, possamos graduar de País Menos Avançado para País de Rendimento Médio. Esta notoriedade de Angola será reforçada com uma estratégia efectiva de diplomacia pública, envolvendo a diplomacia cultural, o intercâmbio educacional, a presença na comunicação e redes sociais, entre outros. Também beneficiaremos mais das vantagens e oportunidades decorrentes da participação de Angola em organizações internacionais, nomeadamente através de um melhor conhecimento do seu funcionamento, assegurado por uma presença reforçada de nacionais nos quadros de pessoal destas organizações.

Dando cabal cumprimento à Constituição da República de Angola (CRA), fomentaremos os laços económicos, sociais, culturais e de patriotismo e solidariedade com a nossa diáspora, bem como com as comunidades que tiverem alguma relação de origem, consanguinidade, cultura e história com Angola. A presença destes compatriotas no mundo é também uma manifestação importante do softpower de Angola, que pretendemos consolidar em benefício de um maior sentimento de pertença destas comunidades ao nosso País e da sua participação no seu processo de desenvolvimento.



As nossas soluções

Para materializar a nossa visão de afirmar o País e defender os interesses nacionais no contexto internacional, definimos cinco conjuntos de soluções, enquadradas no domínio da política externa, as quais procuram complementar e integrar as várias medidas presentes nas restantes políticas nacionais, nos domínios sociais, económicos e ambientais. Pretendemos reforçar a influência política de Angola a nível internacional, implementar uma abordagem de diplomacia económica, melhorar a relação de Angola com as instituições financeiras internacionais, dinamizar a relação com a diáspora e as comunidades angolanas no exterior, dar a conhecer Angola ao mundo e melhorar a gestão dos acordos bilaterais e multilaterais. Até 2050, ajustaremos regularmente a nossa política externa à evolução do contexto interno e externo, com a preocupação de salvaguardar os interesses de Angola e o bem-estar de todos os Angolanos.

Reforçar a influência política de Angola a nível internacional

Iremos reforçar a influência política de Angola no plano internacional através da continuidade da liderança do processo de segurança e estabilidade política a nível regional, da nossa participação crescente na liderança de organizações internacionais e da implementação de uma diplomacia activa e pro-activa.

Vamos continuar a liderar o processo de manutenção da segurança e estabilidade política a nível regional, através da nossa intervenção nos principais temas, designadamente na região dos Grandes Lagos e do Golfo da Guiné, no âmbito da SADC e da União Africana. Em particular, no quadro da União Africana, procuraremos liderar a reforma do Conselho de Paz e Segurança, de forma a assegurar uma presença neste órgão, dos Estados membros com real capacidade financeira, técnica e militar. Além disso, apoiaremos a operacionalização das estruturas das organizações regionais na prevenção, mediação e resolução de conflitos, bem como na diplomacia preventiva. No âmbito da Comissão do Golfo da Guiné (CGG), iremos continuar a promover a concertação com os Estados membros para o estabelecimento de políticas harmonizadas e medidas preventivas para a redução de ameaças no âmbito da segurança marítima.

Procuraremos ter uma participação crescente na liderança de órgãos das organizações internacionais de interesse estratégico, como as Nações Unidas, a União Africana, a SADC e a CEEAC.

Iremos elaborar e operacionalizar a visão estratégica de Angola sobre o mundo em geral e o continente africano, em particular sobre os constrangimentos e oportunidades, bem como os aspectos que devem ser revistos e/ou melhorados.

Consequentemente, estabeleceremos e aprofundaremos as relações bilaterais com países em desenvolvimento e avançados, destacando-se, no continente africano, os nossos países vizinhos, os países membros da SADC, da CEEAC, da CPLP e do Golfo da Guiné, mas também os blocos económicos como a União Europeia e outros como o BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e o Mercado Comum do Sul (Mercosul), promovendo igualmente a Cooperação Sul-Sul. Em conformidade, marcaremos uma presença crescente em fóruns internacionais relevantes, designadamente os de cooperação africanos e entre África e outros blocos económicos.

Reforço da diplomacia económica orientada para o negócio

Embora também contribua para reforçar a influência política de Angola, pela sua importância no apoio ao processo de diversificação económica, consideramos a diplomacia económica como um pilar cada vez mais relevante da nossa política externa.

Assim, reforçaremos uma diplomacia económica orientada para o negócio que considere os interesses económicos prioritários de Angola: aumentar as exportações de bens e serviços, internacionalizar as empresas angolanas, captar recursos financeiros externos para o processo de desenvolvimento económico (investimento directo estrangeiro, participação no programa de privatizações) e atrair turistas para o nosso País.

Esta abordagem diplomática passará pela análise do contexto global e dos mercados que consideramos prioritários em cada uma das dimensões, a quem veicularemos as mensagens adequadas e com quem procuraremos desenvolver parcerias estratégicas: assinando acordos de simplificação e fomento das trocas comerciais e do investimento, acordos de protecção recíproca de investimentos, convenções para evitar a dupla tributação, parcerias para projectos de infraestruturas, entre outras iniciativas.

Entre os mercados potenciais da diplomacia económica orientada para as exportações destacam-se os países africanos, em especial os limítrofes, os mercados tradicionais (como Portugal e o Brasil), e outros mercados emergentes. Além disso, continuaremos a promover os interesses económicos de Angola em fóruns internacionais como a OPEP ou o WEF.

Um factor crítico de sucesso na implementação deste pilar estratégico passa pela articulação institucional e pela coordenação entre os agentes públicos e privados, liderados pelo departamento ministerial responsável pelas relações exteriores e envolvendo os sectores da economia, assim como outros relevantes, nomeadamente a agência responsável pelo investimento privado e a promoção das exportações, as câmaras de comércio e os agentes económicos. A rede diplomática externa de Angola assumirá um papel crucial no reforço da diplomacia económica, para que procedamos à necessária adaptação das suas funções e a uma adequada capacitação do pessoal diplomático.

O reforço da diplomacia económica de Angola terá como pressuposto a articulação e advocacia da agenda africana para o desenvolvimento, com o nosso País a liderar a defesa e afirmação os interesses do continente, e o reforço das trocas comerciais intra-africanas, designadamente através da liderança de Angola na criação de um Fórum Económico Africano que congregará as maiores economias do continente.

Ainda neste domínio, daremos prioridade à preparação do processo de revisão da decisão de graduação de Angola de País Menos Avançado, tendo em vista a necessidade de melhorar os principais indicadores económicos e o cumprimento dos limiares de graduação nas avaliações a serem conduzidas pelas Nações Unidas em 2027 e em 2030, para uma graduação bem-sucedida antes de 2035. Neste contexto, continuaremos a acompanhar a transição de Angola para País de Rendimento Médio e procuraremos beneficiar das melhores condições oferecidas aos países neste processo de transição, nomeadamente no acesso a recursos financeiros internacionais, na participação em acordos comerciais preferenciais, na transferência de tecnologia e capacitação institucional e dos operadores económicos. Também iremos concretizar os processos de integração económica na CEEAC, na SADC, na Zona de Livre Comércio Tripartida, e na Zona de Livre Comércio Continental Africana, permitindo às nossas empresas um acesso mais facilitado a mercados com um potencial crescente nas próximas décadas.

Aprofundar a relação com as instituições financeiras internacionais

As instituições financeiras internacionais são um pilar fundamental no acesso de Angola ao mercado financeiro internacional – público e privado – necessário ao nosso processo de desenvolvimento, nomeadamente em condições concessionais (incluindo doações).

Para melhorar a nossa relação com as instituições financeiras internacionais, procuraremos reforçar o nosso conhecimento sobre o funcionamento destas instituições, promover a adopção de medidas que melhorem a nossa consideração enquanto parceiro relevante destas instituições e negociar as condições de financiamento em condições vantajosas para o nosso País.

Vamos reforçar o conhecimento sobre e consequentemente a relação com as instituições financeiras multilaterais, tais como o Grupo Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, o Banco Africano de Desenvolvimento ou o AfreximBank. Estaremos dominando as estruturas organizacionais das instituições multilaterais, assim como os principais instrumentos e produtos das mesmas para uma melhor e mais direccionada relação, nomeadamente através da nossa participação regular nos encontros promovidos por estas entidades e convidando-as a fazerem estudos sobre a nossa economia e apresentações periódicas no nosso País. Notando que Angola é um dos países sub-representados nas mais diversas organizações multilaterais, promoveremos o destacamento de funcionários públicos nestas organizações, assim como a participação de quadros angolanos em geral em processos de recrutamento por elas conduzidos, e a realização de estágios nestas organizações por graduados universitários angolanos.

No domínio das finanças públicas colaboraremos na realização de avaliações regulares da nossa posição fiscal, de acordo com as melhores práticas internacionalmente aceites, e incorporaremos as suas conclusões na governação de forma a melhorar as condições de interlocução com as instituições financeiras internacionais.

Estaremos negociando o aumento do volume e as condições de financiamento destas instituições para concluir projectos estruturantes em curso e para implementar outros projectos de investimento público prioritários.

Dinamizar a relação com a diáspora e dar a conhecer Angola ao mundo

A primeira e principal dimensão da relação com a diáspora é com a comunidade angolana no exterior cujos membros possuem nacionalidade angolana, com os mesmos direitos e deveres que os cidadãos que vivem em Angola.

Muitos destes cidadãos encontram-se bem integrados nos países de residência, pelo que estaremos dinamizando mais a aproximação com os mesmos e a valorizá-los. Da mesma forma, protegeremos e salvaguardaremos os direitos dos que estiverem em situação de maior vulnerabilidade. Iremos promover a cultura e a identidade nacional junto da diáspora, fomentando a sua participação política a partilha de conhecimento e recursos financeiros - através do envio de remessas, e da realização de investimentos no nosso País -, bem como alavancaremos o seu papel na construção e reforço de parcerias internacionais em diversos domínios. O esforço de promoção da cultura angolana será também orientado para os grupos-alvo de países parceiros prioritários, junto de quem iremos promover um maior conhecimento sobre o nosso País.

A elaboração de uma abordagem estratégica de maior proximidade com as comunidades angolanas no exterior será o ponto de partida para dinamizar esta ligação à Pátria. Depois de caracterizarmos a comunidade angolana em detalhe (incluindo dimensão, localização, perfil demográfico), procuraremos identificar os seus interesses, motivações e desafios. Esta abordagem estratégica será implementada através de um plano de acção em diversas frentes, incluindo a promoção do associativismo na diáspora, o estabelecimento de canais de comunicação, a criação de facilidades para investimento em Angola, o desenvolvimento de iniciativas de transferência de conhecimento e de parcerias entre instituições angolanas e organizações da diáspora, a reestruturação e equipamento da rede diplomática.



O apoio a iniciativas de associativismo da sociedade civil na diáspora permitirá identificar alguns cidadãos não registados nos postos consulares, conhecer os desafios por eles enfrentados, implementar políticas adequadas e facilitar a comunicação com tais grupos. Este apoio será concretizado pelas missões diplomáticas de Angola no mundo, nomeadamente através da instalação de Casas de Angola, preferivelmente em regime de franchising, orientadas para o negócio com as mais diversas manifestações culturais, mas também promovendo a importação de bens e serviços de Angola ou investimento para o País. Estas Casas de Angola deverão transformar-se em âncoras onde a comunidade angolana no exterior se possa encontrar e reunir, sempre que oportuno e necessário.

Uma dimensão importante da ligação à comunidade angolana no exterior, em particular os que estudam no exterior, é o reconhecimento das suas qualificações e competências. Assim, iremos estabelecer mecanismos que facilitem a revalidação de diplomas e programas para promoverem a integração destes cidadãos no mercado de trabalho em Angola.

Uma outra dimensão relevante é a relação com as comunidades que tiverem alguma relação de origem, consanguinidade, cultura e história com Angola, em especial os afrodescendentes, que mantêm uma rica cultura e tradições, que incluem a música, a dança, a culinária e a religião, que foram transmitidas de geração em geração. Muitos afrodescendentes identificam-se com os países de origem dos seus ascendentes e procuram reforçar as relações de carácter pessoal e de negócios com esses países e a região em que se inserem. Assim, estaremos atentos a estas comunidades em diversas partes do mundo, com quem reforçaremos a proximidade.

A comunicação é fundamental para manter um diálogo permanente com a diáspora e afrodescendentes. Para tal, iremos desenvolver um portal para as comunidades angolanas no exterior e afrodescendentes, de modo a possibilitar transmissão de mensagens relevantes a estes cidadãos e uma comunicação mais efectiva por parte destes. Além disso, organizaremos eventos presenciais, nomeadamente de natureza cultural, para promover uma maior ligação destas comunidades ao nosso País.

Em estreita articulação com o pilar estratégico dedicado à diplomacia económica, criaremos facilidades e incentivos (nomeadamente de natureza fiscal) para promover o investimento da diáspora em Angola, sob a forma do envio de remessas para os seus familiares, da realização de poupanças, ou através de investimento directo no País, sempre que possível associando transferência de conhecimento e de tecnologia.

Também iremos redimensionar as missões diplomáticas, em particular os postos consulares, à distribuição da diáspora no mundo, respondendo à procura para a realização dos actos de registo civil (identificação civil e criminal e emissão de passaportes) e fomentando o registo de todos os Angolanos a viver no exterior. Para tal, iremos equipar os postos consulares, bem como instalar uma rede de comunicação segura entre todas as missões diplomáticas e o departamento ministerial responsável pelas relações exteriores.

Para consolidar a nossa influência política a nível internacional, elaboraremos e implementaremos uma abordagem estratégica de diplomacia pública, através da qual projectaremos uma imagem positiva de Angola, promoveremos os nossos valores e vantagens comparativas no exterior, em particular junto de públicos-alvo nos países parceiros prioritários. Para tal, promoveremos a realização de iniciativas culturais, desportivas, educativas e procuraremos reforçar a presença de Angola nos meios de comunicação social, redes sociais e plataformas digitais destes países. A diplomacia cultural será uma dimensão relevante desta abordagem estratégica e complementará os esforços da diplomacia económica, nomeadamente no domínio do turismo e das indústrias culturais (através da promoção da arte, música e danças angolanas).

Melhorar a abordagem estratégica e gestão dos acordos bilaterais e multilaterais

Os acordos bilaterais e multilaterais constituem ferramentas importantes na implementação da política externa de Angola, sendo importante os mecanismos necessários à sua gestão estarem estabelecidos e serem efectivados.

Ao longo desta abordagem estratégica são vários os exemplos de parcerias e acordos bilaterais e multilaterais para viabilizar a implementação do nosso processo de desenvolvimento: educação, ciência e inovação, media, juventude, desporto, protecção social, energia, transportes, ambiente, pescas, mineração, comércio, indústria, justiça e reforma do Estado.

Em linha com as prioridades estabelecidas a nível político e económico, iremos intensificar a cooperação com os parceiros estratégicos actuais e, até 2050, iremos reforçar as relações político-diplomáticas com novos países, de acordo com a evolução do contexto externo. Para tal, vamos criar um sistema de monitoria e avaliação dos processos de cooperação, o que permitirá acompanhar a implementação dos acordos bilaterais e multilaterais convencionados. Além disso, iremos reavaliar regularmente as comissões bilaterais e redinamizar as que permanecerem relevantes.

Iremos melhorar a coordenação, a implementação e o acompanhamento dos programas de cooperação existentes a nível bilateral e multilateral, juntamente com os departamentos ministeriais responsáveis por cada temática. Tendo em consideração a natureza transversal de muitos destes acordos, iremos criar um grupo de trabalho multissectorial para as negociações bilaterais e multilaterais, reforçando as competências das equipas, nomeadamente através da realização de programas de destacamento junto de organizações internacionais relevantes.

Em estreita articulação com o pilar estratégico de diplomacia económica, iremos acelerar a celebração de acordos de supressão de vistos, em especial com os nossos parceiros estratégicos.

As nossas prioridades imediatas até 2027

Preparar a candidatura de Angola aos principais órgãos das organizações internacionais de interesse estratégico, nomeadamente no seio das Nações Unidas, União Africana, SADC, CEEAC.

Intervir activamente nos principais dossiers regionais em matéria de segurança e estabilidade política, em particular na região dos Grandes Lagos e do Golfo da Guiné, no âmbito da SADC e da União Africana.

Elaborar e operacionalizar a visão estratégica de Angola sobre o mundo em geral e o continente africano, em particular sobre os constrangimentos e os aspectos que devem ser revistos e os que devem ser melhorados.

Elaborar e operacionalizar um plano estratégico de diplomacia económica numa perspectiva integrada, mobilizando a rede diplomática de Angola para promover as empresas, os bens e serviços angolanos, bem como as oportunidades de investimento no País.

Desenvolver um mecanismo funcional de articulação para promover uma implementação coordenada da política externa incorporando todas as dimensões da diplomacia.

Preparar o processo de graduação de Angola de País Menos Avançado para País de Rendimento Médio, e acompanhar o processo de transição, procurando beneficiar das melhores condições no acesso a recursos financeiros internacionais, na participação em acordos comerciais preferenciais, na transferência de tecnologia e conhecimento.

Elaborar e implementar uma abordagem estratégica para as carreiras de angolanos em organizações internacionais, através, mas não apenas, de quadros nacionais destacados, de modo a melhorar o conhecimento sobre o funcionamento das diferentes organizações e permitir ao País beneficiar ao máximo da sua participação nas mesmas.

As nossas prioridades imediatas até 2027

Melhorar as a negociações com as instituições financeiras internacionais, procurando conseguir um aumento do volume e melhores condições de financiamento para concluir projectos públicos estruturantes e para implementar outros projectos de investimento público prioritários.

Desenvolver e implementar uma abordagem estratégica de proximidade com a diáspora, nomeadamente as comunidades angolanas no exterior e as comunidades estrangeiras que possuem laços históricos e de consanguinidade com Angola, através da instalação de Casas de Angola, do redimensionamento e equipamento das embaixadas e postos consulares.

Estabelecer as prioridades em termos de acordos de cooperação, elaborando uma programação para as comissões bilaterais.

Desenvolver métricas claras de diplomacia económica para as missões diplomáticas nas áreas de comércio externo (acesso a mercados), IDE e turismo.

Criar um grupo de trabalho multissectorial para as negociações bilaterais, regionais e multilaterais, promovendo a sua capacitação para a actuação em diferentes cenários.

Implementar um programa de reforço da capacidade institucional para a execução da Estratégia de Longo Prazo no domínio da política externa, incluindo o desenvolvimento de um sistema que permita o acompanhamento dos acordos bilaterais e multilaterais e o reporte periódico da sua implementação.



10.9 Desenvolvimento do Território

Um território de cidadãos participantes activos no desenvolvimento nacional e na construção de uma economia dinâmica, integrada, inclusiva, valorizadora da diversidade territorial e oferecendo iguais oportunidades de progresso e valorização a todas as comunidades territoriais


Metas principais
2022*
2030
2050
PIB per capita (USD)
3.675
4.065
4.215
N.º empregos (milhões)
11,7
15,3
24,4
Rácio entre o maior e o menor PIB per capita das diversas províncias
17,0
11,1
6,3
Municípios com >70% dos AF em situação de pobreza multidimensional
120
86
<50
*2022 ou ano mais recente disponível

A nossa visão

O território constitui uma dimensão estruturante de concretização das oportunidades de desenvolvimento até 2050, mediante o aproveitamento racional dos nossos recursos, humanos e materiais, mas também da estruturação dos espaços urbanos e rurais e das infra-estruturas, para acolher a nossa população em crescimento e potenciar investimentos.

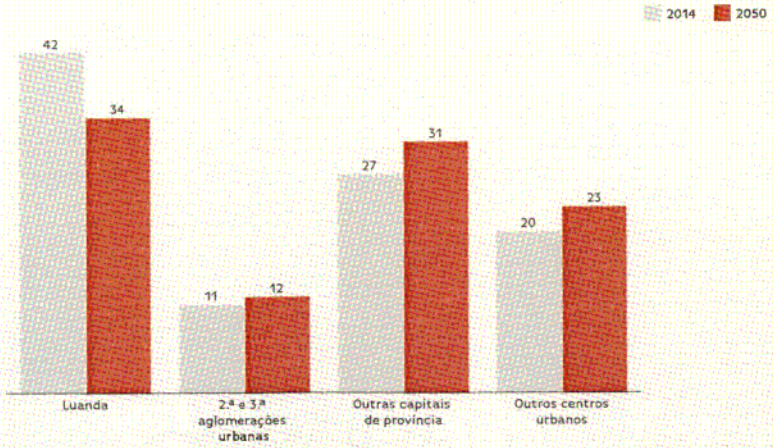
Até 2050, o nosso território será mais produtivo, com o PIB a multiplicar por mais de 4 vezes em várias províncias e o PIB *per capita* a crescer em quase todas as províncias (Quadro 69), apesar da mais do que duplicação projectada da população. Em 2050 teremos um território mais equilibrado, em virtude de uma menor concentração territorial da economia, da consequente diminuição das assimetrias entre províncias e redução da pobreza multidimensional em todo o território; este equilíbrio reflectir-se-á, igualmente, na menor concentração da população urbana em Luanda e no litoral, em contraponto com o aumento do peso de outros centros urbanos. Esta desconcentração terá por base o desenvolvimento de infra-estruturas e serviços básicos adequados, quer no meio urbano quer no meio rural. A nossa visão assenta na criação de condições para potenciar o desenvolvimento do capital humano em todo o território, melhorando o acesso e a qualidade dos serviços de saúde e educação em todas as províncias e promovendo a equidade do acesso à informação e de oportunidades de emprego.

Enfrentaremos o desafio de acolher uma população em rápido crescimento, que se irá traduzir na triplicação da população em idade activa, para mais de 44 milhões, o que corresponde a uma população activa de 31 milhões (assumindo uma taxa de participação no mercado de trabalho de aproximadamente 69%). O território angolano caracteriza-se por uma baixa densidade populacional e uma ocupação humana rarefeita na maior parte do País, aspectos acentuados pelas fortes migrações internas ocorridas nas últimas décadas. Espera-se que as migrações internas tendam a atenuar-se e a ter um reduzido impacto futuro na distribuição territorial da população. Até 2050, a população deverá crescer 2,1 vezes para 68 milhões de habitantes e este aumento deverá acontecer de forma equitativa em todas as províncias, com redução do peso de Luanda e das províncias do litoral no total da população.



Quadro 68

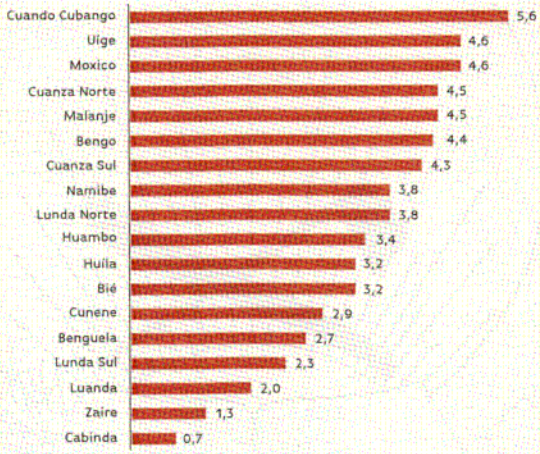
Distribuição da população urbana por tipo de aglomerado (%), 2014-2050



FONTE: INE

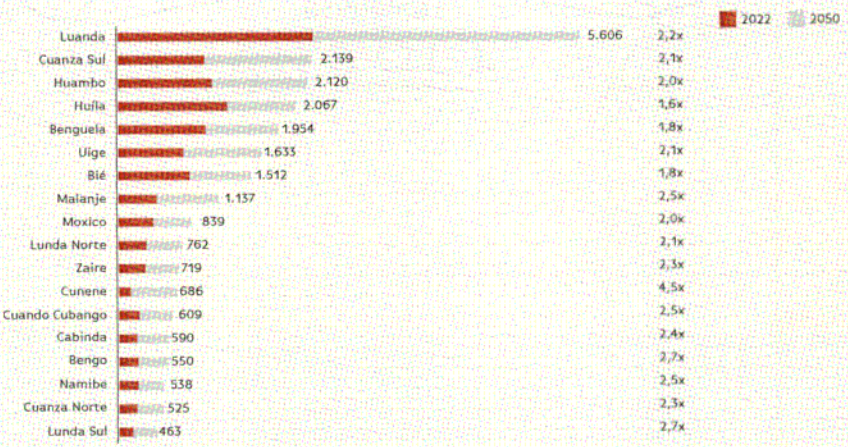
Quadro 69

Múltiplos do PIB das províncias, 2022-2050



Quadro 70

N.º de empregos nas províncias (milhares e múltiplos), 2022-2050



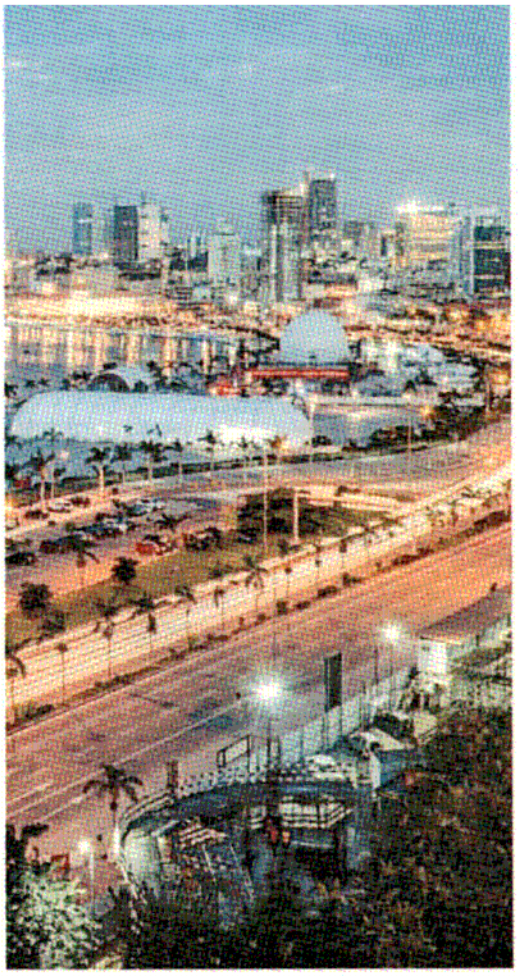
Vamos tirar partido do rápido crescimento urbano, focando-nos na melhoria da qualidade de vida das populações e criação de condições para o desenvolvimento económico destas áreas. O processo, muito rápido, de concentração urbana da população, que deverá prosseguir nas próximas décadas, poderá conduzir a que, além de Luanda, oito grandes aglomerações ultrapassem um milhão de habitantes, o que, por um lado, constitui um enorme desafio em termos de infra-estruturas e serviços necessários, mas, por outro, constitui uma oportunidade de reequilibrar o sistema urbano, com uma menor concentração da população urbana em Luanda (que passa de 41% para 34% do total de população urbana) (Quadro 68).

Território mais produtivo

O território de Angola é vasto (1.246.700 km²) e diversificado, caracterizando-se por um elevado potencial de produção agrícola, uma diversidade geológica e riqueza de recursos minerais (cujo potencial ainda está verdadeiramente por se conhecer), um grande potencial florestal, um potencial hídrico muito relevante, nomeadamente no contexto regional, e uma excepcional biodiversidade marinha e terrestre.

A nossa visão para 2050 é que todos os territórios participem no crescimento e na produção de riqueza. As economias das nossas províncias devem crescer, impulsionadas, principalmente, pelo desenvolvimento da agricultura e da indústria, esperando-se que os crescimentos proporcionalmente mais elevados possam ocorrer nas províncias do Bengo, Cuando Cubango, Cuanza Norte, Cuanza Sul, Malanje, Moxico e Uíge (Quadro 69). Também o PIB *per capita* aumentará em todas as províncias, à excepção de Cabinda e do Zaire que registarão um decréscimo (embora continuem a estar no topo das províncias com PIB *per capita* mais elevado), devido à queda esperada da produção petrolífera em Angola.

O rendimento agrícola dos agregados familiares que praticam a agricultura deverá, pelo menos, duplicar em todas a províncias – em resultado de aumentos da produtividade das explorações, de aumentos moderados das áreas semeadas, de uma melhor integração no mercado e do desenvolvimento de um segmento relevante de explorações familiares



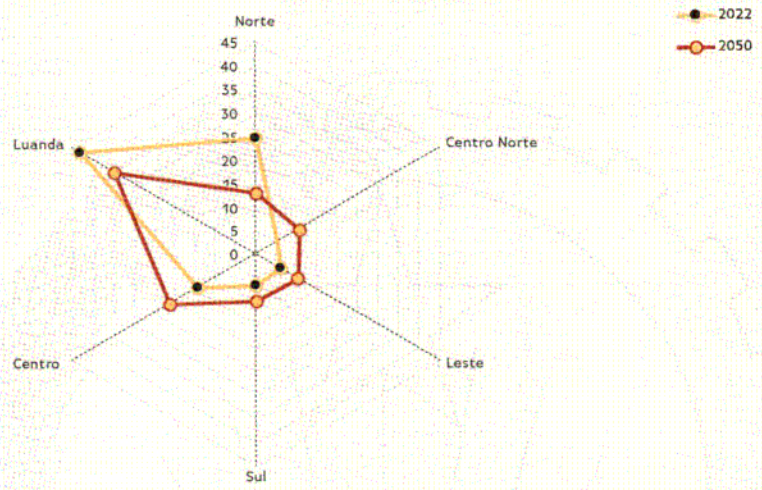
de maior dimensão -, contribuindo para a melhoria das condições de vida e para o desenvolvimento do mundo rural.

A nossa ambição passa por criar uma base industrial mínima em todas as províncias, que permita responder às necessidades da crescente urbanização das populações e para integrar as economias provinciais. A indústria transformadora poderá representar 20% do PIB a nível nacional, variando entre 11% na Lunda Norte e aproximadamente 25% em Benguela e também em Luanda. Este potencial será concretizado através da indústria de processamento simples para o mercado nacional/ provincial, enquanto nalgumas províncias haverá uma aposta na industrialização ligeira intensiva em mão-de-obra para exportação e outras beneficiarão da industrialização capital-intensiva de transformação de recursos naturais (minerais e florestais).

Pretende-se que as transformações estruturais possam conduzir à criação de cerca de 13 milhões de postos de trabalho, alcançando-se um total de 24 milhões de empregos em 2050, o que mais do que duplica os números actuais em quase todas as províncias do País (Quadro 70).

Quadro 71

Participação de cada região[1] no PIB total (%), 2022 vs 2050



1 Regiões definidas pelo IBEP 2008-2009 (Capital: Luanda; Norte: Cabinda, Zaire, Uíge; Centro Norte: Bengo, Cuanza Norte, Malanje; Centro: Cuanza Sul, Benguela, Huambo, Bié; Leste: Lunda Sul, Lunda Norte, Moxico, Cuando Cubango; Sul: Namibe, Huíla, Cunene)

Território mais equilibrado

Uma das nossas principais ambições consiste em ter uma economia descentralizada, com menores assimetrias territoriais.

As actuais disparidades inter-provinciais do PIB *per capita* em Angola ainda são superiores às de países com níveis de rendimento equivalente, estando associadas ao baixo nível de desenvolvimento económico e a desequilíbrios estruturais da economia. Até 2050, aspiramos descentralizar a economia e reduzir as assimetrias territoriais. O desenvolvimento económico deverá permitir reduzir a concentração territorial da nossa economia, com a diminuição do peso de Luanda e das províncias do Norte (em particular Cabinda e Zaire) e ganho das restantes, com maior destaque para as províncias do Centro (Cuanza Sul, Benguela e Huambo). Consequentemente, assistiremos à diminuição da litoralização da economia, com as províncias fora da faixa litoral a reforçarem o seu peso no PIB em 14 pp (Quadro 71). A dinâmica económica permitirá reduzir o rácio entre a província com maior e menor PIB *per capita* para um terço do actual.

Um território mais equilibrado resultará, também, da promoção do desenvolvimento e equilíbrio da rede urbana do País, com uma menor concentração da população urbana em Luanda e a urbanização das populações nas suas províncias (com diminuição das migrações inter-provinciais), com 8 aglomerações urbanas a crescerem para mais de 1 milhão de habitantes – as conurbações Benguela/Catumbela/Lobito e Huambo/Caála, mas também Lubango, Malanje, Cuíto, Cabinda, Uíge e Saurimo – o que, como já referido, irá colocar grandes desafios de ordenamento e de infra-estruturação, mas também abrirá oportunidades de dinamização do território.

A redução das assimetrias territoriais deverá, ainda, promover o acesso das populações rurais aos serviços e aos mercados urbanos e reflectir-se numa forte diminuição do número de municípios com uma taxa de pobreza multidimensional elevada.

Território com infra-estruturas adequadas

Actualmente, o nosso território apresenta um baixo nível de infra-estruturação – destacando-se a baixa densidade e qualidade das vias rodoviárias e o acesso a energia, o que bloqueia o potencial dos territórios. A carência de infra-estruturas é particularmente acentuada nas áreas rurais.

Vamos melhorar o acesso de todo o território a infra-estruturas de electricidade, abastecimento de água, saneamento e telecomunicações e, consequentemente, promoveremos a integração do território e a sua inserção competitiva no espaço regional. Será dada prioridade à infra-estruturação dos espaços motores do desenvolvimento nacional (igualmente designados por motores do crescimento e competitividade) e a garantir as condições básicas em todo o território. No primeiro caso, trata-se de áreas que, pelas suas características e dinâmicas territoriais, se afiguram melhor posicionadas para dinamizarem a reestruturação da economia nacional, pela capacidade de oferecerem factores de atracção de investimentos, internacionais e nacionais, de acesso a economias de escala e de aglomeração e de gerarem dinâmicas de empreendedorismo e inovação com efeitos difusores a nível provincial, supra-provincial ou nacional.

O desenvolvimento e estruturação da rede urbana deverá fazer emergir novos centros urbanos que permitam cobrir todo o país com serviços básicos em condições aceitáveis de acessibilidade.

Território que potencia o capital humano

O desenvolvimento do nosso País exige uma aposta forte na valorização do seu capital humano, quer pela melhoria das condições de acesso ao ensino e à saúde quer pela criação de emprego e oportunidades económicas.

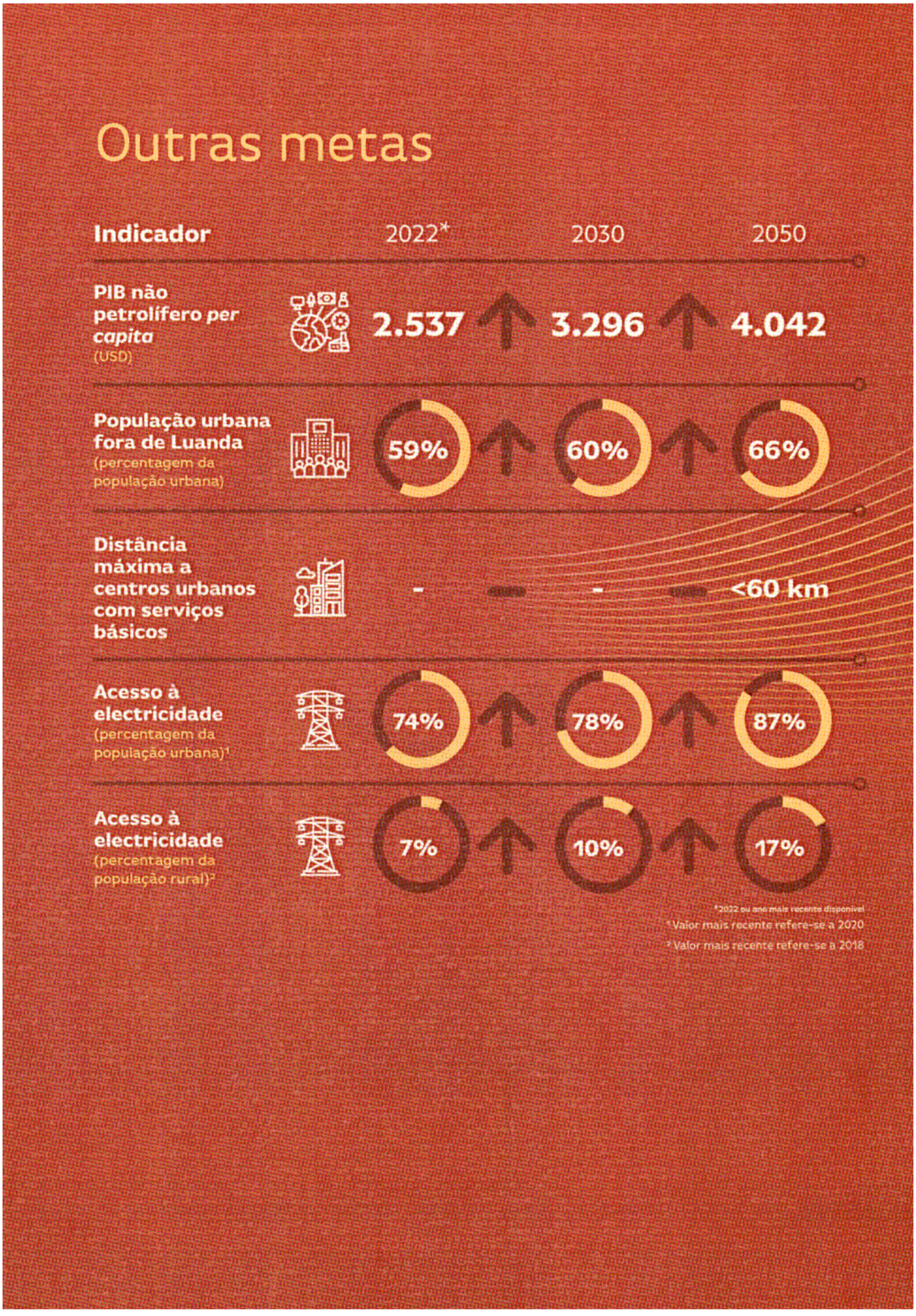
Aspiramos a que, em 2050, todos os cidadãos possam ter um acesso equitativo a serviços essenciais, em particular de saúde e de educação.

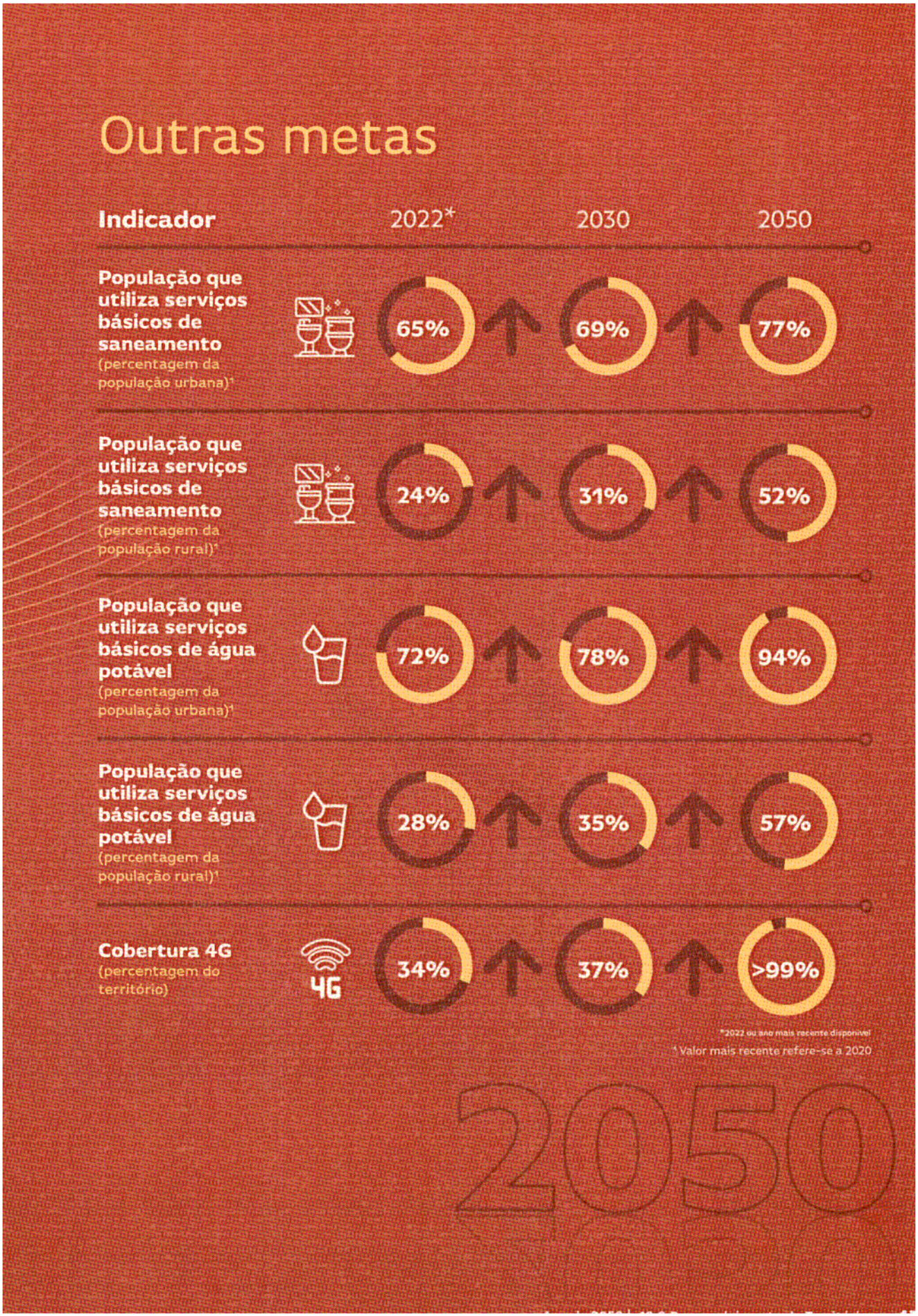
Vamos melhorar o atendimento aos cidadãos em todo o território, aproximando o número de profissionais de saúde por habitante – médicos, enfermeiros e parteiros – em todas as províncias dos rácios nacionais de países comparáveis.

Também iremos melhorar a qualidade do ensino e a escolaridade, nomeadamente através da diminuição, em todas as províncias, dos rácios aluno-professor no ensino pré-primário/primário e no ensino secundário, para valores próximos dos melhores níveis da região.

Promoveremos a criação de oportunidades de emprego para mais 13 milhões de pessoas e as condições para que mais angolanos possam ter acesso à concretização da sua iniciativa económica.




Outras metas
Indicador
2022*
2030
2050
PIB não petrolífero *per capita* (USD)
2.537
3.296
4.042
População urbana fora de Luanda (percentagem da população urbana)
59%
60%
66%
Distância máxima a centros urbanos com serviços básicos
-
-
<60 km
Acesso à electricidade (percentagem da população urbana)[1]
74%
78%
87%
Acesso à electricidade (percentagem da população rural)[2]
7%
10%
17%
*2022 ou ano mais recente disponível
[1] Valor mais recente refere-se a 2020
[2] Valor mais recente refere-se a 2018


Outras metas
Indicador
2022*
2030
2050
População que utiliza serviços básicos de saneamento (percentagem da população urbana)¹
65%
69%
77%
População que utiliza serviços básicos de saneamento (percentagem da população rural)¹
24%
31%
52%
População que utiliza serviços básicos de água potável (percentagem da população urbana)¹
72%
78%
94%
População que utiliza serviços básicos de água potável (percentagem da população rural)¹
28%
35%
57%
Cobertura 4G (percentagem do território)
4G
34%
37%
>99%
*2022 ou ano mais recente disponível
¹ Valor mais recente refere-se a 2020
2050

As nossas soluções

Para concretizarmos a nossa visão de uma economia dinâmica, integrada, inclusiva e valorizadora da diversidade territorial, que ofereça oportunidades de progresso e valorização a todas as comunidades territoriais, propomos uma Estratégia de Desenvolvimento Territorial orientada pelos seguintes princípios:

- Foco no desenvolvimento económico e a criação de riqueza de forma equilibrada em todo o território nacional, o que exige a potenciação da capacidade produtiva de todos os territórios, com especial atenção para os que se encontram melhor posicionados para acelerar o crescimento;
- A estruturação do sistema urbano e o desenvolvimento das cidades, que deixam de ser simples centros prestadores de serviços à sua área de influência para se tornarem os verdadeiros motores de desenvolvimento, são decisivos para as transformações estruturais de que o país carece;
- A aglomeração e escala são elementos determinantes na competitividade, criatividade e inovação, o que implica o reconhecimento das grandes cidades como os principais pólos de dinamismo económico e vectores da internacionalização competitiva do País;
- Reconhecimento de que o potencial indutor das infra-estruturas no desenvolvimento territorial depende das características do meio em que as mesmas estão implantadas, o que impõe selectividade territorial e a distinção entre as que são estratégicas (elevado potencial indutor), as que são necessárias para o normal exercício da vida quotidiana (fundamentais) e as que se justificam numa visão voluntarista de estruturação de territórios;
- A escassez de recursos financeiros exige a sua concentração para atingir limiares de eficácia e escala de eficiência, pelo que importa privilegiar estratégias de polarização, fazendo convergir os meios em localizações com maior potencial de dinamização dos territórios;
- Reconhecimento de que o papel dos corredores de desenvolvimento pressupõe densidade de centros urbanos e de fluxos de pessoas e bens, pelo que os programas e acções para a sua dinamização devem focar-se nos espaços onde estas condições possam ser reunidas, sem prejuízo de acções preparatórias que possam criar as condições futuras nos outros territórios servidos por vias de transporte de grande capacidade;
- A necessidade de, na estratégia de desenvolvimento territorial, dar relevância à inclusão de elementos de estruturação dos territórios mais frágeis que contrariem as tendências de agravamento das assimetrias territoriais e impeçam o seu agravamento.

Estes princípios serão determinantes para a convergência territorial das políticas sectoriais, tendo por referência o modelo de organização do território a seguir proposto.

Identificamos três conjuntos de soluções para promover o desenvolvimento do nosso território: i) preparar o território para acolher o desenvolvimento, melhorando o sistema de ordenamento territorial e a sua articulação com o sistema de planeamento; ii) desenvolver o quadro institucional adequado para a implementação da estratégia no território, reforçando o sistema de planeamento; iii) reforçar a capacidade do território para protagonizar o desenvolvimento, robustecendo o processo de desconcentração e descentralização.



Melhorar o sistema de ordenamento territorial

Criaremos as condições institucionais para optimizar a ocupação do território, aproveitando o potencial e assegurando a preservação dos recursos existentes, bem como para potenciar o impacto das infra-estruturas nacionais no desenvolvimento económico e nas condições de vida dos cidadãos.

Rever o quadro legal com impacto no Ordenamento do Território

Em primeiro lugar, vamos **adequar a Lei de Terras aos pressupostos da estratégia Angola 2050,** salvaguardando os interesses das comunidades. Esta adequação passa por criar um mercado funcional de direitos de propriedade, no espaço rural e no espaço urbano.

Vamos **racionalizar os instrumentos de Ordenamento do Território,** para acomodar as dinâmicas territoriais e viabilizar a sua preparação em tempo útil. A este nível estabeleceremos a distinção entre os instrumentos estratégicos orientadores da dimensão territorial e os instrumentos que regulamentam o uso e a ocupação do solo. Os instrumentos mais estratégicos passam a integrar o Sistema Nacional de Planeamento, compreendendo, além de um Plano Nacional de Desenvolvimento Territorial (PNDT), os planos estratégicos sectoriais, de âmbito provincial e para espaços específicos relevantes (área litoral e corredores de desenvolvimento).

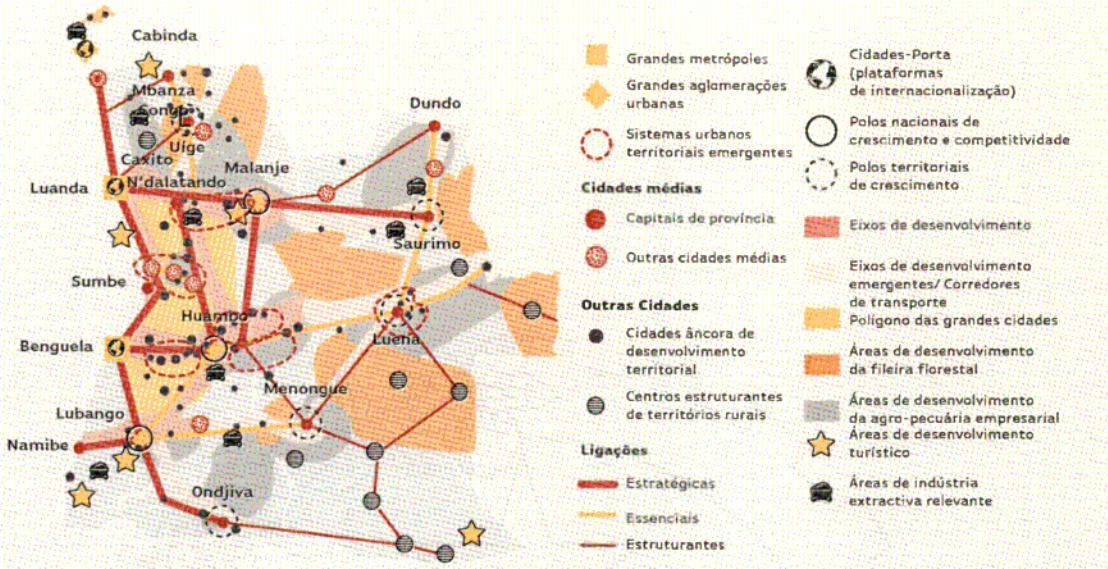
A **Lei de Ordenamento do Território e Urbanismo (LOTU) será revista** para contemplar essas alterações e promover uma melhor articulação entre o Sistema do Ordenamento do Território e o Sistema Nacional de Planeamento, devendo manter os restantes instrumentos de ordenamento, que regulamentam o uso e a ocupação do solo.

Elaborar e implementar os instrumentos de gestão territorial

Criaremos a figura de **Plano Nacional de Desenvolvimento Territorial (PNDT),** e promoveremos a sua elaboração e implementação, como um instrumento que estabeleça as grandes orientações estratégicas para o desenvolvimento harmonioso do território, compreendendo um modelo global de organização do território correspondente à visão de longo prazo da geografia económica e social do País.

Quadro 72

Visão estratégica da organização do território



Nota: Representação esquemática. Localizações precisas a determinar nos instrumentos de implementação da Estratégia

Neste contexto, apresentamos, desde já, uma **proposta preliminar de Modelo de Organização do Território,** na qual damos prioridade a três vectores principais: as áreas prioritárias para valorização dos recursos do território; a tipologia dos espaços motores de crescimento e competitividade e de como se interligam entre si; a esquematização das hierarquias urbanas, o tipo e prioridade de ligações para apoiar o seu desenvolvimento (Quadro 72).

Entre as **actividades valorizadoras dos recursos do território** destacamos as actividades agro-pecuárias, as actividades florestais e mineiras e os recursos ambientais, bem como o seu efeito indutor sobre o sector industrial e de serviços. Identificamos investimentos agrícolas com base nos pressupostos definidos para o sector e seleccionamos projectos-âncora de nível nacional.

O modelo de organização do território propõe cinco tipos de **espaços motores do crescimento e competitividade:**

- Cidades-porta [Luanda, Benguela/Lobito e, potencialmente, Cabinda], plataformas de internacionalização, localização natural de actividades viradas para o relacionamento com o exterior;
- Pólos nacionais de crescimento e competitividade [grandes aglomerações urbanas de Huambo, Lubango, Malanje] que, com base na localização estratégica e em economias de aglomeração e escala, têm potencial para se afirmarem como grandes centros produtivos (de serviços, de comércio, de logística, de indústria, de ensino e investigação) de âmbito nacional, e capacidade de captar investimentos móveis, de origem nacional ou estrangeira e de estruturarem o território de maior expressão urbana e mais dinâmico do litoral;
- Polos territoriais de crescimento [Uíge, Saurimo, Luena, Menongue e Ondjiva], como forma de equilibrar o território nacional e serem o foco de desenvolvimento de actividades de âmbito supra-provincial e integradoras das produções da sua área de influência ou, no caso de Ondjiva, de relações transfronteiriças;
- Eixos/corredores de desenvolvimento existentes e emergentes, enquanto espaços de concentração de actividades económicas, com suporte nas facilidades de circulação de pessoas e bens e na estrutura urbana emergente ao longo das vias de comunicação; os eixos existentes devem ser estruturados e reforçados e os eixos emergentes devem ser objecto de análise para reforço das infra-estruturas de suporte;
- Espaço de desenvolvimento definido pelo polígono das grandes cidades, pela promoção de actividade económica e funções urbanas que já concentram, constituindo-se como o grande espaço motor do desenvolvimento nacional.

O modelo de organização do território propõe, também, **cinco níveis de centros urbanos,** que estruturam a "armadura urbana" nacional:

- Grandes metrópoles [Luanda e as grandes conurbações urbanas - conjunto de cidades próximas cujo crescimento tende a agregar os pequenos lugares intermédios e a formar um contínuo urbano - Benguela-Catumbela-Lobito e Huambo-Caála];
- Grandes cidades [Lubango, Malanje e Cabinda] que, com as grandes metrópoles, serão os principais motores do desenvolvimento nacional;
- Cidades médias [restantes capitais de províncias e outras cidades] que, em 2050, poderão vir a ter dimensão populacional (acima dos 300 mil habitantes) e económica relevante;
- Sedes de municípios que deverão reforçar o seu papel de cidades-âncora do desenvolvimento territorial;
- Novos aglomerados que, numa base voluntarista, devem emergir como centros estruturantes dos territórios rurais.

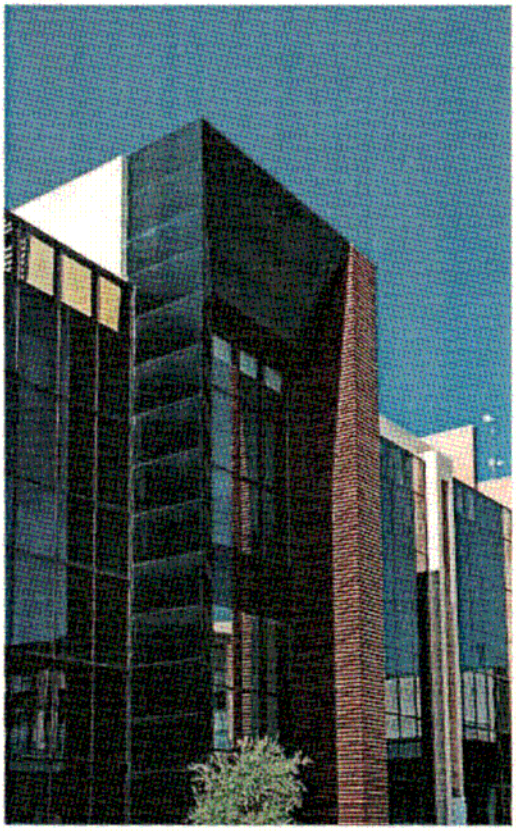
O desenvolvimento das relações comerciais e de cooperação com os países vizinhos poderá vir a traduzir-se na afirmação de cidades transfronteiriças como Luvo, Luau, Kazombo, entre outras.

O modelo de organização territorial reconhece, ainda, a importância de um conjunto de **sub-sistemas urbanos emergentes com base em pequenas cidades,** a exigirem acções de planeamento territorial para a sua estruturação.

No âmbito das acessibilidades, identificamos três tipos de ligações estruturantes do território: estratégicas (que possuem um elevado potencial indutor), fundamentais (necessárias ao suporte dos fluxos entre centros) e estruturantes (essenciais para estruturar territórios e para dinamizar fluxos futuros).

Em resposta à crescente taxa de urbanização e à importância cada vez maior dos espaços urbanos no desenvolvimento, vamos conceber uma **Política de Cidades,** assente num novo urbanismo, e criar instrumentos de implementação mais expeditos, visando a concretização efectiva da referida política em tempo útil. Este novo paradigma deverá promover cidades polinucleadas, planeadas de forma participada, um urbanismo incremental (baseado na melhoria do que já existe), vizinhanças socialmente diversificadas (para promoverem a inclusão e a criatividade), cidades conectadas (através de infra-estruturas e mobilidade hierarquizadas) e cidades com espaços de encontro acessíveis e seguros, fora das áreas de risco. Propomos, também, a elaboração de Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano, instrumentos expeditos que orientem o crescimento das cidades.

Os espaços rurais necessitam de uma abordagem que vá para além das intervenções de natureza sectorial. Vamos promover um **modelo de desenvolvimento rural** que potencie condições de vida condignas, o desenvolvimento integrado das estruturas produtivas e uma articulação rural-urbana profícua e equilibrada. Em particular, para atingirmos estes objectivos, vamos estruturar o povoamento rural em três níveis de aglomerados: aldeias, vilas e vilas de transição urbano-rural.





Melhorar o conhecimento do território e produzir informação de base territorial

Vamos desenvolver um **Sistema de Informação Integrado do Território (SIIT)** para podermos sistematizar e actualizar informações sobre a localização dos recursos, das infra-estruturas, das actividades económicas no território, bem como caracterizar as dinâmicas da população e das suas condições de vida. O SIIT deverá ser um instrumento de coordenação dos diferentes actores produtores de informação, que interligará os sistemas dispersos por várias instituições, designadamente os sistemas das entidades responsáveis pela Administração do Território e pelas Obras Públicas e Ordenamento do Território. Deverá, ainda, constituir um repositório de dados central sobre o território e dispor de um painel de controlo de apoio às decisões.

Criaremos uma unidade de estudos do território, com capacidade de análise das dinâmicas territoriais e de formulação de propostas para a sua consideração nas políticas de desenvolvimento do território. Além de acolher o SIIT, esta unidade, a estabelecer junto do departamento ministerial responsável pelo planeamento, deverá construir e partilhar uma visão tecnicamente sólida sobre o desenvolvimento do território.

Reforçar o sistema de planeamento

Desenvolveremos o quadro institucional adequado para a implementação da estratégia no território, com um particular enfoque na revisão do Sistema Nacional de Planeamento e na optimização da rede nacional de infra-estruturas, articulando-a com os projectos sectoriais prioritários.

Rever o sistema nacional de planeamento

Continuaremos a melhorar o **Sistema Nacional de Planeamento,** procurando incorporar as lições aprendidas no âmbito do processo de elaboração da Estratégia de Longo Prazo e do Plano de Desenvolvimento Nacional e considerando a natureza dos planos, a participação da sociedade civil, a integração da dimensão territorial e a incorporação do processo de descentralização e de governação

multi-nível. Vamos reponderar o nível institucional do planeamento e da coordenação inter-sectorial, os mecanismos e instâncias de implementação e as responsabilidades e procedimentos de monitorização e avaliação. Para tal, iremos tornar explícito o objecto do sistema, rever os instrumentos (nomeadamente incorporando o PNDT), definir os órgãos intervenientes e o perímetro de actuação e desenhar os mecanismos de coordenação.

Para melhorar a efectividade do sistema, vamos orientá-lo para a monitorização dos resultados, com base num conjunto robusto de indicadores e um sistema de informação que permita um reporte simples, fidedigno e claro para a generalidade da população. Reforçaremos, ainda, o papel dos órgãos de planeamento intermédio (gabinetes de estudos, planeamento e estatística dos departamentos ministeriais, dos Governos provinciais e Administrações municipais). Iremos também promover a apropriação das funções de coordenação do SNP pelo departamento ministerial responsável pelo planeamento, através da capacitação efectiva dos seus recursos humanos.

Coordenar as redes de infra-estruturas e de equipamentos colectivos e serviços públicos

Vamos desenvolver um **Plano Nacional Integrado de Infra-estruturas** que articule as infra-estruturas (de transportes, de geração e transmissão de energia, de apoio à actividade económica) com os projectos prioritários sectoriais, corredores de desenvolvimento (baseados em corredores de transportes) e projectos-âncora potenciais, numa lógica de desenvolvimento e diversificação do território. Com este plano pretende-se explicitar as prioridades sectoriais e territoriais das infra-estruturas, os meios requeridos para o seu desenvolvimento, tal como a coerência das infra-estruturas propostas com as opções, potencialidades e dinâmicas de desenvolvimento territorial. Pretende-se dispor de um pipeline coerente de projectos prioritários, num quadro de compromisso a longo prazo que possa resistir a mudanças conjunturais, na economia e na política, e que dê certeza aos investidores privados, de modo a facilitar a mobilização de financiamentos e as parcerias público-privadas. O Plano Nacional Integrado de Infra-estruturas visa, ainda, coordenar, no espaço e no tempo, a implementação dos projectos sectoriais, potenciando o seu impacto no desenvolvimento nacional e dos espaços sub-nacionais em que os mesmos incidem. Adicionalmente, pretende-se ter uma visão global das lacunas nos domínios técnicos e de gestão e pôr em evidência a necessidade de investimentos e actuações complementares e/ou prévias que viabilizem os impactos esperados.

Para assegurar a coordenação e a monitorização das infra-estruturas estratégicas de desenvolvimento, da concepção à finalização, iremos estabelecer uma **unidade de coordenação inter-sectorial de grandes investimentos,** que deverá efectuar análises custo-benefício dos projectos, bem como avaliar os impactos territoriais dos mesmos.

Para racionalizar os **equipamentos colectivos e serviços públicos,** definiremos critérios de localização e modelização, a serem adoptados pelos diferentes níveis de governação. Vamos estabelecer padrões hierárquicos territoriais das funções que devem estar presentes em diferentes níveis da rede urbana/rural (tais como saúde, educação ou cultura) e definir padrões e normas de programação de equipamentos adequados a áreas de dimensão variada, de acordo com o comportamento espacial da população. Iremos, assim, optimizar a clusterização de funções para extrair benefícios da aglomeração e economias nas deslocações.

Robustecer o processo de desconcentração/ descentralização

Reforçaremos a capacidade do território para protagonizar o processo de desenvolvimento, contribuindo para aprofundar a democracia e melhorar a prestação de serviços aos cidadãos.

Proceder à divisão político-administrativa

Vamos prosseguir a definição dos limites territoriais a fim de mitigar os conflitos, ainda existentes, de gestão do território e o crescimento populacional desordenado. Em particular, vamos concretizar os limites territoriais provinciais e intermunicipais e corrigir os erros topológicos.

Implementar o processo de reforma do Estado a nível local

Vamos prosseguir o processo de municipalização dos serviços públicos, de modo gradual, fazendo do Município o ponto principal da prestação de serviços públicos essenciais. Dotaremos os municípios de recursos, infra-estruturas e capacidade de gestão e, com especial prioridade, vamos capacitar os recursos humanos e criar os mecanismos de coordenação, monitorização e prestação de contas dos órgãos desconcentrados e das autarquias locais. Vamos, também, criar mecanismos de comunicação da fixação e alteração de residência, que permitam monitorizar a localização dos cidadãos no território, sendo este um factor determinante para a implementação das autarquias locais e das políticas sociais, em particular de redistribuição de riqueza.

Descentralizar a gestão do desenvolvimento territorial

Elaboraremos e implementaremos **programas integrados de desenvolvimento local,** adaptados às características das diferentes comunidades, que participarão na elaboração de diagnósticos, na avaliação de potencialidades e na identificação de vectores de desenvolvimento, bem como na implementação de acções de dinamização da economia local.

Vamos, também, **capacitar os actores a nível provincial e local** para que estes consigam dinamizar actividades económicas no território.

Apoiaremos a construção de infra-estruturas locais e de equipamentos de proximidade, com o envolvimento das comunidades nos processos de planeamento e identificação das necessidades, através da capacitação para uma gestão local eficaz e de supervisão técnica das intervenções.



As nossas prioridades imediatas para 2027

Rever o quadro legal com impacto no Ordenamento do Território, em particular a Lei de Terras e a Lei de Ordenamento do Território.

Elaborar os instrumentos de gestão territorial, com destaque para o Plano Nacional de Desenvolvimento Territorial, uma Política de Cidades e o Modelo de Desenvolvimento Rural.

Produzir informação de base territorial, através do desenvolvimento de um sistema de informação integrado sobre o território e da criação de uma unidade de estudos do território.

Efectuar a programação e a coordenação das redes de equipamentos e infra-estruturas, tendo por base análises de pré-viabilidade e de impacto territorial dos mesmos e a sua sistematização num Plano Nacional Integrado de equipamentos e infra-estruturas.

Definir um programa-quadro de municipalização dos serviços públicos, incidindo prioritariamente na capacitação de recursos humanos.

Promover a gestão descentralizada do desenvolvimento territorial, através da capacitação dos actores a nível provincial e local para dinamizarem actividades económicas no território e da concepção e implementação de um programa-piloto integrado de desenvolvimento local e de um programa-piloto de infra-estruturas locais e de equipamentos de proximidade com o envolvimento das comunidades.

Sistematização da visão e indicadores-chave das províncias

Quadro 73

Visão para Bengo 2050



O Bengo reforça a sua integração na grande região metropolitana de Luanda e tira partido do acesso às suas infra-estruturas de internacionalização, afirmando-se como um espaço de agricultura comercial - familiar e empresarial de pequena e média escala -, altamente produtiva e como um espaço de desconcentração das grandes infra-estruturas e investimentos industriais, ao mesmo tempo que potencia os serviços associados e os recursos turísticos.

Eixo	Métrica	Evolução		De (2022)	Para (2050)
Demografia	População	Crescimento de	2,3x	497.721	1.123.726
Economia	PIB	Crescimento de	4,4x	2.114 MUSD	9.385 MUSD
	PIB *per capita*	Crescimento de	2,0x	4.248 USD	8.352 USD
	Empregos	Crescimento de	2,7x	207.432	550.026
Saúde	Médicos e Enfermeiros, #	Aumento de	2,2x	1.600	3.596
Educação	Professores, #	Aumento de	2,5x	4.668	11.800
Investimento	Investimento acumulado	-	-	-	27.404 MUSD

Quadro 74

Visão para Benguela 2050



A conurbação Benguela-Lobito afirma-se como a segunda cidade-porta do País, entrada para um grande corredor internacional com as actividades logísticas e terciárias associadas, centro industrial onde a ZEE emerge como um espaço relevante de atracção de investimento industrial e um importante espaço de localização de indústria pesada, como a refinaria ou a produção de papel, e a recompor a sua base económica valorizando as vantagens de localização para as indústrias (incluindo indústrias ligeiras), o seu potencial agrícola, os recursos do mar e o turismo.

Eixo	Métrica	Evolução		De (2022)	Para (2050)
Demografia	População	Crescimento de	1,9x	2.746.300	5.179.994
Economia	PIB	Crescimento de	2,7x	7.968 MUSD	20.491 MUSD
	PIB *per capita*	Crescimento de	1,4x	2.800 USD	3.956 USD
	Empregos	Crescimento de	1,8x	1.077.200	1.953.680
Saúde	Médicos e Enfermeiros, #	Aumento de	2,3x	7.254	16.576
Educação	Professores, #	Aumento de	2,4x	22.111	52.206
Investimento	Investimento acumulado	-	-	-	62.910 MUSD

Quadro 75

Visão para Bié 2050



	Eixo	Métrica	Evolução		De (2022)	Para (2050)
O crescimento económico da Província do Bié tem por base a modernização da agricultura familiar e o papel da cidade do Cuíto como um centro de comercialização dos produtos agro-pecuários e pólo de actividades agro-industriais.	Demografia	População	Crescimento de	2,2x	1.883.101	4.223.425
		PIB	Crescimento de	3,2x	2.953 MUSD	9.348 MUSD
	Economia	PIB *per capita*	Crescimento de	1,4x	1.568 USD	2.213 USD
		Empregos	Crescimento de	1,8x	853.413	1.512.434
	Saúde	Médicos e Enfermeiros, #	Aumento de	3,2x	4.252	13.515
	Educação	Professores, #	Aumento de	4,0x	11.622	46.922
	Investimento	Investimento acumulado	-	-	-	28.845 MUSD

Quadro 76

Visão para Cabinda 2050



	Eixo	Métrica	Evolução		De (2022)	Para (2050)
Cabinda é uma província em processo de transformação de uma economia petrolífera para uma economia centrada na indústria de processamento simples e intensiva em mão-de-obra para os mercados internacionais, com base nos seus recursos naturais, nomeadamente a madeira.	Demografia	População	Crescimento de	1,8x	894.276	1.603.454
		PIB	Crescimento de	0,7x	16.071 MUSD	11.784 MUSD
	Economia	PIB *per capita*	Crescimento de	0,4x	17.971 USD	7.349 USD
		Empregos	Crescimento de	2,4x	247.926	590.088
	Saúde	Médicos e Enfermeiros, #	Aumento de	2,3x	2.230	5.131
	Educação	Professores, #	Aumento de	2,2x	6.608	14.826
	Investimento	Investimento acumulado	-	-	-	49.236 MUSD

Quadro 77

Visão para Cuando Cubango 2050



O Cuando Cubango é uma província crescentemente integrada no espaço económico nacional através do desenvolvimento da agricultura empresarial de grande escala, da valorização da pesca continental e de um forte sector turístico altamente internacionalizado.

Eixo	Métrica	Evolução		De (2022)	Para (2050)
Demografia	População	Crescimento de	2,0x	677.430	1.361.466
	PIB	Crescimento de	5,6x	1.134 MUSD	6.405 MUSD
Economia	PIB *per capita*	Crescimento de	2,8x	1.674 USD	4.704 USD
	Empregos	Crescimento de	2,5x	245.934	609.469
Saúde	Médicos e Enfermeiros, #	Aumento de	3,1x	1.400	4.357
Educação	Professores, #	Aumento de	2,7x	5.044	13.853
Investimento	Investimento acumulado	-	-	-	16.530 MUSD

Quadro 78

Visão para Cuanza Norte 2050



Na confluência de dois corredores de desenvolvimento (Luanda-Malanje e Luanda-Huambo), a provincia de Cuanza Norte constitui um espaço de actividades agrícolas - onde a agricultura empresarial assume uma posição dominante – e agro-industriais, tirando partido da acessibilidade ferroviária e rodoviária ao principal mercado nacional.

Eixo	Métrica	Evolução		De (2022)	Para (2050)
Demografia	População	Crescimento de	2,0x	554.749	1.115.650
	PIB	Crescimento de	4,5x	1.506 MUSD	6.769 MUSD
Economia	PIB *per capita*	Crescimento de	2,2x	2.715 USD	6.067 USD
	Empregos	Crescimento de	2,3x	228.857	525.217
Saúde	Médicos e Enfermeiros, #	Aumento de	2,3x	1.558	3.570
Educação	Professores, #	Aumento de	3,2x	3.758	12.008
Investimento	Investimento acumulado	-	-	-	21.180 MUSD

Quadro 79

Visão para Cuanza Sul 2050



O Cuanza Sul é uma província de base agrícola que consegue importantes ganhos de produtividade da agricultura familiar, tornando-se na segunda província de maior relevo na produção agrícola, equilibrando a estrutura produtiva através do fomento da pesca empresarial, das actividades logísticas e do aproveitamento dos recursos turísticos e do desenvolvimento de uma base industrial que tira partido da exploração do petróleo e do gás.

Eixo	Métrica	Evolução		De (2022)	Para (2050)
Demografia	População	Crescimento de	2,2x	2.370.936	5.124.675
Economia	PIB	Crescimento de	4,3x	3.588 MUSD	15.272 MUSD
	PIB *per capita*	Crescimento de	2,0x	1.513 USD	3.039 USD
	Empregos	Crescimento de	2,1x	1.024.573	2.138.528
Saúde	Médicos e Enfermeiros, #	Aumento de	5,7x	2.891	16.399
Educação	Professores, #	Aumento de	6,1x	9.269	56.562
Investimento	Investimento acumulado	-	-	-	46.164 MUSD

Quadro 80

Visão para Cunene 2050



O Cunene supera as limitações que decorrem das suas características naturais e das alterações climáticas, desenvolve um segmento importante de explorações agro-pecuárias empresariais e ganhos significativos no rendimento das explorações agrícolas familiares, tirando partido das relações transfronteiriças para desenvolvimento do comércio e do turismo.

Eixo	Métrica	Evolução		De (2022)	Para (2050)
Demografia	População	Crescimento de	2,2x	1.271.638	2.787.532
Economia	PIB	Crescimento de	2,9x	1.347 MUSD	3.845 MUSD
	PIB *per capita*	Crescimento de	1,3x	1.059 USD	1.380 USD
	Empregos	Crescimento de	4,5x	150.786	685.998
Saúde	Médicos e Enfermeiros, #	Aumento de	4,5x	1.962	8.920
Educação	Professores, #	Aumento de	5,4x	5.659	30.482
Investimento	Investimento acumulado	-	-	-	12.922 MUSD

Quadro 81

Visão para Huambo 2050



A província do Huambo procura novos caminhos de desenvolvimento que acrescentem à relevância na produção agrícola nacional, maioritariamente de explorações familiares orientadas para o mercado, a preservação do relevo industrial, um papel acrescido das funções urbanas de âmbito nacional e supra-provincial da cidade do Huambo e do papel desta na estruturação do corredor de Benguela.

Eixo	Métrica	Evolução		De (2022)	Para (2050)
Demografia	População	Crescimento de	2,3x	2.645.080	6.191.052
Economia	PIB	Crescimento de	3,4x	4.067 MUSD	13.867 MUSD
	PIB *per capita*	Crescimento de	1,5x	1.538 USD	2.240 USD
	Empregos	Crescimento de	2,0x	1.051.174	2.119.514
Saúde	Médicos e Enfermeiros, #	Aumento de	3,0x	6.681	19.811
Educação	Professores, #	Aumento de	3,3x	21.451	70.912
Investimento	Investimento acumulado	-	-	-	43.532 MUSD

Quadro 82

Visão para Huíla 2050



A Huíla é uma grande província agrícola, que beneficia de ganhos significativos de rendimento da agricultura familiar, e possui uma estrutura económica diversificada, com um importante sector mineiro e uma base industrial que a coloca entre as quatro províncias onde a indústria transformadora tem mais peso no PIB provincial, com Lubango a afirmar-se como uma grande metrópole no sul do País e um dos grandes pólos de desenvolvimento nacional.

Eixo	Métrica	Evolução		De (2022)	Para (2050)
Demografia	População	Crescimento de	2,2x	3.185.244	6.976.918
Economia	PIB	Crescimento de	3,2	4.276 MUSD	13.817 MUSD
	PIB *per capita*	Crescimento de	1,5x	1.342 USD	1.980 USD
	Empregos	Crescimento de	1,6x	1.302.933	2.066.996
Saúde	Médicos e Enfermeiros, #	Aumento de	6,3x	3.570	22.326
Educação	Professores, #	Aumento de	4,5x	17.307	77.240
Investimento	Investimento acumulado	-	-	-	44.916 MUSD

Quadro 83

Visão para Luanda 2050



	Eixo	Métrica	Evolução		De (2022)	Para (2050)
Luanda, capital e principal cidade-porta do País, reforça o seu papel no contexto das capitais africanas como destino de investimentos e base de operação de empresas e organizações internacionais e procura um novo modelo de desenvolvimento urbano que articula o reforço da competitividade económica com a melhoria das condições de vida e a igualdade de oportunidades de toda a população.	Demografia	População	Crescimento de	1,9x	9.079.811	16.868.372
	Economia	PIB	Crescimento de	2,0x	51.680 MUSD	102.652 MUSD
		PIB *per capita*	Crescimento de	1,1x	5.692 USD	6.085 USD
		Empregos	Crescimento de	2,2x	2.594.953	5.606.214
	Saúde	Médicos e Enfermeiros, #	Aumento de	2,7x	20.116	53.979
	Educação	Professores, #	Aumento de	3,4x	45.177	152.817
	Investimento	Investimento acumulado	-	-	-	359.652 MUSD

Quadro 84

Visão para Lunda Norte 2050



	Eixo	Métrica	Evolução		De (2022)	Para (2050)
A Lunda Norte reforça a actividade de mineração de diamantes, com ganhos de conteúdo local, e aproveitamento das excelentes condições para a produção agro-pecuária, com um grande desenvolvimento da agricultura empresarial e ganhos de rendimento das explorações familiares e o consequente desenvolvimento de indústrias e serviços de apoio às actividades agrícolas e mineiras.	Demografia	População	Crescimento de	2,0x	1.090.897	2.205.212
	Economia	PIB	Crescimento de	3,8x	2.173 MUSD	8.153 MUSD
		PIB *per capita*	Crescimento de	1,9x	1.992 USD	3.697 USD
		Empregos	Crescimento de	2,1x	354.478	761.615
	Saúde	Médicos e Enfermeiros, #	Aumento de	3,1x	2.250	7.057
	Educação	Professores, #	Aumento de	4,9x	4.682	23.112
	Investimento	Investimento acumulado	-	-	-	28.952 MUSD

Quadro 85

Visão para Lunda Sul 2050



A Lunda Sul reforça a integração e o peso na economia nacional, com base numa combinação equilibrada de exploração mineira (diamantes), de produções agrícolas e florestais e de indústrias de suporte, com Saurimo a afirmar-se como um pólo de crescimento territorial emergente, valorizando o seu papel nodal nas ligações entre os principais centros das províncias do Leste e na articulação do Leste com Luanda.

Eixo	Métrica	Evolução		De (2022)	Para (2050)
Demografia	População	Crescimento de	2,0x	690.073	1.378.598
Economia	PIB	Crescimento de	2,3x	2.552 MUSD	5.941 MUSD
	PIB *per capita*	Crescimento de	1,2x	3.697 USD	4.310 USD
	Empregos	Crescimento de	2,7x	171.601	462.713
Saúde	Médicos e Enfermeiros, #	Aumento de	2,8x	1.568	4.412
Educação	Professores, #	Aumento de	3,4x	4.069	13.671
Investimento	Investimento acumulado	-	-	-	20.128 MUSD

Quadro 86

Visão para Malanje 2050



Malanje é uma província de enorme importância na produção agrícola nacional, com preponderância da agricultura empresarial de grande escala, e a cidade de Malanje afirma-se como um pólo de desenvolvimento a nível nacional assente na sua posição estratégica entre a área metropolitana de Luanda e as províncias da zona Leste do País, sendo uma base para indústrias de processamento e actividades logísticas.

Eixo	Métrica	Evolução		De (2022)	Para (2050)
Demografia	População	Crescimento de	2,1x	1.247.509	2.637.606
Economia	PIB	Crescimento de	4,5x	3.038 MUSD	13.621 MUSD
	PIB *per capita*	Crescimento de	2,1x	2.436 USD	5.164 USD
	Empregos	Crescimento de	2,5x	453.390	1.137.155
Saúde	Médicos e Enfermeiros, #	Aumento de	7,4x	1.145	8.440
Educação	Professores, #	Aumento de	4,4x	6.377	28.353
Investimento	Investimento acumulado	-	-	-	38.520 MUSD

Quadro 87

Visão para Moxico 2050



O Moxico é um espaço de desenvolvimento da agricultura empresarial de grande escala - apoiada em agropólos criando sinergias com as indústrias de agro-processamento - da pesca continental e da floresta, com Luena a ganhar relevo como nó de articulação dos corredores de Benguela e do Leste (Dundo-Menongue) e no desenvolvimento de funções de nível superior para um mercado transfronteiriço (Zâmbia).

Eixo	Métrica	Evolução		De (2022)	Para (2050)
Demografia	População	Crescimento de	2,1x	964.426	2.044.712
	PIB	Crescimento de	4,6x	1.686 MUSD	7.720 MUSD
Economia	PIB *per capita*	Crescimento de	2,2x	1.748 USD	3.776 USD
	Empregos	Crescimento de	2,0x	414.819	838.631
Saúde	Médicos e Enfermeiros, #	Aumento de	4,3x	1.520	6.543
Educação	Professores, #	Aumento de	4,0x	5.459	21.929
Investimento	Investimento acumulado	-	-	-	20.642 MUSD

Quadro 88

Visão para Namibe 2050



A província do Namibe é um centro piscatório de relevância nacional, com uma base industrial associada à transformação do pescado, ao processamento de produções agrícolas e à transformação de minérios metálicos e rochas ornamentais, potenciando as funções portuárias e logísticas no sul do País, e focado no aproveitamento dos recursos naturais e turísticos de excelência.

Eixo	Métrica	Evolução		De (2022)	Para (2050)
Demografia	População	Crescimento de	2,1x	650.500	1.389.101
	PIB	Crescimento de	3,8x	2.580 MUSD	9.929 MUSD
Economia	PIB *per capita*	Crescimento de	1,8x	3.967 USD	7.148 USD
	Empregos	Crescimento de	2,5x	214.754	538.353
Saúde	Médicos e Enfermeiros, #	Aumento de	2,7x	1.641	4.445
Educação	Professores, #	Aumento de	2,8x	5.290	14.602
Investimento	Investimento acumulado	-	-	-	34.173 MUSD

Quadro 89

Visão para Uíge 2050



O Uíge é uma das três principais províncias de produção agrícola, com um processo bem-sucedido de desenvolvimento da agricultura familiar e de criação de um importante sector de agricultura empresarial que são a base de um cluster emergente de actividades agro-industriais, de valorização das produções agrícolas e florestais, complementados com o crescimento das actividades comerciais e logísticas.

Eixo	Métrica	Evolução		De (2022)	Para (2050)
Demografia	População	Crescimento de	2,2x	1.867.157	4.188.964
Economia	PIB	Crescimento de	4,6x	2.889 MUSD	13.369 MUSD
	PIB *per capita*	Crescimento de	2,1x	1.547 USD	3.192 USD
	Empregos	Crescimento de	2,1x	774.637	1.632.829
Saúde	Médicos e Enfermeiros, #	Aumento de	6,4x	2.089	13.405
Educação	Professores, #	Aumento de	3,7x	12.833	47.463
Investimento	Investimento acumulado	-	-	-	35.502 MUSD

Quadro 90

Visão para Zaire 2050



A província do Zaire tem no Soyo o grande pólo do petróleo e do gás e o grande complexo petro-químico do País, combina uma das agriculturas familiares mais produtivas com um importante segmento de agricultura empresarial, e afirma-se como destino turístico valorizador dos recursos do litoral e do pólo de turismo histórico de M'banza Congo.

Eixo	Métrica	Evolução		De (2022)	Para (2050)
Demografia	População	Crescimento de	2,0x	766.430	1.527.368
Economia	PIB	Crescimento de	1,3x	10.246 MUSD	13.176 MUSD
	PIB *per capita*	Crescimento de	0,6x	13.368 USD	8.627 USD
	Empregos	Crescimento de	2,3x	313.450	719.173
Saúde	Médicos e Enfermeiros, #	Aumento de	3,4x	1.432	4.888
Educação	Professores, #	Aumento de	3,3x	4.556	14.902
Investimento	Investimento acumulado	-	-	-	52.198 MUSD

XI. Implementar e monitorizar a nossa visão

Alcançar a visão preconizada na Estratégia de Longo Prazo *Angola 2050* requer um modelo de execução sólido, acompanhado de uma monitorização permanente, que permita identificar, atempadamente, as principais acções estratégicas a adoptar bem como eventuais ajustamentos a realizar e dessa forma gerir potenciais riscos.

Execução

A execução da Estratégia de Longo Prazo *Angola 2050* resulta primordialmente da implementação dos Planos de Desenvolvimento de Médio Prazo, nomeadamente dos Planos de Desenvolvimento Nacional quinquenais e dos Planos de Desenvolvimento Sectoriais, Planos de Desenvolvimento Provincial e Planos de Ordenamento de Território que os integram.

Estes planos devem ser elaborados considerando os objectivos estratégicos e metas identificadas na Estratégia de Longo Prazo – Angola 2050. Adicionalmente, todos os planos estratégicos a serem desenvolvidos e adoptados por qualquer organismo público neste período serão enquadrados dentro da Estratégia de Longo Prazo – Angola 2050.

Espera-se também que a Estratégia de Longo Prazo – Angola 2050 reforce a clareza ao sector privado, às instituições bilaterais e multilaterais e à sociedade civil quanto às aspirações conjuntamente a alcançar e seja peça importante no diálogo contínuo com o Governo e as suas instituições.

Monitorização e avaliação

Para garantir que a implementação produza os resultados desejados, a Estratégia de Longo Prazo *Angola 2050* será dotada de um sistema de monitorização e avaliação que permita não só avaliar os seus resultados como também identificar, atempadamente, desfasamentos em relação ao planeado e introduzir ajustamentos pontuais ou mudanças de trajectória necessárias, mitigando potenciais riscos.

De forma a assegurar a máxima transparência e a responsabilização dos vários intervenientes na sua implementação, a Estratégia teve como um princípio fundamental da sua elaboração a definição de métricas de relevo, medidas e publicadas por organizações e institutos reputados tanto a nível nacional como internacional (p. ex., Instituto Nacional de Estatística, Banco Mundial, Organização Mundial de Saúde). Estas métricas permitem a Angola, por um lado, avaliar a sua evolução em termos absolutos face ao ponto de partida actual e, por outro lado, calibrar também os avanços relativos face aos seus pares nas diferentes áreas de intervenção.

A monitorização da Estratégia de Longo Prazo *Angola 2050* será feita primordialmente através do acompanhamento dos Planos de Desenvolvimento Nacional e publicada oficialmente através dos relatórios finais de avaliação da implementação dos mesmos. Efectivamente, pretende-se assegurar coerência metodológica máxima, alinhando as métricas e metas principais dos próximos Planos de Desenvolvimento Nacional com as definidas na Estratégia de Longo Prazo. Adicionalmente, numa base anual, de forma transparente e acessível, será efectuada uma restituição sobre o cumprimento das diferentes metas junto da sociedade civil e restantes *stakeholders*, para que possam ser parte activa na avaliação do progresso e na busca contínua de soluções por uma Angola melhor.

Ao nível da avaliação, a Estratégia de Longo Prazo será avaliada em duas etapas. Primeiramente, de 5 em 5 anos, no início de cada ciclo de desenvolvimento nacional e precedentemente à elaboração de cada um dos Planos de Desenvolvimento Nacional. Finalmente, no último ano da sua vigência, será efectuada uma avaliação final.

Revisão

De forma a privilegiar a consistência e coerência estratégica e dada a sua natureza de longo prazo, a Estratégia não prevê a necessidade de revisões frequentes da mesma. No entanto, sem prejuízo do ponto anterior, o órgão responsável pela coordenação do planeamento poderá sugerir ajustamentos à Estratégia de Longo Prazo – Angola 2050, justificada na alteração significativa de variáveis principais do contexto socioeconómico nacional e internacional que ponham em causa a adequabilidade da visão por ela estabelecida.

O Presidente da República, JOÃO MANUEL GONÇALVES LOURENÇO. (23-6469-C-PR)

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS, DO ENSINO SUPERIOR, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO E DA EDUCAÇÃO

Decreto Executivo Conjunto n.º 187/23

de 1 de Setembro

Considerando que a definição do valor das propinas e dos emolumentos pelas Instituições Privadas e Público-Privadas de Educação e Ensino está sujeito ao regime de preços vigiados, conforme estabelecido nos n.os 3 e 4 do artigo 99.º da Lei n.º 17/16, de 7 de Outubro — Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino, republicada pela Lei n.º 32/20, de 12 de Agosto;

Havendo a necessidade de garantir o normal funcionamento do Sector do Ensino, bem como alavancar o nível de eficiência na prestação do serviço de Educação e Ensino, face às alterações do quadro económico do País;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, conjugado com o artigo 5.º do Estatuto Orgânico do Ministério das Finanças, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 264/20, de 14 de Outubro, o artigo 5.º do Estatuto Orgânico do Ministério da Educação, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 222/20, de 28 de Agosto, o n.º 3 do artigo 5.º do Estatuto Orgânico do Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 221/20, de 27 de Agosto, o n.º 3 do Despacho Presidencial n.º 289/17, de 13 de Outubro, e do n.º 1 do artigo 11.º e da alínea c) do artigo 17.º, ambos do Decreto Presidencial n.º 206/11, de 29 de Julho, determina-se:

ARTIGO 1.º
(Objecto)

São aprovadas as regras e os procedimentos para a fixação e alteração do valor das propinas e emolumentos referentes aos serviços de educação e ensino prestados pelas Instituições Privadas e Público-Privadas de Educação e Ensino.

ARTIGO 2.º
(Âmbito)

O presente Diploma aplica-se a todas as Instituições Privadas e Público-Privadas de Educação e Ensino, de todos os níveis de ensino, localizadas no território nacional, incluindo as escolas internacionais.

ARTIGO 3.º
(Factor de actualização)

1. Os valores das propinas e emolumentos cobrados pelas Instituições Privadas e Público-Privadas de Educação e Ensino podem ser ajustados anualmente, até ao limite da taxa de inflação homóloga do mês de Maio de cada ano civil, divulgada pelo Instituto Nacional de Estatística, sem necessidade de prévia autorização das autoridades competentes.